

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROGERIO RIBEIRO TOSTES

***“ELLS TENEN A NÓS COM A SENYOR, E NÓS A ELLS COM A BONS VASSALLS E COMPANYONS”*
Principatus Cathaloniae, o aparato institucional e seu *verbum*:
Dos *Usatges* de Barcelona às Cortes Gerais de Montsó (1382-1384)**

**Curitiba
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROGERIO RIBEIRO TOSTES

“ELLS TENEN A NÓS COM A SENYOR, E NÓS A ELLS COM A BONS VASSALLS E COMPANYONS”
Principatus Cathaloniae, o aparato institucional e seu verbum:
Dos *Usatges* de Barcelona às Cortes Gerais de Montsó (1382-1384)

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção de grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Prof.^a Dr.^a Fátima Regina Fernandes
Prof. Dr. Flocel Sabaté i Curull (co-orientador)

Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Curitiba
2011

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Tostes, Rogério Ribeiro

“Ells tenen a nós com a senyor, e nós a ells com a bons
vassals e companyons “ Principatus Cathaloniae, o aparato
institucional e seu verbum: Dos Usatges de Barcelona às Cortes
Gerais de Montsó (1382-1384) / Rogério Ribeiro Tostes. –
Curitiba, 2011.

403 f.

Orientadora: Profª. Drª. Fátima Regina Fernandes
Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Catalunha (Espanha) – História – 1382-84. 2. Aragon –
(Espanha) – Pactos políticos. 3. Cortes Gerais de Montsó –
1382-84. 4. Direito medieval – Espanha. I. Título.

CDD 946.02



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
 Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
 80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
 E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Rogério Ribeiro Tostes, intitulada: *Ells tenen a nos como a senyor, I nos a ells com a bons vassalls I companyos. Principatus Cathaloniae*, o aparato institucional e seu *verbum*: Cortes de Barcelona (1377-1380) e Cortes Gerais de Montsó (1382-1384), após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua... A PROVA... completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

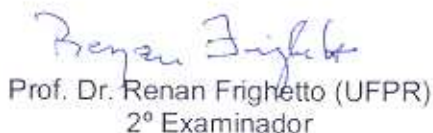
Curitiba, trinta de março de dois mil e onze.



Profª Drª Fátima Regina Fernandes Frighetto
 Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Flocél Sabaté I Curull (Universitat de Lleida/Lérida/Espanha)
 1º Examinador



Prof. Dr. Renan Frighetto (UFPR)
 2º Examinador

Ad O.F.
—anima mea anima—

*Guarda il leon famelico che mira
me misera con orrido semblante,
e credendo che venga seco in ira
pallido fassi, gelido e tremante;
pensa ch'io stetti ne la prigion dira
senza cibo assai di con pene tante,
e ciò pensando l'assalgon le brame
di lunga, ingorda e insopportabil fame.*

Aretino

AGRADECIMENTOS

Que prazer maior há que dar-se conta, a cada amanhecer, da dádiva da vida? Percorrer as ruas sem a certeza do prosseguir do dia, mas com a confiança de cada passo. E encontrar as pessoas, falar banalidades ou profundamente se é o que o momento lhe inspira ou pede. Surpreender-se com a própria imagem refletida numa vitrine qualquer e dar-se conta de que se é tão somente o que se é, extraordinariamente o que se é, incompletamente o que se é. Reencontrar um amigo e nem ainda pensar ou falar, mas com todo o corpo sentir e expressar o quanto ele lhe é necessário, o quanto não lhe pertence, e que este é o mistério de todo amar.

Mauro Castro. *Manifesto bárbaro*. Belo Horizonte, 31 de maio de 2004.

Há muito que dizer em honra de meus professores, e mesmo quanto aqueles em quem não tive a verdadeira ocasião para lhes chamar com este nome. Foi-me notável assim a convivência com o Dr. Carlos Alberto Medeiros de Lima ao longo desses últimos quatro anos, a prontidão e a cordialidade. Devo-lhe um certo aguçamento pela pesquisa e a desconfiança latente com meu próprio trabalho. E mais do que nunca, vejo o quanto se acumula nele das horas ociosas passadas em seu gabinete. Também, preciso mencionar o Dr. Lorenzo Macagni, professor adjunto do Departamento de Antropologia Social nesta Universidade, por primeiro haver me admitido como aluno especial em sua disciplina e pelas reiteradas sugestões, das quais muitas transbordaram nestas páginas.

Com profunda admiração, por sua postura intelectual e circunspeção pessoal, em que tomo modelos, ao Dr. Aquilino Iglesia Ferreirós, professor da cátedra de História do Direito Espanhol na Universidade de Barcelona. Que, solicitamente, acedeu durante nossa correspondência a minhas demandas, facultando-me um material precioso e a sua contribuição inestimável na leitura de alguns capítulos que estão aqui. Do mesmo modo, faço menção ao Dr. Ariel Omar Guance, professor na Universidade de Córdoba e pesquisador associado ao Conicet-Argentina, que com prodigalidade lera meus esboços três anos atrás e me trouxera o contato com o Dr. Flocel Sabaté, abrindo um débito que hoje veio a ser um tanto difícil de reparar.

E com afeto, ao mui caro Dr. António Manuel Hespanha, catedrático da Universidade Nova de Lisboa, com quem, além das aulas no período de março-maio de 2009, pude avançar a uma bibliografia que se tornou fundamental sobre muitos aspectos metodológicos que procurei explorar. Agradeço-lhe, pois, a paciência inesgotável e uma disposição extra por ter lido determinadas partes do meu texto. Não apenas por isso: também a humildade, o fino senso de humor e sua sabedoria e diligência, das quais espero haver podido reter uma pequena parte. Assim, também ao Dr. Andrés Botero Bernal, professor de Filosofia do Direito na Universidade de Medellín, com quem travei

nestes dois anos uma ligeira troca epistolar. Devo agradecê-lo pelos comentários feitos à primeira parte de toda esta dissertação, bem como aos necessários acréscimos que pude tocar a partir deles. De um igual modo, dirijo minhas palavras de agradecimento ao Dr. Ricardo Marcelo Fonseca, professor da Faculdade de Direito desta UFPR, o qual me serviu de ponte a esses dois senhores e a cuja evidência tenho de conceder devida posição, e finalmente por haver me recebido entre os colegas da Pós-Graduação em Direito de onde granjeei uns amigos muito especiais.

Ser-me-á sempre imperioso o reconhecimento pelo valor, a autoridade e os aconselhamentos que me trouxeram atado à minha orientadora; pois, assim é verdade: “εγω τριτης μητρος φανπ τριδουλος, εκφανει κακη” (*Ol.T*), à Dr.^a Fátima Regina Fernandes, pelos primeiros incentivos e pela abertura que me foi dada desde a Iniciação Científica, cujo convite e acompanhamento posterior guardo com gratidão. Igualmente ao Dr. Renan Frighetto, que teve a bondade de me guiar-me ao seu encontro quando pedi uma orientação nos meus primeiros dias da graduação. Diante da benevolência e da prontidão de ambos nestes cinco anos, um agradecimento *sincero* e filial.

Para os professores de tempos antigos, em quem tenho, mais que afeto, consumada gratidão. Ao Professor Elmar Joenck, pelas primeiras lições de latim e as muitas horas desfiadas em sua biblioteca particular, um homem admirável, erudito e humilde, mestre de toda uma vida. À Sra. Tânia Virgínia Grandinetti, que há dez anos me ensinara o italiano e o apreço à simplicidade, e num tempo tão difícil como aquele me tentara a crer e a esperar. Para Sandra F. Arcuri, que um dia me ouviu e me ajudou a aguçar os limites do sensível. Com vênica ao estimado Dr. Roberto C. Botelho Ferraz, pela atenção tantas vezes cordial com que reparara em minha angústia, sendo eu um estudante nada convencional entre as fileiras do Direito. Ao jovem professor, o Dr. Carlos Pianovski Ruzik, que certa vez me ensinara que “*a melhor Musa é a corda no pescoço*” dos prazos esgotados. E ao Dr. Alvacir Alfredo Nicz, Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, e meu antigo orientador no Curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná: certamente terei sempre vívidas as suas palavras de estímulo e a pronta confiança com que então me assinalou.

I ara bé, una mica de català per agrair aquest important nom dintre tothom. Amb gratitud al meu boníssim i molt benvolgut Prof. Dr. Flocel Sabaté i Curull, catedràtic de Història Medieval a Universitat de Lleida. Per la seva sovint sol·licitud i amistat en aquests darrers anys veritablement fonamental damunt de tot, i per la recepció que m'ha fet quan he arribat a Lleida, fins i tot, a la bona conversació i orientació força necessàries des de aleshores. També, jo vull donar molts agraïments a el Josep Salvia, la Sra. Gemma Carnisé Puñet i als altres membres del Grup de Recerca de Estudis Medievals “Espai, Poder i Cultura” de la mateixa Universitat.

Também, dirijo-me aos amigos do Instituto Cervantes e às Professoras Carmen Jorba Sans e Mercedes Establier, pelas primeiras lições de catalão, pela acolhida e pelo apoio sincero diante das

dificuldades na pesquisa do mestrado. Do mesmo modo, aos colegas do Instituto Brasileiro de Filosofia “Ramon Llull”, muito especialmente ao grande amigo Dennys Robson Girardi, pela receptividade, a amizade grata e presente, além de todo o suporte mui honesto que me vem dado.

Impossível de omitir: meus cumprimentos aos amigos que fui fazendo naqueles lugares em que, nos últimos dois anos, tornei-me assíduo frequentador. Pelas horas de boas conversas, da força tão alegre e, claro, dos contratempos que elas me trouxeram junto dessa boemia bem-comportada de cafés e bares curitibanos. Aos amigos Luiz Felipe Leprevost e Alexandre França e demais cúmplices, pela companhia formidável e por me haverem concedido um apoio bem maior do que tenham podido suspeitar. Obrigado pelos desvios e pelas interrupções. E os cafés: parece que meus hábitos se impuseram bem nos últimos três, quatro anos, e isso apenas teve chance de ser graças à cordialidade dos funcionários e amigos do Café Mafalda e do Café Lucca. Lugares a que me apeguei muito e onde a maior parte dessas linhas *aconteceram*: um abraço muito afetuoso a todas as pessoas que nesse tempo me volveram tanto zelo e fizeram de meus dias menos solidão.

Bem, e devo mais do que poderia dizer, a meu amigo Sandro A. Richter Gomes. Ele não foi apenas o melhor colega dos meus anos da Graduação na História, como também aquele que até hoje me concedeu as críticas mais sinceras e valiosas. Nem sempre concordamos, e tenho cá a impressão de que haverá o suficiente para que se contrarie comigo; embora nada disso me impediu de insistir em seus conselhos nem lhe dizer minhas queixas. Um tipo singular de confessor, o *Grilo Falante* a soprar faíscas ao meu ouvido, quem me fez lembrar o que havia de importante no pensamento crítico, e depois a consciência com que isto deveria ser feito.

Também aos demais companheiros acadêmicos, uns poucos, bem poucos, em quem descanso minhas palavras de amizade: Bruno Lorenzetto, leal e sincero, terno e respeitoso, o amigo que quero ter a trocar palavras ao longo do meu programa de velhice, Michael Dionisio de Sousa, servo do slogan cristão *fides, spes et charitas*, e amigo acima de todos os emblemas, Felipe Bley Folly, que faz loas à minha ironia quando deveria chamá-la *sarcasmo*, Oriana Stella Balestra, amiga dedicada e ciosa, com quem mantenho dívida bem grande, André Pinto Donadio, única e tão irreverente testemunha dos meus anos na Graduação em Direito, Pérola de Paula Sanfelice, uma dessas pessoas queridas que espero guardar por muito tempo, Daniel Verginelli Galantin, um desses inesperados e firmes companheiros, Maria de Fátima Valério, pela gratuidade de espírito e a expectativa altaneira da amizade, Wagner Tauscheck, meu amigo com bom coração, Samuel Rodrigues Teixeira, meu amigo sem bom coração, mas dono de um que é tão condescendente quanto o meu, Nayara Elisa de Moraes Aguiar, por me entender tão bem, mesmo sem ter a consciência do quanto que há nisso, Rafael José Bassi, pelo apreço e a sua prosaica conterraneidade, Valdineli Ribeiro Martins, o ombro amigo de tantas horas difíceis, Mariana Bonat Trevisan e Luiz

Felipe Alves Guimarães Coelho, pelos passamentos alegres, a bondade dela e a galhofa dele, Anselmo Ruppel, meu ouvinte preferido, companheiro de mil perdidos desatinos.

Aos amigos que fui colhendo pelo caminho, e que embora com bem pouca convivência, mostraram-me o belo e vário das pessoas. *Multitudine hominem*: Leonardo Henrique da Silva Lopes, uma das pessoas que desde Barcelona mais me acompanhou e me amparou ao longo dos últimos meses, certamente das mais *alegres!* que encontrei na vida, Fabíola de Amorim e Joice K. Cebage, que completam a trupe, obrigado por me puxarem pela mão cantando em meio às *ramblas*, Carolina Caputo e meu italiano favorito, Alessandro Marra, que juntos são *eleganza e pazzia*, Florent Benoit, por se fazer de companheiro desde as rodas da *sardana* às idas de uns acalorados brasileiros, Eder Blanco e Luana Braga Santangelo, a hospitalidade e todo o carinho, que trago tesos em meu peito, Gabriela Arantes Marengo, por ser tão gentil comigo, por rir das minhas piadas ruins, Mateus Conceição, por se preocupar comigo, ainda que *do seu jeito*, as primas Renata e Márcia Tostes, mãe e filha que me acolheram como natural do ninho, Magda Suzana Lunkes, por ser minha amiga e em muitos instantes inesperados toda a minha família.

Nesta posição, faço especial agradecimento a alguns dos amigos desses últimos anos. A essas pessoas que se tornaram notáveis com solidariedade, paciência e liberdade, a tratarem-me sempre debaixo de eficaz apoio na emergência desses dias mais atribulados. Quer seja pela simplicidade da afeição, com as horas divididas num café a me suportar, rindo-se do banal que havia em tudo isso. Amigos que vivem tão longe, como meus queridos mineiros Fernando Marques Alvarenga (quem me trouxe o *Manifesto bárbaro*) e Débora Vieira, ou alguns com quem tenho pouco contato ou nenhum, mas que permanecem vívidos e grandes.

Para a querida Fabiane Ammend Ariello, minha amiga mais presente, a alma tão dedicada e a mais bela, que corrigiu as provas deste texto e acertou-me inúmeras traduções para o inglês, quem ao longo destes últimos oito anos fez mais por mim do que poderia dizer. Também, para o meu afável Ivan Koltun Rebutini, que é esta verdadeira surpresa entre os tipos humanos. O amigo que me deu seu tempo e a dedicação de um irmão. Foram estas duas pessoas as que me mostraram, com zelo e tempo, concórdias e entreveros, o belo sentido da amizade.

Ao bom amigo Douglas G. Catisti, *manus pare*, intangível, o mais grave entre os graves.

Para algumas pessoas de minha família que me amaram, me educaram, e me deram toda a liberdade de pensar o que penso –mesmo quando este pensar pareceu-lhes não agradar lá muito bem–. Primeiro minha mãe, Shirley Lemes dos Santos, quem entre extremos sempre me proveu e me amou. Minha irmã, querida irmã Francycle Ribeiro Tostes, motivo de meus maiores orgulhos e de minha crença em algo que seja melhor. À minha tia-avó, a Sra. Dalila dos Santos de Farias, pelas horas de cuidado, por tanta felicidade que me deu e a paciência que teve comigo nos dias da

puerícia, quando eu ainda era aquela criança insolente e enérgica. E à memória de seu marido, meu tio por afinidade, Severino Henrique de Farias, homem bruto e singularmente afável, um paraibano filho de pai português que me fez as vezes de avô, e quem até bem pouco tempo me enchia os bolsos com doces como se o tempo ainda perdoasse a minha fuga das últimas infâncias.

Também pr'a minha avozinha, Benedicta Judith da Cruz, a *visavó* Dita que amei como a nenhuma outra criatura, e que neste ano faria seus cem anos de vida, se viva estivesse. Agradeço-a pelos mimos e pela austeridade, pela indistinta presença de uma memória que tomei como minha, pelo fascínio de ver na parede o retrato do seu pai, o velho João Ignacio da Cruz, homem-severo-com-cenho-crispado, antigo emblema de um tempo e agora não mais que uma ideia. Olho-o ainda e penso, sobretudo penso, no tempo que o tempo faz. Também, à memória de sua irmã, a Sra. Maria da Cruz Loyola e todos os primos Loyola que colorem um amontado da paisagem de antigamente.

À minha querida tia-avó, Sra. Adelaide dos Santos, a quem cabe meu transpirar, meu amor, minhas linhas, minha disposição. O patrimônio que tenho, a fluidez de cada invenção, os incontáveis caprichos que moldaram nisso, há um papel especial que lhe cabe. Do meu amor aos livros ao meu amor *por ter livros*, tudo lhe remete. Lembro agora de um certo dia, era o ano de 1987; e eu, cheio de convicção quando telefonei a ela, pedindo uma palavra oficial: “*Não é verdade, Laide, que todos os livros daqui são meus? Fala pra vó Dita, fala que você me deu os livros!*” A todas estas coisas, as passadas e certamente as próximas, que serão possíveis por sua causa, que me *permitiu* dando-me o mais precioso dos dons: a liberdade das horas. Era isto que dizia E. Cioran:

Un patrimoine bien à nous: les heures où nous n'avons rien fait... Ce sont elles qui nous forment, qui nous individualisent, qui nous rendent dissemblables.

À memória de dois homens brilhantes, presenças notáveis em cada diferente época de minha vida e também chegadas nas curiosidades da genealogia. A esse meu primo bem mais velho que eu, parente em terceiro grau, o saudoso Osvaldo Cruz, a alma tão gentil, o mais cordato dos temperamentos. Sempre com saudades das vigílias à café, montecristo, xadrez e as fugas do “*Cravo Bem-Temperado*”. Ah, a única vitória de xadrez que lhe impingi: vitória por condescendência! O outro parente, meu querido Sr. Marcelo Moreira Tostes, primo mais remoto mas assim mesmo primo, da progênie que se entronca lá nos idos do XVIII, numa pequenina freguesia da ilha Terceira nos Açores. Conselheiro epistolar, uma alma sensata, o septuagenário mais jovial que frequentei. “*Maiúsculo*”, dissera-me ele, lendo o esboço do projeto que escrevi à candidatura do mestrado.

TOSTES, Rogerio Ribeiro. *“Ells tenen a nós com a senyor, e nós a ells com a bons vassalls e companyons.” Principatus Cathaloniae, o aparato institucional e seu verbum: Dos Usatges de Barcelona às Cortes Gerais de Montsó (1382-1384).* Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

RESUMO

No âmbito das dinâmicas ibéricas trecentistas, o conjunto político integrado pelas terras e pelos reinos do rei de Aragão apresenta as feições de uma unidade singular. Em parte isto significa o reconhecimento de sua constituição original, segundo um complexo de relações paralelas e coexistentes que, no caso do principado da Catalunha, concederia uma integração deste complexo apenas mediante a verticalidade da instância monárquica. Na medida em que essa condição se consolidava e se mantinha, a invocação aos valores locais institucionalizava o papel do direito consuetudinário como força de refração às medidas de absorção régia. A singularidade na colocação desses espaços de autonomia levou a historiografia especializada a designar sua essencialidade jurídico-política pelo termo de uma entidade coesa, sob a vocação de “pactismo” institucional. Por mais questionável que essa noção possa parecer e de fato o seja, resta dela alguns indicativos que delineiam a natureza da autoridade régia na configuração das dependências contextuais daquela centúria. Na medida em que o monarca cede crescentes prerrogativas aos seus estamentos, abre mão de recursos fiscais indispensáveis para a concretização de uma política externa; criando uma situação que lhe obrigaria à intermitente recorrência a seus súditos mediante as assembleias de Cortes, para, sempre mais, requerer-lhes novos donativos. Ao cristalizar essa condição, as reuniões curiais ascendem para se sobrepor ao próprio monarca pela postulação jurídica das *constitutiones* e pela fundação de um corpo fiscal, a *Diputació del General*, permanente e alheio aos oficiais régios investidos na arrecadação. Finalmente, assiste-se a uma verdadeira viragem da atuação destinada ao soberano, que neste momento perde os meios concretos de efetuar as pretensões de um discurso centralizador, passando à dependência dos instrumentos observados em cortes a partir de um manejo de fundo discursivo, decantado pelo recipiente jurídico tradicional: os *Usatges de Barcelona*, as constituições de *Pau i Treva* do período condal e as capitulares de cortes, que, desde 1283, sedimentam a “dialética” institucional no principado catalão. O recorte terminal dos Trezentos indica, sob o *cabdal* reinado de Pere el Cerimoniós, um tensionamento de todos estes vetores, demonstrado na articulação de uns conteúdos jurídicos feitos para a reposição do debate político entre o rei e seus braços estamentais. Essas estratégias concertam o fecho das variáveis históricas de um período fundamental para afirmação do principado inserido na Coroa de Aragão, e desta ante as dinâmicas peninsular e mediterrânica com as quais se via intimamente enredada.

Palavras-chave: Principado da Catalunha; Cortes Gerais; Pactismo Jurídico.

TOSTES, Rogerio Ribeiro. *“Ells tenen a nós com a senyor, e nós a ells com a bons vassalls e companys.” Principatus Cathaloniae, the institutional apparatus and its verbum: From the Barcelona Usatges to the Medieval Courts of Montsó (1382-1384).* Master of History Dissertation, Federal University of Paraná, Curitiba, 2011.

ABSTRACT

Under the trecentist Iberian dynamics, the political ensemble which gathers the king of Aragon's lands and realms resembles a singular unit. In part this denotes the recognition of its original constitution, according to a complex of parallel and concurrent relationships which, in the case of the principality of Catalonia, would grant an integration of this complex only by the verticality of the monarchical instance. Since this condition was consolidated and maintained, the invocation of the local values institutionalized the role of consuetudinary law as a force of refraction to royal absorption measurements. The singularity in the placement of these spaces of autonomy led specialized historiography to designate their political and legal essentiality by terms of a cohesive entity: institutional “pactism”. As questionable as that notion might seem, and in fact it is, some indications of her remain to outline the nature of royal authority in the contextual dependencies of that century. Since the monarch bestows growing privileges to his states, he gives up on fiscal resources that are imperative to the implementation of a foreign policy; thus creating a situation that requires the intermittent recurrence of his vassals on the assemblies of the Cortes to require them more and more new donations. When this situation was crystallized, the curial meetings ascend to overlap the monarch himself through the juridical postulation of the *constitutiones* and the foundation of a fiscal body, the *Diputació del General*, which was permanent and independent of the royal officers invested in the tax revenues. At last, there is a complete change in the sovereign's performance: at this moment, he loses the concrete means of implementing the pretensions of a centralizing discourse, and starts depending on instruments seen in courts from a maneuver with a discursive background, decanted by the traditional legal recipient: the *Usatges* of Barcelona, the *Pau i Treva* constitutions of the condal period and the courts' chapters, which, since 1283, cement the institutional “dialectic” in the Catalan principality. The terminal recorte of the Fourteenth century indicates, under the *cabdal* reign of Pere *el Cerimoniós*, a tension of all these vectors, shown in the articulation of some legal contents created to restore the political debate between the king and his states. These strategies mend the closure of the historical variables of a crucial period to the asseveration of the principality inserted in the Crown of Aragon, and of the Crown itself faced with the peninsular and mediterranean dynamics with which it was closely entangled.

Keywords: Principality of Catalonia; General Courts; Juridical Pactism.



Detalhe de uma capitular representando o cerimonia de autocoroação
do Livro de “*Ordinacions fetes per lo senyor en pere terz rey d'aragó
sobre lo regiment de tots los officials de la sua cort*”

SUMÁRIO

1	INTRÓITO
14	<i>PROLEGOMENA</i>
15	I. Da interpretação à criação, uma epistemologia do fazer histórico
41	II. Um <i>topus</i> para a análise
48	III. Instrumental analítico: algumas modelações conceituais sobre a <i>instituição</i>
78	IV. Determinando o objeto: limites contextuais e proposta de pesquisa

PARTE I

O MARCO JURÍDICO MEDIEVAL E A PAISAGEM INSTITUCIONAL CATALÃ

93	1. A FORMAÇÃO DO DIREITO MEDIEVAL E OS VÍCIOS DA RETÓRICA FILOGENÉTICA DO ESTADO
93	1.1. O elogio romanista: a “ <i>ars ex aequo et bono</i> ” e a ficção da ordem jurídica
98	1.2. Umas (ir)razoáveis (des)continuidades: o estado onipresente no tempo
107	1.3. O discurso dogmático e sua estratégia da representação
115	1.4. Os desvãos do estatismo político e sua historiografia jurídica: temos um estado?
121	2. A ABORDAGEM CALASSIANA DO DIREITO COMUM COMO <i>SISTEMA IURIS</i>: CONTRASTES COM OS ORDENAMENTOS CATALÃES
121	2.1. A herança de Francesco Calasso na história do direito medieval
131	2.2. A recepção romanista nos condados catalães: matizes ao <i>ius commune</i>
142	3. ASSEMBLEIAS DE <i>PAU I TREVA</i> E O PRIMADO DE BARCELONA
142	3.1. As primeiras assembleias e sua razão de ser institucional
152	3.2. Da <i>Pax Dei</i> à paz territorial dos condes de Barcelona
166	4. Os <i>USATICI BARCHINONAE</i> NA TRADIÇÃO JURÍDICA DO PRINCIPADO
166	4.1. O texto e o contexto: as compilações dos <i>Usatges</i> de Barcelona
174	4.2. O assento do direito escrito “ <i>secundum usaticum</i> ”
184	4.3. Os <i>Usatges</i> e os ordenamentos catalães: a sua identidade institucional

PARTE II

AS CORTES CATALÃS E A PAISAGEM INSTITUCIONAL TRECENTISTA

194	5. FRAGMENTAÇÃO JURISDICCIONAL E RECUOS AO PODER MONÁRQUICO
194	5.1. A vocação mediterrânica e os prelúdios da expansão
202	5.2. A modulação institucional após as Cortes de 1283
216	5.3. Jurisdições urbanas e crise institucional: obstáculos ao discurso centralizador
238	6. O CONTEXTO RÉGIO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIV
238	6.1. O rei e o <i>braç reial</i> : do levante unionista às Cortes de Perpinyà de 1356
258	6.2. Da luta contra Pedro <i>el Cruel</i> ao envolvimento na Guerra dos Cem Anos
269	6.3. O <i>fet de Sardenya</i> : os esforços contra a liga sardo-genovesa
280	7. A ORGANIZAÇÃO E O DISCURSO POLÍTICO NAS CORTES
280	7.1. A voz do rei e de seus braços: ação e linguagem política
296	7.2. O cerimonial das cortes e sua tipologia normativa e documental
309	8. AS ÚLTIMAS CORTES DE PERE <i>EL CERIMONIÓS</i>
309	8.1. O discurso jurídico e o ligame institucional no principado
319	8.2. As Cortes Gerais de Montsó-Fraga de 1382-1384
341	CONCLUSÃO: <i>Teste David cum Sibylla</i>
346	BIBLIOGRAFIA
347	I. Documentação publicada
348	II. Referências bibliográficas
377	APÊNDICES
378	I. Extratos de documentação curial
387	II. Duas miniaturas

INTRÓITO

Ao se descer um pouco distraidamente pela Carrer de Sant Sever, uma ruela medieval, tão estreita e obscura como muitas outras do Bairro Gótico, se pode entrar à Plaça de Sant Felip Neri, encravada num dos passeios tortuosos daquela parte antiga de Barcelona. No centro da praça há uma fonte d'água bem simples em base octagonal, cercada de prédios mais ou menos anteriores ao século XVIII, como a igreja que lhe dá nome e que cresce robusta aos olhos de quem chega. Em seus frontões de pedra ainda se conservam os sulcos profundos, abertos com rajadas de metralhadora pelas milícias pró-franquistas que ali deram cabo de seus opositores durante a guerra civil. A ferida aberta nas paredes do templo persiste, intacta, para a mirada do visitante contemporâneo. E com ela sua presença empresta cenário à própria memória do trauma coletivo, dia a dia alimentado pela celebração da derrota, pela repetição dos mitos de uma expoliação histórica que se enfileira desde o entoar d'*Els Segadors* até a recuperação do dia 11 de setembro, o “dia nacional da Catalunha”.¹ Esta data é a que reporta a derrota dos sitiados na cidade condal pelas tropas de Felipe V de Bourbon e impingira a retração das liberdades catalãs mediante o *Decreto de Nueva Planta* no mesmo ano de 1711.² Neste sentido, os rumos advindos com a vitória de Franco e as consequências do novo regime retificam essas bases do ideário catalanista, que se vê aliado ao patrimônio das antigas agressões para celebrar o emblema da propaganda identitária.

¹ LLOMBART, Maria. Mytos y construcción identitaria en el exilio: Un ejemplo: los catalanes en Francia (1939-1959). PETRICH, Perla. PREMAT, Julio. LLOMBART, Maria (orgs.). **Les sujets contemporains et leurs mythes en Espagne et en Amérique latine**. Alacant, Université Paris 8, Universitat d'Alacant, “Grup d'Estudis transversals: literatura i altres arts en les cultures mediterrànies”. Paris: Université de Paris 8, Vincenne-Saint-Denis, pp. 1-14. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/>>. Também, sobre a *Guerra dels Segadors*, v. SIMON, Antoni. Catalunya Moderna. In: BALCELLS, Albert (org.). **Història de Catalunya**. L'Esfera dels Llibres, 2006, pp. 630-641.

² São muitas e discutidas as consequências institucionais deste decreto, dado num primeiro momento de grande buliço da recém vitoriosa dinastia bourbonica. Conquanto se tenha revelado insustentável a anterior disposição revogatória do decreto, sobre as liberdades forais dos domínios da Coroa de Aragão, restituindo-as logo em 1715, quedava a pretensão de unificar o quadro político da monarquia espanhola à razão de uma clara convergência castelhana; tal privilégio permite que se contemple “*por esta razon mis fidelisimos vasallos los Castellanos oficios y empleos en Aragon y Valencia, de la misma manera que los Aragoneses y Valencianos han de poder en adelante gozarlos en Castilla sin ninguna distinción: facilitando yo por este medio a los Castellanos motivos para que acrediten de nuevo los efectos de mi gratitud, dispensando en ellos los mayores premios, y gracias tan merecidas de su experimentada y acrisolada fidelidad, y dando á los Aragoneses y Valencianos, reciproca é igualmente mayores pruebas de mi benignidad, habilitándolos pára lo que no lo estaban*” (cit. in: IGLESIA FERREIROS, Aquilino. Carta del Director. In: **Initium**. Revista Catalana d'Història del Dret, nº 13, Associació Catalana d'Història del Dret “Jaume de Montjuïc”, Barcelona, 2008, p. XXVII).

Ao mesmo tempo, com o olhar voltado para trás, comemora-se a recordação de um passado prodigioso, sentindo a terra exilada da própria terra. É como faz soar a reminescência queixosa do troiano Eneias, “*ubi Troia fuit*” (*Æn.* III), amargurando-se da ruína que esmagara a beleza de um tempo e toda sua civilização. A reminescência reconstrói-se, assim, para a afeição que se projeta à pátria abatida. Ela dita a recuperação da narrativa, donde uma conexão simbólica com o passado mítico ameniza e garante o futuro do ser comunitário, com um longo trajeto que trafega pelos esboços da nação e de sua *comunidade imaginada*.³ É neste jogo que a narrativa cresce, e em cujo registro o sentido da linearidade “*perde-se e recupera-se infinitas vezes, figurando apenas por ligações miméticas*”.⁴ Estas projeções contemplam um universo enorme, que coleciona por diferentes índices de reconhecimento os valores de uma plena identidade, que como lhe cabe, repercute em seus modelos linguísticos, históricos, políticos e jurídicos, ou de uma forma ligeira e larga, meramente *institucional*. Bem assim, o acúmulo destes registros consegue percorrer todas as temporalidades possíveis, criando sua própria cronologia e entrincheirando dentro do vértice histórico um fundamento para o destino nacional.

Detendo-se no aspecto mais institucional da questão aparece uma variada miscelânea de artefatos simbólicos, que se cruzam entre o “puramente político” e o “puramente jurídico”. Dessarte, a tramitação do registro histórico parece receber um decalque especioso; eventualmente confuso ou demasiado complexo para seja simplesmente taxado por anacronismos. É disto que se fala quando se observam as palavras de Ferran Valls i Taberner: “*En el segle XIV el poble català, en general, era lliure i constituïa una característica organització democràtica*”.⁵ Por inconcebível que seja, essa valoração não pode ser recebida sem uma compreensão prévia do contexto historiográfico de Ferran Valls ou de Jaume Vicens Vives. Do mesmo modo, a leitura alimentada pelos artífices dessa historiografia encontrava seu recuo no contexto social de uma época que aprendera a valorizar sua *identidade* pela singularidade de suas próprias tradições. Eis a razão que impele o avultamento dos escritos, que, desde os autores do século XIX até uns recortes significativos do segunda metade do XX, se envolveram na montagem desse repertório histórico das suas instituições nacionais.⁶

³ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 32 ss.

⁴ TOSTES, Rogerio R. Territórios imaginários: a institucionalização do discurso intelectual na construção identitária catalã. **Anais do I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder e I GeoSimpósio**, Curitiba, 2009, pp. 14-15. Disponível em: < http://www.nilsonfraga.com.br/anais/TOSTES_Rogério_Ribeiro.pdf>.

⁵ VALLS, Ferran, SOLDEVILA, Ferran. **Història de Catalunya**. Vol. II. Barcelona: Publicacions de l'Editorial Pedagògica Associació Proctetora de l'Ensenyança, 1923, p. 139.

⁶ CREIXELL, Joan. FERRÉ, Xavier. Revista *La España Regional*. Un exemple de la historiografia romàntica. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 97-103.

Mas se a salvaguarda dessas instituições persevera em todo o debate político, ela ainda há que se mascarar através dos discursos jurídicos, os quais passam a reivindicar o enunciado das chamadas “liberdades originárias”. Sua difícil detecção –histórica ou mesmo jurídica– passa pela abertura de novos dissensos. Pois, valendo-se dos mesmos pontos de apoio que embasam os dísticos identitários, o catalanismo político acirra as defesas de seu nacionalismo para levantar a defesa de uma suspeita continuidade institucional. A lembrança dos marcos culturais deve encerrar esse *espelho de um país*, que a propósito dos folclores em torno do dia São Jorge leva o então presidente do parlamento catalão, Ernest Benach, a justapor esse “*reflex significatiu d’allò que som*”, sempre sublinhando a singularização nacional e o espírito vivo de um catalanismo político.⁷ As devoluções desta continuidade agitam mui concretamente a realidade dos envolvimento discursivos, estimulando posições e conclusões incisivas sobre o dizer histórico. Apenas para ilustrar o que digo, permito trazer esse exemplo bastante expressivo: em abril de 2010, os magistrados do *Tribunal Constitucional Español* se viram divididos. Tendo de enfrentar a espinhosa tarefa de votar a sentença sobre a constitucionalidade de vários dispositivos do recente *Estatut d’Autonomia de Catalunya*, os seus juízes sofriam com o impasse exercido pelas diferentes pressões políticas do momento. Mesmo dentro do colegiado, pela divisão havida entre uma facção moderada e outra mais conservadora, encontravam-se dificuldades evidentes para acomodar conforme um nível aceitável de constitucionalidade os altos ecos do nacionalismo catalão.⁸ O texto original do estatuto começa, por exemplo, a declarar desde seu preâmbulo que a região autônoma se define como *nação*, levando de imediato a uma afronta do princípio de indissolubilidade da soberania do estado espanhol. Ou então, com o seguinte tópico, dentro de seu artigo 129, o qual instaura limites de competência para jurisdição civil, obrigando-se a acrescentar cláusulas “*sin perjuicio*” dos preceitos constitucionais espanhóis, através de umas embaraçadas tentativas de adequação feitas pelo egrégio tribunal. O mais curioso nesse instante parece ser a inclusão, logo no artigo 5º, de uma remissão taxativa aos *dereitos històrics catalans*:

L’autogovern de Catalunya com a nació es fonamenta també en els drets històrics del poble català, en les seves institucions seculars i en la tradició jurídica catalana, que aquest Estatut incorpora i actualitza a l’empara de l’article 2, la disposició transitòria segona i altres disposicions de la Constitució, preceptes dels quals deriva el reconeixement d’una posició singular de la Generalitat amb relació al dret civil, la llengua, l’educació, la cultura i el

⁷ BENACH, Ernest. Sant Jordi, mirall d’un país. **El Periódico de Catalunya**, dijous, 23 de abril de 2009. Disponível em: <www.elperiodico.cat> consulta em 7 de setembro de 2009.

⁸ EL PAÍS. “El bloque progresista intentó salvar la financiación fijada en el Estatuto”, Madrid, domingo, 18 de abril de 2010, pp. 16-17.

sistema institucional en què s'organitza la Generalitat.⁹

Precisamente, fala-se de uma atualização desse corpo jurídico em proveito da suposta permanência de seus valores culturais mais caros. E como se retifica logo na *Disposició adicional primera*, essa atualização não implica a renúncia da supremacia normativa da constituição espanhola mas uma harmonização com seus dispositivos. De todo modo, esses *drets històrics* tentam revitalizar a herança de instituições e costumes jurídicos do antigo principado da Catalunha, com paulatina sedimentação na sede de seus famosos marcos medievais, que nomeadamente estão entre os *Usatges de Barcelona* e as *Constitucions de Catalunya*.¹⁰ Mas na tentativa de sentença que fracassara, para não criar margens de risco, o tribunal reduziria esta normativa sob o pretexto de que o direito histórico não poderia forjar fundamento jurídico de autogoverno e de que esta prerrogativa excedia os limites arrojados por todos os estatutos homólogos, das demais regiões autônomas espanholas.¹¹ De todo modo, as questões suscitadas pelo embróglio constitucional mostram a dimensão de imprecisão dos apontamentos históricos trazidos para o interior do diploma catalão. Sobre a natureza desses dispositivos, caberia perguntar: eles tratariam de promover meros efeitos declarativos em prol do ideário nacionalista, e longe da criação de efeitos normativos concretos, ou esses dispositivos chegariam a ponto de colocar uma afronta real aos preceitos constitutivos da soberania do estado espanhol?

⁹ O projeto original sancionado pelo parlamento catalão data de 2006: Ley Orgánica 6/2006, 19 de julio de reforma de EAC in: <<http://www.tribunalconstitucional.es/>>. Para a versão catalã do documento: **Estatut d'Autonomia de Catalunya**. Disponível em: <<http://www.parlament-cat.net/>>.

¹⁰ TOSTES, Rogerio R. Apontamentos sobre o direito medieval catalão: autonomia e pluralismo jurídicos na tradição histórica catalã (XII-XIV). **Revista Pensar**, nº 14/1, Fortaleza, 2009.

¹¹ Na última sentença do tribunal espanhol (STC 137/2010) em resposta ao recurso de inconstitucionalidade (8.675/2006) impetrado pelo *Defensor del Pueblo*: “Este es el caso del ya citado art. 2.4 del Estatuto, según el cual ‘los poderes de la Generalitat emanan del pueblo de Cataluña’. El Defensor del Pueblo discrepa del criterio del Consejo Consultivo de la Generalitat que ha aducido en pro de la constitucionalidad de este precepto que en otros Estatutos de Autonomía se utilizan expresiones similares (arts. 1.2 del de Canarias, 1.3 del de Andalucía, 1.2 del de Aragón y 10.1 del de Castilla y León) y que el propio Estatuto catalán hasta ahora vigente decía en su art. 1.3 que ‘los poderes de la Generalitat emanan ... del pueblo’, sobreentendiéndose que se refería al pueblo catalán. Por el contrario, la institución recurrente entiende que en ningún otro Estatuto se hacen proclamaciones como las que contiene el preámbulo del catalán sobre el sentimiento y la voluntad de la ciudadanía de Cataluña de definir a ésta ‘como nación’, ni se pretende encontrar el fundamento del autogobierno, además de en la Constitución, ‘en los derechos históricos del pueblo catalán’, es decir, en un fundamento adicional y autónomo en la medida en que tales derechos no están reconocidos por la Constitución.

Para el Defensor del Pueblo el inciso impugnado del art. 2.4 EAC es inconstitucional por radicalmente contrario a los arts. 1.2 y 2 CE, ya que el pueblo catalán del que dice que emanan los poderes de la Generalitat es ese mismo pueblo al que el preámbulo considera titular de unos ‘derechos históricos’, y por esta misma razón es igualmente inconstitucional el inciso impugnado del art. 5 EAC. Ambos preceptos pretenden erigirse junto con la Constitución en el fundamento del autogobierno de Cataluña, y a su mismo nivel. La soberanía nacional, que reside en el pueblo español, ya no sería el único fundamento y el único origen de todos los poderes del Estado, como dice el art. 1.2 CE, puesto que una parte de esos poderes, los de la Generalitat, emanarían de una fracción del pueblo español, el pueblo catalán, y tendrían su fundamento último en un título también originario, como la soberanía nacional, en cuanto no nacido de la Constitución: los autoproclamados derechos históricos de la aludida fracción.” V. a íntegra in: <<http://www.tribunalconstitucional.es/en/jurisprudencia/Pages/Sentencia.aspx?cod=10045>>.

De momento, movendo-se nesta larga indeterminação, apenas é importante assinalar o potencial criativo ou reivindicatório alcançado pelo registro histórico para a declaração de pretensões políticas tão poderosas. Não é de causar grande surpresa que os articuladores desse registro sejam tão prestigiados, e que a própria destinação dos enunciados por eles criados seja tema de tantas reposições. É com essa base de questões –algumas delas, mantidas em silêncio mas nem por isso menos presentes– que passo a propor minhas escalas ao trabalho que se introduz:

(i) Assim, alcançam-se dois eixos problemáticos, e que tendem a enfocar um mesmo elemento de crítica. Esta crítica diz respeito antes de tudo ao problema da construção ideológica do estado. Ou melhor, não apenas *do estado*, mas de uma historiografia afiliada à história do poder como repertório estatista. Por isso, interessa-me pouco criticar os efeitos positivos ou não dessa montagem. Está fora de questão decidir, à luz de determinadas circunstâncias históricas, qual modelo de organização institucional teria sido apropriado ao desenvolvimento político catalão. Ao invés, tenta-se uma reflexão propensa a depurar alguns dos maiores sequestros praticados por uma tradição historiográfica deste tipo, para em seguida introduzir um prévio contexto da paisagem institucional que serviu ao desenvolvimento das cortes durante o século XIV. Ou ainda, não meramente um contexto, mas um duplo pretexto: o dos debates parlamentares e da inserção interpretativa que destaca essa específica escolha metodológica. Seguindo o plano de exposição que venho adotando, permitirei-me um ensaio inicial sobre os torneios que constituíram as orientações determinantes de alguns temas comuns ao debate que afeta este campo de colocações.

Para isto, a escolha daqueles dois eixos convirão bastante. O primeiro deles, firmado desde uma perspectiva interpretativa um tanto particular, divide-se nas duas primeiras seções deste capítulo, tomando em vista, logo na primeira, a interponência dos estudos romanistas coligada a uma gênese estatista. Na segunda seção, resgata-se o polêmico sentido atribuído ao *ius commune* como envoltório universalizante de racionalidade jurídica medieval. Esse viés analítico tendeu por muito tempo a uma posição majoritária dentro da historiografia jurídica, que considera a fragmentação e a pluralidade dos ordenamentos como regulados sob uma entidade sistêmica, perfeitamente lógica e harmonizada em seus conteúdos de autocertificação. Esta posição, mesmo que tendendo à negação daquela de matriz estatista, atua em um plano muito estrito de problematizações, perceptível por exemplo desde o seu recorte estrutural e chegando até suas conclusões de validação metodológica. Ora, nada disto está tentando ocultar suas originais intenções, e a legitimação de discursos predeterminantes, junto a uma acomodação de dinâmicas políticas contemporâneas, encerram os primeiros pontais de uma teleologia que opera a seleção

dos vestígios em honra de uma nomenclatura de certificações históricas assombrosa.¹²

Envida-se assim interpor alguns freios e matizar o alcance desse esquema, em que se convoca um segundo eixo de natureza demonstrativa. Este aparece tomado pelo caso catalão em sua diversidade de composições institucionais, de pluralismos forjados na miscelânea de uns sedimentos históricos das avançadas fases da expansão cruzada ao vale do baixo Ebro. Todavia, muito longe de falar de sua totalidade, elegeu-se um ponto restrito do mundo hispânico, que atende historicamente pelos condados da Catalunha em torno de um marco originado desde a dinastia condal de Barcelona e que, afinal, converge ao destino temático proposto nestas primeiras linhas. Com essa demonstração contextual se espera relativizar o plano interpretativo tradicional que associa a herança irradiante do direito comum ao núcleo dos estudos renascentistas da escola dos glosadores. O que se propõe é verificar o limitado teor do discurso jurídico do *ius commune* como fonte agregadora dos ordenamentos medievais. Destacando, finalmente, que a recepção de um direito teórico –mais *técnica* e menos *conteúdo*– operou em seus diferentes contextos a transformação, algumas vezes radical, de uma tradição jurídica particular, dotada de seu próprio contexto e historicidade, para a reposição de sentidos colocados noutros espaços de organização onde então se formavam constelações de esquemas institucionais bastante diferenciados entre si.

Apenas para antecipar as coisas, direi logo que não creio que a justaposição dessas análises obstrua a sequência pretendida pelos capítulos posteriores. Essa composição tende a reforçar a crítica mantida desde os *prolegomena* em sua atitude de participação do discurso do saber, um discurso eminentemente *político*, ao objeto histórico e seu local de fechamento narrativo. Justamente, com a exposição dessas figuras discursivas logo à partida, impõe-se uma relação ostensiva contra os elementos dos quais se quer divorciar. Esse acerto de contas inicial permite construir –e, em alguns casos, reconstruir– a trajetória analítica prometida sobre todo o conjunto histórico que se pretende esventrar. E, por consequência, esta posição deve ser mantida quando se tocam os condados da banda pirenaica dos séculos XI-XII, infletindo a paisagem que dá forma a ordenamentos jurídicos muito particularizados e a uma coletividade historiográfica que tende a encapsular na prática as mesmas chaves de leitura sobre eles. Não deve ser gratuito, portanto, o modo notável que essa historiografia tem se desenvolvido desde uma linha institucionalista, propendendo a alguma excepcional qualidade metodológica e porém, assim mesmo, cometendo cá os seus abusos na radicalização de um quadro histórico e político envolvido com a trajetória nacionalista catalã. O sucesso dessas construções permite que se estabeleça uma vontade política

¹² SABATÉ, Flocel. Frontera peninsular y identidad (siglos IX-XII). In: SARASA, Esteban (coord.). **Las Cinco Villas aragonesas en la Europa de los siglos XII y XIII: de la frontera natural a las fronteras políticas y socioeconómicas (foralidad y municipalidad)**. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 2007, pp. 47-94.

portante da manifesta consciência do *primitivo repertório institucional*, e que envolve uma longa atitude de propaganda identitária consideravelmente informada de sua “precocidade libertária” e de seus mecanismos de representação parlamentar, a qual lhes permite, sem mais, encontrar os indícios bem acabados de uma sociedade democrática em plena Idade Média!

Em um e em outro caso, toma corpo o mesmo desejo de embrulhar umas necessidades muito próximas daquilo que somos e do que nossas sociedades soem ser. Nesta maneira de conduzir as coisas, surge uma interpretação enrigecida nos bastiões de seu fundamento “pactista”¹³ e no alardear de seu direito histórico a defender sua existência como *estado nacional* – preferentemente, livre do “cativeiro imperialista” de Castela–.¹⁴ Então, é nesta mesma linha de ideias que me parece suficientemente emblemático o discurso de Pau Casals a uma plateia de membros das Nações Unidas, no ano de 1971 –a qual, diga-se de passagem, ele comparecera como músico e não como conferencista¹⁵–, a anunciar o destino glorioso da nação catalã, um destino assegurado tanto por sua precocidade democrática quanto por seu vanguardismo histórico. Ele remete sua fala para a instituição de um parlamento político que precede a própria *Magna Carta* e o marco constitucional inglês ante toda a tradição política ocidental. E como se isso já não fosse bastante, Casals transfere os ideais daquele plenário que o assiste, com o idealismo possante de uma fraternidade universal, aos motivos que levaram os primeiros titulares medievais catalães a instituir suas assembleias de Paz e Trégua no século XI. Reparando melhor, e embora seja possível perdoar as aflições desse homem que em seu tempo fora o símbolo máximo do exílio catalanista,¹⁶ já não se pode conceder a mesma indulgência àqueles que capitalizam as bases dessa divulgação romântica do advento nacional. A íntima concórdia que reúne esses interlocutores aparece num discurso unitário, impartido desde seu gênero –o elogio estatista em seu enfronhado teleologismo– e de sua espécie – “*la projecció de la visió unitària del passat [...] des de les primeres nits de la naixença nacional*”–.¹⁷

¹³ “*La creença historiogràfica en una societat baix-medieval serenament regida per les seves regles ha fet ponderar l’anomenat pactisme, que respon a una realitat evident, la qual, però, encerta l’adient explicació en la combinació de l’exposició de les regles del joc amb el coneixement del dinamisme de les forces que l’acoten i l’emmarquen, alhora que no pot ésser extrapolat com un fet diferencial exclusiu sinó que ha de ser inscrit dins de la dinàmica global del pensament polític medieval.*” SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. *Anuario de Estudios Medievales*, nº 25, II, Barcelona, 1995, pp. 617-646, p. 643.

¹⁴ CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. II. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 46-67.

¹⁵ Este compungido discurso de Pau Casals, introduzido por um enfático “*I am a catalan*”, pode ser consultado no site do “Youtube”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=AKlkO3Tt3Kw>>, “Discurs d’en Pau Casals a les Nacions Unides”.

¹⁶ LLOMBART, Maria. Mytos y construcción identitaria en el exilio: Un ejemplo: los catalanes en Francia (1939-1959). *Les sujets contemporains et leurs mythes en Espagne et en Amérique latine, passim*.

¹⁷ SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. *Anuario de Estudios Medievales*, p. 644.

* * *

(ii) Tendo suscitado essas questões de fundo, sempre e tão desassossegadas para o ideário catalanista, tomam lugar as provas do registro historiográfico. As afirmações em que ele se baseia tende a buscar nas primícias da época condal as matrizes da modelação institucional pactista. Pois bem, o *território* compreendido pela Catalunha, herdou, além da proximidade cultural occitânica-provençal, as excrecências do domínio imperial carolíngio. A região, que fica estrategicamente cercada pelas cadeias pirenaicas a nordeste, converteu-se em flanco de contenção dos carolíngios contra o sobejante avanço muçulmano pela península ibérica, fundando-se nessas fronteiras umas pequenas e dispersas dinastias.¹⁸ Com este relativo isolamento, vicejaram instituições sociais próprias que se intensificariam gradualmente mais, à guisa dos contatos posteriores com as instâncias políticas englobantes de Aragão ou de Leão-Castela. A formação feudal catalã, tal como ocorre no restante da península, toma corpo com os movimentos militares de fronteira durante o século XI, aniquilando os antigos valores estabelecidos entre os homens livres de sua sociedade e em nome de uma nova hierarquia de valores e posições de poder. As liberdades campesinas são as que sofrem mais com a imposição dos castros de senhores militares, donde surgiriam indivíduos de extratos primitivamente inferiores a ocupar postos relevantes dentro da hierarquia nobiliária, e que estimulam o alargamento de seu território original em direção à nova Catalunha e às terras occitânicas, num processo conhecido como a primeira expansão catalã.¹⁹ As relações feudo-vassálicas se institucionalizam e ganham decalque nos textos jurídicos da época.²⁰ Arelado a isto, pode-se entrever uma primeira coesão pela liderança barcelonesa e pelo papel arbitral que seus condes desempenharam em um ambiente despossuído de uma entidade monárquica apropriada.

Posteriormente, auspícios do século XII, a maior parte das unidades condais se neutralizaria sob uniões matrimoniais e de estreitamento das solidariedades vassálicas, indicando o “prelúdio unificador” pelo mais destacado deles, o condado de Barcelona. Além dele, essa região é integrada pelos primitivos condados de Urgell e Besalú, e de Roselló, Empúries, Cerdanya, Conflent, Girona e de Osona. Assumindo tal preponderância, Ramon Berenguer I, soberano barcelonês, promulgará entre 1068-1070 um código de leis e costumes locais conhecido pelo

¹⁸ ABADAL, Ramon d'. **Dels visigots als catalans**. 2 vols. La formació de la Catalunya Independent: La Hispania Visigòtica i la Catalunya Carolingia. Barcelona: Edicions 62, 1969.

¹⁹ BONNASSIE, Pierre. **La Catalogne du milieu du X^e a la fin du XI^e siècle**. Vol. II. Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse, 1976.

²⁰ SABATÉ, Flocel. Las tierras nuevas en los condados del nordeste peninsular. **Studia historica**, Historia medieval “Ejemplar dedicado a Fronteras y límites interiores”, Ediciones Universidad de Salamanca, nº 23, 2005, pp. 139-170.

nome de *Usatici Barchinona*.²¹ Embora este não tenha sido o único corpo legislativo gerado pelas comunidades autóctones, foi o primeiro a buscar a sistematicidade do universo jurídico das instituições medievais locais e agrupá-las segundo a órbita de seu núcleo político. A partir disto, reconhecendo a necessidade de se retificar os valores de uma herança assaz tardia do direito visigótico –corrigindo-o e ampliando-o por conta de sua inapetência à frente das exigências práticas do sistema feudal²²–, invocam-se logo em suas primeiras linhas a adesão de seus contemporâneos, os *magnatas da terra*, cujos costumes caminham genericamente concordantes àqueles admitidos desde Barcelona e pelos seus vassalos. Por tudo isto, não seria exagerado supor, mesmo no obstáculo de suas particularidades locais, que se estabelecia uma significativa unidade política entre os condados catalães. A constituição jurídica não prescinde da política, e mesmo em épocas mais tardias, quando de sua conversão à Coroa aragonesa, o fator de coesão local agenciaria, mais do que uma vantagem administrativa, também o elemento identitário das instituições e dos poderes simbólicos fundantes dessa unidade catalã ao longo dos próximos séculos de medievalidade hispânica.

Assim, a composição dos condados unificados, no que mais tarde viria a ser o principado da Catalunha –diferentemente das fundações dos reinos de Castela e de Aragão, a partir dos sucessores de Sancho III, em 1035– nasce forjado no entorno do caráter eminentemente fragmentário de seus poderes concorrentes. Mas eis que sua posterior coesão, vincada sempre pela coexistência jurídica dos usos locais, encontra-se ligada através de estratégias próprias de combinação política no interior da sociedade catalã medieval. A preponderância barcelonesa é assumida desde o Conde Velho (ou atribuída a ele, segundo certas cronologias críticas²³), pela fórmula inicial dos *Usatges*, bem como pelas vassalagens de outros condes e viscondes que legitimavam juridicamente sua gradual supremacia, e recebida sem reparos pela historiografia especializada, que comumente se refere a tais soberanos como *condes-reyes de Barcelona*.

Por fim, um último elemento formativo, talvez o mais valioso para a perspectiva das instituições, está na precocidade do desenvolvimento urbano dos núcleos citadinos catalães. Não é

²¹ BASTADAS, Joan. **Sobre la problemàtica dels Usatges de Barcelona**. “Discurs llegit el dia 10 de març de 1977 en l’Acte de Recepció Pública”, Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 1977.

²² MADDEN, Marie Regina. **Political Theory and Law in Medieval Spain**. New Jersey: The Lawbook Exchange, 2005, p. 62.

²³ Os principais comentadores dos *Usatges*, empenhados na investigação ecdótica dos textos primitivos, divergem no estabelecimento de sua redação e do núcleo principal de suas fontes. De qualquer forma, resta algum consenso em estabelecê-lo entre os séculos XI-XII, sob os condes Ramon Berenguer I e Ramon Berenguer IV, período em que a jurisdição condal se estabilizaria e consolidava sua expansão pelo baixo-Ebro. *Cfr.* BASTADAS, Joan. **Sobre la problemàtica dels Usatges de Barcelona**. “Discurs llegit el dia 10 de març de 1977 en l’Acte de Recepció Pública”, Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 1977. BROCA, Guillem Maria de. *Introducció: Usatges de Barcelona*. **Anuari de l’Institut d’Estudis Catalans**, Barcelona, 1913-1914, pp. 357-389. Disponível em: <<http://publicacions.iec.cat/repository/>>.

por acaso que esta tem sido a maior ocupação dos estudos relativos à complexidade de relações de poder na região, novas posições se vão constituindo e o reverdecimento de certos institutos jurídicos, como a enfiteuse e o usufruto, permitem a configuração de direitos e jurisdições senhoriais no interior desses complexos. Com o endurecimento de tais laços, a hierarquia nascente reclama uma regulação adequada à sua própria realidade, na qual seus direitos sejam apropriadamente individualizados. Os regimes definidos pelo *Liber Iudicorum* dos visigodos, tomava por partida uma *igualdade formal* que não contemplava as conexões estabelecidas entre senhores e vassallos, e sobre nada indicavam os elementos reais e pessoais das relações feudo-vassálicas vigentes. Ao reunir esta posição às outras, delinear-se-ia a singular utilidade que os dispositivos reunidos pelos *Usatges* conferirão ao ambiente de estamentos locais.

A relevância deste, bem como de outros textos históricos, legará o sentido da sua própria identidade, fornecendo a base de um direito genericamente catalão. De tal sorte, o entendimento deste construto revelará, a partir de sua primitiva organização à vinculação de uma entidade jurídica paralela, os indicativos da dinâmica político-constitucional da Coroa aragonesa. O incremento das municipalidades catalãs é que dará força ao perfil de independência institucional neste complexo político; não era por outra razão que o monarca fosse também reconhecido como conde de Barcelona e soberano do principado de Catalunha. A união entre ambas as unidades políticas era assumida pelo caráter pessoal determinado no estatuto jurídico do soberano, segundo um processo de conversão firmado desde a nova dinastia aragonesa –com o consórcio entre o conde Ramon Berenguer IV e a rainha Peronella de Aragão, filha de Ramir II–. E não pela invocação arbitrária da conquista, na qual se teriam feito suplantar *autoritariamente* essas primitivas realidades; assumindo, ao contrário, a negociação e o reconhecimento dos poderes preexistentes na municipalidade e nos usos próprios de seu repertório jurídico compartilhado.²⁴

Dessas pistas, fica-se a disposição empenhada em retrair processos já amadurecidos no século XIV, particularmente sob o cetro de Pere III, quando a Coroa aragonesa se expandira pelo Mediterrâneo e consolidava uma constituição política que tomaria seu aporte fático justamente na segurança de tais estratégias de integração. O programa imperial catalano-aragonês, como é sobejamente reconhecido por seus estudiosos,²⁵ levará seus domínios muito além das zonas de

²⁴ SABATÉ, Flocel. Frontera peninsular e identidad (siglos IX-XII). In: SARASA, Esteban (coord.). **Las Cinco Villas aragonesas en la Europa de los siglos XII y XIII: de la frontera natural a las fronteras políticas y socioeconómicas (foralidad y municipalidad)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2007, pp. 47-94.

²⁵ Para uma bibliografia preliminar: DEL TREPPO, Mario. **Els mercaders catalans i l'expansió de la Corona catalano-aragonesa al segle XVI**. Trad. Jaume Riera i Sans. Barcelona: Curial, 1976. MELONI, Giuseppe. **Mediterraneo e Sardegna nel Basso Medioevo**. Pisa: Consiglio nazionale, Istituto sui Rapporti Italo-iberici, 1988. COULON, Damien. **Barcelone et le grand commerce d'Orient au Moyen Âge**. Un siècle de relations avec l'Égypte et la Syrie-Palestine (ca. 1330-ca. 1430). “Bibliothèque de la Casa de Velázquez”, vol. 27. Madrid/Barcelona: Casa de

concentração peninsulares, arrebatando territórios que iam das Baleares até Atenas e Neopátria, passando pelos reinos de Sicília e Sardenha, até finalmente, já no século XV, arrebatando o reino angevino de Nápoles. Assim é que, levando em conta os antecedentes que conduziram todo o assentamento dos quadros institucionais junto às redes mediterrânicas, a análise das dinâmicas trescentistas delinearão suas relações de poder a segundo uma peculiar constituição político-mercantil emulada desde a soberania catalano-aragonesa.²⁶

Diante das particularizações na formação territorial, lembrando o modelo empregado por Lalinde Abadía quanto ao expansionismo de uma forma “pluralista coordenada”,²⁷ perpassa-se internamente a crescente dos centros econômicos junto de suas oligarquias burguesas, detentores de uma influência direta sobre os destinos da política monárquica. Esses grupos frutificam através da descentralidade primitiva da composição política e passam a exercer, graças a limitação de recursos privados do rei, um grande protagonismo no jogo de negociações das cortes. Nestas cortes se faziam clamar pelas antigas liberdades e estatutos locais, ou mesmo pelo próprio coletivo jurídico que, historicamente, animavam-nas ao provimento de sua identidade territorial.²⁸ Assim a pujança econômica dos grupos oligárquicos consegue uma vitória efetiva em troca do financiamento dado para as grandes atividades bélicas da dinastia. De outro lado, a negociação formalizada pelos pactuados em cortes sedimenta o instrumental de legitimidade desses avanços políticos. Ou seja: é com o trabalho deste duplo empuxe, ideológico e pragmático, que os estamentos efetivariam suas posições durante as seguidas assembleias estamentais, travadas ao longo de um século pontilhado de avanços e retrocessos contra a potestade régia. O século XIV é mais que tudo um momento de sedimentação para os vértices estamentais, forçando em definitivo a recombinação de estatutos do intrincado equilíbrio político mantido na Coroa.

Durante o longo reinado de Pere *el Cerimoniós* se amadurecem tanto os argumentos de justificação do poder real quanto as bases de um civismo comunal que lhe serve de freio e *oposição*. Essas pontas, distintas de um mesmo destino à finalização, precisam reposicionar seus eixos favoráveis, fazendo uso de um maquinário de linguagem (*linguageiro*) que delimita a partida de todo o vocabulário político de sua época. Todos os recursos institucionais são convocados aí:

Velázquez /Institut Europeu de la Mediterrània, 2004. FERRER, Maria Teresa. La guerra d'Arborea alla fine del XIV secolo. MELE, Giampaolo (a cura di). **Giudicato d'Arborea e Marchesato di Oristano**: proiezioni mediterranee e aspetti di storia locale, “Atti del Io Convegno Internazionale di Studi (5-8 dic. 1997)”, Oristano, ISTAR, 2000, pp. 535-620.

²⁶ V. Apêndice II, II.3 *infra*.

²⁷ LALINDE, Jesús. Las instituciones catalanas en el siglo XIV (panorama historiográfico). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 7, Madrid, 1970-71, pp. 623-632.

²⁸ LADERO, Miguel Angel. El ejercicio del poder real en la Corona de Aragón: instrumentos de gobierno (siglos XIV y XV). **En la España Medieval**, nº 17, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1994, p. 68.

dos preceitos jurídicos da tradição condal aos argumentos da técnica jus-romanista, do aristotelismo tomista às invocações *ex plenitudo potestatis* do rei. Eles criam um fundo de possibilidades discursivas que completam o armamento retórico das diferentes posições em litígio aberto ante as reuniões da alta cúria. É também no tempo deste monarca, chamado com certo descuro de “*uno de los reyes más astutos y sin escrúpulos de que hay memoria en la Península*”,²⁹ que se movem os grandes desacordos institucionais em um período capital da sua *decadência*.

* * *

Finalmente, algumas instruções gerais sobre o programa deste trabalho: A primeira parte (*O marco jurídico medieval e a paisagem institucional catalã*), cabe ao uso de certas chaves de leitura para situar (a) o coletivo historiográfico, (b) as apreensões teleológicas deste, e (c) o produto hermenêutico extraído de umas bases históricas, vindas através de nossas conhecidas fontes jurídicas. Creio que o repertório destinado a incluir problematizações, *topoi* analíticos até suas conclusões provisórias, assumidas por tais dimensões (aqui, a divisão artificial: historiografia jurídica, historiografia social-weberiana e historiografia catalanista), seja fundamental ao ponto de partida de qualquer análise *empírica*. Já a segunda parte (*As cortes catalãs e a paisagem institucional trecentista*), destina-se a enfeixar os dados mais frontalmente históricos. Também é dentro de onde articulo minha leitura para, decididamente, proceder à análise de umas concretas assembleias de cortes, como as derradeiras de Pere III, em 1383-84. Daqui, insisto, procuro recuperar os pontos sugeridos na base epistemológica (v. *prolegomena*), e articular coerentemente –vejamos o quanto– aquilo que se promete com aquilo que se pode efetivamente dar.

Ao que segue, instaura-se uma cadeia de argumentos que responde contra a naturalização de uns destinos ancestrais do nacionalismo, de um lado, e que anuncia a abertura de um *passado jurídico*, anterior aos eventos político-institucionais do século XIV e a apresentação das cortes catalãs, de outro. A concatenação desse passado permite esclarecer, em simultâneo, a parcial agregação do território catalão –sempre à revelia de todas as pretensões régias mais concretas– e a disponibilidade de significantes discursivos que se veem em si mesmos reelaborados. O que acaba então por remeter ao repertório jurídico operado pelo “coletivo institucional” que lida a continuidade da tradição e a ingente necessidade de mediar; atualizando e criando *segundo a própria tradição*, para finalmente compor o conjunto de artefatos enunciativos, todos eles

²⁹ GARCÍA, Paulino. *El Rey don Pedro el Cruel y su mundo*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 1996, p. 148.

condizentes com a sua percepção de poder e a sua organização social e histórica. Diante dessas tramitações de sentido, a narrativa tecida entre os anseios políticos de uma parte, e a posição do discurso histórico enquanto tal, tomam seus lugares conforme as reafirmações que, antes de mais nada, é preciso detectar. No fim, a crítica não resolve o impasse que descobre, mas apenas se limita a construir suas ferramentas nas costas de uma vontade abismal, reconhecendo o quanto pode a natureza do objeto e do intercurso que ele exige traçar desde seu posto liminar.

PROLEGOMENA

Por mais desaconselhável que pareça, quero insistir um pouco mais nos limites distintivamente teóricos (ainda que talvez, *metateóricos*) de meu posto de análise, antes de investir em uma estrita leitura dos conteúdos definidos pela pesquisa. Como disse antes, essa divisão entre teórico e prático me parece excessivamente perniciosa, e cria uma falsa liberdade –para também não falar de um falso conforto– sobre o lugar do intérprete. Seguindo neste compromisso com a semovência das fronteiras entre o discurso teórico e a ação política, eu ofereço quatro instâncias de problematização que estiveram sempre muito conexas durante o tempo da investigação, além, é claro, de muito próximas do processo de amadurecimento que julgo poder estender para dias mais remotos da minha formação intelectual.

Elenco algumas das minhas questões de ordem, em que estabelecerei o seguinte: (i) a interpretação do intérprete, remodelação de si e do *outro*, para assim passar aos seus (ii) postos de análise, numa conexão entre teoria e objeto; (iii) o perfil do objeto, mediante a elaboração conceitual de *instituição* em acordo às necessidades presentes nele; e (iv) as particularidades determinantes do mesmo objeto, de onde se sentem os limites contextuais e as propostas de análise específicas.

I. Da interpretação à criação, uma epistemologia do fazer histórico

Falar mete-me medo porque, nunca dizendo o suficiente, sempre digo também demasiado. E se a necessidade de se tornar sopro ou palavra aperta o sentido –e a nossa responsabilidade do sentido– a escritura aperta e constrange ainda mais a palavra.

Jacques Derrida. *L'écriture et la différence*.³⁰

À semelhança de toda criação, estas linhas dizem muito do seu criador; e principalmente, talvez, como forma de um recuo e de sua reverberação fantasiosa. Por isso não terei receio de expressar o quanto ela carrega de minhas dores e o que esta criação me custou. Há uma longa série de percalços sucedidos justamente a esse ponto, percalços mais ou menos assinaláveis que estiveram a demandar os seus apropriados combatimentos. Pois é diante deles que, certamente, eu creio na necessidade de tocar as *redobras* vindas deste conjunto, um estimulante conjunto de ideias e de eventos desencadeadores de outras ideias, todas tão bem estendidas sobre a tábua de uma linguagem finita. Assim é que necessitei tomar atalhos, desistir de um ou outro caminho mais longo ou tortuoso, aceitando aquilo que me concedia a pesquisa no seu arranque. Por outro lado, também considero o valor desses desvios, alguns decerto dispensáveis, mas que de toda maneira continuam a soar importantes na perspectiva de quem amadurece. É pois razoável perceber agora, tendo já algum resultado diante dos olhos, que essas dúvidas, hesitações e surpresas foram simultâneas à descoberta do objeto e à minha própria como iniciante em história medieval. O que desde logo me impõe confessar: trata-se de um experimento no qual esfolo a pele essa Idade Média que me remete a mim mesmo, forçando qualquer sorte de autopercepções e deslocamentos, que seguem até certo instante como verdadeiros desconhecidos.

Esse lugar de estreia tem, como toda prospecção histórica, os seus torneios com a representação do passado e com aquilo que ele fornece sobre o nosso presente mediador.³¹ Fala-se com razão de uma historicidade que depende de coordenadas, de cifras simbólicas fornecidas sempre, e, em alguma medida, pela interação com a temporalidade; esta que a vez segue devedora de certos índices linguístico-cronológicos, intercambiáveis no processo de aproximação do qual

³⁰ DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 3ª edição. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 21.

³¹ CROCE, Benedetto. **Teoria e storia della storiografia**. Bari: Laterza, 1966. Depois, *cfr.* IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. Carta del Director. In: **Initium**. Revista Catalana d'Història del Dret, nº 13, Associació Catalana d'Història del Dret “Jaume de Montjuïc”, Barcelona, 2008, pp. V-XXX. HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um Milênio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, pp. 33-34.

decorrerá a narrativa histórica.³² Mas, neste caso, o que concede especificidade ao medievalista nesse bricabraque da história? A primeira causa, decerto, já é bastante evidente: a sua distância temporal. Ela é suficiente para impor diferenças mediatas e imediatas sobre uma linguagem que o intérprete busca com todo esforço tocar, e dizer, ao cabo de tudo, que não se afastou do primeiro obstáculo de si mesmo. A distância traz a inevitabilidade de uma história individual, sumada pelo que Georges Duby faz lembrar, quando diz do seu penoso sentimento de impotência sobre as suas próprias memórias.³³ Daí a primeira perturbação do medievalista, metido nessa encruzilhada de ocultação e verossimilhança que acaba por lhe impor (a um nível mais fundo do que se poderia desejar ou admitir) um uso indiscriminado da intuição etnológica como meio de fugir ao teleologismo onipresente do discurso histórico. E eis a minha primeira ofensa à intransigência do método; pois falo sem hesitar em uma “intuição” crítica manejada pelo intérprete, pelo mais convicto intérprete que acredita na munificência de seu arsenal empírico-metodológico.³⁴

Essa relação sempre me pareceu muito cara e também foi algo que procurei desde as minhas incursões intelectuais anteriores e menos amadurecidas.³⁵ Em busca dela, topam algumas linhas de uma ou outra abordagem teórica mais heterodoxa, que tiveram sobre mim uma atração até então bastante razoável. E, bem, devo dizer que creio não apenas na possibilidade desse intercuro, como na sua eficácia sobre determinadas temáticas da disciplina histórica. O estudo da história medieval por exemplo, mesmo sob um ponto conceitual estreito, sempre esteve aberto ao uso que seus historiadores fizeram, mediante novos e pitorescos recuos, ao acompanhar a gestação ideológica de sua época.³⁶ Ora, já diante de uma permutação incansável de critérios e *predileções*, o intérprete confronta a difícil tensão sustentada pelo exercício de alteridade. Nesta alteridade se conjugam estranhamento e familiaridade perante as estruturas de uma linguagem epocal, ou daquela linguagem que suspeitamente lhe concedemos como sendo a sua e que, no limite, se pretende a mais autêntica possível. Não sem propósito, Paul Zumthor fala de uma identidade

³² WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. 2ª edição. São Paulo: Ed. USP, 2008, pp. 12-20.

³³ DUBY, Georges. O Prazer do Historiador. CHANU, Pierre *et. alii*. **Ensaio de Ego-História**. Trad. Ana Cristina Cunha. Lisboa: Ed. 70, 1989, p. 110.

³⁴ WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaio sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correa de França Neto. São Paulo: Ed. USP, 2001, pp. 39-47.

³⁵ *Cfr.* TOSTES, Rogerio R. Por uma outra integração: modernidade e territorialidade cultural na América Latina. MENEZES, Wagner (org.). **Estudos de Direito Internacional**, vol. 15 (6º Congresso Brasileiro de Direito Internacional). Curitiba: Juruá, 2008, pp. 319-327. TOSTES, Rogerio. Da fragmentação dos dizeres à aniquilação dos saberes, a erudição sem nome. **Cadernos de Clio**, nº 1, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010, pp. 54-63.

³⁶ FREEDMAN, Paul H. SPIEGEL, Gabrielle M. Medievalisms Old and New: The Rediscovery of Alterity in North American Medieval Studies. **American Historical Review**, nº 103, 1998, pp. 677-704. AURELL, Jaume. El Nuevo Medievalismo y la Interpretación de los Textos Históricos. **Hispania**, vol. 66, nº 224, septiembre-diciembre. Madrid, 2006, pp. 809-832. FRANTZEN, Allen J. **Speaking two Languages. Traditional Disciplines and Contemporary Theory in Medieval Studies**. Albany, NY: SUNY Press, 1991.

construída e mantida por essas duas linguagens, através de uma hipostasiação de elementos clivados; assim marca lugar essa identidade que “*se manifesta tanto como alteridade radical, excluindo todo o sentimento de pertença comum, e como alteridade relativa, convidando à tradução, gerando o desejo de aprender a linguagem do Outro*”.³⁷ Mas é dessa averiguação bem-intencionada que surgem alguns equívocos notáveis, os quais permitem reter no âmbito da disciplina histórica a permutação entre a identidade e a própria compreensão de um sentimento de outridade, completo por específicas tópicas discursivas.

A senda desvelada por esse aprendizado detém seus obstáculos, e serão com eles que poderemos confrontar toda a ambiguidade da tarefa crítica do investigador. Ao jamais perder de vista a pretensão de uma certeza, essa crítica sofre a evidência de quem parece viver sobre um constante fundo falso. Essa é a certeza tomada ao lugar de amparo das validações científicas, à constituição de redutos sólidos e tranquilizadores de uma aparência que não se afasta muito dos redutos da crença. Essa posição me lembra a colocação que Sigmund Freud dirigira a um já laureado Albert Einstein, sobre a natureza própria do saber científico: “*nossas teorias são uma espécie de mitologia, e nem mesmo agradável nesse ponto. Mas toda ciência não termina numa espécie de mitologia?*”.³⁸ Bem, diante da vacuidade simbólica desta mitologia, questiona-se também uma série de certezas antes falseadas pela pretensão da concretude. O que impõe logo duas saídas: primeira, fortalecer uns parâmetros de aceitação obstinados, na consolidação de um gracioso estado de crença que se esquartela em meia dúzia de verdades. E uma segunda saída: aceitar a instabilidade permanente em que transitam essas categorias e lidar com um cuidado absolutamente tênue para a divisa de novos extremismos, a exemplo das malversações pós-modernistas que resultam em mero relativismo iconoclasta.³⁹ Essa é a condição da própria epistemologia enquanto albergue de específicas problematizações. Foi Gerard Lebrun quem extraiu de um fragmento aristotélico dos “*Segundos analíticos*” (I, 9, 76a) conclusões parecidas:

diante do *Faktum* das ciências positivas, existem duas atitudes possíveis, uma de origem cartesiana, outra de origem aristotélica. *Ou bem* se deixa na sombra a positividade, preferindo mostrar de que modo a ciência em questão é uma explicação *arkhai racionais* (dos quais ela revela então, uma vez mais, a prodigiosa fecundidade em qualquer área): trata-se do estilo *racionalista*. *Ou bem* se presta atenção ao caráter autóctone (*oikeion*) dos princípios que uma ciência apresenta e ao caráter singular dessa montagem teórica que permite determinar os “objetos” de forma até então inédita –ou seja,

³⁷ ZUMTHOR, Paul. **Falando de Idade Média**. Trad. J. Ferreira. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 41.

³⁸ FREUD, Sigmund. Por que a guerra? [*Warum Krieg?*]. **Obras Completas**. Vol. 18 (1930-1936). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 429.

³⁹ EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 22-35. E também v. *Idem*, **As ilusões do pós-modernismo**. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

prefere-se, àquilo que uma ciência descobre (para a maior glória da “*ratio*”), sua maneira própria de *produzir* enunciados ou regras que possibilitam sua edificação: trata-se do estilo *epistemológico*.⁴⁰

Embora eu deva ser menos frontal que ele em minhas acusações, creio que se trata de uma mesma coisa; os fenômenos se ligam de modo semelhante, mas repetidos por uma ancoragem de tradições de pensamento filosófico, não importa o quanto elas tenham de ser adotadas com consciência por seus avatares. No entanto, quer se trate mesmo de um estilo, prefiro a linhagem de exposição que ele define como epistemológica. Então se pretende um passo ao bom senso, desconfiando de umas categorias que para o bem e para o mal continuam afiliadas a uma razão intelectual que força o escol das ciências sociais a um preciosismo metodológico *cientificista*. Do modo como está constituída nada nela deixa saídas, porque seu modo de dizer as coisas tende sempre a voltar às antigas convicções de um abismo, à maneira de “*uma inteligência voluntariosa e tirânica*”, firme em sua crença de que o “*único tipo de conhecimento a que podemos aspirar é o representado pelas ciências físicas*”.⁴¹

As consequências disso sobre o discurso são notáveis. Também o são, ainda que apenas sob o contraste de duas ou três gerações de intelectuais, no tocante aos abusos acumulados em seu prospecto. A feição essencialmente híbrida do tipo de discurso que forma o registro e a disciplina da história ainda é decantada por um meio-termo favorável. Longe de representar o perigo acusado de uma *semiciência*, a história absorve essa matéria plástica que detém a própria instabilidade do relato causal.⁴² Cabe contudo retomar a trama de desfeitos e rupturas que, ao contrário, tem sido posta abaixo de uma concorrente linearidade sobre o *continuum*.⁴³ Para se quebrar a reta da continuidade é preciso que primeiro se afastem as perviventes dicotomizações entre *arte e ciência* para passar a aprender o que elas refundem como *experiência*. Faz pouco tempo que ouvi de um colega mais jovem a sua dura defesa sobre algo que ele considera existir entre os claros distanciamentos de uma e de outra, entre um fator intuitivo da primeira e um contraintuitivo da segunda. Ao insistir, com convicção e naturalidade, na salvaguarda desses papéis de atuação, ele recupera um primado de verdades que acaba por se mostrar irreconciliável com qualquer tipo de atualização epistemológica como a que tentei lhe propor. Indo ainda mais longe, se insistisse na minha posição, teria recebido logo de pronto a pecha de relativista e defensor da

⁴⁰ LEBRUN, Gérard. A idéia de epistemologia. **A filosofia e sua história**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura *et alii*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 134-135, grifos do autor.

⁴¹ WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaíos sobre a crítica da cultura, p. 38.

⁴² RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François *et alii*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007, pp. 250 ss.

⁴³ *Cfr.* TARDE, Gabriel. A ação dos fatos futuros. **Monadologia e sociologia** – e outros ensaios. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007, pp. 167-190.

contraobjetividade do método. Mais que a necessidade de impor claras categorizações, reaparece em seus argumentos o problema de uma posição de autoridade e legitimidade quanto ao tipo de argumentação instruída nesses procedimentos; pois é graças à fixidez das estruturas analíticas que se pode banir qualquer postura contrária à lógica estabelecida e feita dominante por seus próprios termos. Aqui, a continuidade das formas de reiteração simbólica é essencial para a vigência desse velho estatuto epistemológico.

Então, supondo que eu resolva aceitar a especiosa denominação *subjetivista*, antes seria preciso reavaliar algumas coisas sobre o modo de tratamento de meu “objeto”. E mesmo que eu não possa propor uma *Ruptura* em termos definitivos sobre a forma de sensibilidade assumida daqui para frente, seria curioso incluir, e sempre à guisa de experimento, uma saliência, um decalque na maneira de associar minhas ferramentas “institucionais” –falando daquilo que aprendi de meus colegas especialistas, os historiadores– com aquilo que pretendo obter do intercurso hermenêutico. Penso que essa seja uma forma provável para implementar, ao mesmo tempo, a exposição do “*caráter historicamente condicionado da disciplina histórica*” e a denúncia de uma intimidade inconfessada sobre a dicotomia sujeito-objeto.⁴⁴ O fluxo permanente entre eles abre novos e diferentes abismos, e, dentro deles, dimensões para a sua parcial focalização. Assumir essa contiguidade, é claro, não resolve o problema da representação da verdade,⁴⁵ mas ao menos assume a permanente esquizofrenia que se esconde na segmentação das capacitações do saber atualizado pelas humanidades. Também não resolve as dificuldades, os embaraços de uma ótica heurística da disciplina histórica ou tampouco presta contas pelos frágeis monumentos de uma *história total*.⁴⁶ Esse fluxo diz, quando muito, que a figura opalescente da razão científica não passa de um invólucro adornado pela instituição histórica.

Lutar contra a transitoriedade da existência, aceitar ou negar o fato de que nossas experiências são dispersas demais para serem reconhecidas numa realidade duradoura faz mais que afetar a qualidade da investigação esgrimida pelo historiador. É mais que isso, porque assim

⁴⁴ WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura, p. 41.

⁴⁵ E para dar a conhecer algumas dificuldades mais profundas no ponto epistemológico, quase infinito, que se levanta aqui, v. os limites do *indutivo* quanto aos posicionamentos de Bachelard; assim, segue-se para um conteúdo descritivo do que ele viria a chamar como “conhecimento aproximado”: bem, todo valor de verificação do elemento indutivo depende de seu contexto de aplicação, ou seja, a detecção dum momento (talvez, semântico?) de valorização dos predicados está na base daquilo que delimita o esquema de representação de verdade com a existência dos conceitos que a decompõe. Evidentemente, nada disto faz esgotar outros problemas, como os trazidos pela inclusão da experiência (ou contingência?), da precisão dos graus de descrição ou da mensuração de certas *probabilidades*. BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, pp. 259 ss.

⁴⁶ V. por exemplo, os contornos traçados sobre a história social, última presa desta vocação totalizante: CLAVERO, Bartolomé. La historia del derecho ante la historia social. **Historia, instituciones, documentos**, Universidad de Sevilla, nº 1, 1974, pp. 258-262.

se parece revelar o tipo de esforço vão empenhado em nome do autoconhecimento, um trabalho de introspecção que, indolente ou inacabado, é repostado para servir à motivação analítica de uma cultura ou razão social históricas.⁴⁷ Com toda a sua reticência, a pergunta de um *por quê* da natureza humana tem afinal muitos dos estilhaços de uma personalidade mal detectada, uma personalidade que gostaríamos de expressar em termos afinadamente individuais, mas que tem que se arrojar para além desse primeiro posto de subjetivações, ganhando espaço nas representações discursivas que se veem confundidas ao próprio enunciado científico. Essa preocupação traz à tona a proposição identidade/alteridade, e não como opositoras dentro de uma classificação seminal, mas como sucedâneas de um registro retórico, que segue dilatado ao longo de aspirações institucionais de um pontal histórico repleto de clivagens de significação. A reposição de um lugar destacado do intérprete evidencia esse panorama, e o resultado cruzado de suas interpelações permite reter a combinação almejada pelo texto como signo da liminaridade.⁴⁸ O próprio esforço da modelação escritural, a performance estética refundida, cinzelada para atingir um *pro forma*, garantem a natureza intervalar do texto e o simbolismo instalado em sua tensão incorrigível.

* * *

Falar agora de uma “epistemologia do fazer histórico” remete justamente a esse tipo de esforço. Ele concentra as engrenagens da tarefa hermenêutica, pondo explicitamente à mostra os valores de um “projeto” e de uma “interpretação” bem associados na montagem de um discurso destinado à redescritção de uma ou múltiplas realidades. Logo, a adoção de um mote, de um estilo ou traquejo retórico são mais que instrumentais discursivos, mas figurantes de um *fazer sentido*, colocado na tarefa de uma enunciação coerente e legível. Para isso, lancemos mão de alguns exemplos úteis.

Vejam-se os escritos de Michel Leiris, tão modelares nesse ponto; é dentro deles que se expressa a angústia e o sofrimento desses tentames, feitos sem no entanto negar a natureza do ideal e do fracasso à raiz de toda busca científica. O magnífico relato híbrido que ele empreendeu

⁴⁷ AURELL, Jaume. **A Escrita da História**. Dos positivismos aos pós-modernismos. Trad. José Higuera e João R. Costa e Silva. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2010, pp. 169 ss.

⁴⁸ Aqui, parece-me ser de certo interesse dilatar a questão, elevando-a às demais dimensões de todo efeito descritivo/informacional, em que o signo exerce seu valor. Umberto Eco delinea, por exemplo, uma percepção psicológica desse *lugar*. Toma, a partir das valorações de Jakobson, as estruturas de sentido que constroem tanto as formas de percepção (ou de *fruição*) quanto aquelas de um dado elenco de objetivos formais de enunciação (*i.e.* o que se espera reduzir pela linguagem e sua representação). Assim, refletindo a partir de determinada corrente linguística, chega-se a propor que “a percepção [...], representa contudo uma relação na qual minhas memórias, minhas convicções inconscientes, a cultura que assimilei (numa palavra, a experiência adquirida) integram-se ao jogo dos estímulos para conferir-lhes, juntamente com uma forma, o valor que eles revestem para mim, considerados os fins que me proponho” (p. 133). No item “informação e transação psicológica”, in: ECO, Umberto. **Obra aberta**. Trad. Giovanni Cutulo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971, pp. 130-148.

nos dois anos em viagens pela África meridional é fruto dessa apreciação. Bem assim, o título bastante sugestivo, “*L’Afrique fantôme*”, é um recalde preciso do universo emocional de Leiris:

alusão, por certo, às respostas dadas ao gosto que tenho pelo maravilhoso, por alguns espetáculos que cativaram meu olhar ou algumas instituições que eu estudara, mas expressão sobretudo da decepção de um ocidental desconfortável na própria pele, que esperara loucamente que essa longa viagem por regiões mais ou menos isoladas, e um contato verdadeiro com seus habitantes, por meio da observação científica, fizessem dele outro homem [...].⁴⁹

A confissão do *inconfessável* deixa entrever uma série de motivos que o relato tradicional dispensa, mas que aqui assumem a centralidade das posições críticas do apreciador. Não se trata de uma causalidade de estilo e, sim, de pura “intencionalidade metódica” do estudioso. Escrito na forma de uma *memória etnográfica*,⁵⁰ ele é um tipo de texto que desborda o registro antropológico para se tornar o relato íntimo e a reminiscência emotiva, integrando verdadeira colagem de impressões de viagem aos devaneios particulares e às racionalizações feitas pelo observador. Mais que tudo, ao empregar um método de trabalho tão peculiar –simultaneamente anedótico, literário e autobiográfico–, Leiris confronta a eviterna discussão mantida sobre o sujeito-intérprete e o objeto que ele submete ao processo de tradução. Com essa “*etnologia de si*”,⁵¹ ele faz reaparecer as conhecidas estratégias de domesticação (e não apenas estas) do discurso antropológico; há por trás delas o desconcertante limite de uma vivência do “descentramento”, que os egressos das missões de campo acreditavam –e é verdade, muitos deles ainda acreditam– portar sobre o resultado de todo o experimento.⁵² A estratégia narrativa dentro de seu relato proporciona algo que se pode denominar “dupla etnografia”, sendo capaz de justapor as contingências da equipe em missão (ou seja, o momento em que surge a tarefa hermenêutica, com a descrição e a análise) às dificuldades surgidas durante o contato com as culturas tribais (e então, a objetivação do experimento).

À época, o etnólogo francês havia se questionado a respeito dos termos desse processo, além da crença embutida nele que matém uma longa linha de obsessões, fazendo das ciências sociais esse complexo reduto de reposições. Por meio dessa intuição intelectual, ele concluiria que “*uma ciência humana permanece uma ciência, e [que] a observação desinteressada não a*

⁴⁹ LEIRIS, Michel. *A África fantasma*. Trad. A. P. Pacheco. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 43.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, Prefácio à edição de 1951, pp. 47-50.

⁵¹ *Idem, A idade viril*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

⁵² Dentro do capítulo XVII, intitulado “*Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas levantados por seu ensino*”, podem ser lidas sem nenhuma maldade as pretensões fundacionais em que se moviam a disciplina etnológica almejada por Claude Lévi-Strauss. (In: *Antropologia Estrutural*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp. 386-405.) E um ensaio mais atual sobre os rumos do “etnocentrismo” in: CLASTRES, Pierre. Copérnico e os selvagens. *A sociedade contra o Estado – antropologia política*. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2003, pp. 23-41 [publicado originalmente in: *Critique*, nº 270, nov., 1969].

conduzia ao contato; talvez, por definição, até implique o contrário, sendo a atitude mental própria ao observador uma objetividade imparcial, inimiga de qualquer expansão.”⁵³ Essa inimizade não é gratuita. E tem sua principal razão de ser atrelada aos expedientes de uma vocação heterofágica do discurso científico moderno, que parece ditar sua postura mediata na transposição do conhecimento e que, para propor táticas de inteligibilidade cultural, acaba por afivelar um controle permanente sobre o discurso do outro e suas capacidades de (auto-)significação. (Ora, já não seria necessário retomar as consequências deletérias daquilo que correntemente é chamado colonialismo etnocêntrico, nem de suas sucedâneas formas *neocolonialistas*.) Para os propósitos que levanto aqui, basta recuperar a armadilha genérica erigida pela crítica epistemológica de todo projeto científico ocidental, e entender que o elemento da *diferença* assumida pelo outro sujeito – não importa a qual temporalidade ele pertença – é sempre tratado sob o texto de uma instituição cultural determinada. Tanto o homem colonizado de nossos dias, quanto o homem histórico de nossas recapituladas fabulações, sofrem o duplo empuxe de uma domesticação cultural que vai além da mera necessidade de *inteligibilidade e representação*. Ambos assistem ao desdobramento de uma vontade hiperpotente, capaz de criar a ordem e uma hierarquia desta para o discurso institucional e dogmático.⁵⁴

Ao ajustar esses papéis de separação, a experiência etnográfica de Leiris me permite lembrar de Frantz Fanon, o psiquiatra nascido na ilha da Martinica e amigo pessoal de Jean-Paul Sartre, que se deteve na abordagem de um problema pós-colonial: o negro em seu fundo social, fazendo-o aparecer através de seu eco psicolinguístico. Por uma contraposição de infinitos contrários, ele pôde demonstrar as cissiparidades de um processo de diferenciação entre o articulador da fala e o objeto-sujeito que sofre seu influxo, quem a recebe como única disposição possível para a enunciação das coisas e do mundo.⁵⁵ Para despistar esse trajeto, o texto de Fanon se constrói do seu modo labiríntico, indiviso tal qual uma casa de espelhos. Ele consegue tantas liminaridades, convoca tantas antinomias para sua trama, que acaba se convertendo no *centro neutro* do referente semântico que a sua busca abstrai. Ao falar de verdades decisivas, de uma clivagem temporal – “*Ainda é muito cedo... ou tarde demais*” – e de um ser e um não-ser, até finalmente chegar à existência de “*dois campos: o negro e o branco*”, Fanon propõe o desenraizamento simbólico do sujeito, um sujeito despojado de si e incapaz de falar senão através

⁵³ LEIRIS, Michel. Prefácio à edição de 1951. **A África fantasma**, p. 48.

⁵⁴ LEGENDRE, Pierre. **De la Société comme Texte**. Linéaments d'une anthropologie dogmatique. Paris: Fayard, 2001, pp. 23-44.

⁵⁵ FANON, Frantz. **Peles Negras, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Ed. UFBA, 2008, pp. 83-95 e 127-170.

da linguagem outorgada pelo outro.⁵⁶ Nesse itinerário conturbado ele lembra que a fala do homem negro logo virá —e dentro dela, outras contingências, com seus vícios e suas virtudes—, quando ele for deixado solto, e assim um homem livre.⁵⁷ E como acontece à medida que avança em cada afirmação, permite-se que apareçam novas perguntas, sussurradas a meia-voz. Ao sublinhar a liberdade, logo se questiona: mas de que se trata essa liberdade? quem a concede e a toma? quem recita sua forma, ou seu nome, talvez até sua extensão? A origem desta liberdade está apegada à máscara de brancura pela qual aspira o homem de pele negra, e os limites de sua verdade são recortados pela altissonante voz da razão, do *cogito* de um discurso ocidental. Ora bem, são essas as mesmas verdades oclusivas que impõem todo ato de representação institucional. Aparece não mais o controle da fala, mas do próprio ser, de um conter em si com definitivo valor ontológico.

Finalmente, tome-se este último exemplo:

Quando Homi K. Bhabha —em “*The Location of Culture*”— apresenta os efeitos do desejo devorador de uma retórica do colonialismo, trata-o desde de uma perspectiva que vê nele a domesticação do referencial pela contenção de uma “*diferença*”. A presença de qualquer intérprete social nesse conjunto é evidente, pois essa mesma atitude de contenção se apresenta, e se apresentará, sempre que ele interpuser sua pena em busca de significar historicamente o que quer que seja. Ele depende disso, como membro do ajuste institucionalizado do saber etnocêntrico, da colocação enunciativa de um lugar retórico que se repete na ilusão de reconstituir integralmente uma *presença* cultural que no entanto continua oculta. O problema não se esconde apenas na falha referencial da representação, mas na consistência analítica daquilo que é abstraído de um *falar* do objeto, do lugar que não lhe é concedido. De maneira que a isto pode se justapor o itinerário de Bhabha, há que se lembrar de Derrida ao pensar por exemplo na obra literária ou na *obra de arte*, qualificando aí uma “operação” de simbolização criada por/em seu próprio núcleo semântico. Anuncia sobre essa operação uma historicidade que não é “*apenas o passado da obra, a sua vigília ou o seu sono, [...] mas a impossibilidade que ela experimenta de alguma vez ser no presente, de ser resumida em qualquer simultaneidade ou instantaneidade absolutas*”.⁵⁸ Diante dessa prudência do discurso estético para lidar com seus índices de historicidade, permito-me questionar sobre o quão distante o texto históri(ográfi)co se encontra dessa realidade ou dessas limitações abstratas. Na apresentação vívida feita pelo próprio Bhabha, descobre-se que:

De forma mais significativa, o lugar da diferença cultural pode tornar-se mero fantasma de uma terrível batalha disciplinar na qual ela própria não terá espaço ou poder. O déspota

⁵⁶ FANON, Frantz. **Peles Negras, Máscaras Brancas**, p. 25.

⁵⁷ *Idem*, **Os condenados da terra**. Trad. J. L. de M. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pp. 66-74.

⁵⁸ DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**, pp. 28-29.

turco de Montesquieu, o Japão de Barthes, a China de Kristeva, os índios nhambiquara de Derrida, os pagãos de Cashinahua de Lyotard, todos são parte desta estratégia de contenção onde o Outro texto continua sempre sendo o horizonte exegético da diferença, nunca o agente ativo da articulação. O Outro é citado, mencionado, emoldurado, iluminado, encaixado na estratégia de imagem/contra-imagem de um esclarecimento serial. A narrativa e a política *cultural* da diferença tornam-se o círculo fechado da interpretação. O Outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional. Embora o conteúdo de uma “outra” cultura possa ser conhecido de forma impecável, embora ela seja representada de forma etnocêntrica, é seu *local* enquanto fechamento das grandes teorias, a exigência de que, em termos analíticos, ela seja sempre o bom objeto de conhecimento, o dócil corpo da diferença, que reproduz uma relação de dominação e que é a condenação mais séria dos poderes institucionais da teoria crítica.⁵⁹

Por assim dizer é que a inclusão desse outro –*na iniciação de um desejo histórico autenticamente seu*– parece sofrer o efeito das táticas de substantivação que lhes são dadas de fora. Esse desejo de inclusão é genericamente o mesmo, tanto demonstrado para a percepção do passado quanto na colocação cultural de uma civilização vizinha e *periférica*. Então, um tanto semelhantes entre si, os recuos de uma descrição historicamente afastada assumem consequências (*i.e.* sempre com deformações ou equívocos) próximas daquelas verdades de contenção, assim dadas por exemplo ao manusear das ciências etnográficas quando reveladoras de suas abordagens para as sociedades primitivas que analisam.⁶⁰ Por extensão, a própria escala das diferenciações contidas no inventário dos estudiosos destas últimas revela o limite desta problematização.⁶¹ Do contrário, vê-se que significar o outro detém a difícil tarefa de entendimento sobre seus regimes de conhecimento. E o que a experiência acumulada com cerca de dois séculos de ciências sociais trouxe foi o registro de um conhecimento institucionalmente operado, construído nos antinômios de um saber ainda forte em seu próprio *imperialismo*; antinômios que, em sua expressiva maioria, são os portadores de um catálogo de premissas político-filosóficas fundamentais para algo bem compreendido dentro de um “ideário civilizador”.

Ou seja, a forma pela qual a imaginação do outro atende às linhas de representação do saber cultural ocidental não deve passar de um registro negativo de seus valores matriciais de discursividade.⁶² *Grosso modo*, e a comparação deve ser tão estrepitosa quanto inquisitiva, repito

⁵⁹ BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Ed. UFMG, (1998) 2007, p. 59.

⁶⁰ DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentation collectives. **L'Année Sociologique**, n° 6, Paris, 1903, pp. 42 ss.

⁶¹ Um exemplo ainda pertinente fixa o debate do discurso multiculturalista. *Cf.* WIEVIORKA, Michel. Le multiculturalisme est-il la réponse? **The Tocqueville Review/La Revue Tocqueville**, Paris, n° 19/1, 1998, pp. 233-260. TURNER, Terence. Anthropology and Multiculturalism: What Is Anthropology that Multiculturalism Should Be Mindful of It? **Multiculturalism. A Critical Reader**, Blackwell, Oxford/Cambridge, UK/USA, 1994, pp. 406-425.

⁶² GARCÍA CANCLINI, Néstor. Introdução à Edição de 2001: As Culturas Híbridas em Tempo de Globalização. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª edição. Trad. Heloísa Pezza

que o mesmo estratagema lançado nas concepções descritivas de certas “sociedades tradicionais” também parece ser adotado, genericamente, nas ritualizações de narrativas extraídas segundo a passagem das longas durações. Então, uma e outra podem ser atreladas aos coletivos de todos os que “*pensam estar inextricavelmente condenados a encarnar o reverso dos dogmas individualistas e de posse do capitalismo*”.⁶³ Existe aqui a manutenção de verdadeiros “regimes de imaginação” que obrigam todo o expediente discursivo a concretizar, em suas historicidades, a concessão de um realismo feito para servir às tópicas de seu enunciador: o colonizador e o intérprete que, não importa em que medida, seguem atuando em seu favor.

Ao lado disto, um segundo *problema*: o saber totalizante, idiossincrasia da hiperdescrição e virtualização do real, que vem para abrir a esperança de um controle seguro exercido sobre a contingência. Isto porque o seu contrário já não pode sequer ser tolerado. Ao invés disso, a negação de um lugar pacificador na descrição, feito para arranjar os eixos soltos do mundo, deve pôr em risco todas as garantias taxonômicas da classificação. “*As heterotopias inquietam*”, lembramos Foucault, “*porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a ‘sintaxe’, e não somente aquela que constrói as frases –aquela, menos manifesta, que autoriza ‘manter juntos’ (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas*”.⁶⁴ Diante do inusitado, do *caos*, abre-se o abismo que a mentalidade racional dos modernos não é capaz de aceitar sem alguma medida de sofrimento. Dessarte é que, e desde que, os fenômenos possam ser recobertos de suas explicações, e ganhem aí seus “predicados”, é que também pode tomar espaço a ilusão de estabilidade e controle que o discurso científico visa propor. Assim o lance desse jogo metafísico se multiplica, contaminando tudo aquilo que é passível ao toque. Mas neste efeito de voragem infinitesimal, a sua multiplicação tampouco resolveria a classificação que acabava de descobrir. Ao contrário, arruinou consigo a capacidade normalizadora da linguagem, capturou seus mecanismos de ação e fez dissecar a tal ponto sua “fisiologia” que ela restou imobilizada e quase “sem predicados” próprios. Resulta então que este projeto emancipador não demonstre nada além que um tipo de destituição ontológica, em que se vê o filho desse acerto vestir a fantasia de agente neutro, rótulo próprio do homem *sem qualidades (Eigenschaft)* da denúncia irônica de

Cintrão *et alii*. São Paulo: Ed. USP, 2008, pp. XVII-XL. MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**. Travessias latinoamericanas de la comunicación en la cultura. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, pp. 26-38.

⁶³ CUNHA, Manuela C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 328.

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. 8ª edição. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. XIII.

Robert Musil.⁶⁵ Enfim, um excesso de adjetivação que termina por exauri-lo, implodindo-o a partir de si mesmo; sendo a implosão de muitas coisas, e sobretudo, no que me interessa agora: a implosão dos limites até então aceitáveis de um poder repetidor e classificatório, passando a ir junto dele, os seus instrumentos tradicionais (éticos, filosóficos, institucionais e etnocêntricos).

No entanto a permanência de uma entonação racionalizante não decresce nem se redobra; continua a ser o que é, a despeito de toda pretensão ruptural; aliás, sendo uma estratégia brilhante, a continuidade se impõe com mais eficácia desse modo, negando o que havia antes para garantir com esse devir o seguimento do mesmo.⁶⁶ E para o certificar, um primeiro diagnóstico: desse modo é que quase sempre a variabilidade dos discursos de crítica precisa se constituir à base de pretensões rupturais. É claro, porém, que nem isto se pode dar com tanta naturalidade, e nem de uma tal forma que seu discurso possa se colocar, de rompante, tão ingenuamente.⁶⁷ Seria preciso, à guisa de comprovação, testar muitos outros limites e aborrecer algumas pessoas importantes –o que também espero fazer um pouquinho, logo depois–. Por ora, cabe apenas salientar isso, que é o que vai gravado na maior parte dos projetos de explicação do mundo: a busca incansável por uma descrição *in toto*, por uma continência de tudo que se incline à (in)finitude, tendo de carregar mesmo que de maneira inconsciente os termos de uma universalidade de vocação metafísica. Negar que não seja desse modo, que nossa geração esteja em vantagem sobre todas as outras, seria recusar o mínimo de prudência que a experiência é capaz de nos ensinar.⁶⁸ Tanto assim, persistimos por princípio neste hábito da divisão elementar das coisas do qual depende o entendimento *venerável* do intelecto mundano. Instrui-nos todo valor de linguagem, em sua gramática e morfologia, a seccionar as coisas e seus dizeres entre um “verdadeiro” e um “aparente” –hábito de raciocínio cristão, diria Nietzsche, ou hábito próprio do emprego naturalizado da crítica kantiana, ela mesma filha desse “*cristão insidioso, afinal de contas*”–.⁶⁹ Todavia, acabando de aceitar meus próprios limites e sendo menos exigente (deixando para mais

⁶⁵ MUSIL, Robert. **O homem sem qualidades**. Trad. Lya Luft e Carlos Abbenseth. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006 [1ª edição alemã, com os três volumes do texto inacabado: **Der Mann ohne Eigenschaft**, 1978].

⁶⁶ Cfr. LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

⁶⁷ AURELL, Jaume. **A Escrita da História**. Dos positivismos aos pós-modernismos, pp. 204 e 257-265.

⁶⁸ “Para jogar o hegelianismo fora, não basta fazer igualmente da dialética uma variedade do delírio, da ‘*Aufhebung*’ uma imitação do milagre, e de Hegel um ‘idealista’ incorrigível. Cada vez que se entende falar doutamente do ‘idealismo hegeliano’, esteja-se certo de que o crítico (ou o repetidor) não se deu conta de que muitas das avaliações hegelianas poderiam ainda estar alojadas em seu discurso: a expressão ‘idealismo hegeliano’ –é assim– se tornou o indicio seguro dessa divertida ingenuidade. [...] Que o gênero seja a destinação do indivíduo, que o universal se atente ao desaparecimento das limitações, são convicções tenazes que sobrevivem à ‘reviravolta’ e, quem sabe?, se insinuam através das ‘rupturas’.” LEBRUN, Gérard. **A filosofia e sua história**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura et alii. São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 84-85.

⁶⁹ NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos**: ou, Como se filosofa com o martelo. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 29.

tarde, ou para o fosso do futuro, a redenção de todo e qualquer limite aos hábitos da inteligência científica), espero ao menos uma tomada de sentido. Então, sempre e sempre a liberação dos sentidos, diria o mentor do bom senso; e voltamos para esse empecilho insuperável. Como tomada de sentido, espero assentir à vulnerabilidade das escolhas, e pregar, desta maneira, a antiga dispersão no montante dos resultados criativos de uma saída epistemológica.

Com isto, trata-se menos da propositura de “chaves” em um novo elenco de demonstração classificatória, para assumir a atitude de um ataque múltiplo. O ataque não deve ser o da ruptura, mas o da mera tramitação (ou talvez, da *tradução*); aceitando-se o híbrido para submetê-lo a seu fórum específico, até à ativação desses enunciados pulverizados, ocultos ou menosprezados pelo idioma do gramático e do censor; resgatando os “agentes do mundo”, dispersos enquanto se construía a epopeia-mundo da modernidade. É para isso que soa a fala possante de Michel Serres:

Retornar às próprias coisas, às multiplicidades misturadas, às dispersões, tomando-as tais quais, não mais encadeá-las em sequências lineares ou planos múltiplos, tecidos em rede, mas tratá-las diretamente como grande número, grandes populações, nuvens. Onde a tecelagem regular torna-se exceção e não mais norma totalizante. A lei não é mais a lei, é o limite. Produzida pela nuvem e não pela razão de quem o possui, sabe e olha. Devolver às próprias coisas a totalidade de seus direitos antes de intervir. Todas as nossas partições e todos os nossos recortes, nossas diferenças, cadeias, séries, sequências, sistemas, ordens e formações, hierarquias e *archés*, são de escolha, de poder, arbitrários, o milagre probabilístico ultra-raro do historiador-deus; existem para se dissolver, se fundir, se misturar, como conjuntos moventes, ao fogo an-árquico. O real-nuvem está privado de *arché*, este resíduo de idealismo, como se chamava antigamente a razão, e que é apenas o lugar central do dominador ou sua ordem.⁷⁰

Então, *retornar às próprias coisas...* e *tratá-las diretamente como grande número*? Como se consegue isto? é o que decerto replicaria o historiador, que amotinado em sua velha escola, e bastante incrédulo a respeito de um discurso feito sobre tantas pretensões, prefere afastar essas invocações como menoscabo de um palavrório vazio. Mas talvez se possa exigir um pouco mais que isso, valendo-se desde pronto da singularidade de sua própria fonte de saber. Sendo um segmento das outras humanidades, a história –como “ciência da reduplicação” e afilhada do que Foucault chamaria seu fator *metaepistemológico*⁷¹ – tem os meios discursivos de projetar ao interior de si mesma a crítica de uma reconstrução elementar, entendendo por quais motivos sua aparelhagem descritiva acontece ou se ressignifica em torno de linguagens com singulares historicidades. Desta maneira, a sua aparente imprecisão é causada menos por uma inferioridade científica e, sim, bem mais pelo “efeito de superfície” das formas que virtualizam sua

⁷⁰ SERRES, Michel. **Hermes, uma filosofia das ciências**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 124, grifo meu.

⁷¹ FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**, pp. 490-491.

positividade.⁷² Abre-se com ela um postigo de circulares relativizações quanto à montagem do que se constrói como fator de representação da realidade; e novamente, para usar uma outra expressão do inventário foucaultiano, observa-se que a particularidade mesma do registro histórico está na inserção de suas “totalidades parciais”, que possibilitam um certo acesso ao elemento inconsciente dos processos sociais, sendo estes já enfeixados de antemão por diferentes temporalidades.⁷³ Assim, em acordo a essas perspectivas, devem-se praticar os seguintes cuidados. Primeiro, não é caso de se embutir um valor diferencial, mas de se deter o instante próprio da diferença –aliás, a sua vera *différence*– enquanto substância da representação. Segundo, aportar o momento desta representação como um *evento* útil para compreender sua fixação dentro de uma narrativa epistêmica; ou seja, figurando tanto o aparecimento de um novo átomo no conjunto do saber quanto os efeitos que ele produz, ao conferir autoridade aos seus estatutos de conhecimento.

* * *

Na busca desses elementos, a crítica levantada pelos trabalhos de Bruno Latour⁷⁴ e de Michel Callon⁷⁵ insinua alguns contornos para bem se explorar essa liberação de sentidos. Alinhavando os enunciados de Boltanski-Thévenot,⁷⁶ Latour redescobre o potencial que emerge com a interação das grandezas *personnes-choses*, propondo ele próprio um binômio de representação segundo esse espaço específico de articulação *política*. Mesmo estando longe de adentrar agora a particularidade dos polêmicos escritos de Latour –situados entre a vaguidade de seu sujeito histórico e a imaterialidade de seu novo “realismo epistemológico”, dado o uso quase abusivo que promove das abstrações greimasianas para delas fazer a sua *narrativa actancial*⁷⁷–, fiquemos, assim, com o

⁷² FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**, p. 503.

⁷³ *Idem, ibidem*, pp. 516-517.

⁷⁴ Cfr. LATOUR, Bruno. **A Esperança de Pandora**. Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru: Ed. Universidade do Sagrado Coração, 2001, especialmente os capítulos 3 e 5, respectivamente, “*O fluxo sanguíneo da ciência*” e “*A historicidade das coisas*”, pp. 128-132 e 169-200.

⁷⁵ Cfr. CALLON, Michel *et alii*. **Agir dans un monde incertain**. Essai sur la démocratie technique. Paris: Ed. Seuil, 2001, capítulo 4 “*À la recherche d’un monde commun*”, pp. 153-207.

⁷⁶ Nomeadamente in: BOLTANSKI, Luc. THÉVENOT, Laurent. **De la justification, les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991 *apud* LATOUR, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Trad. Sandra Moreira. Bauru: Ed. Universidade do Sagrado Coração, 2002, p. 29.

⁷⁷ “*Ao delinear sua narrativa no estilo de um drama pitoresco, como instrumento de sua ação política, Latour define uma estratégia pessoal de produção de impacto e diferenciação autoral, que surpreende o leitor com seu relato de apelo dramático, coisa que sem dúvida esse autor realiza com sucesso e elegância. Porém o enredo explícito nos embates entre os actantes –por sua dramaticidade textual e ênfase teatral– monta um cenário implícito de agentes antropomorfizados, pictóricos. Se por denotação são meros actantes funcionais da e na linguagem, já por sua conotação dramática, antropomórfica, emergem como entes volitivos. Os actantes semiológicos –mediadores como funções discursivas– transmudam-se em seres, e o mais grave: de lugares actanciais simétricos no texto tornam-se equivalentes ontológicos na ação. As funções discursivas moldam seres, substâncias com propriedades existenciais. Por suas associações estilísticas o drama descrito por Latour sugere uma leitura realista. Na conotação,*

essencial de seu programa crítico. Neste surge a recusa de um “*programa forte*” da sociologia das ciências, que o arroja para a deposição de uma antiga disjunção (ou assimetria), mantida entre o construtivismo social da natureza e a descrição sociológica, sendo esta última feita no seccionamento do “interesse social” e das “relações de força” de seus agentes partícipes. A isto, se adiciona o argumento de Michel Calon. Também egresso dos ambientes de discussão técnico-científica, ele recolhera uma variedade de experiências que se voltavam ao agenciamento de um debate político sobre as práticas de pesquisa “confinadas”. Bem, ao mensurar os parâmetros definidos na instituição de um discurso científico (*i.e.*: catalogando nele sistemas de classificação, tomadas de decisão, repercussão e problematização das especialidades), aparecem os vestígios de um tipo imperativo de discursividade, que, passado algum tempo, tende a se mostrar de forma incontestada como única figura possível ao atalho da razão instrumental.⁷⁸ Então, aliando a denúncia assimétrica de Latour ao hiperconfinamento das práticas de produção de saber, desvela-se o *lugar da diferença* de uma forma mais específica de “saber que deve contar”, ou seja, aquele mesmo saber institucional que apoia tomadas de decisão e que omite suas origens primeiras de qualquer questionamento feito para abalar seus fundamentos de validação.

Apesar da confusão que logo obriga a intrometer-se nos valores mais estáveis da ordenação do mundo, a ambiciosa recriação Latour-Callon das polaridades sujeito-objeto estabelece um tipo curioso de híbrido –mediante a “teoria do ator-rede” (*acteurs-réseaux*, ou *actor-network*)–, a partir do qual se constroem os limites de um parâmetro primário, que redefinido por sua multiplicidade semântica, situa um agente que tanto é capaz de fornecer a validade de práticas discursivas quanto de projetar um fundo inteligível para o aquilo que é descrito/enunciado. Ao invés de se limitar à tradicional proposição da divisa fato-abstrato, esse híbrido vai à captura de um *artefato*.⁷⁹ Então, a tomada em xeque de outros saberes que devem contar abrem espaço para uma compreensão dos limites ocultos que ajudam a forjar a solidariedade dos grupos sociais. Antecipando, evidentemente, que estes grupos podem ser coletivos acadêmicos, ou históricos, como também se inclinam a ser o objeto de uma historiografia. Logo em seguida, estaremos próximos de notar que

de maneira implícita, a narrativa dramaturgica latouriana eleva ontologicamente aquela simetria de lugares textuais expondo-a como ontologia simétrica efetiva entre as bactérias e Pasteur, entre humanos e não-humanos. E aí cria-se um problema e um embaraço. Não há como um historiador tomar bactérias e coisas como equivalentes ontológicos a humanos. O humano de Latour apresenta ambiguidades e dissonâncias, e sua simetria ontológica com não-humanos simplesmente as amplifica.” In: MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos? E o ser histórico, como fica? **Anais do XIX Encontro Regional de História**, “Poder, Violência e Exclusão”, ANPUH/SP, Universidade de São Paulo, 2008. Também, *cfr.* GREIMAS, Algirdas Julius. COURTÈS, Joseph. (org.) **Semiotics and Language: An Analytical Dictionary**. Bloomington: Indiana University Press, 1982.

⁷⁸ CALLON, Michel *et alii*. **Agir dans un monde incertain**, pp. 72-89.

⁷⁹ STENGERS, Isabelle. Para além da Grande Separação, tornamo-nos civilizados? SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004, pp. 131-149.

a desigualdade formal definida para entender a verdade de nossos coletivos institucionais e a de outros coletivos, convenientemente objetificados pelos primeiros, não passa de um recuo de discursividade. Quando Latour pretende esquadrihar os esboços de um fundamento para a descrição dos *outros* coletivos que submete, encontra a armadilha lançada pelo “*pensador crítico*”, que depois de controlar os índices de representação da realidade, “*triumfa* duplamente *sobre a ingenuidade consumada do ator comum: ele vê o trabalho invisível que o ator projeta sobre as divindades que o manipulam, mas vê também as forças invisíveis que movimentam o ator quando ele acredita estar manipulando livremente*”.⁸⁰ Desta maneira, a energia classificatória da descrição é desviada de sua fonte real, a que autoriza e retifica o discurso positivo, para ir se esconder no interior de outro objeto de representação. Apaga-se com isso o “rastro” do enunciador que prescreve os fatos do mundo, colocando-o longe do verdadeiro mestre-matriz que faz essa complicada engenharia, para situá-lo segundo a voz *a priori* de uma certeza fundacional.⁸¹

Hei de supor que seja ocioso insistir nisso por muito mais tempo. Tendo escrutinado tais valores, poderemos seguir adiante e aceitar que nossas aflições devem se situar nesse campo de variabilidade que bem ou mal modela uma reconhecível *raison d'être* junto ao agenciamento epistemológico da redescritção, tão próprio da fala historiográfica. E para que se me não acuse de vão colecionismo teórico, ainda vale a pena refletir sobre as motivações indiretas que nos levaram a um gesto incansável de aperfeiçoamento hermenêutico. Ao fim e ao cabo, restar-nos-á o duplo problema: lidar de frente à insuprimível retificação das origens e dar encaixe para a multiplicação dos seres que formam a realidade histórica. O que quer que resulte desta encruzilhada deve nos deixar obrigados a propor algum aparato de interpretação, mesmo que se trate de um apenas provisório e alternativo.⁸² E que seja assim, um que ritualize *essas nossas partições e esses nossos recortes*, mas que simultaneamente tome conta da energia coletiva empregada na formação normal de expedientes linguísticos. Falando assim, faço valer minha esperança quase ingênua de realizar mais tarde a sobreposição dos coletivos: o coletivo intelectual, feito de outros coletivos intelectuais subagrupados, que ainda há de se reportar a inúmeros outros para, desta maneira,

⁸⁰ LATOUR, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**, p. 32.

⁸¹ Dando o nome de *fetice* à categoria que baseia o sistema de crença dos outros, esses outros *objetificados*, Latour observa que o registro catalisador da modernidade acaba se constituindo pela identificação desses sistemas, a partir de que se atinge a segura contraposição *antifetichista* adotada pela convicção do sujeito-intérprete. Ao subjugar esses objetos, indicando que eles operam suas divindades e suas origens conscientes da própria mediação instituída ali, e finalmente descobrir que, tal como fazem a seus ídolos, “*eles constroem aquilo que os supera*” (*Idem, ibidem*, p. 37), pretendemos (*eu-sujeito-intérprete*) nos afastar dessas crenças provando que nossa explicação de mundo se dá por estruturas opostas, e que nós, sendo melhores que eles, estamos em condições de criar uma verificação mais estável dos fenômenos que analisamos.

⁸² VATTIMO, Gianni. **A Tentação do Realismo**. Trad. Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Lacerda Editores/Instituto Italiano di Cultura, 2001, p. 31.

integrar uma narrativa coerente do espécime histórico. Todos eles serão ativos, conquanto portadores de motivações institucionais singularizadas, para forjar uma estrutura estilizada de dialetos sociais dados na orientação de uma ou de muitas formas de descrição. Para conseguir isso é preciso amolecer a imposição de categorias fechadas e resgatar uma feição primária da *instituição*, que, depois de uma extensa reavaliação semântica, passará a aceitar os propósitos de uma ressignificação profunda de valores.

Começemos pelo elemento primeiro, o das origens. Em linhas mais genéricas, pode-se propor que quando um coletivo faz remontar ao sítio de suas origens, o faz na dependência de um fundo imaginário-linguístico específico, um tipo de “caixa de ressonâncias” para a captura do seu próprio objeto sonoro. É dentro dela que a produção narrativa pode ser sentida e compreendida segundo um modelo orgânico apropriado. É dentro dela, portanto, que a instituição denuncia seu espaço como lugar-limite entre as implicações do intérprete e o enunciado adotado por um coletivo científico.⁸³ Bem por isso que se for preciso situar desde já um problema de fundo, diria que ele deve ser colocado sobre o problema da própria instituição.⁸⁴ E já não se trata apenas de detectar sua posição histórica e sociológica (com uma dada dimensão empírica, se assim é preferível dizer), mas o seu tratamento conceitual junto ao deferimento epistemológico. A localização dessas distâncias é o que me parece mais fundamental para se propor uma análise historiográfica específica voltada à apreensão dessas clivagens. Justamente, é necessário insistir nisso, e sempre que apropriado rever tais circunstâncias de discursividade, pois com elas se revelará aos poucos por exemplo a grande parte dos recuos que familiarizam o hilo cronológico das longas durações, os quais fazem dever suas semelhanças ao continuísmo das linhagens de interpretação que sobre elas traçam seus próprios reparos.

Tome-se outro exemplo, que descende da segmentação de uma sociologia francesa oitocentista. Antes de criar uma oposição, a disjuntiva sensível nos procedimentos de Gabriel Tarde e de Émile Durkheim reduz-se *ipso facto* à multiplicação entre elemento e gênero, mas não resulta na negação daquilo que exatamente um e outro pretendeu demonstrar como resultado de um *verdadeiro*. Trocam-se os elementos de significação (os fatos-fetiches?) pelos quais se encadeia o sistema lógico usado na interpretação das coisas, mas persevera a replicação de

⁸³ Antes que me acusem, explico que adoto aqui o termo “coletivo científico” para uma inscrição geral, descomprometida de outras abordagens sociológicas que para isso mantêm em cativeiro o seu próprio vocabulário institucionalizado. Ao emoldurar circunstâncias concretas do pensamento compartilhado, reporto-me tanto aos grupos fechados em suas precisas bases metódicas quanto aos flexíveis contextos intelectuais, mais epocais e circulantes, isentos dos constrangimentos imediatos daquelas afiliações teóricas que, de um modo ou de outro, hão de exercer sua influência ao programa de questionamentos e posturas imaginativas dos debates sociais.

⁸⁴ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Ed. USP, 2007, pp. 31 ss.

modelos de inteligibilidade anteriores. Nesse ponto de continuidade se encontram muitos modelos referenciais, e a grande maioria deles redundando em efeitos bem insatisfatórios sobre o plano de rupturas que pretendem propor; surge então como ponto de partida de linguagem do senso comum institucionalizado, um tipo difícil de capturar, e que a palavra “ideologia” sequer comporta, mas que uma qualificação como a de “entendimento *a priori*” também já ultrapassou cedo demais.

É logo com esse ponto de partida que as variações se constroem e se dão a ver como elementos de *inovação*. Assim podemos deter um valor de transmissão que assegura a coerência de inumeráveis legados intelectuais. Mesmo quando eles apresentam fortes caracteres evolutivos em seus códigos internos de representação, resiste uma fagulha elementar que serve de mediação ou de ajuste entre os trespasses antigos e as atualizações trazidas como novidade de uma experiência social. Deste modo, atravessando-se interstícios nem sempre dados com suficiente clareza é que o ínfimo elementar de Tarde se solidariza com a tipificação dos fatos normais desenvolvida pela escola durkheimiana. Depois entenderemos melhor que essa figura de continuidade extrapola os coletivos intelectuais e se instala em muitos outros registros de convenção social, mas me detenho nisto, antes de adiantar excessivamente tais problemas. Voltemos à identidade desses acordos.

“*A ciência como coletividade traça um campo de forças no coletivo*”, escreve Serres, que “*é atravessada, igualmente, por um campo de forças deste gênero*”.⁸⁵ Pois, realmente, do modo como se organiza, o discurso científico progride e até atinge complexidade, depois avança para a multiplicação dos agentes do mundo, e finalmente força uma unidade que rapidamente se converte em identidade. Para desmontá-la é que Tarde exemplarmente propusera a multiplicação exponencial dos agentes, donde se revela a instabilidade que a faz vulnerável, para logo depois revistar a percepção científica como mera sobreposição de enunciados construídos, partilhados subrepticiamente no acordo do coletivo.⁸⁶ Com isso, abre-se caminho para uma compreensão que busca seu valor (ao invés de uma negação taxativa dele) nos elementos subjacentes à constituição de *crença e desejo*, destacados além da faculdade de representar e localizar-se como um saber feito para gerir as pulsões que incrementam suas práticas, a partir do qual espera-se a revelação de um “*estatuto ontológico*” próprio.⁸⁷ Aparece a modulação das solidariedades coletivas, o valor capaz de equacionar e coagir os signos para o denominador das trocas ultraindividuais. Assumindo lugar, também, na instância assinalável de uma *percepção orientada*, tal como fora circunscrita pelo epistemólogo Ludwik Fleck, esse território no qual se movimentam as ações seletivas que

⁸⁵ SERRES, Michel. **Hermes, uma filosofia das ciências**, p. 128.

⁸⁶ TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia** – e outros ensaios, pp. 62-63.

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 93.

encaminham o “ver formativo” (*Gestaltsehen*), ele próprio acessado e rotinizado pelos membros de uma comunidade de intérpretes ou de um coletivo institucionalizado.

Sirvo-me pois dos escritos de Fleck⁸⁸ por acreditar que eles permitem empreender algumas dimensões que penetram nas esferas do saber interpretativo, levando-o sempre com o demarcador histórico de uma determinada sociedade. É sob essas indicações que se compõe aquilo que passa a ser o plenário de discussões, intermitentemente proposto pelo momento e por seus historiadores, como plenário em que opera a tradução e a emissão de variados “coletivos de pensamento” desvendados a partir de seu lugar de criação. Entretanto, há um primeiro desafio óbvio aqui, que se mostra ao estabelecer as conexões de uma experiência crítica como a ensaiada por Fleck durante a década de 1930. Tomando os pressupostos específicos de uma base científica que acompanha o desenvolver do estudo da sífilis, ele foi capaz de encontrar o perfil institucional que absorvia toda a massa de discussão técnica envolvida, e submeteu-a, depois, a prioridades de investigação e alinhamentos conceituais ditados pelo coletivo. Estas experiências são esboçadas em seu único livro, publicado originalmente em alemão, “*Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache*” (1935), e que remetem para algo que hoje se admite como sendo a síntese de uma autêntica teoria do conhecimento.⁸⁹ Ao se posicionar contra o que julgava ser conservadorismo de época, Fleck ataca o imobilismo de seus pares e propõe uma visão nitidamente construtivista dos repertórios de descrição científica; nesta condição volta-se à análise do desenvolvimento dos sistemas representacionais das ciências, fazendo-a em favor das descontinuidades que ampararam o profuso universo de orientações e respostas epistemológicas.

Dito isto, adequemos melhor essas noções. Se de fato toda empostação científica se faz situar com a adoção de um pensamento estilizado que reúne a componente de princípios, normas e variáveis, utilizada para a representação de modelos aplicáveis, disso também emergirá o “estilo de pensamento” (*Denkstil*) de pronto indissociável do fundo que projeta uma comunidade definida como “coletivo de pensamento” (*Denkkollektiv*). Este é o espaço cerrado da imaginação institucional que orienta ou justifica as hierarquias de enunciação, e também alimenta os valores aceitos solidariamente pela comunidade que, agora, amplia-se bastante desde sua contingência laboratorial para alcançar os diferendos políticos que se externalizam com o patamar linguístico

⁸⁸ Neste aspecto em particular, devo muito à introdução que me foi feita aos trabalhos de L. Fleck durante o curso “A Nova História da Ciência para historiadores”, o qual ia inserido nos trabalhos do XXIV Simpósio do Encontro Nacional de História da ANPUH (2007), sediado em São Leopoldo, RS. Pessoalmente, agradeço ao Professor Carlos Alvarez Maia, docente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que naquela ocasião me apresentou a tais tópicos e a abordagem fleckiana dos coletivos de pensamento.

⁸⁹ Para um trabalho de síntese sobre os escritos de Fleck, *cfr.* SADY, Wojciech. Ludwik Fleck: Thought collectives and Thought styles. **Poznan Studies in the Philosophy of the Sciences and the Humanities**, 2001, vol. 74, pp. 197-205. Disponível em: <<http://fleck.umcs.lublin.pl/teksty.sady.introduction.htm>>.

correspondente.⁹⁰ Destacada desta maneira, a matriz holística presente na teoria fleckiana ajuda a esclarecer a dinâmica de normalização institucional que se por um lado concede instrumentalidade a uma noção bastante antiga de solidariedade social,⁹¹ por outro enlastece os papéis dos agentes envolvidos no conjunto de representações; isto tudo se dá graças à mutabilidade de seus estatutos de significação, já que a via de contágio instituições-práticas coletivas instaura-se como caminho de ida e volta, fazendo dessa zona de troca a faixa difusa do acontecimento *realista* ou do fato científico agregado.

A novidade do projeto de Fleck está na proposição –ainda não totalmente discutida, desde aquela época– de que aquilo que entendemos como modelo científico não constitui unicamente um sistema de pensamento lógico, mas se subordina aos valores de um fenômeno cultural e histórico, concordantes na superfície com a tradição intelectual de seu próprio tempo. Dessa forma, o objeto que passa ao avaliador também não escapa a essa inscrição temporal, e o estilo de pensamento atua condicionando as próprias medidas de observação empregadas na composição de parâmetros de análise: “*Cognition is the most socially-conditioned activity of man, and knowledge is the paramount social creation [Gebilde]*”. Delata-se um acordo de cognitivos, por sua vez implícito nos sistemas de representação que figuram teorias de compreensão –“*The very structure of language presents a compelling philosophy characteristic of that community, and even a single word can represent a complex theory*”–.⁹² Pois, demarcando a trajetória de um objeto específico, o estudo de uma patologia, a sífilis, o epistemólogo polonês pudera retroceder a uma historicidade pontual que, neste caso, lhe permitiu determinar tanto o quadro de sua taxonomia, como a elaboração de uma nova especialidade médica, a bacteriologia, sujeita então a prioridades de classificação que afetariam diretamente a compreensão de um fenômeno clínico. Assim, a consideração de um “fato científico” deve experimentar a mobilização de circunstâncias que apenas se desvendariam ante a proposição de regimes de historicidade respectivos. Nelas se aclaram a natureza do conhecimento e a inclinação de diferenciados modos de conhecer.⁹³ E decididamente, o estilo de pensamento estabelece as pré-condições para qualquer cognição e determina o que pode ser considerado uma questão razoável e uma resposta verdadeira ou falsa; ou seja, tal estilo propicia o contexto e fixa os limites para todo julgamento relativo à realidade objetiva. Com tudo isso, creio que sua singularidade como teoria do conhecimento está posta na

⁹⁰ FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**. Trad. Fred Bradley. Chicago: University of Chicago Press, 1979, pp. 98-105.

⁹¹ DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª edição. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp. 55-71.

⁹² FLECK, Ludwik, *op. cit.*, p. 42.

⁹³ PFUETZENREITER, Maria Regina. Epistemologia de Ludwik Fleck como referencial para a pesquisa nas ciências aplicadas. **Episteme**, Porto Alegre, nº 16/1, 2003, pp. 128 ss.

condição de indicar um campo de subjetivação institucional como fator oculto dos membros da própria coletividade de pensamento. É exatamente aquilo de que Latour nos falara ao denunciar a armadilha do pensador crítico, que lhe garante sua distância e uma autoridade resolutiva quanto aquilo que o distingue do ator comum. Bem, favorecido por essa posição é que o coletivo de pensamento pode estabilizar seus acordos internos e divulgá-los mais tarde na segurança de um dialeto esotérico, restrito aos iniciados que por meio dele tocam seus parâmetros de representação da realidade.⁹⁴

Mas, retornando para a questão, de que se aproveitaria reduzir um jogo de linguagem para a sobreposição dos coletivos de pensamento? Sem dúvida alguma, há muitas possibilidades aqui. A primeira é que se for deixado de lado o objeto particular que ocupara o debate epistemológico à época de Fleck, pode-se encontrar lições valiosas para as atuais colocações do estudo social das instituições. Essa aproximação, portadora à primeira vista de um certo desconforto pela sua estranheza entre as disciplinas de conhecimento que convoca, foi bem desempenhada pelos trabalhos de Mary Douglas, a discípula do renomado antropólogo E. Evans-Pritchard. Nestes aportes levanta-se uma explicação bastante original, a cujo esclarecimento darei ainda a seguir,⁹⁵ que lhe permitiu enxergar a potencial duplicidade do esquema fleckiano, insistindo que com ele se pode abarcar tanto as instruções de um coletivo científico quanto a reflexão das solidariedades descritas nos objetos sociológicos. A própria batalha interna travada pelos agentes de uma comunidade de pensamento garante os termos de dialogicidade, assinalando estruturas de decisão, quadros de classificação e até mesmo os seus índices de identidade, formados a vez pela coesão artificial dos grupos e por seus termos de diferenciação; no caso específico da teoria científica, esboça-se “*o resultado de uma luta entre as classificações que estão sendo desenvolvidas por um grupo de cientistas tendo em vista objetivos profissionais e as classificações que são operadas em um entorno social mais amplo*”.⁹⁶ Esse entorno social “mais amplo” passa a ser integrado pelos coletivos em que emergem as formas primárias de um registro linguístico-institucional, ao mesmo tempo, hospedeiro de conteúdos que se intersectam para encadear os contextos secundários de uma fala em busca de diferenciações identitárias.

Com isso segue a segunda possibilidade de percepção, a interação dos coletivos primeiros e segundos; sabendo que embora sejam segundos, não o são secundários em si mesmo. Assumindo de perto as liminaridades desses entornos surge um repertório confuso, altamente disperso entre as rotinas de explicação e a objetivação escritural das culturas, que longe de garantir demarcações

⁹⁴ FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**, pp. 103-105.

⁹⁵ V. ainda nestes *Prolegomena*, o item III, *infra*.

⁹⁶ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 64.

precisas de dialetos institucionais revela que o trajeto de constituição deles passa pelas estacas de um infinito projeto hermenêutico. Direi deste modo: quando um coletivo insere seus preceitos de descrição sobre um outro, acaba por fazê-lo num ponto de passagem que se comove duplamente com os esquemas existentes na mediação, não sendo nunca exatamente o que parte nem o que chega a se constituir. Na verdade, trata-se aqui de uma proposição conhecida da semiologia. Mas ao se aplicá-la para os esquemas de classificação social, descobre-se um diverso nível de contágio interinstitucional habilitado a reabrir outros elementos de ação. Falo neste caso da fórmula relacional/diferencial, empregada por esses coletivos primeiros no espelhamento dos segundos. De um modo rudimentar, a descrição (a exemplo máximo da etnologia) ritualiza seus parâmetros de realismo para sobrepujar um outro existente, que passa agora para a posição de plano concorrente de enunciação.⁹⁷ Porém, sem encaminhar isso às suas consequências estruturais de todo modo vitais para a unidade do coletivo de pensamento,⁹⁸ é interessante detectar que entre uma e outra instituição coletiva está o aparecimento de formas equivalentes de *justificação* daquilo que se enuncia, ou simplesmente, que elas trabalham para erigir as bases religiosas do fetiche ou dos seus conhecidos “mecanismos de sacralização”, como sublinhariam os trabalhos de Mauss-Durkheim.⁹⁹ É principalmente por essa dinâmica relacional que a inclusão crítica de Fleck se mostra relevante, fazendo com que através dela se desdobre uma semelhança redutível entre os comportamentos compartilhados por comunidades científicas e a colaboração social menos estrita v.g. de uma coletividade histórica. Esta conexão é pródiga, reserva-se a ela o interstício que nega e virtualiza o nosso conhecimento da *instituição*. Tal negação é a redundância de sua imprecisão em nosso campo teórico de percepções. Também é a negativa adotada por Castoriadis, que se abdicou de forjar uma *teoria para ela*: “*Não podemos nos colocar diante da instituição e inspecioná-la, pois os meios para tanto fazem, eles mesmos, parte da instituição*”.¹⁰⁰ Outra vez, nossos esforços por fim se reconduzem para a linguagem institucional, essa concessão fantasmagórica de sua presença. Estendendo-a tanto quanto podemos, ela se faz na mesma linha indivisa de sobreposições de repertórios, dados como dimensões dos coletivos primeiros aos segundos.

É nesta tramitação de acordos que uma hermenêutica então se processa.

Depois de tudo isso, posso finalmente voltar ao ponto destacado logo no início: pode a *diferença* detectar-se justamente no ponto de encontro que integraliza a narrativa da representação

⁹⁷ V. BARTH, Fredrik. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. VERMEULEN, Hans. GOVERS, Cora (orgs.). **Antropologia da Etnicidade**. Trad. Rogério Puga. Lisboa: Fim de século, 1994, pp. 19-43.

⁹⁸ DOUGLAS, Mary, *op. cit.*, p. 94.

⁹⁹ DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentations collectives. **L'Année Sociologique**, nº 6, Paris, 1903, p. 42.

¹⁰⁰ CASTORIADIS, Cornelius. Instituição primeira da sociedade e instituições segundas. **Figuras dos Pensáveis**. As encruzilhadas do Labirinto. Vol. VI. Trad. A. A. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 157.

cultural? Penso que sim. E com efeito, é investigando as diferentes embocaduras que fazem os dizeres do registro histórico que essa representação acontece. Também, é delimitando os pontos de apoio de um aparato institucionalizado pelos coletivos de pensamento que se virtualiza as camadas de significação desse mesmo registro. Dada a circunvolução de tantos reparos, essa rede de linguagens congrega, em uma ilusória superfície harmoniosa, as muitas dimensões de uma ideia enraizada como fundamento de razoabilidade. Está em jogo, assim, uma atitude bem mais complexa que a deliberada formação da identidade cultural ou a de um programa ideológico desenvolvido por conjuntos de teóricos, engajados em forjar discursos de bases políticas. A linha de um contínuo meta-histórico passa pelas mesmas correções, e a colocação de todo *ato descritivo* reconhece por si mesmo o assinalado lugar dessa diferença. Desde que se suponha possível a articulação desses regimes de enunciação, descortina-se a demonstração de uma experiência histórica compartilhada, *autêntica* segundo a medida de sua diferenciação.

* * *

Mas depois de tudo isso, o que se deve fazer da antiga proposição materialista de Croce? Essa materialidade deve, pois, reconduzir-se às faculdades projetivas que lhe instruem consistência e, se se quiser mesmo, uma qualidade concreta. Para voltar uma última vez à Gabriel Tarde, isto não supera a ordem extemporânea dos julgamentos de sensibilidade sobre um chão de fatibilidade, e daí que seu monismo reproduz em escala própria uma realidade (para não dizer logo de uma “natureza”) sujeita à imagem antropomórfica que a projeta, a qual se traduz primeiro pelas instâncias volitivas de crença e desejo –essas duas forças, *estática e dinâmica*–, e depois liberadas pela forma ou pela atitude da representação.¹⁰¹ Entretanto, esta tem de acontecer sob um encapsulamento das volições da linguagem ou mesmo a partir de sua *Weltanschauungen*, essa orientação cognitiva dada por fundamental na linguagem institucional dos coletivos.

No caso deveras emblemático de um registro histórico, essas inflexões têm o seu lugar. É preciso estimulá-las no interior das problematizações desse registro para encontrar as zonas difusas que, sobrepostas, discriminam uma realidade para seu objeto. Assim teremos de nos interrogar mais tarde sobre os níveis dessa sobreposição, lembrando também que o simples

¹⁰¹ TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia** – e outros ensaios, pp. 66-67. Ajunta-se ainda uma função importante, que respeita os julgamentos latentes secretados pelo inconsciente humano, mesmo que seja, dada a posição de Tarde, um inconsciente inteiramente inacessível aos mecanismos conscientes de rastreamento. Logo, embora presente, o papel do agente inconsciente não pode ser mensurado ou descrito, apenas *intuído* junto aos valores que dão representatividade ao universo sensível do real (pp. 68-69). Justamente por isso, esse *quê* inovador da psicanálise freudiana, que investe sua interpretação (*Traumdeutung*) em cima de um significado diverso conferido a essas latências do inconsciente.

itinerário até seu conhecimento converge os interesses de seus agentes, sujeitos da enunciação. Cabe-nos, por exercício de imaginação ou de carga intuitiva, compor a redescritção feita a partir das figuras, dos estilhaços de seus artefatos enunciativos. E é nesta instável sobreposição que seguramente vislumbro como possível uma *epistemologia do fazer histórico*. Como espécie de saber analítico, o discurso historiográfico se encontra forçado a assumir um elemento *próprio* debaixo da reiteração de suas práticas de representação. É para isso que se propagam os campos de identidade, e após eles, os seus índices de representatividade de um acordo coletivo dado na esquematização realística das coisas. Também, é para onde nos leva uma atual “autopercepção” historiográfica, a uma ideia de história como esquema retórico “*que por conseguinte não pode mais valer como princípio de realidade*”, quando ele então pretendia ser o suporte último de uma verificação empirista do mundo social.¹⁰²

A tal direção é que, notando que tudo depende das formas de uma articulação textual estratégica, H. White pôde decifrar interessantes proximidades entre registros discursivos tão díspares como os do filosófico, do artístico ou do historiográfico, a dizer que essas formas de articulação dependem de um elemento de superfície, com graus internos de diferenciação, que assim se reconduzem para algo que ele quer chamar “prefiguração” de um modelo narrativo (metafórico, metonímico, irônico... etc.).¹⁰³ Depois dessa incursão feita por diferentes abordagens do pensamento social –a exemplo das questões pontuadas por Fanon, Leiris, Bhabha, Latour, Fleck etc.–, sentimo-nos em melhor condição para entender que elas mantêm angústias muito parecidas entre si, pesando em todas a evidência do caráter performativo da linguagem científica que manejam. *Y es así*, diz o provérbio, *todos tropezamos con la misma piedra*. No entanto essa grande abertura de sintonias estilísticas não deve vir apenas para fragilizar os limites plantados entre a *doxa* e a *epistême*. Melhor: entre as tantas experiências que operam a descrição do social-histórico, ela sugere suplantar os localismos do discurso autorizado para compartilhar a ritualização de uma ordem das *instituições*. Agora, depondo o encastelamento das velhas incomensurabilidades, o registro histórico pode se solidarizar etnologicamente com os outros segmentos científicos, alinhar seu *métier* a uma reflexão da trajetória de seus conectivos identitários. Bem, aqui o conceito de identidade permanece radicalmente o mesmo, atendendo a uma percepção originária das solidariedades de grupo. Muito embora, ele emerge hoje mais em função da recontextualização aguda que busca uma nova transcendência sobre o enfraquecido sentido identitário –este último, conduzido pelos agenciamentos de massa e pelas novas estratégias

¹⁰² VATTIMO, Gianni. *A Tentação do Realismo*, p. 27.

¹⁰³ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, pp. 16-18.

de transmissão do conhecimento—, que faz de seu núcleo semântico um elmo de isolamento das contemporâneas ideologias de estado. Com esta constatação trazemos uma outra, a de que se impõe uma clara diluição desses conteúdos destinados a expandir a noção de *esfera pública*, que permite a veiculação (ou *vulgarização*) do sentido tributado à identidade e a abertura dos caminhos para novas devoções políticas e intelectuais. Dentro do espaço ultra-especializado da academia, a noção recebe sua parcela *institucional* e adquire a incorporação de preocupações técnicas até então definidas quase que exclusivamente sobre as disciplinas da sociologia ou da história; de um tal modo que suas prioridades se fundem, e os “*combates pela história também são chamados agora de combates pela identidade*”,¹⁰⁴ implementando não apenas um papel desconhecido dos tabelamentos metodológicos das ciências sociais, mas o *telos*, a justificativa e, por que não dizer logo, a finalidade concreta de sua existência interinstitucional.

Mesmo que provisória, tiro minha primeira lição e volto ao ponto de partida, lembrando que o desejo tantas vezes reaproximado a uma Idade Média se situa no mesmo lugar, que ele também não cessa de se atualizar, colocando pela primeira vez neste trabalho (e espero que de um modo definitivo) minhas intenções ao lado do próprio objeto que vou eleger. Daqui talvez a razão de um investimento considerável sobre questões mais fortemente teóricas, contra o qual o detalhamento empírico pareça assim desguarnecido. Mas isto não há de ser um fardo. O aparato crítico que trago aqui, por mais persistente que pareça, foi reiteradamente posto à prova de seu destino e dele muito foi deixado por não conceder aquilo que se esperava à articulação deste intérprete. Dessa maneira, a maior parte do que ora se apresenta é consequência de um aperfeiçoamento de estruturas analíticas, moduladas pelas prescrições que a pesquisa do objeto histórico terminou por oferecer à sua compreensão —do contrário, não seria todo esforço de conceitualização um passo à remodelação dos sentidos, um efeito natural da projeção tomada pelos vetores do conhecimento?¹⁰⁵—. Talvez mesmo assim, por ocasião do estilo, ou do caráter de minhas avaliações mais sugestivas, a aparência geral deste trabalho mereça o título, que reconheço ser pouco elogioso entre os historiadores, de “ensaio historiográfico”; mas que aceito sem grande amargura, embora incapaz de detectar bem o peso negativo que ela parece portar, ao passo que

¹⁰⁴ SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007, p. 23.

¹⁰⁵ Deixando de problematizar agora o que possa vir a ser tal “necessidade espiritual”, seria mais ou menos isto empregado por G. Bachelard: “*A conceptualização será um esforço de objetividade mas, tudo bem considerado, ela vai desenvolver-se em sentido inesperado, pois para a depuração do conceito não é o objeto que chama —suas exigências seriam sempre mínimas, já que bastaria uma característica para designá-lo—, mas é o espírito que projeta esquemas multiplicados, uma geometria, um método de construção e até um método de retificação. Esta última característica traduz a necessidade de novidade, de criação, que é sem dúvida uma necessidade espiritual não menos essencial que a assimilação.*” BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**, pp. 27-28.

desconheço qualquer distinção efetiva entre a especulação (o saber *ensaístico*) e aquilo que os pesquisadores um pouco mais conservadores, sisudos pelo mister de seu ofício, entendem por sua soberana ciência histórica. É nisto que há de versar meu programa hermenêutico.

De toda sorte, pode-se argumentar que esta interação possua debilidades demais, ou que suas conclusões sejam mais amparadas nos disponíveis artefatos meta-históricos do que sobre o alentado conjunto de documentação a qual se consultara. Consinto que possa ser isso. Mas estas questões são ainda bastante provisórias para que me sinta forçado a tentar uma defesa, e creio que já seria um tanto precipitado que elas fossem tomadas de maneira muito imediata e sem primeiro levar em conta o jogo de reflexões que se pretende aqui. Seja como for, a minha resposta agora tende a ser uma só para essas duas contraposições; pois, de fato, interessa-me a reflexão histórica arrancada disso tudo, a erudição analítica que ela proporcionou desde seus primeiros instantes e, no final das contas, a ampliação de um patrimônio de sensibilidades intelectuais que, espero, hão de marcar-me melhor daqui em diante como estudioso dos recuos do medieval. Essas coisas colocam-se bem antes de qualquer vocação para “*atear ao passado a centelha da esperança*”,¹⁰⁶ qualquer que seja agora a pretensão do que se espera. Por tudo isso, ainda não há motivos para se escusar. E o que tenho em mente para estes *prolegomena* certamente deve passar longe disso.

¹⁰⁶ Cá estou a me referir à Tese VI “*Sobre o conceito de história*” (1940) de Benjamin. In: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda N. C. Brant e Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 65.

II. Um *topos* para a análise

Partindo do item anterior, o dos postos de análise, tem-se uma duplicidade capital sobre o conjunto interpretativo que o define e o aplica. O que quer dizer que pensar problemas sobre o método traz consequências coincidentes para o objeto, e vide o contrário a respeito do agente-intérprete. Pode-se inferir daí que as reflexões, levantadas para a descrição de “coletivos pensantes” –caminho provisório para os *coletivos cognitivos* (*Denkkollektiv*), que esboçarei em seguida– e para as suas respectivas instituições históricas, sejam qualitativamente próximas daquelas instruídas para mensurar uma comunidade acadêmica determinada. Essa comunidade torna-se algo parecido com aquilo que Ludwik Fleck primeiro descreveu, quando tinha em mente o seu próprio ambiente científico e toda sua pontualidade histórica, como também aquilo que Mary Douglas trataria ao manusear a teoria de Fleck, aplicando-a desde outras horizontalidades institucionais.¹⁰⁷ Entretanto, nada disso será aprofundado ainda. Convém reter esta ideia geral: a de que as instituições, e a reflexão que busca sua compreensão histórica, são passíveis de uma fenomenalização simultânea sobre a teoria e seu objeto. No passo em que, apenas para propor escalas, o mesmo poderia ser dito das performances literárias e linguísticas dos textos medievais em relação aos textos daqueles que os interpretam e fixam, com mais ou menos arbitrariedade, conforme umas conveniências de tradição literária de época.¹⁰⁸

Com esta instrumentalização retroversa da aparelhagem metodológica, desvela-se, antes do que se pensa, não uma universalidade de recursos de descrição e, sim, um tipo de flexibilidade criativa capaz de desarmar os esquemas rígidos com os quais as ciências humanas costumam se aparelhar. O que faz emergir logo para primeiro plano a incerteza que desqualifica o método em sentido estrito –pois, do contrário, a fidelidade a esse método já revelou do que é capaz–.¹⁰⁹ As rotineirizações de uma determinada metodologia (nutridas por uma ou outra *escola do saber*) garantem não apenas a segura convicção da objetividade e do reconhecimento, porém, para mais, a impermeabilidade a outros códigos que se tornaram banidos, negados ou tidos por inexistentes

¹⁰⁷ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Ed. USP, 2007, pp. 25-27.

¹⁰⁸ ZUMTHOR, Paul. **Escritura e Nomadismo**. Entrevistas e ensaios. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Sonia Queiroz. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005, pp. 104-113.

¹⁰⁹ RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. Trad. Hilton Japiassu. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 89 ss.

segundo tal matriz de fundação. Registram-se aqui as “rotinas e estruturas”¹¹⁰ em torno de seu império de verdades sempre disponíveis, com as quais espero manter justificada distância. Por momento, seria adequado alguma permissividade no interior da lógica que subjaz tão retamente o dialeto historiográfico e o confortável berço que esse mesmo império de verdades lhe permitiu na fundamentação de suas instituições de conhecimento.

O que também pretendo sugerir é que, ao invés de uma inserção passiva a grelhas conceituais de segunda mão, adote-se uma postura *ativa* em relação aos seus conteúdos de análise e ao catálogo de experiências recuperadas pelas metodologias em convocação.¹¹¹ Não seria ilícito, portanto, aceitar as condições de uma verdadeira apropriação conceitual (sempre para além da mera transposição terminológica a que se tem confinado a maioria das investigações desse tipo) para fazer chegar ao sentido mais claro da reincorporação, da amálgama de semânticas “originárias”, e finalmente, da recepção e da mediação que operam novos sentidos num universo próprio de significações. Creio que o mais interessante surja dos cruzamentos produzidos entre a dimensão instrumental e aquela outra, a que um tanto simploriamente se tem chamado dimensão concreta ou empírica do objeto. Por uma questão de propósito, não me deterei agora nos conteúdos específicos dessa instrumentalidade, concentrando-me nas inflexões que ela produz sobre o recorte de um objeto ainda sem nome. Estas inflexões começam, por assim dizer, no intervalo de transferência entre aquelas duas dimensões.

O intervalo de transferência:

Neste, o jogo de idas e vindas entre objeto e teoria parece revelar as muitas sutilezas que fornecem os sentidos construídos, os liames e, até mesmo, as fragilidades existentes no suposto limite entre um e outro. Descobre-se também, e não sem alguma resistência inicial, que a maior parte daquilo que é desvendado pelo intérprete social (e, provisoriamente, suspendamos as divisas tradicionais: antropólogo, historiador, sociólogo...) não passa muito longe de ser uma formulação *performativa*,¹¹² muito mais próxima do ato criativo que do exercício lógico-dedutivo ao qual ele

¹¹⁰ Esta leitura jamais chegaria a estes termos sem as interposições, e no caso, o empréstimo abusivo porém consentido feito agora da expressão “rotinas e estruturas” para designar o que segue *—expressão que, em todo caso, não me pertence—*. Agradeço muito intimamente a meu colega e amigo querido, Sandro Aramis Richter Gomes, por estes insistentes direcionamentos.

¹¹¹ TOSTES, Rogerio. Da fragmentação dos dizeres à aniquilação dos saberes, a erudição sem nome. **Cadernos de Clio**, nº 1, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010, pp. 61-62.

¹¹² Devo esta percepção a um certo número de trabalhos críticos de abordagem epistemológica a que tive acesso nos meus anos finais da graduação em direito, e cuja leitura fora ampliada com muita liberdade e, um tanto arbitrariamente, no período que frequentei o curso de história. Mais recentemente, pela leitura de “*Parler du Moyen Âge*”, esse agradável compêndio de métodos e obstáculos intelectuais gerais, vi na sua contundência em defender o elemento *poético* que perpassa todo valor e toda linguagem a sensibilidade para o problema imediato da interpretação histórica medieval com seu próprio universo semântico. E por mais que seu autor tenha pensado e atuado na dimensão dos estudos literários, com resultados que objetivamente não poderiam interessar a este trabalho, retive

tende a se apegar. Por isso, o intervalo de transferências será tanto mais negado quanto for desfavorável para a sobrevivência de tais convicções epistemológicas. Esse apego tem suas origens nas demarcações instrumentais de uma antiga disjunção, a disjunção do concreto-teorético, que concede desde muito tempo o repertório das ciências sociais.

Tomando-a como ponto de partida, remeto sem mais aos trabalhos do teórico da cultura, o indiano Homi K. Bhabha, quando ele se reporta àquela como dicotomização obsoleta, em que toma corpo a denúncia de que o elemento concreto é pensado de forma eminentemente política, ativista algumas vezes. Da maneira como ele descreve a interação e o produto nascido daquela dicotomia, desvela-se uma “intertextualidade” irrevogável e permanente, pois, afirma, “*o momento histórico de ação política deve ser pensado como parte da história da forma de sua escrita*”.¹¹³ Demolida sua separação tradicional, descobre-se que não existe forma de saber, de conhecimento político, que não dependa de um índice particular de representação do concreto. O nascimento daquilo a que se chama identidade depende disso, de uma mediação instituidora e intuente. Portanto isto também vale para a existência da instituição como ser histórico, lembrando a conclusão fornecida por Mary Douglas, a de que as “instituições” se constroem (ou se auto-constroem, na montagem de repertórios de sentido) por mimetismo ou analogia daquilo que é experienciado coletivamente;¹¹⁴ animando seus enunciados de uma dinâmica mais complexa que aquela permitida pela interpretação exclusivamente descritiva dos ordenamentos e das prescrições sociais —o que, vejamos logo, também não deve ser tomado com tanta simplicidade—.

Inversamente, o potencial do “discurso retórico” possui, pela sua instrumentalidade à ação, a força capaz de mover ou definir espaços da paisagem social. Disso resulta a malha orgânica na qual se apresenta aquela mesma *intertextualidade*, fazendo dela muito mais que um “*sintoma verbal*”¹¹⁵ de um ente político histórico. Da mesma forma é que um discurso, ou discursos, só possuem sentido e consistência *verdadeiros* se ganham circularidade social, empurrados e despedaçados pelas estratégias de dialogicidade contradiscursivas que o confirmam no interior de uma generalidade/comunidade própria.¹¹⁶ Assim, a coleção dos estágios de vida da instituição — digamos simplesmente: nascimento, duração e aniquilação dentro de uma constelação

algo dessa sensibilidade analítica que prioriza os processos de linguagem num patamar que tanto concerne às esferas de oralidade quanto ao âmbito social e político que dá origem às instituições, flagrando nestas o campo de proximidade mais concreto.

¹¹³ BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Ed. UFMG, (1998) 2007, p. 48.

¹¹⁴ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, pp. 55-62.

¹¹⁵ BHABHA, Homi K., *op. cit.*, p. 48.

¹¹⁶ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª edição, 2ª reimpressão. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado *et alii*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005, pp. 147-148.

institucional— torna mais acessível a percepção do momento histórico da ação social. No final das contas, o que esta formulação (*i.e.* imbricação dialética teoria/prática) quer capturar é o coeficiente múltiplo de ações, *i.e.* de estágios de ações, no qual os discursos se fixam numa historicidade inteligível, ou, como responde Bhabha, no sinal pulsante de uma história que está *acontecendo*: “*no interior das páginas da teoria, no interior dos sistemas e estruturas que construímos para figurar a passagem do histórico*”.¹¹⁷

Os efeitos dessa transação estão, pois, no fundo de uma tentativa de redimir a narrativa de seus vícios mais ostensivos, desnudando com seus embaraços aquilo que fora gradualmente ocultado por um discurso da diferenciação (manipulação que, à maneira de toque mágico, acaba não sendo outra que a da prestidigitação). E, agora, parece útil repetir Bhabha mais uma vez:

Quando falo de *negociação* [...], quero transmitir uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios: uma dialética sem a emergência de uma História teleológica ou transcendente, situada além da forma prescritiva da leitura sintomática, em que os tiques nervosos à superfície da ideologia revelam a “contradição materialista real” que a História encarna. Em tal temporalidade discursiva, o evento da teoria torna-se a *negociação* de instâncias contraditórias e antagônicas, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetos e entre a teoria e a razão prático-política.¹¹⁸

Fatalmente, o afastamento dessa oposicionalidade entre teoria e “razão prático-política”, leva-o a rechaçar os enunciados primordialistas, unitários e homogoneizantes que sempre se beneficiaram desse certame, e que no fundo sempre foram seus principais agenciadores. Daí a instância de negociação, tomando substancialmente as contradições que compõem o lugar fronteiro da linguagem política, e que ao mesmo tempo materializa essa temporalidade dos discursos que dão forma às espécies de saber.¹¹⁹ No lugar dessa lógica essencialista se provoca a emergência trânsfuga dos hibridismos, cuja morada não é outra senão aquela dos “entre-lugares”,¹²⁰ magma vivo em que todos os termos se deslocam permanentemente.

Em nome dessa topografia dos híbridos, a respeito da qual espera-se tratar mais adiante, quero reafirmar a legenda do início. A de que minhas intenções e meu objeto, esta vaga Idade Média da qual não concedi qualquer detalhe, devem ser assumidos em perfeita contiguidade, como a amálgama de discursos cujo sentido só pode ser depreendido em sua simultaneidade. Trata-se de

¹¹⁷ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**, p. 51.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 51, grifos do autor.

¹¹⁹ SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFGM, 2007, pp. 28-32.

¹²⁰ “*A contribuição da negociação é trazer à tona o 'entre-lugar' desse argumento crucial; ele não é autocontraditório, mas apresenta, de forma significativa, no processo de sua discussão, os problemas de juízo e identificação que embasam o espaço político de sua enunciação.*” BHABHA, Homi K., *op. cit.*, p. 57.

uma responsabilidade da qual não se pode fugir, preferindo portanto aceitá-la desde a partida. Será com ela ainda que se espera transcender esse jogo de interações binárias rumo a outros planos, dotados de suas próprias instâncias de radicalidade. O que quer dizer que com essa dinâmica da liminaridade híbrida não se porá a julgamento apenas o nexos mantido entre intenções do intérprete/objeto histórico. Repetindo-o tantas vezes quanto possível, ele também irá incidir sobre a comunidade de intérpretes e sua verticalidade histórica, de onde se recolhe o exemplo mui contundente de um *catalanisme polític* integrado por seus historiadores, propagadores e intelectuais que de um modo geral tiveram suas trajetórias inseparavelmente ligadas à fiação de uma narrativa inserida na própria legibilidade de sua história. E não apenas aí, pois os intervalos de movência são tão numerosos quanto as identidades e os conjuntos cognitivos sedimentados na sincronicidade da história.

Falar em coletivos e universos cognitivos, ou sobre qualquer tipo de generalidade, sempre acarretará riscos muito grandes e acusações igualmente prontas contra qualquer espécie de resultado. Parece agora que o pior dos males, se se puder antecipar as coisas, é a sua inclusão às narrativas nacionalizantes que tendem a ameaçar quase permanentemente esse tipo de investigação. Receia-se que muito pouco efeito surtiu o encadeamento de uma recente historiografia como a espanhola, das últimas duas ou três décadas, contra os rasgos permissivos de um vigoroso essencialismo épico, assim participante das concepções mais intransigentes sobre a *libertação* da Espanha. Recorre-se mais uma vez ao bojo de uma historiografia romântica, alardeadora de uma unidade contrastiva, de uma unidade expulsora do outro, numa atualização esquizofrênica de *La Reconquista Cristiana*. É esta mesma narrativa, que tem pretensões à representação de um “*acervo cultural comum*”,¹²¹ que pode valer-se desse discurso institucional seguro em meios que lhe ampliam o espólio das suas próprias verdades compartilhadas.

Em termos mais claros: o equívoco permanece demasiado próximo desse cenário das instituições, pois qualquer proposição que estabeleça coletivos compartilhados será uma vítima potencial dos desvios de uma leitura ideologizada e comprometida. É certo, por um lado, que o gérmen da crítica possui o seu próprio comprometimento, e por isso mesmo ela não deve fingir-se isolada pelo seguro nome de sua cientificidade. Considero um bom exemplo dessa depredação a popularização excessiva e falseante do livro de Benedict Anderson, “*Imagined Communities*” (1983), que, apesar de problemas que acabou apresentando à medida das atualizações do

¹²¹ SABATÉ, Flocel. Frontera peninsular e identidad (siglos IX-XII). In: SARASA, Esteban (coord.). **Las Cinco Villas aragonesas en la Europa de los siglos XII y XIII**, p. 59. Nesta, a menção a um discurso proferido pelo ex-presidente espanhol José Maria Aznar com ares de *Reconquista* (p. 55). [Cfr. AZNAR, J. M. “Seven Theses on Today’s Terrorism.” Disponível em: www3.Georgetown.edu/president/aznar/inaugural.address.html]

imaginário nacional, continua a fornecer boas chaves de explicação.¹²² Para muitos de seus leitores segue outra forma de interpretar, na qual a representação imaginária da nação foi desviada em nome de uma essência, à raiz de um sentido que se busca preservar e se impor. É a lógica da reificação, potencialmente mais complexa do que se poderá dizer aqui, que atualmente move esses discursos nacionais na busca heterofágica da racionalização histórica e institucional. É desta mesma lógica que minha explicação conceitual busca distância.

Reativando a antiga interação, toma lugar um espaço difuso de enfrentamentos simbólicos que faz da “narrativa do poder” uma possibilidade inversa à retórica historicista que a cataloga conforme os repertórios de uma escritura, assim bem definida nas mesmas horizontalidades e homogeneidades discursivas da narrativa da modernidade –ou melhor dito, em acordo a uma “*estratégia retórica de referência social*”–.¹²³ É com esta crítica, elaborada numa questão contextualmente diferente, mas não livre da correspondência epistemológica que a torna aproveitável, que Homi Bhabha acusa o déficit acumulado pela linguagem cultural no apontamento do passado nacional. Ora, sem abrir um parêntese desnecessário, pode-se inferir com clareza a permanência dessas estratégias de figuração da metáfora nacional nesses esquemas que lidam a recuperação do discurso identitário-institucional. Reconheço em ambos uma idêntica natureza quanto a seus processos de significação e submissão política. E é assim que, livre da acusação da inapropriação, aproveito sua conclusão sobre o “espaço de liminaridade” no qual descansa toda a substância de uma representação cultural especular. Aponta-se assim que, por trás de todos os esquemas de contenção simbólica, persiste uma identidade (ou *identificação*) ambivalente em acordo às disposições do local de liminaridade; sem mais, essas táticas de subjetivação permitem entrever:

[...] que as forças da autoridade social e da subversão ou subalternidade podem emergir em estratégias de significação deslocadas, até mesmo descentradas. Isto não impede essas posições de serem eficazes num sentido político, apesar de se sugerir que as posições da autoridade podem elas próprias ser parte de um processo de identificação ambivalente. De fato, o exercício do poder pode ser ao mesmo tempo politicamente eficaz e psiquicamente *afetivo*, pois a liminaridade discursiva, através da qual ele é representado, pode dar maior alcance para manobras e negociações estratégicas.¹²⁴

Passa-se à criação do que Bhabha define como um “tempo-duplo”. Num plano, a representação do conjunto histórico compartilhado e pré-definido, de onde descende a prerrogativa da autoridade e

¹²² Com um enviesamento equivocado, *cfr.* a interpretação forjada in: CASTELLS, Manuel de. O Poder da Identidade. In: **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. II. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 46-47.

¹²³ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**, p. 206.

¹²⁴ *Idem, ibidem*, p. 206.

da origem –útil, no mais, na emissão dos “‘*objetos*’ *históricos de uma pedagogia nacionalista*”¹²⁵–. E no outro, a colocação do “sujeito” perante o processo de significação do mito traduzido ao momento histórico da sua invocação, marco do destino prodigioso, seta de fortuna que justifica a afeição da comunidade imaginária

Esses exemplos ainda parecem bastante frágeis diante da interação que visio lhes imprimir. Mas é preciso extendê-los mais, e repetidamente, para trazer à luz meridiana a tramitação de sentidos que essa retórica de hibridação tenta qualificar. Em todo o caso, suspende-se o seu aprofundamento para quando for a ocasião de elaborar uma resposta à análise histórica propriamente dita. O que temporariamente se espera é poder compulsar a direção que todas estas reflexões devem tomar no caminho da demonstração empírica. Dando-lhe a emergência de um significado oposicional, no sentido marcado por Frantz Fanon de uma leitura do outro lacaniano¹²⁶ no nível da sociabilidade, tentando uma estratégia de inclusão diversa daquela que faz da diferença e da alteridade algo que Bhabha apropriadamente denomina a “*fantasia de um certo espaço cultural*”.¹²⁷

Pensar a oposicionalidade é, assim, buscar a voz do objeto histórico em sua própria articulação, de cujo *local* este possa transigir e se opor às molduras com que se visa capturá-lo por meio da narrativa institucional da história. Por isso tudo é que a pretensão desta análise deverá ser, finalmente, a de querer uma restituição desse outro, preso pela antiga armadilha hermenêutica.¹²⁸ E para isso, a localização do lugar do intérprete, o desfile de seus eixos ideológicos com a teoria crítica que o engendrou, devem ser postos a descoberto para a arena da negociação tópica dos contra-discursos. A busca desse lugar-limite da distância entre teoria e prática não é vã. Novamente, e jamais terei repetido o bastante, as estratégias de silenciamento e ocultação que forjaram (decerto, desde a glosa medieval?) uma linguagem e uma retórica da lei seguras pela tradição dogmática do Poder,¹²⁹ estão a se perpetuar nessa voz que se auto-declara *o intérprete*; e eis o motivo, preciso e suficiente, que torna útil essa interpelação do sujeito histórico, sua *outridade*,¹³⁰ contra o horizonte hermenêutico que o quer domesticar.

¹²⁵ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**, p. 206.

¹²⁶ FANON, Frantz. **Peles Negras, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Ed. UFBA, 2008, pp. 26-39.

¹²⁷ BHABHA, Homi K., *op. cit.*, p. 59.

¹²⁸ SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 85-102.

¹²⁹ LEGENDRE, Pierre. **O Amor do Censor**. Ensaio sobre a ordem dogmática. Trad. Aluísio Pereira de Menezes *et alli*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Colégio Freudiano, 1983.

¹³⁰ FREEDMAN, Paul H. SPIEGEL, Gabrielle M. Medievalisms Old and New: The Rediscovery of Alterity in North American Medieval Studies. **American Historical Review**, nº 103, 1998, p. 678.

III. Instrumental analítico: algumas modulações conceituais sobre a *instituição*

O *perfil do objeto*. Toma-se aqui o objeto da instituição em seu valor e em sua largueza conceitual. De uma maneira que o tornará claro mais tarde, a insistência preliminar nesse conceito diz muito sobre o manuseio da documentação e das chaves de leitura que se tentou instruir nos seus momentos finais. Pelo melhor e tendo ajustadas essas razões de partida, poderá a demarcação de suas possibilidades explicativas dar consistência à reflexão teórica que esteve então presente, do princípio ao fim desta investigação. Assim, faço reserva dessas próximas linhas para o exercício de um tipo cruzado de reflexão, passando primeiro pela “análise da análise” (chamando-a depois *tradução*) de uma consideração teórica como ato de criatividade hermenêutica, e depois, pelo esforço primário de capitalizar um itinerário epistemológico particular, descansado sobre a ideia mesma da *instituição*.

Seguindo a esteira da utilidade, passo ao terceiro item destes prolegômenos, para operar os limites conceituais de um termo que será fortemente presente nas próximas páginas. Este termo refere-se, com toda sua carga de contradições, àquilo que a teoria social retoma e fustiga como sendo a *instituição social*. A relação desse instrumental com as colocações recém feitas é, muito obviamente, da ordem das dinâmicas histórico-sociais, cuja nuclearidade aparece com mais nitidez debaixo da retórica política que dá vida e permanência às instituições históricas. Este é um problema bastante recorrente, da literatura social ao discurso romanesco, que tem de encará-lo em suas diversas aparições nos debates intelectuais dos centros de referência ocidental.¹³¹ Essa recorrência é que faz dele um ponto especialmente impreciso e mal-versado pela generalidade de articuladores históricos, sobretudo quando se tem em mente as razões de pauta tomadas no cenário intelectual do primeiro pós-guerra, bem como das poderosas circunstâncias transferidas aos valores de coletividade, civilidade e nacionalismo.¹³² Lembro-me assim da minha primeira leitura de “*A Montanha Mágica*” (*Der Zauberberger*), do escritor alemão Thomas Mann. Quando o

¹³¹ Para um enredamento dos grupos literários e sociológicos durante a passagem do XIX para as primeiras décadas do XX, pode-se consultar o gratificante trabalho de Lepenies Wolf, que analisa as diferentes tradições intelectuais presentes na Alemanha, França e Inglaterra deste período (WOLF, Lepenies. **As Três Culturas**. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Ed. USP, 1996).

¹³² V. o contraste oferecido por B. Anderson em seu capítulo “*Imperialismo e nacionalismo oficial*” (**Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 127 ss).

personagem de Hans Castorp integra algo que, para ele, seria um tipo de nova comunidade, é o momento que pode sentir toda a afluência de prioridades e expectativas sociais distintas do ambiente que até então lhe era familiar. A exigência de uma linguagem própria, adequada a toda aquela situação inesperada, não apenas faz lembrar mais uma vez que o “*homem não vive somente a sua vida individual*”,¹³³ mas também acrescenta a busca de uma conexão íntima com figurações, desejos, maneiras de se expressar e de sentir compartilhadas no largo de um *entorno institucional*. A demanda do objetivo instituinte revela o firmamento de um *telos*, um sentido que tonifica o que Barthes chamara de “viver-junto”.¹³⁴ Em nome de uma abordagem mais detida deste entorno e de suas consequências sociais, passo a inserir o problema trazido pela antropologia das instituições.

Isso já me permite iniciar com um questionamento: de quais potencialidades se fala quando se trata de esclarecer a natureza da instituição em uma sociedade historicamente definida? Ao que, para começar a responder, é preciso ter em mente aquilo que se quer invocar dentro do vasto universo referencial de uma linguagem dita social, *i.e.*, tal como estipulada por sua forma contingente no recorte histórico. Diante disto se pode pensar em praticamente tudo que tenha origem no mundo das interações sociais –mesmo que se pense além ou aquém de práticas exclusivamente “interacionistas”¹³⁵–, ou pelo menos naquilo que tenha sua razão de ser nos deslocamentos semânticos de coletivos dispostos para uma consideração particular de suas práticas.¹³⁶ Mas não é preciso ir tão longe, a ponto de alavancar umas generalizações talvez inapropriadas, talvez amofinantes. Por uma razão de momento farei delineamentos específicos, específicos e temporários.

O “instituir” pode ser tomado em duas situações interessantes. A primeira é aquela que investe, segundo o traço da temporalidade, a relação binária criação/destruição da representação do imaginário histórico, e que neste caso pode vir no conjunto móbil dos discursos jurídicos em nosso contexto específico, o *Principatus Cathalonie* do século XIV. Essa relação se apresenta

¹³³ MANN, Thomas. **A Montanha Mágica**. Trad. Herbert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 47.

¹³⁴ BARTHES, Roland. **Como viver junto**. Simulações romanescas de alguns espaços cotidianos. Cursos e seminários no Collège de France, 1976-1977. Trad. L. Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 86-88.

¹³⁵ Nomeadamente, o *interacionismo simbólico*, termo cunhado por Herbert Blumer em 1937, pertencente à então chamada “escola sociológica de Chicago”. Preceitua-se daí o problema das interações sociais identificado a uma abordagem claramente psico-social do indivíduo, onde, é claro, toda integração coletiva parece depender de um comportamento reflexivo e de uma ação intencional que toma por pano de fundo a teoria do sujeito soberano. *Cfr.* OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom *et alii* (orgs.) **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Trad. Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, pp. 393-394.

¹³⁶ Peneirando-se um pouco de suas palavras, Durkheim permite extrair algumas sínteses valiosas desde a definição de esquemas classificatórios do normal e do *anômico* para sociedades fechadas (DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª edição. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp. 49-65). Sobre a formação de coletivos sediados por *estilos de pensamento* e suas consequências, ver o capítulo 3 sobre a “Reação Wassermann” (FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**. Trad. Fred Bradley. Chicago: University of Chicago Press, 1979, pp. 52-81).

ante o entendimento íntimo e inteligível que dele se pode ter para acionar um repertório que compõe o conhecimento histórico visto daqui como diacronia. Justamente, o instituir está posto *in causa* naquilo que a convenção historiográfica define como um saber, validado segundo o plano de explicações mais ou menos circulares sobre o que deve ser ou não aceitável em nossa especialidade. Esta convenção, por sua vez, possui uma história própria, e ao contrário do que se pensa ela não está descolada da *realidade histórica* que nossos dedos demasiado curtos tentam tocar. Qualquer relação *per se* que se queira estabelecer sobre a instituição deve ter consciência dessa presença, ainda mesmo quando se pretenda denominá-la originária, pura ou essencial; até por que, parece que no fim nada disto continua tendo importância, já que a transcendência da instituição permanece ligada por um mesmo plano de referências mediatas –quer falemos de cientistas sociais, quer falemos das primitivas sociedades estudadas para preencher nosso plano de abstrações sociológicas–.¹³⁷ Em todo o caso, levar em conta essas diferentes recombinações deve oferecer algo de novo para o que se segue. Os olhos baços do historiador já não são mera contingência infligida à objetividade, e, sim, participantes da substância mesma da objetividade. Estão ali como ato criativo desse transporte de mediação que produz o conhecimento histórico. E nesta medida, ele é instituidor de uma certa parte, ainda que não se saiba precisamente o quanto dela, mas que trata de ser a parte capaz de conformar a mistura de suas narrativas desde onde extraímos nosso suspeito registro da história.¹³⁸

A segunda situação, em que a interpretação não consegue prescindir da criatividade, é a que desloca aquele mesmo conjunto de discursos para o seu instante de elaboração na *fala do ser histórico*. Apesar disso, quando se cristaliza, tal elaboração não assume uma nova geometria para aquilo que é representado. Na verdade ela continua a refletir os códigos de sua anterior instabilidade, de maneira que o conjunto assumido não seja nunca unitário e, talvez, ainda mais múltiplo, propenso à permanente recombinação de suas primeiras cifras de significação. É onde as coisas começam a fazer sentido, porque é mediante esta recombinação que se quer tomar a dinâmica das tramitações e dos reposicionamentos tão peculiares ao movimento cadencial das instituições. Ou seja, já se leva em conta seu desenvolvimento e não apenas o momento em que elas acabam, a vez de seu esgotamento ou sua degradação, passando também a tomá-lo como momento no qual seus códigos devem ser questionados, discutidos e reposicionados por novas

¹³⁷ DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentation collectives. *L'Année Sociologique*, n° 6, Paris, 1903 [Édition revue et corrigée le 25 septembre 2002 avec la coopération de M. Jean Lassègue du Laboratoire LaTTICe-CNR. Cette édition électronique a été réalisée par Jean-Marie Tremblay], pp. 69-72.

¹³⁸ V. RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François *et alii*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007, pp. 346-357.

luzes de interpretação, até finalmente assumirem correspondência com a manipulação dos coletivos sob o alento de circunstâncias historicamente transpostas.

Esse duplo de proposições, incompleto ainda na qualificação conceitual que pretendo dar, se justifica em primeiro lugar por ser uma derivação daquele esquema anterior, primário, no qual se concebe a interconexão de uma teoria analítica com aquilo que se vem denominar como sua prática descritiva. Coincidem naquela a representação, a performance e a criação do intérprete. Mas é no posterior, o *momento descritivo-instituidor*, que se revela a sua verdadeira razão de ser e sua aparência multifacética aproximada, tão bem incrustada de significados antagônicos, incapturáveis ante a aflição do intérprete. Em segundo lugar, poderia-se falar disso enquanto prevenção epistemológica.¹³⁹ Esta se explica pela vantagem de manter afastada na maior parte do tempo aquela concepção funcionalista que prepondera nas análises sobre os discursos institucionais, e que se faz ver na perspectiva engessada segundo uma noção organicista de sociedade que a sociologia clássica emulou tão eficazmente até a última hora, e que muitos historiadores ainda repetem por mero hábito do ofício.¹⁴⁰ Para o historiador, ela deve acusar com particular energia tanto os desatinos redutores que uma percepção desse tipo impõe, quanto denunciar a estratégia de um “recurso temporal”, mola mestra de suas isenções interpretativas.¹⁴¹

Ao fim e ao cabo, reserva-se para essa dupla abordagem uma mesma consideração estruturante, a consideração assentada pelo *laço social*. E, sem detenções, este laço tanto se constitui entre aqueles traços examinados pela investigação teórica, e que algumas vezes acabam colonizados em seu afã pela alteridade, como entre aqueles que somos ou que acreditamos ser. A presença de um *nós* costuma ser clara e até facilmente aceitável, mas a detecção de seus limites enquanto estabelecimento coletivo é mais impenetrável do que se pensa. Esta imprecisão continua insolúvel mesmo que se lhe imprima critérios específicos de diferenciação como a sacralidade ou a afeição corporativa; porém, nada disto impede sugerir –e, bem ao contrário, traz um estímulo suplementar à ideia–, que as mesmas dinâmicas que integram tal laço se apresentem no coletivo de pensamento operado por cientistas sociais e por nossas respectivas comunidades históricas. Porquanto a instituição que controla e instrumentaliza o campo de ação discursivo das ciências também age, segundo motivações próprias, sobre as rotinas institucionais de outros grupos

¹³⁹ RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. Trad. Hilton Japiassu. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 77-83.

¹⁴⁰ Para ficar com um exemplo entre muitos, *cf.* VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. LE GOFF, Jacques (org.). **A nova história**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 85-127.

¹⁴¹ Essas isenções aparecem de diferentes maneiras, como na cisão entre os domínios epistemológicos apontados por Stengers. Útil de todo modo na perpetuação de um modo de operar o recurso temporal que permanece basicamente o mesmo, não importa quantas invenções ou quantos modelos metodológicos estejam cravados ali. STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**. Trad. Max Altman. São Paulo: Ed. 34, 2002, pp. 52 ss.

sociais.¹⁴² E, fatalmente, como concluíram Durkheim e Mauss, a história da organização subjacente ao pensamento científico moderno, mediante seus longos processos de classificação institucionalizado, responde pela “*histoire même des étapes au cours desquelles cet élément d’affectivité sociale s’est progressivement affaibli, laissant de plus en plus la place libre à la pensée réfléchie des individus*”.¹⁴³ O que se revela a partir desta colocação, é que a maneira de esquematizar os coletivos pode aceitar o fator epistemológico como eixo central de toda sua problematização ao inferir que determinados produtos históricos passam pela relação do indivíduo e de seu entorno social. Mas não demorará muito até que os primeiros *déficits* apareçam para questionar seu potencial como categoria explicativa. Já que, por outro lado, também devem permanecer visíveis as específicas limitações à sua forma de resolver equações de ordem institucional sem que assim se imponham novos e precários axiomas de classificação, e isso tudo sem deixar de fazer “*vista grossa em relação ao efeito da variação na ordem social*”.¹⁴⁴

Mas isso não deixa de fechar um obstáculo sem abrir muitos outros. Mesmo com esta variação subsiste o problema apontado desde o embróglio Durkheim-Tarde, por suas abordagens antagônicas quanto ao conteúdo descritivo de uma ordem ou constituição sociológica determinada. Se levada em conta a “*multiplicação infinita dos seres*”,¹⁴⁵ aquela que ascende a um patamar de variabilidade indemarcável para o que os durkheimianos em contrário pretendiam ver assegurada com sua convicção no *fato*, então o problema do referente social não encontrará qualquer solução, definitiva ou provisória, neste singular plano de coisas.

Justamente aqui surge a proposta conciliatória de Bruno Latour: para neutralizar as interposições tardeanas, sem no entanto abandonar o limite do possível no elemento descritivo, ele oferece um entendimento dessas estruturas segundo o anteparo de seus “regimes de enunciação”. Tomando a partida algo que, aparentemente, refere-se à mesma questão que venho propor pelo termo flexível da *instituição*, ele designa a vocação semântica de uma fala política, libertando do termo “política” seus significados usuais, até finalmente chegar a “*suspender, por um tempo, todas as definições de instituições, de sujeito, de gênero, de agentes políticos, que nos deixariam na dependência de um certo tipo de conteúdo, para me fixar em um regime de palavra, em um tipo*”

¹⁴² DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Ed. USP, 2007, p. 84.

¹⁴³ DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification: contribution à l’étude des représentation collectives. *L’Année Sociologique*, p. 46.

¹⁴⁴ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 25.

¹⁴⁵ TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia** – e outros ensaios. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007, pp. 65 ss.

particular de continente”.¹⁴⁶ Ora, é seguindo o desenvolvimento destes regimes que a instituição se nutre e encampa um sentido próprio, viabilizando o conectivo que a presença do laço social pretende dar conta.

Deste ponto, começam-se a afastar alguns antigos apriorismos descritivos para se assumir a noção vital de uma *confiança institucional*. Como sítio privilegiado de representações, a confiança institucional está na posição de aclimatar aquilo que é reconhecido pelo emblema de uma arbitrariedade racional (e talvez, pelo mote preferido do pensamento filosófico liberal, de uma “*free rational choice*”), sem contudo conceder sobrevida aos atributos de seu exacerbado individualismo. Qual seja, ela dá corpo à ideia de um comportamento individual auto-referenciado, que somente faz sentido se for decomposto pelas diretrizes de um compartilhamento de pensamento e de sua *criação social*, donde se constituem alguns parâmetros mínimos de linguagem, comportamento e representação social.¹⁴⁷ É esta confiança que permanece, enquanto figuração residual das expectativas coletivas, na base daquilo que estrutura a duração do próprio laço social. É esta mesma confiança, diz Fleck, que abre espaço para o problema epistemológico iniciado, e iniciado precisamente por guardar algo da instrumentalidade sociológica que se projeta à cognição coletiva.¹⁴⁸

Mas como seria de se esperar, essa utilização não é pacífica. No todo ou em parte, ressurgem a antiga questão destacada na crítica popperiana como “*princípio da transferência*”,¹⁴⁹ e que aduz aos limites de razoabilidade de algumas antecipações tomadas no momento da descrição, quando ela se perde no marco de aspirações inconscientes e forja a identidade como um universo

¹⁴⁶ LATOUR, Bruno. Se falássemos um pouco de política? **Política & Sociedade**, Revista de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, nº 4/1, Florianópolis, 2004, p. 13. Publicado originalmente in **Politix**, nº 58, Hermes Science Publications, Paris, 2002, pp. 143-166. E também disponível em versão inglesa no site do autor: <<http://www.bruno-latour.fr/articles/article/83-POL%20GB%20FINAL.html>>.

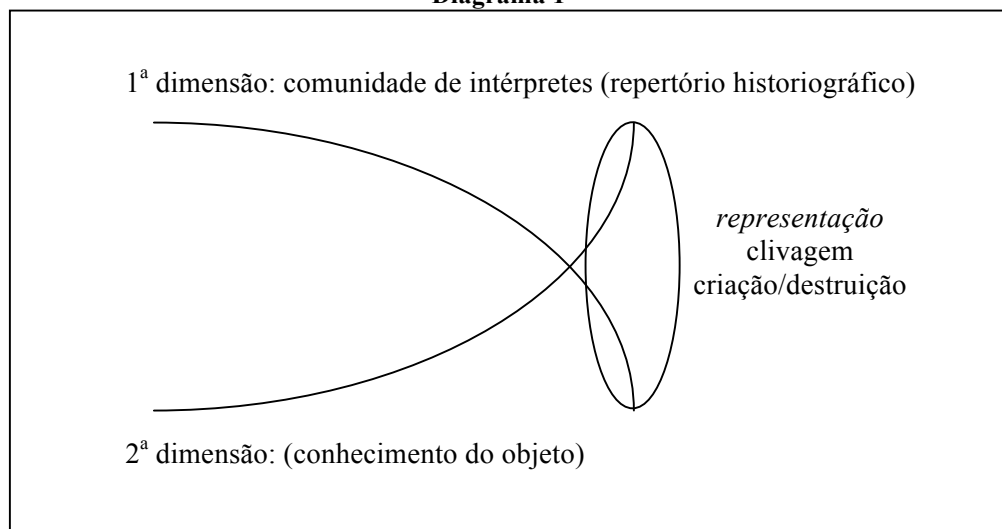
¹⁴⁷ Há disso uma noção preliminar, apresentada pelos trabalhos de Castoriadis durante sua fase marxista. A segunda parte do livro, onde se trata do imaginário social e a instituição, com ênfase ao capítulo 6, segue algo apropriado. CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. 3ª edição. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 334 ss.

¹⁴⁸ Na tradução para o inglês, “*Every such motif acquires epistemological importance, because the entire fund of knowledge as well as the intellectual interaction within the collective take part in every single act of cognition, which is indeed fundamentally impossible without them. Every epistemological theory is trivial that does not take this sociological dependence of all cognition into account in a fundamental and detail manner.*” FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**, p. 43.

¹⁴⁹ Esta referência é destacada num trabalho tardio de Karl Popper (“*Objective Knowledge*”, 1972), quando já avançara para o que ele próprio viria denominar *epistemologia pós-darwiniana*, ampliando os argumentos ensaiados desde “*Logik der Forschung*” (1936). Esta notação implica naquilo que ele consideraria um abandono do psicologismo inicial para, num caminho inverso, ater-se à possibilidade de transferir os resultados da lógica para o campo da psicologia. POPPER, Karl R. **Conhecimento Objetivo**. Trad. Milton Amado, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994. Cfr. POPPER, Karl R. **A Lógica da Investigação Científica**. [In: Textos de Karl R. Popper, ed. abreviada.] Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

institucional indistinguível dentro de suas chaves decifradoras. No limite, o *fato*¹⁵⁰ em litígio permanece invariavelmente o mesmo, ele está no problemático índice de representação inscrito numa temporalidade cronológica que se limita por seus próprios meios; aparece então a restrição que reflete a antinomia de um obstáculo difícil de se menosprezar, e sobre o qual, tal como se está a ver, nenhum exercício de mapeamento poderia ser bastante satisfatório.¹⁵¹ Mas que resta desse cruzamento? Consumar o intangível dessas proposições e resguardar, sob o sólio de um relativismo quase inerte, os obstáculos epistemológicos de Feyerabend¹⁵² ou regressar aos termos da primeira escritura e tecer uma trama diferente? Em vista das circunstâncias, seria bem mais alentador reposicionar o elenco dos lugares disponíveis e voltar à proposta de Bhabha, com um plano de *negociação* que liga o “evento da teoria” ao destacamento ininterrupto da prática discursiva e celebra o antagonismo que repousa nessas categorias.

– Diagrama 1 –



Reaparece enfim o fator epistemológico e a invocação de seus principais expedientes para serem aqui convertidos à lida do historiador. A tarefa dessa inscrição não é a de encontrar uma *nova objetividade* para a polêmica razão instituída pela narrativa histórica, mas a de descobrir seus “lugares e objetivos híbridos de luta”, a partir dos quais se quer vê-los contrapostos às antigas

¹⁵⁰ LEBRUN, Gérard. A idéia de epistemologia. **A filosofia e sua história**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura *et alii*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 129-144.

¹⁵¹ BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, pp. 18-19.

¹⁵² FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Trad. César Augusto Mortari. São Paulo: UNESP, 2007, *cfr.* “Pós-escrito sobre o relativismo”, pp. 359-365.

polarizações de conhecimento e objeto, ou de uma teoria e uma “razão prático-política”.¹⁵³ Admitindo primeiro que essa narrativa não desconheça seu sentido prático, tanto ou mais por ser presa do distante recuo histórico, coloca-se-lhe ainda seu espaço, um espaço politicamente ativo por meio do significante que opera e conduz seu instável alinhamento. Passa-se assim à busca do limite de movência dessas duas forças, não mais oponíveis entre si mas tomadas segundo as dimensões de um circuito integral, delimitadas na sua zona de atrito, onde está a clivagem que permite engendrar a representação (*Diagrama I*) como forma pulsante de sentido.

A faixa difusa projetada pelo cruzamento interminável entre essas dimensões reserva o lugar da busca, essa área de passagem em que acontece a tradução de sentidos jamais fixados ou permanentes. Ela ensina a viver em contradições sem fazer sofrer por isso, lembrando que escolher por uma percepção essencialista ou sistemática de mundo implica sempre a inclusão de uma mentira, de um embuste temporário feito para pacificar as divergências ou controlar os submetidos.¹⁵⁴ Por outro lado, aceitar a contradição em sua tênue medida, esquivando-se ao relativismo e à inação de uma incerteza pura, permite que se clame contrariamente ao estatuto de uns questionamentos cerrados, preservados com imensa cautela em honra de uma ordem de dizeres que se quer ver reiterada. Assim, a transcendência imaginada pela crítica de Bhabha recupera todas as encenações, as fantasias representadas pelo traço indistinto da narrativa histórica e privilegia o eixo transferencial –essa mesma *iteração*, a que ele passa a chamar o *entre-lugar*– como seu autêntico plenário de interlocuções.

Agora, aparece na relação da confiança institucional e da epistemologia o esquartelamento de seus planos, que se multiplicam pela inserção do objeto, ele próprio capaz de oferecer uma constituição *visível* e um estatuto de conhecimento, e a presença de um coletivo especializado, a exemplo do coletivo formado pelos intérpretes e seu repertório historiográfico. Portanto, refletir sobre o objeto não se limitaria, em nenhum momento, a considerar as categorias longínquas veladas pela amplitude do recuo temporal. O que convém, é testar essa interação produzida pelos acordos gestados dentro do que considerarei um coletivo de pensamento, para então forçar nosso

¹⁵³ BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Ed. UFMG, (1998) 2007, p. 51.

¹⁵⁴ Fazendo uso generoso de um termo que se tornou proverbial com sua crítica humanista, Edward Said advertira por diversas ocasiões sobre a “*natureza imperfeita de todas as representações, e de como elas estão intimamente atadas à mundanidade, isto é, ao poder, posição e interesses*” (SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 70 ss.). A recordação feita desta vez aponta os ocultamentos e as formas de contenção de um discurso engajado, tal como abordado por um universo erudito projetado à arma de colonização: “[...] *um universo mental e estético que era linguística, formal e epistemologicamente fundamentado no mundo europeu e Atlântico Norte (E. P. Thompson o chamou de OTANpolitano) dos clássicos, da Igreja e do império, nas suas tradições, línguas e obras-primas, junto com todo um aparato ideológico de canonicidade, síntese, centralidade e consciência*” (*Idem, ibidem*, p. 67).

conceito a produzir seu exercício de historicidade. Depois de algum tempo, a lógica empenhada pela edificação crítica de uma *confiança institucional* terá descrito uma trajetória rumo a si mesma, provando a simultaneidade desses vetores e o limite de aproveitamento possível na linha de chegada em que todos eles transitam. Uma vez concretizada a abertura do conjunto de demarcações possíveis, esclarece-se melhor o que se pretende pela razão institucional e pelos limites de sua inteligibilidade.

Diante desta clivagem, a própria objetivação sofre ante a reelaboração de seus tradicionais pontos de interpelação. E até mesmo por seus deméritos, ela tem a prontidão de destacar uns argumentos e umas contrariedades ultimamente possíveis apenas pela recolocação dessa hierarquia de enunciados. E se não resolve definitivamente a questão –afinal, quem prometeria tanto?– ao menos pretende reestipular estratégias já de muito enriquecidas no antigo plantel de oportunidades metodológicas. É verdade que continua presa do reducionismo, do recorte das *individualidades* –incorporando personalidades, agentes sociais, instituições em detrimento de uma leitura sincrônica como a que fora ansiada por Lévi-Strauss¹⁵⁵– e de uma certa trivialização dos caminhos de análise. Entretanto, creio que algo pode ser feito para atenuar esse defeito. É o que se ambiciona agora pela utensilagem da mais antiga das ideias: o aparecimento e o significado da instituição, mas fazendo desta vez que ela se conforme a abordagens um tanto mais plásticas que as anteriores.

* * *

Feitos tais reparos, talvez seja o momento de propor desafios mais sólidos à interlocução. O que pode ser feito iniciando com esta terceira proposição: é praticável tratar instituições historicamente

¹⁵⁵ A crítica metodológica de Claude Lévi-Strauss aparece nesse ensaio clássico, publicado originalmente em 1949 pela *Revue de Métaphysique et de Morale*, e então adicionado como introdução para o livro “*Anthropologie Structurale*” (1958). Há uma nítida oposição contra a historiografia da época, alimentada pela ativação de um espaço que deveria ser reservado à etnologia com a maior autonomia possível. Para reforçar esses limites disciplinares, insiste-se na ausência da interpretação *sincrônica*, e na falta que esta representa para a elaboração empírica de dados que os historiadores tendiam a negligenciar. (LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução. **Antropologia Estrutural**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp.). Todavia, parece bastante infeliz a delimitação de um espaço *consciente* e outro *inconsciente* para as expressões da vida social que seu método estruturalista tentara reter. A outorga desses universos disciplinares redundava enfim, mesmo à época de seu aparecimento, numa polêmica inconsistente e desde pronto condenada ao fracasso. Seja como for, Lévi-Strauss continuaria a defender essas noções, contando então com a valorização que os *annalistes* lhe haviam dado ao se interessarem pelos “*mínimos fatos da vida cotidiana de que a etnologia tira a sua matéria*” (*Idem*, **De perto e de longe**. Claude Lévi-Strauss, Didier Eribon. Trad. Léa Mello e Julieta Leite. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 174).

No mais, para uma linhagem interpretativa contrastante –movida pela busca de um *lugar do discurso*, dotando-o afinal de um espaço no interior de suas práticas sociais–, cfr. FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª edição, 2ª reimpressão. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado *et alii*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005, pp. 29-51 e 144-146.

distintas segundo a proximidade tida entre elas por uma mesma mecânica, tal como o faz crer a abordagem filosófica do liberalismo iluminista? Pode-se responder que sim e que não. De qualquer forma, isso tem sido feito muito, e sem nenhum embaraço, desde uma percepção naturalizada dos fenômenos políticos que remarcam certos antecedentes históricos de um prosaico estado moderno. Aqui, a resposta parece ser negativa, e por razões que serão colocadas um pouco adiante. Mas se se dispensar esse escalonamento teleológico e de indícios puramente genealógicos de uma sociedade que se quer legada à outra, onde a continuidade tenha de ser substancial, pode-se certificar afirmativamente uma engrenagem mais flexível da dinâmica que cria e anima as instituições. Não se trata assim de joeirar o que resiste daquilo que não resiste no arcabouço de comandos informacionais numa sociedade vista pela longa duração –aliás, uma ideia bastante indesejável por muitos propósitos–. Do mesmo modo, seria impensável voltar às instituições jurídicas como meras prescrições de comando ostentadas por um estrato político dominante. Ao contrário, afastam-se os parâmetros atemporais de justiça e poder, e concede-se espaço às mecânicas de significação institucional em que seus “sistemas jurídicos” são geridos para afinal estabelecer um mesmo conjunto de ideias, e como tais, capazes de emitir os significados da sua linguagem política segundo os resultados de um “pensamento institucional” apreendido pela sensibilidade histórica. Neste caso, já é possível adiantar que a instituição é compreendida como anteparo linguístico de projeções políticas que se viam expressar de modo bastante particular.

É a partir desta primeira posição que penso em indicar uma hipótese de leitura sobre o fenômeno institucional. Mas naturalmente nada disso vem de um esforço solitário. Como já mencionei em algumas ocasiões, sua construção se deve a um acordo de leituras que considero fundamentais. Delas é preciso mencionar as bases obtidas pelos *insights* da antropóloga britânica Mary Douglas, que desde “*Purity and Danger*” (1966) e “*Rules and Meanings*” (1973) apresentara um itinerário crítico sobre o controle social das instituições. Naquilo que pontua a série de trabalhos de Douglas surge uma finalidade muito específica, que é a de propor uma teoria do conhecimento segundo os coletivos institucionais e com ela tratar de erradicar o que julga um sério equívoco do individualismo –i.e. um conceito do indivíduo como agente soberano–, presente nas teorias sociais propagadas pelos filósofos morais do liberalismo político desde o século XVIII. Apesar dessa pontualidade a que sua crítica se direciona,¹⁵⁶ evitarei ver nela uma questão principal para me ater ao conteúdo deslocado desde sua visada antropológica e então extrair uma razão para a organização dos coletivos e do seu pensamento institucional.

Creio poder recolher uma proposição mais depurada do problema com a noção prévia de

¹⁵⁶ Cfr. DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, pp. 117-130.

um conteúdo das instituições, como algo em que decansa o princípio básico: instituições são emulação da solidariedade entre indivíduos num processo conjunto, até certa medida sociológico, de cognição social. A hipótese que se propõe anuncia que os indivíduos compartilham seus pensamentos sobre a sua participação social, e que até a sua posição referencial num universo linguístico indicado, ou seja, a sua auto-significação como sujeitos depende disso, levando à uma “harmonização” de preferências que permite tratar de um senso comum institucionalizado.¹⁵⁷ É segundo esse senso comum, clivado de discursos de significação e subordinado a uma escala prévia, que as decisões sociais podem ser arranjadas e descritas em um contexto político específico, pois nele moram os “dizeres”, as analogias, as classificações, as identidades e todo um campo de afecções do que pode ser operado pela linguagem institucional.¹⁵⁸ Daqui, a teoria social de Ludwik Fleck é capaz de reaparecer mais adequadamente. Do seu débito com a aparelhagem durkheimiana, que ele de todo modo retoma e aprofunda, deixa-se de abordar a representação coletiva em relação a contextos primitivos¹⁵⁹ para submetê-la ao teste de um universo em que os mecanismos de convenção e solidariedade surjam com insistência até um outro modelo de problematização. Neste passo, o plano arranjado pela convenção e pela inteligibilidade compartilhada gera a estrutura interna dos grupos, que, ante a confirmação desses valores, cria parâmetros de reserva social e de suas hierarquias de pertencimento.

Avaliando bem as coisas, é por supor essa constituição de grupos internos que a proposta de Fleck adquire qualquer potencial explicativo favorável. Tendo ao seu lado a leitura de Mary Douglas, insere-se uma estrutura primária dos grupos que toma por base a presença de um grupo interno, os “*iniciados hierarquizados*” colocados no centro, em contraste com o aparecimento de um grupo secundário, que absorve suas primeiras noções institucionais ao ponto de reestipulá-las depois.¹⁶⁰ Mas isso tem que ser um pouco mais decantado. O grupo indicado no centro atua como zona de referencialidade ao grupo secundário ou orbitante, ativando a engrenagem da interação. No entanto, deve-se corrigir um pouco a ideia da uma explícita “absorção”, pois a transposição mesma do centro às bordas implica readequações locais, numa ressignificação tão contundente que

¹⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Paris: Minuit, 1984. BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp, 2008, pp. 67-73.

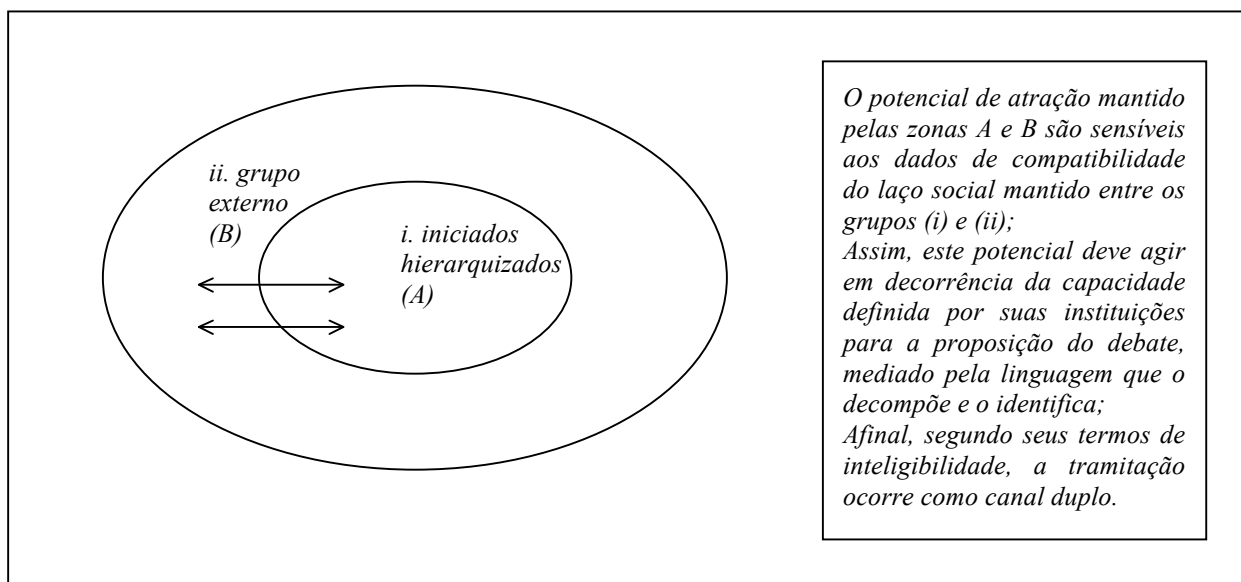
¹⁵⁸ É tentador demais aderir a uma teoria da linguagem estruturalista, de matriz saussuriana, mas isto deve ser negado e posto com cauteloso distanciamento. Minhas prioridades agora passam muito longe de qualquer proposição *sistêmica* enfeixada por aquelas linhas fundamentais. Evidentemente, permito-me o manuseio de proposições conhecidas da linguística, desdobrada pelos continuadores de Ferdinand de Saussure, porém nada disto atrela o que segue aqui às compatibilizações estruturais dos contextos de linguagem hiper-herméticos dos linguistas franceses. *Cfr.* BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 209-210, nota 2.

¹⁵⁹ FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**, pp. 50-51.

¹⁶⁰ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 27.

ela contagia o centro ao manter essa conexão umbilical (*Diagrama 2*). A dinâmica fleckiana, e a mesma coisa vale para a interpretação sugerida por Douglas, não se limita a uma captura de pólos comunicacionais centro/periferia. E já neste sentido, a noção de inquestionabilidade na colocação dos enunciados institucionais se redime melhor.¹⁶¹ Trata-se então de sugerir a emergência de um laço social capitalizante de “estruturas consensuais”, pois o laço social que emerge delas tem a sua intensidade definida pelos contextos sociais de pressão externa; o que de todo modo traz a necessidade de propor uma *coesão* em torno de marcos de identificação primordial.¹⁶² Finalmente, a densidade dessa interação é variável, permitindo que dela se entrevejam os índices de subordinação às coordenadas definidas pelo centro emissor do consenso institucional. Fleck explica que, a depender da força com que a demanda das bordas se coloca, o nível de divergência individual é quase imperceptível ou irrisório à combinação desferida em torno da ação política, e que mesmo com a divergência dos indivíduos sub-agrupados não se deixa de impor a aceitação de um nível expressivo sobre o que ratifica a consistência do liame institucional.¹⁶³

– Diagrama 2 –



¹⁶¹ É mister refreá-la, inibindo o campo de isolamento de uma categoria autoperceptível e hermética para o contexto institucional, porque essa ideia facilmente evoluiria até às *incomensurabilidades* de Thomas Kuhn. É dispensável voltar a esse ponto agora, mas a segurança desses espaços de isolamento permitira, primeiro à categoria de cientistas que Kuhn circunscreveu, e depois aos especialistas de outras disciplinas científicas, a defesa de uma reserva epistemológica feita em nome do “paradigma”. STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**, pp. 21 ss. KUHN, Thomas S. **O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993**. Trad. Cesar Mortari. São Paulo: UNESP, 2006, pp. 133-151.

¹⁶² CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**, pp. 399-414.

¹⁶³ FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**, pp. 41-41.

Com isso, entende-se melhor a adesão ao esquema de Fleck, que aciona (i) sua “coletividade de pensamento”, equivalente ao grupo social durkheimiano, a (ii) seu correspondente “estilo de pensamento”, onde está o plano de representações coletivas, que adentra, induz e condiciona as percepções individuais dentro de um catálogo social de inteligibilidade cognitiva. Esta relação impõe uma análise distintiva sobre os limites operacionais dos discursos sociais, o que traz imediatamente à tona as singularidades contextuais que cercam o trabalho cognitivo disponibilizado por uma dada imaginação histórica. Note-se, ainda, que a presença desse “estilo de pensamento” concebe em parte os limites de representação de uma pretensa realidade objetiva,¹⁶⁴ enquanto o faz seguro na mesma estratégia de ocultação que serve às garantias extrínsecas de validade das instituições. O que ajuda a sugerir, para além de sua causa originária, que a instituição fornece o arranjo de “*ordem, coerência e controle da incerteza*”¹⁶⁵ disseminados num consenso de tipo indiscriminado sobre as alternativas disponíveis na base social.

Tendo esses esquemas bem definidos, pode-se enfim encarar a questão de como se desenvolvem os processos de cognição que dão vida ao pensamento institucional. Poderia falar-se em um estágio preliminar da própria memória social, item compartilhado na medida mesma de sua ativação intersubjetiva,¹⁶⁶ como num elemento da *técnica* de comunicação¹⁶⁷ ou de performance mnemônica tal como a psicologia cognitivista o aborda.¹⁶⁸ Esta dimensão do fator social no entanto ficará apenas implícita. Importa esclarecer que o “cognitivo” nessa forma substantivada, e assim adotado pela noção que frequentará este repertório, diz respeito a um coeficiente de inteligibilidade considerado possível no interior de uma sociedade específica, também, refere-se como noção apta a transmitir os valores de pertencimento institucional através de um discurso operado pela comunidade. Quanto ao nível propriamente estrutural que se quer capturar, o de maior escala, é onde se sofre a imprecisa posição de um ponto de partida que deve assegurar o *sentido* da existência social, como sentido simultaneamente preenchido por rituais e dispositivos de significação,¹⁶⁹ eixo sintético de toda a experiência comunitária que é mantido desapercibido.

¹⁶⁴ FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**, p. 41.

¹⁶⁵ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 31.

¹⁶⁶ Ao menos, para uma indicação do aspecto interno e *subjetivo* do traço mnemônico no elenco freudiano – motivo de futuras bravatas entre os próximos especialistas do campo psicanalítico –, v. FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: **Obras Completas**. Vol. 18 (1930-1936). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 20-21 e 23 § 3.

¹⁶⁷ LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997, pp. 76-86. ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007, pp. 35-37.

¹⁶⁸ CASSIRER, Ernst. **A Filosofia das Formas Simbólicas**. Primeira Parte – A Linguagem. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 347 ss.

¹⁶⁹ Cfr. ANDERSON, John. **Cognitive psychology and its implications**. New York: W. H. Freeman and Company, 1985.

E em torno dessas complexas apreensões, dirá, enfim, Pierre Legendre: “*Dans la réalité des pratiques, le faire tenir ensemble passe inaperçu, la vie se déroule sans que nous prenions aisément conscience de l’opération de synthèse par laquelle la symbolization fait son œuvre de rapprochement et de dialectisation de registres*”.¹⁷⁰ Precisamente, o atavismo que controla essas mesmas sínteses encaminha as formas simbólicas da instituição a um nível de supervisão infinito, sediado pela base naturalizada de seus fundamentos primordiais. A organização intelectual da linguagem, a capacidade elástica que ela assume sobre si mesma, reflete plenamente o jogo de deslocamentos iniciado pela força da intuição.

Na fala desse aprofundamento surge a projeção ou mitificação da origem. Espaço ambivalente em que o *abstrato* existe como conjunto de dispositivos/enunciados (assim, a ponto de se tornar também *o doador de um nome*)¹⁷¹ para cuja existência se pede a mediação do sentido, desse mesmo sentido que permanece provisório e suspenso, além de desprovido de qualquer base auto-referencial. Daí que seu *conhecimento*, sua leitura, aparece como lacuna de uma dimensão semântica dependente da localização do coletivo para a atribuição de um valor. A partir deste ponto os enunciados são *animados* de vida própria, e então surge o nível perceptível para a existência da instituição, plano dialógico no qual as instituições são criadas e mobilizadas conforme a lógica que advém deste idêntico processo. Por esse nível “eventual” da instituição (*i.e.* enquanto medida de um evento, de um acontecimento decomposto pela descrição) se reconhece uma sociedade e suas formas compartilhadas, e também, por outro aspecto, a medida em que elas operacionalizam a vida individual; posto contínuo para esses “indivíduos concretos”¹⁷² que, domesticados pelas técnicas de treinamento social, assumem referencialidade numa forma de coexistência proximal e tangível ante as elocubrações da presença do passado.

E aqui aparece a principal noção de um cognitivo institucional: o treinamento coletivo. Certamente este treinamento não incapacita que decisões individuais sejam tomadas, mas direciona essas decisões a um campo antevisto pela conjuntura social. E, neste caso, reveste-o toda uma ideia de gratificação obtida pela vida comunitária, além de incluir, por óbvio, índices de censura e de coerção que fornecem o seu engajamento na ordem partilhada. Convém notar, entretanto, que a presença de formações estruturais não implica a de um estrito “mecanismo de controle”, uma vez que ela não possa se fazer identificar separadamente *daquilo que controla*.

¹⁷⁰ LEGENDRE, Pierre. **De la Société comme Texte**. Linéaments d'une anthropologie dogmatique. Paris: Fayard, 2001, p. 42, grifos do autor.

¹⁷¹ FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. 8ª edição. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 146-150.

¹⁷² CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Seminários de 1986-1987: A Criação Humana I. Trad. Eliane Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 50.

Sem esses fatores de sedimentação os vínculos do laço social se esgarçariam, e os centros, nos quais se deposita a autoridade política, desintegrar-se-iam por força dos quadros de instabilidade e dissensão coletiva.¹⁷³ Essa integração, que se faz consentir já num plano abstrato, permite o estabelecimento de um complexo de conhecimento eficiente e identificado pela sociedade como bem coletivo, o qual a comunidade se esforça por construir em conjunto através da participação variada de seus membros, tendo em vista, então, seu próprio regime hierárquico. Apesar disso nada neste complexo de conhecimento faz pensar que ele represente uma entidade auto-estabilizadora e perfeitamente funcional, já que a formação de suas estruturas denota o imenso campo de disputas e de negociações interpostas de vez a vez pelo discurso político. É contra essa naturalização aparente dos sistemas de comunicação interinstitucional que a abordagem de Fleck procura se contrapor, posicionando-se com desconfiança e indicando o efeito epistemológico da questão.¹⁷⁴ Portanto, sugere-se, sem qualquer pretensão novidadeira, que a sociedade histórica venha qualificar seu conjunto de instituições, e não o contrário. E pelo que vejo, tal explicação torna-se possível mediante a perspectiva global instruída pelo grupo social, o que por sua parte se apoia nesse estilo de pensamento interiorizado à manutenção de todo o padrão adquirido. Isto posto, é possível avançar para um tipo secundário de formulação.

Em síntese, esse cognitivo, de cujo processamento as instituições dependem, pode ser apreendido (a) pelas suas injunções analógicas, (b) pelos índices de identidade em que se inscrevem e (c) pelo *ato classificatório*, e que de todo modo culmina com a investidura do poder político e de seu sucedâneo, o discurso retórico.¹⁷⁵

A analogia

Antes da instituição está o estabelecimento de uma sensibilidade compartilhada, e antes desta, o desenvolvimento de uma linguagem que na sua aparência se referencia na natureza ou na superfície do que essa natureza exhibe, na ordem supranatural que assiste a comunidade, para que

¹⁷³ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, pp. 38-39 *passim*.

¹⁷⁴ Adiantando um julgamento que é preciso contestar, a percepção dessas estruturas de cognição não induz a um padrão harmônico, ou ainda pior, não faz delas um farol de unanimidades; muito ao contrário, assiste-se aqui ao cenário de uma desestabilidade poderosa e inegável em suas consequências estruturais. O que esses processos indicarão, afinal, será o desenvolvimento de uma ação política emoldurada por dadas limitações contextuais e razões existenciais, que se decantam pela transformação de bases institucionais notavelmente definíveis em si mesmas.

¹⁷⁵ Ainda, espero apresentar esse elemento retórico em sua embocadura histórica, aquela que recria sobre si uma série de sutilezas da ficção dogmática medieval para finalmente se metamorfosear em puro artefato jurídico. É com ela que está *secretada* a figura da instituição política em sua reverberação histórica.

assim a regra se instaure como limite.¹⁷⁶ A referencialidade da ordem tira sua primeira justificação daquele intercurso analógico como se proveniente de uma ordem *ex ante*. Disso depende a sua condição de existência preliminar: o fato de estar amparada, no dizer de Douglas, pela “convenção cognitiva” paralelamente investida,¹⁷⁷ responsável por ratificar o certame institucional. É desta maneira que a analogia justifica a primeira classificação e permite, num jogo de analogias secundárias, constituir acomodamentos institucionais mais elaborados à vista das oscilações experienciadas pela ordem social. Essas que seriam “analogias secundárias” contêm, além do mais, uma projeção do passado instituidor, um passado que aparentemente legará todas as suas regras na engrenagem fornecida pelos mediadores do acordo cognitivo, ou seja, ele faz que se atue como tramitação dada pelo discurso mediador e pela reposição exegetica.

Daí que a operação analógica não forneça simplesmente um conteúdo primário para os coletivos de pensamento, mas também a autoridade ideológica de um princípio que constitui e estabiliza a instituição. Já nesta altura é possível detectar os indícios de um controle abstrato, tal como exercido pelos canais vigentes no ambiente político baixo-medieval; e isso sem se tomar com muita proximidade o discurso jurídico e suas formas híbridas; conquanto, também seja inadequado uma sua contraposição nestes termos, uma vez que o discurso jurídico seja em si mesmo a resultante de infindáveis hibridações e não o construto livre de *impurezas*. Também se pode avançar até ilustrações concretas, capitalizando para isso as teorias da trifuncionalidade e a instilação de um *bonum commune* sobre a sociedade medieval cristã,¹⁷⁸ que servem aos fundamentos da hierarquia e da consumação de um *Tempo* ecoado desde a filosofia agostiniana.¹⁷⁹ E nem outra coisa seriam as teorias organicistas que presidem os espíritos medievais senão a intersecção desse reparo analógico entre *ordo naturalis* (ou *divinitatis*)¹⁸⁰ e *ordo humanae* –

¹⁷⁶ Entretanto, esse espelhamento da ordem natural parece ser mediado, desde sociedades primitivas, como projeção de uma ordem social “disponível”. O que leva a uma classificação da natureza segundo os moldes institucionais conhecidos pela sensibilidade coletiva, e não o contrário. De todo modo, estas conclusões, que foram repetidas por Marcel Mauss em mais de uma ocasião, e que também aparecem no já mencionado artigo “*De quelques formes primitives de classification*”, não invalidam a aposta sugerida antes. Parece-me que a inserção de um mítico lugar no tempo exige o seu equivalente espacial, e ambos devem se acomodar nesse cruzamento, então projetado pelo melhor argumento da autoridade perene e divina, a de uma *ordo naturalis*. Cfr. MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. Trad. Luiz João Gaio e J. Guinsburg. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2001.

¹⁷⁷ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 56.

¹⁷⁸ Assim manifesta-se a ideologia tomista de um bem comum sobre a capitalidade da ordem terrena e eixo de racionalização de todos os preceitos humanos: “[...] *definitio legis, quae nihil est aliud quam quaedam rationis ad bonum commune, ab eo qui curam communitatis habet, promulgata*” (São Tomás de Aquino. **Summa Theologiae**, II, q. 90, a. 4, c).

¹⁷⁹ A ideia do tempo na concepção agostiniana fornece a tópica de uma teoria da história na formulação da filosofia alto-medieval, e com imposições demasiado valiosas para o aristotelismo do pensamento teológico dos séculos XII-XIV. Cfr. PÉPIN, Jean. Sant’Agostino e la patristica occidentale. CHÂTELET, François. **La Filosofia Medievale**. Dal I al XV secolo. 2ª edizione. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 2006, pp. 47-62.

¹⁸⁰ A simultaneidade, às vezes confusa, entre as origens *natural* e *divina* não pode ser mantida de maneira permanente no repertório dogmático do romanismo baixo-medieval. Ainda assim, ela existe desde um primeiro

nomeadamente, a “*ordo rationis ad finem*” de São Tomás¹⁸¹—, realizando o encontro dessa prospecção dos mistérios divinos que afinal congregam os corpos pelo acordo celestial. O exercício de abstração permitido pela tarefa da analogia conduz à afeição de uma ordem aceitável, à estabilidade que as instituições precisam demonstrar ao se basearem num esquema primordial de figurações. Assim a prescrição do finalismo teológico dessas teorias arrancam seu valor de uma paridade concreta da natureza e da deliberação divina. Por fim, lembrando um último exemplo, o qual hei de retomar mais tarde, assiste a uma mesma ordem de motivações da analogia a estratégia interpretativa desenvolvida pelos instrumentos do direito medieval —um *ius romanum* reverberado nas contingências jurídicas baixo-medievais—.

Não é preciso aprofundar o fato de que toda a atividade *original* dos doutores do direito medieval constituíra-se, essencialmente, numa apuração de esquemas analógicos que se iam endurecendo pela técnica prodigiosa das ficções e dos conceitos, dando o ponto de partida à ação hermenêutica da glosa.¹⁸² É por trás desses prolongamentos que dormita a tarefa de ocultação. Um tipo de ocultação demonstrada mediante a força subtraente da arbitrariedade que usurpa o poder, e este, mantido pelo mesmo centro de comando que manipula a analogia (que, num sentido aberto, revela-se como *enunciado epistemológico*).¹⁸³ A ativação dessa força sobre a analogia faz funcionar enfim a instituição hierárquica em um padrão “naturalmente” compartilhado. É pois desta forma que se resvala a metáfora apostólica usada sobre a *Ecclesia*, com seus muitos membros ligados e dirigidos pela cabeça,¹⁸⁴ o Cristo majestático, tornando-se matriz de significação para uma ordem instaurada na *universitas* imperial.¹⁸⁵ E depois, na transladação, igualmente analógica, dessa universalidade rumo à entidades menores, que por sua vez aspiram à representação de um todo-em-si do *ethos* medieval da cristandade.¹⁸⁶ Primeiro a metáfora

momento no qual os juristas italianos procuram adequar o campo estendido pelo pressuposto natural ao ideal cristianizado de uma regra cósmica, remodelando o mesmo pressuposto. Do que extraíram os canonistas medievais esse mote “*natura, id est Deus*”, em uma atualização do que já se encontrara em Placentino (*Summe Institutionum*, 1.2 *de Iure nat. gent. Pr.*). THOMAS, Yan. Los artificios de la verdad: la ficción en derecho medieval. **Los artificios de las instituciones**. Estudios de derecho romano. Trad. Silvia de Billerbeck *et alii*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1999, p. 38

¹⁸¹ São Tomás de Aquino. **Summa Theologiae**, I-II, q. 90-93. Do mesmo modo, para a apreensão tomada pelo franciscano catalão Francesc Eiximenis, notar a ficção assimilada desde Santo Agostinho e Aristóteles. **Regiment de la Cosa Pública**, II, p 43.

¹⁸² THOMAS, Yan. Los artificios de la verdad: la ficción en derecho medieval. **Los artificios de las instituciones**, pp. 37-54.

¹⁸³ RICOEUR, Paul. **Hermenêuticas e ideologias**, p. 83.

¹⁸⁴ LUBAC, Henri. **Corpus Mysticum**. L’Eucharistie et l’Eglise au Moyen Âge. Serie *Théologie* 3. Paris: Éd. Aubier-Montaigne, 1948, pp. 189-191.

¹⁸⁵ ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Trad. Rosa Vilaró Piñol. 7ª reimpressão. Barcelona: Editorial Ariel, 2009 [1ª edição inglesa 1964], pp. 45-57.

¹⁸⁶ Essa figuras se difundiram grandemente na baixa Idade Média a partir da metáfora matrimonial contida nas *Ep. ad Ephesios* V, que junte o Cristo à Igreja, a esposa expectante pelas núpcias. Unem-se ambos, como cabeça e corpo, de forma irrevogável e absoluta. Kantorowicz oferece um breve itinerário desses argumentos, submetidos a

dispusera a separação entre a cabeça e os membros, sem contudo prescrever para estes qualquer qualidade capaz a derrogar a paridade existente ali, fazendo surgir a injunção analógica que estabelece a hierarquia entre seus membros, de forma que braços se contraponham às pernas, e membros do hemisfério direito se contraponham aos membros do esquerdo. Esse princípio naturalizador pode ser figurado por sua razoabilidade e coerência para o coletivo que o adota; pois, de fato, ele *racionaliza* em seus próprios termos um arranjo legitimador composto pelos mesmos signos, concebendo um conhecimento simbólico que se ajusta aos seus limites e à experiência pragmática da vida social.

Entrementes, a modelação permitida pela analogia garante apenas um tipo de imagem circulante, desde logo necessária para que se certifique a impressão de uma mensagem. Portanto ela é espectro e representação, e não pode ser tomada como suma dos cognitivos coletivos. Suas propriedades atuam no acordo de uma generalidade que tem respaldo nas demarcações identitárias, onde permeia toda espécie de discurso político compartilhado. Delas emerge aquilo que lembra propriamente a encenação das “comunidades imaginadas” uma vez colocado por Benedict Anderson.¹⁸⁷ É deste ponto que se eleva a dimensão local da identidade, quando aparece sua *primeria* superfície.

A identidade

Então se passa a considerar a dimensão que a identidade ocupa nos coletivos de pensamento. Uma vez enfileiradas as representações do transporte analógico, opera-se a seleção e o armazenamento dos signos de reconhecimento. Agora, esses signos são controlados segundo uma tipologia demarcatória destinada a qualificar uma vontade, vontade que, como já foi dito, primeiro irradia de um centro e depois se define como *similitude* de todo o corpo, de uma a outra borda, de um a outro membro do conjunto. Aparece no controle da representação a imagem que todos reconhecem e por isso aceitam como natural e instituída em um consenso implícito da linguagem. Põe-se assim o “traço identitário” dessa linguagem institucional a meio caminho entre a extração do signo (a *analogia*) e o ato discriminatório (a *classificação*) contidos na regularização hermenêutica.

muitas outras leituras pelos legistas medievais que aproveitavam esse fundo para a construção de uma associação mais estreita de suas metáforas corporativas. Cfr. KANTOROWICZ, Ernst H. Segretos de Estado. (Un concepto absolutista y sus tardios orígenes medievales. Trad. L. Rodríguez Aranda. **Revista de Estudios Políticos**, nº 104, Madrid, 1959, pp. 37-70, pp. 51-58. KANTOROWICZ, Ernst H. *Pro patria mori* in Medieval Political Thought. **American Historical Review**, nº 56, New York, 1951, pp. 472-492.

¹⁸⁷ Cfr. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 32 ss.

Entretanto, seria verdadeiro afirmar que nada disto se revela na aparência de um continente inerte. O instante de fixação da identidade é a rotina dos enfrentamentos intermináveis que produzem significações apenas superficiais, e que permitem um intervalo no manuseio das cifras que buscam a sua grelha coerente de compatibilização. Nesse intervalo, a similitude primeiro indica que o universo de pensamento compartilhado é um empreendimento de agentes individuais, os quais combinam a criação de um bem coletivo e o fundamento da sua base corporativa. Depois, procede-se ao reconhecimento dos agentes pares, ou, conforme for o caso, de agentes pré-agrupados na definição de uma semelhança, semelhança esta pautada nos termos de uma afeição social eficaz e idealizadora.¹⁸⁸ Igualmente, o destacamento da diferenciação segue pela oposição de grupos concorrentes.¹⁸⁹ E conforme este traço assinala, a distinção do outro implica o aparecimento de uma oposição artificial, infletida nos processos de estigmatização que criam o “lugar do adversário” como polaridade de um espaço de solidarização,¹⁹⁰ tão *artificial* em sua essência constitutiva quanto aquele outro estigmatizado. É de se notar, embora, que os papéis de estigmatização podem ser assumidos com maior ou menor resistência, a depender dos instantes em que cada enfrentamento pareça tensionar a relação contra um único grupo, trazendo a uma nova aliança grupos anteriormente rivais. A duração, bem como a natureza dessa relação, pode estabelecer novos sentidos de identidade de onde se constituirá ampliações ou recolocações no padrão de compartilhamento institucional. Neste aspecto, eis o que o aparece ao sentimento de grupo enquanto vinculação primordial da *Kultur*, tal qual a investigação freudiana detectara no valor genérico de todo envolvimento comum, utilitariamente destinado a franquear a “segregação dos objetos de desprazer” que o indivíduo sozinho já se vê incapaz de rechaçar.¹⁹¹ De uma ou de outra maneira, assiste-se a uma passagem de valores encontrados ante a efetivação da constância das trocas que permitem a reelaboração do coletivo de pensamento; o que ocorre ainda quando essa troca permanece imperceptível à compreensão dos membros que, embora submetidos por circunstâncias histórico-contextuais precisas, tendem a operar essas transferências com algum nível de voluntariedade no seu próprio ambiente social.

Apenas para delimitar as coisas: também ele, esse plano no qual a interação é criada, pode ser muito claramente estendido à linguagem referencial que se institui como centro da gramática coletiva, investida de uma ou outra forma de normatividade; constatando-se assim que o poder da enunciação tem essa faculdade de estabelecer funções políticas desde sua posição de entrega. Essa

¹⁸⁸ FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: **Obras Completas**, pp. 15-16.

¹⁸⁹ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 70.

¹⁹⁰ GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª edição. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2008, pp. 123-125.

¹⁹¹ FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: **Obras Completas**, pp. 19 ss.

normatividade ou função normativa, engendra aquilo que se pode identificar pelo produto social compartilhado, domesticador da referência, do texto, da performance (eis aí o conhecimento como *instância de mediação*)¹⁹² e, se isso não já for bastante, da própria interpenetração, feita em passadiço permanente, entre o significante e o intérprete. Também neste momento, as estratégias de articulação simbólica permitem traçar um “produto visual” da narrativa para trazer à lembrança algo entrevisto desde as barreiras do histórico e do fictício, diluindo-se até perderem a firmeza de um limite, implodindo-se juntas, para mover as categorias capazes de atuar na forma de uma *imagem normal*. O que se revela a partir disso é que todos os dados de igualdade/diferença, tal como se invocam pela instituição identitária e dentro de particularidades formais, são arquetipificadas por estratégias simbólicas que contêm os vocabulários do mito, da religião e da política –assim unidas por algo que Ernst Cassirer adotara como *vinculum functionale*, à volúpia de um ligame fundamental e comum, o qual toda teoria do conhecimento busca instaurar–.¹⁹³ Mas não importa agora a sua origem, ou tampouco o valor e a precariedade desta origem, e sim, finalmente, a *torsão* que ela passa a manejar até produzir um estado de coisas definível como realidade-limite: a realidade do perfil coletivo. A linguagem dessa identidade possui seus agentes, e por meio deles, articula as liminaridades colocadas aí tanto em favor da categorização binária, quanto da polaridade criada a partir delas.¹⁹⁴

No final das contas, a grande parte daquilo que se afirma como próprio da identidade¹⁹⁵ serve a informar os elementos de uma similaridade contrastiva.¹⁹⁶ Aparece o somatório *nós* posto diametralmente contra *eles*, em uma diferença nuançada por aquilo que o outro aparenta ser, embora, normalmente, ao custo de uma diferença inventada pela instituição como seu suporte e apoio, mas que acaba por impossibilitar qualquer expectativa de auto-subjetivação do outro. Mantendo sua cerca divisória, a identidade confere a crença de que haja uma compatibilidade suficientemente forte para que o laço social exista, e que neste se contenha uma memória alongada e quase irrestrita para a comunhão comunitária, projetada a um imaginário que se faz

¹⁹² ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**, p. 32.

¹⁹³ CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem**. Introdução a uma filosofia da cultura humana. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 110 ss. Destaca-se, nessa altura, a distinção fundamental entre a interrogação escolástica e a sua, acerca de uma qualquer definição da natureza humana desde sua essência, deixando-a de seu aspecto *substancial* para atacar a motivação de um novo incremento que passa a seu domínio *funcional*. Cfr. *Idem, ibidem*, pp. 115 ss.

¹⁹⁴ ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**. Introdução à pesquisa semiológica. Trad. Pérola de Carvalho *et alii*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006, p. 65.

¹⁹⁵ Para um conjunto de leituras consistentes, há uma excelente recolha de trabalhos publicados por Bhabha, com destaque para o seu *DissemiNation*, integrando um de seus capítulos. Cfr. BHABHA, Homi K. **Nation and narration**. New York: Routledge, 1990.

¹⁹⁶ GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, pp. 137 ss. BARTH, Fredrik. **Ethnic group and boundaries: the social organization of culture difference**. London: George Allen & Unwin, 1970.

inquestionável segundo os eventos da fundação social. Assim é que os índices simbólicos do compartimento identitário se multiplicam, sempre e mais em acordo com o espólio das analogias de legitimação, para assumir, com a firmeza inequívoca da retórica institucional, essa ubiquidade que introduz o controle mediante a interposição de espaços, com postigos para dentro e para fora, fechando a base numa dinâmica *relacional* da identidade nessas formas regradas ao modo de uma precisa sociabilidade política. Mas essa operação não se limita em si mesma, e precisa manter outros vínculos. Junto à colocação identitária, as instituições impingem através de seus coletivos a necessidade de restringir, de seccionar a realidade e depositar os seus pedaços em molduras definidas a um reconhecimento *identificável* –e é disto que se trata a classificação–.

A classificação

Assim, e em terceiro lugar, as instituições imprimem a classificação sobre seus coletivos de pensamento. E como todo o resto, a sua atuação deve ser entendida no campo de afecções que marcam a zona de pressão de umas motivações políticas predefiníveis. É disto que faz lembrar Marcel Mauss quando descreve a força da decisão social para além de um nível restrito da esfera individual: “*La pression exercée par le groupe social sur chacun de ses membres ne permet pas aux individus de juger en liberté les notions que la société a élaborées elle-même et où elle a mis quelque chose de sa personnalité.*”¹⁹⁷ O que permite sugerir que, após o afiançamento dessas “noções”, também se devem recaptular preceitos e índices de enunciação que se projetam ao fundo de uma ordem disponível. Isto faz que se tome em causa esta ideia geral: uma vez acessíveis pelo limiar social que as engendra, as instituições “pensam”, e pensam segundo parâmetros de controle que definem normas específicas de atuação social. Mas dizer que as instituições pensam implica na posição metafórica de que elas também desejam e buscam, mediante a instância do desejo, as formas específicas da *gratificação*. Por gratificação, neste caso, pode-se ter em mente um dado princípio de perpetuação que grava em sua existência a continuidade das suas formas, na manutenção de seu lugar como matriz de modelação e limite de subjugação, como um lugar ocultado e projetado para fora de si, alterado pela instância transcendente e sagrada da autoridade.¹⁹⁸ Entretanto ela não se comporta apenas como controle da autoridade, e, sim,

¹⁹⁷ DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentations collectives. *L'Année Sociologique*, p. 46.

¹⁹⁸ Esta figura do imaginário institucional é lembrada repetidas vezes pelos antropólogos culturais e recebe de Cornelius Castoriadis o designativo de “*heteronímia social*”, conceituado liminarmente como o “*estado em que a sociedade, pelo fato de imputar a um outro a criação de suas instituições sociais correspondentes, proíbe-se por isso mesmo de mudar o que quer que seja (explicitamente)*” (CASTORIADIS, Cornelius. Seminário de 7 de janeiro de

também, por meio da atividade seletiva forçada sobre o patrimônio das memórias institucionais. Ela opera a censura das imagens compartilhadas (definindo o que pode e o que não pode ser lembrado), para alcançar a sua ressignificação e o termo dos seus membros em um caráter mais individual. Ao fechar essa estratégia a classificação fortalece o valor e a coerência aparente das instituições, e por meio disso se tem assegurada sua *sobrevivência*.

Realizados esses trâmites, a armadura funcional da instituição está perto de se consolidar, avançando para a estreita filtragem de imagens da memória institucional:

Assim, qualquer instituição começa a controlar a memória de seus membros; ela os leva a esquecer experiências incompatíveis com aquela imagem de correção que eles têm de si mesmos e traz para suas mentes acontecimentos que apoiam uma visão da natureza que lhe é complementar. A instituição propicia as categorias dos pensamentos de seus membros, estabelece os termos para o autoconhecimento e fixa as identidades.¹⁹⁹

Mas afinal talvez seja desnecessário dizer que essa forma de se *reconhecer* está impregnada de níveis simbólicos destinados a conter a eficácia do certame institucional. Do mesmo modo, a seleção interposta desde uma matriz de conceituação institucional só pode fazer sentido se estiver adequadamente ligada ao signo perpetuo que descansa em sua *visão da natureza*. Isso permite que se aproxime, afinal pela primeira vez, de uma síntese ajustada ao complexo de motivações que parece deslocar a máquina do poder e o destino colocado à classificação. E para explicá-los, soa apropriado que se realize uma tomada conjunta de suas engrenagens, isto é, que se tome a maneira como elas conferem conteúdos de controle e sistematizam a edificação social do poder político. Leve-se em conta essa primeira ideia, bastante genérica em partida, de uns ideais de controle capazes de se enfileirar às formas abstratas de classificação, e que seguem uma interpretação simultânea de um e de outro. Essa simultaneidade não contém em si nada de arbitrário, pois permite demonstrar que elas se articulam muito sensivelmente e de maneiras complementares ao seu entendimento. Com efeito, o que parece haver aqui remonta à capacidade aberta pelos ideais de justiça em se valerem como repositórios de sentido, e que culminam como tais à visada flagrante de uma forma institucional sempre em movimento.²⁰⁰

1987. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**, p. 55). Sugestivamente, esse jogo de ocultação contém o próprio domínio do mito fundacional da sociedade, esse nexu obstruado de sua primeira origem: “*Essas sociedades [primitivas e tradicionais] criaram as suas instituições, mas elas não sabem e não querem saber. Elas fazem tudo o que podem para ocultá-lo; e elas o fazem imputando a origem de suas instituições e de suas significações imaginárias sociais a uma fonte extra-social, transcendente, que, dessa forma, torna-se também o fundamento ou a justificação da instituição*” (CASTORIADIS, Cornelius. Seminário de 7 de janeiro de 1987. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**, p. 54).

¹⁹⁹ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 116, com remissão ao “*De la division du travail social*” (1883) de Émile Durkheim.

²⁰⁰ Diante disso, essas novas precauções. Primeiro, suponho que seria tacanho apresentar esses ideais de

Algumas colocações da antropologia cultural alargam essa primeira ideia; qual seja, a de uma dinâmica classificante, paritária de formas (*proto-*)jurídicas.²⁰¹ Ao se examinar, por exemplo, a origem dos tabus em sociedades primitivas, reservam-se indicações de que a classificação surge como sua primeira base.²⁰² A economia simbólica organizada pelos objetos-tabu depende da seleção de um conjunto, conjunto tipificado por discriminações e individualizações que fazem funcionar o canal de contenção de práticas estigmatizadas. Elas se colorem a partir de categorias como o puro e o impuro, constituídas primeiro num sentido aparente ou físico, e então elevadas a outros mecanismos de distinção.²⁰³ Ignore-se aqui os significados possíveis de um *ideal da pureza*, assistido pela colocação do tabu, e admire seu potencial para a ereção de escalas e índices de separação entre objetos, entre indivíduos, e do valor devido aos prolongamentos de um para outro, fixando então um sistema primário de prescrições para qualquer ampliação mais recente ou posterior. No entanto, ele ainda não é capaz de definir um campo de ações, já que sua energia se concentra em forma de aparatos de obstrução, os quais paralizam o potencial que a instituição parece encontrar para se desenvolver até um tipo concreto de plenitude social. A relação de obediência inscrita pelo objeto-tabu permanece, sem que se importe o teor de sofisticação dessas instituições, ao alargamento de seu “discurso jurídico” habilitado a estender suas correntes sobre um grupo mantido pela classificação. E aqui todo o engenho começa.

Mas antes que me afaste muito com esse exemplo, é preciso retomar a proposta nuclear do conceito. Assim é que, consentindo com a sacralidade imanente de uma ideologia do poder, pode-se revelar um tipo de interação especial entre as instituições, segundo uma noção articulada de justiça e de discursos jurídicos.²⁰⁴ Essa ideia, algo preliminar do que se considerará nomeadamente justo, serve à base de estabilidade e justificação da própria instituição. Demanda por isso uma certa “coerência esquemática” que faz da justiça, na observação de Douglas, esse “*sistema intelectual mais ou menos satisfatório, cujo propósito é garantir a coordenação de um*

justiça ao familiar reducionismo do enunciado jurídico ou através de seus ordenamentos. É verdade que muitos o fazem, mas também não há motivo para se comprometer com essas interpretações. Segundo, é que a busca de uma *ordo* em sentido originário assiste ao poder emprestado pelo ideal da justiça e pelos seus rituais, e jamais o contrário. E por mais que agora a insistência nessas colocações pareça uma estratégia ociosa, mais tarde elas recordarão os fundamentos de um comprometimento político razoavelmente divergente da noção teleológica que leva a história a colocar-se como *História*, e esta como construto final da narrativa da modernidade –pelo menos, ela sai à tangente de um sentimento hipostasiado que se volta à ascensão de um mesmo ideal de poder–.

²⁰¹ Cfr. MALINOWSKI, Bronislaw. **Myth in Primitive Psychology**. New York: Norton, 1926.

²⁰² MAUSS, Marcel. HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2005, pp. 15-24 e 83-87 [1ª edição francesa: **Essai sur la nature et la fonction du sacrifice**, 1899].

²⁰³ CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem**, pp. 171 ss.

²⁰⁴ CLAVERO, Bartolomé. Historia y antropología. Por una epistemología del derecho moderno. SALVADOR, Pablo. CERDÁ, Joaquín (coords.). **I Seminario de Historia del Derecho y Derecho Privado: nuevas técnicas de investigación** (1982), Barcelona, 1985, pp. 9-35.

determinado conjunto de instituições”.²⁰⁵ Toma-se daí que, para existir, essa ideia coletiva de justiça dependa de coordenadas cristalizadas no repertório de coletivo de pensamento. E como já foi dito, inicia-se o controle coletivo fornecido pelas instituições como controle da memória comunitária, da observação das regras costumeiras, da normalização social. Afinal a percepção emanada desse controle é aquela projeção mantida oculta, sacralizada pela mão transcendental do artífice supraterrâneo, e que por isso mesmo, por se revestir de uma perfeição imanente, conserva a irrevogabilidade e a infalibilidade de seu poder.²⁰⁶

* * *

Ao utilizar as noções destacadas da analogia, da identidade e da classificação, espero fazer valer o recurso de uma abordagem institucional em confrontação das dinâmicas jurídicas mais específicas de meu artifício interpretativo. Essas dinâmicas rivalizam com antigas categorias mas também tendem a aprofundar outras, levando em conta o artefato jurídico à frente desse processo: a manipulação de discursos jurídicos na esfera do ser político. Se bem sucedida, uma abordagem da *criação histórica das instituições* poderá ajudar a libertar o direito dos preconceitos de uma interpretação “historiográfica forte”²⁰⁷ já no tocante à hierarquização das temáticas de pesquisa. Tais preconceitos encontram eco em toda uma escola engajada no *métier d'historien*, defininda por uma rotina de achques que hoje mal se explicam para além da repetição de si mesma.²⁰⁸ Atualmente, o entendimento plantado tão equivocadamente pelos historiadores sobre o direito como mero amontoado de leis, num repúdio injustificado à história do direito como filha maldita da já expurgada história política,²⁰⁹ remete à simplória avaliação da profundidade simbólica

²⁰⁵ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 118.

²⁰⁶ V. cap. 7, item 7.1 *infra*.

²⁰⁷ Uma *historiografia forte* chega à extensão do chamado “programa forte” das ciências sociais, alinhado pela premissa epistemológica dos frankfurtianos, tendo para isso de se resguardar atrás de uma filosofia da história eficaz em sua abrangência teórica. Mesmo rejeitando esse parentesco, é interessante observar o que os historiadores franceses, segundo a antropologia fixada por Lévi-Strauss, permitiram adotar em termos de uma metodologia estruturalista dos fenômenos sociais e das mudanças históricas. Para notações desse emprego, *cfr.* BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. **A nova história**, pp. 168-206.

²⁰⁸ Um exemplo formidável dessa posição, e a vez mais exasperada, é repetida por Le Goff, no seu prefácio de 1989 à reedição de “*La nouvelle histoire*”. LE GOFF, Jacques. Prefácio à nova edição. **A nova história**, pp. 1-16.

²⁰⁹ De resto, proclama-se a inexistência dos fenômenos jurídicos na longa duração. Afinal, apenas a clareza de um *lugar* na duração seria capaz de lhe conceder uma pauta diferenciada e um tratamento novo, e dado de uma maneira independente daquilo que já resta muito bem coberto pela *história social* e por suas ideias políticas. Ao menos, esse é o parecer reconfortante do medievalista francês, in: LE GOFF, Jacques. *Histoire Médiévale et Histoire du Droit: un dialogue difficile*. In: GROSSI, Paolo (org.). **Storia sociale e dimensioni giuridiche**: strumenti d'indagine e ipotesi di lavoro. (Atti dell'Incontro di Studio. Firenze, 26/27 aprile 1985.) Milano: Ed. Giuffrè, 1986, pp. 23-63. Sobre a pretensão global da história social acerca de especialidades como a da historiografia jurídica, *cfr.* CLAVERO, Bartolomé. La historia del derecho ante la historia social. **Historia, instituciones, documentos**, Universidad de Sevilla, nº 1, 1974, pp. 242-247, onde inicialmente cita “*todo el dominio de la historia, incluso el más*

daquilo que é encerrado pela ideia social da *Lei*.

Contrariamente, e no interesse do recorte histórico, a relação de efetividade dos discursos de direito com a realidade não coincidem, mas em todo caso isso também não é o que mais importa, já que a relevância existente na captura destes discursos deve ser procurada, ao contrário, no momento mesmo em que instituições são produzidas e reelaboradas, desde uma chamada “*situação momentânea de interesses convergentes e de uma mescla, não especificada, de coerção e convenções*”.²¹⁰ A existência de um direito num ambiente pulverizado por múltiplos ordenamentos jurídicos —e tal como pretendo sugerir, de maneira semelhante à paisagem institucional catalã do século XIV—, não significa sua correspondência absoluta aos termos de um marco jurídico homogêneo. Antes, depende de um contexto político e institucional que permita o estabelecimento de sentidos, conforme uma tradição manuseada à luz de novas circunstâncias históricas. A relação direta entre discursos jurídicos e realidade institucional apenas toma a sua forma com a transformação de circunstâncias fundamentais, mediante a inclusão de uma situação de emergência. Entendo que seja com o um fundo de disposições parecido que Alain Boureau proponha seu “*énoncé collectif*”, emergindo-o desde “*un fragment verbal (ou iconique), qui crée autour de lui une certaine convergence des langages et des pensées, par le jeu d’un flou structurel susceptible de capter une thématique encore implicite et d’accueillir les projections et les appropriations les plus diverses*”.²¹¹ É uma transformação possível, no entanto, pelos limites disponíveis no padrão anterior de instituições. Essa efetividade discursiva depende da experiência compartilhada de uma ideia que se justifica a custo de uma releitura da tradição jurídica anterior, já que é da tradição e de sua simbólica força de arregimentação coletiva que depende a estabilidade política das sociedades históricas, donde se recolhe específicas notações ao caso medieval. O tipo de transformação assimilada neste momento, que implica um grau de contestação da totalidade antes estabelecida, é da ordem da ação política, uma vindicação da capacidade de cambiar um discurso legitimatório por outro, dado conforme códigos disponíveis ou socialmente aceitos, mesmo quando nesta aceitação esteja em jogo a sua mais explícita reinterpretação.

Em todo caso, o que ascende acessoriamente desta ação política constitui o eixo nevrálgico

tradicional, es reivindicado por la historia social’ en cuanto ‘estudio de la sociedad y de los grupos que la constituyen’” (extraído de: **L’Histoire sociale, sources et méthodes**, Presses Universitaires de France, 1967, pp. 9-11). Todavia, lembra assim o Professor Clavero que após a demarcação alcançada por uma tal “reforma francesa”, a perspectiva pretendida por esta história social continuava devedora de uma promessa mal vingada, assim que é “*a pesar de su atractiva apariencia, más ha resultado un intento de recuperación nostálgica de la unidad perdida que una medida que, partiendo de las pertinentes especializaciones, habilite la consecución de exposiciones que integren realmente los resultados parciales de los diversos sectores historiográficos*” (*Idem, ibidem*, p. 246).

²¹⁰ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 115.

²¹¹ BOUREAU, Alain. L’adage *Vox populi, Vox dei* et la invention de la nation anglaise (VIIIe-XIIe siècle). **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 47^e année, n° 4-5, EHESS, 1992, p. 1072.

de minha hipótese. Esse acessório encontra-se disponível na referencialidade do jurídico como plano de composição, formador daquilo que, agora um pouco rudemente, quer-se qualificar por meio de suas instituições. Repare-se logo que o discurso jurídico, e a abstração mesma que acompanha sua parafernália na dogmática medieval, não dá a gênese institucional mas a instrumentaliza através de seu autêntico *verbum*. Assim aparece a referencialidade desse *dialeto* na reposição do político, com esse primeiro ponto: onde ele é tomado na colocação da ordem, ou mesmo, mais simplesmente, na harmonização de dissidências práticas na forma de racionalizar a sociedade medieval; *mutatis mutandis*, ele é a “*remodelación de la realidad por medio de artificios verbales ligados a los poderes especializados del decir eficaz*”.²¹² A procura da resposta, da instrumentalidade fornecida pelo jurídico no momento de se pensar o político torna-o fundamental na composição do discurso que visa encetar a realidade cogente, isto é, revela que os discursos políticos são produzidos através de uma linguagem eminentemente jurídica.

O que permite trazer o ponto seguinte:

A linguagem jurídica alcança uma forma difusa, de modo a exorbitar o âmbito dos técnicos que lhe impunham essa “sistematicidade”, até que atinja a esfera dos leigos como, por exemplo, através do assentamento de um direito municipal distanciado dos tribunais curiais,²¹³ ou pela naturalização de formas sintagmáticas (como os *brocarda*) ou de ritos processuais que se incorporam num vocabulário difundido da vida comum de homens e mulheres continuamente expostos a uma vivência jurídica que parece estranha à experiência moderna ou contemporânea.²¹⁴ Seguindo com os devidos reparos o emprego desta mesma ideia, adquire-se a intuição de que enquanto o discurso político consegue apenas factualizar, sem uma inserção eficiente na duração histórica, o jurídico desvela a continência de um sentido de modulação mais durável que aquele na explicação de estruturas, de seus hábitos mentais, e do próprio cerne cultural da sociedade medieval. As implicações metodológicas disto (além de um débito por menos explícito com os preceitos radicados pelos *Annales*, e isto já contra uma categoria repudiada de história política)

²¹² THOMAS, Yan. Prefacio. **Los artificios de las instituciones**, p. 9.

²¹³ Cfr. FERRAN, Elisabet. **El jurista Pere Albert i les Commemoracions**. Tesi Doctoral en Història, Universitat de Barcelona, 2005, pp. 275-285.

²¹⁴ Assim posso recordar esta ideia de Professor António M. Hespanha sobre a ordem jurídica medieval e de Antigo Regime “*Se, entre os letrados, a teoria social e a política estava contida na teoria da jurisdição e da justiça, para os leigos, a mais visível expressão da ordem social e do poder era a administração da justiça dos tribunais [...]. As situações sociais –patrimoniais, mas também pessoais ou mesmo simbólicas, tal como a hierarquia, o título, a precedência– eram reguladas juridicamente (como iura quaestia ou iura radicata, direitos adquiridos ou enraizados) e podiam ser objecto de reclamação judicial. Por isso, o formalismo documental e a litigiosidade constituem um fenómeno muito visível, a ponto de já ter sido descrito como um traço cultural distintivo desta sociedade que já foi descrita como a ‘civilização do papel selado’*”. HESPANHA, António M. **Cultura Jurídica Europeia**. Síntese de um milênio, 2005, p. 46. Cfr. remissão a ideia da *civiltà della carta bollata*, in: CHABOD, Federico. **Storia dell’Idea d’Europa**. Bari: Laterza, 1961.

retomam o privilegiamento dos enunciados jurídicos como (i) fonte de gramáticas sintéticas/representativas, e (ii) a verificação de uma “eficácia simbólica” do direito sobre os esquemas de regulação social, o que significa dizer que embora a efetividade das proposições jurídicas fosse concretamente frágil, e mesmo que as lides fossem raramente concluídas, elas *afetavam* determinados estratos sociais a ponto de produzir quadros de representação.²¹⁵

Há algo mais que pode ser dito sobre esta eficácia simbólica. Ela está ali, onde a presença onisciente da religiosidade também está,²¹⁶ a impor suas cifras de moderação social, do homem com a natureza, do homem com seus iguais e, principalmente, com seus desiguais. Não importa a solução, mas, sim, a inclusão dos discursos nesse campo de significações, então preenchido por um discurso que é tão múltiplo quanto os dialetos sociais que se vêem forjados em seu interior. Por isso mesmo a ilusão do historiador do direito de falar de uma grande generalidade de institutos jurídicos –açambarcados, decerto, por uma sempre ufanosa tradição jurídica europeia– restará inconcluída pelas negações históricas, todas transparentes nas evidências que retraçam quanto a isso a aplicação do direito em suas diferentes historicidades.²¹⁷ Para o entendimento da linguagem institucional do direito medieval é preciso buscar formas diferentes à percepção. Isto permite aceitar esta dimensão já para o discurso jurídico, afastando tanto quanto possível a noção rasteira de uma engrenagem dialética de ordenamentos no cosmos político medieval. Essa possibilidade pode elevar a leitura sobre o direito histórico até um nível em que ele parece estar vazio de interpretações.²¹⁸ Rejeitarei, por isso, qualquer divisa mais específica sobre esse conjunto de percepções; do contrário: antropológica, linguística, histórica, qual poderia se sustentar realmente perante tantas exigências?. Por agora, convém aceitar essa figura inane da palavra e do direito, da ação política e do desejo institucional sobre a natureza daquilo que a lei pode representar. O que vale é salvar a relação privilegiada do material jurídico através de seu *texto*, sempre e quando se vir infligido pelo seu *hipertexto*. E assim, uma vez que se consiga abandonar esse escamoteamento do direito, poder ver brotar a superfície pelo discurso historiográfico, marcando um ponto de compreensão que pode ser expresso na declaração de Legendre, em seu “*L’Amour du Censeur*”:

²¹⁵ HESPANHA, António Manuel. **Imbecilias**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. Curso ministrado na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/...>

²¹⁶ GOUREVITCH, Aaron J. **Les catégories de la culture médiévale**, 1983, pp. 157-158.

²¹⁷ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. Derecho municipal, derecho señorial, derecho régio. **Historia, instituciones, documentos**, nº 4, 1977, p. 159, nota 15, onde apresenta-se uma exemplar discussão em torno da radicalidade do direito germânico na Alta Idade Média a partir das posições de Eduardo de Hinojosa e de Alfonso García-Gallo, com consequentes inclusões à generalidade dos ordenamentos hispânicos em uma matriz visigótica uniformizada; possibilidade a que de pronto se rejeita aqui.

²¹⁸ Para algumas colocações metodológicas, *cfr.* THOMAS, Yan. Posfácio: El derecho en la naturaleza y la historia: señalamientos sobre los pandectistas alemanes. **Los artificios de las instituciones**, pp. 267-279.

[...] devemos compreender a natureza das analogias entre a Lei da cultura e o texto fixado em qualquer análise, aprofundar esta relação por um meio geralmente negligenciado, a saber, o texto jurídico oferecido como material absolutamente elementar; insubstituível também, pois precisamente *ele recita e restitui através de proposições totalmente enigmáticas a totalidade do sublime e do normativo a que se refere qualquer sujeito [...]*; ao mesmo tempo, pela garantia e pela fertilidade de suas regras, esse texto dá a entender que, também ele, provém dos entrincheiramentos do desejo.²¹⁹

Esse privilégio do discurso jurídico tem, então, razões bem definidas. Ele frutifica num plano de idealizações, cujo material tende a se mostrar elemento de significações, de barreiras, de libertações e de censuras. A voz contida no texto legal é, pois, mais que um repertório armado por uma hierarquia política, para ser um lugar de tensão entre as instâncias de controle e dispersão de uma ordem que está sempre a escapar, fugidia em si mesma. É, portanto, pela tentativa infinitamente malograda de capturar esse controle e essa representação que nasce a verdade intersticial do discurso jurídico e sua forma instável na condensação institucional. Por isso a dimensão que Legendre chama de “*entrincheiramentos do desejo*”²²⁰ interessa, sim, mas num escopo diferente, muito particularmente ligada a essa noção de um cognitivo institucional.

Reconhecendo essa problemática presença, permito-me por agora contornar essas demandas. Não tocarei no fator singular, e por demais subjetivo, da individuação histórica e de tudo o que naturalmente se inclua neste repertório.²²¹ O aparecimento de um ser psíquico freudiano num recorte histórico remoto como o medieval traz à lente do analista problemas de

²¹⁹ LEGENDRE, Pierre. **O Amor do Censor**, p. 32, grifo meu.

²²⁰ Há uma questão densa marcada pela obra de Legendre em relação àquilo que focaliza na tradição dogmática ocidental. Trata-se da colocação permitida pela psicanálise: estaria ela, mais que meramente envolvida, centrada na sede de comando das grandes instâncias do produto histórico a que se tem designado por instituições. Por isso, ele especifica a emergência do método psicanalítico num conjunto de análises que parece ter abalado de modo definitivo a face das ciências humanas. Entretanto, é ele mesmo quem o diz, o exercício dispensado para se “*identificar seu lugar automaticamente designado numa situação histórica particular é um empreendimento bastante espinhoso*” (**O Amor do Censor**, p. 32), e que remete instantaneamente a ponderar algumas limitações em razão do objeto. Isso não o impede de insistir, é certo, nesta associação complexa entre o papel tecido pelo texto, o texto jurídico, e a demarcação simbólica da censura social. Esta interessante tese explica que o potencial de sujeição de um discurso canônico (tomado em sua acepção clássica, a do *canon*) se imbrica na prerrogativa da leitura contida na *lex*, um saber cuja essência está no encargo de mediar uma interpretação privilegiada – e a esse propósito, traz à recordação a fórmula isidoriana difundida pelos universitários medievais: “*nam lex a legendo vocata, quia scripta est*” (Isidoro de Sevilla. **Etymologiae**, V.3.2)–. Em outras palavras, por um torneio imenso de problemas que deixarei a encargo do próprio Legendre, está-se a propor um equacionamento da história do poder segundo o direito (mais o seu aparato institucional, em que a *Lei* se assume como ligamento e mediação) e o discurso que ele encerra, cujo produto, este achado dos doutores medievais, está na instauração de uma “ordem da censura”.

Também, *cfr.* CASTORIADIS, Cornelius. Instituição primeira da sociedade e instituições segundas. **Figuras dos Pensáveis**. As encruzilhadas do Labirinto. Vol. VI. Trad. Adriana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, pp. 166-168.

²²¹ Remeto daqui a uma contraposição ampliada por Castoriadis, e partida ela mesma da psicanálise lacaniana. A contraposição delimita, ainda que não com essa simplicidade, o “*ser psíquico freudiano*” (subjetivo, nomeadamente) do “*imaginário social*”, ao qual se dá o nome algo apropriado de imaginário instituinte, propondo a partir desse eixo as múltiplas recombinações de imaginário e planos de subjetivação. *Cfr.* CASTORIADIS, Cornelius. Seminário de 21 de janeiro de 1987. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**, pp. 69-71 *passim*.

estudo até então bastante insuperados. Pelo menos, restritos e reticentes demais para que se ouse supor seus quadros de imaginários consciente e inconsciente, ou a estrutura mesma do *superego* e do *superego da cultura* (*Kultur-Überich*)²²² a cuja empreitada investe Pierre Legendre. Disso, Paul Zumthor faz uma pontuação, a qual é preciso reconhecer alguma sensatez: “*mesmo que admitamos que o inconsciente humano tenha sempre funcionado de maneira quase idêntica, não teria podido a história, na escala das longas durações, deslocar a zona incerta e os limites em que a consciência enraíza no inconsciente, opondo-se a ele?*”²²³ Não me parece necessário construir um sistema de linguagem (onde a presença do eu psicanalítico seja assim condição delimitante), para se propor, como pretendo, a abordagem de uma cognição institucional historicamente fixada. Guardar-me-ei de seguir por essa linha de questões, tendo-a em mente como abertura possível mas fora de uma situação-limite, e tampouco propensa a se impor como questionamento indispensável.

* * *

Tendo posto estas distinções de análise, que continuarão a ser úteis para mais tarde, destaco o que me interessa de perto, lembrando que há mais uma dimensão na qual se apreende o exame antropológico da instituição. Esta dimensão define-se por sua substância retórica, cuja lógica e inteligibilidade, no plano do intelecto medieval, se subsumem ao lugar sensível da filosofia escolástica. É por trás dela que, assim discorrerá Legendre, anima-se aquilo que se constitui desde os medievais em aparato simbólico da submissão, o saber dogmático ocidental.²²⁴ É pela emboracura desse conhecimento, lembrado com tom sardônico em “*L’amour du Censeur*”, que se contivera dentro de si os *archana iuris* da autoridade e dos artefatos do poder. A lógica inaugurada pelos juristas do século XII contém, por isso, muito mais que aparato técnico, mas a própria continência da verdade potestativa e instituidora da distinção, da classificação das coisas e dos homens, de um arrebatamento impermeável da *distinguo* que imporá ao mundo uma ordenação absoluta dos signos.²²⁵ No que diz respeito à sua generalidade cultural (esse monstruoso conglomerado latino-cristão ocidental), essa abordagem específica da dimensão, chamado aqui sem maiores reservas de um *cognitivo da instituição*, revela uma coincidência aguda: a de que “a

²²² De toda sorte, segue útil uma releitura desses critérios para uma adoção da *Kultur*, in: FREUD, Sigmund. O Mal-estar na Civilização. **Obras Completas**. Vol. 18 (1930-1936). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 47-49 [*Gesammelte Werke*, 1940-1952].

²²³ ZUMTHOR, Paul. **Falando de Idade Média**, p. 40.

²²⁴ LEGENDRE, Pierre. **Sur la question dogmatique en Occident**. Paris: Fayard, 1999.

²²⁵ THOMAS, Yan. Los artificios de la verdad: la ficción en derecho medieval. **Los artificios de las instituciones**, pp. 48-50.

instituição se inaugura com a própria ciência".²²⁶ O desejo desenfreado pela composição cósmica de um firme alinhamento da sociedade está dentro de seu íntimo, sempre em busca do que –e novamente a indicação de Legendre– a possa investir de uma forma "*ilimitada em suas aplicações pela virtude mecânica de sua própria lógica*".²²⁷ Essa lógica "própria" estabelece o contínuo entre o discurso jurídico como decomposição do político, que por sua vez detecta seus sedimentos desde uma vontade compartilhada, e afinal, interiorizada pelos processos de congnição ante a rotina da retórica/contra-retórica que faz girar a engrenagem do pensamento institucional.

²²⁶ LEGENDRE, Pierre. **O Amor do Censor**, p. 47.

²²⁷ *Idem, ibidem*, p. 47.

IV. Determinando o objeto: limites contextuais e proposta de pesquisa

Em certa altura, Mary Douglas questiona: “*Como é possível pensarmos sobre nós mesmos na sociedade a não ser usando as classificações estabelecidas em nossas instituições?*”²²⁸ Sua pergunta tem muitíssimo valor agora, principalmente se se tomar em conta o vértice do qual ela emerge.²²⁹ Este é um questionamento que se duplica em busca de novas esferas de articulação. Outrossim, trata-se de estender a fórmula da interpretação sobre a projeção de um objeto que facilmente se confunde com as antevisões do intérprete, bem como naquelas de seu coletivo institucional, o *plano (inte)legível* a partir de onde ele se desloca e passa a existir. A mesma coisa vale para as abordagens de Émile Durkheim e Marcel Mauss sobre a classificação solidária nas sociedades primitivas (1903),²³⁰ uma vez que ambos partem da possibilidade de analisar os mecanismos de sacralização daquelas comunidades pondo em dúvida os limites de sua própria sociedade moderna e dessacralizada, para detectar “*até que ponto as classificações mundanas que empregamos são projeções da estrutura social que participam da aura da sacralidade*”²³¹; afinal, como é rigorosamente contrastado, “*Les choses n'y sont pas simplement disposées sous la forme de groupes isolés les uns des autres, mais ces groupes soutiennent les uns avec les autres des rapports définis et leur ensemble forme un seul et même tout*”.²³² De igual modo, quando Ludwik Fleck identifica a gênese e a evolução de um *fato* (primeiro científico, mas ainda eminentemente social) destinado a representar formas assentes de classificação através de um *continuum* de práticas de conhecimento compartilhadas (*Denkgebilden*), ele compreende que tais práticas não apenas *compõem a descrição* do fato em sua forma originária, mas despejam sobre ele os trâmites

²²⁸ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 105.

²²⁹ Assim mesmo, a pretensão de conhecer nossas classificações, de um modo equivalente aquele que nos permite esquadrihar “*nossa própria pele e nosso sangue em um microscópio*” (*idem, ibidem*, p. 114), exagera no potencial de equacionamento de seus limites de auto-compreensão e extravasa os termos de sua primeira crítica. Assim a fixação pela gramática abre o espaço de seus desvios particulares. Cabe-lhe ao menos a franqueza de tê-los em mente, assim também os seus riscos inerentes.

²³⁰ DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentation collectives. *L'Année Sociologique*, n° 6, Paris, 1903, pp. 1-72. [Édition revue et corrigée le 25 septembre 2002 avec la coopération de M. Jean Lasségue du Laboratoire LaTTICE-CNR. Cette édition électronique a été réalisée par Jean-Marie Tremblay.]

²³¹ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, p. 103.

²³² DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentation collectives. *L'Année Sociologique*, p. 42.

disponíveis para sua solução final.²³³ Em um e em outro caso aparece como evidência necessária a instauração de uma “solidariedade classificatória”, e que é por assim dizer a evidência sobre os limites de nossa capacidade para formular perguntas e respostas conforme aqueles limites disponíveis pelo coletivo de pensamento assistido. Há, enfim, um espectro cognitivo projetado no anteparo histórico das instituições, formulado por aqueles que pretendem enfrentá-lo a ponto de inserir aqui e ali qualquer padronização do seu formato criativo, locutório, *enunciativo*.

Daqui, aplicando a sistematização dos esquemas classificatórios e dos seus efeitos, obtém-se logo de pronto duas dimensões à base de objetivação. Uma primeira, escalonada pela aparelhagem historiográfica, que define e apura os limites de uma linguagem acessível para a representação do objeto. E uma segunda, que responde pelos índices reconhecíveis de um discurso ordenador, não obstante a presença desse abismo de riscos e mal-versações interpretativas conferido pelo *objeto-ele-mesmo*, para afinal inventariar as cifras disponíveis por seu universo institucional. Assim a denominação empregada a tais “dimensões” é meramente sintética, porque sua separação pura é insustentável e incompreensível. Diante dessa particular substância do objeto, aliás bastante repetida até aqui, pode-se esquivar de um encontro frontal com o debate historiográfico para retomá-lo de maneira pulverizada. Resta, entretanto, a organização de nosso plano histórico, aquele pertencente às cortes e aos coletivos representativos de todo o debate político encenado à cúspide dos poderes estamentais. E é desde onde se aborda o conjunto institucional do *Principatus Cathaloniae* no seu ambiente máximo de tramitação política, as chamadas assembleias das cortes. Com a convergência de partidos diferenciados, representativos daqueles grupos sociais nomeadamente mais privilegiados,²³⁴ compõem-se a massa política que deflagrará junto ao monarca o controle das táticas envidadas na gestão interna dos assuntos jurisdicionais catalães e na atuação externa da Coroa de Aragão, a qual o principado aparece indissoluvelmente integrado. Essa convergência implica, um tanto naturalmente, na emissão de formas variadas de ordenamentos jurídicos que arrancam à uma tradição “legislativa” circulante.²³⁵ E por fim, um novel entrelaçamento, no qual toda essa gama de pronunciamentos

²³³ FLECK, Ludwik. **Genesis and Development of a Scientific Fact**, pp. 15-19 e 23-27 *passim*.

²³⁴ Sobre a origem, o desenvolvimento e a relação interna desses estamentos, e assim o seu potencial de congraçamento estratégico ante as Cortes, *cfr.* LALINDE, Jesús. Las cortes y parlamentos en los reinos y tierras del rey de Aragón. **Aragón: historia y cortes de un reino**. (Palacio de la Aljafería, 23 abril-23 junio 1991). Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza, 1991.

²³⁵ No tocante a essa tradição criadora de direito, é temporariamente aceitável propor alguns marcos comuns; sendo tais as disposições recuperadas do *Liber Iudiciorum* dos visigodos, as *Constitucions de Pau i Treva* emanadas das primeiras assembleias desse tipo e que são as ancestrais imediatas das *Corts*, e, finalmente, incorporando elementos de ambas, os *Usatges de Barcelona*, cuja difusão para além da soberania barcelonesa revelou-se em mera atualização de ordenamentos jurídicos numa sociedade prenhe de transformações institucionais. (É escusado dizer que não se promoveu uma reconstrução minuciosa de tais marcos dessa tradição, levando-os na conta de um bojo

políticos e abstrações jurídicas venha a depender de um repositório para sua composição, o institucional. É com ele que, sem avançar demais, concedo os primeiros limites contextuais e o toque analítico que traça um percurso para a produção do discurso institucional.

Articulando mais de perto, creio poder sugerir que a permanência de uma comunidade política, tal sua linguagem a integra, não resulta em nenhuma unanimidade de opiniões. Absolutamente, ela descreve o contrário: a presença de um fundo institucional no qual as opiniões individuais possam agir e se deslocar, inclusive pela forma de sérios antagonismos. Observar-se-á, por exemplo, de que maneira o vocabulário de uma ideologia política como aquela de matriz baixo-medieval poderia assumir destinações tão frontais e opostas. Há um limite estabelecido para a figuração dessa ideologia, com uma linguagem assumida como própria, que se desenvolve até as posições tomadas a favor da titulação régia, no caso dos escritos do infante En Pere, conde de Ribagorça,²³⁶ bem como dos inflamados discursos parlamentares do rei, produzidos e colecionados para sua efetiva propaganda,²³⁷ mas também pendendo a uma oposição sistemática da parte de teóricos influentes em seu tempo, como o franciscano Francesc de Eiximenis, que assume uma noção bastante divergente do estatuto e dos limites do poder real.²³⁸ Secundados por um mesmo repertório de noções institucionais –a erudição dos textos bíblicos, a postulação escolástica, e por fim os fundamentos corporativos frutos dos debates jus-teológicos– esses “ideólogos” medievais compuseram seus planos de mundo, manejando uma valorização de subclassificações que receberam grande influência desde o ambiente cortesão-palatino,²³⁹ de um

assistente, acessório em algum sentido, para a delimitação dos campos de atuação normativa nos representados das assembleias catalãs.) Assim, o espólio legado por esta tradição –enfeixado por um recorte cronológico bastante extenso, nomeadamente dos séculos XI ao XIII– faz-se indissociável da paisagem política delineada nos anos terminais do reinado de Pere *el Cerimoniós*, os quais, revelar-se-á logo, caracterizam a instância decisiva nos assuntos-chave da história política catalã e inter-relacionados à história hispânica da segunda metade do século XIV.

²³⁶ *Tractatus de vita, moribus et regimine principum*. VALLS, Ferran (ed.). **Estudis Franciscans**, nº 37, Barcelona, 1926, pp. 432-450. E para um detalhamento crítico, consultar um estudo recente in: BEUCHAMP, Alexandra. *De l'action à l'écriture: Le De Regimine Principum de l'infant Pierre D'Aragon (V. 1357-1358)*. **Anuario de Estudios Medievales**, vol. 35/1, Madrid, 2005, pp. 233-270.

²³⁷ CAWSEY, Susan. **Reialesa i propaganda**. L'eloquència reial i la Corona d'Aragó, c. 1200-1450. Trad. Marta Cedro. València: Publicacions Universitat de València, 2008, especialmente o capítulo quinto, “*Pere IV i els seus fills: l'apoteosi de la predicació reial*”, pp. 97-126.

²³⁸ Francesc Eiximenis. **Regiment de la Cosa Pública**. MOLINS DE REI, Daniel (ed.). “Els Nostres Classics.” Vol. XIII. Barcelona: Editorial Barcino, 1927.

²³⁹ De todo modo, o desenvolvimento de uma etiqueta cavaleiresca, e de valores disciplinares gestados pela tradição clerical (e dentro desta, a regra monástica), foram encaminhados a um ideal de *curialitas* que, como fundamento racional de toda educação espiritual, se destinava ao privilegio e ao serviço da *res publica*. Ao mesmo tempo, é verdade, aprofundavam-se os códigos sociais em circulação e as fórmulas de conduta portantes desse conhecido repertório institucional –e que permite comparar *curialitas*, *courtoise* e *cortesia* com significativas aproximações–. Cfr. ROMAGNOLI, Daniela. *Cortesía nella città: un modello complesso*. Note sull'etica medievale delle buone maniere. **La città e la corte**. Buone e cattive maniere tra Medioevo ed Età Moderna. Milano: Guerini, 1991, pp. 36-41.

lado, e das correntes predicantes da Ordem de São Francisco que a seu turno defendiam.²⁴⁰ Ao final, eles se apoiavam em argumentos instruídos num plano comum –*um plano originário*–, no qual seus preceitos se combatiam até pleitearem a imposição de um novo parâmetro de inteligibilidade institucional, sabendo que o vencedor controlaria o repertório e, por força, a própria classificação das categorias.

Aqui surge a necessidade de detectar com precisão os ambientes que esses embates podiam frequentar e se desenvolver à articulação minimamente estável que consolida o discurso institucional. Passa-se toda a problematização da análise pela formação de bases coerentes ao destacamento desse plano comum. É mediante a apuração dos enfrentamentos parlamentares que essas bases enunciativas são dispostas entre os estamentos catalães e a figura do rei, onde este aparece ansioso por capturar expedientes políticos e fiscais para sua base infraestrutural. O tensionamento desses vetores há de garantir a perpétua discussão sobre a titularidade mesma do rei em um território que se encontra unido pela anômica condição de *Principatus Cathaloniae* e não, como se conviria ao fundamento óbvio de tal titularidade, a de *regnum*.²⁴¹ Ainda que seja exagero insistir nos embaraços legais enfrentados pelo monarca e por seus juristas,²⁴² é bem verdade que essa ausência de fundamento institucional serviu para custodiar as repetidas rebeliões de seus súditos e do mesmo modo neutralizar a imposição de um mecanismo fiscal permanente sob o controle da Casa Real.²⁴³

Entra em causa a discussão de um limite necessário para as vigentes demandas reais e o destacamento oposicional entre os pólos que operam essas mesmas demandas. Através do desdobramento dos eventos históricos trecentistas, essas oposições modulam o resultado concreto de um regime monárquico sitiado dentro de sua própria debilidade política, e será essa limitação

²⁴⁰ TODESCHINI, Giacomo. Mercato medievale e razionalità economica moderna. **Reti Medievali Rivista**, nº 6, Firenze, 2006/2. Disponível em: <www.retimedievali.it>.

²⁴¹ A designação oficial de um Principado aparece pela primeira vez em 1350, já sob Pere III, com a publicação de uma pragmática aplicável a todo o *Principat de Catalunya*. Posteriormente, a titulação torna-se comum em outras documentações chancelares. Cfr. ABADAL, Ramon. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, p. 63.

²⁴² Abadal, por exemplo, insiste numa discriminação acurada entre a titulação *pessoal* e a titulação *institucional* dos monarcas catalães, a quem se destina um privilégio meramente nominal –“*és el senyor rei per raó de la seva persona, però no pas com a sobirà de la terra*” (Idem, *ibidem*, pp. 62-63)– até o extremo absurdo de transformar-se *num reino sem rei, e num principado sem príncipe*. Todavia, essas valorizações resultam num exagero que tende a explicar a “*fallada bàsica constitucional*” de um futuro estado-nação para a Catalunha, onde vige certa incapacidade para se considerar o contraste com os momentos nos quais o poder monárquico era suficientemente vigoroso para desbaratar esses mesmos empecilhos jurisdicionais. Cfr. GAY I ESCODA, Josep Maria. La cració del dret a Corts i el seu control institucional de la seva observança. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 86-96. E sobre as crises enfrentadas pelos reis aragoneses e seus conflitos jurisdicionais, (cfr. SABATÉ, Flocel. La pena de muerte en la Cataluña bajomedieval. **Clío & Crímen**: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 4, 2007, pp. 117-276).

²⁴³ SÁNCHEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d’Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**. Trad. Marita Viscarro. Barcelona: Eumo Editorial/Universitat de Girona/ Estudis Universitaris de Vic, 1995, pp. 119-131.

do exercício do poder soberano que leva a historiografia romântica catalanista a rotulá-lo pelo emblema do “pactismo”.²⁴⁴ A ascensão de um discurso da realeza, convalidando o liame ambivalente da *autoridade* e da *autenticidade*, permite à onipresença do controle instituído num vértice indentitário aparecer como razão fundante da corporação civil, a cuja universalidade o *regnum* pretende impingir. A contundência de um discurso fragmentário, e que nesse viés passa a anunciar o *pactismo* institucional como virtude histórica, ganha a sua relevância e seu espaço sobretudo pela falta de um poder efetivo do monarca ante o espaço jurisdicional que pretende subjugar. É a partir do momento em que faltam outros recursos de coerção direta que o flanco da retórica legitimante sofre seus ataques mais graves. A insistência ativa feita pelo rei Pere III aos seus estamentos reunidos em cortes alia justamente esse argumento; argumento que vindicava neutralizar, através de uma eloquência poderosa, a restrita dimensão de seus mecanismos de comando. A voz renitente do monarca fala em nome de uma teoria do poder sagrado dos reis medievais, da verticalidade desse poder e da divina designação que o assiste enquanto plano supranatural de predestinações. É neste sentido mais preciso que se fizeram declarar os reis de Aragão, “*como no sia dubdo los súbditos seer menores del seynnor, e assí ellos no puedan jutgar su maior ni ordenar alguna cosa sobre él, antes los sotzmesos an a seer jutgados por el senyor e an a obeir e seguir sus mandamientos*”, certamente porque debaixo de todo o pavilhão das vontades dos membros da sociedade, estava o rei, encarnando o bem comum e todos aqueles em nome dos quais lhe cabia proceder “*a servey de Déu et profit et bon estament de la terra*”.²⁴⁵

Isto não impõe que em seu aparato de grandeza dinástica haja uma *concentração* da enunciação identitária sob a voz altissonante do Casal de Aragão. Dentro dessa “comunidade de falantes” —e isto não deve ser esquecido jamais— preside a vontade dos jogos políticos de grupos sociais distintos, que tendem à autoconservação de elementos jurídicos locais frequentemente díspares entre si. Por outro lado, parece lícito apreender na essência do discurso soberano o cabimento de forças resistentes que conseguiram criar definitivos obstáculos mediante seu potencial descentralizador. A compreensão desse desenvolvimento político leva em conta o registro histórico da própria Coroa aragonesa como fenômeno concreto. Essa fragmentação assaz generalizada é muito bem ilustrada pelo antagonismo entre os seus principais territórios desde os anos de Alfons *el Cast*, evoluindo para um oposicionismo delicado. Assim a acentuada separação institucional entre Catalunha e Aragão conheceu maiores aprofundamentos ao longo do século XIII, ao ponto de impor um intrasigente divórcio de seus estratos nobiliáquicos, e notadamente,

²⁴⁴ SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 13, 2000-2002, pp. 255-282.

²⁴⁵ Cit. in: SABATÉ, Flocel. **La época medieval**: administración y gobierno, pp. 325-326.

levar a um *anticatalanismo* da parte dos barões aragoneses.²⁴⁶ Bem por isso que, sem adiantar demais as coisas, passo a um último exemplo possível nessa abstração: o repertório daquilo que dá corpo aos discursos jurídicos da Catalunha baixo-medieval contém a centelha de pertencimento, e dentro dele, clivagens de pertencimento instituindo a dinâmica que recupera discurso e ideologia (que poderia, *grosso modo*, fixar o plano de representações eminentemente teórico daquela sociedade histórica) até os vértices de uma vontade política generalizante.

Essa situação se torna mais clara com as rebeliões unionistas no reinado de Jaume I, e se agravam com profundidade durante os tentes de Pere II na disputa contra a Casa d'Anjou pelo trono siciliano. Ao reclamar a continuidade do extinto ramo Hohenstauffen, o rei aragonês se opusera ao conúbio formado pela principal linhagem ducal francesa e o pontífice romano e acabara por assumir um embate que, internamente, faria agravar ainda mais as suas diferenças com seus principais vassallos, tanto aragoneses quanto catalães, demasiado insatisfeitos com a projeção régia ao Mediterrâneo. Após o embargo excomungatório de Martinus IV e a ameaça de invasão angevina à Catalunha, o rei encontra em seus burgueses catalães a adesão aos seus propósitos, mediante uma série de “constituições” definidas nas Cortes de 1283 que garantiram um mínimo apaziguamento entre os nobres catalães, desde então retirados do alcance régio.

O incremento avançado na zona mediterrânea fora apoiado assim pelos enriquecidos estratos urbanos, que continuaria sob Alfons II, Jaume II, e mesmo com Alfons III pela busca de um predomínio estável do comércio catalão. Tendo mantido as Baleares presa ao monopólio do principado, esse predomínio continuou a definir-se com a permanente presença da dinastia barcelonesa em Sicília e no controle direto do reino de Sardenha pelos reis de Aragão. Por trás disso se perfilava cada vez mais a influência catalã contra um desejo firme dos aragoneses pela expansão em terreno ibérico. Ainda, e com um caráter especial, parece pesar sobre essas vocações o cadinho de arrolamentos institucionais que se diferenciavam em “*sistemas de distinta*

²⁴⁶ Eis, sem dúvida, uma colocação arriscada de se propor. Mas ela não vale a insistir, ou quiçá, adiantar, um *catalanismo* estrito ao qual se opusessem os aragoneses. O que se pode supor, ao contrário, é um cenário de interesses estratégicos marcados por divergências profundas. Na apenas por isso, a aversão aragonesa também encontra motivos na falta de solidariedade dos barões catalães às episódicas ofensivas contra o poder monárquico. No longo período de conflitos do intervalo 1283-1289, lembra-o José Luis Matin, “*los aragoneses afirman, sin lugar a dudas, que los catalanes son para ellos extranjeros, y llegan a amenazar con elegir un nuevo Rey, con separarse de los demás reinos de la Corona*” (MARTÍN, José Luis. **Historia de la Corona de Aragón**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2002, p. 128). Para conter os nobres descontentes, Pere *el Gran* confirma à largueza os “foros e privilégios e liberdades” dos poderes senhoriais de Aragão e aceita as taxativas restrições contra a presença de catalães nos assuntos do reino. Essas restrições infudem uma generalizada obstrução destes, e mais tarde impediriam – a exemplo do que se passa com Hug d'Anglesola nas Cortes de 1381, em Saragossa – que catalães tomassem assento nas reuniões de cortes por sua condição de “estrangeiros”. Assim que “*los bracos de la dita Cort pronunció el dito mossen H. d'Anglesola, en nombre propio ni como tutor e curador de suso dito no poder ni dever seyer en las ditas Cortes, e mandó que aquel exir de aquellas*”. In: **Cortes del Reino de Aragón (1357-1451)**. Extractos y fragmentos de procesos desaparecidos. SESMA, Àngel. SARASA, Esteban (eds.). Valencia: Ed. Anubar, 1976, p. 81.

naturaleza”,²⁴⁷ que mais tarde se sedimentariam nas suas formas específicas de organização jurídica e representação nas cortes gerais. Com o reinado de Pere *el Cerimoniós* –destacando-se a sua gradual aproximação aos catalães, sem dúvida promovida pelo seu tio, o mesmo infante Pere de Ribagorça²⁴⁸–, o seguimento de uma tendência já assumida em seus antecessores leva o novo rei a conduzir um ativo programa de governo na consolidação do eixo comercial do Mediterrâneo ocidental.²⁴⁹ Assim, a própria evolução do poder econômico do principado, ajustando-se à transformação de seu estatuto jurídico perante o mosaico de poderes vigentes, torna emblemática a participação inicial dos setores burgueses na definição da expansão pretendida pela Coroa ao entrar a segunda metade do século XIV. Por razões que se descobrem em vários meios de atuação, foi essa mesma oligarquia a responsável pela guerra travada contra Gênova de 1353 até 1355,²⁵⁰ tanto quanto pelo vigoroso empenho ante as ofensivas angevinas no domínio siciliano, e pelo penoso resgate sardo, quando se desenlajara um momento de absoluta crise para estamentos catalães e os demais reinos da Coroa.²⁵¹

Seguro nesta dinâmica externa, os catalães forneceram as bases materiais e os recursos humanos e militares mais significativos na lógica expansionista; recenseando que durante a primeira metade do XIV, a região já respondia por mais da metade da arrecadação fiscal ante a totalidade dos reinos.²⁵² Além disso, contavam com a presença de uma burguesia e uma marinha mercantil que fariam a fama de sua população na ação regional mediterrânea. Os expedientes catalães muniram igualmente os elementos institucionais de suas tradições autóctones, recebidos e recodificados pelos próprios valores locais nos territórios conquistados à Coroa.²⁵³ Desta feita é que a instalação de súditos catalães nesses domínios correspondia a um tendencial planejamento hegemônico que visava obter o controle de rotas e monopólios de distribuição comercial,

²⁴⁷ SARASA, Esteban. La expansión de los reinos y condados pirenaicos y mediterráneos hasta la unión de Aragón y Cataluña: Guerra y sociedad feudal (1035-1134). In: IRADIEL, Paulino *et alii*. **Historia Medieval de la España Cristiana**. Madrid: Cátedra, 1995, p. 308.

²⁴⁸ Pere el Cerimoniós. **Crònica**, II.

²⁴⁹ BISSON, Thomas N. **The Medieval Crown of Aragon: A Short History**. New York: Oxford University Press, Clarendon Paperbacks, 1986, pp. 109-111.

²⁵⁰ FERRER, Maria Teresa. La guerra d’Arborea alla fine del XIV secolo. **Giudicato d’Arborea e Marchesato di Oristano**: proiezioni mediterranee e aspetti di storia locale, Oristano, 1997. SABATÉ, Flocel. Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña. **Revista d’Història Medieval**, nº 9, Valencia, 1998, pp. 127-149.

²⁵¹ SÁNCHEZ, Manuel. La Presión Fiscal en un Año Difícil. Cataluña, a mediados de 1374-miados de 1375. **Mayurqa**, nº 27, Revista del Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts, Universitat de les illes Balears, 2001, pp. 85-104.

²⁵² BERTRAN, Prim. Les respostes de la baixa noblesa catalana al reclam de Pere el Cerimoniós per anar a Sardenya (1354). FERRER, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament d’Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D’Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 1-22.

²⁵³ CRABOT, Cécile. Noblesse urbaine et féodalité: les citoyens catalano-aragonais feudataires en Sardaigne (1324-1420). **Anuario de Estudios Medievales**, vol. 32/2, Madrid, 2002, pp. 809-843.

simultaneamente à garantia de contenção das potências marítimas rivais.²⁵⁴ Em termos territoriais, isto era bem explicado pela reorganização interna da Coroa aragonesa, reanexando o reino maiorquino²⁵⁵ ao controle direto de Pere III,²⁵⁶ ou pelas notórias expectativas deste em arrebatara Múrcia aos castelhanos e assim prolongar a faixa litorânea ocidental sob seu controle. Fatalmente, importava o desbravamento dessas demarcações à segurança das frotas catalãs, construindo entrepostos, garantindo isenções fiscais dadas pelo próprio monarca, e tudo o mais que salvaguardasse a atividade empreendida pelas elites oligárquicas no Mediterrâneo ocidental²⁵⁷ para assim completar o esquema que consorciava o rei e seus súditos através de simultâneos canais. Por tais termos, já que a maior parte desses projetos foi custeada pelo principado, sobretudo pelos cofres da burguesia urbana, é sintomático ligar a pujança financeira deste grupo ao sucesso inicial das campanhas bélicas d'*el Cerimoniós*.

De outra parte, as condições momentâneas em que se estabeleciam as vilas senhoriais e régias postularam a consequente dinâmica na qual se abalaram o monarca e os seus súditos catalães. O enriquecimento das burguesias locais, baseado na especulação de terrenos urbanos e no assenhoramento jurisdicional dos entornos rurais, já desde os séculos XI e XII,²⁵⁸ elevou-os a lugares de destaque na chancelaria régia, dotando os seus grupos dos títulos e dos direitos que antes eram reservados unicamente ao usufruto nobiliárquico,²⁵⁹ ou mesmo na ocupação de ofícios estrategicamente importantes na representação soberana.²⁶⁰ Com o século XIV estas orientações já se acentuam de maneira quase irresistível no complexo de poderes concorrentes, certamente materializadas pela peculiar atitude que se ia esboçando nos reinados anteriores e que, assim, retificam a chave de singularização descrita para o território catalão. A particularidade no caso do principado ao lado das outras entidades da Coroa está patente desde o desenvolvimento de uma

²⁵⁴ VILAR, Pierre. **Cataluña en la España moderna**. Investigaciones sobre los fundamentos económicos de las estructuras nacionales, vol. I. Trad. Joaquim Sempere. Barcelona: Ed. Crítica-Grijalbo, 1987, pp. 192-216.

²⁵⁵ Pere el Cerimoniós. **Crònica**, III.

²⁵⁶ É útil adiantar que preferi titular os soberanos catalano-aragoneses a partir da numeração catalã, em detrimento da aragonesa. Há uma divisão um tanto comum entre os historiadores voltados à Coroa de Aragão sobre a indicação dos títulos reais –o que acontece independentemente de suas nacionalidades–. Entretanto, minha inclinação se deve mais a uma auto-identificação do próprio Cerimonioso, que em seus selos e documentação chancelar comumente ostentava o nome que lhe agradava mais: *Pere terç*. É pois conveniente diferenciá-lo de seu bisavô, o notável *Pere el Gran*, segundo de Barcelona e terceiro de Aragão. O mesmo vale para os monarcas Alfons I, II e III.

²⁵⁷ SOLDEVILA, Ferran. VALLS, Ferran. **Història de Catalunya**, vol. II. Barcelona: Publicacions de l'Editorial Pedagògica Associació Protectora de l'Ensenyança Catalana, 1923, pp. 180 ss.

²⁵⁸ SABATÉ, Flocel. Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña. **Revista d'Història Medieval**, p. 131.

²⁵⁹ SABATÉ, Flocel. Conflictes agraris i guerra civil a la Catalunya baixmedieval. Realitat i ficción historiogràfica. **Miscel·lània Ernest Lluch i Martín**. Vol. II. Barcelona: Fundació Ernest Lluch, 2007, pp. 400-402.

²⁶⁰ OLIVA, Anna Maria. Il consiglio regio nel regno di Sardegna. Prime ricerche. FERRER, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament D'Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 205-238.

autonomização que o faz descolar gradualmente da submissão ao cetro real, autonomização esta proporcionada pela própria política monárquica na administração regional. É neste momento que a presença de uma individualidade como a de En Pere se faz justificar: foi durante seu reinado que os domínios municipais experimentaram acréscimos consideráveis aos seus primitivos privilégios. Particularmente acentuadas, as constantes liberalizações outorgadas pelo monarca –suas “constituições gerais” e seus “privilégios locais”– beneficiaram a fragmentação, justificada pelo remanejamento de um direito antigo à reinterpretação dos enunciados dos *Usatges de Barcelona*. De um outro modo, tais liberalizações atuaram em consonância com a formação de clientelismos urbanos²⁶¹ num particular que promovera a uniformização de valores locais marcados à revelia do rei, e dir-se-ia *apesar dele, ainda que com ele*. Afinal, é quando os poderes urbanos assumem a representação régia, além dos mecanismos de seu exercício, que se revela uma continuidade dos mesmos argumentos de legitimidade que até pouco tempo eram manejados pelo cetro real com pretensa exclusividade.

Desde então, isto passa a significar que a administração régia descobriria uma diminuição de sua efetiva autoridade sobre a composição espacial do principado, promovida por suas próprias medidas ao longo de um governo projetado para a conquista externa. Há disso uma franca demonstração quando se percebe, já tardiamente, em 1392, que apenas pouco mais de um décimo do território de realengo está sob jurisdição direta do jugo real.²⁶² Essa diminuição de patrimônio territorial decorre do impulso gerado pelas campanhas bélicas e que, à falta de meios fiscais regulares, impunham a todo o momento uma necessária obtenção de expedientes financeiros que lhes sustentassem. Na captação de “recursos crematísticos”, como expressa Flocel Sabaté, delegou-se prontos privilégios às entidades municipais, uma vez que não havia muito mais a oferecer aos poderes baroniais, fortalecidos o bastante para se isentarem pouco a pouco das interpelações monárquicas:

Todo ello en unos momentos en que la nobleza se muestra suficientemente levantística como para retirar la fidelidad al monarca en repetidas ocasiones –1259, 1274, 1276– y para tener que ser reducida por las armas –1280–. Un nuevo marco de relación resta fijado cuando las cortes de 1283 sancionan definitivamente el plateamiento perfilado en las cortes de 1228, al blindar las infranqueabilidades jurisdiccionales. Se reconoce así una plena capacidad jurisdiccional baronial allí donde pueda alegarse y justificarse aunque solo sea

²⁶¹ Esses clientelismos eram compostos pelo progressivo assenhoreamento de vilas urbanas sobre os espaços de marcos rurais, no qual uma cidade tomava para si a tutela jurisdiccional de verdadeiros “entornos” populacionais, compondo uma figura de direito que as fontes medievais denominam *carreratge*. Cf. SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. **Clío & Crímen**: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 3, 2006, pp. 209-304.

²⁶² SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 25, II, Barcelona, 1995, p. 663.

mediante invocar una contrastada tradición, sin que el oficial real pueda ni siquiera penetrar en el territorio.²⁶³

Por outro lado, havia a contraparte do avultamento burguês, com o reconhecimento das oligarquias urbanas mediante o crescente enriquecimento de seus grupos e um estatuto jurídico diferenciado. Nestes privilégios dispensados aos municípios promovera-se o endurecimento das identidades regionais, que, ao se voltarem para o rei, procuram nele apoio debaixo de seu estandarte para a segurança de suas bases locais, arregimentando com isso o raio de respectivas capitalidades jurisdicionais. Foi sucessivo o acesso do estamento burguês ao domínio territorial —enrobustecido desde o XIV pela titularidade de direitos senhoriais²⁶⁴— que, seguro nesta posição, passara a frequentar as altas esferas de influência na condução da política régia e com nítidas recorrências ao decisionismo institucional no âmbito das cortes.

Tomando em conta essas demarcações internas, tem de se mirar o painel exterior que se lhes concorre. Em 1356, enquanto Pere III levava avante sem aparente resolução a primeira guerra contra Gênova, estourara o confronto com a Castela de Pedro *el Cruel*.²⁶⁵ A declaração formal da luta entre os reinos hispânicos era um gesto que ia contra as admoestações feitas pelo *braç reial* já nas Cortes de Barcelona, de 1355, no sentido de não sobrecarregar os territórios da Coroa com mais de uma frente inimiga.²⁶⁶ E do mesmo modo, não descurar as razões que deveriam manter a atenção do soberano na eminência representada pela supremacia catalano-aragonesa no Egeu. De qualquer forma, amparado pelos nobres aragoneses que viam na expansão intra-peninsular a verdadeira vocação do reino,²⁶⁷ e após conseguir um armistício temporário com os genoveses, o conflito com Castela se fez seguir provando-se talvez o maior desacerto bélico empreendido no reinado d'*el Cerimoniós*. Para alentar suas frentes contra *el Cruel*, o rei aragonês teve de sacrificar a maior parte de seu próprio tesouro, solicitar sucessivos donativos de seus súditos, sobretudo na Catalunha, onde recorria principalmente aos braços eclesiástico e real, além de abrigar milícias mercenárias das *compagnes* francesas trazidas por Bertrand Du Guesclin e Enrique Trastámara, que se compraziam em saquear seu próprio anfitrião a espera de que lhes saldasse o estipêndio à

²⁶³ SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 13, 2000-2002, pp. 255-282, pp. 19-20.

²⁶⁴ *Idem*, Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña. **Revista d'Història Medieval**, p. 132.

²⁶⁵ Pero López de Ayala. Crónica del Rey Don Pedro I. **Las Crónicas de los Reyes de Castilla**, VII.

²⁶⁶ Esta posição é reiterada nas Cortes de Perpinyán de 1356, revelando a contundente intervenção do estamento real na direção política adotada por En Pere: “*el monarca debe buscar una paz honrosa con Génova; no debe pedir ayuda a los súbditos mientras tenga naves y hombres al servicio del monarca francés que ha contratado unas y otros por cuatro meses; en ningún caso deberá entrar en otra guerra mientras dure la de Génova y, por último, si quiere el Reino le ofrezca una solución definitiva deberá reunir Parlamento general de todos sus reinos.*” MARTÍN, José Luis. La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, p. 149.

²⁶⁷ ZURITA, Jerónimo. **Anales de la Corona de Aragon**, IV, §§ *passim*.

invasão do reino castelhano. Não bastassem essas onerosidades, uma onda de peste assolou enormes frações da península ibérica, impondo um sério decréscimo demográfico nos dois lados da guerra, embora esta afetasse muito mais os territórios da Coroa de Aragão, com uma população já numericamente menor.²⁶⁸ Ante a mortandade trazida pela peste, seguiu-se a natural diminuição nas arrecadações de diferentes proveniências (nomeadamente, impostos sobre o trigo, os tecidos de lã e a gabela de sal etc.), impondo um perigoso encolhimento das mesmas receitas fiscais que permitiam a manutenção do estandarte régio nos postos avançados da Coroa catalano-aragonesa.

No final da guerra, em 1365, o dano econômico trazido aos reinos foi de tal ordem que Pere III teve de aceitar, ainda que parcialmente, uma considerável restrição de suas ambições expansionistas. Isto o levou a acatar as novas limitações dos estamentos catalães em acordo às condições interpostas para concessões de futuros donativos, que incluíam o próprio comprometimento real na desistência definitiva dos assuntos castelhanos e o desembaraçar-se de tudo que não afetasse a própria soberania dos reinos sob o domínio do rei.²⁶⁹ Porém, a julgar por estas determinações e pelo assentimento dado na ocasião, o que as correspondências da sua diplomacia secreta revelam –firmadas com o selo de pureza ou *segell secret*, de En Pere com John Lancaster no período de 1369 a 1372,²⁷⁰ e com o rei Fernando I de Portugal²⁷¹ – é a firme expectativa mantida pelo soberano em obter vantagens concretas da deposição de Pedro *el Cruel* e do fracionamento dos territórios castelhanos. Assim mesmo, a limitação de recursos financeiros inviabilizava qualquer investida concreta que se pretendesse tomar, deixando o monarca, desta vez mais do que nunca, coligado aos interesses imediatos dos partidos internos que ainda se dispuseram dar seu patrocínio.

A colocação de um cenário político no qual a crise é endêmica, e seu rei tem de ocupar a posição de personagem despossuído de recursos próprios, fez com que a balança de dependências se inclinasse em favor daqueles que dispunham dos meios concretos e que passam a controlar

²⁶⁸ GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media**. Siglos XI-XIV. Trad. María José García Vera. Madrid: Alianza Editorial, 1997, p. 233. E com um detalhamento mais satisfatório in: ABADAL, Ramon d'. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, pp. 15-31, de onde se remete ao *Censo ordenado no tempo do rei Cerimonioso*. Cfr. **Censo de Cataluña ordenado en tiempo del rey Don Pedro el Cerimonioso**. BOFARULL, Pròsper de (ed.). Col. de Doc. in. del Archivo General de la Corona de Aragon, vol. XII. Barcelona, 1856.

²⁶⁹ Para tanto, ver os acordos celebrados mediante os donativos outorgados nas cortes celebradas entre 1364-1365 nas cidades reais de Barcelona-Tortosa, reconvocadas em novas cortes gerais no final daquele ano para tratar a sua regulação e os termos do arrecadamento. **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**. SÁNCHEZ, Manuel. ORTI, P. (eds.) Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1997, pp. 263-328 e 331-391.

²⁷⁰ Cfr. Missiva de 1º de Janeiro de 1372, depositada no *Arxiu de la Corona d'Aragó*, (reg. 1234, fl. 47). Publicada in: RUSSELL, Peter. **A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos**. Trad. Maria Ramos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000 [1ª edição inglesa de 1950], pp. 594-595.

²⁷¹ ZURITA, Jeronimo. **Anales de la Corona de Aragon**, IV, § XXII.

alguns dos dispositivos mais significativos na lógica interna do poder. Aqui aparece com preeminência as negociações mantidas pelos processos das cortes e dos parlamentos catalães, estes processos indicam um conjunto determinado de interesses concorrentes entre os agenciamentos políticos à luz da crise financeira, depois agravada como crise institucional. Dentro delas se agrupam algumas importantes variáveis que delinearão a dinâmica do principado da Catalunha desde suas instancias e sua constituição política no desembocadouro cronológico baixo-medieval. Também, a discussão em torno a titularidade jurisdicional era um tópico bastante emergente nas disputas cristalizadas entre o soberano e seu braço real.²⁷² A seu turno, o discurso institucional se tonifica mediante as colocações assumidas segundo os marcos de solidariedade local e o novo perfil, assumido pela gestão burguesa, de uma integralização territorial que impunha a coesão do território sob o primado da titularidade dinástica barcelonesa.

A suscetibilidade do monarca tornaria-se “virtude cívica” pelas mãos dos historiadores oitocentistas, que a definira em diversas ocasiões pelo bem conhecido enlace pactista.²⁷³ Como elaboração primária, o *pactismo político* repousa sobre a noção que subjaz a de fragmentaridade dos mecanismos normais de controle jurídico para cada um dos territórios dependentes. Neste complexo, ele pode ser definido em comparação com os diferentes processos de centralização desenvolvidos em outras unidades monárquicas da península ibérica,²⁷⁴ sendo o seu aquele em que os regimes locais preexistentes são preservados e a sua adesão ao núcleo de comando central depende da solidariedade e da vinculação à potestade monárquica, fornecendo uma integração mais flexível e que comporte a dispersão das entidades de controle e representação centrais. Cada unidade forjava seus sistemas de representação perante o soberano, adotando nas cortes, geralmente, a separação estamental conforme os *braços* refletidos nos grupos vigentes: nobreza, corpo eclesiástico, e oligarcas urbanos. Assim, sua adesão era virtualmente negociada nos pleitos e nos capítulos das cortes, emitindo os regulamentos que regeriam particularmente cada unidade política da Coroa: é pelo respeito a essas unidades que se mantinha a relativa harmonização de conjuntos jurídicos diferenciados, próximos unicamente pela integralidade do soberano aragonês.

Evidentemente, essa definição é meramente instrumental e muito falha do ponto de vista interpretativo. Peca pela velada celebração da harmonia e pela insistência feita no equilíbrio havido entre as capitalidades jurisdicionais, com as quais se forja um consenso de resto bastante

²⁷² SABATÉ, Flocel. La pena de muerte en la Cataluña bajomedieval. *Clío & Crimen*: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 4, 2007, pp. 117-276.

²⁷³ SABATÉ, Flocel. Oligarchies and Social Fractures in the Cities of Late Medieval Catalonia. ASENJO-GONZÁLEZ, María (ed.). **Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society**. Studies in European Urban History. Turnhout: Brepols, 2009, pp. 25-27.

²⁷⁴ BISSON, Thomas N. The Problem of Feudal Monarchy: Aragon, Catalonia, and France. *Speculum*. A Journal of Medieval Studies, vol. 53, III, The Medieval Academy of America, Massachusetts, 1978, pp. 460-478.

inacreditável. Por trás dela viceja o ideal patriótico ferido que a elegeria como lugar de honra dentro de sua história constitucional. Essa disposição encanecera o repertório do medievalismo e traçara os temas institucionalistas segundo as figuras do mote historiográfico tradicional.²⁷⁵ Este destino é comumente adotado na abordagem das dinâmicas políticas travadas pelas cortes medievais catalãs –e de um idêntico modo, ele acaba por determinar todo o sentido de seu discurso institucional mediante a ordenadora convergência de uma identidade histórica–.²⁷⁶ Aqui é preciso lançar atenção a esses detalhes, e destravar os usos mais específicos que talvez ajudem transcender os sentidos reconhecidos na paisagem histórica do principado. É com esse propósito que inicio a filiação de minhas reflexões, e posso mais uma vez focalizar esses recalques fazendo vir à tona precariedades mais graves. Ao matizar o jogo empenhado no centro dos nossos debates historiográficos, o *valor* do discurso institucional medieval oferece sua réplica.

Os limites contextuais que busquei adiantar se revelam úteis para demonstrar tal valor. Neles se constrói o espaço onde se coloca a decomposição analítica, onde o coletivo de pensamento pode aparecer de modo vívido através de um latente discurso institucional. E assim, a proposta de investigação se revela em si mesma, ao articular o contexto e a forma de um objeto “menos instável” (eis o significante do seu discurso, agora empregado como aporte de um valor à representação cognitiva). A abertura de um definido espaço político permite capturar esse coeficiente institucional de um coletivo de pensamento. Finalmente: propor a adoção de uma teoria do pensamento institucional, tal como a adoto e a modifico sempre que conveniente, não pode permitir que os sujeitos históricos se subordinem pura e simplesmente às coerções de um determinado estilo de pensamento. Nem, tampouco, que essas delimitações tragam consigo categorizações inflexíveis de uma tipologia social que, no fim, tenha de se mostrar tolamente obtusa no momento de arrolar algumas conclusões gerais. Sugerir uma e outra coisa seria aceitar a ociosa pecha do determinismo social, e não é disso que se tratará a seguir. Isto não pode levar à presunção de que o coletivo de pensamento aniquile qualquer caráter individual –ou mesmo, a de que uma tal percepção do indivíduo seja inoperante ou inválida–. Tampouco, poder-se-ia propor através desse coletivo a imagem de um mecanismo fixo, inexorável, a jazer plantado sobre as

²⁷⁵ CREIXELL, Joan. FERRÉ, Xavier. Revista *La España Regional*. Un exemple de la historiografia romànica. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 97-103.

²⁷⁶ LALINDE, Jesús. Las cortes y parlamentos en los reinos y tierras del rey de Aragón. **Aragón: historia y cortes de un reino**. (Palacio de la Aljafería, 23 abril-23 junio 1991). Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza, 1991. GAY I ESCODA, Josep Maria. La creació del dret a Corts i el seu control institucional de la seva observança. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 86-96. BISSON, Thomas N. Celebration and Persuasion: Refletions on the Cultural Evolution of Medieval Consultation. **Legislative Studies Quartely**, n° 7/2, Comparative Legislative Research Center, 1982, pp. 181-204.

condições da vida social de nossas culturas históricas.

* * *

Ao contrário do plano inicial que se tinha em mente, optou-se por uma redução do recorte cronológico em razão do material de fontes que preenchem o período relativo às cortes catalãs de Pere *el Cerimoniós*. Essa opção se justifica por uma causa meramente operativa da coleta documental.²⁷⁷ Tratando-se de uma empresa que impõe o levantamento de pelo menos duas diferentes espécies de fontes –a saber, aquela parte correspondente à própria documentação curial e à parte do conjunto jurídico recebido pelas tramitações entre os estamentos e o rei–, preferiu-se selecionar o material pertinente ao período final, quando já se via amadurecida a natureza das intervenções de cortes no reinado do Cerimonioso. Essa restrição levou-me logo a escolher a derradeira reunião, certamente uma das mais intensas e reveladoras do panorama histórico-institucional do principado, e que permite detectar as linhas fundamentais da interpretação que se está a propor, garantindo com toda pertinência uma especificidade e um desenvolvimento prático ao seu aprofundamento. São estas as Cortes Gerais sediadas em Montsó, em 1383-1384, convocadas por razão de um tema principal: o urgencial pedido de apoio que Pere *terç* intentava levar às repressões contra o insurgente reino da Sardenha.

²⁷⁷ O material selecionado para o estudo dessas cortes parte da centenária publicação da *Real Academia de la Historia*, onde está a documentação contida em seu volume quarto. É amplamente reconhecido no meio especializado as limitações apresentadas na coletânea documental publicada por Fidel Fita e Bienvenido Oliver (UDINA, Frederic. **Guía histórica y descriptiva de la Corona de Aragón**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1986, pp. 221-224). Faltam a ela muitos itens importantes que foram mantidos ociosos no *Arxiu de la Corona d'Aragò* (ACA) e que dão conta de memoriais, capítulos de donativos, livros de contas dos *albarans* do mestre racional e processos de agravo interpostos, no caso aragonês, pelo Justicia ou por seu homólogo catalão ante a *Casa Reial*. Entretanto, procurei matizar estas lacunas da documentação parlamentar com outras mais recentes, felizmente levadas a cabo pelos editoriais da *Generalitat de Catalunya*.

Nomeadamente, apresenta-se a série de donativos organizada por Manuel Sánchez e Pedro Ortiz registrados num período dilatado, de 1288 a 1384, e que abrangem portanto as últimas capitulares do reinado de Pere III: **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**. SÁNCHEZ, Manuel. ORTI, Pedro. (eds.) Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1997. E no caso da Corte Geral de Montsó, conta-se com uma nova publicação do mesmo trabalho editorial: **Cort General de Montsó: 1382-1384**. Text en català i llatí. SANS, Josep Maria *et alii* (ed.). Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1992. Finalmente, cabe indicar um projeto recente iniciado pelo *Ayuntamiento de Aragón*, que publicara até o momento dois volumes com as respectivas cortes do reinado de Pere *el Cerimoniós*. Desafortunadamente, ambos volumes não foram consultados antes da conclusão deste levantamento, restando embora a oportunidade de reparos futuros.

PARTE I.**O MARCO JURÍDICO MEDIEVAL E A PAISAGEM INSTITUCIONAL CATALÃ**

1. A FORMAÇÃO DO DIREITO MEDIEVAL E OS VÍCIOS DA RETÓRICA FILOGENÉTICA DO ESTADO

Se o Estado de Direito se inscreve na exigência de pôr barreiras contra a força transbordante e tendencialmente incontrolável do poder (um poder terrível e ameaçador, mas ao mesmo tempo indispensável para a fundação e a manutenção da ordem); se o Estado de Direito é a expressão da confiança que os indivíduos, acossados pela força numinosa e arcana do poder, repõem no direito, na norma objetiva, como um dique capaz de frear ou, de qualquer modo, de regular a energia desordenada e transbordante da soberania, então o seu horizonte de sentido se coloca em um cenário temporal extremamente amplo, que inclui tanto o mundo antigo quanto a cultura medieval.

Pietro Costa. *Lo Stato di Diritto*.²⁷⁸

1.1. O elogio romanista: o “*ius est ars boni et aequi*” e a ficção da ordem jurídica

O aparecimento histórico do estado como invenção teórica, como exercício emulado pela tradição de pensamento político ocidental, é desde seus primeiros dias –estejam eles onde estiverem– um triunfo da ficção abstrata do direito. E, talvez por excessivo apreço deste último, o estado se converteu em continuidade imaginária de seu plano ordenamental de projeções. O estado pertence ao direito, e por assim, aos seus *juristas*, do mesmo modo que Saturno engendrou Júpiter, refletindo nesta paternidade a emblemática contraposição de amor e aniquilamento da narrativa teogônica. Assim a crença do jurista em seu sacerdotal ofício, que para avante estancia a colocação de um regramento entre este deus e seu povo, a sociedade que como um todo integra os largos membros do titã. Essa crença é a mesma que lhe permite insistir, seguro numa evidência fundante da ordem, de que a sociedade pereceria sem o regramento complexo e sua racionalidade de pendor universalista. A sociedade necessita do direito, dirá o jurista; e convicto disto, pode finalmente celebrar a confiança no mote de Ulpianus –*Ubi societas, ibi ius*–.

Retendo um pouco mais a metáfora, invertem-se os papéis. O estado encarna Saturno, o devorador de tudo. E nesta sanha, ele incorpora todas as coisas, o tempo, o espaço, a consciência e a própria história. A mesma mó que lhe deu o impulso inicial, *a ficção da glosa*, esse insuperável jogo de invenção de sentidos, conquistar-lhe-á todos os reinos e a segura base de seu arrancamento. Seu poder abrasivo é tão forte, que tudo que por ele for tocado assimilará a

²⁷⁸ COSTA, Pietro. Introdução. In: COSTA, Pietro. ZOLO, Danilo (orgs.). **Estado de Direito**. História, teoria, crítica. Trad. Carlos Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 99.

substância de uma verdade, verdade subversiva e convergente, instituidora da coerência aplacada pelo próprio sistema lógico que opera. O jurista, então pontificado pela intermediação dos seus mistérios, ritualiza a existência desse poder e lhe constrói um corpo perfeito segundo os elementos da retórica que se empenha para a harmonia de uma realidade potente. Seu trabalho segue a invenção do gênio medieval sobre a manipulação das ficções para o encaixe de dizeres e desejos filtrados de toda incompatibilidade e imperfeição. Quando consciente dessa progênie, ele celebra a feliz inventividade de seus fundamentos, e compungidamente mira o espírito de Accursius desde sua primeira glosa, essa “*gloria del mondo civile... dove operò il fascino della ‘ratio scripta’, i suoi predecessori si ammaestrarono nell’arte del buono e dell’equo*”.²⁷⁹ Mui retamente, autorizado pelo seu posto de privilégio, o ofício que manuseia e que incorpora expressa-se nas alturas de uma antiga leitura do *Digesto*, a mesma que titularia seus ocupantes com o significativo nome de *sacerdotes iustitiae*.²⁸⁰ O recalque do jurista se encerra claramente nesta invocação, e assim convém que, ao nutrir a grandeza de sua criatura, eleve-se o papel de seu ministério.

A naturalidade com que essa convicção penetra o ideário do jurista comum permite que se apregoe, e já livre de maiores constrangimentos, umas declarações imponentes como a que destaquei nesta epígrafe. O livro bastante recente “*Lo Stato di Diritto*”, dirigido por Pietro Costa e Danilo Zolo, alinha trabalhos de diferentes teóricos para a destinação comum de uma mesma ideia. Mais uma vez, a convicção soa tão alto que não se percebe mais nada. Todas as ferramentas do investigador, presciente da seta que fora lançada, tendem a caminhar num só acordo sobre o caudal de motivos, estruturas e vontades fatalmente combinados para um mesmo produto histórico. Assim, isso que o jurista vê não passa de um processo arbitrário e embusteiro da instituição social, necessário contudo por seu comprometimento “*indispensável para a fundação e a manutenção da ordem*”. Em nome desse mesmo comprometimento impõe a liberdade de justificar sua presença não apenas num lastro espacial totalizante –uma totalidade que vai do território ao controle subjetivo das consciências²⁸¹–, mas num espectro temporal especialmente largo, onde o estabelecimento de seu “horizonte de sentidos” tenha todas as garantias da sua perpetude espiritual. Desta maneira, a partir da cilada engendrada pelo jurista, todos os homens

²⁷⁹ CALASSO, Francesco. **Introduzione al Diritto Comune**. Milano: Giuffrè, 1951, p. VIII.

²⁸⁰ E sobre esta passagem (*Digesto* I.1.1), aparece Accusius na *Glosa ordinaria* –gl. *sacerdotes*– que preclara a sacralidade da lei e passa à irresistível comparação entre aquele que concede a penitência, o prelado em sua dignidade espiritual, e aquele que impõe a sentença em juízo, portanto sacerdote do direito: “*quia ut sacerdotes sacra ministrant et confiunt, ita et nos, cum leges sunt sanctissimae [...]. Ut ius suum cuique tribut sacerdos in danda poenitentia, sic et nos in iudicando [...]*” in: KANTOROWICZ, Ernst H. Segretos de Estado. (Um concepto absolutista y sus tardíos orígenes medievales). Trad. L. Rodríguez Aranda. **Revista de Estudios Políticos**, nº 104, Madrid, 1959, p. 47.

²⁸¹ LEGENDRE, Pierre. **Sur la question dogmatique en Occident**. Aspects théoriques. Paris: Fayard, 1999, pp. 209-234.

vivenciariam esse mesmo desejo, como formigas de uma grande comunidade que trabalham pela destinação lógica desse construto institucional que apenas a iluminação dos tempos completaria. A estratégia fora tão bem montada, e a continuidade de seu discurso elaborado de tal forma, que tudo parece convergir para uma das raízes do ubíquo gérmen estatal.²⁸² Num momento, tudo foi feito, e tão bem feito, que venceria a poderosa impressão de que o estado estivesse ali o tempo todo, apenas esperando a *revelação*.²⁸³

A crença reflete uma esperança, e como crença, acaba por conquistar outros adeptos, envolvidos decerto pelo potencial de sua convergência. A instituição ordenamental possibilitada pela ideia da congregação estatal reflete o interior de um desejo restaurador, um desejo individual e profundo, mas que se assoma em si mesmo e ganha a dimensão da comunidade imaginada. Um desejo que compartilha a mesma busca de imposição de mecânicas da natureza pelo cientista, a abstração do filósofo que desenvolve seus sistemas de pensamento a partir de uma gnosologia bem assentada e, fatalmente, chega às portas do cientista social que faz da multidão difusa da linguagem humana um todo ajambrado por toda sorte de funcionalismos sociais. Aqui o historiador concede, não sem culpa, o seu pesado tributo.²⁸⁴ Toma parte no projeto, e realinha, para o sossego de seus contemporâneos, os quadros desparelhados de umas imagens que devem ser chamadas à vista de quem olhar para trás. Compromete-se e retraça os conceitos, produz esquemas subordinantes e seleciona –talvez, à maneira do artesão de Marc Bloch²⁸⁵– os índices espantados de um passado que sempre nos confunde de algum modo. A história é a explicação do passado, ou quase isso. Mas uma explicação que secreta dentro de si os valores de um projeto repleto de violações. Assim toma parte a história política, toda ela, e até o que desde certa altura perde a titulação deste nome, então como aquilo que fora rebatizado para escapar ao escândalo que o emblema do político passou a revestir para a escola de alguns historiadores.²⁸⁶ Também, como se pode esperar, a história jurídica, comprometida logo à testa com seu filho bem-amado, empenhou-se tenazmente com a parábola irreverente da propaganda estatal.

Em amplo sentido, direcionar-se para a narração do estado (expectante) envolve muitos

²⁸² SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência, vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000, pp. 170-175.

²⁸³ TOSTES, Rogerio. Da categorização do Estado de Direito à crise do Estado-Providência. MENEZES, Wagner (org.). **Estudos de Direito Internacional**, vol. XVII (7º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 2009, São Paulo). Curitiba: Juruá, 2009, pp. 454-465.

²⁸⁴ A propósito, v. RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François *et alii*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007, pp. 285-288.

²⁸⁵ BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, pp. 44-45.

²⁸⁶ DOSSE, François. **A história em migalhas**. Dos Annales à Nova História. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: Edusc, 2003, pp. 105-124.

dilemas morais e uma gama de ideologias institucionalizantes que, se pelo menos não acolhem, esclarecem um pouco a complacência que embala o intelecto para um finalismo tão explícito. Em primeiro plano, a sua busca implica um sentido social compartilhado. Mais do que isso, essa busca se desdobra para um hegelianismo exagerado e tacanho.²⁸⁷ Assim, ao enunciar o sentido, constitui-se uma seta sobre o futuro irresistível da comunidade. Fala-se de um futuro compartilhado, mas futuro que apenas se torna compreensível pela existência de um passado, igualmente firme e valioso, de onde a partilha analógica atualiza o imaginário que dá aquilo que nossos etnólogos costumam chamar *identidade*. A questão é conhecida e escusarei repeti-la aqui mais uma vez. Basta recordar tudo o que foi dito de Ernest Renan até Benedict Anderson,²⁸⁸ de tudo que há de mais lúcido ao mais crasso panfletarismo radical. Importa agora lembrar os significados que de alguma forma se prendem nas palavras dos historiadores e de uma historiografia que surgiu ao mesmo tempo que os nacionalismos oitocentistas.

Rejeitada a possibilidade de uma coincidência, resta explorar os resultados acumulados por essa específica tradição histórica, já que isto não faz esquecer que o recorte, com toda sua aparelhagem teórica especializada, partilha de uma deliberação maior. Portanto, investe-se aquilo que chamo *retórica filogenética estatal*. Ela possui muitas frentes e todas convergem para uma mesma base explicativa, a que tende a reunir, por infinitos imperativos históricos,²⁸⁹ as graduações institucionais que participaram desse providencial advento político a que a filosofia jurídica exhibe, sem falsa modéstia, sob um desmedidamente poderoso “estado de direito”.²⁹⁰

Ora bem, com esses indícios pode-se começar a desembaraçar-se melhor de certas prerrogativas destinadas ao estudo do direito histórico, e, mais pontualmente, dos discursos jurídicos históricos e seu apreciado recipiente político. Assim, esses cuidados começam logo no

²⁸⁷ Num recorte manualesco, Gardner oferece uma leitura por demais simplória, e justamente por isso acessível, do sistema filosófico hegeliano. Cfr. GARDNER, Patrick. **Teorias da história**. Trad. Vitor Matos e Sá. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 71-88.

²⁸⁸ BHABHA, Homi K. **Nation and narration**. New York: Routledge, 1990, coletânea de alguns textos clássicos e contemporâneos sobre o tema, incluindo o próprio discurso de E. Renan. Consultar especialmente o artigo do próprio Bhabha, *DissemiNation: time, narrative, and margins of the modern nation*, pp. 291-319, posteriormente incluído no livro **The location of the culture**, 1998 (também, na edição brasileira: BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, pp. 198-238).

²⁸⁹ SCHAUB, Jean-Frédéric. Le temps et l'État: vers un nouveau régime historiographique de l'Ancien Régime français. **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, Università degli Studi di Firenze, n° 25, Ed. Giuffrè, 1996, pp. 127-181.

²⁹⁰ Certamente, sua universalidade é bem atestada hoje naquilo que o grande Ocidente distribui por uma rotulação confiante de suas variações nacionais e linguísticas: *État de droit*, *Rechtsstaat*, *Stato di Diritto* e, naturalmente, *Rule of Law*. E por grande Ocidente fala-se de um *Outro* cooptado, na medida em que o Oriente fez-se bastante “ocidentalizado” no tocante de suas estruturas institucionais nacionais – “soberania”, “constituição”, “direitos individuais”, “divisão tripartite dos poderes” etc., e tudo o mais que pertença ao seu vocabulário fundamental, *mutatis mutandis*, adaptado desde a Coreia do Norte ao estado pós-revolucionário do Moçambique. Cfr. BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Trad. João Ferreira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 4ª edição. Coimbra: Almedina, 2000.

que concerne ao encontro do direito romano pelos juristas em pleno século XII. O esquema explicativo retoma sempre as mesmas pontuações, justapostas mais ou menos assim: sistematização jurídica; escola dos glosadores; fusão do *ius commune* e do *ius canonicum* como aparato jurídico medieval; recepção técnica do direito romano e composição das monarquias nacionais. Complementado pelo seguinte: um direito à serviço do interesse pessoal do monarca; direito postulado por juristas e teólogos, verdadeiros justificadores e “mentores intelectuais” da supremacia jurídica e ideológica do poder real. Esse roteiro aparece de vez a vez em manuais de história do direito, e reflete o que há de mais internalizado sobre a transição histórica que permitiu, primeiro sob o Império germânico, e depois num jogo de fusionamentos entre este e o Papado, o alavancar de dispositivos propriamente elaborados para a primeira base racional do implantamento estatal.²⁹¹

É muitas vezes leviana a afirmação, posta sem muitos cuidados, de que a difusão dos estudos romanistas fora incorporado “oficialmente” pelos príncipes das monarquias medievais em formação, imprimindo a falsa noção dos contornos de uma protoburocracia estatal suspeitamente weberiana.²⁹² Lê-se claramente: “[...] *fue el jurista medieval quien hizo posible el Estado moderno como realidad técnica, por cuanto este Estado es racional*”.²⁹³ E ao lado desta racionalidade, promana a razão histórica de um “projeto” instruído por seus artífices: “*este Nuevo Derecho fue asumido por el Poder real, quien lo instrumentalizó en beneficio de su autoridad. El extraordinario auge del Derecho romano no fue, por tanto, una simple aventura intelectual sino consecuencia de una operación política fríamente calculada*”.²⁹⁴ E assim, mesmo quando essa trajetória é explicada menos maliciosamente, ela ainda peca por fazer da *recepção romanista* um fenômeno de causa-efeito um tanto inverossímil, ao fim e ao cabo comprometido com a colocação lógica do estado e a verticalidade de um concreto “edifício jurídico”.²⁹⁵ Para além desta asserção

²⁹¹ CAETANO, Marcello. **História do Direito Português**. Fontes-Direito Público (1140-1495). 2ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1985. GILBERT, Rafael. **Elementos formativos del derecho en Europa**: germanico, romano, canonico. Madrid: Manuel Horta, 1982. MITRE, Emilio. **La España Medieval**: sociedades, estados, culturas. Madrid: Istmo, 1979.

²⁹² LALINDE, Jesús. España y la Monarquía Universal (en torno al concepto de “Estado moderno”). **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, Università degli Studi di Firenze, nº 5, Giuffrè, 1986, pp. 109-166.

²⁹³ WIEACKER, F. **Historia del Derecho privado en la Edad Moderna**, 1957, pp. 187 ss. *apud* NIETO, Alejandro. **Estudios históricos sobre Administración y Derecho Administrativo**. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 1986, p. 31.

²⁹⁴ NIETO, Alejandro. **Estudios históricos sobre Administración y Derecho Administrativo**, p. 33.

²⁹⁵ “*Desde a Idade Média, pode-se, pois, dizer, o pensamento jurídico se fez essencialmente em torno do poder real. E a recuperação do direito romano serviu-lhe como instrumento de organização. No continente europeu, o poder real tendeu a um centralismo crescente, tendo sido o Direito Romano, absorvido pelas universidades, o instrumento apropriado para a centralização. Ao se colocar o rei como personagem central de todo o edifício jurídico, aparece, nessa época, um conceito-chave, que irá dominar a organização jurídica do poder: a noção de soberania [...]*.” FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2007, pp. 64-65, grifo do autor.

demasiado pobre –porém, assaz difundida pela manualística especializada–, é preciso levar em conta as razões do itinerário de cada tradição judicial, e até mesmo institucional, mas em linha de uma percepção “institucional” conforme o termo que fiz definir desde o início, antropológicamente aprimorado e já livre dos enfeixamentos normativos que amoleceram a inteligência jurídica moderna.²⁹⁶

Ademais, a saliente insistência dos historiadores sobre o direito romanista acaba por fabricar um outro aparato de compartilhamento, enraizado pelo *ius commune* enquanto verdadeiro direito comum à toda a Europa. Então a atividade empregada pelo ensino do direito, em medido compasso à instituição universitária no século XII, capitaliza a generalidade dos sistemas jurídicos europeus em nome de um caráter erudito e sobrelevado aos rudimentos consuetudinários dos ordenamentos feudais. Trata-se assim de uma forma notavelmente “evoluída” de construção do pensamento jurídico, tal como conclui John Gilissen, a qual tende a implicar uma determinada racionalização de esquemas abstratos e coerentes em si mesmos.²⁹⁷ E para patentear melhor a descoberta daqueles juristas, contrapõe-se a lógica “inaugurada” ali contra o obscurantismo das etapas anteriores, tensionando dois sistemas jurídicos distintos e caracterizados pelos designativos *irracional/racional*. Por baixo desse complexo binário, o produto aprimorado avança como um “*sistema desenvolvido e evoluído, racional e equitativo, de tendência individualista e liberal*”, e finalmente, fazendo coro aos apologistas do Ano Mil,²⁹⁸ lança o feudalismo na lixeira da anarquia e do estado de brutalidade social, útil todavia no destacamento de planos históricos que se conduz a partir desses recortes.

1.2. Umas (ir)razoáveis (des)continuidades: o estado onipresente no tempo

Sem mais, os estudos romanistas medievais são conduzidos por nossos historiadores do direito aos píncaros de um *renascimento* histórico inteiramente seu e para sempre aliado do certame institucional que envereda no advento estatal. Daí nasce, a propósito, umas específicas rupturas

²⁹⁶ CLAVERO, Bartolomé. Historia y antropologia. Por una epistemologia del derecho moderno. SALVADOR, Pablo. CERDÁ, Joaquín (coords.). **I Seminário de Historia del Derecho y Derecho Privado: nuevas técnicas de investigación** (1982), Barcelona, 1985, pp. 9-35.

²⁹⁷ GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Trad. A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. 4ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 202-207.

²⁹⁸ BARTHÉLEMY, Dominique. La mutation féodale a-t-elle eu lieu? (note critique). **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 47^e année, n° 3, EHESS, 1992, pp. 767-776.

encarceradas pela fixação arbitrária de determinadas cronologias,²⁹⁹ precipitando com a infinita coleção de pontos de partida. Um deles é exemplarmente disponível pela teoria política contemporânea quando fala de uma *libertação* da ideia individualista de equidade, motivada pelo jusnaturalismo –sobretudo aquele propugnado por Hugus Grotius–, que “rompe” em definitivo com a tradição medieval e sua precária figuração subjetiva do indivíduo.³⁰⁰ Assim aparece a tentação de estabelecer comparativos quando se lança esse jusnaturalismo ao lado de um direito natural medieval e seu particular método, o escolástico, de colação da natureza divina da sociedade.³⁰¹

A invocação das rupturas persiste, entretanto, ao lado de umas mui vigorosas continuidades e em nome das quais é possível falar de uma ramificação do parentesco estatal.³⁰² Ramificação tanto mais expandida pela divisão instituída à periodização clássica da cronologia histórica.³⁰³ E de fato, se a ruptura serve para decalcar a força do advento institucional, a continuidade das figuras políticas que compõem o imaginário jurídico-estatal presta-se a aplacar quaisquer divergências internas sobre a letigimidade de sua presença histórica. São duas estratégias coligadas por uma única voz, que fundamenta as origens míticas de um *status quo* definitivo e que dá assim corpo ao que já fora mencionado antes, a *heteronímia social*: a instituição de um *outro*, como agente criador dos fundamentos e justificativas sociais e base de aceitação coletiva da própria legitimidade das instituições.³⁰⁴ Então o discurso que naturaliza a Lei e o estado passam sob o solipsismo da *imagem inventada*, contida em segredo pela técnica dogmática e pela autoridade teológica da classificação. Destarte, a invenção da autoridade cresce e incorpora a eviterna linguagem da transferência analógica, a mesma que por sua vez integra tanto a consistência desse poder (é, assim, que a ficção jurídica moderna confere os atributos da potestade estatal, em conformidade com a ficção primitiva, a que duplica a personalidade do monarca pela atribuição de uma nova imagem, *rex imago Dei*) tanto quanto integra os rituais que

²⁹⁹ SCHAUB, Jean-Frédéric. Le temps et l'État: vers un nouveau régime historiographique de l'Ancien Régime français. **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, pp. 127-181.

³⁰⁰ COSTA, Pietro. Diritti. In: FIORAVANTI, Maurizio (org.). **Lo Stato Moderno in Europa**. Istituzioni e Diritto. 7ª edizione. Roma: Laterza, 2007, pp. 38-41.

³⁰¹ BOUREAU, Alain. Droit naturel et abstraction judiciaire. Hypothèse sur la nature du droit médiéval. **Annales. Histoire, Science Sociale**, 57^e année, n° 6, EHESS, 2002, pp. 1463-1488.

³⁰² ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Trad. Rosa Vilaró Piñol. 7ª reimpressão. Barcelona: Editorial Ariel, 2009, p. 13 [1ª edição inglesa 1964].

³⁰³ A propósito, o comentário avalizado por Schaub: “*En effet, le fractionnement en périodes se constitue en machine à repérer les changements au détriment des seulement ces fractures du discours de l'histoire sont des cottes mal taillées mais encore elles sont incapables, par elles-mêmes, d'éviter les confusions et projections téléologiques qu'on désigne sous le terme générique (et un peu vague) d'anachronismes.*” SCHAUB, Jean-Frédéric. Le temps et l'État: vers un nouveau régime historiographique de l'Ancien Régime français. **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, pp. 127-181, p. 132.

³⁰⁴ CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Seminários de 1986-1987: A Criação Humana I. Trad. Eliane Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 55.

solenizam seu mérito tradicional e sua continuidade temporal.

Inopinadamente, e este é o lugar-comum preferido dos constitucionalistas, o estado moderno deve fazer-se construir pelos vestígios de uma tradição que lhe precede, a tradição dos medievais, onde deram-se os esboços de uma genealogia fundamental. Essa caracterização segue acumulando seus vestígios. E mesmo com as evidências em contrário, alude a um “início” das causas históricas que prepararam a grã *tournee* da ascensão titânica do estado, pautado por duas revoluções do pensamento jurídico; sendo nomeadamente aquela do renascimento romanista, no século XII, e a que surge amadurecida com a revolução francesa no XVIII e a abertura sistemática das codificações.³⁰⁵ Essa longa série de transpasses marca o calendário de conquistas, então preenchido com a seguinte tópica: poder político centralizante, instalação de um ordenamento jurídico comum, definição territorial e prerrogativas da potestade soberana –a do monarca– sobre este território que se governa pelo signo *imperium et plenitudo potestatis*. Ainda faltam elementos, dirão nossos teóricos do estado e da constituição, e alguns talvez essenciais como a soberania e a magnitude da regra jurídica como validamento total e absoluto, tomando em definitivo os efeitos *erga omnes* que sua titulação pontua à máxima das autoridades políticas, a *soberania plena* do estado de direito.³⁰⁶ No entanto, mesmo tendo essa primeira aparência, manca e destituída de atributos que se reconhecem por essenciais, segundo seus teóricos o estado já existe pelo menos no final da Idade Média, sendo apenas um “estado com diferenças”, ou um quase-lá que a abstração industriosa do jurista moderno é capaz de habilitar sem muitos entraves.

Do lado desses teóricos do estado, Maurizio Fioravanti concorda com as “diferenças” entre um e outro, e é preciso dizer que o faz muito sentidamente, mas ainda assim insistindo, e talvez preso a escrúpulos desconhecidos, nesse “*carattere originario dello Stato moderno europeo*”.³⁰⁷ Após detectar umas linhas genericamente válidas para as organizações políticas medievais (*i.e.*: senhorias jurisdicionais e fiscais; formação de “assembleias representativas” firmadas sobre a partilha de antigos privilégios; força do elemento consuetudinário no assento dos primeiros ordenamentos etc.), Fioravanti se alheia dos constrangimentos anacrônicos e custodia esse estado medieval conforme tais características, então convertidas em pontos de justificação. Elencam-se pelo seguinte: (i) afirmação de um território, “*in senso politico*”, ligado primeiro à judicatura senhorial e depois capitalizado pela *potestas* das dinastias reais; (ii) as mesmas assembleias,

³⁰⁵ SCHAUB, Jean-Frédéric. Le temps et l'État: vers un nouveau régime historiographique de l'Ancien Régime français. **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, p. 132. FIORAVANTI, Maurizio. Stato e costituzione. **Lo Stato Moderno in Europa**, p. 5.

³⁰⁶ KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

³⁰⁷ FIORAVANTI, Maurizio. Stato e costituzione. **Lo Stato Moderno in Europa**, pp. 4-6.

prevendo uma instituição parlamentar mais sofisticada que as homenagens de *auxilium et consilium* dos barões feudais,³⁰⁸ revertidas na racionalização de uma administração em vias de se publicar –“e che tende anzi a envolgersi nel senso istituzionale della assemblea che con il signore medesimo governa il territorio, decidendo in primo luogo sulle risorse, sulla loro acquisizione e sul loro impiego”–; e por fim, como síntese de ambas, (iii) a composição de uns aparatos jurídicos emergentes, que reempregam costumes pregressos como ato criativo de formas jurídicas que derivam desses pactuados e que definem as suas organizações políticas territoriais. Desta forma, o núcleo fundante desses argumentos descansa na existência de um território compressivo por uma autoridade global,³⁰⁹ ao mesmo tempo capaz de se impor minimamente e de equalizar outros vetores políticos inscritos sob o seu efetivo poder de *imperium*, segundo uma hierarquia estabelecida pelos retos do ordenamento autorizado em nome de um único centro senhorial ou régio.

A presença de uma constituição territorial capitalizaria, portanto, a matriz institucional –“*il senso fondamentale*”– que coliga um aparato histórico medieval ao laboratório político (jurídico-constitucional, sobretudo) assistido pela modernidade na perspectiva de um comum parentesco entre ambos. Notadamente, resta à análise de Fioravanti suficiente circunspecção para aceitar a falha que tal correspondência suporta, tanto em razão da fraca convergência positiva desses poderes territoriais em formação, quanto pela ausência de um sentido pleno de *civitas* como aquele que se sedimentaria sob o ideário iluminista e pós-revolucionário.³¹⁰ Não obstante, esses planeamentos revelam-se ainda intransigentes sobre o nódo do problema. Persiste um estado porque há um território detectável e preciso, já nem tanto pela colocação de fronteiras definitivas, mas pelo envoltório desse poder jurisdicional em que se encontra sediada a prerrogativa do

³⁰⁸ Esta distinção, parece-me, todavia, pouco negligenciável. Ela esclarece a particular natureza assumida pelas *Corts* catalãs a partir de 1283, tomando o formato de umas assembleias de *Pau i Treva* institucionalmente diversas das cortes condaís estabelecidas pelos titulares barceloneses até o século XII. Essa distinção lhes assinalaria um cariz *judicial* e *legislativo*, e neste sentido, *pactista*, como a historiografia se familiarizou denominar, acumulando atribuições notavelmente mais vinculantes que aquelas anteriores, *comes curialibus*, firmadas por uma mesma base feudo-vassálica. Cfr. LALINDE, Jesús. Las Asembleas políticas estamentales de la Europa latina. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrès d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 261-269. MARTÍN, José Luis. Privilegios y cartas de libertad en la Corona de Aragón. **Economia y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**. 2 vols. Barcelona: Ed. El Albir, 1983, especialmente a seção III, *Las Cortes catalanas de 1283*, pp. 220-235.

³⁰⁹ “In altre parole, abbiamo ‘Stato’ perché abbiamo una realtà territoriale che viene governata sempre più nel suo insieme, e in modo sempre più istituzionalizzato, secondo regole scritte che fissano il ruolo di ognuno. È questo il senso fondamentale della trasformazione cui assistiamo nel passaggio dall’età medievale a quella moderna, Ed è dunque questo il carattere dello Stato moderno europeo, che è possibile cogliere alle sue origini: lo Stato come governo di un territorio, che opera in modo sempre più disciplinato e regolato, con l’intento di consociare le forze operanti su quel territorio, di ricondurle a una prospettiva comune.” FIORAVANTI, Maurizio. Stato e costituzione. **Lo Stato Moderno in Europa**, pp. 5-6, grifo do autor.

³¹⁰ Cfr. COSTA, Pietro. Introduzione. **Civitas: Storia della Cittadinanza in Europa**, vol. I: dalla Civiltà Comunale al Settecento. Roma: Laterza, 1999, pp. VII-XXIII.

imperium ao qual toma-se por continente de umas expectativas bastante avançadas em termos fiscais e *militares*.³¹¹

Antes de seguir, um parênteses. Tendo inventariado essas proposições, e permitindo-se destacar nelas a exemplaridade concreta de um discurso jurídico-institucional das causas genéticas do estado, e também sob o cabo-de-força manejado por uma historiografia que tende a assimilar a maior parte desses agenciamentos,³¹² pode-se estabelecer alguns reparos diferentes. Seguramente, esses mesmos reparos completam a reflexão panorâmica que se há de empenhar no tocante aos ordenamentos jurídicos medievais e, por certas limitações, uma reflexão calcada em pontos de discriminação mais agudos.

O primeiro ponto em contrário pode ser reduzido ao próprio delineamento territorial tocado pelo constitucionalista italiano. De imediato, o mediavalista poderia se inquirir de qual território se está a tratar. Ainda pior: qual território e qual a autoridade que se estabelece, senão como uma nítida deformação histórica? Essa hipótese, que inclusive funciona como base para as demais, não se sustenta para além da fantasia de um discurso incrustado de significações meta-históricas. Já não se trata de uma facilidade terminológica, mas de uma escolha consciente de suas significações institucionais. A definição de um território em termos histórico-jurídicos implica a consumação de um direito territorial enlaçado por um potencial de sujeição que lhe é particular como ordenamento *eficaz*, e, até mesmo, efetivo em direção ao conjunto político que espera controlar. Esses termos, sabemo-lo desde logo, pertencem a uma organização política concebida como a própria definição ideológica que engendra o estado (ainda que seja esse ente trifásico: *estado jurisdicional, estado de direito, estado constitucional*) e assim, fatalmente, com a

³¹¹ Para algumas considerações sobre a natureza histórica dos contingentes bélicos que, *grosso modo*, se faz chamar “exércitos” militares, mas que no recorte medieval reconduz a uma outra realidade política, *cfr.* o trabalho: SÁIZ, Jorge. **Guerra y nobleza en la corona de Aragón**. La caballería en los ejércitos del rey (siglos XIV-XV). Tesis doctoral dirigida por Dr. Antoni Furió Diego. Universitat de València, 2003, pp. 66 ss.

³¹² Se não, consultar a imensa literatura sobre a história política cujos exemplos se estendem em um século inteiro, sobretudo aquela bibliografia tendente a destacar as particularidades da transição do fenômeno estatal. A partir daqui deslocam-se as mesmas estratégias gerais de interpretação, forjando não uma metodologia, mas um discurso compartilhado (e, sem dúvida, por um poderoso coletivo de pensamento instituinte) de chaves prévias de leitura que retalham, conformam, amadurecem e alinham à exaustão de seus próprios materiais o reto final da metanarrativa estatal. Ao se adicionar o caráter convergente do romanismo, a questão salta a um grau de obviedade embaraçoso. As equações armadas pela retórica filogenética naturalizam umas intenções implícitas, transferindo os objetivos do projeto moderno a uma inserção histórica absorvente, fazendo do romanismo medieval o absurdo a que Alejandro Nieto chamara “operação calculista” da criação de umas bases do estado moderno.

Cfr. STRAYER, Joseph. **As origens medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, 1969. ANDERSON, Perry. **As linhagens do Estado absolutista**. Trad. João Roberto Martins Filho *et alii*. São Paulo: Brasiliense, 1983. SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Maria Inês da Rocha. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Apesar das diferenças interpretativas destes dois últimos, nomeadamente pelo emprego matizado que Skinner faz das concepções clássicas de Max Weber, confere-se, assim mesmo, uma destinação germinada para um mesmo ideal, a da seta dialética da emancipação social e da subsunção política de uma gênese estatal.

construção de um vocabulário que lhe é próprio. Sem este suporte o seu conteúdo primário desaparece, tornando tudo o mais mera transparência vazia de expectativas históricas.

Na Idade Média, ao contrário, impera a fragmentação e uma certa intersecção dos ordenamentos jurídicos com a criação de figuras de poder que fogem da representação vertical do estado moderno, e necessitam a compreensão das muitas dependências políticas dispostas de maneira predominantemente horizontal. Mesmo levando em conta a interpretação de Joseph Strayer –que toma essas categorias de solidariedade horizontal, sobretudo no tocante à vertebração entre nobreza e soberano–, essa pertença política não se faz notar com a clareza que ele sugere para a reposição de formas mais nítidas de um território e de estritas marcas fronteiriças.³¹³ Algumas evidências em contrário foram expostas pelo estudo de Fátima Fernandes sobre as linhagens nobres dos reinos ao ocidente da Península Ibérica.³¹⁴ Por meio desse levantamento irrompe-se a fragilidade da noção estatal que se quer figurada na identidade régia, na qual o rei estivesse de posse dos vínculos pessoais que permitiam um trânsito permanente desses grupos linhagísticos, entre os reinos de Portugal e Castela, durante os entreveros dinásticos que levaram os Trastámara ao trono castelhano. Muito a propósito, e segundo uma notação destacada por Salvador de Moxó, Fernandes recupera a natureza de *extraterritorialidade* na atuação desses grupos. Essa extraterritorialidade imposta às pretensões de controle dos reis medievais, assinaladamente nos reinos ibéricos ocidentais, permite corrigir qualquer demanda política (outrossim, *teleológica*) levada a melhor termo por umas exigências alheias à descrição histórica, e quer sejam estas transcendentais ao próprio contexto que assinala –e aqui a cronologia recua diante de umas falhas bastante graves–, quer se tratem das exigências terminológicas reclamadas pelo historiador que utiliza tais ferramentas para medir a circunscrição de territórios jurisdicionais em

³¹³ Novamente, *cfr.* STRAYER, Joseph. **As origens medievais do Estado Moderno**. Há, ainda, uma retomada desses argumentos em Chartier, com a sobrevivência de alguns defeitos equivalentes na afirmação conceitual das fronteiras medievais. CHARTIER, Roger. Construção do Estado Moderno e Formas Culturais. In: **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. pp. 215-229.

³¹⁴ “O poder régio apóia-se, especialmente no nível da sua sociedade política, em vínculos pessoais, por conseguinte, os reinos medievais conservam uma importante dimensão pessoal. Por isso, entendemos que a nível das elites de poder, especificamente dos grupos nobiliárquicos, não esteja desenvolvido, mesmo na baixa Idade Média, o último critério de que nos fala Strayer, o sentimento de pertença a algo comum e abstrato.

Estas elites dispõem de concepções próprias de comunidade e a já reconhecida extraterritorialidade da nobreza ibérica serve de eixo à nossa análise, pois é importante considerarmos a natureza das relações políticas destas elites de poder medievais. Relações pessoais que se desenrolam apoiadas numa rede muito ampla, a da solidariedade linhagística, com regras próprias que ultrapassam os limites físicos dos reinos. Assim, consideramos que, a fronteira física não é considerada da mesma maneira pelos diversos estratos que compõem a sociedade ibérica e que as elites de poder, mesmo que tenham participado na construção da fronteira física das monarquias ibéricas, não a consideram de forma prioritária nas suas relações políticas.” FERNANDES, Fátima Regina. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, nº 25, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 2005, pp. 155-176.

sua plena historicidade.

Lembrando as colocações inaugurais de Galo Sánchez,³¹⁵ o Professor Aquilino Iglesia Ferreirós refere uma abordagem jurídica desse problema ao medievo hispânico. A afecção de um âmbito de aplicação assume problemáticas específicas ao se perpetuar um marco prévio reiterado desde o direito visigodo,³¹⁶ senão, ao menos por aquilo que fora conhecido na península ibérica medieval como legado pela *Lex visigothorum*,³¹⁷ já complicado pela penetração posterior, e de uma maneira muito matizada, dos estatutos romanistas do *ius commune*. Afinal, a ereção de ordenamentos locais aplaca a utilidade interpretativa do modelo dito “direito territorial”, uma vez que os denominados direito senhorial e direito municipal constroem aquele pela sua evidência concreta na demarcação espacial das contrições jurisdicionais. Estas tendem a se firmar pelos variados graus de autonomia e de suas redes de dependência, de modo que se constituam em sua representatividade e sua identidade institucional.³¹⁸ É no período mais significativo ao avanço cruzadístico ibérico, entre os séculos XII e XIII, que a intensa pulverização cede lugar a novos esquemas de titularidade e controle dominial, ao mesmo tempo que se figura a ascensão de uma nobreza fortalecida pelos novos espaços de tenência e chegando a uma tal forma como a que permitiria a *nobleza nueva* castelhana se afirmar nos estratos superiores.³¹⁹ De qualquer maneira, este rearranjo não permite encontrar nenhuma capitalidade política suficientemente forte para impingir um direito unitário e regular –ainda, a despeito dos mecanismos de construção deste direito– ou qualquer outra invenção projetada sobre esse espaço político medieval. Equivalente significado se sustenta na adição daquilo que considera ser o advento de um direito régio, e que se deve interpretar mais simplesmente como a coligação simbólica de uns estatutos jurídicos que somente ultrapassam as zonas do realengo quando debaixo de enormes dificuldades, e, portanto,

³¹⁵ SÁNCHEZ, Galo. Sobre el Ordenamiento de Alcalá (1348) y sus fuentes. **Revista de Derecho Privado**, nº 10, 1922, pp. 353-368. SÁNCHEZ, Galo. Para la historia de la redacción del antiguo derecho territorial castellano. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 5, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1929, pp. 260-328 *apud* IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. Derecho municipal, derecho señorial, derecho regio. **Historia, instituciones, documentos**, Universidad de Sevilla, nº 4, 1977, pp. 115-198.

³¹⁶ *Cfr.* SABATÉ, Flocel. **La feudalización de la sociedad catalana**. Granada: Universidad de Granada, 2007, pp. 73-84.

³¹⁷ Reportar-se ao detalhamento discernido das refundições do *Liber iudiciorum* nos estágios alto-medievais, especialmente, nos séculos IX-X. *Cfr.* GARCÍA, Yolanda. La tradición del Liber Iudiciorum: una revisió. **De la Antigüedad al Medioevo**, siglos IV-VIII. III Congreso de Estudios Medievales, Fundación Sánchez-Albornoz, 1993, pp. 383-415.

³¹⁸ Para o caso catalão, *cfr.* SABATÉ, Flocel. La Corona de Aragón. In: **La época medieval: administración y gobierno**. Madrid: Istmo, 2003, pp. 270-292.

³¹⁹ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. El Derecho Municipal, Derecho Señorial, Derecho Régio. **Historia, instituciones, documentos**, pp. 130-131. MOXÓ, Salvador de. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. **Hispania**, Cuadernos de Historia, nº 3, Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, 1969.

limitados naquele raio onde o rei conseguia impor-se de maneira direta.³²⁰ A incapacidade dos poderes existentes de se colocarem plenamente suplanta toda a aspiração teleológica, e reitera a univocidade de um poder que está longe de se fazer público para permanecer, sobretudo, um *poder individual*.³²¹

Para se fazer concretamente expandido, o ordenamento jurídico, seja ele régio ou de qualquer outra espécie, necessita de uma vinculação prática com os arcabouços jurídicos locais. A identificação jurídica de uma paisagem é que proporciona a continuidade e a generalidade ordenamental, e isto antes mesmo de se procurar os meios diretos do domínio e de uma força maciça de subjugação pelo poder. Por sua vez, essa identificação depende de elementos de uma certa operação coletiva, como a tradição, o poder simbólico³²² e o próprio costume como esteios de autoridade e estabilização da *ratio* institucional.³²³ A propósito, Aquilino Iglesia Ferreirós recorda que o direito medieval apresenta-se tocado pelo tributo à tradição que o envolve, tomado como um enunciado “descoberto” e jamais criado pelo arbítrio das circunstâncias, de maneira que sua lógica interior tenha de recorrer amiúde a um marco pré-constituído como um seu fundamento de validade. E mesmo quando esse complexo dá sinais de transformação, ele ainda está atado ao pacto de seus apoiantes, ou propriamente à *cúria* de seus magnatas e magistrados (v.g. as leis leonesas de 1017, e o conjunto de estatutos que formam os *Usatges* barceloneses, no século XII, e por fim, o próprio *Fuero Juzgo* castelhano³²⁴). Assim, a participação desses privados e a composição de umas cortes delimitam a própria vigência do âmbito conquistado à aplicação do direito que era produzido, *i.e.*, daqueles estatutos recolhidos pelo labor da recepção ao “direito da tradição” e do costume (*mores*) ou de *ius non scripto*, tal como o fixara a etimologia isidoriana.

A “criação” do direito pelos medievais atende a um sentido motor visível,³²⁵ já que ele não

³²⁰ FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Trad. Fátima Martins Pereira. Lisboa: Ed. 70, 1987, pp. 92-107.

³²¹ GOUREVITCH, Aaron J. **Les categories de la culture médiévale**. Trad. Hélène Courtin et Nina Godneff. Paris: Gallimard, 1983, p. 182: “Être souverain ne signifiait pas être l’unique possesseur du pouvoir puisque tout seigneur tant soit peu important s’efforçait, et pas toujours sans succès, de réunir entre ses propres mains le pouvoir et de gouverner ses sujets. Il n’existait donc pas d’État centralisé, uniformisé avec une organisation administrative. L’unité du gouvernement résidait dans le fait que tout être existant s’incarnait dans la personne du souverain. Et s’il voulait utiliser un réel pouvoir, c’est-à-dire le pouvoir individuel.”

³²² MATTOSO, José. **Fragmentos de uma Composição Medieval**. Lisboa: Ed. Estampa, (1987) 1993, pp. 131-138 e 140-147.

³²³ GOUREVITCH, Aaron J. **Les categories de la culture médiévale**, pp. 174-181. KRYNEN, Jacques. Entre science juridique et dirigisme: le glas médiéval de la coutume. **Cahiers de Recherches Médiévales**, Droit et pouvoir (XIII^e-XV^e siècles), n^o 7, 2000. Disponível em: <<http://crm.revues.org/>>. DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Ed. USP, 2007, pp. 15-18 e 63-67.

³²⁴ O’CALLAGHAN, Joseph F. Sobre la promulgación del Espéculo y del Fuero Real. **Cuadernos de Historia de España**, “Estudios en Homenaje a Don Claudio Sánchez Albornoz en sus 90 años”, Instituto de Historia de España, Buenos Aires, 1985, pp. 167-179.

³²⁵ No entanto, cabe comentar, a partir do que destacara Michel Villey, que a revitalização de uma atividade *legisladora* propugnada por Tomás de Aquino recuperaria, com os filtros devidos da escolástica, as ideias

estabelece “ordenamentos jurídicos completos”³²⁶ mas apenas atende em integrar um já existente, e daí a forma subsidiária de todas as construções teóricas e jurisprudenciais, exercitadas até a elevação de um método de interpretação, que se elabora desde a coleção do texto arcaico e a extração autorizada dos sentidos disponíveis para as demandas do exegeta.³²⁷ Desta feita, a integração que se assistiria pelos juristas ibéricos nas monarquias trecentistas, notadamente em Aragão, Castela e Portugal, incluiriam uma tramitação de idas e vindas até o direito antigo, esse arcabouço primitivo pendente na memória dos enunciados consuetudinários. Não se trata de negar o elemento de originalidade do direito medieval, sendo ele próprio mais que a forçosa operação dogmática que estava em vias de se consolidar como técnica, radizando em suas formas também a representação de sensibilidades muito particulares de um imaginário que soubera se inventar a si mesmo como autônoma linguagem histórica.

Os limites da adaptação do *Liber* escasseia sua recorrência para abrir espaço nas modalidades de regulação assentada pelo chamado “direito régio”.³²⁸ Assim a força criativa desses discursos se tonifica pela ficção de um *lugar da lei*, a ficção que transforma o trono em reflexo da sabedoria divinatória e fonte de toda prescrição jurídica. Mas é imprescindível que não se adiante demais as coisas. Tanto o discurso teórico operado pelos mecanismos de propaganda monárquicos, quanto a progressão de princípios, rituais e valores ordenativos de um direito caracteristicamente régio permanecem suspensos no vazio hiante ocupado pelas declarações de vontade unilaterais do soberano, sem contar, entretanto, com uma vigorosa base de sustentação prática, nem mesmo para deter os meios concretos que aplicariam os regulamentos régios como ordenamento jurídico total. A presença de uns estatutos como esses depende, e a cada vez de uma

fundamentais de Aristóteles. Sobretudo, pela compreensão de que o direito natural facultava a criação de um direito contingente e, por antonomásia, de um *ius positivum* (**Summa Theologicae**, II, II, qu. 57, art. 2) “*porque a doutrina clássica do justo natural concebe este último como incompleto, em si mesmo informe e mutante, são Tomás restaura a lei. É sob a influência do tomismo que Bonifácio VIII, no fim do século XIII, propõe uma nova análise das decretais pontifícias e reivindica o poder de ‘formular’ leis criadoras de um direito novo*” (VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 153, grifos do autor). A seguir a iniciativa legisladora do papado –como de resto já seguia a incorporação dos aparatos, das insígnias e sacramentais eclesiásticos– os monarcas medievais se apoiariam em mais este recurso dogmático para o implemento das dignidades reais. (Bula “Sacrosanctae Romanae”, 3.III.1298, **Liber Sextus**, Decretalium Domini Bonifacii Papae VIII, in: IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. **La Creación del Derecho**: Antología de textos. 3ª edición. Madrid: Marcial Pons, 1996, pp. 108-112.) Sobre este último ponto, *cfr.* KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 126-133.

³²⁶ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. El Derecho Municipal, Derecho Señorial, Derecho Régio. **Historia, instituciones, documentos**, p. 132.

³²⁷ LEGENDRE, Pierre. **O Amor do Censor**. Ensaio sobre a ordem dogmática. Trad. Aluísio Pereira de Menezes *et alli*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Colégio Freudiano, 1983. E, principalmente: LEGENDRE, Pierre. **La Pénétration du droit romain dans le droit canonique classique, de Gratien à Innocent IV (1140-1254)**. Paris: Thesis, 1964.

³²⁸ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt*. **Initium**. Revista Catalana d’Història del Dret, nº 6, Barcelona, Associació Catalana d’Història del Dret “Jaume de Montjuïc”, 2001, pp. 25-212.

maneira diferenciada, dos arranjos instituídos pelos vetores políticos ora em confronto ora em acordo, impondo que se recorra às posições contextuais de cada momento para que a atuação desse direito apareça em sua forma histórica mais lapidar.³²⁹

E para que não se esqueça de nossos constitucionalistas, é talvez útil oferecer-lhes essa base de análise e assim desvendar as percepções ideológicas a partir das quais operam; o que é feito não por um simples desconhecimento das causas históricas de seu prodigioso estado moderno, mas por um compromisso implícito com a narrativa mítica de suas fundações.³³⁰ O exemplo contido nesses argumentos, bem como a seleção de um teórico em especial, são quase aleatórios tendo em vista a concordância assentada entre um certo número de genealogias institucionais semelhantes. Este exemplo é representativo de uma interpretação que se vê muito distribuída entre os rétores da apologia estatal e, para além, assinala o compromisso destes pela sua reafirmação conceitual contra a rachadura existencial do sujeito estatal que vem espanando uma ciência jurídica abalada desde suas convicções kelsenianas.³³¹ De todo modo, já parece claro o horizonte de sentidos que é construído, interpondo-se a abstenção de toda particularidade histórica para fixar limites tão pouco discriminatórios, dotados, em certa altura, de uma excessiva complacência pela defesa de suas divisas. A partir deste abstencionismo recua-se a um designativo por demais permissivo como a “*mera pratica organizzata di governo dell territorio*”, a qual inclui não a ingenuidade de seus critérios classificatórios, mas, por outro lado, a junção de um discurso confiante em sua primeira teleologia e que se torna destinado a caber numa única prova dos tempos: “*allo Stato come portatore del principio-guida della sovranità*”.³³²

1.3. O discurso dogmático e sua estratégia da representação

Curiosamente, há uma *continuidade* retrçada pelo lado de dentro do pensamento jurídico ocidental, algo que afinal permitiria falar em uma generosa ancestralidade ontológica entre o jurista moderno e seu homólogo medieval, e que teve de permanecer obnubilado dentro de seus

³²⁹ Alguns exemplos esclarecedores in: ASCHERI, Mario. Un ordine giuridico medievale per la realtà odierna. **Rivista trimestrale di diritto e procedura civile**, nº 50, Ed. Giuffrè, 1996, pp. 965-973.

³³⁰ HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Européia**: síntese de um Milénio. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, pp. 41-43.

³³¹ GOYARD-FABRE, Simone. **Os fundamentos da ordem jurídica**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 112-114.

³³² FIORAVANTI, Maurizio. Stato e costituzione. **Lo Stato Moderno in Europa**, pp. 6-7.

mistérios de iniciação. Falo aqui, e por empréstimo das leituras de Pierre Legendre,³³³ de uma técnica de dominação que a interpretação dogmática dos textos medievais instaurou pela operação reconstitutiva dos glosadores. Essa técnica não se importa com o conteúdo fixado pelas razões contextuais de seu próprio tempo, projetando-se muito mais longe. Ao suministrar livremente tal conteúdo pelos terrenos da interpretação, essa técnica consegue a eficiência de renovar-se a si mesma, inclusive, pelo ocultamento de seus mestres intelectuais, a partir de onde aparece a primeira ação de um jogo de prestidigitação.

Foi esse saber dogmático que transbordou de Bolonha e aliciou os monarcas medievais do Ocidente, e não o argumento ou um complexo de argumentos lógicos capazes de sediar um poder político acima de qualquer precedente.³³⁴ Investe-se na *economia de um sistema textual* que passa a monopolizar um discurso de poder, definindo o que é verdadeiro (ou *canônico*, em sentido estrito) daquilo que não é, ao mesmo tempo que prescreve os limites do que pode ser consentido pelo desejo coletivo.³³⁵ A ritualização da ordem eleva o *comando* do rei ao de lugar-tenente divino, ao do próprio *Christo maiestaticus*, garantindo a analogia que prefigura uma autoridade total: a autoridade transferida do *Pai*. Fala-se desde agora de uma relação de obediência paternal, na qual se faz reaparecer as categorias subsumidas pela psicanálise freudiana, dando a esta relação o emblema ambíguo do amor, *o amor do censor* do qual falou tantas vezes Pierre Legendre. A obediência implícita baseia todo um repertório de alegações triunfais do poder monárquico, do qual, embora, maximize ser um poder eminentemente simbólico.³³⁶ A analogia primária da cabeça e dos corpos recebe novos aprofundamentos e ganha a complexidade de uns suportes jurídico-teológicos, donde abre-se lugar para a *transfiguratio* real. O jogo engendrado nesse discurso, jogo forjado em uma máquina de construção de dogmas e representação de realidade, é que tende a persistir no discurso textual do poder. Essa transfiguração, que eleva o titular da dignidade régia, consente com o poder retórico do *texto*, ou ainda melhor, com o recipiente criado pelo texto dentro do qual o discurso dogmático passa a ser manejado já com pretensões à exclusividade. Aparece a relação construída pelo *enunciado* e pelos paramentos sacramentados na

³³³ LEGENDRE, Pierre. **De la Société comme Texte**. Linéaments d'une anthropologie dogmatique. Paris: Fayard, 2001, especialmente o capítulo IV, "La constitution de deux scènes en une: le texte. Approche théorique de la ternarité sociale", pp. 169-211.

³³⁴ FEENSTRA, Robert. Influence de l'enseignement du droit romain à l'Orléans sur les nations étrangères. In: **Le droit savant au Moyen Age et sa vulgarisation**. London: Variorum, 1986, pp. 45-61.

³³⁵ PRODI, Paolo. **Il sacramento del potere**. Il giuramento politico nella storia costituzionale dell'Occidente. Bologna: Il Mulino, 1992, pp. 167-220.

³³⁶ BLOCH, Marc. **Los Reyes Taumaturgos**. Estudio sobre el carácter sobrenatural atribuido al poder real, particularmente en Francia e Inglaterra. Trad. Marcos Lara e Juan Carlos Rodríguez Aguilar. México: Fondo de Cultura Económica, 2006 [**Le roi thaumaturges**. Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre, 1924].

pena do glosador, dentro da qual o operador, investido na mediação dessa linguagem canônica, pode fabricar os ornamentos de uma realidade institucional feitos para serem compatíveis entre si. Desta operação descendem os objetos fundamentais –assim a teoria da legitimidade que constrói a ordem estatal dos modernos não pode ser uma outra coisa– e dela também derivam os conceitos-base que preenchem o vocabulário da teoria política.

Tal como adotada nas lições de gramática medieval, a glosa traduz em si mesma a inserção de uma clarificação de sentido –e como sugere seu literal significado: *palavra dotada de uma voz*, γλωσσα no original grego, sendo simplesmente *o somido da voz*– evoluindo, contudo, para uma exegese forte, capaz de instituir uma linha de interpretações textuais³³⁷ a partir de um ponto detectado pelo glosador, que nesta mediação não apenas esclarece, mas reestipula toda uma postura no confrontar de seus sentidos. Assim, ao celebrar a autoridade do texto, a glosa toma-o para si e reincorpora-o para o horizonte semântico destinado pelo exegeta. Essa estruturação de uma linguagem de persuasão e de conhecimento amadurece, apontando um estilo muito próprio com a retórica abelardina³³⁸ e um destino para a generalidade que o pensamento dogmático (escolástico, notadamente) recupera em seu horizonte hermenêutico.³³⁹ A recorrência à autoridade de um pensamento anterior,³⁴⁰ em abstenção de toda inovação hermenêutica senão com a coleção dos textos e dos fragmentos que atestam o poder magistral da tradição, remarcam, no caso exemplar de Tomás de Aquino, a vigência do sistema aristotélico que leva a batizar o filósofo pagão e recolocá-lo sob a concordância de uns parâmetros agostinianos, conduzindo-o ao reto de uma ordenação ideológica historicamente aceite.³⁴¹

Essa recorrência estabelece, sobretudo, a ficção transfigurante do itinerário político que está na base de um específico *aprendizado* técnico e de um maquinário instituidor de discursos. Há, por isso, algo ínsito no pensamento e no método dos medievais que construía a sua base de instrução, a exposição de conceitos que demarcavam um dentro e um fora, com liminaridades tais que indicassem a representação do mundo a partir da sensibilidade sistemática do direito. Essa sensibilidade demarcatória era essencialmente constituída pela *distinguo*, um método de descrição

³³⁷ ZUMTHOR, Paul. **Falando de Idade Média**. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Perspectiva, 2009, pp. 73-82 e 88- 93.

³³⁸ Petrus Abaelardus. **Opera Theologica VI**. Sententie Librum Sententiarum. LUSCUMBE, D. E. *et alii* (eds.). Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis. Turnhout: Brepols, 2007, *sententia* IV.

³³⁹ LEGENDRE, Pierre. Fundação do discurso canônico. Um retorno à sua Idade Média In: **O Amor do Censor**, pp. 44-51.

³⁴⁰ Não sem propósito, segue o elogio, encorajado por um mesmo viés, à *defesa dos estudos romanistas*, então considerados desde a posição exagerada e sujeita à sérias “ameaças”. Neste sentido, a lembrança decadente daqueles guardiães do patrimônio jurídico da romanidade: *cfr.* IGLESIAS, Juan. Defensa de los estudios romanísticos. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 50, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1980, pp. 353-359.

³⁴¹ VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**, p. 139.

negativa dos objetos e das formas abstratas, apresentando aquilo que eles são *a partir do que não são*. Esse método distintivo é levado à base do *Decretum* de Gratianum, o seráfico *Concordia discordantium canonum*,³⁴² e cujo resultado mais destacado se reservara ao aclaramento das qualidades que definem o direito natural e o direito positivo, denominando-os divino e humano e criando uma sobreposição nem sempre convincente para as finalidades dessa correspondência, uma vez que a *lex divinitatis* não equivale inteiramente aos conteúdos da *lex naturale* –num plano em que esta seja apenas a vertebração daquela–, *especie sub generalem*.

Esse itinerário tem de ser preenchido, todavia, por categorias abstratas de representação do poder e de sua legitimidade, o que seja dizer um seu lugar fundante, esteio dessa ordem que procura instaurar e a razão de sua autenticidade. Tais categorias devem então ser fornecidas pelo fundo das verdades teológicas vertidas pelos antigos padres da Igreja, de um lado, e compatibilizados pela “lógica instrumental” do antigo *ius romanum*, de outro.³⁴³ Ainda que seguramente não haja nenhuma novidade nisto, é mister recordar um detalhe poderoso: a recorrência das ferramentas de um sobre o outro, a insistência analógica no seu jogo de invenções impede que se destaquem mutuamente, ou que se imobilize, dentro de uma medida substancial, a distinção do elemento transcendente e do elemento imanente, tal como o teológico do jurídico, do mesmo modo que o direito canônico não se distingue do direito civil. Esse modo híbrido de representar, de raciocinar e de ser dos sistemas jurídicos medievais permite o alavancamento de uma instituição dogmática, por este meio fundada em uma *teologia política* que compreende toda a natureza das formas de tradição e de composição do poder. Através dessa hibridação, por fim, toma forma a especial maneira de pensar uma sociedade política como a que se tinha em mãos. Destarte as reflexões do direito e do pensamento filosófico disponibilizavam suas teorias e uma ideia amplificada como a instituição dos corpos, como a representação orgânica que capitalizava umas sensibilidades coletivas sob o montante do *bonus commune* e uma destinação social de imperiosa transcendência.

Dito isto, dispensa-se ir mais longe e se pode voltar à problemática da genética estatal:

³⁴² LEGENDRE, Pierre. **Sur la question dogmatique en Occident**, pp. 285-289.

³⁴³ A diferença empreendida pela dogmática medieval está atada às demandas implícitas de uma classificação pautada pela sua específica visão de mundo, onde o *ethos* do cristianismo se sobrepõe. Feitas essas reservas, essa técnica “... desarrollaba mil procedimientos de construcción institucional contrarios a la evidencia misma de los hechos –‘artificios’ (artificia), ‘ficciones’ (figmenta), ‘simulacros’ (simulacra), ‘ficciones’ (fictiones) que los comentadores de la Edad Media debieron señalar, clasificar, incorporar a su propia visión del mundo– una visión que salió, seguro, conmovida de esta deletérea frecuentación” (THOMAS, Yan. Los artificios de la verdad: la ficción en derecho medieval. **Los artificios de las instituciones**. Estudios de derecho romano. Trad. Silvia de Billerbeck *et alii*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1999, p. 39). Sobrepostos esses limites, a manipulação do verdadeiro e do falso abre espaço a transformação de uma realidade que culmina à síntese da técnica jurídica, de uma *ars iuris* dotada de pleno reconhecimento pelos canais de dominação social do ocidente medieval.

O discurso dogmático se completa, e institui assim seu principal signo, verdadeira síntese de seus esforços seculares de classificação, do qual surge o simulacro de uma ordem que permanece em sua armadura de abstração. É aceitando essa primeira evidência em favor da *continuidade* que se destaca a maneira duradoura de proceder à analogia. Nesta o estado pode, por exemplo, começar a existir de *per se* mediante o intervalo das transferências simbólicas da corporação eclesiástica. Ele começa a marcar-se por umas condições de exigência espiritual, como se funcionasse sob a representação corporativa da prelatura e do episcopado até, finalmente, pretender assumir para si uma autoridade como a projetada pela Igreja, sacramentada pelo corpo místico e pela temporalidade *ad aeternitatem* de seu mandato. Porém, antes de tudo, atuando no plano abstrato em que os teóricos medievais formulavam suas ficções originárias, e, por muito tempo, limitado ao seu campo de invocações –com o que se abre a pergunta: *tendendo a se secularizar?*–.³⁴⁴

O aparato ideológico da comunidade política, a *respublica christiana* de que falaram os juristas do século XII, ganha sua razão de ser com a fixação de uma temporalidade *perpétua*. Anotam assim os trabalhos de Ernst H. Kantorowicz o equacionamento de um *corpus reipublicae mysticum* segundo as engrenagens espoliadas da primitiva corporação cristã, o *corpus ecclesiae mysticum* descansado em Cristo.³⁴⁵ Essa insistência acolhe perfeitamente a necessidade que reconduzia toda a operação mobilizada para se instituir uma *persona ficta*, a que abarcasse sua “universidade” imorredoura e permanente dentro da qual se ajustaria o desígnio divino. Nasce daí a *Dignitas regia* como indicação ineludível de um plano absoluto –ainda abstrato, insisto– da personalidade oficiosa do monarca, construída em todos os seus aspectos para fornecer algo que pode ser chamado de *primeira virtude* do ideal do bem público.³⁴⁶ Precisamente, essa *Dignitas* transcende até figurar-se *Divinitas*, para forjar sua duração na temporalidade da instância da Criação, tornando-se portanto ubíqua e imortal, gravada com o mandato da destinação celestial da qual arranca uma plenitude que se impõe inquestionável desde o primeiro instante. Luca da Penne,

³⁴⁴ Deste ponto, o precipício que dividia as linhas gerais de interpretação do fenômeno estatal. Preponderantemente, Carl Schmitt assinala umas bases sacramentadas do poder e da teoria da legitimidade, denunciando a estrutura moderna do poder político, e afinal o próprio segmento da ordem estatal, distinguidos justamente por essa *dessacralização* de seus aparatos de representação do poder e que, assim mesmo, deplora até a colocação insustentável de suas formas de legitimação; legitimação que fatalmente leva a natureza desse poder a perder sua razão de ser como ordem política. Esse decalque da teoria schmittiana está muito presente nas chaves de leitura de Ernst H. Kantorowicz, que as tomou para pensar as primeiras ficções corporativas medievais, assim como a idiossincrática fórmula de um corpo binaturado do poder real. *Cfr.* SCHMITT, Carl. **Political Theology**. Four chapters on the concept of sovereignty. Trad. George Schwab. Chicago: University of Chicago Press, 2005 [**Politische Theologie**. Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität, 1922].

³⁴⁵ KANTOROWICZ, Ernst H. Segretos de Estado. (Un concepto absolutista y sus tardíos orígenes medievales). **Revista de Estudios Políticos**, p. 57.

³⁴⁶ VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**, pp. 63-68 *passim*.

discípulo do velho Cynus de' Pistoia, elevou a metáfora corporativa a partir da leitura contida no texto bíblico, da passagem de *Ephesios* V, “*Item, sicut membra coniunguntur in humano corpore carnaliter et homines spirituali corpori spiritualites coniunguntur cui corpori Christus est caput [...], sic moraliter et politice homines coniunguntur reipublicae quae corpus est, cuius caput est princeps.*”³⁴⁷ Aqui, aparece a transferência que reforma a natureza da própria analogia, despregada de seu plano apostólico para esclarecer, e instituir, uma razão política. Essa máquina de representar e de operar a classificação revela o grande trunfo de uma tradição jus-filosófica, tradição ao mesmo tempo dotada de poderes de articulação que se pretendem infinitos.

Ainda assim, é necessário proceder com cuidado e conceder a essas ficções o espaço preciso a seu lastro de teorizações.³⁴⁸ Nem é mesmo forçoso ir além do seu recuo abstrato para entender a destinação que a maioria desses argumentos tomavam na construção de um sistema de ideais *perfeito* (ainda que naquele sentido duro do latim *perfectum*, de um “feito por inteiro”) colocado justamente para se permitir a operação intelectual das ficções jurídicas medievais que dormitam no fundo do pensamento dogmático. Quanto às consequências mais “concretas” dessas inovações de pensamento, e ainda que seja preciso identificá-las à prospecção histórica de suas fundações, pode-se afinal admitir uma atualização mais modesta sobre as realidades jurídicas medievais, e, tanto, para não falar logo em abandono das categorias “rupturais” prodigalizadas por toda sorte de interpretação apologética do discurso jurídico-estatal. Por fim, essas pontuações fiam a malha de um discurso confuso e prolífico nas suas reverberações, e claro, nas suas apropriações, sobre os recursos da mediação histórica e da aparelhagem metodológica que caracteriza as fundações do pensamento dogmático. Esta continuidade de fundo –técnica-estratégica do discurso dogmático– permite que se aborde a questão do método desenvolvido pelo pensamento jurídico medieval como concorrente à “*creación de un metodo jurídico actual*”, tal como o propusera

³⁴⁷ E mais diretamente, amplia a precisão analógica ao manifestar claramente que “*Amplius, sicut Christus alienigenam id est, gentilem ecclesiam sibi copulavit uxorem, 35, q. I, hac itaque, sic et princeps rempublicam, quae quantum ad dominium sua non est, cum ad principatum assumitur, sponsam sibi coniungit [...]*”. Luca da Penne. **Commentaria in tres libros Codicis Justiniani imperatoris**, sobre C., II, 58, 7: n. 8 ss. (Lyon, 1582) *apud* KANTOROWICZ, Ernst H. Segretos de Estado (Un concepto absolutista y sus tardíos orígenes medievales). **Revista de Estudios Políticos**, pp. 37-70 *passim*. Cfr. CALASSO, Francesco. Studi sul commento ai “tres libri” di Luca da Penne: la nascita e i metodi dell’opera. **Revista de Storia del Diritto Italiano**, nº 5, Milano, 1932.

³⁴⁸ E, muito a propósito, ela deve ser administrada por limites precisos na articulação dogmática. As restrições à construção fictícia são dadas –assim o entendiam os juristas dos séculos XII e XIII– pela natureza das coisas em sua individualidade corporal, no que têm de indivizíveis (*naturam non tollit*), e pela duração biológica da vida humana. Ou seja, a virtualidade de categorias elásticas como as ficções era assumida por contenção à continuidade dos entes e dos sujeitos. Porém, ao ampliar suas possibilidades, juristas do século XIV como Baldus de Ubaldis (Com. 9 X.2,14), reconhecem a ela um novo poder de manipulação da verdade, agora manejada sobre a enunciação de um adventício *dever-ser*. THOMAS, Yan. Los artificios de la verdad: la ficción en derecho medieval. **Los artificios de las instituciones**, pp. 48-50.

Francisco Carpintero em sua opinião sobre o assunto.³⁴⁹ Ainda, e mesmo sem favorecer um mero comparativismo, possibilidade de qualquer modo esdrúxula, desenha-se uma compatibilidade instrumental que é capaz de funcionar oculta e eficazmente dentro do plano de dominação do discurso jurídico, essa máquina projetada a tudo explicar e controlar, como o inventado discurso canônico dos medievais donde “*rege, dispõe, garante em suas condições qualquer saber e não apenas o do jurista*”.³⁵⁰ A projeção de uma “ciência solene” importa na nomeação da crença sobreposta a um discurso vitalício como o discurso do estado, mesmo que desdobrada à outros mecanismos de censura, controle e subjugação da subjetividade, abrindo um lugar de críticas que de todo modo terá de ser ignorado aqui. Neste sentido, parece, o método dos medievais marca um recurso de domesticação linguística (construindo seus sistemas de sentido ou suas dimensões semânticas, distribuindo uma ordem da equidade, desenvolvendo metas sociais e estipulando programas de governança) tão bem urdidos no ideário das ciências sociais, que ninguém, em absoluto, deixou de comparecer ao eviterno altar da memória estatal.

Ao mirar essas manifestações de uma ficção jurídica é que se percebe quão distantes elas estão de firmar os precedentes lógicos de um *outro estado*. A conquista de uma teoria política contemporânea revela os embaraços de uma genealogia improvável, já que nada do campo de abstrações e de possibilidades concretas dos entes políticos medievais teriam conseguido uma pálida semelhança com esta *ordem jurídica total*, tampouco, capaz de enfileirar-se a ela como uma sua matriz ou conseqüência histórica. Diante do portentoso “advento da modernidade”, o ordenamento do estado se consuma como sujeito de direito, e toma fôlego próprio a partir de onde se completa a ficção do ente, a unidimensionalização de seu corpo gigantesco ao de agente fático.³⁵¹ Sendo essencialmente outra, a natureza do direito medieval com este direito moderno

³⁴⁹ CARPINTERO, Francisco. En torno al metodo de los juristas medievales. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 52, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1982, pp. 617-647.

³⁵⁰ LEGENDRE, Pierre. **O Amor do Censor**, pp. 46-47.

³⁵¹ Eis, em síntese, a abstração desse agenciamento: “*Somente quando representamos o Estado, enquanto pessoa agente, como uma realidade diferente do indivíduo, como uma espécie de super-homem, ou seja, quando hipostasiamos a construção auxiliar de pessoa, é que [aparece] a questão de saber se existe um ato do Estado.*” Kelsen, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 322-323. A transcendência dessa ficção não se afasta de um conceito semelhante pretendido nos primeiros arranques da disputa dos gládios, quando Bonifácio VIII tomava para seu ofício a definição do *Homo Spiritualis*, um primeiro protótipo do *Übermensch*, instância dotada de um espírito onipotente, o *Espírito Santo* – afinal, o *pneumatikós* (πνευματικός) de São Paulo –, que instaura a soberania de uma autêntica *plenitudo potestatis*. Kantorowicz, Ernst H. Segretos de Estado. (Un concepto absolutista y sus tardíos orígenes medievales). **Revista de Estudios Políticos**, pp. 49-50, nota 36. Lubac, Henri. **Corpus Mysticum**. L’Eucharistie et l’Eglise au Moyen Âge. Serie Théologie 3. Paris: Éd. Aubier-Montaigne, 1948, pp. 130 ss. Este fundamento último é transferido para a potência da entidade estatal, fundamento de seu lugar soberano e perpétuo, tal como a ficção de um *corpus mysticum* conquanto imune de toda a afetação vil sobre o legado de sua continuidade.

Contrariamente à posição de Kantorowicz-Lubac, pode-se referendar uma notação como de E. Voegelin, que afasta a hipótese de uma teologia política medieval do império carolíngio para o plano ascendente das monarquias dos séculos XIII-XIV. Entretanto, a teologia parece estar menos inclinada à política de que esta àquela: “*Au fond, dans la*

impede aproximá-los mais. Neste último, o direito se assoma numa outra coisa, e sempre preso, substancialmente preso ao corpo político do estado.³⁵² Parece-me impossível arrancar descrição mais justa sobre a relação simbiótica que, em um único tempo, engendra direito e estado, e o direito como o filho unigênito de um titã estatal.

A teoria política moderna, e o lugar privilegiado a ela concedido pelo direito em seu discurso da perfectibilidade, exclui rotundamente qualquer plano do que seja factível ou propenso a sê-lo, e tudo em favor de uma representação normalizante da ordem histórica.³⁵³ Senão, todo o itinerário da teoria do estado – e de roldão, o próprio fundamento do direito moderno – será posto à prova de uma irreprimível reposição anticategorizante. A nova cristalização de um percurso procura a representação da figura atípica, anômica e ao mesmo tempo ligada aos fenômenos concretos que intervalam, ou deveriam intervalar, a narrativa histórica. De um lado, o questionamento filosófico encontrou, com a demolição da figura da legitimidade, um caminho próprio para a remissão desses intervalos, chamando o contingente ao grau específico da *excessão* e que escapa ao esquadramento do discurso jurídico.³⁵⁴ Está no próprio Hans Kelsen a denúncia lúcida do jogo ideológico construído em torno da figuração estatal: “[...] *as ideologias* [sobre o dualismo direito e estado] *não visam propriamente o aprofundamento do conhecimento mas a determinação da vontade. Aqui não se trata tanto de apreender a essência do Estado como antes de fortalecer a sua autoridade.*”³⁵⁵ Entretanto, esse reforço da autoridade não pode ser medido de forma trivial, mas circunstanciado pela crença supressiva das determinações históricas que estabeleceram seu assento ideológico diante de um recorte cronológico *pós-revolucionário*.

théologie politique médiévale, le religieux s'abaisse moins au niveau du politique que le politique se hausse à la hauteur du religieux, c'est-à-dire à l'authenticité de l'expérience de l'ordre qui le fonde substantiellement.” GONTIER, Thierry. Corps mystique et société politique chez Eric Voegelin. **Noesis**, nº12, 2007, (mis en ligne le 28 décembre 2008), grifo meu. Disponível: <<http://noesis.revues.org/index1313.html>> [Cfr. VOEGELIN, Eric. **Les Religions politiques**. Trad. J. Schmutz. Paris: Cerf, 1994, p. 35].

³⁵² KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**, p. 310.

³⁵³ “*Mas o Estado cumpre a sua missão histórica – ensina-se – criando o Direito, o ‘seu’ Direito, a ordem jurídica objetiva, para depois se submeter ele próprio a ela, quer dizer: para se obrigar e se atribuir direitos através do seu próprio Direito. Assim o Estado é, como entidade metajurídica, como uma espécie de poderoso macro-ânthropos ou organismo social, pressuposto do Direito e, ao mesmo tempo, sujeito jurídico que pressupõe o Direito porque lhe está submetido, é por ele obrigado e dele recebe direitos.*” KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**, p. 315.

³⁵⁴ AGAMBEN, Giorgio. **O Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004, pp. 81-98. Além desta síntese recente e bastante original, remete-se às bases de uma literatura bastante explorada pelo mesmo autor. Especialmente, o tratamento proposto por Walter Benjamin e Carl Schmitt sobre o paradigma do *estado de exceção*. Cfr. SCHMITT, Carl. **Political Theology**. Four chapters on the concept of sovereignty. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história [*Über den Begriff der Geschichte*, no original]. In: **Obras Escolhidas**, vol. 1. Trad. e org. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. Ou então, na edição mais recente, feita com os comentários de Michael Löwy: **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda N. C. Brant e Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2005.

³⁵⁵ KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**, p. 316.

1.4. Os desvãos do estatismo político e sua historiografia jurídica: temos um estado?

Mas é preciso ainda voltar ao terreno do qual se partiu, e então se poderá mirar à volta as historiografias entre seus distintos recipientes nacionais. A par dos regimes institucionais projetados no século XIX, e que se realinham depois pelas condições infligidas no pós-guerra, assiste-se a atuação de alguns historiadores que, nas décadas seguintes, viriam a ocupar posições de grande influência e sempre a exercer o monopólio das principais orientações interpretativas. Destacava-se então a presença do controverso historiador do direito, Otto Brunner, sempre à sombra de um Friedrich Carl von Savigny e um Otto von Gierke, numa Alemanha traumatizada pelos eventos do pós-estado nazista.³⁵⁶ E de outro lado, na falta de uma história do direito fortalecida, com uns antagonistas representados em França pelas figuras prestigiosas de Marc Bloch e Lucien Febvre, e que, justamente, amparavam-se no próprio prestígio para colocar parte de seus antecessores debaixo do tapete –sem, contudo, esclarecer a continuidade de um teleologismo que ainda parecia ecoar o traçado jus-filosófico de um Carré de Malberg³⁵⁷–. Ademais, a assunção ideológica que se assiste tem cá suas marcas na consonância dos acarretamentos seguidos à deposição do estado maior de Vichy. Para se contrapor aos traumáticos desajustes de uma sociedade despossuída de esperanças, os gabinetes políticos europeus remodelaram seus estados à colatura de um *ultra*-estado –o *État-providence*,– como uma espécie de seta do destino e manutenção da crença coletiva, naquela “*atávica e inconsciente adoração do poder*” que acaba por humanizá-lo definitivamente.³⁵⁸ E a França, que desde 1939 criara seu *Centre Nationale de Recherche Scientifique* (CNRS), no âmbito de uma seção de ciências humanas e sociais, instituiria um programa de investigações concertados a aprofundar estudos sobre a formação do estado. Dada a dimensão do empreendimento e o poder de contágio intelectual demonstrado pela instituição francesa, não foi nada irrazoável que uma verdadeira tabela de prioridades científicas fosse rotular as preferências epistemológicas de uma nova voga das ciências sociais. Na Itália pós-Mussolini, com uma escola de jus-historiadores iniciada a partir de Francesco Calasso, começa a esquizofrenia em torno do nascimento de um estado simultaneamente desejado e temido.³⁵⁹ Em

³⁵⁶ GARCÍA-GALLO, Alfonso. La historiografía jurídica contemporánea. Observaciones en torno a la “Deutsche Rechtsgeschichte” de Planitz. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 76, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1958, pp. 5-34.

³⁵⁷ MALBERG, Carré. **Teoría general del Estado**. Trad. José Lion Depetre. México: Facultad de Derecho, UNAM/ Fondo de Cultura Económica, 2001.

³⁵⁸ BURDEAU, Georges. **O Estado**. Trad. Maria E. de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 9.

³⁵⁹ CONTE, Emanuele. Droit médiévale. Un débat historiographique italien. Trad. Maria Novella Borghetti. **Annales. Histoire, Science Sociale**, 57^e année, nº 6, EHESS, 2002, pp. 1593-1613. CALASSO, Francesco. **Medio evo**

Espanha, onde a força da história política jamais desapareceu verdadeiramente, contavam-se os nomes de José Antonio Maravall e Claudio Sánchez-Albornoz. Mirando este ambiente, é notável que em cada um deles, atendendo a contextos diferenciados, articulassem-se modelos explicativos capazes de impor uma rigorosa seleção de vestígios estruturais e assim tendentes a confirmar, por maiores ou menores discrepâncias entre si, os destinos assumidos pela configuração político-estatal moderna. Essa modelação afirmava o recorte do próprio material de documentos, servindo mais para esclarecer uma posição estabelecida do que para trair os privilégios herdados de uma historiografia pregressa.

Essas acomodações são expressivas no caso espanhol, onde mesmo um elenco de notações tão impróprio para o perfilamento nacional, como era o caso catalão, conseguia ser incluído sem dificuldades no mesmo anteparo de projeções definido por Maravall.³⁶⁰ Presos então ao lastro de umas preocupações conexas à historiografia oitocentista, os medievalistas catalães valorizavam o aspecto político das elites burguesas no comando da fragmentariedade estanciada contra seus reis, e, ainda assim, conseguiam incluir esse mesmo aspecto sob os destinos de “*una visión estatal por encima de los fragmentadores y disgregadores*” que produzira, em lugar do rei, o controle efetivo das jurisdições e que permitiria ao principado da Catalunha constituir-se como figura estatal.³⁶¹ A partir daí, proliferam as monumentais sínteses construídas à base de um catálogo prévio de axiomas pro-estatais, em uma distinção primária de categorias que se sustentam pela alienação de tudo que pode ser assim chamado na narrativa histórica – “engrenagem do estado”, “projeção de estado”, “burocracia proto-estatal” etc. – e sempre como parte de um vocabulário assimilado por estes historiadores. Tendo em mente este contexto, lembra-se mais uma vez a declaração aborrecida de Ramon d’Abadal, nas linhas finais do seu prefácio ao volume XIV da “*Historia de España*” (1966). Nesta altura, Abadal constata os limites fundamentais alcançados pelo papel monárquico no final do reinado de Pere *el Cerimoniós*, e a forma como esses resultados impediram que a Catalunha seguisse, no mesmo curso teleológico, a marcha dos grandes estados nacionais³⁶² desbravados após o declínio das demais sociedades medievais.³⁶³ Esse exemplo

del diritto. Le fonti, vol. I. Milano: Ed. Giuffrè, 1954. CORTESE, Ennio. Nostalgie di romanità: leggi e legislatori nell’alto Medioevo barbarico. **Ideologie e pratiche del reimpiego nell’alto Medioevo** (“Settimane del Centro Italiano di Studi sull’alto Medioevo”), Spoleto, Centro italiano di studi sull’alto Medioevo, 1999, pp. 485-510.

³⁶⁰ Além do já citado “*Estado Moderno y Metalidad social*”, cfr.: MARAVALL, José Antonio. **Los fundamentos del Derecho y del Estado**. Madrid: Editorial Revista del Derecho Privado, 1958.

³⁶¹ SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, n.º 13, 2000-2002, pp. 13-14.

³⁶² ABADAL, Ramon d’. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**. Trad. Xavier Fort i Ramon Pinyol. Barcelona: Edicions 62, 1987, p. 287.

³⁶³ Quanto ao tema desse *declínio*, deve-se prestar atenção aos recenseamentos da noção de “crise” das sociedades baixo-medievais, reveladora do que esta noção tem como termo limite de uma transformação histórica, que

remete a um cenário intelectual ainda mais amplo, no qual se vêem costurar umas particularidades institucionais culminadas com a própria assunção do regime franquista. Portanto, a orientação intelectual dessa historiografia, domesticada pelas presentes razões políticas do intervalo 1940-1970, assegurava a continuidade de um silencioso pacto entre cientistas sociais e ideólogos de estado, em que se incluíam os próprios juristas espanhóis, os quais soíam tão bem instruídos no labor daqueles.

Os revisionismos das décadas recentes têm permitido que algumas vezes muitas dessas posições sejam retificadas.³⁶⁴ O notado avanço técnico das ferramentas anteriores utilizadas por historiadores e jus-historiadores na última metade do século permite destacar algumas ampliações,³⁶⁵ e, felizmente, eliminar a maior parte de um manto ideológico tenazmente salvaguardado pelas gerações mais próximas. Fiando este reparo, a questão, que por si só é muitíssimo maior, assume sua importância necessária ao fazer lembrança de uns hábitos excessivamente internalizados pelo ideário historiográfico comum. É preciso, creio, insinuar contrariamente à imposição mais sutil desses estratégias, eliminando para fora, e com toda a veemência, os recalques e os progressos de um permanente discurso filogenético da ordem estatal. Tornam-se convenientes os empenhos de uma crítica consciente desses termos. Assim, por exemplo, quando Bartolomé Clavero insiste de maneira enérgica contra um estado anterior ao advento da *Révolution* (a qual chama por sua vez, em seu proverbial tino à provocação, *revolução jus-liberal*³⁶⁶), o faz para delatar os riscos de uma posição enviesada como a da historiografia

por seu turno se distingue na coletânea de indícios trilhados com um tipo de modernidade que se quer radicar. Pondo o questionamento deste lugar de honra, da ruptura medievo-modernidade (costurada por esta outra: feudalismo-capitalismo), Paulino Iradiel pergunta: “¿qué hacer con una categoría –la de crisis ‘bajomedieval’– [...] punto de arranque de la transición del feudalismo al capitalismo y despegue, institucional y territorial, del ‘moderno’ estado centralizado?” IRADIEL, Francisco Paulino. La crisis bajomedieval, un tiempo de conflictos. IGLESIA, José Ignacio de la (coord.). **XIV Semana de Estudios Medievales**, Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV, Nájera, Instituto de Estudios de la Rioja, 2004, p. 14.

³⁶⁴ Na recensão, breve porém significativa, que Manuel Sánchez escreve para uma necrologia de José Luis Martín, aparecem parcialmente algumas dessas posições. SÁNCHEZ, Manuel. José Luiz Martín, investigador de la Historia de Cataluña. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 36, vol. I, Madrid, 2006, pp. 491-505.

³⁶⁵ Há alguns trabalhos, também de recensão historiográfica, como o de Benjamin González sobre a manualística de Francisco Tomás y Valiente, e o de José María Puyol Montero sobre a historiografia jurídica em Espanha das recentes décadas. GONZÁLEZ, Benjamin. Algunas consideraciones sobre la historia del derecho español. **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, Università degli Studi di Firenze, nº 10, Ed. Giuffrè, 1981, pp. 361-382. PUYOL, José María. Un balance de 25 años de historiografía histórico-jurídica en España (1973-1998). **Cuadernos de Historia del Derecho**, nº 5, Universidad Complutense de Madrid, 2002, pp. 283-409.

³⁶⁶ “Chamá-la ‘burguesa’ é dar, de entrada, o protagonismo a uma classe de duvidosa existência, então, como tal. Diz-la ‘liberal’ é conceder-lhe o apoio da sua própria ideologia, como se tivesse trazido, sem mais e apenas, ‘liberdade’. ‘Jus-liberal’ já pretende matizar, reconhecendo que existe algo disto, mas para efeitos restritos, e restritos no âmbito do direito, para que a revolução ocorra. Ainda que, em algum caso, indevidamente tido por típico, a revolução apontasse para mais do que isto, ela não podia, em si mesma, mais.” CLAVERO, Bartolomé. Entrevista dirigida por António Manuel Hespanha. **Penélope**, Revista de História e Ciências Sociais, nº 1, Lisboa, Quetzal Editores, 1988, p. 102. *Cfr.* CLAVERO, Bartolomé. Institución política y Derecho: acerca del concepto historiográfico de Estado Moderno. **Revista de Estudios Políticos**, nº 19, Madrid, Nueva Época, 1981, pp. 43-57.

tradicional, que não se justifica senão em uma intransigente reverberação ideológica. Essa disposição lhe permite constatar taxativamente: “*Só a revolução trará o Estado. Este constitui um requisito do modo económico de exploração, enquanto o jurídico não permitia a diferenciação de uma sociedade puramente política*”.³⁶⁷ Afirmar o contrário destina-se, precisamente, à mera asserção de “*um recurso ideológico e um escape epistemológico*”:

Recurso ideológico: uma forma de projeção que se mostrou bastante eficaz para a legitimação dos Estados que surgiriam com a revolução. Escape metodológico: um modo de voltar a fugir ao difícil problema de saber como se articulava politicamente uma sociedade em que nem o exercício nem a titularidade do poder contavam com um centro. Porque a questão não é apenas a de que existem senhorios, ou verdadeiros Estados senhoriais, é também a de que existia a Igreja [...]. E não apenas isto, pois também existia todo o complexíssimo mundo corporativo, de natureza também política, e para o qual particularmente se orientava a burguesia. Era tudo aquilo que a jurisprudência organizava. Falar de Estado, nomeá-lo apenas, já conjura toda esta série de problemas. Pelo menos disto livra-nos o Estado.³⁶⁸

Eis o decalque do problema expresso nestas duas posições fundamentais. E assim elas mesmas, muito lúcidas segundo me parecem, teriam poupado uma parte considerável do itinerário tracejado nas páginas anteriores. Teriam, inclusive, poupado-me o esforço de desmonstrar o núcleo do problema. De qualquer forma, elas permitem retroceder ao ponto de partida: a necessidade do estado é a mesma necessidade da busca da regularidade, da tentativa de se compreender uma realidade enquanto se aplaca aquilo que de um modo concreto tende a permanecer intangível e irrepresentável –daí temos uma realidade histórica, decerto, mas não apenas, porque também estarão em jogo a *realidade* do filósofo e a do sociólogo, num plano de representações que nunca termina de acontecer, sempre incapaz a *fechar o lugar da narrativa*–.³⁶⁹ Supor o estado, lidar com ele como se tratasse de um fenômeno detectável a partir de si mesmo, seja como destino comunitário, seja como índice de uma complexidade institucional, traz sempre o mesmo débito com uma necessidade de projeção anacrônica. Uma necessidade não apenas ideológica, como repara Clavero, mas também lavrada pela utilidade metodológica e no mais das vezes de uma forma quase inconsciente, que busca a organização de sistemas sociais compreensíveis dentro de um espaço de legibilidade; entretanto, girando em *moto perpetuo*, sempre pela legibilidade do presente histórico do intérprete.

CLAVERO, Bartolomé. **Tantas personas como Estados**. Por una antropología política de la historia europea. Madrid: Tecnos, 1987.

³⁶⁷ CLAVERO, Bartolomé. Entrevista dirigida por António Manuel Hespanha. **Penélope**, p. 103.

³⁶⁸ CLAVERO, Bartolomé. Entrevista dirigida por António Manuel Hespanha. **Penélope**, p. 104.

³⁶⁹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**, pp. 26-34. BHABHA, Homi K. **O local da cultura**, pp. 59-69.

A procura de padrões sociais, num tipo atávico de funcionalismo sociológico, está mais próxima destas intenções do que se pode admitir.³⁷⁰ E por isso, creio, a demarcação dessas taxonomias manuseadas ao pensamento político moderno não lidam com formas ingênuas de descrição científica. E muito mais, o que se esconde por trás dessas facilidades terminológicas tende a impor as suas poderosas prescrições institucionais, fazendo da representação histórica o seu cadinho de escolhas bem ajustadas e o estímulo indispensável de um destino antevisto desde seu ponto de partida. Ela convoca todo o universo temporal, instituindo sobre aquele uma cronologia que culmina com a sua própria celebração, para só então erigir as testemunhas de sua presença monumental em apoio dessa particular maneira de continuidade.³⁷¹ Esta ideia, a apologia desta ideia, continua a contaminar o plenário dos intérpretes para criar um imenso *horizonte de sentidos* que afirme seu lugar onipresente.

Longe de ser suficiente, este alerta peca por exceder em detalhes num espaço que já não lhe é apropriado, e ao mesmo tempo, por continuar carente de outros que certamente teriam sido indispensáveis para uma reflexão um pouco mais vigorosa. Assim mesmo, tomo-o por necessário diante do que segue. Tal alerta deve ser remexido quando se pensar o renascimento dos estudos de direito romano e os historiadores que despejaram sobre ele seus idealismos nacionalistas, numa abordagem que faz da recepção daquele direito a gloriosa paisagem de uma Europa expectante. Novamente, pesa sobre as concepções desse direito, sobre a criação do direito, um orbital de eventos históricos mais ou menos concatenados. Assim, as assembleias de Paz e Trégua servem a pensar os primeiros instantes de um *protoconstitucionalismo* estatal, confundindo os limites de uma historicidade com a voracidade normalizante de outra, e exagera-se a pensar na figura dos primeiros monarcas, exagera-se a crer que tudo se alinha para um fim irresistível dentro dos vetores políticos medievais... E doutro lado, a procura do ordenamento, da presença sistemática que anuncie a busca lógica do direito moderno, esse absurdo da transferência de umas paixões fora de lugar, essa volúpia pelo “quase-lá” desse estado inatingido.

A força deste alerta deve ser compreendida –e assim consigno o que desejo– no papel de uma voz insistente e de um percurso por demais contaminado com os enunciados que ela tanto lhe soprou. Ao fechar uma narrativa, ainda hoje, longe de decretar o *fim da história* com um

³⁷⁰ É preciso aceitar, que as explicações funcionalistas não podem ser banidas de um modo particular na construção da representação intelectual, tanto como ponto-limite de uma razão cognitiva, como linguagem codificada do objeto que se tenta esquadrihar. DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, pp. 63-67.

³⁷¹ WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correa de França Neto. São Paulo: Ed. USP, 2001, p. 63.

encerramento bastante inverossímil dessas metanarrativas,³⁷² o discurso que move o estado persiste tão naturalizado quanto antes. De uma maneira exemplar, a perspectiva que casa o estatismo medieval, nomeadamente a que se oferece no paradigma de Joseph Strayer, entusiasma mais do que é capaz de confirmar. No entanto, e sempre a despeito disto, esta ideia nunca sofreu com a falta de adesão por parte de uns nomes suficientemente robustos, guardiões de um patrimônio consagrado à memória do estado. São estes os escrúpulos que movem o discurso encanecido desse teleologismo. É esta a vontade disfarçada de um maquinário institucional criado para a dominação e a redenção de uma criatura fantasiosa, porém, enorme, até mesmo monumental –e a referência ao mítico *Leviatã* guarda mais do que nunca a sua razão de ser– que sobrevive graças ao alento de seu criador, o direito sob a forma de seu potente avatar, o *discurso dogmático*.

³⁷² Cfr. LYOTARD, Jean-François. **La Condition Postmoderne**. Rapport sur le savoir. Paris: Minuit, 1979, pp. 49-62. FONTANA, Josep. **História depois do fim da história**. Trad. Antonio Penalves Rocha. Bauru: Ed. Edusc, pp. 7-35. EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 43-65.

2. A ABORDAGEM CALASSIANA DO DIREITO COMUM COMO *SISTEMA IURIS*: CONTRASTES COM OS ORDENAMENTOS CATALÃES

2.1. A herança de Francesco Calasso na história do direito medieval

Tornou-se algo bastante claro o quanto a história do direito sofreu com as mais diversas intervenções ideologizantes que fizeram dela menoscabo dos tentes políticos contemporâneos. Ou então, o quanto seus historiadores, afiliados desta ou daquela posição epistemológica, deixaram suas orientações influir demasiado na lente do investigador. Mesmo compreendendo as dependências científicas que impuseram a posição ora dominante aos historiadores do direito, é preciso tentar uma reflexão contrária e fazer alguma justiça às razões interiores ao instante histórico mencionado. Para refletir contra, falo de seus historiadores. Parto por isso de um marco na história do direito medieval, a obra do jus-historiador Francesco Calasso.³⁷³ Reconhecendo, porém, a dificuldade de envergar uma crítica total desse coletivo acadêmico, limito-me a algumas matrizes fundacionais onde o discurso produzido atualmente continua a encontrar seu próprio alento.

Se desde um primeiro momento, percebido no contexto historiográfico de Calasso –em que a orientação estabelecida por Savigny era ainda soberana³⁷⁴–, a crítica assumida tinha a preocupação de rechaçar aquela visão simplificadora da história do direito medieval e que encontrava na *escola histórica* (*Die historische Rechtsschule*) um prolongamento deformado do direito romano como sua “segunda história”,³⁷⁵ essa crítica fez muito numa dimensão oposta,

³⁷³ Antes de mais, é necessário lembrar que a posição avançada por Calasso não se instalou harmoniosamente e livre de contestações teóricas. Para um registro disso, há que se lembrar a duradoura querela com Giuseppe Capograssi e da qual se pode traçar um itinerário in: CRESCENZI, Victor. Su Capograssi: Capograssi e Calasso, um confronto. **Ritorno al diritto**, nº 7, Milano, Ed. Franco Angeli, 2008.

³⁷⁴ A exposição detalhada de Friedrich Carl von Savigny, de toda a incursão filosófica-histórica acerca do *ius romanum* como sistema perfeito e ciência do direito, está contida em dois de seus principais tratados, os monumentais “*Geschichte des römischen Rechts im Mittelalter*” e, em oito volumes, o “*System des heutigen römischen Rechts*”, respectivamente publicados em 1815-1831 e 1840-1849.

³⁷⁵ A insistência de Calasso por uma autonomização dos estudos jurídicos medievais estava muito frequentemente empostada na ideia de um direito medieval constituído por ele mesmo, em que o *ius commune* figuraria como criação histórica original. O referencial da *Lex scripta* (*Lex generalis omnium*) conferia, uma vez filtrada pela glosa acursiana – *quicquid non agnoscit glossa nec agnoscit forum* –, o cerne dessa racionalidade sobre todas as práticas e chaves de representação do fenômeno jurídico. Onde, por mais presentes que fossem o texto da

contendo ela própria seus enormes prejuízos. Esses prejuízos, explicados, como se disse, pela propensão ideológica que formavam as circunstâncias, radicaram muito profundamente toda uma concepção histórica acerca dos estudos jurídicos com o renascimento romanista medieval, estendendo também seu poder de contágio aos historiadores que formaram daí uma variada fortuna crítica cujos efeitos ainda se fazem sentir.

Essa particular concepção de história, muito presa ao toque de seus enunciados legais e pouco afeita à verificação empírica das causas concretas de naturalização do fenômeno jurídico, conseguiu manter-se razoavelmente bem e estimulada por um atavismo retórico que extrai a sua legitimação a custo das demandas políticas emuladas pelo próprio direito enquanto discurso de poder. Por isso é que, com toda vênia a essa memória acadêmica, incita-se daqui uma reflexão mais comprometida com a história e menos com o direito, mais com o *erudito conhecedor do passado* e menos com o intérprete auxiliar do operador do direito.³⁷⁶ Esse erudito, nem por isso mais isento das contingências ideológicas de seu tempo, tenta um compromisso com a verificação “desarmônica” das realidades históricas que busca repor. É com essa mesma intenção, portanto, que se propõem quaisquer releituras, tomando a obra de Francesco Calasso por sua pinacularidade metodológica. Não se trata, é evidente, de negar o gênio da síntese calassiana, num momento em que este tipo de reflexão histórica era não apenas útil, mas muitíssimo necessária.³⁷⁷ E, de todo modo, parece apropriado tentar uma reposição de esquemas diferentes desde seu primeiro enrolamento crítico.

Com o plano cronológico inventariado por Francesco Calasso se adota uma escala progressiva na conjuração do *ius commune*, em que se denotam um momento instituidor, entre os séculos XII e XIII, de um “*diritto comune assoluto*”, e posteriormente, um segundo, dos séculos XIV ao XV, e um terceiro, a partir do XVI, quando ele avança de fonte subsidiária para base de

Lex e de suas ficções, todo seu mecanismo operacional fora materializado por técnicas muito particulares, das quais se entrevê principalmente a *interpretatio* medieval, que apenas admitiam os textos justinianos quando submetidos ao crivo dos glosadores. Cfr. CALASSO, Francesco. **Introduzione al diritto comune**. Saggio I: Tradizione e critica metodologica. Milano: Griuffrè, 1951, pp. 3-30.

³⁷⁶ GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2ª edição. Trad. Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 13.

³⁷⁷ Trata-se, desde logo, da experiência compartilhada do estado fascista do qual Calasso foi contemporâneo. Segue disso o comentário de V. Crescenzi: “*La storiografia calassiana è quella di un uomo che ha ragionato sul fenomeno giuridico, avendo visto dissolversi nella barbarie della dittatura e del totalitarismo quella funzione di garanzia che il diritto costituisce per il più debole proprio nei confronti del più forte, avendo dovuto vivere sulla propria pelle quella barbarie, avendo dovuto prestare il proprio contributo alla ricostruzione di uno Stato visto nella sua espressione storicamente più avanzata e più matura di Stato di diritto*”. CRESCENZI, Victor. *Diritto comune: analisi di un concetto, struttura di un’esperienza*. **El Dret Comú i Catalunya**, Actes del VIII Simposi Internacional (Barcelona, 29-30 de maig de 1998). Barcelona: Fundació Noguera, 1999, p. 113.

fundação aos sistemas jurídicos de feição estatalizante.³⁷⁸ Esta formulação foi imensamente propagada pelos historiadores do direito, e atendeu muito bem a uma perspectiva teleológica da história das instituições, uma vez que ela perpassa a longa duração a selecionar indícios de uma tradição jurídica convergente e que se torna responsável pela preparação das causas históricas do estado moderno. Debaixo deste viés, a história das instituições resvala-se em história da fundação ou da celebração das origens do monólito estatal. É nesta inserção que o direito comum medieval é estudado: como radiação de um sistema jurídico universal e espaço de elaboração para a centralização dos poderes e dos corpos políticos fragmentários.

Há aqui uma dívida enorme com o magistério de Calasso, não apenas na historiografia jurídica italiana, mas extravasada para outras, como a exemplo da própria historiografia hispânica, onde além de proporcionar um atenuamento da influência de Savigny (trazida, neste termo, com a difusão dos estudos de Eduardo de Hinojosa³⁷⁹), consolidou muito do fundo teórico da importante disciplina em que acabou se tornando a história do direito. Esse magistério consiste, através da monumentalidade de seus escritos especializados, em esboçar uma história do ordenamento jurídico italiano. É bem verdade que, tomando outros rumos, estes estudos acabaram sendo lidos de um modo que fossem extensivos a outras espacialidades histórico-temporais, convertendo-se aí em base de uma tradição acadêmica afeita mais à história da cultura jurídica³⁸⁰ que à história dos ordenamentos.³⁸¹

Malgrado terem alcançado este emprego, todavia indesejado por Calasso, seus escritos conseguiram disseminar a sua percepção fundamental acerca do direito comum. Esta percepção consiste em entendê-lo como fenômeno concreto, que transborda a abstração teórica dos ensinamentos jurídicos da escola bolonhesa e assume uma dimensão universal, verificada na pulsão dos ordenamentos existentes conforme o posto privilegiado de um “*fatto di civiltà*”. Sobre ele repousa o princípio de unidade em que assenta todo o universo jurídico medieval, assumindo uma visão “orgânica” dotada de sistematicidade, no qual a *communitas humanitatis* é harmonizada pelo emblema pulsante do mesmo *unum corpus* secularizado. Neste ponto, a lógica empregada por

³⁷⁸ Em posição revisionista, para uma excelente obra de síntese *cfr.* CARAVALE, Mario. **Alle origini del sistema giuridico europeo**. *Ius commune, droit commun, common law nella dottrina giuridica della prima età moderna*. Bologna: Monduzzi, 2005, pp. 12 ss.

³⁷⁹ *Cfr.* GARCÍA-GALLO, Alfonso. *Historia, Derecho e Historia del Derecho*. Consideraciones en torno a la Escuela de Hinojosa. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 23, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1953, pp. 5-36.

³⁸⁰ Sem propriamente enveredar por esse ponto da discussão, tome-se nota sobre a questão levantada por P. Grossi em torno de uma “cultura jurídica” envolvida na colocação hermenêutica do instante histórico. *Cfr.* GROSSI, Paolo. **L’ordine giuridico medievale**, 12ª edizione. Roma/Bari: Laterza, 2006.

³⁸¹ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune: un interrogante y un adiós*. **El Dret Comú i Catalunya**, Actes del VIII Simposi Internacional (29-30 de maig de 1998). Barcelona: Fundació Noguera, 1999, pp. 509-510.

Calasso não deixa de trazer um problema novo: os elementos aditados sob a grelha do *ius commune* acabam por dissolver a pluralidade dos ordenamentos locais em favor de um outro, superior e de certo modo externo, mas que se deve manter vivo mediante a ficção que reúne toda a *corporação* civil, fusão de *ius civile* e *ius canonicum* da qual emerge a *respublica christiana*.

Essa assimilação pela ideia calassiana se fundamenta por um sentido muito peculiar da identificação que se irá conferir ao papel do *estado*. Naturalmente, ele não espera encontrar o mesmo corpo político que assiste a modernidade.³⁸² Ao invés, é encontrando nesse corpo uma concepção própria de organismos de poder no recorte medieval e que se estende ao ordenamento radicado na comunidade universal, mas cujo único dialeto tende a ser o mesmo direito comum nascido dessa fonte de inspiração. Esse argumento, algo especioso, não se isenta de fixar os indícios de sua validade, tomando o primeiro, e o mais atacado depois, na apuração de um conjunto de práticas legislativas concretas, encarnadas por um ente mais ou menos abstrato de emissão jurídica. Desta forma a relação entre estado e direito contém, segundo tal parecer, a “qualificação jurídica” dos ordenamentos particulares (em que se esconde a conexão entre organização e norma) resolvida em um e outro caso pela premência do elemento de legalidade atribuído pelo historiador. Daí a importância recorrente conferida por Calasso à conceituação do direito comum medieval, e que leva-o algumas vezes a criar equívocos pelo afã de uniformizar sentidos, às vezes abismados demais entre si, apenas para figurar em uma mesma prateleira de tipologias. Talvez me engane muito, mas ao se mirar o ordenamento siciliano, parece que Calasso se embaraça na tentativa de identificar seu “direito” àquele registrado pela *constitutio puritatem* de Friedrich II. A preferência de nosso historiador não é de modo algum gratuita e não consegue se furtar a um detalhe sutil: ali se encontra o necessário valor que a longevidade e a coerência ordenamental do “direito longobardo” emprestam à sua teoria.³⁸³ Há uma evidente ambiguidade na recorrência feita por aqueles estatutos às duas espécies de *ius commune*, ambiguidade que o

³⁸² “[...] mentre noi oggi, assuefatti a vedere nello Stato la sola ed unica fonte del diritto, siamo portati a considerare il diritto come una creazione dello Stato (statualità del diritto), e, per conseguenza, poniamo lo Stato sopra il diritto, questa concezione fu estranea del tutto alla scienza giuridica medievale; la quale anzi, capovolse del diritto, e ponendo perciò stesso il diritto al di sopra dello Stato.” CALASSO, Francesco. **Gli ordinamenti giuridici del rinascimento medievale**. 2.^a edizione. Milano: Giuffrè, 1949, pp. 259-260.

³⁸³ Essa relação afetuosa de Calasso com o *Regnum Siciliae* pode ser explicada, creio, pelos índices de continuidade demonstrados desde esse ordenamento, como exemplo do que havia de mais “coeso” dentro da tradição jurídica medieval da península italiana. Tende a calhar que algumas das tantas necessidades teleológicas deste venerável historiador do direito vejam-se um pouco melhor aplacadas pela experiência jurídica daqueles territórios. Senão isso, algum outro motivo que lhe obrigasse abordar tão detalhadamente, ao longo de seus principais trabalhos, o caso siciliano como exemplar de uma realidade que se pretende genérica e completa – não apenas aos potentados italianos, mas à toda a paisagem medieval ocidental–. Assim, v.g., celebra a excelência e magnitude da *scuola giuridica napoletana*: “Là i giuristi si trovavan di fronte a una realtà nuova e imponente: il Regnum Siciliae, organizzazione ormai consolidata nelle sue classiche linee; non era possibile non vederla, e ignorarne le necessità nuove, per attaccamento alla lettera delle leggi antiche.” CALASSO, Francesco. **Gli ordinamenti giuridici del rinascimento medievale**, p. 208.

historiador italiano tende a corrigir, ligeiramente, pelo toque de sua pena.³⁸⁴ No entanto, o caráter legislativo do *ius commune* raramente percorreu outras dimensões para além dos Pireneus, mirando cada vez mais o exemplo da fragmentação italiana como síntese perfeita de um ocidente medieval que se vira cooptado pela racionalidade construída na abstração de glosadores e comentadores. Igualmente, a matriz dogmática fornecida pelos textos justineaneos ao amparo das glosas completaria o material bruto que, para além de todo particularismo e tendência auto-referencial de tradição jurídica, contagiou o Ocidente na engrenagem de uma lógica insuprimível de formação de direito.³⁸⁵

Calasso não se limita, portanto, a coligir as ideias sobre a unidade declarativa da ordem imperial, como se lê na proposição “*ipse etiam unus inter saeculares principes, per quem necesse est rei publicae consuli cui et datum est ius ut quodcumque constituerit ratum sit*”,³⁸⁶ e da qual descende toda a coerência normativa que faz do direito comum a perfeita jurisdição universal desde sua matriz de um *ius per excelletiam*. Vai, além disso, consignar estas ideias a um plano pretensamente concreto de verificação, materializado por seu conteúdo legislativo característico e pela incidência outorgada aos ordenamentos locais que acaba por sustentar. O equívoco de Calasso, que se exime parcialmente na medida em que se fizera ciente de tais riscos, é fundir os elementos de estatalidade (embora uma outra, diferente daquela acusada por Grossi) a uma abstração organicista da teoria dos corpos que lê as construções dos juristas medievais como demonstráveis *in causa*. E apesar de isso não prejudicar a extraordinária apreensão feita por ele desses mesmos juristas, finaliza com má sorte ao alinhar suas conclusões às deles, uma vez que estes primavam pela elaboração ficcional de um plano ideal, onde o direito pudesse se enrobustecer como sistema dogmático autônomo sem que com isso descurassem o que lhes era exigido além do plano da exegese. Fatalmente, as doutrinas corporativas perfiladas por esses juristas eram assim necessárias na elaboração de um construto jurídico coerente, elegendo um ente orgânico, –eis o “*corpus mysticum*” de que falara Kantorowicz³⁸⁷ e que tanta controvérsia trouxe– interligado até à prospecção de ordem eficiente do ponto de vista concreto e que, de qualquer

³⁸⁴ CALASSO, Francesco. **Introduzione al diritto comune**, pp. 53-56.

³⁸⁵ THOMAS, Yan. Los artificios de la verdad: la ficción en derecho medieval. **Los artificios de las instituciones**. Estudios de derecho romano. Trad. Silvia de Billerbeck *et alii*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1999, pp. 37-54.

³⁸⁶ Luca da Penne. **Commentaria in tres libros Codicis Justiniani imperatoris**. XII, 35, 14: n. 7 citado e grifado por CALASSO, Francesco. **Gli ordinamenti giuridici del rinascimento medievale**, p. 261. *Cfr.* CALASSO, Francesco. Studi sul commento ai “tres libri” di Luca da Penne: la nascita e i metodi dell’opera. **Revista de Storia del Diritto Italiano**, nº 5, Milano, 1932, p. 395 ss.

³⁸⁷ KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, em especial seu capítulo quinto, *A realza centrada no governo*: “*corpus mysticum*”, pp. 125-169.

modo, jamais se perdera da visada desses juristas medievais. Falta, contudo, a compreensão em concreto desse elemento, transcendendo o aporte meramente textual para se fixar na atividade jurisprudencial coletada pela interpretação do *Corpus iuris civilis*.

Com esse ponto de vista da interpretação, Calasso dirigiu seguidas críticas a Otto Brunner e seu ordenamento jurídico territorial, baseado nos regimes senhoriais (*Herrschaft*) que segundo ele constituíam a paisagem germânica medieval.³⁸⁸ Suas críticas contra o colega alemão representavam, além de meras apetências metodológicas, uma dimensão ideológica muito mais profunda ao colher nesses ordenamentos uma concepção radical do fenômeno estatal. Enquanto Calasso assume a ideia de uma integração harmonizante sob a ordem jurídica imperial, Brunner se mostra refratário a essa leitura, propondo a pulverização de ordenamentos apenas esparsamente coordenados pelo imperador. Certamente isso não isenta certas posições assumidas por Brunner na defesa que ele promove de um sistema feudal germânico, estando assim a ponderar pela *hipostasis* dos estados modernos da Áustria e da Prússia.³⁸⁹ O notável é perceber que em ambos se assiste a operação que recolhe de cada contexto nacional o seu espelho de interpretação histórica. Em ambos se identifica uma preocupação de situar suas histórias constitucionais (*Verfassungsgeschichte*) à guisa dos momentos de fragilidade institucional que seus estados atravessavam.

Ao fim e ao cabo, aqui está o registro, embora um tanto parco, do perfil imprimido por Calasso à disciplina da história do direito em geral, e à história do direito medieval em particular. É sobre esses resultados que gravitaram as premissas da escola calassiana, fazendo dela um posto de convergência privilegiado. Mas, para consolidar esse posto de experimentações, o historiador italiano teve de se ater a contingências muito restritas, que lhe serviriam de laboratório na composição da disciplina histórica do direito. Este mesmo laboratório, visto hoje com admiração e reserva por seus continuadores, permitiu-lhe alcançar toda a consistência de sua teoria. Ademais, esta como toda interpretação histórica, seguiu dependente de uma tradução pontual das condições arguidas pelo historiador em seu próprio tempo. O que visto assim, consegue situar melhor o

³⁸⁸ Cfr. BRUNNER, Otto. **Land und Herrschaft**. Grundfragen der territorialen Verfassungsgeschichte Südostdeutschlands im Mittelalter. Wien: Rudolf M. Rohrer Verlag, 1943.

³⁸⁹ “Le sue considerazioni circa i due tipi (è appena il caso di richiamare forti ascendenze weberiane) fondamentali di Verfassung – quello continentale e quello inglese –, il forte comparativismo della sua stessa Verfassungsgeschichte, determinato da problemi specifici della Germania e della Prussia, dalla crisi dei partiti tedeschi, l’attualità, insomma, delle preoccupazioni che guidano la sua indagine verso il feudalesimo e la storia territoriale, stanno a dimostrare che permane in lui, nonostante tutte le coincidenze con le tesi di Brunner, una forte carica drammatica del problema politico/constituzionale, del problema dei rapporti tra stato e società che non sono distinti in Germania, ma per processo dialettico che unisce medioevo, assolutismo, stato moderno.” CAPITANI, Ovidio. Introduzione all’edizione italiana. In: BRUNNER, Otto. **Storia sociale dell’Europa nel Medioevo**. Trad. Gustavo Corni. Bologna: Il Mulino, 1988, p. 21.

repertório da obra calassiana como a daquele homem ansioso em detectar uma península dos séculos XII-XIV dividida por pequenas tiranias e potentados jurisdicionais, mas sobre a qual se forçara a crença de uma entidade coordenadora cingida pela figura imperial. É este mesmo recorte, implicitamente reconhecido na fala bartoliana, que alimenta o discurso de Calasso na interpretação dos ordenamentos jurídicos medievais. Sendo esse discurso uma hipostasiação de um desejo emancipador vindicado por sua época, que, tolhida das liberdades paesinas e dos particularismos comunais, punha-se contra Mussolini e o regime fascista.

A profusa riqueza crítica erigida por Calasso fez com que os historiadores do direito das décadas seguintes se vissem entrincheirados e muitas vezes prontos a segui-lo, ajudando assim a capitalizar um repertório de investigações que compartilhavam entre si uma mesma reserva de projeções e orientações historiográficas. Aqui é mister prescindir desta análise –onde pode aparecer um desenvolvimento detalhado da obra de seus continuadores,³⁹⁰ talvez supondo poder sacar-se daí uma genealogia de repertórios– para tratar diretamente de um segundo nome, que, juntamente a Calasso, constituem as duas pontas dessa trajetória assumida hoje, com ou sem exagero, como tradição forte na historiografia italiana.³⁹¹ Deste modo, mantendo as linhas gerais daquela perspectiva, encontra-se no Professor Paolo Grossi a inserção de alguns reparos metodológicos diferentes, pertinentes contudo às demandas de sua própria esfera de produção historiográfica. Tal como Calasso, Grossi mantém-se firme nas pegadas de Santi Romano e na sua inicial prospecção temática acerca da teoria dos ordenamentos.³⁹² De partida, ele reconhece no outro os equívocos advindos da apreensão do direito comum como fenômeno de porte eminentemente legislativo. O “conteúdo” concreto do direito medieval, tal como sustenta, é densamente pragmático (e aqui, a articulação com os ordenamentos locais é insubstituível), a depender do elemento fático conjugado à tramitação exegética, no qual a aparelhagem formalista avalizada a partir do direito romano percebe uma função subsidiária –“*Il diritto comune è assai poco esegesi di un complesso testuale, è invece interpretatio*”–.³⁹³ Com tudo que se põe, é inadequado argumentar pelo caráter legislativo do direito comum, tomando-o como conjunto

³⁹⁰ CORTESE, Ennio. Nostalgie di romanità: leggi e legislatori nell’alto Medioevo barbarico. **Ideologie e pratiche del reimpiego nell’alto Medioevo** (“Settimane del Centro Italiano di Studi sull’alto Medioevo”). Spoleto, Centro italiano di studi sull’alto Medioevo, 1999, pp. 485-510. CONTE, Emanuele. Droit médiévale. Un débat historiographique italien. **Annales. Histoire, Science Sociale**, 57^e année, n° 6, EHESS, 2002, pp. 1593-1613. MONATANOS, Emma. La herencia de Francesco Calasso: actualidad de una perspectiva innovadora. Consideraciones para un perfil de historia de la historiografia europea. **Anuario de Historia del Derecho Español**, n° 77, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 2007, pp. 469-479.

³⁹¹ ASCHERI, Mario. **Istituzione medievale**. Una introduzione. Bolgna: Il Mulino, 1999. CORTESE, Ennio. **Le grandi linee della storia giuridica medievale**. Roma: Il Cigno Galileo Galilei, 2000.

³⁹² ROMANO, Santi. **O ordenamento jurídico: a construção da justiça administrativa**. Trad. Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

³⁹³ GROSSI, Paolo. **L’ordine giuridico medievale**, p. 228.

patente através de um *sistema iuris* orgânico e estável numa ordem universal, totalizante e com pretensões absolutas sobre o marco jurídico medieval.

Em paralelo ao móbil que Calasso tomara em sua época de construir uma crítica consistente contra a *escola histórica*, o Professor Grossi se viu impelido a forjar uma crítica igualmente elementar.³⁹⁴ Trata-se de uma tarefa de envergadura: a contestação, desde uma reflexão histórica pontuada, das balizas instituintes do estado moderno e de seu consórcio com aquilo que, propagado pela herança jurídica privatista, modelou o fenômeno do direito ao *absolutismo jurídico*, e que significa a captação de todo direito como titularidade única do estado.³⁹⁵ Sem se deter neste ponto, porém, interessa levar em conta a postura crítica assumida por Grossi como historiador. Na compreensão que Grossi tem sobre a história, no modo que o mirar do historiador do direito deve fornecer um dilatado panorama de experiências concretas, o seu foco encontra neste passado medieval o *experimentum* para uma alternativa à trajetória jurídica da modernidade. Ali no medievo, encontrar-se-á uma infinidade de ordenamentos co-habitantes de um mesmo espaço, que servem ao operador do direito (pela mão de seu “auxiliar”, o intérprete do passado) como recurso criativo quando o que se tem em mente é a expansão consentida desse repertório

Esta posição, assumida com exemplar convicção, esclarece algumas marcações frequentes na interpretação que se coloca a respeito dos ordenamentos medievais. A primeira delas, certamente, irá numa posição contrária à de Calasso, rechaçando tanto quanto pode a estatalidade³⁹⁶ invocada por ele desde a concatenação ordenativa de um *dominus mundi* imperial. Assim mesmo, convém a Grossi manter a unidade prescrita pelo direito comum como reservatório de harmonização entre as diferentes realidades dos ordenamentos. Esta insistência,³⁹⁷ que faz muito da tônica grossiana, se resume bem no slogan de uma “*posizione dialettica con i varii iura*

³⁹⁴ Desta vez, voltada para a assuntada negligência do elemento jurídico no repertório dos *annalistes* e de sua “história social”. A crítica, no fim, permanece presa aos mesmos excessos apoteóticos daqueles a quem pretendia criticar, ciosa de si mesma ao instituir a sua escola e seus sequazes. GROSSI, Paolo. **L'ordine giuridico medievale**, pp. 6-7, nota 1. LE GOFF, Jacques. *Histoire Médiévale et Histoire du Droit: um dialogue difficile*. In: GROSSI, Paolo (org.). **Storia sociale e dimensioni giuridica: strumenti d'indagine e ipotesi di lavoro**. (Atti dell'Incontro di Studio. Firenze, 26/27 aprile 1985). Milano: Ed. Giuffrè, 1986, pp. 23-63.

³⁹⁵ GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**, *passim*.

³⁹⁶ Leve-se em conta, porém, que para Grossi o fenômeno da estatalidade somente reconhece verossimilhança histórica no conjunto de variáveis praticadas em torno de um positivismo propriamente moderno. É para este conjunto que ele volta sua crítica: “*che si diponga ogni latente statalismo, che si depuri il proprio sangue da quelle cospicue stille di positivismo giuridico che perenemente vi stazione, e si colga con purezza di sguardo, nella sua libertà e autonomia, il sovrapporsi, in uno stesso spazio [...]*”. GROSSI, Paolo. **L'ordine giuridico medievale**, p. 230.

³⁹⁷ Neste sentido, o comentário de Emanuele Conte sobre a posição metodológica de Grossi: “*Le discours de Grossi est si passionné qu'on éprouve presque l'impression que sa peinture du monde médiéval relève d'un regard nostalgique et que son interprétation de l'évolution à l'époque moderne ressortit plutôt au registre de la condamnation.*” CONTE, Emanuele. *Droit médiéval. Un débat historiographique italien*. **Annales**, p. 1594.

propria”, em que o direito comum assume o papel de plasmar e intervalar, à guisa de um jusnaturalismo restaurado, as intransigências de cada tradição jurídica com seus respectivos ordenamentos. Neste passo, ele não apenas conserva, mas fortalece a pretensão agregadora do *ius commune* como lugar matricial de um ordenamento jurídico medieval:

[...] un patrimonio, insomma, di principi nozioni espedienti, universali perché espressivi di una civiltà giuridica collandata dai secoli; come tali, universalmente presenti e vigenti in ogni tempo e in ogni dove [...] si trattava, infatti di un patrimonio dell’intera umanità civilizzata, fondato sulla ragione.³⁹⁸

O privilégio de que se reveste esse sistema está na sua legibilidade –dita então perfeita porquanto “*incarna la pura razionalità giuridica*”³⁹⁹– para conformar as muitas realidades sem contudo escravizá-las ou desnaturá-las de suas matizes históricas.⁴⁰⁰ Esse trâmite de harmonizações é então mediado pela interação entre *ius commune* e os *iura propria*, esse mesmo trâmite que será buscado como parte de um magnânimo percurso *dialético*:

E una dialettica intensa domina el pianeta giuridico, quella tra universali e particolare, assai più di prima, proprio perché, se la dimensione del particolare continua a identificarsi in una straricca imersione (e consolidazione) consuetudinaria, quella dell’universale si lega ormai alla scienza, ai suoi generali schemi ordinanti, alle sue architetture insoferenti a proiizione territoriali limitate o ad àmbiti etnici, attuali, professionali limitati.⁴⁰¹

A dialética pretendida é possível porquanto toda comunidade humana –muito coincidente à *Ecclesia* vislumbrada em São Tomás– se identifica entre si num mesmo recipiente de valores cívicos e éticos, projetados à ordem, à *respublica christiana* de que tratava toda concepção jus-canônica afirmada pelos decretalistas. Essa posição coincidente de racionalizações é a convergência última empreendida pela interpretação grossiana, cujo destino final pode-se antecipar sem grandes dificuldades. Ele fala dessa comunidade como de um todo, livre de percalços sérios, de contrariedades ou de disputas jurisdicionais capazes de invalidar esse percurso

³⁹⁸ GROSSI, Paolo. *L’ordine giuridico medievale*, pp. 232-233.

³⁹⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 235.

⁴⁰⁰ O direito comum seria, pois, a resposta a um presente tolhido de alternativas práticas desde que o estado, esse titã assombroso, assumira para si a prerrogativa de todos os ordenamentos; expulsando aqueles outros, incompatíveis com suas premissas de hierarquização, e que fecha o que Grossi chama acusativamente de “absolutismo jurídico”. Entretanto, acredito, e assumo muito intimamente este julgamento, que muitas vezes seja essa a orientação de fundo a resvalar-se nas conclusões extraídas pelo historiador italiano, quando sai à busca de um modelo pacificador de organização política das sociedades. Por fim, projetando, ao menoscabo da história, uma noção idealizada da composição jurídica medieval para seus próprios fins. *Cfr.* GROSSI, Paolo *Unità giuridica europea: un medioevo prossimo futuro. Quaderni Fiorentini per la storia del diritto*, Università degli Studi de Firenze, n° 31, Ed. Giuffrè, 2003, pp. 39-60.

⁴⁰¹ GROSSI, Paolo. *L’ordine giuridico medievale*, p. 223.

ordeiro de convivência entre os corpos.⁴⁰² Paralelamente, portanto, a leitura grossiana pressupõe a interiorização do direito comum nos ordenamentos particulares –e disso dá como exemplo a circulação de um *Liber feudorum coetus mercatorum*–. Contudo, ela não consegue verificar os variados teores de reposição (ao menos, para além da península itálica) dessa tradição que se quer presente nos conteúdos originários de outros ordenamentos. Finalmente, esta prontidão em limitar-se ao exemplo das *comuni* italianas permite a aceitação de um corpo unificado e harmônico, planteado desde logo pelo marco abstrato do *ius commune*.⁴⁰³

Apesar dessa ótica ter conseguido resultados analíticos satisfatórios, ela não se livra do descaso sobre o caráter elementar do direito comum em relação aos vários ordenamentos que ele ajudou a consolidar. A atribuição tradicional de que o direito comum apresenta uma unicidade praticamente inequívoca na dimensão do ocidente medieval merece uma nova série de raparos. Em primeiro lugar, deve-se assumir que nem mesmo a dicotomia de *iura propria* ante *ius commune* é capaz de explicar a tensão engendrada nos marcos jurídicos dos agregados sociais, uma vez que ela restringe a complexidade do poder de efetividade do direito comum sobre os processos de centralização política nas monarquias medievais. Dá-se conta, então, que a resistência oferecida pelos estatutos locais ou pelo consuetudinário é muito mais diferenciada e excêntrica que a medievística jurídica soube demonstrar até a última hora. Depreende daí que essa resistência não apenas limitava, mas reformulava pontos às vezes essenciais do conteúdo vindicado pelo direito comum. Assim, de entidade sistematizadora fixa sobre os ordenamentos plurais, ele passa, quando muito, a desvendar o recipiente de uma “lógica de racionalização” dos conteúdos jurídicos detectados nas mais diversas realidades culturais do baixo-medievo ocidental. Com estes aportes, perde força a insistência feita sobre a matriz do *ius commune* como instituição autônoma –seja pelo seu caráter legislativo, como o assinalara Calasso, seja por sua feição racionalizante universal, como faz endoçar Grossi– levando sempre em conta as instâncias concretas através das quais ele foi difundido e recebido.

⁴⁰² “Ed è la comunità che, come ordo, armonizza le diversità raccogliendole in una unità di valori orientatori e di scopi da raggiungere, perché sono i valori e gli scopi che costituiscono e fondano la comunità, la quale non può essere eliminata se non pagando il costo di alterare e violentare la identità di queste formazioni sociali.” GROSSI, Paolo. *Usi Civici: una storia vivente. Usicivici*, Archivio Scialoja-Bolla, Annali di studi sulla proprietà collettiva, vol. 1, Ed. Giuffrè, 2008. Disponível em: <www.jus.unitn.it/>

⁴⁰³ “Al contrario, lo presuppongo, collocandosi in posizione dialettica – ossia in relazione, patente o latente – con questo immenso patrimonio che circola in ogni dove e che costituisce lo *ius*, lo *ius* per eccellenza. Statuti comunale, consuetudini locale, prima legislazione principesca nelle ormai forti monarchie, diritto feudale, diritto mercantili si affermano e vivono entro il grande respiro del diritto comune, non dono pensabili se non entro il diritto comune: quase como della correnti che si inseriscono con vivacità nell’aria generale di un ambiente, la arricchiscono e la variano ma vivono per sempre essa e in grazia di essa.” GROSSI, Paolo. *L’ordine giuridico medievale*, p. 226.

2.2. A recepção romanista nos condados catalães: matizes ao *ius commune*

Para buscar a imagem de um conjunto orgânico de pluralismos, Calasso olha em um mesmo plano para o reino de França e para as monarquias hispanas –“*i regni così detti romano-barbarici*”–.⁴⁰⁴ É dessa extensão natural da *Romania* que ele vislumbra o conectivo lógico entre os sistemas jurídicos herdados. Faz desse conjunto um processo quase homogêneo, em que as particularidades dos reinos medievais praticamente se desarticulam. Assim, a maneira como dá notícia desse processo de amálgama das entidades jurídicas, como fragmentos sedimentados pelo eco de uma imorredoura *pars Occidentis*, constitui uma tradição histórica repleta de harmonizações:

perchè, anche quando, in tempo successivi, progredita la fusione etnica e spirituale di assoggettati e conquistatori, se arriverà alla unificazione del diritto, quella tradizione latina continuerà a rivelarsi [...] quale profondo sostrato della vita giuridica degli ordenamenti barbarici, e servirà, in tempo ancora più tardi, a preparare le basi per la reazione del diritto comune evangelizzato [...] dalla scuola di Bologna.⁴⁰⁵

É com essa leitura da composição institucional dos primeiros *regna* ocidentais que Calasso pode encontrar o terreno propício ao renascimento dos estudos romanistas, do qual a escola bolonhesa é seu ponto de partida. É bem verdade que a unidade desvelada pela investigação calassiana é mais ideal que concreta, e é seguro pensar o quanto ele está ciente dessa condição já que congrega para a crítica anti-savignyana a grelha de uma “*storia dei popoli*”, onde a pluralidade convive com a unidade –ou, como depois dissera Grossi numa perspectiva semelhante, vige “*le diversità nell’unità*”–. Deve-se sublinhar, porém, o peso que a doutrina de Santi Romano exerce nesse particular da concepção pluralista de um sistema orgânico, no qual a convivência harmoniosa dos ordenamentos é reflexo do índice de estabilização histórica das sociedades, associado neste ponto a um patamar de “amadurecimento”⁴⁰⁶ dos organismos sociais em permanente interação.

Feito este breve reparo, quero passar a uma análise pontual capaz de oferecer eixos de recálque com a remissão feita dessa historiografia italiana. Pensando primeiramente numa

⁴⁰⁴ CALASSO, Francesco. **Medio evo del diritto**. Le fonti, vol. I. Milano: Ed. Giuffrè, 1954, p. 611.

⁴⁰⁵ CALASSO, Francesco. **Medio evo del diritto**, p. 610.

⁴⁰⁶ Em seu extenso comentário sobre a obra de Calasso, o Professor Aquilino Iglesia Ferreirós faz uma pontuação esclarecedora: “*La idea de madurez es, naturalmente, una idea peligrosa. Por esta razón, prefiero prescindir de la misma y señalar que, dentro de la concepción de Santi Romano, todas las épocas conocen una pluralidad de ordenamientos jurídicos, sin que sea necesario que esta pluralidad de ordenamientos de lugar a la noción de derecho común y, caso de existir, sin que sea obligatorio que esa noción de derecho común ofrezca los trazos señalados por Calasso.*” IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune: un interrogante y un adiós*. **El Dret Comú i Catalunya**, p. 413.

abordagem genérica sobre a península ibérica, toma-se o exemplo demarcado pela recepção do *ius commune* na Catalunha baixo-medieval. Esse recorte tende a privilegiar a combinação de discursos e uma relação aproximada entre instituições nativas e modelos novos trazidos pelo incremento dos estudos romanistas. Acredito que esta combinação, quando devidamente demonstrada, seja capaz de relativizar o alcance do *ius commune* como ordenamento concreto, matizando os aspectos constitutivos desse sistema jurídico uma vez que ele é mais técnica que conteúdo, e uma técnica preponderantemente comprometida com um eixo principal de teorizações. Assim, o direito natural e a *Lex divinitatis* reclamado por trás de uma universalidade imanente de ordem é indício, antes de tudo, de uma abstração contida no plano do ordenamento imperial. O que se procura ver desde esse ponto é que junto de todas essas construções teóricas imperiais transladadas às monarquias nascentes –das quais se extrai o mote máximo: *rex superiorem no recognoscens est in regno suo imperator*– há também uma “adaptação” a padrões locais, a conteúdos consuetudinários de direito e que incorrem em processos de tradução de um sistema simbólico a outro, onde a reformulação pode ser de tal grandeza que sua parecença inicial se perca ou se desnature no ato de finalização mediadora.

Desta maneira é que as sociedades medievais ibéricas podem ser focalizadas, onde é aceitável crer que assumiram ativamente o quinhão oferecido pelo *Liber Iudiciorum* como fonte primordial de direito escrito e em cujas derivações se podem encontrar tradições diplomáticas bastante estabelecidas já nos séculos VIII-IX.⁴⁰⁷ Na margem oriental da península ibérica –mais tarde circunscrita pela faixa de condados sob a tutela carolíngia– a presença de uma tradição jurídica própria encontrava-se bastante fortalecida, a ponto de se obter desse marco legal o fundamento de validade para os litígios jurisdicionais.⁴⁰⁸ Essa realidade um tanto fixada desde o século X, iria se consolidando também na reiteração dos conteúdos de modo a se impor como elemento nuclear de toda a tradição jurídica peninsular nos séculos posteriores. Sua utilização, ora mencionado como *Liber Iudicos* ora como *Lex gothorum*, não atende a um princípio de mera autoridade da lei, mas, sim, ao sentido prático de este conjunto legislativo facultar mecanismos de resolução de conflitos que ainda refletem o parâmetro ético de uma justiça comum, e que de alguma forma se torna venerável e sacralizado em nome do passado que ele incorpora.⁴⁰⁹

⁴⁰⁷ Cfr. GARCÍA, Yolanda. La tradición del *Liber Iudiciorum*: una revisión. **De la Antigüedad al Medioevo**, siglos IV-VIII. III Congreso de Estudios Medievales, Fundación Sánchez-Albornoz, 1993, pp. 383-415.

⁴⁰⁸ Sobre a superveniência do marco legal visigodo nos textos jurídicos dos séculos IX-XI, cfr. FONT RIUS, Josep Maria. En torno a la aplicación del derecho visigodo durante la Reconquista: La tutela alto-medieval catalana. **Revista Portuguesa de História**, nº 5, Coimbra, 1951, pp. 361-378. SABATÉ, Flocel. **La feudalización de la sociedad catalana**. Trad. Mais Carnicé. Granada: Universidad de Granada, 2007, pp. 229-232.

⁴⁰⁹ Para coligir essa atribuição religiosa da reiteração dos textos do *Liber*, dotado assim “sicut ratio docet et regula ecclesiastica et secularis precipit”, tomar nota in: IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. Ley y costumbre en la

Ao tratar dessa ordem jurídica no século XI, Flocel Sabaté documenta as transformações operadas pela inclusão de novos valores institucionais sobre um senso prático que se ia definindo no plano jurídico dos condados ultrapirenaicos. Com a incidência mais ampla da orientação jurisdicional do conde, propiciados pela reelaboração de suas tarefas administrativas e pelo fortalecimento do exercício judicial através dos juízes da cúria,⁴¹⁰ mantidos mais próximos das áreas em que se demandava esta presença, transforma-se a própria composição dos pleitos. Esta transmutava-se segundo uma lógica diversa na busca da veracidade, não mais mediante os canais de interposição à divindade, que decaía de seu poder de convencimento, “*cada vez más oscilantes entre la perplejidad de los demandados y la sospecha de los demandantes*”.⁴¹¹ Essas transformações impunham uma específica racionalidade das formas de instituir o juízo, atuantes pelo mesmo viés que operava relevantes mudanças de mentalidade, notáveis de todo modo desde os planos sociais e econômicos, deixando certas bases materiais por outras, que transita entre novas formas de patrimonialização com outros regimes de apropriação e tenência dominial,⁴¹² lembrando sempre a inclusão da enfiteuse como protagonista importante desse processo. Por trás de tudo, aparece a insistente utilidade tipológica do direito visigodo, institucionalmente inscrito no cerne de uma racionalidade jurídica às voltas com suas próprias reconfigurações, mesmo quando se tratasse de corrigi-lo e modificá-lo:

Dentro de este marco, el mantenimiento de la referencia judicial en la *Lex* no puede evitar [...] desconfianzas respecto a determinados jueces, discusiones entre magistrados en un mismo pleito a raíz de las dificultades para englobar y enmarcar todas las cuestiones dentro del único y rancio *Liber*, conduciendo todo ello a la creciente preferencia del acuerdo entre las partes, ya sea con sentencias arbitrales o cada vez más mediante convenios privados.⁴¹³

Posteriormente, essa primazia de um marco formal seria readaptada pela transformação das circunstâncias institucionais catalãs. Mas, detalhe notável, o que se verifica com a impressão cotidiana das demandas judiciais é que o emprego da *Lex* só interessava na medida em que esta fosse útil à realidade concreta para qual seria reclamada, pondo de lado na maioria das vezes a chancela das ficções doutrinárias romanistas em proveito de uma adequação mais frontal aos

Cataluña altomedieval. **El Dret Comú i Catalunya**, Actes del V Simposi Internacional. Barcelona: Fundació Noguera, 1996, p. 220.

⁴¹⁰ SABATÉ, Flocel. El Cort a Catalunya. **Acta historica et archaeologica mediaevalia**, “Homenatge al Dr. Manuel Riu i Riu”, Universitat de Barcelona, nº 22, II, 2001, pp. 351-372.

⁴¹¹ SABATÉ, Flocel. **La feudalización de la sociedad catalana**, p. 229.

⁴¹² IRADIEL, Francisco Paulino. La crisis bajomedieval, un tiempo de conflictos. IGLESIA, José Ignacio (coord.). **XIV Semana de Estudios Medievales**, Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV. Nájera: Instituto de Estudios de la Rioja, 2004, p. 45.

⁴¹³ SABATÉ, Flocel. **La feudalización de la sociedad catalana**, p. 230.

problemas exigidos.⁴¹⁴ Essa atitude subsistiria mesmo perante a indexação contida no livro dos *Usatges* de que qualquer reclamo jurídico deverá observar a premissa “*secundum leges et mores*”. Ou até mesmo nos diversos *Costums* compilados em Lleida ou em Tortosa, onde se aplicava primeiramente os usáticos barceloneses, e subsequentemente, o direito visigodo, e em terceiro lugar, o direito comum dos romanos.⁴¹⁵

Para entender essas gradações é preciso retomar o próprio recipiente de formação dessas compilações em razão dos contextos históricos que lhes concernem. A própria linha que fundamenta os capítulos barceloneses, desde sua vasta e controversa tradição textual, aponta uma diversidade de fontes e recorrências legislativas postas sob o domínio de reiterações locais. Os *Usatges*⁴¹⁶ têm seu surgimento no contexto da montagem legislativa condal da cúria de Barcelona, seguindo adaptações com natureza de *usualia* sobre aquilo que, apenas da interpretação corrente do *Liber*, já não se permitiria extrair. Sobre este período, há muito que se constituiu uma verdadeira disputa de terreno historiográfico, da qual menciono a título de modelo o ponto levantado por Pierre Bonnassie.⁴¹⁷ Ele defendeu a assunção de uma ordem jurídica completamente transformada na Catalunha baixo-medieval, assumida nos alvares do século XII em razão de transformações institucionais um tanto repentinas. Essas transformações parecem ter sido possibilitadas por um cruzamento de variáveis condicionantes do próprio recorte, favorecidas por razões internas e externas. Internamente, pela aclimação das instituições feudais: de onde se destaca o alcance das assembleias de *Pau i Treva*, no século XI, e a coesão jurídica propugnada pelo titular de Barcelona no encabeçamento de uma lei escrita extensiva a toda a paisagem catalã. E externamente, pela “influência assimiladora” dos estudos romanistas e seu arcabouço técnico jurídico. No entanto, ao contrário do que conclui Bonnassie, e à parte o século e meio de controvérsias historiográficas, a “montagem” desse corpo jurídico e a composição de seu contexto foi lento e gradativo, revelando na fixação de um texto legal a validade de um costume aceito pela cúria dos juristas condais.⁴¹⁸ A captação desses *usualia* permitiram não meramente a introdução,

⁴¹⁴ OBARRIO, Juan Alfredo. El derecho romano como *ratio scripta* en la Corona de Aragón. Un supuesto práctico: la prueba testifical en la posesión inmemorial. **Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña**, nº 6, 2002, pp. 531-552.

⁴¹⁵ OBARRIO, Juan Alfredo. El derecho romano como *ratio scripta* en la Corona de Aragón. Un supuesto práctico: la prueba testifical en la posesión inmemorial. **Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña**, pp. 531 ss.

⁴¹⁶ Nas remissões seguintes, remeter-se-á para a edição dos *Usatges de Barcelona* publicada por Ferran Valls i Taberner: **Los Usatges de Barcelona**: estudios, comentarios y edición bilingüe del texto. Malaga- Barcelona: Universidad de Malaga/Promociones Publicaciones Universitarias, 1984.

⁴¹⁷ BONNASSIE, Pierre. **La Catalogne du milieu du X^e a la fin du XI^e siècle**. Vol. II. Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse, 1976.

⁴¹⁸ Data-se de 1173 a assembleia de Paz e Trégua presidida por N'Alfons el Cast, no qual se fez uso de uma compilação integral dos mencionados *Usatges de Barcelona*. Cfr. SABATÉ, Flocel. **La feudalización de la sociedad**

mas a própria sedimentação, *secundum consuetudinem scripta*, de um perfil assumidamente feudal no complexo institucional baixo-medieval catalão. Neste passo, aceito satisfatoriamente a posição do Professor Sabaté de que “*los Usajes no significan ninguna ruptura con la ley precedente*”, forçando, ao invés, sua assinalada sobrevivência.⁴¹⁹ Tomado este exemplo, a verificação das práticas judiciais catalãs é, até onde tem sido possível acompanhá-las, indicativo de que o lastro efetivo do direito comum fora menos verossimilhante ao de um direito uniforme – “*come la scuola di Bologna lo insegnava*”⁴²⁰–. Ainda que nem por isso se possa rechaçar o fato de que houve uma penetração do *ius commune* na porção oriental da península ibérica, partindo sobretudo de Montpellier.⁴²¹ O que está fora de propósito, entretanto, é o destaque suplementar, expresso na possibilidade de a inovação técnica trazida com esses juristas ter conseguido sua expansão graças ao vazio de tradições jurídicas autóctones, ou então, de que estas não possuísem consistência suficiente que lhes tornassem capazes resistir à pletora de recursos dogmáticos na fusão do *Corpus iuris canonici* e do *Corpus iuris civilis*.

Cabendo matizar a natureza de seu contágio sobre os ordenamentos pré-existentes, recaudam-se disso duas disposições de análise. Uma primeira, comprometida com a captação direta da interação direito romano/monarquias medievais, olvidando-se que o fenômeno produzido contém outras inúmeras dimensões para além desse tangenciamento binário. Não fora portanto apenas o discurso régio o primeiro beneficiário do cabedal jurídico romanista. Eram os próprios poderes feudais que avançavam das pretensões jurisdicionais dos monarcas, alinhavando com eles a disputa sobre o poder de enunciar seu domínio *de iura*. Destaca-se, pois, do lado dos barões, o aliciamento de um corpo de doutores em leis –os *enfeudistas*⁴²²– habilitados para o proceder técnico e o embasamento legal próprio à afirmação de uma autonomia vindicada por liames feudais primitivos. Um tal estado de coisas leva à multiplicidade de discursos de razão

catalana, p. 235. GONZALVO, Gener (ed.). Introducció. La Pau i Treva a Catalunya. In: **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**. Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1994, p. 80.

⁴¹⁹ SABATÉ, Flocel. **La feudalización de la sociedad catalana**, p. 236, de onde se aproveita a remissão feita pelo autor aos trabalhos de: IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. El cartulario de Sant Cugat del Vallés: del “Liber Iudiciorum” al “Corpus Iuris Civiles”. CERDÀ, Joaquin, SALVADOR, Pablo (eds.). **I Seminario de Historia del Derecho y Derecho Privado**. Nuevas técnicas de investigación. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona-Bellaterra, 1985, p. 164. GOURON, André. Sur la compilation des Usages de Barcelone au douzième siècle. **El Dret Comú i Catalunya**, Actes del VIII Simposi Internacional (Barcelona, 29-30 de maig de 1998). Barcelona: Fundació Noguera, 1999, pp. 219-236.

⁴²⁰ CALASSO, Francesco. **Medio evo del diritto**, p. 613.

⁴²¹ PACHECO, Francisco Luis. Derecho valenciano, derecho catalán y recepción del derecho común: reflexiones en torno a la institución de las servidumbres. **Historia, instituciones, documentos**, nº 22, Universidad de Sevilla, 1995, pp. 371-430.

⁴²² SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 13, 2000-2002, pp. 285-282. SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. **Clío & Crímen**, p. 207.

jurisdicional, pois na verdade, a partir das pretensões dos reis de Aragão desde o século XII, fica evidente o emparelhamento que consolida tanto a feudalidade como o desenvolvimento urbano,⁴²³ tanto a dispersão baronial como a emergente autoridade dos condes de Barcelona sobre a totalidade do principado. Complementarmente, a cristalização das jurisdições municipais (num complexo consórcio entre vilas e entornos rurais, constituindo verdadeiros raios de solidariedade jurisdicional, nomeadamente os *carreratges*⁴²⁴), são representativos de um cenário juridicamente refratário,⁴²⁵ no qual a influência do romanismo é manejada conforme interesses divergentes, e menos em dialética profunda de ordenamentos plurais coexistentes.

A segunda posição de análise possível, reserva-se aos espaços de tradução dos conceitos jurídicos forjados dentro da dogmática romanista. É nesta mesma tradução que se entreveem os termos da recepção, deslocando-se entre *ius commune* e, com uma expressão empregada amiúde por Calasso, os *direitos romances*. Mantendo o exemplo dos *Usatges* em foco, valho-me de alguns comparativos feitos pelo Professor Aquilino Iglesia Ferreirós. Esse exemplo atende a uma citação literal do *Digesto* (“*quod principi placuit legis habet vigorem*” Dig. I.4.1) contida no *us.* 69, e invocada posteriormente por N’Alfons *el Cast*, em 1192. A literalidade não significa mera transposição semântica, sendo condicionada por instâncias de significação propriamente históricas, em que o lastro de poder, as condições concretas de seu exercício, até os limites de foro propugnados orientavam a titularidade do *Princeps* à emissão da lei. Além disso, recordando a teoria da recepção calassiana, tanto a incorporação de leis romanas quanto de leis visigodas permitiram uma rearticulação de seus fundamentos jurídicos desde onde foram aportados para participar de uma organização de advento, com a conversão em capítulos do corpo atribuído aos *Usatges*.⁴²⁶ De qualquer modo, esta percepção continua restrita ao texto de onde é mister recorrer aos trâmites contextuais em que eles eram sentidos. Bem por isso, observa Iglesia Ferreirós, o *Princeps* mencionado naqueles diplomas catalães já não é o príncipe romano, mas o Conde de Barcelona, cuja potestade soberana resguardava-se na invocação direta ao *Liber*, e de onde se

⁴²³ SABATÉ, Flocel. Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña. **Revista de Historia Medieval**, nº 9, Valencia, 1998, pp. 127-150.

⁴²⁴ SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña medieval. **Clío & Crímen**, pp. 209-304.

⁴²⁵ Para dar conta deste cenário, ainda que apenas provisoriamente e com acintosa brevidade, pode-se privilegiar três pontos de recalque percebidos num recorte que se estende dos séculos XII ao XIV: (i) o desenvolvimento dos mosaicos institucionais na faixa dos condados catalães, aliado às (ii) mobilizações citadinas nos espaços urbanos e às incursões pela “*fadiga de dret*” (espécie de reparação pública de uma requisição judicial incumprida) nos domínios senhoriais (causas principais das agressões cometidas pelas hordas comunais, pela violência praticada por elas aos grupos menores ou rivais), culminando finalmente no (iii) recrudescimento da figura do monarca como emissor da justiça e garante da paz, justificadas por suas pretensões à titularidade de um poder supremo sobre toda a comunidade política do principado. *Cfr.* SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. **Clío & Crímen**, pp. 209 ss.

⁴²⁶ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune*: un interrogante y un adiós. **El Dret Comú i Catalunya**, p. 528.

extraía a principal base jurídica dos condados na Catalunha medieval. A referência primária mantida pelos glosadores é vista antes de tudo na potestade imperial romana, um *Imperium* apropriadamente abstrato, enquanto o conde reservara a si a transferência dessa prerrogativa graças à ficção alegórica produzida por seus próprios juristas. Para todos os efeitos, o conde é sucessor em seu condado da *potestas* dos reis visigodos, e por isso o portador da prerrogativa de criação do direito, o direito que é aqui o contido no *Liber Iudiciorum*.⁴²⁷

O produto final destas transposições traz uma conclusão em si engenhosa: se o *Princeps* é o mesmo imperador advindo de uma ordem puramente ideal, e se a ele cabe o condão de enunciar a lei que é neste caso o “ordenamento” do *ius commune*, também o conde de Barcelona, ao aditar um corpo jurídico, produz (ou emite) o seu equivalente *ius commune*, em que os direitos locais paralelos (municipais e senhoriais) tomam seu lugar na “hierarquia normativa” como significantes de *iura propria*.⁴²⁸ Todavia, como se verá na *constitutio* de 1283,⁴²⁹ mesmo que se recorde a raiz do poder legislativo contida no conde barcelonês,⁴³⁰ este poder de criar leis válidas na universalidade da jurisdição condal era suprimido pela integração conjunta dos estamentos: “*en Cataluña, el príncipe es el conde de Barcelona y la facultad del príncipe de dar leyes aparece limitada por la necesidad de contar con el consentimiento de los reunidos en Cortes*”.⁴³¹ Para acercar seus fundamentos, entretanto, o argumento acessado pelos juristas catalães não assumia de pronto qualquer obrigatoriedade com o *ius commune*, pondo-o debaixo de outros conteúdos –além do azado direito próprio catalão– na complementaridade dos ordenamentos atuais. Feito notar pelos exemplos do *us. 3* e pelas constituições das Cortes de 1283, o que se averigua de dentro da composição jurídica catalã é a sua progressiva limitação, recaudando em uma utilização não raro

⁴²⁷ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune: un interrogante y un adiós*. **El Dret Comú i Catalunya**, p. 530.

⁴²⁸ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. La recepción del derecho común: estado de la cuestión e hipótesis de trabajo. **El Dret Comú i Catalunya**, Actes del II Simposi Internacional (Barcelona, 31 de maig-1 juny de 1991). Barcelona: Fundació Noguera, 1992.

⁴²⁹ “*Item statuimus volumus et etiam ordinamus quod si nos vel successores nostri constitutionem aliquam generalem seu statutum facere voluerimus in Catalonia, illam vel illud faciamus de approbacione et consensu prelatorum baronum militum et civium Catalonie vel ipsis vocatis maioris et sanioris partis eorumdem*”. **Cortes de los Antiguos Reinos de Aragon y de Valencia y Principado de Cataluña**, vol. I, 1898, 1ª parte, const. 145, IX. Também publicado por: IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. **La Creación del Derecho: Antología de Textos**. 3ª edición. Madrid: Marcial Pons, 1996, 40, “h”, p. 148.

⁴³⁰ “[...] *quod non possit condere usaticos, seu constitutiones [...]* Concluditur igitur, quod comes Barcinonae potestatem et nunc habet solus illustrissimus dominus noster rex Aragonum comes Barchinonae potestatem in omnibus liberandi condendi usaticos et constitutiones in Cathaloniae [...] *si haec fecit dolo malo causa occupandi potestatem domini regis [...]* incidit legis Iuliae maiestatis [...]” MIRRES, T. **Apparatus super constitutionibus generalium Comitatum Barcinonae et Principatum in Cathaloniam**, Barcinonae, 1621, II, 146, nº 18 *apud* GAY I ESCODA, Josep Maria. La cració del dret a Corts i el seu control institucional de la seva observança. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, p. 87.

⁴³¹ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune: un interrogante y un adiós*. **El Dret Comú i Catalunya**, p. 630.

deformadora daquela matriz dogmática irradiada pelos glosadores.⁴³² A proximidade dos juristas catalães é evidente, a julgar pelo trânsito destes por Bolonha e Montpellier, os quais portavam consigo os vestígios do magistério dos glosadores. Mas sua difusão merece uma relativização firme tendo de mirar a permanência dos costumes assentados por uma ingente tradição feudal (fala-se dos *Usatges*, como dos *Costums* de Lleida, Tarragona, Urgell e Girona). Sua reelaboração como modelo de discurso régio precisou plasmar a vindicação à autoridade do príncipe com o direito consuetudinário catalão. Os pareceres de Pere Albert denotam claramente esta estratégia,⁴³³ e serviram a instituir um sentido preciso para a sociedade política que se encerrara no principado. A transformação institucional evocava um duplo conectivo, aquele que estanciava o primado da potestade régia, mas que simultaneamente endurecia a metáfora sobre o *ius commune* como espaço de interlocução –e sempre manejado pelo sentido de quem o recebe, fossem esses receptores os estratos baroniais, fosse o próprio monarca, e finalmente, num golpe de interpretação engenhoso, as próprias capas urbanas ascendentes no final do século XIII–.⁴³⁴

Por isso uma postulação contrária, tal como a insistência calassiana nessa interação, consiste em uma operação elusiva, não podendo ser levada à prova a um lugar mais distante de sua realidade e seus ordenamentos. Pois, ao contrário do que predicara Francesco Calasso e sua pletora de fidelíssimos historiadores do direito, essas aportações desvelam no direito comum um bloco auto-enclausurado. E sobre isso o Professor Iglesia Ferreirós justifica oportunamente: “*El ius commune es un todo cerrado –un sistema cerrado– que no se ve afectado por los restantes derechos –los habitualmente llamados derechos especiales o derechos propios–, porque las normas de los restantes derechos –el ius civile es eterno–, sino que solo se ven suspendidos en su aplicación*”.⁴³⁵ A presença, de qualquer modo efetiva, de uma cultura jurídica comum a todas as sociedades medievais permitiu aos historiadores que sobre elas se dedicaram construir esse enfoque desviante, assumido *de fora*: que toma a recorrência de um mesmo padrão e, simultaneamente, vincula todos aqueles ordenamentos locais e concretos por forma a obter neles

⁴³² IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune: un interrogante y un adiós. El Dret Comú i Catalunya*, p. 631: “*Pero, en Cataluña, no se olvide, el dret comú había sido reconocido oficialmente como supletorio del derecho propio de Cataluña: el posible recurso al ius commune no encontraba su razón de ser en una teoría ideal del sistema de derecho común, sino en una decisión del titular del poder y, en cuanto supletorio, el dret comú se identificaba con el sistema construido por glosadores y comentaristas, un sistema que sólo podía invocarse, allí donde callaba el derecho propio.*”

⁴³³ Cfr. FERRAN, Elisabet (ed.). *El jurista Pere Albert i les Commemoracions*. Barcelona: Publicacion Institut d’Estudis Catalans, 2007.

⁴³⁴ SABATÉ, Flocel. Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña. *Revista de Historia Medieval*, pp. 143-150.

⁴³⁵ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune: un interrogante y un adiós. El Dret Comú i Catalunya*, p. 630.

derivações temporais desse sistema supraordinário e ideal, renitente sobre qualquer especificidade histórica convocada.⁴³⁶

O problema assumido de perto, mas permanentemente inexplorado pela historiografia contemporânea, continua a ser a tentativa de conhecimento pontual do direito medieval desde um eixo de análise concreto e identificável. Este conhecimento, ao contrário do que foi tantas vezes assinalado, não pode ser pretendido apenas pela oposição entre os sistemas jurídicos específicos, os *iura propria*, no câmbio operado com as recorrências aos textos clássicos, desde o conjunto justineano até os elaboramentos firmados pela tradição dos glosadores. Para além, é justo ter em conta o teor de reposição semântica criado pelas instâncias concretas de produção dos ordenamentos, depondo finalmente a teoria dos corpos e seu potencial estabilizador com ela radicado. Rejeitar este conhecimento é também o esforço de evitar qualquer “reconhecimento” que extirpe da história a sua carga de instabilidade inegável e constante. Trazendo isso ao estado da questão, é preciso abrir mão de certo comodismo ingênuo normalmente assumido pelo historiador do direito (quando sua percepção dificilmente ultrapassa o posto da retórica e do empolamento), para enfrentar a complexidade que incide o fenômeno jurídico em suas múltiplas metamorfoses. Por isso, a variedade irreduzível dos ordenamentos medievais impede uma demonstração muito pretensiosa sobre as dimensões de seu conjunto. Inclui-se aqui, à supervalorização atribuída neste momento, o recalque dos séculos XI-XIV, de um direito comum como esteio de toda capitalidade jurídica ocidental, tornando-se, fatalmente, a própria racionalidade jurídica europeia. E para citar mais uma vez Aquilino Iglesia Ferreirós, recorda-se o ponto elementar dessa capitulação:

Esta tarea ofrecería una visión de ese sistema jurídico así construido, de ese sistema jurídico complejo que, incluso en cuanto sistema jurídico, sería distinto de un reino a otro; esa diferencia no derivaría únicamente de ser distinto el derecho propio respectivo, sino también de que el *ius commune* utilizado en esos reinos no sería idéntico, porque, aun formado una unidad cerrada, cada uno de los ordenamientos propios lo oprimía de forma distinta y, algunos, incluso, llegaron a expulsarlo de su ordenamiento.⁴³⁷

Trata-se uma vez mais da confusa, e às vezes paradoxal, classificação tão reivindicada pela dogmática e historiografia moderna que sobrepõe a uma história da cultura jurídica a história de seus ordenamentos.⁴³⁸ *In limine*, se a unidade mantida pelo direito comum medieval conferia-lhe uma semelhança entre suas tradições específicas, recobertas se se quisesse por um manto cultural

⁴³⁶ Uma vez mais, insinua-se o marco estatal, e tramitando-se sempre em torno dele, ainda que numa posição pretensamente contrária. Cfr. ASCHERI, Mario. Un ordine giuridico medievale per la realtà odierna. **Rivista trimestrale di diritto e procedura civile**, p. 967.

⁴³⁷ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune*: un interrogante y un adiós. **El Dret Comú i Catalunya**, p. 632.

⁴³⁸ ASCHERI, Mario. **Istituzione medievale**, p. 969.

européu, essa semelhança não pode facultar uma coincidência entre os múltiplos ordenamentos existentes. Cabe aqui, ao aniquilamento de toda convicção e nostalgia, falar de um pluralismo de ordenamentos em lugar de uma redutível “ordem jurídica pluralista”,⁴³⁹ concebido pela profusa tensão de poderes em afirmação de espaços de domínio e de jurisdicionalidade.

Por fim, oferecendo um último comentário, é merecido identificar –sem, entretanto, pretender atribuir-lhe todas as culpas– o portento dessa concepção estrutural do direito comum medieval como elaboração corrente de um ambiente acadêmico centrado nos jus-historiadores italianos. Esta elaboração, como indiquei algumas linhas atrás, aparece pela primeira vez na história jurídica através de Francesco Calasso, e segundo ela se justifica no amalgamento de dialetos culturais diversos (mas insistentemente focado por dois deles, o germânico e o latino⁴⁴⁰) que se entrecruzam até sintetizar este que seria o ordenamento perfeito, o *ius commune*, e, que devido ao seu alto teor de perfectibilidade técnica, seria recebido pelas sociedades que partilharam desta mesma herança de latinidade.⁴⁴¹ Porém, sabendo agora que este núcleo é nada menos que uma triagem *ad infinitum* das próprias disparidades contidas na conturbada paisagem jurídica da península itálica, o argumento sofre uma redimensionalização categórica. A pretensão de se constituir um sistema jurídico a partir da matriz jurídica italiana incorre na consideração falsa de essa matriz ser o recipiente universal de toda racionalidade científica do direito, pretensão que esconde as feridas históricas de um coletivo letrado às voltas com seus traumas e suas remissões.

Não só por isso, resiste a ideia, ainda que não exclusiva dos jus-historiadores italianos, do papel do jurista como criador do direito e da inviolabilidade que sua condição reserva. A sobrevivência dessa opinião da dogmática e da historiografia, ela mesma merecedora de uma contextualização histórica sensível a suas valorizações, é explicada pela crise institucional e ideológica que pulveriza o núcleo duro da ciência jurídica na contemporaneidade. O mito da integração incondicional do direito comum medieval (o grato liame dialético entre a compleição e a harmonização dos ordenamentos locais),⁴⁴² erigido pelo signo de um *sistema iuris* univalente e completo, por muito perseguiu historiadores e juristas, por muito deu abrigo a um ideal de

⁴³⁹ PRODI, Paolo. **Uma história da Justiça**: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito, 2005, p. 113.

⁴⁴⁰ CALASSO, Francesco. **Introduzione al diritto comune**, pp. 207 ss.

⁴⁴¹ CALASSO, Francesco. **Medio evo del diritto**, pp. 610 ss.

⁴⁴² MADDEN, Marie Regina. **Political Theory and Law in Medieval Spain**. New Jersey: The Lawbook Exchange, 2005. PACHECO, Francisco Luis. “Non obstante”. “Ex certa scientia”. “Ex plenitudine potestatis”. Los reyes de la Corona de Aragón y el principio “princeps a legibus solutus est”. **El Dret Comú i Catalunya**. Actes del VII Simposi Internacional (Barcelona, 23-24 de maig de 1997). Barcelona: Fundació Noguera, 1998, pp. 91-127. OBARRIO MORENO, Juan Alfredo. El derecho romano como *ratio scripta* en la Corona de Aragón. Un supuesto práctico: la prueba testifical en la posesión inmemorial. **Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña**, pp. 5332-5334.

universalidade de ordenamentos que, em última instância, promoveria o intérprete, o criador do direito, ao posto glorioso de sacerdote da lei. Essa necessidade de salvaguardar um último ideal do papel do direito permanece forçando a história a conceder uma segurança sentidamente a-histórica e pelo teor de sua manipulação, uma impressão indesejável do ponto de vista contextual e do seu mediador, o historiador do direito.

3. ASSEMBLEIAS DE *PAU I TREVA* E O PRIMADO DE BARCELONA

3.1. *As primeiras assembleias e sua razão de ser institucional*

No estanciamento que dá forma às cortes catalãs aparecem com notável importância duas espécies de coligamento institucional, em que se prestam as deliberações compartilhadas e o meio de pactuar as restrições dominiais estabelecidas entre os reunidos dessas assembleias.⁴⁴³ Uma delas, como talvez se possa antecipar, descende das assembleias curiais dos condes de Barcelona, documentadas e ritualizadas desde o século XI.⁴⁴⁴ A outra, toma posição nos certames de Paz e Trégua presididos pelos dignatários eclesiásticos, tenentes de uma autoridade espiritual na invocação da chamada “Paz de Deus”. Tanto a invocação da paz como da trégua, originalmente distintas e cujos propósitos foram fundidos apenas mais tarde, foi disseminada por reuniões conciliares que pontilhavam uma faixa expressiva de territórios, desde a Aquitânia até o Languedoc, passando pela Provença e Catalunha, onde esses concílios atendiam ao estabelecimento de armistícios, com direito de asilo a peregrinos e imunidades eclesiásticas, ganhando paulatina autoridade na sua forma de exercer a pacificação social dos contingentes guerreiros a serviço das senhorias feudais.

Na Catalunha, as assembleias acontecem pela primeira vez em 1027, com o concílio de Toluges presidido pelo clérigo Oliba, bispo de Vic, e se estenderá até 1257, quando elas já caíram sob o controle direto dos reis da Casa de Barcelona, que em substituição da autoridade eclesiástica as presidiam em seu próprio nome.⁴⁴⁵ Sua vigência depende das circunstâncias fáticas que reclamavam a intervenção de uma autoridade congregante, apenas palidamente *pública*, na especial dimensão judiciária que oscilava entre os consílios de Trégua e as cúrias condaís.⁴⁴⁶ Antes de ser assimilado pela autoridade do conde, o fenômeno –que, como lembrado, transborda os

⁴⁴³ LALINDE, Jesús. Las Asembleas políticas estamentales de la Europa latina. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 261-269.

⁴⁴⁴ GONZALVO, Gener. Les assemblees de Pau i Treva i l’origen de la Cort General de Catalunya. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 71-78.

⁴⁴⁵ MARTÍN, José Luis. **Historia de la Corona de Aragón**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2002, pp. 43-44.

⁴⁴⁶ ABADAL, Ramon d’. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**. Trad. Xavier Fort i Ramon Pinyol. Barcelona: Edicions 62, 1987, pp. 62-63.

condados catalães— envolve uma série de mobilizações nas quais se aliam inicialmente autoridades eclesiásticas aos setores mais populares, paesinos, levando à integração de verdadeiras milícias vilãs sob o agenciamento do clero.⁴⁴⁷ Posteriormente, essa aliança é suprimida, e os concílios de paz ganham apoio dos cluniacenses na emissão de uma mensagem “pacificadora” e convergente.

A instituição decorre da divulgação da *Treuga Dei* como necessidade de pregar um período de continência espiritual regido pelos feriados do calendário litúrgico.⁴⁴⁸ A tentativa de controle refletia a instabilidade trazida pelas incursões beligerantes dos enfrentamentos privados dos barões e de suas hostes, que consigo arrastavam toda a paisagem circundante, depredando igrejas e domínios clericais e pequenos campesinos que viam seus esforços minados pela ação das rias cometidas impunemente pelos *milites*. No entanto, mesmo que esse quadro de instabilidades, principalmente nos séculos IX-X, possa ser acusado na direção das energias de combate ociosas de uma turba de cavaleiros errantes, está longe de se fazer desse período fragmentado —ou como se costuma dizer, isento de uma *autoridade pública* forte— a aparência de uma sociedade anárquica e autodestrutiva na qual se moviam aquelas estruturas proto-feudais, vicejando onde antes houvera o estro do Império Carolíngio.⁴⁴⁹ Não é preciso muito tato para se aceitar a contradição em termos de uma sociedade que se mutila a si mesma, cuja única lógica instituída seja a lógica da irracionalidade. Pode-se prescindir do exame das provas e concluir que um edifício social firmado nestas condições dificilmente existiria, tornando pouco confiáveis as divisas de uma anarquia social instalada nesta passagem *intermédia*, curioso interregno para duas Idades Médias que nossos historiadores instituíram.⁴⁵⁰

Assim mesmo, marcando aquela retórica da diferenciação que precisa sustentar suas dinâmicas de progresso, explicações como esta ocuparam um espaço sensível perante a aceitação dos medievalistas contemporâneos. Essa antinomia entre um alto medievo, eivado de violências e indiscriminada brutalidade, e uma baixa Idade Média florescente, gloriosa, verdadeiro gérmen do espírito moderno ocidental, venceu décadas de investigação historiográfica e plantou suas sementes sobre a orientação que tem hoje estabelecida a sua escola. Esse antagonismo reproduz a mesma distinção peremptória marcada pelos contrastes ordem-desordem que uma “*antiga*

⁴⁴⁷ BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Trad. Liz Silva. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 482.

⁴⁴⁸ BONNASSIE, Pierre. **La Catalogne du milieu du X.^e a la fin du XI.^e siècle**. Vol. II. Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse, 1976.

⁴⁴⁹ GOUREVITCH, Aaron J. **Les categories de la culture médiévale**. Trad. Hélène Courtin et Nina Godneff. Paris: Gallimard, 1983, pp. 181-183.

⁴⁵⁰ Assim, com uma breve panorâmica da historiografia do século XX, sobre os primeiros marcos em torno dos chamados “regimes senhoriais”, v. a problematização levantada in: CLAVERO, Bartolomé. *La historia del derecho ante la historia social*. **Historia, instituciones, documentos**, Universidad de Sevilla, nº 1, 1974, pp. 252-258.

apologética ‘liberal’ contrapunha à nova ordem ‘racional’ dos códigos oitocentistas”,⁴⁵¹ que faz do “estado absolutista” e do Antigo Regime o reverso abjeto da descoberta dos lumiares do *Esclarecimento*. Com tais proclamos, surge um conjunto de explicações que apenas se sustenta na manutenção dos contrastes irredutíveis, intransigente a tudo o mais que divirja de seus pontos de arranque.

É disso que se trata a leitura espalhada por todos os lugares, desde manuais universitários até verdadeiros trabalhos de síntese sobre a *sociedade feudal*.⁴⁵² Neste roldão, em que se coloca a questão da feudalidade como instituição haurida pelos transportes históricos dessas sociedades, caminham então os temas acessórios de uma montagem interpretativa que pretende tudo explicar. Dessarte, também as pesquisas dos medievalistas em torno das assembleias de Paz e Trégua foram engolfadas pela excitação historiográfica em torno do Ano Mil⁴⁵³ –esse *golpe-de-Arquimedes* da historiografia francesa– e de todos seus fenômenos congeniais: advento de uma sociedade feudal (Bloch), tensionamento de classes antagonizantes (Duby), transformação e deslocamento da autoridade pública e criação de um recipiente jurídico sistemático (Bonnassie), apenas para ficar com alguns exemplos mais contundentes.⁴⁵⁴

Não tenho a menor pretensão de resolver este mal entendido, considerando que se trate mesmo de um, nem tampouco pontuar alternativas a uma projeção historiográfica que me arroja os poderes de reação. Entretanto, parece-me ponderável situar esta noção sobre a violência praticada pelas hostes, e a direção, de valor e de ideologia, com que os historiadores recorrentemente tomam para julgá-la.

Além disso, como já foi ressaltado em mais de uma ocasião, a percepção da violência entre os medievais era destacada por seus graus de legitimidade, em nome da honra ou do status que se

⁴⁵¹ COSTA, Pietro. Introdução. In: **Estado de Direito**. História, teoria, crítica. Trad. Carlos Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 103.

⁴⁵² SABATÉ, Flocel. Els temps i l’espai del feudalisme. In: SABATÉ, Flocel. FARRÉ, Joan (dirs.). **El temps i l’espai i del feudalisme**. Lleida: Pagès editors, 2004, pp. 9-76.

⁴⁵³ O debate é extenso e, talvez, enfadonho. Ele preceitua uma “ruptura” passada nos alvares do Ano Mil em meio de mudanças institucionais – “*dislocation de l’autorité publique*”– incausadas por uma crise de valores sócio-políticos determinantes na paisagem medieval e na forma de um regime feudal mais nitidamente marcado por vínculos de horizontalidade. O debate está posto entre aqueles que predicam sua concretude, por um lado, e sua fantasiosa irreabilidade, por outro. Segundo os primeiros, a instauração da “*seigneurie châtelaine*”, no século XI, constitui por si só uma ruptura entre Antiguidade e Medievo. Notadamente, pelo endurecimento de uma aristocracia dominante em reprise à dialética marxista dentro da qual enviesara Georges Duby. Como mais de um historiador já teve a bondade de lembrar, a questão recebeu um novo rescaldo nos últimos anos a propósito desse segundo milênio, num reflexo óbvio de atitudes que se quer justapor. *Cfr.* os já clássicos: BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal** (1939, 1ª edição francesa). DUBY, Georges. **La Société chevaleresque**. Hommes et structures au Moyen Age. Paris: Flammarion, 1979. E também, BONNASSIE, Pierre. D’une servitude à l’autre: Les paysans du royaume 987-1031. IOGNA-PRAT, Dominique. DELORT, Robert (dirs.). **La France de l’an Mil**. Paris: Seuil, 1990, pp. 125-141.

⁴⁵⁴ Ainda, sobre o debate em torno do “mutacionismo” e a temporalidade inscrita para o Ano Mil, *cfr.* LAURANSON-ROSAZ, Christian. **Le débat sur la “mutacion féodale”: état de la question**. Disponível em: <[http://www.droit.u-clermont1.fr/pages_statiques/Recherche/CentreRecherche/...](http://www.droit.u-clermont1.fr/pages_statiques/Recherche/CentreRecherche/...>)>

visava defender na hierarquia de poderes participantes dos seus coletivos. Desta maneira, a agressividade partilhada era reconhecida, em primeiro lugar, como a natureza “*constitutiva da nobreza*”, tanto nos períodos assinalados (séculos X-XI) da instalação das grandes linhagens senhoriais desde o *Midi* francês até os limites da antiga Renânia;⁴⁵⁵ quanto com o avanço dos quadros de centralização monárquica e quando a violência tornara-se uma instituição da cavalaria, momento em que ela tende a persistir como dístico inalienável de seu privilégio ante as coerções do mandato régio. Esta natureza “constitutiva” denota, ainda, outras estruturas de fundo político, as quais obrigam o retomar da essência indivisa de uns poderes que se pretende distinguir entre pessoais e públicos.⁴⁵⁶ Mas, de qualquer forma, essa natureza, com que se marca a avultada autonomia em razão do *local* e que, por sua vez, inflete nuances ao conhecido “direito do mais forte”, depende de um espaço de combinações institucionais em que a realidade desses poderes políticos dizem mais por si próprios e menos num quadro contrastivo –usualmente, sob o signo da degerescência– ante a *matriz legislativa* dos carolíngios.

O exagerado rigor com que o assunto é tratado aparece nas chaves de leitura de uma paisagem anterior, onde todos os regimes de autoridade eram meros exercícios da arbitrariedade e do desmando dos potentados baroniais.⁴⁵⁷ São estes os termos empregados por Pierre Bonnassie para descrever a senhoria banal:

En la mayor parte de los casos, el castellano se comportaba como un tirano local e intentaba sacar el máximo de beneficios del poder de coerción que le confería su potencia militar. Por tanto, se multiplicaron los tributos arbitrarios, como aquellos “regalos” que, en una fecha fija, los campesinos debían llevar al Castillo. Y lo que era aún más grave: el señor *banal* se acostumbró pronto a realizar una punción regular sobre los recursos de los hombres a él sometidos. Esta percepción recibió nombres distintos según las regiones pero, significativamente, todos ellos eran siniestros: la *tolta* (de *tollere*, “arrebatar”) provenzal o del Languedoc, la *forcia* catalana o la *talla* de las regiones central y septentrional de Francia.⁴⁵⁸

A “tirania” aparecida aqui não especifica nada em relação ao recorte prévio sobre o estabelecimento das assembleias de Paz, tanto quanto das que viriam a seguir, com os certames da *Treuga Dei*. Havendo ou não essa gravidade nas práticas de violência, é mister compreender que

⁴⁵⁵ GAUVARD, Claude. Violência. In: LE GOFF, Jacques. SCHIMITT, Jean-Claude (orgs.). 2 volumes. Trad. do verbete por Daniel Valle Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp. 605-613, pp. 607-608.

⁴⁵⁶ GOUREVITCH, Aaron J. *Les catégories de la culture médiévale*, pp. 182-187.

⁴⁵⁷ No caso dos condados catalães essa linha de ideias ganha um apoio adicional, revelando o concurso da contenção da violência feudal com o aparecimento dos protagonistas burgueses, esses *auténticos defensores das liberdades locais*. Para um detalhamento mais detido, *cfr.* SABATÉ, Flocel. *La feudalización de la sociedad catalana*. Trad. Mais Carnicé. Granada: Universidad de Granada, 2007, pp. 5-26.

⁴⁵⁸ BONNASSIE, Pierre. Ban. In: *Vocabulário basico de la Historia Medieval*. Trad. Manuel Sánchez Martínez. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1983, p. 32.

eram legítimas e até certa medida aceitáveis, e por mais perturbadoras que fossem da ordem social, elas não se impunham a ponto de asfixiar esta ordem até impingir-lhe, se tanto fosse, seu exaurimento e sua aniquilação. Justamente por isso que a posição relativa à Igreja atuava no sentido de abrandar certo descontrole na ausência de poderes de coação mais eficientes, ou mesmo pela ausência de um delineamento preciso das relações de fidelidade nos códigos de vassalagem que controlassem sistematicamente a pulsão das energias beligerantes das hostes senhoriais. Apenas abrandar, mas de maneira alguma suprimir.

Essa consideração leva a tomar outra reserva, a de que o lastro de propagação das iniciativas conciliares apoiadas por Cluny tiveram sua instalação restrita à algumas regiões em comparação de outras. Nisso, Bloch explica que as características estruturantes dos diferentes contextos políticos do Ocidente medieval evidenciam tanto o advento dessas assembleias como a continuidade dada a elas como instrumento jurídico de cooptação local.⁴⁵⁹ Desta forma é que seu assentamento não transbordou o reino de França, sem jamais atingir a Inglaterra, e muito pouco os territórios germânicos do Império. Na península ibérica, sua presença por muito tempo esteve limitada aos condados catalães sob a antiga vassalagem carolíngia, e ainda assim, apenas por circunstâncias um tanto extraordinárias afetou os reinos de Leão e Castela já no século XIII.⁴⁶⁰ Esta particularidade cria um campo de comparações possíveis entre as primeiras assembleias, as de Charroux e de Le Puy. Apropriadamente, elas fixariam a instrumentalização dos pactuados e com esta, a conformação de um aparato jurídico durável nas tradições que se foram sedimentando à base dos acumulados precedentes da Paz e Trégua.

Eis uma tentativa de aproximação nos estudos sobre a “Paz de Deus” feitos por Thomas Gergen.⁴⁶¹ Registra-se as assembleias de paz da Abadia de Charroux, datando uma primeira em 989, nas quais são recorrentes os casos de restituição de bens do patrimônio da abadia apropriados pelos poderes laicos, os nobres de Poitiers e Limoge, pressionados pela ameaça da excomunhão, aquela que era a arma mais evidente assim brandida por seus clérigos.⁴⁶² Em um trabalho recente, Gergen argumenta que a tradição que manuseava os precedentes estabelecidos pelas assembleias,

⁴⁵⁹ BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**, pp. 481-483

⁴⁶⁰ BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**, pp. 482-483.

⁴⁶¹ GERGEN, Thomas. *The Peace of God and its legal practice in the Eleventh Century*. **Cuadernos de Historia del Derecho**, nº 9, Universidad Complutense de Madrid, 2002, pp. 11-27.

⁴⁶² O poder dos embargos emulados pelas autoridades eclesiásticas não era dispensável na vida social dos medievais, assim a coerção que o desligamento da comunidade cristã e interdição da comunhão e dos demais sacramentos permitia uma intervenção muito mais forte que a mera prescrição nominal de alguns ordenamentos: “*The Holy Mass, the ceremony of funerals, the kiss of Peace before communion, the word of the Fathers that Peace was the kingdom of the Lord are all tangible Peace institutions which were exercised in those times*” (GERGEN, Thomas. *The Peace of God and its legal practice in the Eleventh Century*. **Cuadernos de Historia del Derecho**, p. 23).

visíveis na pragmática cartulária de Charroux, não se refere a eles como fonte legal para a restituição e a resolução dos conflitos. Assim mesmo, esse fato não exclui sua presença, e por conseguinte, sua aplicação nos pleitos subsequentes, uma vez que os diplomas produzidos em Charroux também não consignassem qualquer outra espécie de fundamento legal, como o direito consuetudinário e o direito comum.⁴⁶³ Estando seguro nesta hipótese, reforçada pelo caráter tardio do assentamento consuetudinário, Gergen observa que os cânones resultantes da Paz e Trégua ocuparam um espaço importante nos juízos e nos arzoados que buscavam a pacificação dos estratos laicos e clericais.

Creio, segundo minha leitura desses conclusões, que nada disto signifique a ocupação de um “lugar vazio”, onde o costume ou não existisse ou fosse inoperante como fundamento de instituição social. Ao contrário, a sumarização do direito consuetudinário feita pelas assembleias imprimiu, com o fundamento ingente da *Pax Dei*, uma regularização da ordem jurídica vindicada pelas disputas entre clérigos e laicos. Outro ponto, que o mesmo autor apoia, impõe dissolver a contraposição –tão explorada por Bonnassie em seus escritos sobre a Catalunha e a Provença do século XI⁴⁶⁴– entre a “desordem” da sociedade alto-medieval e a ordem recém-instalada com os franqueamentos instituídos pelas assembleias de paz. Não à toa, seu poder de transformação do cenário social parece estar contido no plenário que ele contrói para a mediação dos conflitos, solenizando regras e sacralizando o pacto instituído: “*If the Peace has now its own role as a legal source, being applied practically, it is more than a simple ceremony. It is a means of negotiating and keeping peace for the resolution of social conflicts*”.⁴⁶⁵ Assim, os resultados que elas legaram deve ser situado na dimensão da organização de enunciados disponíveis no complexo institucional do *Midi* francês, e que dito noutras palavras, resolve a indicação da classificação que assiste a esses coletivos, na tentativa mui genérica de instaurar seus estatutos aos preceitos de um ideal de justiça.

No encalço desses preceitos, Thomas Gergen identifica oportunamente três aplicações concretas dos estatutos da Paz (*statuta pacis*): (i) a que envolve as formas de negociar acordos, pactos e contratos tanto entre laicos como entre clérigos; (ii) uma outra, que instrumentaliza os conflitos de interesses, onde a concórdia da paz assume o lugar de marco legal, definindo pragmáticas que mais tarde incorporariam os diferentes costumes da realidade jurídica e foral; e

⁴⁶³ GERGEN, Thomas. The Peace of God and its legal practice in the Eleventh Century. **Cuadernos de Historia del Derecho**, pp. 11-27.

⁴⁶⁴ BONNASSIE, Pierre. D'une servitude à l'autre: Les paysans du royaume 987-1031. **La France de l'an Mil**, pp. 125-141

⁴⁶⁵ GERGEN, Thomas, *op. cit.*, p. 16.

finalmente, (iii) naquelas circunstâncias em que nenhum estatuto é explicitado,⁴⁶⁶ mas persiste como sentido ordenador de decisões arbitrais. Interessa-lhe mais de perto a segunda possibilidade de aplicação, tendo em vista os expedientes que ela gera sobre a delimitação do poder de punir. No exemplo que ele oferece, Lambert (1039-1115), bispo de Arras, referenda a condessa de Flandres sobre como proceder em uma questão –o caso: alguns peregrinos egressos de Roma atacaram e roubaram um de seus prepósitos, e aguardam sob a custódia episcopal a ordem punitiva–.⁴⁶⁷ O interessante deste exemplo é que a prescrição já existe e está contida em concórdias precedentes das assembleias de paz (*secundum pacem*), também a jurisdição está definida e cabe-a ao bispo, restando à condessa apenas a confirmação da pena por sua capacidade de exercício secular uma vez que não assistia ao poder eclesiástico julgar penas capitais, as chamadas *poena sanguinis* do direito canônico. Apesar disso, a sentença emitida pelos árbitros da condessa de Flandres decidem a favor dos peregrinos, ainda que impusessem a restituição dos bens depredados. Mas o fazem baseados nos estatutos de Paz.⁴⁶⁸

Desde sua aparição nos limites da Aquitânia, as assembleias de Paz e Trégua não impuseram nenhuma solução ou uma nova ordem estruturante, tampouco, o faz lembrar Gergen, a extinção da crise de que falam os medievalistas preocupados com a porta de entrada representada pelo milênio –“*The Peace of God was not only a solution to these crises but, above all, a medium to put an end to the emptiness of a public order that existed no longer*”–.⁴⁶⁹ Antes disso, sua presença instituiu o assentamento de um direito consuetudinário preexistente por meio das capitulares e, posteriormente, dos arrozoados que se lhes apresentavam à medida que suas funções expandiam até alcançar atribuições judiciais efetivas. Aliando esse tratamento, cumpre reconhecer-lhe o âmbito de circulação alcançado pelas capitulares ante a divulgação da paz, donde se fornecia uma base legal do precedente e da reiteração do costume, tão fundamentais na constituição do poder político medieval. Assim, aparecem os estatutos de Charroux de 989 sendo reclamados nas assembleias de Paz e Trégua de Poitiers de 1011-1014, e posteriormente, sob o nome do papa Leone IX, nas assembleias da Alsácia, em 1094, e de Reims, em 1049.

O exemplo de Gergen é pertinente. E, vejamos logo, também as *Constitucions de Pau i Treva* catalãs fornecem tratamentos aproximados e coincidentes. No contexto que marca seu

⁴⁶⁶ “*The fact that the Peace is not mentioned as a legal source for the restitution does not mean that it did not have. Neither are there other legal sources (Roman or customary Law) to be found in the texts. As the customary law had also been fixed later, it is even more probable that the Peace rules – still in people’s minds – had been chosen in an effort to locate solutions for conflicts between counts and abbots.*” GERGEN, Thomas. *The Peace of God and its legal practice in the Eleventh Century*. **Cuadernos de Historia del Derecho**, p. 26.

⁴⁶⁷ MIGNE, J.-P. **Patrologia Latina**. Paris, 1854, vol. 162, col. 659, carta 31 *apud Idem, ibidem*, p. 17.

⁴⁶⁸ *Idem, ibidem*, pp. 17-18.

⁴⁶⁹ *Idem, ibidem*, pp. 13-23 *passim*.

aparecimento decalca-se a débil autoridade do conde Ramon Berenguer I (1035-1079), por meio da qual se inscreveu toda a rede de dependências do potentado barcelonês num clima de rapinagem e dissensão,⁴⁷⁰ clima tanto mais excitado pelo aprofundamento das fidelidades locais de viscondes e vassallos em detrimento de seu senhor. Assim, a tentativa de estabelecer pactos que impusessem alguma normalização à agressão desferida pelos estratos feudais já era apreciada desde a composição de mutualidades entre partes em dissenso, que tentavam a resolução “privada” na instauração das *convenientiae* que tendiam a buscar, em primeiro lugar, a figura condal como instância apropriada na assistência arbitral, instância normalmente dificultada pela própria fragmentação extravasada ao efetivo controle do conde.⁴⁷¹ O cenário que anteriormente era representado pela célula condal fora partilhado em razão da própria ampliação territorial, que permitia a seus viscondes se emanciparem da figura delegatória que originalmente lhes investira os condes para tomar sobre si liberalidades e privilégios praticamente hereditários, os quais permitiam a esses potentes a constituição de um núcleo de comando a partir de sua sede viscondal.⁴⁷²

Neste ambiente de depauperamento institucional, a Igreja se sobressaía enormemente ante a falta de uma entidade organizada capaz de infundir consistência e coerção moral a suas instituições sociais. Sua presença como síntese de vontades diversificadas e até mesmo antagônicas, sobredeterminou a atuação de seus ministros na protagonização de acordos coletivos. Além disso, a ubiquidade de seus representantes era favorável desde que sua interponência não se reservasse a uma capitalização das consciências ou da demarcação dos foros desta consciência.⁴⁷³ Sua expansão por efetivos territoriais se fizera sentir patente na proliferação de cenóbios pelo hábito cluniacense, até a sua participação na fronteira pelo avanço de seus castelos termenados e a expansão de atribuições jurisdicionais concedidos por Barcelona e Urgell em cartas de franquia e

⁴⁷⁰ SABATÉ, Flocel. La feudalització de la societat catalana. **L’espai i el temps del feudalisme**, p. 227.

⁴⁷¹ *Idem*, **La época medieval**: administración y gobierno. Madrid: Istmo, 2003, pp. 292-295.

⁴⁷² Ante a crescente ampliação dos raios de influência condal, quando então se beirava a conquista do vale do Ebro, os poderes delegados pelos principais condes catalães se repartem e passam a ser incorporados patrimonialmente pelas ascendentes dinastias viscondais. Destacam-se assim, na passagem do século XI, as eminentes figuras dos viscondes de Áger –cuja linhagem começa com o legendário Arnau Mir de Tost, apelidado, em bom fôlego nacionalista, como *El Cid català* e protagonista da primeira conquista de Lleida (1034)–, além dos viscondes de Cabrera, Castellbó, entre tantos outros oriundos da pequena nobreza alto-medieval catalã (*noblesa carlà*), que tomam para si as exações e os privilégios jurisdicionais originariamente percebidos pelos titulares condais, e passam a afirmar de um modo definitivo essa nova autoridade dentro da dinâmica proporcionada pelo avanço além do alto Ebro. SABATÉ, Flocel. *Catalunya Medieval*. BARCELLES, Albert. **Història de Catalunya**. Barcelona: L’Esfera dels Llibres, 2006, pp. 236-251. CORREDERA, Eduardo. **Los condes soberanos de Urgel y los premonstratenses**. Barcelona: Balmes, 1964.

⁴⁷³ PRODI, Paolo. **Uma história da Justiça**: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

povoação,⁴⁷⁴ por meio das quais esses setores eclesiásticos se viam dotados de uma área de influência precisa e suas próprias fontes de percepção fiscal.⁴⁷⁵ Também, colabora a reorganização estrutural impingida pela reforma gregoriana que enunciava novos retos de poder aos titulares episcopais em detrimento das interferências pretendias até então pelos senhorios laicos. A presença de uma Igreja institucionalmente organizada, inclusive pela incrementação de seus fundamentos jurídicos, formalizados pelas decretais que mais tarde veriam a sistematização de seus estatutos pelo labor monumental de Graciano, podia agora avançar num terreno praticamente livre de uma personalidade de captação política forte e exercer seus embargos sobre a paisagem senhorial.

Perante esta nova capacitação é que a Igreja, assistida por seus representantes locais, atuaria na regulação coletiva das violências feudais também entre os condados catalães. Atua neste contexto a figura do monge Oliba, bispo de Vic e abade de Ripoll i Cuixà, o qual exerce uma atração notável na mobilização das forças que antagonizavam o encelulamento das solidariedades feudais. Com ele foram presididos os primeiros três consílios catalães, o já mencionado em Toluges, pertencente à diocese de Elgas, de 1027, e os dois seguintes na sua diocese, em Vic, de 1030 e de 1033, nos quais se fez atender provisões muito similares às conhecidas em Charroux e Le Puy. Notadamente, o resguardo nos dias santificados, interdição para os domingos, a segurança dos camponeses, mercadores (inclusive, penalizando os falsificadores de moedas) e peregrinos contra o banditismo nos domínios do bispado e do condado barcelonês, além das conhecidas isenções aos clérigos.⁴⁷⁶ Em 1033, quando então se fundem a Paz e a Trégua, passa-se ao estabelecimento das bases mais duráveis do formato conciliar na Catalunha e no desdobramento que ele experimentou (coexistindo ao predomínio eclesiástico) com o incremento da presidência condal.

Mais além, tal como lembra Gener Gonzalvo i Bou, o trabalho empenhado pelo abade Oliba terá uma presença importante nos consílios da sede metropolitana de Narbona, de 1043 e 1054, onde “*per primer cop els estatuts de Pau i Treva foren recollits en un cos legal sistematitzat*

⁴⁷⁴ FONT RIUS, José María. **Cartas de Población y Franquicia de Cataluña**, vol. II. Estúdio, apendice al vol. I. Madrid/Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC, 1983, pp. 125 ss. BONET, Maria. Las dependencias personales y las prestaciones económicas en la expansion feudal en la Cataluña nueva (siglo XII). **Hispania**, Revista Española de Historia, nº 66, Instituto de Historia, Consejo Superior de Investigación Científica, CSIC, Madrid, 2006, pp. 425-482.

⁴⁷⁵ SABATÉ, Flocel. **La época medieval: administración y gobierno**, p. 293.

⁴⁷⁶ Posteriormente, nas assembleias presididas por N'Alfons I, incluíam-se os judeus habitantes dentro do limite tutelar estendido pela Paz e Trégua territorial. **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**, pp. 76 e ss, 1173, Fondarella.

en 29 capítols, refonent així tant la Pau com la Treva”.⁴⁷⁷ Assim, naturalmente, a difusão das constituições dadas nessas assembleias logo interessou os poderes laicos. O significativo valor que a montagem de um repertório jurídico fiável representaria, avalizado pela tradição que tenta incorporar em si precedentes consuetudinários, faz com que os barões estimulem o atendimento dos certames ali predcados e se empenhem na observação regulamentar dos seus estatutos. O encargo coercitivo é fortalecido por esta associação, como se faz ver desde a assembleia de 1068, presidida por Ramon Berenguer I, na qual se anota a *constitutio* XIV: “*Siquis vero inobediens fuerit his predictis constitucionibus aut transgressor earum, excommunicationi anathematis subiaceat, quoadusque resupiscat et ad satisfactionem inde cannonice veniat*”.⁴⁷⁸ Da parte dos poderes eclesiásticos, esta reciprocidade não lhes traz nenhum desapontamento, e o poder punitivo de uma coligação como essa ganha cada vez mais espaço no aparato e na sua crescente força de influência pela adesão de inúmeros potentados rivais.

É interessante acompanhar o transplante de conteúdos e atribuições, originariamente eclesiásticos, para o controle dos condes catalães, a ponto de converter a Paz e Trégua na “paz territorial” dos primeiros soberanos barceloneses.⁴⁷⁹ Primeiro, toma-se implicitamente o problema da definição, talvez menos determinável do que seria nos séculos XIII e XIV, das jurisdições eclesiásticas no enfretamento da autoridade laica. Na verdade, não se trata de um enfrentamento aberto, mas de um manejo forçado principalmente pelos condes de Barcelona, Urgell e Empúries na cooptação dos cargos eclesiásticos presos às suas determinações políticas.⁴⁸⁰ Por essa razão o estabelecimento de uma sede metropolitana catalã será tema de constantes requisições dos condes barceloneses junto ao Papado, de quem eles se tornaram vassallos na tentativa de rechaçar a influência compostelana do arcebispado leonês, e de outro lado, o arraigamento narbonense que lhes tolhiam a consolidação da autonomia local que deveria partir de uma concreta instituição episcopal.

Desta maneira, o segundo problema: a implantação dos reunidos de Paz e Trégua fazem conduzir ao complexo de condições que permitiram a preponderância de Barcelona sobre a paisagem catalã, não apenas, como tenta-se localizar aqui, no assenhramento que seus condes

⁴⁷⁷ GONZALVO, Gener. La Pau i Treva a Catalunya. In: **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**. Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1994, p. XXIII.

⁴⁷⁸ **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**, “*Sinodus habita aput Girundam... Anno Dominice Incartione millesimo LXVIII*”, p. 39.

⁴⁷⁹ GONZALVO, Gener. Les assemblees de Pau i Treva i l’origen de la Cort General de Catalunya. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 71-79, p. 71.

⁴⁸⁰ MARTÍN, José Luis. **Historia de la Corona de Aragón**, pp. 35-38.

impuseram à titularidade da convocação das assembleias.⁴⁸¹ A gradação que revela o assenhoramento dos Condes de Barcelona já é mesmo nítida com Ramon Berenguer IV, e explícita com Alfons *el Cast* e seus sucessores, Pere I, Jaume I (1213-1276) e Pere II (1276-1289). O exemplo máximo do amalgamento impingido aos estabelecimentos da cúria condal com as assembleias de *Pau i Treva* se faz alcançar com as famigeradas *Corts Generals* de 1283. Aparece o próprio formato que tais assembleias introduziram numa linha institucional e que se desdobra no plano parlamentar catalão com a afirmação das cortes régias sobre os reis da Coroa de Aragão, com a adição de um outro elemento que perfaz o conteúdo legado pelas *Constituciones de Pau i Treva* na redação de alguns capítulos dos *Usatges de Barcelona*, e posteriormente, quiçá com algumas remodelações de sentido, a ser retomado nas cortes catalãs dos anos finais de Pere *el Cerimoniós*.

3.2. *Da Pax Dei à paz territorial dos condes de Barcelona*

As causas que integram o despontamento barcelonês perante seus condados irmãos é confusa e costuma ser encapsulada por mais de um viés, em acordo às oscilações políticas que gestaram determinadas circunstâncias. Essa dificuldade na detecção de uma origem segura leva a historiografia especializada a afirmar caminhos vários. O Professor José Luis Martín, um tanto significativamente, sugere a tendência à unidade já no fim do século IX, desde que Wifredo Borell Sunyer herda os condados de Barcelona, Vic e Girona, os quais tendem a permanecer integrados a despeito das divisões patrimoniais⁴⁸² sofridas pelos demais condados, como Urgell, Cerdanya, Besalú, Pallars e Ribagorça. Em parte a isto, em parte aos tentames de Barcelona de encabeçar

⁴⁸¹ SABATÉ, Flocel. **Història de Catalunya**, pp. 259-264.

⁴⁸² À semelhança dos regimes de sucessão enraizados no ocidente peninsular, Leão, Castela, Galícia e Portugal até o século XII, vigia a prática do sistema cognático-bilinear, no qual o patrimônio era impartido entre irmãos e irmãs, e a transmissão impossibilitava a formação de linhagens senhoriais. Paulatinamente, e em parte favorecido pela entrada da nobreza alienígena, francos, borguinhões, aquitâneos, este regime cedeu lugar ao agnático-unilinear, que propiciava a concentração do patrimônio herdado e a transmissão de privilégios linhagísticos estrategicamente importantes nos beirais do século XI. *Cfr.* MATTOSO, José. **Ricos-homens, infanções e cavaleiros**: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimarães Editores, 1985, pp. 107-108. BARROS, Henrique da Gama. **História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV**. Tomo II. 2ª edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa ed., 1945.

Em Catalunha, sobretudo no núcleo Barcelona-Girona-Vic, essa transição é pontuada por retrocessos e entreveros sérios que mantinham a fragmentação, como a tutela de Ermesinda (1018-1035) sob a menoridade de Berenguer Ramon I, e mais tarde, a ruptura dos irmãos Berenguer Ramon II (1076-1097) e Ramon Berenguer II (1076-1082) pela soberania do condado barcelonês e pelo marquesado de Provença, culminando no assassinio deste pelo primeiro. *Cfr.* ABADAL, Ramon d'. **Dels visigots als catalans**, 2 vols. Barcelona: Edicions 62, 1969. SABATÉ, Flocel. **La época medieval**: administració y gobierno.

uma coligação das outras dioceses catalãs (Girona, Vic, Elgas e Urgell) que procurava restituir o arcebispado tarraconense, livrando-se da dependência metropolitana de Narbona imposta pelos conciliares de Carolus Magnum desde a conquista da faixa de condados ultra-pirenaica. Outro fator de peso se deve às iniciativas de Borrell II (954-992) e Ramon Borrell (992-1017), nas últimas décadas do século X, por uma relação mais intensa na fronteira muçulmana, tanto diplomática quanto de ataque, a ponto de garantir uma projeção mais visível à frente de seus vizinhos após a queda do califado de Al-Mansur Ibn Abi Aamir. Assim mesmo, o manifesto “*reconocimiento de un prestigio y de una autoridad superior*”⁴⁸³ soa vago demais para indicar o que quer que seja; ou muito menos para apontar, sobre a espinha dorsal dos potentados catalães, uma “*conciencia colectiva de identificación nacional frente a los reinos peninsulares*” tal como coloca Esteban Sarasa.⁴⁸⁴ E segue assim até pelo menos se apresentarem os efetivos expedientes de um poder capaz de determinar condições políticas mais sólidas.

Estas condições aparecem mais sensivelmente com a ascensão de Ramon Berenguer III (1097-1131) após a renúncia de seu tio, Berenguer Ramon II *el Fratricida*. Com ele, os condes de Barcelona recuperam a tributação sobre o antigo reino taifa de Lleida, e obtém a adesão da nobreza catalã ao reconhecimento de seu protagonismo na expansão contra os almorávidas, impondo-lhes novas exações e fazendo exigir antigas obrigações que se deixaram descumprir a vista do patente debilitamento de alguns de seus antecessores. A atuação prolífica de Ramon Berenguer III arrebanhou-lhe a vassalagem de Carcassona, e perante a vacância sucessória de Besalú, em 1111, e em Cerdanya, em 1118, esses territórios foram incorporados ao controle condal. Finalmente, mediante a chancela papal, é reinstalado o Arcebispado de Tarragona (1089-1091), garantindo a permanente autonomia eclesiástica catalã e o controle de um poderoso, porém limitado e de modo algum absoluto, raio de influência nas mãos do conde barcelonês.

Entrementes, de maneira assaz pontual, a adesão aos estatutos de paz se foram firmando entre as senhorias laicas, em parte, devido ao pactuado pelos magnatas que participavam nesses reunidos, mas em parte, também, pela própria ampliação das dependências vassalas ao poder

⁴⁸³ MARTÍN, José Luis. **Historia de la Corona de Aragón**, p. 35.

⁴⁸⁴ Desta feita, prossegue no que acredita ser a consolidação dessa política pretendida pelos catalães sob Barcelona, numa supervivência clara de lugares-comuns de uma linguagem historiográfica já revisitada: “*Pero, aparte de las relaciones con los soberanos hispano-cristianos con el Islam español a través del valle medio del Ebro (antes de su conquista por Alfonso I de Navarra y Aragón entre 1118 y 1120) y con las tierras ultrapirenaicas, la anexación de los condados catalanes al de Barcelona, El estrachamiento de los lazos con Roma y el inicio de la apertura mediterránea iban a configurar un Estado feudal sólido y una sociedad antagonizada a través de una lengua unificadora y unas leyes diferenciadoras del resto de los reinos cristianos españoles en lo que a partir de comienzos del siglo XII se denominará Cataluña.*” SARASA, Esteban. La expansión de los reinos y condados pirenaicos y mediterráneos hasta la unión de Aragón y Cataluña: Guerra y sociedad feudal (1035-1134). In: IRADIEL, Paulino, *et alii*. **Historia Medieval de la España Cristiana**, 1995, pp. 263-306, pp. 299-300.

protagonizado por Barcelona. A coligação de forças coercitivas da nobreza e da Igreja, pela exação de penas pecuniárias (em substituição às penas de talião) e pela imposição dos referidos embargos litúrgicos, criou um poder de natureza híbrida na instituição fiada pelas constituições conciliares. Destaca-se a assembleia de 1064, acontecida em Barcelona, onde, além de contar com a presidência dos condes barceloneses, faz-se sentir a participação de todos os bispos das dioceses vizinhas. Na assembleia de 1068, em Girona, presidida pela eminente presença do legado papal, Hugo Candidus,⁴⁸⁵ e de Guifredo, o arcebispo narbonense, explicita-se a vênica de Roma ao poder temporal do conde e a inclusão, conforme o que fora estabelecido em 1054 pelo sínodo narbonense, de normativas sobre a proteção de igrejas e isenções mais amplas aos membros do corpo eclesiástico e a dilatação dos dias firmados para a *Treuga Dei*.

Com a absorção de Vic e Girona nos territórios sufragados pelas tréguas, observa-se que a iniciativa de convocar e presidir, tal como emitida pelo conde – “*iussu domini Raymundi et domine Almodis, Barchinone principum, assensione et clamacione illorum terre magnatum et ceterum christianorum Deum timencium*”⁴⁸⁶ –, revela o primeiro golpe da autoridade laica no exercício de controle das cúrias de Paz e Trégua. Nas assembleias que se seguiram, as de 1065, 1066-1068 e 1069, esse raio de aplicação foi expandido para Rosselló, Empúries, Besalú e Cerdanya, cujos titulares estiveram presentes e juraram nos referidos consílios. Esse acréscimo, seguido por muitos outros, denota o interesse pela participação do estrato laico nos acordos da paz experimentados na continuidade de anos posteriores. E mesmo que se impusesse uma temporária interrupção, durante o conflito entre Ramon Berenguer II e Berenguer Ramon II, até a ascensão de Ramon Berenguer III (1096-1131) a convocação das assembleias não perderia sua regularidade, sempre e cada vez mais pela participação destacada dos titulares de Barcelona sobre as demais linhagens condaís.

Segue bem que este predomínio deva ser lido com imensos cuidados.⁴⁸⁷ Ele será inteligível, por exemplo, no controle dirigido à nova Sé metropolitana de Tarragona, cujo primeiro arcebispo fora mosser Olaguer, e desde então bispo de Barcelona.⁴⁸⁸ Num segundo passo, como demonstração de sua efetiva potestade, Ramon Berenguer III concede a Paz e a Trégua às vilas de Olèrdola e aos habitantes do condado de Cerdanya, sendo este já incorporado desde 1118. Assim

⁴⁸⁵ Sobre a missões legatícias do cardeal Hugo Candidus, *cfr.* VALLS, Ferran. El Cardenal Hug Candid i els Usatges de Barcelona – L'Estatut Comtal de 1064. In: **Los Usatges de Barcelona**: estudios, comentarios y edición bilingüe del texto. Malaga/Barcelona: Universidad de Malaga/Promociones Publicaciones Universitarias, 1984, pp. 35-45.

⁴⁸⁶ **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**, p. 14, 1064, Barcelona.

⁴⁸⁷ BISSON, Thomas N. L'Essor de la Catalogne: identité, pouvoir et ideologie dans une société du XII^e siècle. **Annales**. Économies, Sociétés, Civilisations. 39^e année, n° 3, 1984, pp. 456-457. [Na tradução para o inglês: The Rise of Catalonia: identity, power and ideology in a twelfth-century society. **Medieval France and her Pyrenean Neighbours**, Studies in Early Institutional History. London: Hambledon, 1989, pp. 179 ss.]

⁴⁸⁸ MARTÍN, José Luis. **Historia de la Corona de Aragón**, pp. 42-43.

crescia o raio de dependentes assistidos pela paz e cresciam as atribuições investidas nesta proteção territorial, nos quais a reiteração de uns comandos estipulava a natural contenção das atribuições e da administração repousadas em nome da vênia condal. Em 10 de março de 1131, em nova assembleia dada no palácio do conde de Barcelona,⁴⁸⁹ fala-se de uma utilidade comum desses territórios –*ad tractandum de comuni utilitate ipsius terre*– prendendo-a fiada por precedentes já firmados nos acordos anteriores e na consolidação de um repertório coincidente ao direito consuetudinário, modificado algumas vezes, mas jusponível às refundições do *Liber* cujo manejo emulava o sentido sapiencial dessa atividade legislativa reformadora.⁴⁹⁰

Finalmente, é com Ramon Berenguer IV (1131-1162) que Lleida e a parte restante do território tarraconense são incorporados, fazendo-se acompanhar pela entrada dos cirtercienses e a instalação das ordens militares de templários e hospitalários na Catalunha. Por outro lado, após uma série de negociações conflituosas envolvendo Alfonso VII de Castela e os grão-mestres das ordens em torno do controvertido testamento de Alfons de Aragão, firma-se em 1137 os capítulos matrimoniais de Barbastre, onde é oferecida a herdeira da Coroa aragonesa, a infanta Peronella, ao conde barcelonês. Assim, a atuação meticulosa de Ramon Berenguer IV⁴⁹¹ permitiu uma fusão estável entre Aragão e o condado, assegurada em grande medida pelo desempenho dos quadros administrativos operados no seu governo, de todo modo impulsionada pelas campanhas de conquista do baixo Ebro e com a anexação de Fraga e Lleida,⁴⁹² e as campanhas malloquinas empenhadas junto a pizanos e genovezes para eliminar a pirataria sarracena das baleares.⁴⁹³

Naturalmente, trata-se de um destacamento extensivo, com seus matizes apropriados, tanto aos reinados anteriores de Ramir I e de Alfons I, como às principais casas condaís catalãs. A formação de verdadeiros entornos jurisdicionais são acompanhados pela ampliação de um conjunto de assistentes que materializam as primeiras cúrias soberanas e sua posição como centro irradiador de autoridade.⁴⁹⁴ Desde a definição de postos regulares na representação régio-condal – como o ocupado pelo maiordomo ou pelo senescal (*maiordomus curie domini regis*), com suas

⁴⁸⁹ GONZALVO, Gener. La Pau i Treva a Catalunya. **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**, p. XXIII.

⁴⁹⁰ KAGAY, Donald J. Introduction. In: **The Usatges of Barcelona: The Fundamental Law of Catalonia**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994, pp. 11-12.

⁴⁹¹ BISSON, Thomas N. L'Essor de la Catalogne: identité, pouvoir et ideologie dans une société du XII^e siècle. **Annales**, pp. 465-468.

⁴⁹² Entretanto, durante estes avanços, nos quais se marca um momento agudo na definição das fronteiras entre Aragão e os condados catalães, aparecem as contestações da nobreza aragonesa que ao participar em ambas as frentes de conquista almejavam a inclusão de Lleida no mesmo botim que repartira Fraga. *Cfr.* detalhamento aparecido in: ZIMMERMANN, Michel. Aux origines de Catalogne. Géographie politique et affirmation nationale. **Le Moyen Age**, vol. 89, n° 1, Paris-Bruxelles, 1983, pp. 5-40.

⁴⁹³ MITRE, Emilio. **La España Medieval: sociedades, estados, culturas**. Madrid: Istmo, 1979, pp. 173-177.

⁴⁹⁴ SABATÉ, Flocel. **La época medieval: administración y gobierno**, pp. 276 ss.

atribuições sobre o protocolo palatino e a percepção fiscal que tais expedientes demandavam, bem como o corpo de escrivães, normalmente coincidente aos eclesiásticos que preenchiam as funções da capelanía— vêm-se assim integradas as primeiras chancelarias.⁴⁹⁵ Ao lado disso, a emissão judicial produzida pelos juízes da cúria e a sedimentação de sentenças e de diplomas capitulares, aparecidos mais tarde nas copilações que deram base aos estatutos jurídicos locais como os *Usatges* de Barcelona e os *Costums* de Lleida ou de Tortosa.

Ainda assim, segue com alguma dificuldade o esclarecimento de uma unidade catalã e da superposta primazia vindicada com o titular de Barcelona. Se essa dificuldade não é sequer mencionada por outros historiadores, muito se deve a uma natural antecipação dos efeitos que a fusão condal ao cetro aragonês propiciou na circunscrição de uma totalidade de territórios que se reconhecessem como Catalunha, ou então mais tarde, pelo título que consagraria sua existência jurídica na conjuntura pactista da Coroa, segundo o designa o termo *Principatus Cathaloniae*. Há, certamente, indícios anteriores que permitem uma discriminação em vias de se consolidar, mesmo sem a romântica e ousada valoração de uma unidade nacional tal como a sugeriu D. Ferran de Soldevila.⁴⁹⁶

O aprofundamento do lastro dependente, então acumulado pelo conde barcelonês —que nesta altura conta com Girona, Osona, Vic, Besalú, Cerdanya-Berga, Rosselló e Pallars-Jussà—, entretecem-se ao mesmo tempo em que a designação primitiva do *comitatum* perde sua referencialidade na demarcação territorial, e que o titular de Barcelona mantém quase inalterado o emblema ostentado sobre esses novos domínios que se lhe incorporam. Essa extensão da potestade condal permite deter sob a compressão do senhorio barcelonês uma rica rede de dependências que se vai naturalizando com a forma desse domínio, fazendo do próprio titular o portador desse “*sentido hiperlativo de la condició condal de Barcelona, sinónimo no de un territorio sino del conjunto de dominios de quien lo ostenta*”.⁴⁹⁷ No entanto, nem este consolidado poder de subjugação parece facultar que seus condes usufruam de um reconhecimento já unânime à projetada primazia de Barcelona. Esta preponderância é certamente incômoda, tal como voltariam a remarcar repetidas vezes os condes urgelenses no final do século XII, mas não o bastante para estabelecer uma presidência concreta desde sua base de poder a uma generalidade não instituída como tal.⁴⁹⁸

⁴⁹⁵ SABATÉ, Flocel. **La época medieval**: administración y gobierno, pp. 297-300.

⁴⁹⁶ SOLDEVILA, Ferran. VALLS, Ferran. **Història de Catalunya**, vol. II. Barcelona: Publicacions de l'Editorial Pedagògica Associació Protectora de l'Ensenyança Catalana, 1923, pp. 139 ss.

⁴⁹⁷ SABATÉ, Flocel, *op. cit.*, p. 301.

⁴⁹⁸ *Idem*, Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 25, 1995, p. 644.

Com efeito, parece apropriado sumariar, ao compasso de suas anteriores causas preparatórias, o advento do primeiro rei da dinastia barcelonesa como o eixo inaugurador de um discurso que agregava a soberania catalã sob o estandarte régio-condal.⁴⁹⁹ Também aqui, percebe-se a continuação de uma política ativa pelo assenhramento das convocatórias da *Pau i Treva* e que segue reforçada pelo ideal convergente da autoridade, a qual conta de agora em diante com o poderoso valor da dignidade régia de seu reclamante. O reinado de Alfons *el Cast* (1162-1196) pode enfim titular a percepção da “paz territorial”, subsumando a participação eclesiástica a um posto inferior ao da autoridade encabeçada pelo rei na salvaguarda de seus súditos e na investidura, também espiritual, mediante a qual ele projeta a concessão da paz. É precipitado, embora, falar de uma reserva de “bem público” nascida com essa ordem de coisas. Insistir nesta perfuncionalidade de poderes, competências e atribuições é mera elusão da velha retórica da gênese estatal —e bem é sabido o quanto o *catalanisme polític* esteve cá com os seus próceres—. De qualquer forma, a operação simbólica que erige a potestade régia à delegada instância do comando divino, como uma sua perfeita emanção, parece longe de atingir um aperfeiçoamento capaz de tratar esta ordem como a instituidora de um espaço público, principalmente porque não havia qualquer divisória segura entre aquilo que fora manejado nas tramitações dessas derradeiras assembleias até as futuras Cortes Gerais, e aquilo que constituía o patrimônio exclusivo, *pessoal*, do titular régio.⁵⁰⁰

Por mais cômodo que seja, evitarei enfileirar o caso, um pouco *sui generis*, do alavancamento do discurso régio na Catalunha ao das demais monarquias medievais. Há, claro, incorrências acessíveis, tendo em mente a circulação de atributos e fórmulas legadas em primeiro plano pelas transformações que o renascimento romanista deitaram sobre a extensa rede de tradições desse Ocidente europeu. Assim mesmo, é preciso matizar algumas linhas gerais, primeiro tomando repúdio à esta noção fácil encartada pela ideia de um “bem público”, conquistado pela perspicácia de um rei bem assistido por seus legistas contra partidários mais ou menos débeis diante da força persuasiva dessas novas teorizações.⁵⁰¹ Ao contrário do argumento

⁴⁹⁹SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV, p. 619.

⁵⁰⁰ Cf. MARTIN, José Luis. **Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**, tomo I, Impuestos, recaudadores y arrendadores en la Corona de Aragón y en Castilla (s.XII-XV), pp. 139-184, tomo II, Cuentas de la ayuda ofrecida a Pedro el Cerimonioso por los prelados y ciudades de Aragón (1356), pp. 283-294.

⁵⁰¹ Este ponto permite estabelecer algumas correções ao sentido vulgarizado de uma concepção sacralizada do poder régio medieval. Sobremaneiramente, nos reinos ibéricos esta correção traz evidentes matizes com o núcleo fundador dessas concepções, isto é, de monarquias tidas por exemplares de todo um gênero estabelecido como quando usualmente se remetem aos reinos de França e de Inglaterra. Esta sacralidade aparece abastardada pelo uso que lhe conferem alguns soberanos hispânicos, como o revela um estudo de Teófilo Ruiz sobre os cerimoniais de coroação de Alfonso XI de Castela (RUIZ, Teófilo F. Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 39^e année, n° 3, EHESS, 1984, pp. 429-453). Na Coroa de Aragão, essa

fundado no assinalado marco territorial, e que se passa a invocar pelas dinastias dos demais reinos ocidentais, o soberano catalão tem de enfrentar um entrave óbvio, “*el monarca català no pot, pròpiament, basar el seu poder en la invocació del domini superior passat, perquè el país català no parteix de la disgregació d’una unitat alt-medieval sinó el contrari, d’una convergència de vectors socio-econòmics, polítics, culturals i lingüístics gresolats entre els segles VIII i XII*”.⁵⁰² Apenas no avançar de pouco a pouco, esse repertório haurido pelos soberanos pode encontrar, repuxado por muitos obstáculos, espaços de colocação um tanto específicos, aproveitando as cláusulas de enfeudamentos periódicos e as circunstâncias de crise institucional que lhes permitiam o apresamento de um vulto crescente de autoridade, mesmo que esses avanços fossem provisórios e contingentes a posteriores correções e cerceamentos.

Ainda assim, o poder de *nomear* mantém-se imperativo no complexo histórico de que decorrem as instituições. A contestação a essa prerrogativa arrogada por Alfons fora enérgica da parte dos magnatas catalães, mas não deixou de permitir sua instalação perante o reconhecimento ínsito de uma ordem orgânica, presente na incorporação de uma sede de comando normalmente eficiente e que se faz validar, sobretudo, na colocação de partidos que buscavam no seu reconhecimento alguns privilégios mais concretos que apenas uma instância superior poderia proporcionar. Sem dúvida, o elemento notável da ação real decorre de uma ampliada vocação de fornecer a justiça arbitral entre as grandes linhagens condaís em dissenso. Paralelamente, a promulgação das concórdias de Paz e Trégua (nomeadamente, as de 1155 e 1173, em Lleida) encartam esse mesmo rol de atribuições que se tornava exclusivo da vindicatura régia. Ainda em 1173, Alfons convocara outras duas assembleias, uma em Rosselló e a última, em Fondarella, nas quais se firma a titularidade do rei para o assentamento dessas constituições –lembradas mais tarde com veemente autoridade por Pere *el Catòlic* e Jaume I– e oferece-se a demarcação, ao que parece, firmada pela primeira vez numa documentação deste tipo, de uns limites mui precisos para a autoridade territorial que se estendia “*de Salses fins a Tortosa i Lleida*”.⁵⁰³

Nestas assembleias, especialmente a sediada em Fondarella, assinalam-se posições

estratégia de perenização de um corpo soberano dos reis nunca passou o alcance de uma propaganda que tentava aproveitar uns argumentos externos sem, contudo, implementá-los no reconhecimento concreto de seus pretensos subjugados. Essa limitação persevera diante dos eloquentes discursos de Pere III para seus mesmo súditos (*cfr.* **Crònica de Pere el Cerimoniós**, II-III) e, até mesmo, quando incorporava a herança messiânica da dinastia Hohenstauffen a partir do trono siciliano (AURELL, Martin. *Messianisme royal de la Couronne d’Aragon*. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 52^e année, n° 1, EHESS, 1997, pp. 119-155).

⁵⁰² SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, p. 619.

⁵⁰³ GONZALVO, Gener (ed.). La Pau i Treva a Catalunya. In: **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**, pp. XXVI-XXVII, no original: “*ut in dicta terra mea, a Salsis usque ad Dertusam [Tortosam, segundo cópia do s. XIV, Codex de Ripoll, 82, fls. 43] et Ilerdam, cum finibus suis, pax et treuga instituat etc.*”, pp. 76-77.

importantes sobre o marco legal relativo à autoridade régia, abrindo espaço a um repertório que há de ser amiúde lembrado pelos sucessores de N'Alfons *el Cast*. Nela destaca-se, desde seu preâmbulo, a dimensão da pretensão monárquica sobre suas próprias atribuições:

Divinarum et humanarum rerum tuicio ad neminem magis quam ad principem pertinet, nichilque tam proprium debet esse nobi ac recti principis quam iniurias propulsare, bella sedare, pacem stabilire et informare, et informatem subditis conservadam tradere, ut de eo non incongrue dici et predicari possit, quod a principe regum dictum est: “*per me reges regnant et potentes scribunt iusticiam*”.⁵⁰⁴

Com esta impressionante caracterização de poder, assiste-se a viragem assumida pelo titular de Barcelona no reconhecimento de sua dignidade real, dignidade tal que lhe permite o controle e a emanção da justiça sobre a totalidade de seus súditos. E não seria por menos que a colocação de uma setença das Escrituras seria proferida pelo rei, *per me reges regnant*. Nada lhe escapa, das coisas divinas e humanas, sem que seu juízo não tenha uma declaração de vontade disponível e determinante. Não se trata apenas de convalidar umas primitivas constituições de Paz e Trégua, mas de imprimir sobre estas competências *civis* de subordinação aquilo que se torna afecto ao próprio patrimônio da sua Coroa. Nesta condição são tratados os caminhos e as vias de tráfego comercial no raio da jurisdição real,⁵⁰⁵ impondo a proteção deles como violações da paz e, agora, da própria vontade do rei de os ver salvaguardados –a exemplo dos *guiatges*– contra as operações ilícitas de assalto ou de quaisquer práticas de rapinagem que tolhessem a liberdade garantida a seus beneficiários.⁵⁰⁶

Trata-se afinal de uma concepção inovadora das cláusulas destes certames, conlevados por outras tantas atenções na embrenhada política de afiançamento pretendida por Alfons *el Cast*, com a qual se procurava, ademais, as bases fortalecidas de um assentamento soberano entre os catalães,

⁵⁰⁴ **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**, p. 76, grifo meu à citação expressa da passagem bíblica contida no livro de Provérbios VIII: 15. Também, um paralelo interessante com o texto justineano, especificamente o *Codex* 1.1.8.1.

⁵⁰⁵ FREEDMAN, Paul H. **The Origins of Peasant Servitude in Medieval Catalonia**. Cambridge Iberian and Latin American Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, pp. 96-99 e 110-118.

⁵⁰⁶ Esta prescrição já aparece no *Us*. 62, o qual por sua vez deve sua origem à incorporação de uma constituição de *Pau i Treva* anterior. Sua referência explica-se bastante bem por si só: “*Camini et strate per terram et mare sunt de potestate, et per illius deffensionem debent esse in pace et treuga per omnes dies et noctes, ita ut omnes homines tam milites quam pedites, tam mercerii quam negociatores, per illas euntes et redeuntes, vadant et revertantur quieti et securi, et sine ullo pavore, cum omnibus illorum rebus [...]*.” Outra notação importante, porém, fica a dever à ampliação de sentidos mediante a atualização que Alfons faz desse mesmo ponto em um ordenamento propenso a novas coerções. O enunciado é reestruturado sob a leitura de uma taxação mais peremptória, a taxação figurada pela incorrência da afronta direta à sua pessoa, à dignidade da *lesa maiestatis*. VALLS, Ferran (ed.). **Los Usatges de Barcelona**: estudios, comentarios y edición bilingüe del texto. Malaga/Barcelona: Universidad de Malaga/Promociones Publicaciones Universitarias, 1984.

tanto quanto a ocupação efetiva dos recém conquistados territórios da Catalunha Nova.⁵⁰⁷ E, finalmente, quanto ao que se inclinasse para seus negócios na porção além-Pireneus, onde a soberania sobre Provença começava a sofrer contestação pelo Papado e a oposição de interesses coincidentes da parte do conde de Toulouse, circunstâncias tais que hão de ser notavelmente acirradas no reinado de seu sucessor, quando inevitavelmente houver rompida a questão albigense e o caudal de desdobramentos sobre a Coroa catalano-aragonesa.

No interregno de 1188 a 1192, ministraram-se as derradeiras assembleias sob Alfons I. Em 1188, em Girona, firmam-se novas medidas para o cumprimento da sua paz territorial, criando-se um corpo de milícia permanente que, guardados sob as ordens de bispos e *veguers*, perseguiriam aqueles que violassem a observância dos estatutos. Esse tipo de medida sugere uma necessária reação do poder real contra as prevaricações dos súditos que não se viam tocados por tais margens de coerção. Esses prevaricadores não seriam outros além dos próprios barões, que entendiam nessas estratégias de contenção uma ilegitimidade contra a constituição de sua potência beligerante. É pela mesma ressalva aos privilégios feudais que se concede a *constitutio* XX, a partir da qual o rei se comprometeria a jamais derogar os *Usatges* –i.e. *usatico scripto*– “*in dandis potestatibus castrorum a vassallis dominis suis*”, e do mesmo modo, concede abrir mão do recolhimento do *bovatge*⁵⁰⁸ dentro do território demarcado por sua autoridade.⁵⁰⁹

Na última assembleia, no ano de 1192, os acordos renovam uma vez mais o marco de proteção cingido pelas primeiras, e reafirmam uns acordos prestados em Barcelona que, no entanto, haviam sido anulados por parte de alguns magnatas e dos quais, na notação de Gener Gonsalvo, parece não restar quaisquer registros escritos.⁵¹⁰ Nessa reativação de pactos anteriores fica mais nítida a busca de estreitamento com os representantes das vilas e cidades reais, ao passo

⁵⁰⁷ SABATÉ, Flocel. Las tierras nuevas en los condados del nordeste peninsular. *Studia historica*, Historia medieval “Ejemplar dedicado a ‘Fronteras y límites interiores’”, Ediciones Universidad de Salamanca, nº 23, 2005, pp. 139-170. BONET, Maria. Las dependencias personales y las prestaciones económicas en la expansion feudal en la Cataluña nueva (siglo XII). *Hispania*, pp. 425-482.

⁵⁰⁸ O *bovatge* consiste em um tipo primitivo de tributo, que era antes de tudo um adimplemento ao liame vassálico e tornado compulsório desde Jaume I. Tratava-se de uma exação devida a cada novo soberano catalão pelos nobres do principado. Cf. LADERO, Miguel Angel. El ejercicio del poder real en la Corona de Aragón: instrumentos de gobierno (siglos XIV y XV). *En la España Medieval*, nº 17, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1994, p. 43. SÁNCHEZ, Manuel. *El naixement de la fiscalitat d’Estat a Catalunya (segles XII-XIV)*. Trad. Marita Viscarro. Barcelona: Eumo Editorial/Universitat de Girona/ Estudis Universitaris de Vic, 1995, pp. 79-80.

⁵⁰⁹ GONZALVO, Gener (ed.). La Pau i Treva a Catalunya. *Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)*, pp. XXVII-XVIII.

⁵¹⁰ Neste estatuto, Alfons reintegrada os anteriores pactuados de Paz e Trégua, e clama, numa perspectiva diversa e mais favorável a si, a presença dos *Usatges* como condensadores da autoridade principesca de Barcelona: “*reivindica els usatges com a garantia de la legalitat de la Pau i Treva, perquè en aquell moment diversos estatuts de Pau i Treva já formaven part de la compilació. El rei feia així una lectura dels usatges afavorida de les prerrogatives del príncep*”. GONZALVO, Gener (ed.). La Pau i Treva a Catalunya. *Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)*, p. 73.

que a oposição dos partidos nobres se acirrava mais devido ao tensionamento da aplicação prescritiva pretendida pelo rei. Esse recuo continuaria a se graduar (sendo significativas as cartas de povoação de franquia concedidas a Lleida e Tortosa⁵¹¹ e a pujança dos setores urbanos barceloneses), numa tentativa de equilibrar o jogo político dentro do qual o poder monárquico fora engendrado. Ao buscar essa polaridade, Alfons tenta fazer valer a dimensão do poder que lhe assiste por meio da investidura e da dignidade real, aliando tanto quanto possível os seus mecanismos de emissão jurídica às suas forças mais concretas de coerção, e assim estimular a criação de milícias e a formação de bandos vilãos na perseguição da ordem perturbada em defesa do rei e do seu principado. Recurso justificado pela presidência do *veguer* régio,⁵¹² que empunhava consigo o estandarte do soberano, e pelo recurso à instituição do *Princeps namque* contido no *us. 68*⁵¹³ —essa figura que ainda havia de ser elevada a projeções ainda maiores no século XIV em meio a novas circunstâncias institucionais que favoreceriam específicas atualizações no seu alcance de aplicação—. Por enquanto, o quadro de ações é prototipado pelo afaçamento régio em torno de seus aliados próximos, o corpo eclesiástico e os cidadãos urbanos, que assim materializariam a presença dos *braços reial i eclesiàstic* nos futuros reunidos em cortes, ante uma nobreza que tende a mirar a imposição dessas requisições e o engrandecimento dessas capas sociais como atentória a seus privilégios feudais mais preciosos.

Com o reinado de Pere I, despoletam os descontentamentos de uma nobreza já contrariada pelas medidas demasiado centralizantes do rei antecessor. Não obstante a agudização interna, finca-se a crise pelo teor tomado nos enfrentamentos contra Simon IV de Montfort e toda a enfrontada disputa dos territórios occitânicos.⁵¹⁴ Esse cenário desajustado limita, conforme índices bastante sensíveis, a “atividade legislativa” encaminhada anteriormente pelas assembleias de Paz e Trégua. Neste mesmo roldão, as assembleias refletem o resultado evidente desta paisagem. Em 1198 e 1200, nas primeiras consiliares presididas por Pere *el Catòlic*, opera-se um

⁵¹¹ Cfr. FONT RIUS, Josep Maria. *Cartas de Población y Franquicia de Cataluña*, vol. I. Madrid/Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC, 1969, docs. 64-68 e 74-76, respectivamente, pp. 104-111 e 119-128. No doc. nº 5, datado de 30 de novembro de 1149, Ramon Berenguer IV estabelece, mediante instrumento de doação, a isenção de impostos sobre a extração local (terras, bosques e águas, exceto a décima dos arrecadados em sal e “*estanques*”) e a presença de uns estatutos jurídicos compatíveis “*quam iustitiam tenebitis et observabitis secundum mores bonos et consuetudines quas subterius vobis dedi et scribi feci*” (sobre o mesmo documento, cfr. tradução catalã do século XIII, que inscreve “*bons usatges e bones costums, les quals a vós dejús he feytes dar e escriure.*” Manuscrito depositado no Archivo Histórico Nacional, Madrid, Códices y Cartularios, nº 597-B – assinatura antiga, nº 1312 – fol. 182, doc. 130).

⁵¹² SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. *Clío & Crímen*: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 3, 2006, pp. 209-304.

⁵¹³ PACHECO, Francisco Luis. El Usatge “*Princeps Namque*”: las cortes y los juristas. *Initium*. Revista Catalana d’Història del Dret, nº 10, Associació Catalana d’Història del Dret “Jaume de Montjuïc”, Barcelona, 2005, pp. 225-246.

⁵¹⁴ OLDENBOURG, Zoé. *Massacre at Montségur*. A History of the Albigensian Crusade. Trad. Peter Green. London: Phoenix Giant, 1998 [edição francesa de 1959], pp. 132-176.

esforço maciço para encarar o problema, primeiro, numa extensiva aliança mediante a busca de fundos financeiros, abrigando burgueses, cidadãos e judeus sob a tutela da paz territorial do rei. Segundo, o reconhecimento, pela primeira vez documentado numa fonte, da generalidade territorial catalã como entidade política concreta, extraíndo disso as necessárias exações procuradas pelo poder monárquico. Em 1202, a crise avança e a oposição nobiliária já é firme, forçando o rei, no teor das circunstâncias, a liberar todos os setores nobres das obrigações vinculadas à sua paz territorial, para deixá-la apenas sobre o lombo de seus súditos diretos e dos domínios eclesiásticos. Essa liberalidade impõe um grave retrocesso nas modificações jurídicas que tentavam banir os *malus usus*, restituindo um antigo privilégio senhorial constituído pelo *ius maletractandi*,⁵¹⁵ o direito que os barões tinham de impingir penas talias a seus dependentes, beirando um poder total, de vida e de morte, envergado pelo senhor feudal na sua própria esfera de jurisdição.

Em 1207, malgrado a renúncia de Alfons *el Cast* ao direito de exigir o *bovatge*, Pere I recupera-o em suas novas constituições de Paz e Trégua, num exercício abismado de arrecadação fiscal mediante a urgência com que era exigida a interferência catalã contra a Cruzada Albigense. Antes disso, valendo-se de sua proximidade junto a Inocentio III, o rei tentara, em 1209 e 1212, estabelecer uma mediação conciliatória entre os cátaros e Roma, cujos esforços revelariam-se então incapazes de reverter a condenação papal e os preparativos da cruzada.⁵¹⁶ Neste arremedo, cresce o vulto da intransigência religiosa às dimensões de um enfrentamento imponente, com a formação de hostes coligadas ao reino de França sob o comando direto de Simon de Montfort. A esta altura, o rei já acordara alianças com Ramon VI de Provença, além dos condes de Foix e de Cominges, e se comprometera demais com seus vassalos do Languedoc numa guerra que acabaria por tensionar até o fim de suas forças, culminando com a sua própria morte na Batalha de Muret, em 1213.⁵¹⁷ Perde-se assim, definitivamente, os domínios occitânicos da Coroa catalano-aragonesa e toda a região passa para o raio de influência dos Capetos, conquanto o marquesado da Provença continue, até 1246, sob uma dinastia aparentada a Barcelona.⁵¹⁸

O translático real de Pere *el Catòlic* para o jovem rei, Jaume I, então sob a tutela de Montfort, abre um capítulo de destacadas reposições no formato das assembleias de Paz e Trégua. Neste momento, o papa Inocentio III, com o apoio da rainha viúva Maria de Montpeller, revelou um notável envolvimento em todo o curso desses primeiros acontecimentos. Ao instruir um

⁵¹⁵ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *La Creación del Derecho*, II, 72, nº 29. *Idem*, *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt*. *Initium*, pp. 75-80 e 88 ss.

⁵¹⁶ OLDENBOURG, Zoé. *Massacre at Montségur*, pp. 144-146 e 159-164.

⁵¹⁷ MARTÍN, José Luis. *Historia de la Corona de Aragón*, pp. 61-63.

⁵¹⁸ SABATÉ, Flocl. *Història de Catalunya*, pp. 299-305.

conselho de regência, o legado papal Pietro de Benevento, entrega a tutela de Jaume aos cuidados dos templários de Montsó, presidindo na sequência os reunidos em Lleida, em 1214.⁵¹⁹ Nessa convocatória, comparece o estamento nobre para o tradicional juramento de fidelidade ao príncipe, acordando também novos estatutos para o certame da Paz territorial, nos quais se lembram as anteriores concessões de *guiatges i penons reials* –que desde Alfons *el Cast* estavam incorporados ao rol de crimes de *lesa majestat*–, e acordava-se ainda uma *constitutio* que declarava o favorecimento para a causa daqueles que buscassem a justiça diretamente do rei e de sua cúria, evidenciando o esforço da preponderância real na distribuição da justiça.⁵²⁰ Além dos magnatas, atendem e comparecem nesta assembleia os representantes das cidades e das vilas reais, burgueses e habitantes das castelhanias rurais –“*civibus, burgensibus, castrorum et villarum habitatoribus, et aliis pluribus tocus Cathalonie*”⁵²¹–. Com essa configuração ampliada, instituiu-se a nomeação de *vegvers* e *paers* sobre a fiscalização e aplicação da justiça régia nas cidades de realengo, definindo melhor a sua representação através da atuação destes delegados e recriando deste modo um formato institucional aparecido desde os prelúdios da época condal, e que se destina agora ao atendimento de necessidades políticas mais precisas.⁵²²

O formato oficializado dessas constituições projeta a amplitude dos acordos à toda a generalidade do principado, referindo-se a estes delegados como *procuratore* e aos seus submetidos nos termos de *omnibus civitatibus Cathalonie*. Mas ainda é preciso matizar, certamente, as colocações demasiado taxativas. O lastro desses submetidos continua a incidir somente no chamado estamento real, onde a jurisdição pode se permitir uma atuação livre de maiores obstáculos, ou então, contando com um alcance mais indireto, sobre os setores eclesiásticos que coligam junto ao rei muitas das exações e da interponência dos estatutos de paz. Com efeito, a simultaneidade dos poderes temporal e espiritual prova neste ponto o prolongado sucesso da aliança que exalçou a figura do monarca a novos mecanismos de sujeição política, dispondo de um conselho onde lhe era permitido legislar indiretamente através de seus apoiantes

⁵¹⁹ Esta assembleia parece marcar um intervalo de acomodações de forma que culminaria com as Cortes de 1283, presas a maior parte do tempo a uma função feudal originária, a do *consilium*. MARTÍN, José Luis. Privilegios y cartas de libertad en la Corona de Aragón. **Economia y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**, p. 221, notas 72 e 73.

⁵²⁰ Assim, o rei afirma sua autoridade mediante o poder de conceder sua proteção e sua justiça através de seus braços, braços estes que operavam pela ação concreta de egrégios procuradores reais: “*Item, sub hac pace sint apium alvearia et columbaria, molendina, oliveta cuiuscumque sint, et guidatica regum, et pennones et omnia regalia firmiter observari et custodiri iubemus. Et omnes venientes ad curiam domini regis, et nostram, et procuratoris Cathalonie, et omnes quos diocesani episcopi, pro facto pacis et bono terre vocare constiterit, stando, eundo, redeundo, cum omnibus rebus eorum, mobilibus et immobilibus et semoventibus.*” **Les Catalunya (segles XI-XIII)**, p. 135, *constitutio* VII.

⁵²¹ **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**, p. 134, 1214, Lleida.

⁵²² SABATÉ, Flocel. **La época medieval: administración y gobierno**, p. 292.

e, conseqüentemente, repartir a atribuição judicial-exativa de seus delegados tal como estavam distribuídos nos correspondentes domínios reais. Tanto mais, essa coligação fortalece-se com a adição dos representantes citadinos, que em breve há de constituir o braço real nos estamentos presentes nas *Corts Generals*. Essa participação implica uma primeira nota de institucionalização, com a crescente capitalização dos deliberamentos curiais e um aumento gradual das prerrogativas desses grupos no final do século XIII. Fatalmente, a consagração de uma esfera parlamentar suprema na ordem de decisões do principado insere o componente pactista dessas assembleias. Remarca tal indício, e bem o observa Gener Gonsalvo, a extensão do dever de juramento a todos os súditos catalães de Jaume I: “*que tots els magnats, cavallers, ciutadans i habitants de castells i viles rurals, a partir de l’edat de catorze anys, jurin i observin aquests estatuts de Pau i Treva, [...] i que no podran ésser alterats si no és mitjançant una lletra revocatòria del pontífex romà o del legat apostòlic*”.⁵²³ O caráter desse juramento, bem como as demais garantias protegendo estradas, bens campestres, templos, e a própria isenção dos templários e dos hospitalários em disposições já consignadas desde as assembleias de N’Alfons *el Cast*, assumiriam sob Jaume I um caráter “perpétuo e irrevogável” –confirmadas, de todo modo, pelo mesmo discurso punitivo que motivara aqueles primeiros acordos, sempre sob a pena de multas e de excomunhão–, conforme ratificara as constituições de 1228, dadas em Barcelona junto aos preparativos para a conquista de Mallorca.

Assim, cresce o papel jurídico das assembleias como prefiguração das primeiras cortes catalãs, com um arremate profundo de atribuições legislativas e técnicas de emissão, a protagonizar os eventos mais notáveis da história institucional catalã e sua ação expansionista, principalmente naquela voltada para seus postos avançados no Mediterrâneo e na relação íntima que estabeleceria com os discursos institucionais nativos daqueles sítios. Nestas condições, apareceriam as convocatórias de 1228 para arregimentar os expedientes necessários à campanha maiorquina de En Jaume e à deliberação elevada pela significativa participação dos grupos dirigentes da burguesia das vilas e das cidades reais.⁵²⁴

Tendo consolidadas as bases da pacificação territorial, cujos estatutos apenas passariam a receber confirmações sobre as já vigentes em 1228 –“*statuimus ac mandamus ut paces iste et treuge sint firme et perpetuo durature*”–, torna-se possível a naturalização desses conteúdos e a vigência das mesmas prescrições num cenário de compartilhamento institucional profundamente aceitável. Não apenas a firmeza de seus procedimentos judiciais pelos quais as cúrias operavam

⁵²³ *Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)*, p. 134, Lleida, 1214.

⁵²⁴ MARTÍN, José Luis. Privilegios y cartas de libertad en la Corona de Aragón. *Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media*, p. 188.

esses estatutos, mas a própria autoridade vindicada por essas assembleias como concreta fonte normativa descansam no assentamento de um tipo de “pensamento institucional” notável: o imperativo da comunhão, e a coerção que a ameaça de sua exclusão representava, marcam a coerção moral que vigia acima de todo e qualquer outro interesse corporativo da sociedade baixo-medieval. Daqui, faz-se possível uma cooperação eficaz entre o soberano, tendo a sua figura como síntese das vontades corporativas, e os súditos que lhe apoiavam seguros na participação obtida por meio da *instituição*.⁵²⁵ Segue, num crescente, o poder administrado pelos congregados nas cortes, pendendo ora ao monarca ora a determinado grupo estamental a partir dos potenciais de persuasão de cada um dos partidos, por sua vez ditados por outras circunstâncias concretas, jurídicas, políticas e sócio-econômicas delimitantes dessa historicidade.

Os arranjos promovidos pelas instâncias contextuais sobre esses coletivos compõem sua constituição e seu realinhamento. E será mediante este mesmo golpe de força que a personalidade institucional das assembleias de Paz e Trégua catalãs deixariam de incorporar aquilo que, até Jaume I, afiançara o primado da potestade régia para tocar um plano simbólico de submissão contra os potentados concorrentes, os mesmos que, por sua vez, tendiam a insistir na correção dessa titularidade.⁵²⁶ Ao superar a forma restritiva da paz territorial para torná-la extensiva à toda a universalidade do principado, os soberanos barceloneses se mostrariam vencedores nestes novos terrenos, até a implantação de um discurso régio que permite a Pere *el Cerimoniós* dar a emblemática voz de seu poder como “*senyor sobirà après Déu en Cathalunya*”.⁵²⁷

Antes, porém, é preciso voltar ao espectro da irradiação romanista e tocar num dos pontos mais emblemáticos da produção jurídica catalã, emblemático na medida mesma de que seus conteúdos repristinavam um direito primitivo, sacramentado pela tradição, tal qual o era a *Lex visigothorum*.⁵²⁸ E, ao mesmo tempo, cedia à interponência de um novo discurso domesticador do poder cedido pela aparelhagem dos juristas bolonheses e recebidos no principado pelas mãos dos juristas curiais. Um e outro marco se justapuseram sempre em torno da delimitação de autoridades, de interesses ingentes e precisos, na enunciação do material que era lido e aplicado no teor dos assentos institucionais ou de uma vontade política advinda de realidades históricas caracteristicamente remarcadas. Neste contexto prolífico, os elementos agregados aos *Usatges* de Barcelona infundem sua aparelhagem, tão híbrida e tão impartida, entre esses mesmos vetores institucionais que habitavam a paisagem política dos séculos XII e XIII.

⁵²⁵ WATSON, Alan. **The Evolution of Law**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1985, pp. 77-86.

⁵²⁶ SABATÉ, Flocel. La pena de muerte en la Cataluña bajomedieval. **Clío & Crímen**, pp. 117-276.

⁵²⁷ SABATÉ, Flocel. **La época medieval**: administración y gobierno, p. 236.

⁵²⁸ WATSON, Alan. **The Evolution of Law**, pp. 90-92.

4. OS *USATICI BARCHINONAE* NA TRADIÇÃO JURÍDICA DO PRINCIPADO

Em sembla que el punt de partida en la investigació sobre els Usatges és el reconeixement que el text dels Usatges és un text tèrbol: un text extraordinàriament tèrbol, desconcertant i torbador.

Joan Bastardas i Parera
*Sobre la Problemàtica dels Usatges de Barcelona.*⁵²⁹

4.1. O texto e o contexto: as compilações dos *Usatges de Barcelona*

Incita-se aqui os limites de um terreno espinhoso, e eis a Hidra de Lerna da historiografia jurídica catalã. Assim aparecem as muitas incompatibilidades e os desvãos de um debate que tem se estendido por pelo menos uma centena e meia de anos, com pontos de investigação tão robustos e variados que sua aparência tende a intimidar a opinião do iniciante. Justamente por isso, o tratamento que tento arrolar a partir daqui não guarda nenhuma verdadeira pretensão consigo ou sobre o empenho dos que tentaram um novo aprofundamento da questão. Como parece-me mais sábio por hora, declino do trabalho de enfrentar este pequeno monstro de várias cabeças, suspendendo para o ocaso de um novo Héracles que venha tentá-lo mais tenazmente.

Assim mesmo não é possível contornar a existência desse arquipélago na sua história institucional, nem tampouco o valor nuclear que os *Usatges* de Barcelona ocupam nos desdobramentos de todo o discurso jurídico contido nos ordenamentos do principado.⁵³⁰ Mais do

⁵²⁹ BASTARDAS, Joan. **Sobre la problemàtica dels Usatges de Barcelona**. “Discurs llegit el dia 10 de marc de 1977 en l’Acte de Recepció Pública”, Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 1977, p. 13.

⁵³⁰ A utilização indiscriminada do termo *principado* não deixa de portar alguns defeitos sérios. Justamente, seu emprego tem encontrado uma considerável variedade de discussões. O estudo pioneiro de D. Fidel Fita indica, a propósito, uma primeira menção documental no âmbito das cortes celebradas em 1064, originando uma *constitutio* sedimentada no *Us*. 65. O titular barcelonês referiria-se “*qui in hoc principatu nobis*” como à entidade congregada pela célula condal Barcelona-Osona-Girona (FITA I COLOMER, Fidel. Principado de Cataluña. Razón de este nombre. **Boletín de la Real Academia de la Historia**, nº 40, Madrid, 1902, pp. 261-). O equívoco repete-se sobre a própria titulação envergada pelos primeiros condes e a culminação de uma suspeita invenção historiográfica que faria propagar sua “teoria do principado”.

As remissões curiais remetem à *sua terra* (Alfons I, 1173) ou ao congado definido por *tot Catalunya* (Pere I, 1198). Entretanto, essas alterações não puderam gerar uma denominação concreta para se aproximar à realidade orgânica que bem se constituiria apenas com o reinado de Pere III (1336-1387). É durante este reinado que se incorporaria a denominação *Principatus Cathalonie*, documentada em 1350 com a adoção de uma pragmática regulando “*el nou sistema chronologic per a designar els dies del mes que fos aplicable a tot arreu del Principat de Catalunya*”, a partir disso, recolhe-se com frequência para uso da sua chancelaria (ABADAL, Ramon d’. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**. Trad. Xavier Fort i Ramon Pinyol. Barcelona: Edicions 62, 1987, pp. 62-63). A despeito a nova discriminação estatutária, não haveria um príncipe para as terras catalãs senão a denominação usual retificada pelas Cortes de 1283 –*scribamus nos et successores nostri comitem Barchinone*– e mantida nos documentos chancelares posteriores.

que isso, e cá se pode assinalar sua inquestionável presciência sobre todo o argumento vindouro, eles capitalizam o recepie de das retóricas proferidas dentro dos reunidos em cortes.⁵³¹ Nesta altura, é ocioso dizer que a duração desse fundamento atravessa transformações muito particulares, e, também, que sua manutenção implicara uma *recepção* de conteúdos que precisaram ser ajustados e reintegrados ao plenário de utilidades encerradas num contexto bastante diferenciado daquele que fez existir seu primeiro fundamento. Desta feita, a montagem desses comandos jurídicos, integrados à guisa de *código* nos séculos XIII e XIV sob a agitação de elementos anteriores,⁵³² assinala o passo ao lado das formas de sua enunciação tal como foram buscados por aqueles seus usuários e receptores, para não falar também de seus copistas e refundidores e das marcações indeléveis deixadas no espectro de sua controversa tradição textual.

Desde os trabalhos capitulares de Julius Ficker, o vetor temático das discussões tem priorizado os apontamentos em torno de seu núcleo originário. A especificação desse núcleo permite perseguir uma cronologia para sua criação, ou criações, levando em conta sua peculiar sedimentação de elementos textuais plurais. O trabalho empenhado exige muito esforço filológico e a prospecção de resultados segundo um reto ecdótico que ainda parece afastar-se de uma definição segura para seu arquétipo, e, menos ainda, para o assento de um abstrato *codex optimus* dentro dessa constelação textual. A notícia aparecida em Ficker⁵³³ repartia o conjunto de capítulos, o núcleo de *Uss.* 1-140, produzidos sob um mesmo ato legislativo –notadamente, aquele que a tradição fizera partir de Ramon Berenguer I, com a qual se iniciara a mais bizantina das discussões para definir o ano de sua promulgação– fixado entre 1068 ou 1070. Esta notícia é recuperada dos comentários interpostos por Jaume de Marquilles, no século XVI, em seus “*Commentaria Iacobi de Marquilles super Usaticus Barchinonensis*” (1505), nos quais se discrimina um conjunto

Ao cabo dos séculos XV-XVI, a utilização vaga do termo acabaria resolvendo uma dificuldade institucional sobre seu estatuto jurídico específico na ordem interna da Coroa de Aragão, e tanto mais, quando esta fosse definitivamente incorporada pela união dinástica com Castela. *Cfr.* CLAVERO, Bartolomé. *Cataluña como persona, una prosopopeya jurídica*. IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. SÁNCHEZ-LAURO, Sixto (orgs.). **Centralismo y autonomismo en los siglos XVI-XVII**. “Homenaje al profesor Jesús Lalinde Abadía.” Barcelona: Edicions Universitat de Barcelona, 1989, pp. 101-120.

⁵³¹ MARTÍN, José Luis. La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 146-151.

⁵³² “The Usatges took a form somewhat different to that of the *Forum Iudiciorum* because of the feudal influence presente in Cataluña as a legacy from the French rule, and possibly because the early independent counts of Cataluña were of the Carolingian stock and hence had the ideas of this family. The Usatges was the attempt to reconcile the practice of the old allodial system of property with the newer system of benefices and honores (tributes, taxes, rights) on the basis of the tradicional principles as found in the *Forum Iudiciorum*, and as such was most certainly not intended to be the expression of the Roman law principle, the will of the prince has the force of law.” MADDEN, Marie Regina. **Political Theory and Law in Medieval Spain**. New Jersey: The Lawbook Exchange, 2005, p. 62

⁵³³ FICKER, Juilus. **Sobre los Usatges de Barcelona y sus afinidades con las Exceptiones Legum Romanorum**. Trad. J. Rovira Ermengol. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1926 [edição alemã de 1886].

primário de um segundo, nascido à base daquelas tardias reposições. O acréscimo feito pela análise de Ficker toma corpo em suas minuciosas considerações sobre o contágio imprimido pelas *Exceptiones Petri* no complexo de fontes que conferiu um conteúdo fundador a toda a coletânea, e avança, para mais, no destrinçar dos conjuntos que a precedeu. Assim, toda a composição originária dos *Usatges* passaria a pertencer a diferentes estágios de sedimentação, donde se constituiriam verdadeiros blocos sobrepostos ao seu monolito inicial. A partir daí, segue a destacar o núcleo de capítulos, que vai dos *Uss.* 4-60, cuja coesão interna ressalta seu caráter jurídico feudal e consuetudinário, tracejadas pelo tipo próprio de *usualia* e compartilhadas pelas capas senhoriais reunidas na famigerada assembleia condal de 1068. Na sequência, a contar pelos condes posteriores a Ramon Berenguer I, a atividade judicial dos juizes da cúria ampliariam esse primeiro conjunto ao implemento dos *Uss.* 1-3, 71-140, e ainda posteriormente, os conjuntos finais 145-152 e 162-170.

Mais tarde, em 1891, Max Conrat remanejaria estes conjuntos levando em conta a remissão contida a conteúdos de procedência romanista. E, ainda, o catalão Josep Balari i Jovany, com o implemento filológico que faltara ao tratamento técnico de Ficker, retracou essa cronologia para os anos de passagem entre Ramon Berenguer IV e Alfons *el Cast.* Os argumentos de Balari foram, todavia, rechaçados, mas abriram espaço para o destacamento contextual do século XIV como ambiente mais propício ao seu aparecimento e época mais plausível para suas refundições.⁵³⁴ Já atento a estas colocações, Guillem Maria de Brocá reorganizara aquelas classificações para a identificação do núcleo originário, distinguindo-o do que seriam considerados como *usatges* interpolados.⁵³⁵ No entanto, restava a problemática definição destas interpolações num conjunto originário, e seus esforços para provar essa diferença não lograriam efeitos duradouros ao defender uma *pureza* elementar deste contra a presença mais heterogênea de fontes vindicada naquele, e que leva a ignorar a natureza de certas transmissões legais na montagem do aparelho judicial alto-medieval que ali surge transbordado.

Estabelecido o tema, e dialogando com as conclusões paralelas do filólogo italiano Enrico Besta, aparecem nas décadas 1920-30 os primeiros escritos de Ferran Valls Taberner.⁵³⁶ Estes escritos eram destinados a detalhar, com um matiz mais abismado, a investigação anterior de Ficker e que desta vez se configuraria pela separação de motes distintos. Desta forma, a busca pelo

⁵³⁴ FERNÁNDEZ, Jesús. PELÁEZ, Manuel J. Prólogo. In: VALLS, Ferran (eds.). **Los Usatges de Barcelona**: estudios, comentarios y edición bilingüe del texto. Malaga/Barcelona: Universidad de Malaga/Promociones Publicaciones Universitarias, 1984, p. XIV.

⁵³⁵ BROCÁ, Guillem Maria de. **Historia del Derecho de Cataluña**, especialmente del Civil, y Exposición de las Instituciones del Derecho civil del mismo territorio en relación con el Código civil de España y la Jurisprudencia. Vol. I. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1985 [1ª edição 1918].

⁵³⁶ FERNÁNDEZ, Jesús. PELÁEZ, Manuel J. Prólogo. **Los Usatges de Barcelona**, p. XVIII.

núcleo primitivo continuaria, mas partindo da estruturação dos tipos normativos presentes em cada conjunto de capítulos, separando aqueles de caráter marcadamente feudal e assim distinguidos em sua matéria procedimental mais genérica (composição de conflitos: *Uss.* 5-20, 58-59, 21-22, e rito processual: 23-29) e em disposições de caráter feudal (prerrogativas banais: 30-48, e sobre o juramento: 49-57).⁵³⁷ Feito este detalhamento, Valls Taberner atesta uma cronologia para os *Usatges*, fixando sua promulgação no ano 1058, durante o potentado de Ramon *el Vell*, certificando outros documentos periféricos que retificariam tanto a disposição daquele núcleo, quanto seu programa de datações. Trata-se da carta constitucional emitida pelo mesmo conde (c. 1060) –da qual desponta um discurso de soberania de sua capitalidade feudal, com um avanço tartamudeante sobre as atribuições do *princeps* e seu poder político–, e ainda, uma *constitutio* de Paz e Trégua das assembleias de Barcelona de 1064, a qual se reverteria no *us.* 133, e por fim, um conjunto tardio promulgado em 1068 e complementar dos preceitos do corpo original, ainda à maneira de *usualia*. Assim, muito depois, agregar-se-iam aquelas chamadas “disposições adventícias” que acabariam por arruinar a unidade orgânica existente nas primeiras refundições (mas que, no entanto, sabem-se inseparáveis do conjunto de fontes disponível ao código).⁵³⁸ Aparentemente, esses acréscimos –então refundidos pela tradição textual tardia– explicariam a extensão oficial do *corpus* e sua flagrante incompatibilidade formal na disposição dos atuais 174 capítulos.

Essas aportações implicam algumas consequências decisivas sobre a linha de investigações. Primeiramente, elas impõem um retrocesso às premissas de Balari e de Brocá sobre as condições institucionais presentes nos séculos que assistiram o desenvolvimento jurídico das compilações, e força uma excessiva tributação dos expedientes judiciários e de um poder político concreto envergado por Ramon Berenguer I. E, tanto o lembram J. Fernández Viladrich e Manuel Peláez, o defeito mais imperdoável das colocações de Valls Taberner aparece no apego excessivo à crítica textual, nomeadamente à crítica interna destes textos, a qual impõe uma largueza por demais prejudicial à reconstrução cronológica dos *Usatges*.⁵³⁹ Em linhas gerais, assim se guardava os termos de uma interpretação que se mantivera intacta por algumas décadas até as correções mais incisivas de D. Ramon d’Abadal, e posteriormente, do historiador do direito Aquilino Iglesia Ferreirós. A tendência dessas novas posições era justamente pelo estanciamento crítico-contextual desses dispositivos, procurado menos gratuitamente pela autarquia indulgente

⁵³⁷ VALLS, Ferran. Les descobertes de Ficker sobre els Usatges de Barcelona i llurs afinitats amb les “Exceptiones Legum Romanorum”. El problema de la formació dels Usatges de Barcelona. In: **Los Usatges de Barcelona**, pp. 1-17.

⁵³⁸ FERNÁNDEZ, Jesús. PELÁEZ, Manuel J. Prólogo. **Los Usatges de Barcelona**, p. XV.

⁵³⁹ *Idem, ibidem*, p. XV.

dos linguístas e mais pelas invocações institucionais que deram a utilidade política —e, portanto, de um sentido histórico mais destacado— desses enunciados, numa sociedade que trespassava a modelação de seus primitivos formatos sociais para o assento de uma realidade política cambiante e dependente de suas próprias chaves de significação, de coletivos e de compartilhamento cognitivo e institucional.

Na década de 1960, por atenção a uns expedientes do *Col·legi d'Advocats* de Barcelona, planejara-se uma nova edição dos *Usatges*, edição esta que deveria contar com uma série de estudos críticos propensos a reavaliar os avanços científicos da questão. Para tanto, fora organizada uma comissão de especialistas integrada por historiadores, juristas e filólogos, como os então doutores Frederic Udina, Jaume Mans, Joan Bastardas, Josep Maria Font Rius e, tomando-lhe a presidência, o Professor Ramon d'Abadal i Venyals. O programa estipulado visava retomar as investigações de Valls Taberner sobre o núcleo formativo do antigo código sob a adição de uma perspectiva revisionista da sua problemática cronologia.⁵⁴⁰ A tese de Abadal abandonava a ideia, até então apresentada, de que a elaboração central de seu núcleo originário pertencera aos anos de Ramon Berenguer *el Vell*, e ao invés disso, fora um trabalho de integração legislativa apresentado pelos juristas da corte de Ramon Berenguer IV que, embebidos em formulações romanistas, intentaram a implantação de uma teoria do *principado*.⁵⁴¹ Essa influência romanizante explicaria a configuração híbrida dos vários *usatges*, que desta maneira acoplaria em si conteúdos mais primitivos a prescrições pertencentes de uma modelação inovadora, a toque de uma hierarquia encabeçada pela presidência condal e reconduzido, com sutil subliminaridade, ao posto supremo

⁵⁴⁰ A edição vigente desde os trabalhos de Ferran Valls é pois a reedição de 1984, consultada e apregada nesta bibliografia (v. *infra*). Todavia, como me fez observar o Dr. Aquilino Iglesia Ferreirós, o projeto desta reedição contém alguns defeitos. Nesta, além de se omitir a participação original que sobre ela teve Ramon d'Abadal i Venyals, indicam-se erratas inexistentes no seu corpo original. A edição produzida por Abadal-Valls data de 1913, e tem sua publicação justificada na utilidade de uma transcrição provisória, mas que deveria ser substituída por uma outra, criticamente ampliada e de “caráter definitivo”. O projeto de ambos contemplaria o entusiasmo oitocentista pela compilações e extensos *corpus* jurídicos de tradições históricas associadas a suas bases nacionalizantes. Assim, seguindo as alentadas “*Monumentae Germaniae Historica*” (Hannover-Leipzig) e a coletânea de “*Chartes et diplomes relatifs a l'histoire de France*” (Academie des Inscriptions et Belles Letres de Paris), o projeto encampado por ambos visava a organização de importante textos históricos catalães. Tais como os *Costums i privilegis de Lleida*, uma nova edição crítica dos *Usatges de Barcelona*, as *Commemoracions de Pere Albert*, as constituições de *Paus i Treves*, além das conhecidas *Constitucions de Catalunya*, as *Franquicias de Mallorca* e os *Costums de Perpinyá*. Para um compêndio geral destes planeamentos, cfr. FONT RIUS, Josep Maria. Don Ramon de Abadal y la Historia del Derecho. **Historia, instituciones, documentos**, Universidad de Sevilla, nº 14, 1987, pp. 7-12. No caso da edição provisória de 1913, ela adotava a ordem de capítulos deixada à margem no manuscrito medieval, conforme os comentadores ou o compilador do século XII. A adoção desse esquema reconhece suas próprias limitações, e teria por isso mesmo merecido uma renovada atenção de parte de Abadal, já em seus derradeiros anos de vida, cuja tarefa deixaria inacaba.

⁵⁴¹ ABADAL, Ramon d'. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**. Trad. Xavier Fort i Ramon Pinyol. Barcelona: Edicions 62, 1987, pp. 61-78.

de *princeps* ante toda a paisagem capital catalã.⁵⁴² Por este cariz, a ordenação do conjunto de dispositivos à maneira de um código acompanha todas as suas incogruências formais no assento de uma versão definitiva. De resto, a proposta revisionista da junta coordenada por Abadal interpusera um retraço significativo a partir do arquétipo descrito por Carlo Guido Mor (cerrado nos *uss.* 1-138),⁵⁴³ aproveitando-o desde então, para eliminar a versão oficial publicada no século XV como conjunto pertencente a uma tradição textual adventícia, versão resultante de um espólio de interpolações e apensos de caráter meramente pragmático.

A metodologia aplicada daqui para frente pelos especialistas será o ponto nodal das próximas inserções críticas acerca da formação do código. No tocante à estilística de alguns capítulos, Joan Bastardas apontara algumas indicações formais para detectar nele uns conjuntos que contivessem elementos mais harmônicos entre si. Mencionando, por exemplo, a similaridade dos *Uss.* 4-59, dependentes de pelo menos um mesmo núcleo formativo.⁵⁴⁴ Ainda assim, a presença deles não livra o núcleo de evidentes divergências formais, principalmente em razão das diferentes fontes que agrega. Através dessas divergências, Bastardas entrevê a mão de um compilador atuando na formação de tais conjuntos. A partir do capítulo 60,⁵⁴⁵ os motes aparecidos rompem a série de “*lleis i costums judicials*” e passam a remeter às constituições, preponderantemente às de *Pau i Treva*, a partir de agora introduzidas com *Item statuerunt ut*, ou *Item statuerunt est*. Dentro deste conjunto, o Professor Bastardas faz destacar o *us.* 64, que, coligado aos capítulos 65-66, contém um preâmbulo consistente e declarativo sobre a potestade do príncipe para congregar os súditos do principado – “*in hoc principatu nobis sunt succesuri habeant omni tempore*”–. O rigor assumido pelo compilador deste núcleo acata o delinamento de suas fontes, e lida na montagem de uma sequência comprometida pela temática desses capítulos, embora não tenha o mesmo acuro pela harmonia estilística e formal destes⁵⁴⁶ mas que acabam se convertendo, na opinião do filólogo, em indicadores de uma fidelidade do trabalho de compilação.

⁵⁴² Ao mesmo aspecto, a despeito de umas *matizações*, Josep Maria Pons confere sua concordância às interpretações de Abadal, *cfr.* PONS I GURI, Josep Maria. *EL dret als segles VIII-XI. Recull d'estudis d'història jurídica catalana*. Vol. IV. “Textos i Documentos”, nº 38. Barcelona: Fundació Noguera, 2006, pp. 40-41.

⁵⁴³ MOR, Carlo G. En torno a la formación del texto de los “Usatici Barchinonae”. *Anuario de Historia del Derecho Español*, nº 27-28, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1957-1958, pp. 413-459.

⁵⁴⁴ BASTARDAS, Joan. *Sobre la problemàtica dels Usatges de Barcelona*, p. 29.

⁵⁴⁵ Os capítulos dos *Usatges* referidos por Bastardas conferem com um dos manuscritos latinos depositados no *Archivo de la Corona da Aragón*, atualmente publicado in: BASTARDAS, Joan (ed.). *Usatges de Barcelona*. El Codi a mitjan segle XII: establiment del text llatí i edició de la versió catalana del manuscrit del segle XIII de l'Arxiu de la Corona d'Aragó de Barcelona. Col·lecció Textos i Documents 6. Barcelona: Fundació Noguera, 1984.

⁵⁴⁶ Estas são as diferenciações apresentadas pelo próprio Bastardas, no que revelam as múltiplas vozes assumidas ao longo dos capítulos do código; muda-se a locução do legislador (*Us.* 61), os sujeitos na primeira pessoa do plural (64-66, 67 e 74-75: *mandamus, precipimus, statuimus* etc.), além de alguns registros históricos (tipos monetários, indicações geográficas) e juízos de valor (124, 130, 132) tomados pelo próprio legislador. BASTARDAS, Joan (ed.). *Usatges de Barcelona*, pp. 13 e 29-31.

Entretanto, essa atividade unificadora de que fala Bastardas não o faz avançar na fixação de um arquétipo que apareça utilizado pela tradição genética dos primeiros manuscritos dos *Usatges*. O importante para ele é extrair daí a hipótese sobre a formação do código: a que insiste na existência de pelo menos dois conjuntos diferentes que foram sobrepostos (ou justapostos, se se levar em conta algumas inserções formais) conforme a tradição textual firmada por seus compiladores: “*el compilador, la persona que va donar al codi l’estructura amb la qual ens ha pervingut, treballava no solament sobre textos legals, sinó també sobre textos prèviament elaborats dins la cúria comtal, i encara que la compilació que tenim és el resultat d’un llarg procés d’elaboració i d’activitat codificadora en què intervingueren mans diverses i no estrictament coetànies*”.⁵⁴⁷ Esta “compilação de compilações” disporia por isso de duas partes, uma inscrita por dispositivos de leis e costumes, no bojo das fontes primitivas e consuetudinárias (*secundum leges et mores*), acoplada a uma segunda, de constituições ou das demais pragmáticas curiais (*usaticus de curialibus usibus*). Esta segunda parte é notadamente afeita às descrições históricas, pendendo às narrativas que fundam algumas das origens institucionais que a sua autoridade jurídica pretende assumir. Em nome deste caráter repositivo, a hipótese de Bastardas⁵⁴⁸ há de convocar este segundo redator ao posto de historiador consciente de sua tarefa e ativo interpolador crítico, para finalizar seu trabalho na colocação de um derradeiro capítulo, o *us.* 133, - em cujo enunciado se principia a locução *Denique sepe dicti principe*, tornando tudo o que viria a posterior um extenso e fragmentário apêndice dos dois conjuntos que fariam o corpo concreto dos *Usatges*.⁵⁴⁹

As conclusões de Bastardas têm o mérito de fechar alguns problemas antigos, mas peca por infundir uns quadros excessivamente artificiais sobre o conjunto. A ideia de um único compilador é igualmente forçosa, e tende a preservar certos impasses das investigações anteriores. Por outro lado, a datação continua problemática. Em um livro recente, Adam J. Kosto reitera a posição de

⁵⁴⁷ BASTARDAS, Joan, *op. cit.*, p. 37.

⁵⁴⁸ Diferentemente do que planteara Abadal, a tese de Bastardas fixa desde o potentado de Ramon Berenguer III uma “*tasca legislativa*” continuada pelo seu sucessor, dada mais concretamente à mão de um compilador-autor dotado de excessiva consciência diante de sua tarefa. A posição de Abadal parece menos ousada nestes termos, e mais comprometida com a explicação contextual enfeixada pelo projeto jurídico de Ramon Berenguer IV e sua já mencionada teoria do principado. Mas isto será em breve recuperado, e apenas depois de se completar os comentários, um tanto gerais, sobre o assento de seu texto e seu conteúdo à vista das particularidades dos territórios catalães.

⁵⁴⁹ A este respeito, fazer remissão às objeções de A. Gouron quanto à forma sobreposta dessas compilações e o sentido extraído do mesmo *incipit*, que não parece remeter a nenhum núcleo originário; sendo ele próprio resultado de manipulações posteriores, levado a desprezar, por igual comedimento, as intenções que são atribuídas por Bastardas àqueles compiladores “deliberadamente maliciosos” e suas inovadoras ideias políticas. Como consequência, corrige-se a datação oferecida por Bastardas para então avançar ao ano de 1163 (FONT RIUS, Josep Maria. **Cartas de Población y Franquicia de Cataluña**. 2 vols. Madrid/Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1969-1983, vol. I cart. n.º 120, p. 173, vol. II, p. 593). *Cfr.* GOURON, André. Sur la compilation des Usages de Barcelone au douzième siècle. **El Dret Comú i Catalunya**, Actes del VIII Simposi Internacional (Barcelona, 29-30 de maig de 1998). Barcelona: Fundació Noguera, 1999, pp. 219-236, pp. 225-232.

Josep Maria Pons e valoriza o aparecimento das *convenientia* (cfr. *us.* 36, para os duelos judiciais) no horizonte feudal catalão, e remete o ato de promulgação dos Usatges para os anos finais de Ramon Berenguer IV, aproximadamente no ano de 1150, e acaba por fazer eco à Ramon d'Abadal⁵⁵⁰ e sua teoria do principado.⁵⁵¹ Outros preferem adia-la um pouco mais, atingindo o reinado seguinte, como se leva a crer pelas colocações de André Gouron. Para justificar essa datação, Gouron se apoia nos privilégios concedidos em 1163 por Alfons *el Cast* às capitalidades de Vilanova de Prades, fazendo coincidir o intenso labor legislativo empenhado por este monarca, já denotado pela compilação de um *Liber Feudorum Maior*. Ademais, essas conclusões são em parte amparadas na disposição dos capítulos 139-140 e dos seguintes como formativos de um apêndice, tal como aparecem nos três manuscritos de Ripoll (nº 23, 38 e 82) do ACA, e no parisiense, lat. 4792 (*Bibliothèque Nationale de France*), digressivos de uma tradição que se contamina por compilações provençais de outros textos jurídicos do mesmo período, sobretudo os vestígios do Livro de Tubinga, lembrado por Carlo Guido Mor,⁵⁵² e os opúsculos circulantes pelo *Midi* francês.⁵⁵³ Justificadamente, essa circularidade envolve um amplo conjunto de preocupações doutrinárias, desenvolvidas pelos técnicos do direito em ordenar as prerrogativas do príncipe e sua autoridade na emissão de um comando normativo concreto.

No tocante às suas fontes, tem-se fixado as origens mais prováveis de seu conjunto elementar disposto pela coleção das *Exceptiones Petri*, das *Etymmologias* isidorianas e, naturalmente, pela supervivência de alguns capítulos do *Liber iudiciorum* dos visigodos. Essa lista pode ser ainda estendida para incluir as capitulares de alguns reis francos, o *Breviarium* de Alarico e as obras de Ivo de Chartres, fragmentos do *Decretum* e das *Concordia discordantium canonum*,⁵⁵⁴ e finalmente algumas das constituições de Paz e Trégua, e naqueles *novos usatges*, ordenados pelas constituições de Alfons *el Cast*, indo até Pere I e Jaume I.⁵⁵⁵ Uma tal variedade de materiais reflete o próprio leque de coleções existentes com seus diferentes números de capítulos, onde estes estatutos surgem como um implemento do manuseio ordinário desses códices na

⁵⁵⁰ Neste sentido, fez o mesmo Thomas Bisson. In: BISSON, Thomas N. The Problem of Feudal Monarchy: Aragon, Catalonia, and France. **Speculum**. A Journal of Medieval Studies, vol. 53, III, The Medieval Academy of America, Massachussets, 1978, pp. 466-467.

⁵⁵¹ KOSTO, Adam J. Writting and power. In: **Making agreements in medieval Catalonia** – Power, order, and the written word. 1000-1200. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 278-279, donde se anota uma atribuição forjada pelos juristas de Ramon Berenguer IV para seu ancestral, *el Vell*, em que se desvela o golpe de legitimação em busca da antiguidade do ato que promulgara os *Usatges*, afinal, “*Law was good if it was old*”.

⁵⁵² MOR, Carlo Guido. En torno a la formación del texto de los “Usatici Barchinonae”. **Anuario de Historia del Derecho Español**, pp. 413-459.

⁵⁵³ GOURON, André. Sur la compilation des Usages de Barcelone au douxième siècle. **El Dret Comú i Catalunya**, pp. 235-236.

⁵⁵⁴ *Idem, ibidem*, pp. 221-223, cfr. seus apontamentos sobre o impasse da historiografia entre o Livro de Tubinga e as *Exceptiones Petri*, e as argumentações a favor de um e de outro.

⁵⁵⁵ LALINDE, Jesús. **Iniciación histórica al derecho español**. Barcelona: Ed. Ariel, 1989, p. 276.

vindicatura judicial e em se que consagrou algumas de suas variantes. Abre-se daqui uma primeira diferença tipológica importante, referente a seus conteúdos eminentemente legais e a capítulos de caráter pedagógico e doutrinal, com indicações ao *modus interpretandi* que se destinaria a certos dispositivos, onde, às vezes, também aparecem remarcados por glosas imiscuídas depois e que os recolocam à maneira de prólogo desses mesmos capítulos.

Afasta-se assim, ainda que temporariamente, o problema colocado pela precisão cronológica para se interpor um aspecto mais relevante no estabelecimento textual dos *Usatges*. Este aspecto é o de sua destinação institucional, a qual lhe insere num trajeto de ordenamentos jurídicos inseparáveis entre si, pedindo que se localize no profundo imbricamento discursivo à maneira de atar os ordenamentos aos seus conectivos históricos determinados. Esse percurso sentido pelo código prova-lhe os limites de sua penetração e toda uma coligação jurídica que ele empenhara no transbordamento dos territórios barceloneses.⁵⁵⁶ Afinal, sua recorrência como *síntese* do direito catalão medieval deve-se justamente à sua flexibilidade em plasmar noções de uns ordenamentos, validados pelo seu senso prático e sua realidade institucional. Neste diapasão, a dívida inegável com o direito visigodo, já transmutado em suas muitas adaptações, confere-lhe o primeiro fundamento lógico e a segurança de uma ordem que se procurava manter.⁵⁵⁷ É aqui, na intenção de uma *continuidade*, que os limites se reconstroem definitivamente e liberam os sentidos de um novo parâmetro institucional.

4.2. O assento do direito escrito “secundum usaticum”

Os manuscritos da *Lex* têm entre os condados ultrapirenaicos os seus refundidores, datando de 827 o testemunho deles no *index* de um código escrito em Girona, provavelmente aparentado de um outro, de origem narbonense, onde no entanto a lei aparecia completa, segundo a anotação de Yolanda García López.⁵⁵⁸ Algumas supressões operadas nos manuscritos catalães, como a inutilização da *caldaria* (*Liber*, VI.1.3) entre os instrumentos de prova levados ao processo, são indicativos da filtragem pragmática a que esses códigos estavam sujeitos. Posteriormente, entre os finais do século X e até a metade da próxima centúria, o código visigodo ascende a um novo

⁵⁵⁶ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune: un interrogante y un adiós*. **El Dret Comú i Catalunya**, Actes del VIII Simposi Internacional (Barcelona, 29-30 de maig de 1998). Barcelona: Fundació Noguera, 1999.

⁵⁵⁷ SABATÉ, Flocel. **La feudalización de la sociedad catalana**. Trad. Mais Carnicé. Granada: Universidad de Granada, 2007, pp. 236 ss.

⁵⁵⁸ GARCÍA, Yolanda. La tradición del *Liber Iudiciorum*: una revisión. **De la Antigüedad al Medioevo**, siglos IV-VIII. III Congreso de Estudios Medievales, Fundación Sánchez-Albornoz, 1993, p. 388.

período de materialização, e passa a contar com uma novel intensificação sobre o labor de reprodução.⁵⁵⁹ Tomando parte nas conclusões do mesmo estudo da Professora García, indica-se uma difusão projetada a partir dos exemplares primitivos depositados em seus registros locais, embora sua emulação esteja atenta a corrigir deturpações e a consolidar aquilo a que ela se permite classificar como uma autêntica “*Vulgata catalana*”.⁵⁶⁰ Confere-se daí o aparecimento de um manuscrito barcelonês, em 1011, com uma recuperação do dispositivo de ordalia –a *lex* VI.1.3, censurado nas versões anteriores–, trazendo a hipótese sobre a persistência de que semelhantes procedimentos sofressem tentativas de omissão pelos últimos compiladores.⁵⁶¹ Indiferente agora a tais certificações, resta a indicação de que essas prescrições se impuseram em alguns capítulos dos *Usatges*, e aqui uma face evidente do contágio entre um e outro, aperfeiçoando rituais e implementando o compasso legado pela tradição irradiada da *Lex*. De qualquer maneira, os vestígios estruturais, a despeito algumas epígrafes espúreas contidas nestes códices, revelam a montagem de uma consistente tradição textual continuamente manuseada diante das pragmáticas judiciais e dos formulismos avalizados pelos juízes catalães, já de clara consolidação no século XII e na mesma altura em que a tradição escrita permite notificar esses primeiros manuscritos dos *Usatges*.

Deste aspecto geral, permito-me apontar alguns vértices específicos:

Seguindo o caudal de interpretações anteriores, parecem os trabalhos de Aquilino Iglesia Ferreirós e com eles um novo giro sobre as razões interpostas até aquele ponto. Recolhendo seus escritos, publicados ao longo desses últimos trinta anos –dos quais se remarcam “*La creación del Derecho en Cataluña*” (1977) ao prolixo artigo “*De usaticis quomodo inventi fuerunt*” (2001)⁵⁶²–, procedem-se a alguns avanços substanciais, sobretudo no aglutinamento que as interpretações, de Fidel Fita a Ramon d’Abadal, cumularam para uma possível atualização deste debate. Segundo ensina, há alguns vícios que impedem que a questão se liberte de seus pontos tradicionais – “*Cambia el criterio crítico utilizado, pero se mantiene la creencia*”⁵⁶³–, por mais que se mudem

⁵⁵⁹ Sobre a problematização do *Liber* e suas transmissões há inúmeros trabalhos que destacam a dificuldade de detectar os limites corretos das supressões empregadas ao longo de sua tradição textual. Propriamente, a disjunção de capítulos em certos contextos alto-medievais da península, criando variações um tanto difíceis de se justapor. Para uma crítica preliminar, *cfr.* LALINDE, Jesús. **Iniciación Histórica al Derecho Español**. Barcelona: Ed. Ariel, 1989.

⁵⁶⁰ GARCÍA, Yolanda, *op. cit.*, p. 390.

⁵⁶¹ “*La copia de su ms. se realiza en un momento de tensiones entre la Lex goda y los procedimientos ordálicos que van afianzándose a lo largo del s. XI en la justicia catalana; a juzgar por ese mismo doc. del 988, y en general por su fervor hacia el Liber, Bonushomo fue de los que vio en los juicios de Dios un competidor peligroso de la ley. Tal vez por eso, a pesar de tenerlos a mano, optó por excluir ley y ritual de su cod., y poco después un revisor, más práctico, les hizo hueco en el libro.*” *Idem, ibidem*, p. 391.

⁵⁶² IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt*. **Initium**. Revista Catalana d’Història del Dret, nº 6. Barcelona: Associació Catalana d’Història del Dret “Jaume de Montjuïc”, 2001, pp. 25-212.

⁵⁶³ *Idem, ibidem*, p. 58.

os métodos e suas ferramentas resiste o mesmo “hábito” (ou talvez melhor, de uma condição da recalcitrância) na investigação que manipula os resultados, mantendo essa convergência à sombra da matriz originária de uns estatutos prescritos sob Ramon Berenguer I.

A contundência dessas conclusões fica por conta do senso prático que leva Aquilino Iglesia Ferreirós a abandonar as hipóteses mais questionáveis de seus predecessores para lançar mão daquilo que a documentação tem a oferecer. A primeira das suas posições está em resistir ante a fixação de uma cronologia para a promulgação dos *Usatges* ou a qualquer ato solenizado que se lhe possa equivaler. Com efeito, a primeira compilação régia será dada por Fernando de Antequera, em 1417, e apenas em 1589 aparece uma promulgação em sentido estrito,⁵⁶⁴ quando já não se diferenciavam os sedimentos de uma formação legislativa jungida entre incontáveis compilações posteriores. Assumindo este caráter, as várias cópias existentes do código, com seus capítulos divergentes e suas numerações incompatíveis, passam a reportar o translaticio de um marco jurídico primitivo, a *Lex gothorum* prevaricada por uma tradição alto-medieval, por emendas e ampliações dadas *secundum leges et mores*, que de toda maneira são frutos da operação mediata entre um conjunto de prescrições e a imponência das demandas práticas de uma outra temporalidade histórica.⁵⁶⁵ Assim, tome-se de exemplo que no estágio anterior ao aparecimento dos *Usatges*, e mesmo naquele que lhe é coêvo, os juramentos e as ordálias continuavam a ser práticas legítimas a se adotar na resolução de conflitos privados e, num lastro generalizado da recorrência à lei goda, na pacificação das comunidades catalãs dos séculos X-XII.⁵⁶⁶ Em termos mais genéricos, trata-se de indicar a supervivência da tradição e sua presente instrução ante aqueles sentidos historicamente disponíveis. O que salta aos olhos neste passo é a própria conjugação desses vetores em sua plena heterogeneidade, heterogeneidade mesma que dificulta a atribuição cronológica e a percepção de uns atos outorgantes ao fim e ao cabo improváveis. Resta admitir que a categórica “desordem” colocada no esquema deste código seja prisioneira de umas transferências metodológicas sobremaneira inadequadas. A própria nomenclatura definida

⁵⁶⁴ Para evitar a infinita discussão –ora estimulante, ora apenas aborrecida– sobre a colocação cronológica dos *Usatges*, aceita-se o ano de 1173, data da famosa assembleia de Paz e Trégua dada em Fondarella (ou *Fontaldara*), como ponto em que se recolhe sua documentação mais antiga. Este marco na investigação histórica, tal como o repõe Aquilino Iglesia Ferreirós, oferece um elemento concreto que permite, pelo mais, afastar essas décadas de especulações, em que se tivera muito do exercício intelectual e das empoladas demonstrações de uma erudição acadêmica que acabou por descindir de seu foco de partida. Lembra-se assim mais uma vez que qualquer recordação documental com pretensões à oficialidade não pode anteceder a “promulgação” de 1589. Por mais circulante que tenham sido esses *Usatges*, a ponto de se recombinar e se colar sob formatos muito diferenciados (*cf.* os estudos sobre os diferentes manuscritos analisados por Bastardas, Iglesia Ferreirós, Gouron, *cit. supra*), nenhum delineamento fixo ou preciso da sua complexa tradição textual tem dado sinais que permitam exumar um “núcleo originário”.

⁵⁶⁵ FITA, Fidel. Principado de Cataluña. Razón de este nombre. **Boletín de la Real Academia de la Historia**, nº 40, Madrid, 1902, pp. 261-263.

⁵⁶⁶ SABATÉ, Flocel. **La feudalización de la sociedad catalana**. Trad. Mais Carnicé. Granada: Universidad de Granada, 2007, pp. 229 ss.

por um *código* traz em si mesma os problemas mais evidentes dessas operações, injetando expectativas de uma *ordem* historicamente fora de lugar; a incompatibilidade formal destacada pelos estudiosos nos *Usatges* não habilita com suficiente rigor o fato de que ela detinha sua *coerência* em razão de suas finalidades práticas, finalidades que se prestam muito ao manuseio curial dos arrozoados e julgamentos que lhe estavam afinados.⁵⁶⁷ Justamente, esse manuseio tem a finalidade de agregar por escrito aquilo que a tradição firmara como costume.

O proêmio conferido pelo compilador, e contido no *us.* 2, reavalia, segundo a figura e a autoridade de Ramon Berenguer I, os imperativos de uma ordem que avançava transformações institucionais bastante notáveis, transformações suficientemente fortes para imprimir a presença de uns costumes escritos e a atualização do marco legal visigótico: “*vidit et cognovits quod in omnibus causis et negociis ipisius patrie leges gotice non possent observari, et eciam vidit multas querimonias et placita que ipse leges specialiter non iudicabant*”.⁵⁶⁸ Ora, a mesma razão prática que permite a presença da *lex* visigoda (independendo, afinal, de uma autoridade concreta e pessoal, nada além da sua herdada antiguidade e veneração, encarnando a *lex sacratissima* dos santos padres de Toledo) e sua serventia como um direito justo e adequado às casuísticas da época para a qual ele é buscado, também retraça a presença desses primeiros costumes escritos que finalizam a ampliação do espólio primitivo. Justamente por isso, toda a autoridade e a legitimidade invocadas pelos *Usatges* como estatuto válido repousam na sua continuidade assumida a partir do *Liber*. O *us.* 3 o reitera explicitamente: “*Hoc enim fecit comes auctoritate Libri Iudicis qui dicit: ‘Sane adiciendi leges, si iusta novitas causarum exegerit, principalis eleccio licenciam habebit’, ‘et potestatis regie discretione tractetur qualiter exortum negotium legibus inseratur’, et ‘sola uero potestas regia erit in omnibus libera, qualemcumque iusserit in placitis inserere penam’*” – *cfr. Liber Iudicium*, II.1.13-14, II.5.8–.⁵⁶⁹

Quanto aos *mores*, extrai-se sua essencialidade da capciosa redação dos *Usatges*. É essa a percepção de Aquilino Iglesia Ferreirós, quando adjudica à prerrogativa do conde de Barcelona – seja ele Ramon Berenguer *el Vell* ou seu descendente, Ramon Berenguer IV – de *constituit et missit usaticus* e uma finalidade suplementar à de impor sua soberania, para então naturalizar essa utensilagem, a de sedimentação consuetudinária da qual seu próprio título o remarca. Explica-o:

Si la aparición de los *mores* se vinculaba a la insuficiencia de las *leges*, pues las causas que no podían ser preteridas debían ser terminadas *secundum leges et mores*, era preciso

⁵⁶⁷ WATSON, Alan. *The Evolution of Law*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1985, p. 91.

⁵⁶⁸ *Los Usatges de Barcelona*, pp. 73-74. *Cfr.* comentarios in: BASTARDAS, Joan. *Sobre la problemàtica dels Usatges de Barcelona*, pp. 35-37.

⁵⁶⁹ A identificação das passagens do *Liber* sobre o *Us.* 3 aparece in: MOR, Carlo G. En torno a la formación del texto de los “*Usatici Barchinonae*”. *Anuario de Historia del Derecho Español*, pp. 414 *passim*.

identificar esos *mores* –señalar su origen– y legitimar su empleo, justificar, en definitivo, por qué razón debían ser aceptados. Si los *judicia curiae* y los *usatici* debían ser observados y seguidos porque habían nacido para colmar las definiciones y las lagunas de las *leges*, se abre el camino para la identificación de los *mores* que habían surgido con la misma finalidad. Los *mores*, aparentemente, se identifican con las *judicia curiae* y los *usatici*.⁵⁷⁰

O caráter de *usualia* emplacado sobre si, ao mesmo tempo que remove a hipótese de um conjunto (ou quer se trate de dois conjuntos sobrepostos, como o quisera Bastardas) completamente elaborado desde a cúria condal, esclarece sua origem e consequente integração na paisagem jurídica dos demais condados catalães; seu papel corresponde à identificação dos conteúdos reiterados pelos *mores* e assumidos enquanto tais pelas diferentes órbitas jurídicas através das quais eles transitaram. A desarmonia que então se detectava em alguns dos instrumentos já obsoletos do *Liber*, seja por levarem a um excesso de severidade do tratamento criminal e punitivo, exigia práticas mais moderadas e que concedessem espaço a uma modelação de perfis institucionais mais compatíveis com a noção aceite de justiça.⁵⁷¹ Esses perfis tinham de ser validados pelo lugar integrador do costume⁵⁷² e de onde se trazia, também a conjugar o valor da autoridade de “constituir e emitir” esse costume, o poder mediador do príncipe no arbitramento dos conflitos, sobre os quais seu império era preciso e se tornava verdadeira alavanca de prerrogativas dinásticas –as mesmas em que se apoiara Abadal, ainda que talvez com uma nota de exagero, para instruir a sua teoria do principado–.⁵⁷³ A necessidade evidenciada pela transformação estrutural dos condados, seja pela ausência prescritiva de um centro de autoridade política, seja pelas diferenças (ou “defeitos”, como os chamam Iglesia) entre uma ordem primitiva e uma atual, levam de uma reposição dos *mores* à aclimação destes *secundum usaticum*. O seu próprio aparecimento, portanto, traz consigo a nova esquematização de recursos alijados à prática jurídica, prática esta que acabaria por expandir seu uso e consequente vulgarização para além dos domínios vassálicos dependentes do conde de Barcelona.

Observa-se então a presença de duas espécies diferentes de *usatges* dentro de um mesmo conjunto, a diferença entre aquilo que é invocado no conjunto da *Lex* e aquilo que é afiançado pelo

⁵⁷⁰ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt*. **Initium**, p. 39.

⁵⁷¹ Não se pretende insistir na questão, mas havia um ideal de justiça historicamente apresentado, e não se trata de coincidência a afirmação de um um direito canônico que se consituía como tal neste mesmo período, com a afirmação de um foro espiritual e a administração moral e censora da Igreja sobre a fundação de um recipiente ético precisamente difundido. *Cfr.* CHIFFOLEAU, Jacques. THÉRY, Julien. Introduction. “Les justices d’Église dans le Midi (XIe-XVe siècle).” **Cahiers de Fanjeaux**, nº 42, 2007, pp. 7-18.

⁵⁷² “*Judicia Curie et usatici gratis debet esse accepti et sicuti, quia non sunt missi nisi per severitatem legis; quia omnes possunt placitare, sed compositionem juxta leges non omnes possunt implere.*” *Us.* 81, cap. 121.

⁵⁷³ “*Constituerunt prelibati principes secundum usaticum esse iudicata, et, ubi no suficirent usatici, revertirentur ad leges et ad principis arbitrium, ejusdemque iudicium atque Curie.*” *Us.* 81, cap. 121.

costume. Este costume –na forma de *usualia* ou *mores*– imparte-se, por sua vez, entre os *usatici* (estes *usualia* já figuram na epígrafe do *us. 1, Antequam usatici essent nel fuissent misi*) e os *judicia curiae* ou simplesmente *iudiciae* (desenvolvidos em maior parte pela cúspide feudal em torno do conde barcelonês) e, embora distinguidos pela procedência, combinam-se na colatura de um mesmo gênero definido *secundum usaticum*. Esta disjunção semântica foi gradualmente esgarçada pela prática judicial, vez que o caráter imperativo desses termos não trazia nenhuma particularização originária, estando ambos estabelecidos no que seria apenas uma categoria normativa e vulgarizada pelo designativo comum de *Usaticus Barcinonae*. De qualquer forma, a noção equívoca⁵⁷⁴ a que se vingariam os preceitos desse código acabaria por resultar de uma infinidade de escritos lavrados sobre uma tradição textual que apagara seus próprios rastros.

O passo marcado com a circulação de um *direito consuetudinário escrito* assinalaria um grau sobre a própria disputa judicial, resvalando seus efeitos no esclarecimento da autoridade e no poder sacramental (naturalmente, sempre guardando a inviolabilidade do *pacto*) exumado pela *lex scripta* sob a mais autorizada memória do poder. Tal como aludira Ramon de Caldes, essa concepção utilitária do que se consignava por escrito viria a se afirmar na compilação do *Liber Feudorum Maior*: “*ut, his instrumentis ad memoriam revocatis, unusquisque ius suum sortiatur, tum propter eternam magnarum rerum memoriam, ne inter vos et homines vestros, forte oblivionis occasione, aliqua question vel discordia posset oriri*”.⁵⁷⁵ Ao lado da prestante autoridade do documento escrito, firmava-se a regularidade e a ordenação de seus papéis, e, conseqüentemente, a fixação de parâmetros para a composição da pugna judicial. O sentido de preservar o texto escrito remete ao sentido que o *texto* detinha para a realidade histórica que o desfrutava. Do mesmo modo, essas requisições concretas impunham umas específicas colocações de que dão sua prova no valor instrumental da compilação, até o ponto de finalmente gerar qualidades tipológicas ainda mais específicas em seu repertório textual.

A diferença de nomenclaturas notada por Aquilino Iglesia assume, além do mais, alguns problemas da elaboração –ao mesmo tempo que destitui a importância da cronologia e de seu

⁵⁷⁴ *I.e.*, de *usualia* e *usatici* em sentido estrito, fundidos numa única espécie e assumida como gênero: “... nas discusiones afectadas por esta ambigüedad lingüística, pues, de un lado, se enfrentan, por su origen, los usatici y los usualia y, por otro, se acogen, bajo la misma denominación, usaticum, en su totalidad, usaticus, en su individualidad, usatici y usualia”. IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inveni Fuerunt*. *Initium*, p. 45. Por último, pode-se extrair das conclusões de Aquilino Iglesia o seguinte esquema liminar para a diferenciação dos tipos originários, contidos no conjunto dos *Usatges*: (i) aqueles dados por um marco de criação (quem ou qual é sua fonte preempta de emanação); e (ii) aqueles depreendidos pela forma legal apresentada (ainda assim, resulta a dificuldade na enumeração desses *Uss.*, e por conseguinte, na identificação de seus marcos originários).

⁵⁷⁵ “*Prologus in libro domini Regis*” apud BISSON, Thomas N. Ramon de Caldes (c.1135-1199): Dean of Barcelona and King’s Minister. In: PENNINGTON, K. SOMERVILLE, R. (eds.) *Law, Church and Society*. Essays in Honor of Stephan Kuttner, Philadelphia, 1977, p. 290.

núcleo originário— e reforça o caráter complementar desses costumes escritos e não escritos. Este conjunto maior, que a tradição rotula como um todo *Usaticum*, compõe-se à base de diversos *usatici* de caráter supletor, atuando num espaço limitado pelo alcance da *Lex*, e quando não pelo alcance *ad referendum* do príncipe e de sua cúria, produzindo sentenças e arrazoados que constituíam precedentes valiosos na rotina judicial dos territórios condais e, por fim, aglutinados naquilo que as fontes designam *usualia de curialibus usibus*. Essa perspectiva desloca a explicação judiciosa de alguns historiadores, apoiados demais sobre a tradição manuscrita e a interferência de seus compiladores, para uma abordagem que abdica da coerência sistemática do *código*⁵⁷⁶ em nome de uma prática em que seus conteúdos possam aparecer com graus de menor dependência ante a lógica formal que tenta repor, aquela que acaba sendo a lógica do jurista moderno e que traz consigo o velho embornéu do anacronismo.⁵⁷⁷

A criação desses *mores*, que dão a permanente essência contida nos *Usatges*, é radicada pela obsolescência (*i.e.* seu “envelhecimento” e sua “imperfeição”) dos estatutos disponíveis pela tradição afiliada, eis a referência desnecessária de umas *leges vigothorum*. Mantém-se a identificação desse costume, coligida a partir do século XII pela difusão de alguns *Usatges*, que assim “*se presentan como la redacción escrita de aquellos mores utilizados junto a las leyes*”.⁵⁷⁸ Os juízes oficiados pelo conde dispunham desses *usatici* (em sentido originário, os *usualia* firmados pelo costume) além dos *judicia curiae* e, naturalmente, dos dispositivos previamente indexados pela *Lex*. Essa acumalação de um trabalho ordinário destes mesmos juízes leva Aquilino Iglesia a concluir pela sua protagonização efetiva no processo que consolidou as

⁵⁷⁶ Muito a propósito, Aaron Gourevitch destacara essa confusa abordagem, eliminando as profundidades ilusórias entre um direito positivo e um *direito ideal* — e, acrescento, superposto num coletivo de compartilhamento institucional —, para fiar o caráter de uma noção justiceira da moderação e estabilização social. Assim, a fragmentariedade das compilações são o reflexo concreto de necessidade descontinua de comandos escritos. “*C’est la raison pour laquelle, dans la vie, on pouvait et on devait se guider non seulement sur des articles concrets de lois et de prescriptions, mais aussi sur les normes fixées nulle part et que correspondaient pourtant à la conception de la justice et de l’ordre juridique.*” GOUREVITCH, Aaron J. **Les catégories de la culture médiévale**. Trad. Hélène Courtin et Nina Godneff. Paris: Gallimard, 1983, p. 183.

⁵⁷⁷ Debaixo desta leitura, o encartamento —sobre o qual se pode adicionar alguma suspeita, em razão da velha “lógica das fontes de direito” que impregna a reiteração mais sisuda da hermenêutica na dogmática civilista—: “*omne jus ex legibus et moribus constat*” (IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt. Initium*, p. 40), ou seja, persevera a noção de que as fontes se contróem sempre em aliada subsidiariedade trazida pela anuência do intérprete, de onde começam-se todos os conhecidos estragos do pensamento jurídico. Não é sequer a ocasião agora, mas até que ponto a engrenagem do pensamento jurídico responde ou pondera sobre as tramitações de um poder eficaz, responsável pela fluidez dos ordenamentos na dinâmica política em que o fenômeno jurídico era apreendido? Neste ponto, costuma entrar a logicidade retórica do direito, da qual nem mesmo seus historiadores mais robustos (e mais lúcidos) conseguem se esquivar, evitando a questão e mantendo em aberto esse eixo fático da explicação histórica, a partir da qual se rotiniza a fragilidade maquilada pela “racionalidade” maliciosa do glosador (o medieval e o nosso, contemporâneo). De qualquer modo, feito o alarme, sigo a notação do Professor Iglesia Ferreirós. E para ele, está-se diante dessa figura (um pouco evanescente, creio) em plena manifestação de um direito medieval — o *consuetudem secundum legem*—.

⁵⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 43.

primeiras versões manuscritas do código, a ponto de diminuir, e quase eliminar, a deliberação do titular barcelonês no assento oficial dos *Usatges*, e conseqüentemente, levando à pulverização do núcleo essencial presente na leitura de Ramon d'Abadal.⁵⁷⁹ Com essa nova inserção, finca-se a ideia de uma autoridade minimizada do conde de Barcelona (ou pelo menos, levada a outras dimensões, contrastando sua aparente imponência política no comando concreto de toda a Catalunha), em quem o poder de “constituir” a lei é francamente condicionado pela concórdia entre ele e seus homens de privança: “*los usualia identificados por su incorporación en un texto escrito son aquéllos que constituyeron tener para siempre los conde[s] de Barcelona en su patria*”.⁵⁸⁰

Debaixo deste quadro de atuações, o príncipe não *emite* o direito mas decide, ou arbitra, o sentido que confere o “lugar” da identificação entre o justo e o injusto, sendo de todo modo um lugar já preestabelecido pela instituição e sua coletividade de pensamento e pela identificação precisada pelos coeficientes simbólicos éticos da sociedade política em que essas noções tornam-se manifestas. A titularidade do príncipe –que se transformaria, ao longo da Idade Média, de *princeps iudex* para *princeps legislator*⁵⁸¹– tem de se amparar na elevada qualidade de sua cúria, em torno da qual se apresentavam os sábios e os magistrados, os magnatas e os *milites*, para que se atraísse a legitimidade política demandada por um corpo jurídico que já conta com o suporte da tradição de um ordenamento primitivo. Este mesmo *lugar enunciatório* reúne –e confunde, tanto as diferentes categorias, quanto os conteúdos de direito dispersos desde sua origem– *usatici* e *usualia* debaixo de uma mesma denominação que se faria aproveitar posteriormente pelo titular barcelonês em nome de um primado que havia apenas se esboçado, embora não concretamente, à generalidade dos ordenamentos catalães. A autoridade atribuída ao príncipe, cujo depositário se desdobra no *dominus barcinonae*, integra um direito antigo a um direito novo, advento daquele tempo e de necessidades muito concretas que demandavam a sua elaboração, em uma situação que equaliza, ao longo dos próximos séculos, os sentidos originários que lhes eram pertencentes num primeiro momento de formação, passando da reapropriação de sentidos que abafa o tom

⁵⁷⁹ “Estos usatges [...] no fueron establecidos como tales, por ningún conde: los usualia de curialibus usibus han sido descubiertos por los jueces de la curia en su diaria labor de juzgar. ¿Qué es pues lo que hizo el conde de Barcelona? El conde barcelonés con el assentimiento y la aclamación de sus magnates, milies y jueces, aquellos individualmente mencionados, acordaron ‘tenere in omni eorum patria tempore’ determinados usualia: Hec sunt usualia de curialibus usibus.” “[...] estos usualia no son el resultado de crear un nuevo derecho por medio de una declaración de voluntad del príncipe, sino que el resultado de la identificación de aquello que era justo a juicio del juez de la curia.” *Idem, ibidem*, pp. 44 e 46.

⁵⁸⁰ IGLESIA FERREIROS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt*. **Initium**, pp. 46 *passim*.

⁵⁸¹ KANTOROWICZ, Ernst H. Segretos de Estado. (Un concepto absolutista y sus tardíos orígenes medievales.) Trad. L. Rodríguez Aranda. **Revista de Estudios Políticos**, nº 104, Madrid, 1959, pp. 37-70. KANTOROWICZ, Ernst H. *Pro patria mori* in *Medieval Political Thought*. **American Historical Review**, nº 56, New York, 1951, pp. 472-492.

determinantemente feudal dos *Usatges* para lançá-lo no escólio centralizante do discurso régio.

Entretanto, antes que isso aconteça, é pertinente destacar tanto a destinação de seus institutos como o espaço de manipulação permitido aos condes barceloneses para *emitir* e *constituir* esses costumes de direito não-escrito.⁵⁸² Neste propósito deve-se mencionar que “constituir” não significa criar, mas declarar aquele que, imerso no volume difuso de mecanismos jurídicos arcaicos, arcabouço da tradição, corresponda às aspirações da sociedade política instituída em seu tempo. Assim, quando o *princeps* “estatuí” o direito, exerce a prerrogativa declaratória para dispor de um determinado enunciado sobre a generalidade ou conjunto da constelação jurídica refletida em seus ordenamentos; atividade “*dirigida a declarar los iura ya establecidos y a mejorar lo establecido contra la equidad que, para la mentalidad altomedieval, no era ius, de aquí la necesidad de reformarlo*”.⁵⁸³ Posteriormente, portanto, é que o caráter “declarativo” (ou proto-legislativo?) do príncipe, e acompanhado pela mudança qualitativa dos termos da *potestas* que ele visava desempenhar, assistiria ao posto de criador da lei e de esteio legitimante do direito.⁵⁸⁴

Essa demarcação sobre a competência legislativa no direito medieval impede que os reis catalães do século XIII interfiram no conteúdo desses *usatges* e estipulem, mediante a captação de sua revigorada autoridade real, a inclusão de novos *usatici*.⁵⁸⁵ Apesar da tendência romanista perfilada pela corte barcelonesa, que já se convertera de fato em cúria régia, a resistência apresentada pelos vértices baroniais diante da supremacia invocada pelo monarca era forte o bastante para obstaculizar tais pretensões. A polarização dessas tensões fora deflagrada ao longo desta centúria, de Alfons I a Pere II *el Gran*, quando este último sofre o maior de todos os

⁵⁸² A respeito desta *leges non scriptum*, aparece alguma distinção dentro dos textos jurídicos reputados pela autoridade sapiencial. No direito romano clássico, Gaio parece prescindir de uma separação clara entre o direito escrito e o não-escrito, do mesmo modo que ignora uma hierarquia de fontes do direito, entregando a identificação dos *iura* ao potencial convencimento e articulação concreta daquilo que os *mores* previamente esquematizam no conjunto de princípios aceites pela sua própria casuística. É Santo Isidoro quem prescreve uma distinção aclarada entre um e outro, estipulando um gênero *ius*, no qual se contém ambas espécies: “*Omne autem ius legibus et moribus constat. II. Lex est constitutio scripta. Mos est vetustate probata consuetudo, sive lex non scripta [...] III. Mos autem longa consuetudo est de moribus tracta tantundem*” (San Isidoro de Sevilla. **Etymologias**, V.3.1-3) Porém, encontra-se nas *Institutas*, I.2.9, e no *Digesto*, I.2-4 e especialmente I.3.32, duas classificações aproximadas, que operam a distinção fixada pelo costume e resultante de parâmetros de validade dados no uso concreto do registro equitativo dos *mores*. Essa definição persevera na *Summa codicis* de Azo, recordada por Bartolus com uma *differentia* sobre aquilo que passara a ser constitutivo da lei em oposição ao costume, porquanto “*scriptum est de esse legis, non scriptum de esse consuetudinem*”, assinalando uma viragem importante no pensamento jurídico baixo-medieval, que passa a valorizar a tradição escrita, seu prestígio e sua autoridade, contra a fluidez arbitrária do costume. (Bartolus. **Opera omnia**. Liber VIII, LIII, 4-5 *Quod sit longa consuetudo*, Ed. 1562, t. VI, p. 808 *apud* GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Trad. António M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. 4ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 371.)

⁵⁸³ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt*. **Initium**, p. 49.

⁵⁸⁴ KANTOROWICZ, Ernst H. *Pro patria mori* in Medieval Political Thought. **American Historical Review**, pp. 480-483.

⁵⁸⁵ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt*. **Initium**, p. 55.

rechaços do estamento nobiliárquico catalão contra as expectativas de sua primazia. Portanto, segue-se a partir de 1283 a renúncia dos monarcas catalano-aragoneses de impingir, entre outras coisas, qualquer nota de *aperfeiçoamento* sobre o conteúdo dos *Usatges*, passando a exercer sua capacidade para *emitir* direito através das *constitutiones*, em cujos atos a autoridade plena dependia do pacto encabeçado nos estabelecidos pelas *Corts* do principado da Catalunha. Limitação tanto mais expressa se se observar, e concretizar, que esta faculdade arrogada para a produção de novos estatutos guardava-se sob a irregularidade da convocação desses reunidos. E a despeito do compromisso de proceder a convocações bianuais, firmado por Pere II naquelas mesmas assembleias gerais catalãs,⁵⁸⁶ as deliberações de cortes quedariam indisponíveis para uma ascensão decisiva no cenário político do principado.

Somente após a segunda metade do século XIV, na altura da “Guerra dos Dois Pedros”, e portanto, mais por força das circunstâncias que pelo expediente da bevolência régia, essas convocatórias tornariam-se um instrumento vigoroso sobre as disputas políticas internas à Coroa aragonesa, e com um especial matiz, entre o rei e seus súditos catalães.⁵⁸⁷ Remarcando este passo, fixam-se as *constiutiones* em separação crescente de uma tradição jurídica que serve de esteio a esta outra, trecentista, consolidada durante os enfrentamentos parlamentares no reinado de Pere *el Cerimoniós* e que elevava a dinâmica política do principado a uma sucessão irreversível sobre seu imediato quadro institucional. Justamente nesta altura, em que o discurso soberano de Pere III é suplantado pelas reivindicações de seus barões e subtraído pela argúcia dos elementos alto-burgueses, o argumento da fragmentariedade territorial da Catalunha emerge com triunfo.⁵⁸⁸ De alguma forma, própria às circunstâncias de seu aparecimento, já nos anos finais daquele reinado, esse argumento restaura as prerrogativas jurisdicionais dos antigos condados através da autonomia pactista selada em 1282⁵⁸⁹ ao mesmo tempo que forja, para o descontentamento de um rei impotente, a universalidade capital de uma autoridade soberana afiançada pelo seu estandarte, porém, corrigida segundo objetivos bastante diferentes daqueles então pretendidos pelo titular

⁵⁸⁶ Sobre a regularidade dessas convocatórias, Pere *el Gran* firmara semelhante compromisso com seus súditos aragoneses nas Cortes de Saragossa em 1283, mediante os termos propostos nos “Privilégios da União” aragonesa. *Cfr.* MARTÍN, José Luis. *Privilegios y cartas de libertad en la Corona de Aragón. (1283-1289). Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media*. 2 vols. Barcelona: Ed. El Albir, 1983, pp. 185-235, pp. 197-210.

⁵⁸⁷ MARTÍN, José Luis. *La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. Les Corts a Catalunya*, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 146-151.

⁵⁸⁸ SABATÉ, Flocel. *Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. Anuario de Estudios Medievales*, nº 25, II, Barcelona, 1995, pp. 617-646.

⁵⁸⁹ MARTÍN, José Luis. *Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media*, vol. I. Barcelona: Ed. El Albir, 1983, pp. 241-250.

régio.⁵⁹⁰ Entrementes, a abertura promovida neste estado de coisas revela algo sobre o seu contexto anterior, que é o mesmo momento de insurgência jurídica dos costumes locais e do próprio conjunto instituído pelos *Usatges*. Tanto a “coesão territorial”, garantida em última instância pelo aparecimento daquele código e seu desdobramento posterior, quanto o primado do potentado barcelonês mantinham suas bases políticas seguras pela continência de uma estrutura caracteristicamente feudal.⁵⁹¹ Esse era o suporte presente nos primeiros momentos da realeza catalã, a partir do qual o discurso régio via-se recorrentemente neutralizado e corrigido. Ele também explica que parte do arraigamento institucional catalão fora presidido por um “compartilhamento institucional” naturalizado por todo o seu território, e lembra, no calor da crise política da dinastia barcelonesa, que o advento fundamental de uma ordem jurídica comum —e, assim, Aquilino Iglesia Ferreirós insiste que ela tenha representado seu autêntico *ius commune*⁵⁹²— fora possível graças à identidade prática entre os *Usatges* e os direitos locais, e menos em razão do irresistível poder de atração que partia do Casal de Aragão.

4.3. Os *Usatges* e os ordenamentos catalães: a sua identidade institucional

Findados os desacordos sobre a ilusória unidade dos *Usatges* —sendo terminantemente rejeitados a hipótese de uma redação única e o seu arquétipo—, e somada a percepção de uns enfrentamentos entre o monarca e seus *braços*, abre-se caminho para se redimensionar o conhecimento desse conjunto jurídico sobre a patente essencialidade dos ordenamentos catalães. Como se vem insistindo, ao assumir diferentes sedimentos textuais e vertebrar uma massa indistinta de coleções jurídicas, o conteúdo do código também se modela às demandas concretas dos condados e assume, ao mesmo tempo que os demais *costums* se consolidariam, o paralelismo com o direito visigodo que acabaria por absorver. Deste modo, passam cruzadas no século XII as últimas refundições do *Liber* e os primeiros antecedentes diretos de alguns *Usatges*. Os períodos desse cruzamento indicam uma “concorrência” de marcos legais diferenciados, assinalado pela invocação de princípios contidos nos *usaticus* ou na *Lex*, ou pela prevalência de um e de outro. Na eterna busca de uma cronologia, Joan Bastardas aponta o conteúdo de uma doação de bens em 1078, feita pelos irmãos Ramon Berenguer II e Berenguer Ramon II, que os haviam recebido perante uma

⁵⁹⁰ UDINA, Antoni. Pere el Cerimoniós i les ciutats catalanes a través dels Parlaments. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 217-221.

⁵⁹¹ ABADAL, Ramon d’. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**. Trad. Xavier Fort i Ramon Pinyol. Barcelona: Edicions 62, 1987, pp. 61-64.

⁵⁹² IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune*: un interrogante y un adiós. **El Dret Comú i Catalunya**. Actes del VIII Simposi Internacional (Barcelona, 29-30 de maig de 1998). Barcelona: Fundació Noguera, 1999, pp. 509-510.

confiscação imposta a *Iohannes Gamic et uxor eius fecerunt in nostra moneta*. O aparato jurídico utilizado parte do *Liber*, a lei VII.6.2, e não menciona o *us*. 66, em sua segunda parte, *Moneta autem*, cuja prescrição integra a constituição *Quoniam per iniquum principem*.⁵⁹³ Creio que essa preferência possa indicar tanto a continuidade da lei visigoda quanto um limite para a precisão do advento legal deste capítulo dos *Usatges*. Importa, para além dessas constatações, é avaliar os limites do entrocamento entre uma e outra na recorrência jurídica dos ordenamentos catalães. Admitindo que ambos pertençam a um mesmo alcance de utensilagem, pode-se avançar com a hipótese de que a construção daquilo que viria a ser identificado como seus capítulos contém uma gama de elementos perceptíveis, e institucionalmente compartilháveis, ao restante dos condados catalães.⁵⁹⁴

Neste passo, a difusão dos *Usatges* extravasa o lastro de controle direto dos soberanos barceloneses para atingir outras capitalidades jurisdicionais, as quais viam nele uma identidade prática de comandos e institutos a permitir uma incorporação praticamente equivalente de seus dispositivos nas seguintes ordens locais. Essa difusão atende a um elemento concreto de convergência, a qual se faz pronunciar mais pela sua capacidade de aplicação nos regimes institucionais prévios a sua aparição do que por uma incontestada supremacia de Barcelona.⁵⁹⁵ Seja como for, a sua ubiquidade permite um entrelaçamento de dialetos jurídicos locais, a ponto de se falar de um plano de aparente uniformização ordenamental, uniformização entendida, é preciso dizer, como regra geral disponível a todo o principado, uma vez que a reiterada operação judicial dos diferentes tribunais, eclesiásticos e laicos, atuavam segundo sua própria casuística. Para além desses constrangimentos, havia uma limitação bastante frequentada pelos ordenamentos que recebiam os *Usatges*, esta referia-se a uma rejeição a três espécies de exação contidos naquele, a *cogucia*, a *intestia* e a *exorquia*.⁵⁹⁶

⁵⁹³ ACB (Arxiu de la Ciutat de Barcelona), **Libri Antiquitatum**, vol. 1, doc. 635, fl. 235 (nº 965 de J. Mas, *Notes històriques del bisbat de Barcelona*) apud BASTARDAS, Joan. **Sobre la problemàtica dels Usatges de Barcelona**, p. 47.

⁵⁹⁴ Apoiando-se neste “compartilhamento institucional”, a conotação de uma identidade passa a se valorizar concretamente em razão de seu potencial para *congregar* instituições, ou como reitera Thomas Bisson, determinável por uma sedimentação inconsciente de vínculos de solidariedade: “Par ‘identité’, je n’entends rien de plus que les traits et les traits de conscience collective (ou de conscience autonome) et d’intérêts de groupes qui fondent la solidarité politique ou nationale. [...] elle indique une orientation non une condition, elle ne peut se réaliser pleinement ni part paliers juridique. Il faut imaginer qu’elle surgit de circonstances, peut-être inconsciemment, et en tou cās, lentement.” BISSON, Thomas N. L’Eessor de la Catalogne: identité, pouvoir et ideologie dans une société du XII^e siècle. **Annales**. Économies, Sociétés, Civilisations. 39^e année, nº 3, 1984, p. 455.

⁵⁹⁵ Sobre a utilização difusa dos *Usatges* na contingência prática dos ordenamentos jurídicos catalães, há que se conferir a importante, conquanto sintética, recolha de documentação publicada por Josep Maria Pons: PONS I GURI, Josep Maria. Documents sobre aplicació dels Usatges de Barcelona anteriors al segle XIII. **Recull d’estudis d’història jurídica catalana**, pp. 51-64.

⁵⁹⁶ A *intestia* impunha a confiscação de parte do patrimônio dos dependentes senhoriais que faleciam sem testamentar, geralmente fixada em um terço, mas que podia ser elevada à totalidade do patrimônio não intestado. No

No condado de Empúries os *Usatges* ocupam, desde os finais do século XI, um espaço subsidiário em seu direito local, atuando onde este não estabelecia limites mais claros e, no entanto, *salvo jure sui comitatu*.⁵⁹⁷ Após a conquista de Mallorca eles são aplicados no reino a partir de 1231, e junto de algumas constituições catalãs. Já em Rossellò, o código é rejeitado temporariamente durante o século XIII por suas *consuetudines*, mas reaparecendo sob Pere II, até ser fixado permanentemente por Pere *el Cerimoniós* em 1344 na sua tentativa de implementar um controle jurisdicional mais sólido sobre aqueles territórios.⁵⁹⁸ Ainda, recenseando outros exemplos, consigna-se desde os termos de Horta (1298) e de Miravet (1319) a incorporação dos estatutos barceloneses para suprir os limites do costume local –“*quod in factis, causis seu negociis, que per has consuetudines nequeant terminari, terminentur per usaticos Barchinone*”–.⁵⁹⁹ Nos espaços de recente incorporação, termos da Catalunha nova, a assimilação dos *Usatges* fora bastante aproveitada, encartando-os numa ordem de atenção que os enfileirava depois dos seus estatutos consuetudinários, porém antes do direito visigodo e do direito romano. Em Tortosa, nota-se sua explícita incorporação nos costumes locais promulgados em 1279.⁶⁰⁰ Essa incorporação segue aquela mesma ordem de apreciação, uma espécie de hierarquia de fontes a qual seus juízes deviam acatar. A redação de Tamarit Gil dos *Costums*, de 1212, demonstra-o:

Per les quals costumes dementre que basten deuen esser defenits primerament e determinats e acabats tots los peyts de la ciutat de Tortosa e de tots sos termenes per juy e per sententia dels ciutadans. E la on les costumes no basten, per los usagies de Barcelona que en aquest libre son escrits. E la on les dites costumes, nels usagies sobredits no basten, los pleyts tots sobredits deuen esser defenits e determinats per dret ciuil, so es, per les ligis.

mesmo sentido, a *exorquia* abria garantias ao senhorio diante da inexistência de herdeiros diretos, enquanto a *cugucia* impunha, ademais seu caráter patrimonial, a penalização contra a honra do *pagès* que tivesse sua esposa tomada em culpa por adultério. Igualmente, a parte correspondente à exação permitia que o senhor feudal confiscasse um terço do patrimônio afetado, embora essa percepção variasse arbitrariamente. Estas espécies integralizavam algo que, no feudalismo alto-medieval, eram constitutivos da prerrogativa senhorial sobre a exação dos mansos dependentes. A partir do século XI, eles passam a representar os *malus usus* que os direitos comum e canônico tentam rechaçar, e sua presença nos *Usatges* é indício de uma forte excrescência feudal que, não obstante os combates sofridos, persistiria no catálogo daquelas prerrogativas até o século XV. Cfr. IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt*. **Initium**, pp. 103 ss. FREEDMAN, Paul H. **The Origins of Peasant Servitude in Medieval Catalonia**. Cambridge Iberian and Latin American Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, pp. 106-110. FERRAN, Elisabet. **El jurista Pere Albert i les Commemoracions**. 2 vols. Tesi Doctoral en Història, Universitat de Barcelona, 2005, pp. 256-267.

⁵⁹⁷ LALINDE, Jesús. **Iniciación histórica al derecho español**, p. 276.

⁵⁹⁸ SABATÉ, Flocel. La governació al Principat de Catalunya i als comtats de Rosselló i Cerdanya. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 12, 1999, pp. 23 ss.

⁵⁹⁹ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. **La creación del derecho**. Antología de textos, p. 151.

⁶⁰⁰ “[...] *Lo qual endreçament e declarament feyts, los dits Arbitres donaren a lès parts les costumes declarades, segons que en aquest Libre son escrites et posades, manants a les parts sots la pena damunt dita, que ells vsen d’estes costumes et no d’altes; si doncs la Senyoria et la Ciutat no s’i acordauen ensemps que d’altres vsassen./ E’s a saber; que en la Ciutat e el terme de Tortosa tots los feyts deuen es’esser determenats segons les costumes en aquest Libre escrites; e en deffalliment de les costumes, per los Usatges de Barcelona en aquest Libre escrits; e en defalliment de tot aço per Dret Comu*”. IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. **La creación del derecho**. Antología de textos, p. 150.

E enaxi podra esser departit la cosa equal de la cosa no equal e el dret del tort e cascun podra reebre gaardon de so que aura seruit siue bonum fiut siue malum.⁶⁰¹

O nível de remissão destacado aos usos de Barcelona ressalta o caráter *escrito* das leis locais, remetidas ao próprio direito consuetudinário difundido e praticado entre os ordenamentos catalães. Essa utilização marca o que parece mais importante desde então, que é sua feição prática no atendimento das demandas jurídicas afetadas pela capitalidade de Tortosa. O dispositivo final contém a referência a um ideal de justiça advinda da própria *Lex* e revitaliza, para seu conjunto histórico, a racionalidade prática desses fundamentos consuetudinários. A ordem de complementaridade dessas fontes de direito é sugerida novamente, e com alguma nota de didatismo, na compilação subscrita por Guillelm Botet nos *Costums de Lleida*, de 1228. O capítulo, pertinente ao *De legibus romanis*, atesta-o da seguinte maneira:

Legibus quidem romanis pluribus utimur, pluribus non ut in cotidianis tractatibus causarum liquere potest. In his autem omnibus iste ordo seruatur, quia consuetudines nostras scriptas, cotos, et bannos, preferimus illis et primo utimur illis, post hec uero seruamus cartas nostras et priuilegia principum. Postea usaticos. Consequenter leges gotas, ultimo uero loco leges romanas.⁶⁰²

Depois de esclarecer a permanência de alguns costumes, determina-se o assento desses *consuetudines ciuitatis* para que sua apresentação nos litígios não seja questionada por qualquer ausência de prova escrita, e também para que tal ausência não reste em prejuízo daqueles que sofrem o encargo de provar estes mesmos costumes. O compilador enuncia a natureza deles como doações e concessões –ou *privilégios*– decorrentes da potestade do príncipe, e em *usatges* e em *leis góticas e romanas*. A seguir, procede para a conhecida formulação escalonada de suas fontes, com aquilo que cada uma delas pode imprimir sobre a interpretação jurídica consuetudinária. Neste sentido, o direito comum é apresentado com muitas correções, justamente para reconhecer sua ingente presença e suas limitações de ordem pragmática.

O caráter dessas incorporações atende a uma identificação de conteúdo institucional, e, vejamos bem, assistido pelo coletivo cognitivo que permite essa coincidência de materiais legislativos recebidos. Afinal, disto depende a difusão concreta de uns regulamentos que nada mais eram que o reflexo de uma mentalidade jurídica em sua plena vigência social. Esse aspecto

⁶⁰¹ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *La creación del derecho*. Antología de textos, pp. 150-151.

⁶⁰² *Idem, ibidem*, pp. 146-147, na tradução castelhana de A. Iglesia Ferreirós: “Utilizamos, ciertamente, muchas leyes romanas, muchas no, como puede mostrarse en los cotidianos procesos de las causas. Sin embargo en todas estas cosas se observa este orden, porque preferimos nuestras costumbres escritas y no escritas, cotos, y bandos a aquellos y en primer lugar las utilizamos, después de éstas observamos, realmente, nuestras cartas y privilegios de los lugares de los príncipes. Después los usatges. A continuación, las leyes gotas y en último lugar, ciertamente, las leyes romanas.”

concreto presente nos *Usatges* de Barcelona parece ter sido reinterpretado posteriormente para coincidir com o discurso da potestade dos reis da Coroa de Aragão, a propósito de afiançar um fundamento consistente onde suas pretensões padeciam a recusa dos demais poderes nobiliárquicos. Assim é que um conjunto jurídico, ainda pouco consistente em seu princípio, converte-se de seu caráter eminentemente feudal para encabeçar a concepção romanista assumida pelos condes barceloneses através de seus juristas. Entrementes, estas pretensões são muitíssimo limitadas pelo estreito raio de competências jurisdicionais admitidas pelos poderes baroniais⁶⁰³ e, mais tarde, após a primeira metade do século XIV, pelos mesmos próceres urbanos que antigamente constituíam o principal amparo ao exercício efetivo do poder monárquico.⁶⁰⁴

Ao cabo de uns obstáculos de difícil superação, a política unitária pretendida pelos soberanos catalães não pode encontrar realmente uma qualquer identidade convergente, em que tornasse aproveitável como apoio para a sua afirmação estatutária num complexo jurídico fortemente fragmentário. Desde esta posição, pode-se rejeitar as interpretações tendentes a valorizar a implantação de um escolho legal “harmônico” e colocado à centralização administrativa das terras do principado. Igualmente, o caráter genérico desta irradiação legal experimenta uma redimensionalização considerável, seja a partir da compreensão dos meios que lhes permitiria expandir para além do raio de influência direta de Barcelona, seja através dos canais propriamente instrumentais que balizavam seu mediato recebimento como conteúdo efetivo de ordenamento jurídico. No que diz respeito a Lleida e Tortosa, por exemplo, o Professor Jesús Lalinde Abadía diz tratar-se de uma “recepção técnica”, uma vez que a soberania exercida pelo titular barcelonês alastra a extensão dos *Usatges* perante o ordenamento territorial, mas não é capaz de vinculá-lo como ordenamento local.⁶⁰⁵ Assim, a utilidade prestante dos *Usatges* é cada vez mais afilhada de uma simultaneidade institucional, e menos elemento de força de uma imposição política,⁶⁰⁶ e sequer de uma “*peace of comital propaganda*”,⁶⁰⁷ destacada pela historiografia ciosa de assumir as bases históricas de um estado catalão à guisa de seu principado, cujo expoente descansa nas sempiternas conclusões de D. Ramon d’Abadal. O que leva a matizar um extenso repertório de proposições favoráveis à interpretação estatista do contexto político medieval, a exemplo daquela que impõe integrar plena de entusiasmo a retificação de Jaume I na

⁶⁰³ SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, p. 643.

⁶⁰⁴ SABATÉ, Flocel. Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña. **Revista d’Història Medieval**, nº 9, Valencia, 1998, pp. 127-149.

⁶⁰⁵ LALINDE, Jesús. **Iniciación Histórica al Derecho Español**, p. 276.

⁶⁰⁶ KAGAY, Donald J. Introduction. In: **The Usatges of Barcelona: The Fundamental Law of Catalonia**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994, pp. 8-11.

⁶⁰⁷ KOSTO, Adam J. **Making agreements in medieval Catalonia**, p. 279.

assembleia de 1225. Na altura da *constitutio* XXIII, dos reunidos em Tortosa, tenta-se recuperar o marco jurídico estabelecido pelos *Usatges* e um seu ordenamento supletor de todo o principado.⁶⁰⁸ Este sentido deveria ser redimido em nome de uma captura de argumentos pretendida pela imagem régia de Jaume I, detectando um cenário de fundo no qual esses argumentos foram ao encontro de uma paisagem jurídica pré-constituída, ao mesmo tempo dividida sob os reclamos avançados pelos setores dissidentes da nobreza.⁶⁰⁹ À parte dessas dificuldades concretas, o arcabouço jurídico dos *Usatges* tinha assegurada a sua disseminação. De um tal modo é que, a par das inclusões de novos *usatges* e de uma compreensão favorável a suas bases políticas, o discurso régio iniciado por Alfons *el Cast* implantara a figura instituinte paralela a que se assumira pelo encançamento de um novo direito, coexistindo com o caráter majoritariamente feudal daquelas instituições⁶¹⁰ e que passam à evidência pelo perfil “privado” de suas primeiras redações.

A substância que mantém a interpretação historiográfica neste sentido tem relação com a excessiva apropriação das fontes régias,⁶¹¹ permissiva assim com a abstração vulgar que enaltece a figura do poder dos soberanos medievais em acordo a matrizes franco-inglesas da concepção monárquica sempre tendendo a se *absolutizar* –e neste idêntico caminho, a completar o “destino histórico” que preenche o repositório ideológico do estado moderno–. Essas aportações não contemplam satisfatoriamente a elementar natureza das monarquias ibéricas, onde, à maneira de um antigo preceito do direito visigodo, a legitimidade do rei descansa no duplo caráter hereditário-eletivo do encargo régio –tal como o denotavam as *Siete Partidas* na Castela de Alfonso X⁶¹²– e no préstimo fundamental de *bonum commune* que resguardava o aspecto do

⁶⁰⁸ **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**. Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1994, pp. 157-158, 1225, Tortosa:

Constitutio XXIII: “Item, statuimus ut si quis contra tenorem pacis ceperit aliquem hominem in hac pace constitutum, statim teneat se a pace et treuga eiectum, et omnia loca similes que eum receperint, et in quibus captum tenuerint. Et quicquid dampnum vel malum sibi et locis illis factum fuerit, nullo unquam tempore emendetur. Et si ante quam malum sibi fiat captum restituerit, pro capcione faciat et det secundum quod in Usaticis continetur.”

Constitutio XXIV: “Pro invasione autem pacis det pro pena sexaginta solidos, se ceperit clericum vel militem, civem vel burgensem. De alio vero homine fiat similiter secundum quod in Usaticis continetur, et det pro pena viginti solidos, de qua pena habeat ille qui captus fuerit medietatem, et alia medietas inter episcopum et vicarium procuratoris, equis porcionibus dividatur. Pena nichilominus sacrilegii pro clerico capto episcopo deferatur.”

⁶⁰⁹ CINGOLANI, Stefano Maria. **Historia y mito del Rey Jaime I de Aragón**. Trad. Juan Carlos Gentile Vitale. Barcelona: Edhasa, 2008, pp. 157-163.

⁶¹⁰ KAGAY, Donald J. Introduction. In: **The Usatges of Barcelona**, pp. 11-14.

⁶¹¹ “El mateix discurs s’ha beneficiat del posterior curs històric dels segles moderns i d’una historiografia basada preferentement en les fonts reials, podent d’aquesta manera perpetuar la imatge de la dolça senyoria del monarca contraposada a les ‘moltes oppressions, vecsacions e mals tractaments’ propis de l’arbitrarietat baronial imposada a un poble delerós de la jurisdicció reial...”. SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, p. 642, notas 101-102, cit. Axiu de la Corona d’Aragó (ACA), *Cancelleria*, reg. 877, fl. 128, “r”; reg. 1560, fls. 42 “v”, 58 “v” etc.

⁶¹² RUIZ, Teofilo F. Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 39^e année, vol. 3, EHESS, 1984, pp. 429-453, pp. 438-439.

serviço devido da parte dos reis e que, fatalmente, integrara os mecanismos de neutralização de sua autoridade pela constituição pactista de toda a autoridade política⁶¹³ –e este caráter se estende tanto a Aragão, Navarra e Leão, quanto a própria Catalunha,⁶¹⁴ como caráter matizado por formulações que se diferenciariam em razão das suas experiências institucionais–. Assim, a concatenação de uma instância em vias de consolidação harmônica e centralizante dá lugar a uma pletora de vontades dissonantes entre o rei e seus vetores concorrentes, eminentemente identificados nos braços nobiliárquico e burguês e eclesiástico; tornando igualmente ilusórias as recorrências que buscam fixar o finalismo jurídico de uma paisagem institucional onde “*els diferents governs locals endegaren les pròpies actuacions corporatives des del dinamisme socio-econòmic, equiparant-se mutuament rera la sola aprovació dels respectius senyors, sota la convicció que cada un d’ells gaudia d’una plena capacitat pràctica en els seus dominis*”.⁶¹⁵ Conquanto a dignidade régia fosse reconhecida pelos demais potentados catalães, nem esta dignidade, nem a investidura de um ordenamento comum presente na utensilagem difusa dos *Usatges*, eram bastantes a garantir os efeitos práticos que permitisse à Coroa dispor dos substratos essenciais para a continuidade do mandato real –o que concretamente quer dizer a aplicação judicial e uma percepção fiscal regular– e obter a segura convalidação do poder de *imperio*. Ante a tentativa de completar esse exercício, os reis catalães teriam de contrapor seus desígnios às pretensões dos reunidos em cortes,⁶¹⁶ e ali esgrimir as armas retóricas de um discurso jurídico que se dobrava e se veria reestipulado segundo os limites institucionais fundantes de toda pretensão legítima, petrificados nas constituições ali referendadas.

À guisa de remissão

Essas especiais circunstâncias compõem, *um tanto rudemente*, o cenário político e institucional ao qual se faz mister apresentar antes de introduzir os desdobramentos capitulares da paisagem

⁶¹³ Na Coroa de Aragão, o valenciano Francesc de Eiximenis, contemporâneo de Pere III, declarava em seu tratado, *Dotzè del Crestià*, a função do poder régio limitada pelo serviço ao bem comum e à aceitação do príncipe pela comunidade política que o sustentava, valorizando o *pactum* e o caráter compartilhado do direito congraçado pelas Cortes. MARTÍN, José Luis. El Tratado de Cavallería de Francesc Eiximenis. **Norba**, Revista de Historia, nº 16, 2003, pp. 295-331. ESCOLÀ, Marc B. Sobre la teoria del poder en el tractat de Francesc Eiximenis: “Regiment de la Cosa Pública”. **Finestrelles**, nº 6, 1994, pp. 189-204.

⁶¹⁴ MARTÍN, José Luis. Pactismo político y consolidación señorial en la Cataluña tras la conquista de Sicilia. **Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**, pp. 241-245.

⁶¹⁵ SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, p. 644.

⁶¹⁶ MARTÍN, José Luis. La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 146-151.

trecentista para a verificação que tento convergir daqui em diante. Ora, em vista da próxima centúria, em que o reinado de Pere III aparece, esse *pretexto* tem toda sua razão de ser. Ele remarca os argumentos de base que viriam a constituir um repertório específico, como que uma linguagem e uma semântica à partida de uns discursos projetados sobre as movimentadas *Corts* do rei Cerimonioso. Naturalmente, como pretendi elucidar algumas vezes, a presença desse repertório não limita as possibilidades retóricas dos protagonistas vindouros, e, bem ao contrário, confere a sensibilidade para perceber os avançados meios institucionais que forjaram releituras muito diferenciadas daquelas de que partiam seus predecessores; quando então tomava-se assento essa massa variada de enunciados apressadamente chamados sua *tradição jurídica*, reservada, neste momento, pelos *Usatges* e pelas constituições de *Pau i Treva* catalãs.

A respeito destas últimas, assinala-se o caráter institucional das próprias assembleias de paz. Como antecedentes imediatas das cortes gerais, elas remarcam a profunda transformação sofrida no âmbito dos equilíbrios existentes entre os poderes políticos de época. Se aquelas incorporavam a sede institucional de uma potestade principesca, ademais bastante convicta de si mesma, capaz de firmar-se decisivamente ante seus súditos e submetê-los tanto através das armas como pela validação dos estatutos jurídicos esvaídos de tais acordos. Sem dúvida alguma, esta fora a tônica da orientação régia de Jaume *el Conqueridor* sobre seus reunidos, e entre mais ou menos estabilidade, como tal se mantivera no discurso infletido aos assentos de cortes. Mas é com a transformação dos acomodamentos que sustentavam essa postura, que a instituição assumiu um outro caráter, em passo marcado com a redescritção jurídica que operava uma enorme revolução de conteúdo, enquanto sacava utilidade da manutenção de uma equipagem formal de procedimentos e virtualidades ancestrais. Do período condal até a ascensão dinástica da linhagem barcelonesa, a instituição das cortes catalãs revelaria uma verdadeira inversão dos pólos de imposição nos acordos e dos rumos decisivos sobre a política regional da Coroa. Tal inversão interessa-nos por muitos motivos, mas aqui, particularmente, deve satisfazer a necessidade de acompanhar a mui complexa evolução semântica dos próprios referentes de legitimidade, que passam de um sentido a outro graças a uma transformação de imaginários, habilitada a vez para *criar* novas vocações no fundo desse singular ente histórico que foram as instituições curiais do principado.

Desta maneira, ressaltam-se as condições mais específicas que pesaram sobre os territórios catalães, agravadas de alguma maneira pelas incursões que se abrem com um século XIV repleto de aturdimentos. Por isso, antes mesmo de enfrentá-las, decidi percorrer uns caminhos próprios – que, é bem possível, ainda sejam exageradamente tortuosos aos fins que tento aplicar –, mas que em todo caso revelam as preocupações muito impenitentes sobre a modesta demanda que pleiteio. Não acredito agora, tal como não acreditava de início, que haja uma qualquer incompatibilidade

entre o ponto de partida e o final desta primeira parte. Essas duas pontas se ligam no momento mesmo em que retraçam duas possibilidades de um só método de investigação, o método abrigado pela antropologia das instituições e pelo significado *elastecido* que insisto gravar nessa dinâmica do pensamento institucional. Da mesma maneira, essa estratégia narrativa esquartela os lugares subrepticiamente inseridos na figuração dos juízos, amiúde inseparáveis, entre aquele que enuncia e aquele que é enunciado. Despídos de fatos mais escuros, a fala institucional segue seu curso.

PARTE II.**AS CORTES CATALÃS E A PAISAGEM INSTITUCIONAL TRECENTISTA**

5. FRAGMENTAÇÃO JURISDICCIONAL E RECUOS AO PODER MONÁRQUICO

5.1. A vocação mediterrânica e os prelúdios da expansão

A multissecular presença catalã nas zonas mediterrâneas guarda uma centelha de fundamental interesse para o que segue, e isso pode ser sentido tanto pelos termos que denotam o aparecimento de um grupo emergente quanto pelo complexo advento de sua monarquia, com o lema tantas vezes equacionado de um *pactismo político*. Não à toa essa combinação perfaz a tônica da maior parte das interpretações, movidas para explicar a continuidade de uma vasta rede de dependências mercantis espalhadas pelo ocidente mediterrânico. Mas é também pelo emblema contido nessa combinação que principiam as dificuldades da própria investigação. Por isso, talvez seja questionável partir de uma ideia como a da própria vocação⁶¹⁷ sem retificar um ou outro dos obstáculos que a faz contextualmente desacreditada e já permissiva à sobrevivência de afinadas ilusões do romantismo oitocentista.⁶¹⁸ Essa vocação passa por ser amiúde identificada com a projeção dinástica do Casal de Barcelona e se vê explicada por diferentes bases estruturais, mais ou menos concatenadas com a fortuna institucional e o florescimento urbano⁶¹⁹ das capitais

⁶¹⁷ E anteriormente, um recorrido historiográfico nas palavras de Mario del Treppo: “*El ‘catalanisme’ que es congruà entre les darreries del segle passat i les primeres dècades de l’actual és un fenomen força complexe n, sobre una base psicològica –el sentiment col·lectiu de grup– actuà la renovació lingüística i literària dins el Marc cultural de la Renaixença, però sobretot hi actuà la consciència i la voluntat política d’una burgesia industrial puixant. Aquesta burgesia, bandejada i decebuda en les seves aspiracions a esdevenir la classe dirigent de l’Espanya contemporània, acaba concentrant-se en l’exigència d’una organització regional autònoma tot oposant un nacionalisme català a l’unitarisme castellà. El procés de la maduració d’aquesta consciència anà acompanyat tothora de la reflexió historiogràfica: els historiadors i els erudits catalans, treballant a partir de les bases plantades per antoni de Capmany, anaren descobrint durant aquests anys la grandesa de l’Edat Mitjana catalana i el seu valor exemplar [...].*” DEL TREPPO, Mario. **Els mercaders catalans i l’expansió de la Corona catalano-aragonesa al segle XVI**. Barcelona: Curial, 1976, p. 535.

⁶¹⁸ Nestas colocações, agradeço a insistência mui presente da parte de Professor Flocel Sabaté e sua incansável recorrência revisionista, responsável entre outras coisas pelas minhas primeiras reflexões de fundo heurístico sobre este ambiente historiográfico, a partir do qual permito tomar meu apoio. Neste sentido, para um trabalho de amplo espectro sobre os estudos com os recortes à Coroa de Aragão *cfr.* PÉQUIGNOT, Stéphane. *Pouvoir royal et sociétés dans la couronne d’Aragon. Un essai de lecture historiographique (1900-2006)*. **En la España Medieval**, nº 30, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 2007, pp. 381-482.

⁶¹⁹ DAILEADER, Philip. *Catalonia and the Midi: sixty years of medieval urban history (1946-2006)*. **Imago Temporis. Medium Aevum**, nº 1, Lleida, 2007, pp. 31-58. SABATÉ, Flocel. *Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña*. **Revista d’Història Medieval**, nº 9, Valencia, 1998, pp. 127-130. AURELL, Jaume. *El desarrollo de la historiografía del mediterráneo medieval a lo largo del siglo XX: el análisis de un espacio político, comercial y cultural*. **Revista d’Història Medieval**, nº 10, 1999, pp. 269-280.

comerciais do principado,⁶²⁰ com a defesa de seus foros e a plenitude política de suas eviternas *liberdades*.⁶²¹ E mesmo com a inversão desses recuos, quando se pode afinal contar com pesquisas mais rigorosas desde uma perspectiva documental, permanece a recolocação dos antigos argumentos presos ao dístico da vocação mercantil. É bem destacada, para falar do privilégio dado às metodologias estruturalistas, e segundo uma particular concepção braudeliana, a síntese de Pierre Vilar e seu repertório de causas materiais no suporte imediato –*ideológico*, sobretudo– que forneceu para o avanço marítimo dos catalães.⁶²² Mas se for possível resistir-lhes, e tendo repreendido os limites de cada um desses programas metodológicos, ainda hão de restar outras pistas. Ao fim, os conjugados contextos políticos e econômicos instruem e são instruídos, simultaneamente, pelo contexto institucional. Parto desta *chave de mensuração*. E, creio, esses são certamente apontamentos valiosos para a definição de condições específicas que permitiram o delineamento de uma direção que se converteria, e bem o mostraram os anos finais d’*El Cerimoniós*,⁶²³ na política régia por excelência dos soberanos catalano-aragoneses.

A interação dos catalães com o mundo mediterrânico é sublinhada pelo menos desde o século XI. E o capítulo 60 dos *Usatges*, *Omnes quippe naves*, concede seu testemunho lançando umas prescrições destinadas ao adequamento de algumas daquelas primeiras práticas mercantis e à sua transação portuária,⁶²⁴ ainda demasiado incipientes à vista das limitações impostas pelo perigo corsário cravado desde as baleares. Todavia, é pela prática defensiva do recuado limite marítimo que se esboça um primeiro movimento de avanço. A necessidade de se contrapor à pirataria no mediterrâneo ocidental trouxe a coligação dos demais potentados mais próximos, contando assim com Barcelona e Provença ao lado das repúblicas de Pisa e de Gênova, além da instilação constante do Papado mediante a outorga de direitos feudais sobre Mallorca e Ibiza.⁶²⁵ Ante a qualidade desses aliados e o antagonismo oposto aos piratas muçulmanos é que se pudera conferir a dignidade cruzadística do empreendimento. E foi concretamente com Ramon Berenguer III que

⁶²⁰ Para uma investigação mais concatenada, que atualiza alguns pontos desenvolvidos desde Mario Del Treppo, *cfr.* COULON, Damien. **Barcelone et le grand commerce d’Orient au Moyen Âge**. Un siècle de relations avec l’Égypte et la Syrie-Palestine (ca. 1330-ca. 1430). “Bibliothèque de la Casa de Velázquez”, vol. 27. Madrid/Barcelona: Casa de Velázquez /Institut Europeu de la Mediterrània, 2004, pp. 523-536 e 565-573.

⁶²¹ SABATÉ, Flocel. *Conflictes agraris i guerra civil a la Catalunya baixmedieval*. Realitat i ficció historiogràfica. **Miscel·lània Ernest Lluch i Martín**. Vol. II. Barcelona: Fundació Ernest Lluch, 2007, pp. 396-398.

⁶²² VILAR, Pierre. **Cataluña en la España moderna**. Investigaciones sobre los fundamentos económicos de las estructuras nacionales. Vol. 1. 3ª edição. Trad. Joaquim Sempere. Barcelona: Ed. Crítica-Grijalbo, 1987.

⁶²³ ABADAL, Ramon d’. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**. Trad. Xavier Fort i Ramon Pinyol. Barcelona: Edicions 62, 1987, pp. 271-277.

⁶²⁴ Este ss. 60 combinado a seus capítulos seguintes remetem a uma proteção afiançada pelas constituições de 1064, nas assembleias de Paz e Trégua presididas por Ramon Berenguer I (**Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**, pp. 26-28). Também, *cfr.* FERRER, Maria Teresa. *Jurisdicció i control de la navegació a la ribera i mar de Barcelona*. **Anales de la Universidad de Alicante Historia Medieval**, nº 12, 1999, pp. 113-133.

⁶²⁵ Destacadamente, fora Pisa a primeira a receber, em 1085, a vênua papal de Gregorius VII habilitando instrumentos ao enfeudamento das baleares. *Cfr.* VILAR, Pierre. **Cataluña en la España moderna**, p. 192.

se desferiu a primeira campanha às baleares, em 1113, quando por um erro de trajeto os pisanos desembarcaram na costa marítima de Blanes e receberam a adesão de catalães e provençais. Mas, conquanto vitoriosa, a cruzada não pretendia uma ocupação permanente dos territórios submetidos, e com a franca disponibilidade de sua base estratégica logo a pirataria islâmica se reconstituiria a ponto de reclamar umas novas atenções repressivas de catalães e italianos.

Ainda não se impusera a rivalidade estrita entre catalães e genoveses, e aqui aparecem as primeiras dificuldades para se encontrá-la. Ao retomar os argumentos de A. E. Sayous,⁶²⁶ Pierre Vilar frisa que antes do século XII não havia qualquer sinal de um avanço mercantil catalão, estando este muito atrasado em razão dos métodos empregados pelos italianos para que se lhes encarasse como perigo potencial a seu já consolidado raio de dependências.⁶²⁷ Seja como for, o avanço da exploração comercial pelos catalães cresce à força dos incrementos urbanos percebidos desde a primeira metade do XII, constituindo-se as praças comerciais de Barcelona até Lleida, e de Vic a Tarragona graças à fruição de rendas feudais e ao modelo senhorial garantido pelas adscrições enfiteuticas.⁶²⁸ Juntamente com a integração da Catalunha nova, onde se fixariam destacadas estruturas feudais na tenência de castelos e exploração das rendas senhoriais,⁶²⁹ materializaram-se com o dinamismo dessas práticas e a integração dos grupos oligárquicos para um despontamento das condições na busca de uma expansão bem definida rumo às baleares.

Pois tendo se aberto os primeiros obstáculos, o comércio catalão se torna realizável através de avanços graduais. Ao lado de provençais e occitânicos, os mercadores das cidades catalãs marcavam sua presença no tráfico mediterrânico com razoável vigor já no século XIII.⁶³⁰ O controle dos destinos comerciais pendia entre aquilo que se importava de outras regiões daquilo que seus celeiros eram capazes de exportar. Assim a exportação de gêneros alimentícios encontrava grande circulação no mercado de distribuição regional, incrementado a vez pelos expedientes da Coroa de Aragão. Alguns gêneros se fazem notar: seus panos e vinhos, além das telas de lã que seguiam para receptores da Síria ao Egito, cuja qualidade medíocre podia atender a demanda intocada pelos artigos de luxo de proveniência italiana ou flamenga, além da prata

⁶²⁶ Cfr. SAYOUS, André E. Note sur l'origine de la lettre de change et les débuts de son emploi á Barcelone (XIV^e siècle). **Revue Historique de Droit Français et Etranger et International**, nº 43, Paris, 1934, pp. 155-198.

⁶²⁷ VILAR, Pierre. **Cataluña en la España moderna**, p. 193.

⁶²⁸ SABATÉ, Flocel. Conflictes agraris i guerra civil a la Catalunya baixmedieval. Realitat i ficción historiogràfica. **Miscel·lània Ernest Lluch i Martín**, p. 400.

⁶²⁹ BONET, Maria. Las dependencias personales y las prestaciones económicas en la expansion feudal en la Cataluña nueva (siglo XII). **Hispania**, Revista Española de Historia, nº 66, Instituto de Historia, Consejo Superior de Investigación Científica, CSIC, Madrid, 2006, pp. 425-482, pp. 460-480.

⁶³⁰ Cfr. DEL TREPPO, Mario. **Els mercaders catalans i l'expansió de la Corona catalano-aragonesa al segle XVI**, pp. 21-25. E sobretudo, os planeamentos arrolados por: COULON, Damien. **Barcelone et le grand commerce d'Orient au Moyen Âge**, pp. 62-86.

extraída das jazidas sicilianas e o coral sardo,⁶³¹ obtido nas costas de Alghero;⁶³² também, a variedade de nozes e de frutos secos era abundante em razão dos diferentes climatérios locais, pois dos Pirineus orientais aos terrenos valencianos se formavam combinações de umidade e calor que favoreciam as zonas de produção para esses gêneros –que, por outro lado, concorria com a escassa colheita de grãos disponível na Coroa de Aragão–.⁶³³ Abastecia-se então um amplo raio de consumidores diretos ou redistribuidores situados em regiões que corriam por Portugal, Túnis, Flandres, Provença, Sicília, Alexandria até os intermediários situados desde o Levante e até a Palestina.⁶³⁴ Em vista dessa dinâmica espacial tomam lugar novas demandas operacionais, a princípio logísticas, donde se abria espaço para um tipo de organização comercial que ganharia complexidade para impor a formação de associações mercantis de que são indicativas a amostragem documental da Professora Ferrer i Mallol. Mais tarde, na passagem dos séculos XIV-XV, quando esses sistemas evoluem, conseguem passar de meros empórios mercantis para verdadeiras companhias de comércio:

[...] un moviment comercial prou consistent per a permetre l'especialització d'alguns mercaders o de societats comercials, com la companya comanditària formada, l'any 1397, entre Antoni Perpunter, patró de barca, i Miquel Sorell, tots dos de Barcelona. La societat es proposava de comerciar amb fruita seca, avellanes, ametllons, nous, castanyes, figues, i també amb vi, gra i oli, dins dels dominis del rei d'Aragó i del rei de França. Entre 1439 i 1447, un mercader del port de Serinhan, al Llenguadoc, es dedicava al comerç d'avellanes entre Catalunya i França.⁶³⁵

Ao fim e ao cabo, essas dependências não se isolam, pois a partir delas todo o percurso desenvolvido pela expansão tece essa dupla problemática: manutenção de bases internas (proventos fiscais e alimentários geridos pelos conselhos citadinos) e estabilidade no controle das rotas e nos privilégios de distribuição. Uma e outra questão seriam reiteradamente apresentadas aos monarcas catalães como pertinentes a seu direto plano de interponências. Claro que o enriquecimento desses grupos esteve ligado a tais exigências, obrigando que medidas protecionistas fossem despachadas devidamente e sempre com estudado compasso. Esse mesmo zelo empenhou a monarquia em guerras abertas com os principais oponentes da burguesia no

⁶³¹ MANCONI, Francesco. Les relacions econòmiques i socials de Catalunya amb Sardenya entre l'edat mitjana i l'edat moderna. **Revista de l'Alguer**. “Periòdic de Cultura dels Països Catalans”, nº 1, 1990, pp. 73-95

⁶³² SABATÉ, Flocel. Catalunya Medieval. BALCELLS, Albert (org.). **Història de Catalunya**. L'Esfera dels Llibres, 2006, p. 345.

⁶³³ CÁCERES, Juanjo. **La Participació del Consell Municipal en l'Aprovisionament Cerealer de la Ciutat de Barcelona (1301-1430)**. Tesis Doctoral en Història, Universitat de Barcelona, 2006, pp. 37-47.

⁶³⁴ FERRER, Maria Teresa. Fruta seca i fruta assecada, una especialitat de l'àrea econòmica catalana-valenciana-balear. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 31/2, Madrid, 2001, pp. 883-943, e *cfr.*, especialmente, as tabelas disponíveis nos apêndices finais.

⁶³⁵ *Idem, ibidem*, p. 886.

Mediterrâneo e plasmou tais orientações ao destino da própria dinastia. Do mesmo modo, a paga pela segmentação desses objetivos seguem de perto o favor financeiro obtido pela Coroa na efetuação de suas proações militares. Entretanto, novos escrúpulos se impõem contra o aparecimento de determinados esquemas interpretativos dos quais é preciso desconfiar.⁶³⁶ Assim, por exemplo, é que a avaliação de Vilar ecoa uma concordância generalizada da historiografia em torno das alianças entre o rei e os próceres urbanos, os futuros *prohoms* e *ciutadans honrats* das vilas e cidades reais:

[...] desde comienzos del siglo XII, la capital marítima estaba asociada de cerca a las empresas exteriores del conde, y dispuesta a apoyarlas, e incluso quizás a fomentarlas, económica y técnicamente. Pues bien, esto seguirá siendo una de las características fundamentales de la Edad Media catalana. No habrá “república mercantil” en Barcelona; pero muy pronto la política de los soberanos recordará las ambiciones de las potencias marítimas y empleará los medios de éstas: Barcelona dará su apoyo a la vez que su orientación. Hasta el siglo XV, no habrá divorcio entre ambos poderes.⁶³⁷

Não obstante a ausência de fundamentos para a formação de uma *república mercantil* à italiana, como lembrado, nada falta na nomeação de Villar para que se queira apresentar os traços institucionais do principado como forma e semelhança de uma autêntica “cidade-estado”, o que por fim alimenta a harmonia de uns destinos invariavelmente unidos pelo seu precoce *imperialismo* catalão. Uma tal análise não pode ser lida inocentemente, porque é a partir de onde se indicaria mais tarde a razão estrutural de todo o acordo mercantil afiançado pela burguesia catalã séculos depois, num acordo perfeito entre a imagem instaurada e o recorrente institucional que abriga o idealismo do passado projetado para as autonomias e as liberdades comunais.⁶³⁸

Mas esse argumento ainda não se esgota, podendo ser dilatado para novas explicações causais, a exemplo da oferta fácil de um determinismo geográfico. Sofrendo com a pressão exercida pela supremacia de Castela, de um lado, e pela derrota catalano-aragonesa na consumação do controle sobre os territórios occitânicos, por outro, parece haver restado a via

⁶³⁶ SABATÉ, Flocel. Oligarchies and Social Fractures in the Cities of Late Medieval Catalonia. ASENJO-GONZÁLEZ, María (ed.). **Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society**. Studies in European Urban History. Turnhout: Brepols, 2009, pp. 25-27.

⁶³⁷ VILAR, Pierre. **Cataluña en la España moderna**, p. 194.

⁶³⁸ Assim, afinam-se posições muito coerentes entre si, com postulados que alguma notícias crítica procuram rechaçar; pois assim, a “*revisión historiográfica desde los vectores ha permitido incidir con más extensión y más certeramente sobre ele peso de la oligarquía burguesa catalana. Jaume Vicens Vives la responsabiliza de la construcción y de la destrucción de la preeminencia catalana, al apreciar su actuación tanto en la perfilación de la identidad nacional y del funcionamiento institucional pactista como en el desarrollo de un orgullo de clase y una actitud defensiva en ele juego del poder que acabarán minando el sistema político-social. Similarmente, Pierre Vilar, entre los ingredientes de la pujanza catalana, no Duda en destacar la potente alianza entre el sobirà i l’oligarquia de les ciutats.*” SABATÉ, Flocel. Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña. **Revista d’Història Medieval**, p. 129.

marítima como único escape apropriado às pretensões expansionistas dos reis de Aragão. Tanto assim, essa mesma vocação ganha novos contornos afetivos em um rei como Jaume I *el Conqueridor*, que teria desde muito jovem assumido a influência vívida da atmosfera mercante no circuito Barcelona-Montpellier e entendido –talvez, como apenas um perfeito visionário capitalista poderia entender– o potencial dos meios materiais e dos benefícios futuros da campanha destinada a arrebatar Mallorca.⁶³⁹ Na recolha dessas combinações infra-estruturais nenhuma luz é lançada sobre o papel que as ordens militares exerceram no conjunto de motivações do próprio Jaume I, quando da sua primeira instrução na fortaleza templária de Montsó; e os hospitalários, quando mencionados, ocupam o encargo de financiadores ativos de tais expedientes, uma vez que estes representassem no momento “*una de las fuerzas económicas de la Edad Media catalana*”.⁶⁴⁰ Desafortunadamente, e muito pelo contrário, não eram somente de manufaturas e de estratégias comerciais que viviam os ímpetus de conquista dos reis catalães.

Antes de tudo isso, é preciso conceder algum relevo aos ideias de honra e liderança cavaleiresca, arrojados também pelo espírito cruzadístico que motivaria En Jaume a ocupar o lugar de privilégio à testa da cristandade e de sua preeminência dinástica.⁶⁴¹ A eloquência de seus discursos,⁶⁴² tantas vezes assilada pela narrativa do *Llibre dels Fets*,⁶⁴³ revolvem essas convicções em outros momentos fundamentais do seu reinado, como nas bases exalçadas nas cortes aragonesas de 1236, ou na exigência de um novo *bovatge* aos catalães para a empresa que levaria à conquista de Valência até os tentames para uma cruzada à Terra Santa que acabaria não acontecendo. Em 1264, ao convocar seus súditos para lutar por Múrcia e em proveito de Alfonso X de Castela, esse ideal cruzadístico se eleva à guisa de invocação máxima. Por outro lado, a renúncia de nobres aragoneses em servir o rei nesta campanha reflete bem a disponibilidade de apoios e os rumos que sua política expansionista acabaria por assumir em proveito dos burgueses catalães.⁶⁴⁴ O contraste entre os dois territórios da Coroa de Aragão era delineado, de um lado, pela força dos estamentos baroniais contra umas municipalidades inexpressivas no reino aragonês, e de outro, pela pujança econômica das vilas burguesas catalãs particularmente interessadas em

⁶³⁹ VILAR, Pierre. *Cataluña en la España moderna*, p. 196.

⁶⁴⁰ *Idem*, *ibidem*, pp. 197-198.

⁶⁴¹ SMITH, Damian J. James I and God: Legitimacy, protection and consolation in the *Llibre dels Fets*. **Imago Temporis**. *Medieval Aevum*, nº 1, Lleida, 2007, pp. 105-119.

⁶⁴² CINGOLANI, Stefano Maria. **Historia y mito del Rey Jaime I de Aragón**. Trad. Juan Carlos Gentile Vitale. Barcelona: Edhasa, 2008, pp. 157-168.

⁶⁴³ CAWSEY, Susan F. **Reialesa i propaganda**. L'eloquència reial i la Corona d'Aragó, c. 1200-1450. Trad. Marta Cedro. València: Publicacions Universitat de València, 2008, pp. 24-26.

⁶⁴⁴ GUINOT, Enric. The expansion of a European feudal monarchy during the 13th Century: the Catalan-Aragonese Crown and the consequences of the conquest of the kingdoms of Majorca and Valencia. **Catalan Historical Review**, Institut d'Estudis Catalans, nº 2, Barcelona, 2009, pp. 33-47.

avancar novas praças debaixo do estandarte régio. Nada disso implica uma prevalência dos assuntos econômicos, mas, sim, a devida conjugação de projeções cruzadísticas a umas formas concretas de financiamento da máquina bélica da monarquia.

Tomam lugar resultados bastante significativos na interação entre o rei e seus burgueses. Na divisão do butim maiorquino, por exemplo, foram concedidas terras aos nobres catalães⁶⁴⁵ e trechos no interior de Palma foram repartidos entre Marselha e Montpellier. Aos burgueses de Barcelona couberam todos os privilégios mercantis sobre a zona de controle maiorquino, constituindo um verdadeiro monopólio que os comerciantes catalães haveriam de guardar com zeloso cuidado durante os anos seguintes.⁶⁴⁶ Uma vez definidas estas posições, é natural que a inclinação régia tivesse de acompanhar o sentido de seus financiadores, aliando seus interesses à fonte dos recursos mais significativos. No primeiros anos de Jaume I é preciso verificar os termos práticos de uma estratégia política bem pontuada, de onde surge a necessidade de reverter um quadro institucional fragilizado pela derrota occitânica e pelas finanças exangues devido a uma política de empréstimos a crédito herdadas do reinado de seu pai, o rei Pere *el Catòlic*.⁶⁴⁷ En Jaume, movido em certo aspecto pela orientação de seus regentes⁶⁴⁸ concentrara os expedientes bélicos da nobreza⁶⁴⁹ para novas formas de captação rendística e um alargamento jurisdicional que serviria simultaneamente ao implemento da punção fiscal régia e ao engrandecimento dinástico com a adscrição de concretos canais de poder.

Então, como parece mais claro supor, a projeção para as zonas marítimas fora resultado de um gradual concurso de interesses que intercalam a seu posto a ampliação do estatuto régio e a consolidação mercantil dos catalães.⁶⁵⁰ Esse consórcio, à medida que evoluiria, impusera umas

⁶⁴⁵ SARASA, Esteban. La expansión de los reinos y condados pirenaicos y mediterráneos hasta la unión de Aragon y Cataluña: Guerra y sociedad feudal (1035-1134). IRADIEL, Paulino *et alii*. **Historia Medieval de la España Cristiana**. Madrid: Cátedra, 1995, pp. 329-331, nesta última, v. mapeamento do *repartiment* maiorquino.

⁶⁴⁶ Cfr. oportunamente, os estudos de Jordi Morelló sobre os *censals* destacados no reinado de Alfons *el Magnànim*, com uma retomada das conexões mantidas entre catalães e maiorquinos ao longo do século XIV: MORELLÓ, Jordi. Mallorca i la seva dependència financera del Principat (segles XIV-XV): estudi dels censalistes catalanes. **Anuario de Estudios Medievales**, n° 33/1, Madrid, 2003, pp. 119-169.

⁶⁴⁷ SÁNCHEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**. Trad. Marita Viscarro. Barcelona: Eumo Editorial/Universitat de Girona/ Estudis Universitaris de Vic, 1995, pp. 39-44.

⁶⁴⁸ Llibre dels Fets. **Les Quatre Grans Cròniques**, XI.

⁶⁴⁹ ZURITA, Jerónimo. **Anales de la Corona de Aragón**, III, § I, p. 427: “*Estuvo sobreseída la guerra contra los infieles por las disensiones que hubo entre los ricos hombres después de la muerte del rey don Pedro hasta este tiempo. Y como ele rey tenía todo su pensamiento en proseguirla, procuraba tener ordenadas en pacífico estado las cosas del reino y del principado de Cataluña para continuar la conquista y emplear en ella a los ricos hombres; y trataba por todas las vías y medios que podía de apaciguar las diferencias que estorbaban la guerra contra los infieles.*”

⁶⁵⁰ Da parte dos comerciantes catalães, a acirrada concorrência com pisanos, genoveses e venezianos impunha a criação de instrumentos mais sofisticados de proteção naval –uma precaução em todo caso necessária contra os ataques corsários, tanto de muçulmanos quanto dos rivais italianos– e o implemento de garantias e regulações jurídicas mais específicas (e.g. cartas de cambio e demais títulos de crédito, seguros contra sinistros etc.), e

redefinições estratégicas de um e de outro para a gestão dos assuntos mediterrânicos, pois para sua concretização era exigida uma profunda remodelação de recursos de várias naturezas no interior da Coroa aragonesa. Esses recursos incluíam desde a mobilização de seus expedientes militares às formas de captação fiscal desenvolvida a partir de Pere II por ocasião do seu envolvimento nas Vésperas Sicilianas. O plano estratégico requeria mecanismos mais dinâmicos de controle da máquina de guerra, concatenada a bases de sustentação precisas e mais eficientes, notadamente pela ativação de novas fontes fiscais e organização das arrecadações dispersas pelo território⁶⁵¹ e de uma administração contábil coerente com tais demandas.⁶⁵² Desde as operações bélicas destacadas para as campanhas sicilianas, tornara-se sensível que se tenha levado à efeito uma maneira alternativa para a composição dos assuntos militares, capitalizando a “*articulación de un ejército de caballería basado en el reclutamiento asoldado y voluntario*” e também voltando-se aos contingentes integrados às frentes navais, com uma recorrência cada vez maior a partir de Jaume II, até assumir sua forma consolidada nas campanhas para a conquista da Sardenha (1323-1324) sob Alfons III.⁶⁵³

Ao lançar-se para o complexo cenário mediterrânico, o rei e seus súditos catalães se embrenhariam numa trama habitada por poderosos protagonistas que receberiam o seu ingresso com violência e hostilidade. A dinâmica iniciada com Pere II ganharia então seus contornos mais nítidos com o reinado de Jaume II (1291-1327) e a imposição de alianças e contra-alianças na manutenção dos territórios conquistados. Para garantir sua conservação, os rendimentos ordinários da Coroa eram visivelmente insuficientes, o que impunha ao reis o desenvolvimento de mecanismos financeiros concorrentes e algumas vezes prejudiciais à conservação jurisdicional dos domínios reguengos. Todos os capítulos que envolvem a sanha expansionista dizem respeito ao destino seguido para a monarquia aragonesa, culminando com o alavancamento institucional de grupos políticos paritários e a obrigatoriedade de convocação das assembleias estamentais para se neutralizar a constante sangria financeira provocada pelos expedientes bélicos. Justamente por isso, alguns marcos na trajetória institucional destas assembleias –e maximize o caso das *Corts* catalães– devem ser retomados antes de se confrontar os resultados amadurecidos nas últimas décadas do século XIV. Neste repertório, as Cortes de Barcelona de 1283 de Pere II representam

assim bem o atestam as legislações contidas nos livros do *Consolat del Mar*. Cfr. MOLINÉ, Ernest. Introducció. In: **Los costums marítims de Barcelona universalment conegudes per Llibre del Consolat del Mar**. Barcelona: Estampa d'Henrich y C^a, 1914, pp. VII-XXII.

⁶⁵¹ SABATÉ, Flocel. **La época medieval: administración y gobierno**. Madrid: Istmo, 2003, p. 371.

⁶⁵² MONTAGUT, Tomàs de. **El Mestre Racional a la Corona d'Aragó (1283-1419)**, vol. I. Barcelona: Fundació Noguera, 1987, pp. 69-77.

⁶⁵³ SÁIZ, Jorge. **Guerra y nobleza en la corona de Aragón**. La caballería en los ejércitos del rey (siglos XIV-XV). Tesis doctoral dirigida por Dr. Antoni Furió Diego. Universitat de València, 2003, pp. 67-72.

o ponto nodal da tradição institucional, apreendida como fundamento da vitória dos estamentos sobre um poder monárquico francamente capitulado pelas circunstâncias políticas de sua Coroa.⁶⁵⁴ Depois disso, os reinados subsequentes de Alfons *el Franc*, Jaume II e Alfons III sedimentariam cada vez mais uma tendência que se converteria em regra depois da segunda metade da centúria, quando o estipêndio dessas guerras forçaria o rei à penhora da maior parte do patrimônio régio.⁶⁵⁵

5.2. A modulação institucional após as Cortes de 1283

O reinado de Pere *el Gran* (1276-1285) tem um princípio enérgico sobre os aspectos táticos de sua política exterior. Em termos de alianças matrimoniais, casa o primogênito Alfons com a filha de Edward I da Inglaterra, enquanto sua filha, a infanta Elisabet, segue ao trono português como esposa do rei Dinis. Quanto a Castela, acolhe os exilados infantes de La Cerda⁶⁵⁶ e os mantém fora de alcance do embróglio sucessório de Alfonso X.⁶⁵⁷ Para os sultanatos ibéricos, propõe uma trégua com os nassaritas de Granada e retifica seu protetorado sobre os territórios norte-africanos da Ifríquia, pretendendo impor um tributo permanente,⁶⁵⁸ e arrebatando mais tarde os domínios das pequenas ilhas costeiras de Gerba (1282) e Querqenna (1285), as quais quedam enfeudadas ao almirante Ruggiero Loria. Além disso, o rei Pere se volta para o desmembrado reino de Mallorca, e primeiro exige de seu irmão Jaume a submissão vassálica de seus domínios à Coroa mediante o tratado de Perpinyà de 1279, e depois, a extorsiva manutenção dos privilégios mercantis de comerciantes catalães sobre os territórios baleares. As demandas do rei Pere não se esgotariam até que se encontrasse um motivo necessário à deposição do irmão, assim que o rei maiorquino se unisse aos angevinos na ofensiva aos domínios catalano-aragoneses.⁶⁵⁹

Entrementes, a situação interna dos territórios da Coroa é menos favorável: com a avançada política no reinado anterior, as tensões entre os setores baroniais e o soberano evoluem à

⁶⁵⁴ MARTÍN, José Luis. La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 147-149.

⁶⁵⁵ ORTI, Pere. Les alienacions del patrimoni reial i el finançament de la conquesta de Sardenya de 1232-1324. FERRER, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament D'Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 239-273.

⁶⁵⁶ MITRE, Emilio. **La España Medieval**: sociedades, estados, culturas. Madrid: Istmo, 1979, pp. 255 ss. GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media**. Siglos XI-XIV. Trad. Maria José García Vera. Madrid: Alianza Editorial, 1997, p. 124.

⁶⁵⁷ BISSON, Thomas N. **The Medieval Crown of Aragon**: A Short History. New York: Oxford University Press, Clarendon Paperbacks, 1986, p. 87.

⁶⁵⁸ SABATÉ, Flocel. Catalunya Medieval. BALCELLS, Albert (org.). **Història de Catalunya**. L'Esfera dels Llibres, 2006, p. 315.

⁶⁵⁹ Bernat Desclot. Llibre del rei en Pere. **Les Quatre Grans Cròniques**, XXII.

forma de insurgências. O primeiro pretexto para estourá-la vem da anulação dos termos firmados por Jaume I nas Cortes de Egea, em 1265.⁶⁶⁰ E assim agravam mais as coisas, quando se leva avante a exigência de recolher um novo *bovatge* e o aparecimento de tributos indiretos como a percepção das *quintas*, do mesmo modo que impõe a devolução dos domínios reais –então cedidos aos barões catalães e aragoneses no contexto da expedição murciana– e que restringe as prerrogativas forais das liberdades aragonesas. Essas revoltas seriam devidamente aplacadas pelo rei (1277), que contava mais uma vez com o apoio das vilas catalãs para vencer a disputa.⁶⁶¹

Mas ainda restava a impossibilidade de neutralizar a insatisfação latente do estamento nobiliárquico, que logo encontraria uma ocasião ainda mais forte para se contrapor ao temperamento autocrático do rei: ao passo que Pere II deixava revelar suas intenções sobre um novo território mediterrânico, o complexo equilíbrio das forças políticas de seus reinos sofreria um revés decisivo. Pelos desaparecimentos seguidos de Manfred da Sicília, o filho de Friedrich II, e seu sobrinho Conradino, o monarca catalão aproveitaria a lacuna dinástica dos Hohenstauffen⁶⁶² para reclamar em nome de sua esposa, a rainha Constanza, a sucessão do trono siciliano. Ao contar com o aguçado apoio de seus súditos catalães, imediatamente se instauraria uma oposição contra o outro pretendente à sucessão, o belicoso duque d’Anjou que atuava junto de seus dois poderosos aliados, o Papado e o rei de França.⁶⁶³ O rei Pere se apoiava no suporte da aristocracia local de Palermo no seu ânimo anti-angevino, notavelmente refletido pelo afileiramento *ghibellini* e o destacamento de alguns senhorios sicilianos que o rei fizera doar a seus cavaleiros como maneira de tornar efetiva a presença catalã e a sua soberania na ilha.⁶⁶⁴ Assim mesmo, a falta de

⁶⁶⁰ ZURITA, Jerónimo. **Anales de la Corona de Aragón**, IV, § XXXVIII.

⁶⁶¹ MARTÍN, José Luis. Cartas de Libertad en la Corona de Aragón. **Economia y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**. Vol. 1. Barcelona: Ed. El Albir, 1983, pp. 194-197.

⁶⁶² É bastante conhecida a rusga mantida entre o Papado e os Hohenstauffen, donde a propaganda anti-imperial da cúpula romana e do partido *guelfi* houvera insistido na busca de aliados externos que se contrapusessem à presença da dinastia. O agravamento dessas tensões resulta na aliança do pontífice Clementinus IV com o duque d’Anjou, sendo oferecido os domínios do rei Manfred a este último mediante a convocação de uma cruzada. Em 1266, Manfred perece na batalha de Benevento, e no ano seguinte, Conradino encontra idêntico destino em Tagliacozzo. Sobre a querela entre Friedrich II e o Papado, *cfr.* RUNCIMAN, Steven. **Visperas Sicilianas**. Una historia del mundo mediterráneo a finales del siglo XIII. Trad. Alicia Bleiberg. Madrid: Alianza, 1970.

⁶⁶³ Também, tomaria parte nesta coalizão o irmão de Pere II, o rei Jaume II de Mallorca, com quem suas relações já andavam um tanto desgastadas depois 1279. Supostamente, o rei maiorquino atendera a seu dever feudal com o soberano francês em razão de sua vassalagem pelas baronias de Perpinyà e Montpellier e dos condados de Rosselló e Cerdanya, situados na Provença. A ação empreendida por Alfons II contra os domínios de seu tio terminaria com um arrebatamento das ilhas de Mallorca em 1285 e de Eivisa no ano seguinte, e a completa pilhagem de Menorca em 1287, cujo butim seria proveitosamente revertido aos tesouros da Coroa. SABATÉ, Flocel. *Catalunya Medieval*. **Història de Catalunya**, p. 317. FOREY, Alan. *The Crown of Aragon*. JONES, Michael (ed.). **The New Cambridge Medieval History**, vol. VI, c.1300-c.1415. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 595-5-97.

⁶⁶⁴ SABATÉ, Flocel. *Catalunya Medieval*. **Història de Catalunya**, p. 316: “*S’imposa a l’illa, on mostra una política magnànima per guanyar-se una població no gaire entusiasmada. Passa a Calàbria, on s’havien afermat els angevins, però, mancat de recursos i sense ajuda econòmica sicliana, no pot prosseguir. Seguint la sort de Sicília, les illes de Malta i Gozzo reconeixen la seva sobirania. Com correspon a una ocupació feudal, els cavallers que*

aliados externos fora muito pouco estimulante já que o pálido apoio de seu sobrinho, o futuro Sancho IV de Castela, poucos proveitos trariam num confronto direto.⁶⁶⁵ Também surgiam outros problemas estratégicos em razão das fronteiras expostas, pela abertura com a França e Navarra, e a escassez numérica despendida para o guarnecimento dessas entradas. Tais motivos seriam recorrentemente lembrados pelos aragoneses, que pouco interesse tinham na questão siciliana, e pretendiam obter a revogação das suspensões de determinados privilégios feudais desde a última vitória do monarca sobre os barões do reino.

A imersão nos assuntos sicilianos também obrigara Pere II a lidar com a falta de meios financeiros capazes de alimentar as frentes contra seus inimigos. O grave perigo apontado pela coligação Papado-Casa d'Anjou,⁶⁶⁶ levou-o à precipitação de medidas urgentes que visavam a pacificação interna e o fortalecimento material destinado ao combate. Assim é que além de umas formas momentâneas de captação financeira, os territórios da Coroa receberiam novos incrementos administrativos. Pois, consciente dessas seríssimas deficiências, o rei se voltaria ao implemento de uma gestão fiscal mais controlada –tanto para gerenciar o escol dos recursos disponíveis, como para estabelecer formas alternativas à arrecadação dos novos donativos requeridos aos braços da Coroa–. A medida tendia a aparelhar mecanismos de sustentação adequados à pujança expansionista dos seus domínios, já que as condições de uma empreitada bélica no Mediterrâneo não permitia negar a exigência de tantas onerosidades. Em termos burocráticos, ao lado das competências envidadas pelos encargos do tesoureiro real e do *batlle general*, aparece a figura do mestre racional como instrumento de dinamização do patrimônio fiscal da Coroa⁶⁶⁷ e um controle minucioso da atividade contábil desenvolvida para a manutenção da guerra estrangeira. Assim, ao lado das disputas de âmbito propriamente jurisdicional, as reformas institucionais firmadas durante o reinado de En Pere II assumem um marco permanente sobre o aparecimento de mecanismos tributários tão característicos no caso catalano-aragonês. A incapacidade de obter recursos próprios impõe ao monarca o impulso de suplicar o favor de seus

acompanyen el nou monarca, reben castells, terres i càrrecs a l'illa, que inclou així, entre els seus senyors, fadristerns de cases com les de Queralt, Sarrià, Bellpuig, Cartellà, Tallac, Torres o Alagón, mentre que el rei es beneficia de bens, rendes i impostos, com els duaners i de tret de gra, que reverteixen directament en la Corona.”

⁶⁶⁵ ZURITA, Jerónimo. **Anales de la Corona de Aragón**, IV, § XXXVII.

⁶⁶⁶ O quadro se agrava a partir de 1283, tendo afinal de enfrentar o interdito e a excomunhão de Martinus IV. Neste passo, são convocadas umas apressadas assembleias de cortes em Barcelona e outras em Saragossa para deliberar sobre a delicada situação da Coroa. Em 1285, mediante uma convocação de cruzada contra o rei Pere, as milícias do duque d'Anjou se instalam, no lado aragonês, pelo Vale d'Aran e na fronteira catalã, mantendo Girona sitiada com tropas francesas e navarras com o claro propósito de tomar os domínios do rei de Aragão, que o papa oferecera ao filho do soberano francês, Charles de Valois. *Cfr.* RUNCIMAN, Steven. **Visperas Sicilianas**. Una historia del mundo mediterráneo a finales del siglo XIII, pp. 78-90.

⁶⁶⁷ MONTAGUT, Tomàs de. **El Mestre Racional a la Corona d'Aragó (1283-1419)**, vol. I. Barcelona: Fundació Noguera, 1987, pp. 49-56.

súditos diante dos acontecimentos de 1282-1285; donde as novas reformas calham ao implemento de um efetivo “*assalt a les rendes i drets patrimonials, petitions en massa de subsidis a ciutats, viles i aljames de jueus i, per fi, concessions d’ajudes generals de caràcter extraordinari en unes transcendetals reunions de Corts, curulles de conseqüències socials i polítiques*”.⁶⁶⁸

Em termos de um novo discurso institucional, as Cortes de 1283 abrem determinados precedentes sobre a composição jurídica da malha territorial catalã, definindo os limites aceitáveis para qualquer procedimento futuro deste tipo.⁶⁶⁹ Esses precedentes foram habilmente esgrimidos pelos legistas curiais que, desdobrando-os sobre a grelha de enunciados primitivos, permitiriam um remanejamento de categorias institucionais compatíveis com as reivindicações políticas das capas privilegiadas presentes naquelas assembleias. Essa grelha de enunciados refere-se a uma vasta gama de repertórios que se foram acumulando à tradição jurídica do principado. É certo que não caberia chamá-los, apesar disso, de algo próximo a um “ordenamento jurídico” então compatível com a vigente capitalidade régia. De todo modo, tratavam-se de enunciados suficientemente reconhecidos pelos maiores potentados catalães, *i.d.* as principais linhagens condaís, que viam neles a possibilidade de restaurar seus antigos privilégios, encerrando um conjunto estreito de dialeto político para seu respectivo coletivo de pensamento. Enfim, muitos deles se referem aos próprios *Usatges de Barcelona*,⁶⁷⁰ e também às constituições de Paz e Trégua aprovadas nas assembleias de 1202, sob Pere *el Catòlic*, e de 1228 por En Jaume I. Ambas remetem aos episódios de tensão entre o rei e os poderes baroniais e nelas se conjuram toda sorte de reivindicações senhoriais, que refletem o *tour de force* empenhado pela autoridade monárquica na tentativa de aparelhar para si um novo estatuto jurídico numa ordem política estritamente senhorial. Ao fim e ao cabo, as medidas reclamadas pelos braços nobiliárquico e eclesiástico retomam as pretensões esboçadas naquelas remotas assembleias de cortes e definem que sejam respeitadas as jurisdições senhoriais em razão dos prevacentes juízos locais,⁶⁷¹ aplicados por *meri imperii* e *mixtum imperium*,⁶⁷² e da contrição à presença de *veguers* reais em terras *que non*

⁶⁶⁸ SÁNCHEZ, Manuel. *El naixement de la fiscalitat d’Estat a Catalunya (segles XII-XIV)*, p. 49.

⁶⁶⁹ SÁNCHEZ, Manuel. José Luiz Martín, investigador de la Historia de Cataluña. *Anuario de Estudios Medievales*, nº 36/1, Madrid, 2006, p. 502.

⁶⁷⁰ Destes, destacam-se os capítulos destinados a proceder os ritos e os pleitos judiciais, respeitados seus prazos (*Us. Placitum mandatur*) e demais “prerrogativas de foro” (*Us.* 43). Ainda, para contrapor estes *usatges* às promulgações das Cortes de Barcelona de 1068, *cfr.* *Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña*, I, pp. 16-17. *Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)*, pp.12 ss.

⁶⁷¹ SABATÉ, Flocel. La pena de muerte en la Cataluña bajomedieval. *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, nº 4, 2007, pp. 117-276.

⁶⁷² “*Et restituimus possessionem vel quasi meri imperii omnibus illis supradictis* [eclesiásticos, barões milites e homens de vilas etc.] *qui ipso ab antiquo usu fuerint* [ou seja, as liberdades fraquezas costumes e concessões usadas no tempo do rei Jaume I] *vel quasi in locis eorum, et quod ipsos vel aliquem ipsorum no spoliabimus possessione vel quasi ipsius meri imperii sine cause cognicione* [...]. *Restituimus etiam omnibus supradictis personis et locis mixtum*

sint nostra.⁶⁷³ O mesmo é feito na recapitulação das Cortes de 1202, revogando as imposições da Paz condal para limitá-la aos territórios reguengos; ou seja, desvincular-se-iam todos os demais domínios senhoriais da obrigação antes imposta pelo rei de “cumprir e fazer cumprir” tais conveniências, do mesmo modo que regressariam outras prerrogativas sobre o lastro de camponeses dependentes do senhorio –*servituds i prestacions pageses*– e as condições postuladas para sua remissão –*pageses de remenses*–.⁶⁷⁴

As consequências concretas dessa magna cúria revelam-se mais interessantes em vista de alguns desdobramentos posteriores na dinâmica dos arranjos políticos que atravessariam os próximos quartéis do XIV. Daqui exulam as importantes bases jurídicas e –com um destacado papel para as *constituições* gerais– a suma dos acordos que ponderam a estrita definição do poder jurisdicional do soberano catalano-aragonês. A síntese de todos esses acordos descansa na imposição de uma hierarquia mandamental válida para todo o principado, obrigando o rei a convocar cortes anuais para os catalães e apenas promulgar seus estatutos mediante “*approbatione et consensus prelatorum, baronum militum et civium Catalonie*”.⁶⁷⁵ Em noções gerais, essa imposição aplaca o conhecido “pactismo” de sua paisagem ordenamental, delineando um mecanismo próprio de atuação para toda forma de exercício político encenado pelos poderes presentes. Mesmo que se aparem alguns dos excessos que estão presos ao designativo –*pactismo político*, ei-lo novamente–, ainda resta dele algum valor elementar. Claro que, por outro lado, o pactismo não deve ser manejado para sublinhar a adesão política a um sistema de representação parlamentar perfeccionado por uma crença em elevados valores cívicos.⁶⁷⁶ Ao invés disso, ele concede frisas a um profundo retrocesso tal como o infligido aos soberanos catalães na tentativa de avançar com um discurso de supremacia monárquica, pois, assim o sublinha José Luis Martín, “*el pactismo no es una operación realizada en el aséptico laboratorio de la ciencia política, sino un proyecto de gobierno que afecta profundamente a todas las capas de la población catalana*”.⁶⁷⁷ As condições de fato para esse pactismo são facilmente reconhecíveis: a (i)

imperium et iurisdictionem.” **Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, I, p. 142.

⁶⁷³ Cfr. Cortes de 1228. *Ibidem*, I, pp. 121-122.

⁶⁷⁴ “The legislation of 1283 is commonly referred to by its opening lines in Catalan, ‘En les terres o llocs’ [Cortes, I, p. 147]. Its established a basic law of servitude in the following respects: (1) by distinguishing lands in which redemption was customary from those where it was not required; (2) by identifying redemption as the key component of servile tenure; and (3) by limiting, as a matter of public law, the rights of refuge afforded by free territories.” FREEDMAN, Paul H. **The Origins of Peasant Servitude in Medieval Catalonia**. Cambridge Iberian and Latin American Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, pp. 119 ss.

⁶⁷⁵ **Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, I, p. 147.

⁶⁷⁶ Cfr. SABATÉ, Flocel. *Conflictes agraris i guerra civil a la Catalunya baixmedieval*. Realitat i ficció historiogràfica. **Miscel·lània Ernest Lluch i Martín**. Vol. II. Barcelona: Fundació Ernest Lluch, 2007, pp. 395-398.

⁶⁷⁷ MARTÍN, José L. La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. **Les Corts a Catalunya**, p. 146.

disponibilidade concedida aos seus súditos para se descolarem da judicatura real –notadamente, uma disponibilidade usufruída por coletivos mais poderosos, então capazes de rechaçar as tentativas de absorção jurisdicional⁶⁷⁸–, e (ii) uma rigorosa limitação fiscal segundo os termos originários de sua captação, o que quer dizer tratar-se da singular oposição dos estamentos na aceitação dos tributos diretos e ordinários da Coroa, a exemplo dos controversos *bovatge* e *monedatge*⁶⁷⁹ empregados amiúde desde Pere el Católic e já em vias de extinção no século XIV.

O ponto fiscal é emblemático, e continua a constante das operações jurídicas percebidas nos processos de cortes antes de 1359 até que se agravem mais com os últimos anos d’*El Cerimoniós*. Nestas assembleias de 1283 discute-se com algum detalhe os argumentos legais impostados pela titularidade régia, e a partir deles se desborda do terreno da estrita fiscalidade para as estruturas de poder e a dinâmica de suas práticas. Nomeadamente, abre-se espaço para questões de capacidade tributária (quais seriam as coletividades afetadas, e assim responsáveis pela concessão dos donativos) e também para a forma de incidência dessas arrecadações, se de maneira direta ou indireta, além de designar a sua natureza patrimonial e seus aplicáveis regimes de contribuição.

Para confirmar o gravame político desferido contra o poder monárquico, foram acordadas constituições gerais que restringiam determinadas categorias fiscais –ou seja, aquelas mesmas que foram paulatinamente agregadas às exigências régias–. Essa correção das prerrogativas, conquistadas ao longo de um século e meio de embates entre soberanos e estamentos, impusera a extinção das *lleudas* e de seus congêneres, tais como foram criados por Jaume I a partir da conquista de Valência. O Professor Manuel Sánchez observa nestes desdobramentos “*una ofensiva*

⁶⁷⁸ SABATÉ, Flocel. Oligarchies and Social Fractures in the Cities of Late Medieval Catalonia. **Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society**, pp. 1-25.

⁶⁷⁹ O *monedatge* (ou *morabatí* em Valência e Mallorca, e *maravedís* em Aragão) seguia sendo o tributo exigido pelo rei sobre cada “fogo” (*foc*) dependente com seus bens móveis e imóveis, na razão de 12 *diners* : 1 *lliura*. Sua incidência era calculada entre o intervalo de sete anos pela manutenção da moeda corrente e de seu valor nominal nos territórios submetidos à Coroa, incluindo os domínios senhoriais, eclesiásticos e das ordens militares. Apesar de tratar-se de uma taxação efetuada primeiro sobre catalães, deixa de ser cobrada destes e se torna mais comum sobre os súditos aragoneses e valencianos a partir da segunda metade do século XIII, o que é conseguido pela manutenção de moeda própria cunhada pelos barceloneses e com câmbio corrente no comércio mediterrânico.

O *bovatge* deve seu nome ao fato de ser primitivamente gravado sobre a posse de animais e de demais bens móveis; inicialmente fora se impondo com mais regularidade mediante as celebrações dos pactos de Paz e Trégua no tempo de Ramon Berenguer III e, mais tarde, exigido pelos condes de Barcelona como obrigação universal ao início de cada reinado. Na definição oferecida pela *Enciclopèdia Catalana*: “*Imposició medieval que percebia el rei als regnes de la corona catalanoaragonesa, exigida en diner sobre les parcelles de bous i, a vegades, sobre altre bestiar. Habitualment era exigida al començament de cada regnat. Al Principat, una constitució del 1283, confirmada el 1301, n'eximia els ricshomes, ciutadans, cavallers i les viles i els llocs reials que n'havien comprat el dret. Alfons III, a les corts de Montsó del 1333, en confirmà l'exempció a l'orde de l'Hospital i als seus vassalls concedida per Jaume II el 1300. De fet, al s XV el bovatge ja havia caigut pràcticament en desús. Al regne d'Aragó, però, persistí encara fins ben entrat el s XVI.*” Disponível em: <<http://www.enciclopedia.cat/>>, consulta realizada em 24 de agosto de 2010. Também, *cfr.* SÁNCHEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**. Trad. Marita Viscarro. Barcelona: Eumo Editorial/Universitat de Girona/ Estudis Universitaris de Vic, 1995, pp. 79-80.

que tendia a augmentar el rediment dels vells impostos indirectes de caràcter patrimonial”,⁶⁸⁰ e certamente uma ampliação das originárias instituições feudais que acompanhavam a tendência dos novos repertórios jurídicos em torno da autoridade régia. Agora, entretanto, livravam-se deles os braços eclesiástico e militar, e até mesmo algumas das vilas reais que gozavam os privilégios de tal isenção. Ainda regridem ao marco original de percepção as chamadas *cenēs* e as *albergues*, ultimamente alatrastradas como arrecadação geral sobre os setores baroniais e eclesiásticos, dando-se um idêntico destino aos tipos de fiscalidade extraordinária que se iam tornando regulares da parte das requisições monárquicas –os tributos sobre o *monedatge* e a *quinta*–.⁶⁸¹ No caso dos chamados impostos patrimoniais, extinguiu-se a taxação sobre a gabela de sal,⁶⁸² proibindo a criação de semelhantes tributos para o futuro.⁶⁸³ E, finalmente, a mais conclusiva de todas as reposições: o *bovatge* deveria ser drasticamente encolhido às suas jurisdições primitivas –*sicut facta antiquitus possunt et debent probari*⁶⁸⁴– restando àquelas acolhidas pelos dependentes originais do condado de Barcelona. Aqui, os estamentos concediam ao rei um prazo de pouco mais de um ano para esclarecer com precisão esses corretos limites; o que evidentemente jamais chegou a ser feito por Pere *el Gran*, a ponto de encontrar-se Alfons II, pouco tempo depois, retomando a questão ao exigir ele próprio a captação universal do antigo tributo por sua subida ao trono.⁶⁸⁵

Então, por trás daquilo que se designa *fiscalidade de estado*, está apenas e simplesmente o imperativo de objetivos políticos comuns, e assim ordenados pela forma de uma arrecadação monárquica. No entanto isso raramente imporia uma coesão concreta e duradoura de suas “aparelhagens tributárias” e, por isso mesmo, o termo se queda a um tal aspecto anacrônico, embaraçoso e dispensável. E quando o pode ter, como nas criações das *Diputacions dels Generals* catalã, valenciana e aragonesa, anuncia-se desde um instrumento de controle e gerenciamento que transcende a interferência do rei e de seus delegados.⁶⁸⁶ Por trás da pletora de acordos com o grupos urbanos (que incluem assim intermináveis cessões pignoratícias do patrimônio régio e específicas taxações indiretas, antes exclusivas da sua fiscalidade) é o próprio soberano quem

⁶⁸⁰ SÁNCHEZ, Manuel. *El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)*, pp. 51-52.

⁶⁸¹ *Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña*, I, pp. 148-149.

⁶⁸² No entanto, esta isenção sobre a gabela de sal junto de outras específicas *vitualles*, seria reafirmada pela *constitutio VIII* das Cortes de 1300 que toma, *quod simili modo*, o expresso precedente de 1283 –“*Concedimus, volumus et etiam ordinamus quod gabella salis decetero in Chatalonia, etc.*”–. *Idem*, I, pp. 171-172.

⁶⁸³ Com efeito, em Aragão, há uma indiscriminada liberação da exploração das salinas sobre as gabelas taxadas pelo rei. O privilégio é expandido e incluído nas franquias dos privilégios forais unionistas (para a regulamentação destinada ao Principado, v. nota anterior).

⁶⁸⁴ *Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña*, I, pp. 143.

⁶⁸⁵ SÁNCHEZ, Manuel. *El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)*, pp. 78-79. MUTGÉ, Josefina. Alfons el Benigne i el govern municipal de Barcelona: aspectes concrets. *Quaderns d'Història*, Barcelona, nº 4, 2001, pp. 146-154.

⁶⁸⁶ FERRER, Maria Teresa. Les Corts de Catalunya i la creació de la Diputació del General en el Marc de la guerra amb Castella (1359-1369). *Anuario de Estudios Medievales*, nº 34/2, Madrid, 2004, pp. 875-938.

custodia a erosão de suas jurisdicionalidades, favorecendo por outro lado a coesão local através de uma estruturação fiscal que controla todos os processos de captação, gestão e destino desses ingressos financeiros.⁶⁸⁷ As concessões firmadas pelas Cortes de 1283 aplicam um acentuado grau de correção que imporia ao cetro real a anulação de suas pretensões futuras sobre qualquer tipo de consolidação patrimonial. Este quadro inviabilizaria alternativas na captação geral dos territórios da Coroa e um controle constante dos meios financeiros disponibilizados ao rei dali em diante.

Aparece assim um fundamento adicional para a legitimação fiscal, fundamento este que se desvia da justificativa baseada na pessoa do monarca. Não se trata de custodiar a centralidade do soberano como fator de generalidade para que se motive as instituições fiscais que abarcam a totalidade do território catalão. Afinal, reparando com detalhe, nota-se que o caso catalano-aragonês exorbita a fiscalidade régia –prova cabal de que este rei não contém em si a corporação universal, e de que seu corpo, mesmo quando duplo, não constringe as universalidades a existirem sob seu exspectro– “*aquest sistema fiscal transcendeix la persona del rei [...], sinó que és gestionat per una emanació del país, és a dir, pels tres braços representats a Corts, amb exclusió expressa del monarca e dels seus oficials*”.⁶⁸⁸ Efetivamente, os rumos tomados pela fiscalidade catalã não conduz a formas concretas de uma instituição tributária regular –quicá, nem mesmo estatal–, uma vez que seu fundamento e finalidade se desviam da afirmação de um poder soberano para assumir o destino avalizado pelas generalidades do principado. Nestas condições, toda contribuição arrecadada para custear a *guerra do rei* será levada pelos mesmos termos desse pactismo, permanecendo por todo o tempo uma categoria extraordinária de tributo e que por isso mesmo se materializa sob título de “donativo gracioso”.⁶⁸⁹

Apesar do encolhimento político das atribuições monárquicas na Catalunha, há uma razoável satisfação das partes –maiormente para os grupos citadinos– pelos termos estabelecidos em 1283. Os barões veriam atendidas a sua posição e consolidariam um repertório de invocações específicas na multidão institucional de tradições jurídicas tantas vezes encenadas pelas próximas assembleias curiais. Eis que o fortalecimento das jurisdições senhoriais seria bastante relevante e

⁶⁸⁷ SABATÉ, Flocel. **La época medieval**: administración y gobierno, pp. 340-344.

⁶⁸⁸ SÁNCHEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**, p. 12.

⁶⁸⁹ Assim, estes donativos são invariavelmente pleiteados “*en defensa de la cosa publica de Catalunya*”: o que atenderia um dever aparente da defesa do principado e da ajuda genérica concedida “*per esguart de les [...]* *gràcies e favors*” da vênia régia. De um igual modo, qualquer justificativa definida nas *profertas* dos estamentos fugia de um pretexto diferente, o que levava o discurso institucional a alguns malabarismos curiosos, abrindo espaço, por exemplo, a uma releitura do *Us. Princeps namque* à uma dilatação circunstancial da *coisa pública* do principado. Cfr. SÁNCHEZ, Manuel. Las Cortes de Cataluña en la Guerra de Arborea. FERRER, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament D'Estudis Medievalls. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 374-375.

permitiria desde agora um crescente isolamento dos consórcios planejados pelo rei e seu braço real. Mas, sem dúvida alguma, fora este último o maior beneficiário das prebendas alcançadas pelos acordos firmados nas cortes. Ao mesmo tempo que a captura de prerrogativas fiscais seria a força motriz da máquina bélica real, era também a justificativa que apresaria os monarcas à profunda reordenação de seu estatuto jurídico ao longo do Trezentos.⁶⁹⁰

Entretanto, essas transformações não trouxeram o mesmo benefício para os interesses aragoneses. A intransigência dos nobres unionistas não recrudesce ante as parcimoniosas concessões do rei. Ao subir ao trono, Alfons *el Franc* é lembrado de que apenas deve ostentar o título real depois de haver jurado os foros e os privilégios aragoneses, porque embora o direito hereditário lhe assistisse este somente se consumaria mediante a ligação solene da homenagem vassálica.⁶⁹¹ Em contrapartida, o lastro desses privilégios impunha um controle cada vez mais restrito da representação real, pois não se tratava apenas de gerir os mecanismos judiciais –nas formas de agravo e representação curiais feitas através do *justicia*– ou de reduzir qualquer pretensão soberana à jurisdição reguenga. Na verdade os unionistas buscavam afetar, mediante seu instrumento de privilégios, o controle de todos os delegados nomeados pelo rei além da criação de um conselho permanente e regular que transcendesse as convocatórias extraordinárias, manipulando de perto todos os passos da política régia, sobretudo aquela de caráter estrangeiro, a ponto de reverter, se possível, a atenção do Mediterrâneo para o interior da península. Na medida em que o quadro de forças volta a favorecer o monarca, a resistência nobiliárquica arrefece; mesmo quando as agitações de 1287-1288⁶⁹² e a abertura das hostilidades contra Castela torne Alfons II próclive a um juramento em prol dos privilégios da União.⁶⁹³ Todavia, paira momentânea amenidade entre aragoneses, uma vez que as tropas francesas e navarras deixam de representar um risco próximo e os principais inimigos estão neutralizados, e agora o rei dispõe de uma aprovação crescente de seus súditos catalães e não precisa temer novos embargos de Aragão.

Mesmo a situação siciliana vai encontrando um meio termo razoável entre as partidos conflitantes, quando então se abrem as pautas de negociações através de diversos tratados franco-aragoneses. Com a morte sem herdeiros de Alfons II, sucede-o seu irmão com o título de Jaume II

⁶⁹⁰ MARTÍN, José Luis. La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. **Les Corts a Catalunya**, pp. 146-151.

⁶⁹¹ ZURITA, Jerónimo. **Anales de la Corona de Aragón**, IV, § LXXXVII.

⁶⁹² MARTÍN, José Luis. Cartas de Libertad en la Corona de Aragón. **Economia y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**. Vol. I, pp. 214-220.

⁶⁹³ Ainda, e por razão dos termos mais radicais dos unionistas, muitas dessas requisições permaneceriam ociosas no aceite virtual do soberano e seria o mesmo motivo de disputas nas décadas seguintes, até a vitória cabal de Pere *el Cerimoniós* em 1348. *Cfr.* GONZÁLEZ, Luis. **Las Uniones aragonesas y las Cortes del Reino**. 2 vols. Zaragoza: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1975.

deixando Sicília nas mãos do menor, o infante Frederic, que ao invés de manter a regência provisória declarara-se seu novo soberano mediante o apoio dos grupos locais. A aclamação do infante aragonês se contrapunha ao acordo recém finalizado (Anagni, 1295) entre Jaume II e o duque d'Anjou, no qual se acertara os seguintes termos: o casamento do rei com Blanche d'Anjou, a revogação dos interditos papais sobre Aragão e a consequente entrega da Sicília ao controle angevino. Com a coroação de Frederic despoletam-se novos conflitos, com intensivos ataques à fronteira napolitana, e uma ajuda discreta do rei aragonês ao seu irmão,⁶⁹⁴ que apesar da aliança instalada com a França e o Papado auxiliou no suporte das hostilidades até que se vissem firmadas umas novas pazes pelo tratado de Caltabellota de 1302. Este acordo reconhecia a plena legitimidade da coroa de Frederic e aprofundava as boas relações de capetíngios e angevinos com o Casal de Barcelona, o que permite a todos estes o arrojamento de seus esforços para as zonas de combate de um depauperado Império Bizantino.⁶⁹⁵ Já a situação com Jaume de Mallorca é controlada graças às insistentes mediações do Papado junto ao rei de Aragão.⁶⁹⁶ E tal como previsto pelo tratado de 1298, firmado entre Jaume II e Philippe IV, reintegrar-se-iam os domínios confiscados depois de se obter do rei maiorquino um novo acordo de enfeudação, ao passo que este receberia, a título temporário, o controle dos sítios no vale de Aran tomados pelos franceses em 1285 –então, definitivamente devolvidos à Coroa em 1313⁶⁹⁷–.

O acordo consignado entre o Papado e a Coroa aragonesa previa também a concessão dos direitos de enfeudação sobre as ilhas da Sardenha e da Córsega, que seriam prontamente incorporadas como novos reinos independentes. Ademais as novas dificuldades trazidas por sua peculiar tradição jurídica (uma vez que os vínculos de dependência sardos desconhecem um arraigado sentido das instituições feudais),⁶⁹⁸ logo se procederiam às medidas de sua ocupação,

⁶⁹⁴ É considerável o comércio epistolar entre os dois irmãos, que, para muito além das hostilidades de Anjou, mantêm um contato estreito entre as duas coroas. A documentação disponível no *Arxiu de la Corona d'Aragó* é extraordinariamente prolífica no período assinalado pelo reinado de Jaume II, ocupando um total aproximado de 20.000 cartas dentre as 50.000 catalogadas na seção das *Cartas Reales*, as quais se destinavam à diplomacia com o reino siciliano. CORRAO, Pietro. Costruzione di un corpo di fonti per la storia politica siciliana del tardo medioevo: le *Cartas Reales* dell'Archivio della Corona d'Aragona. **Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo**, nº 105, Roma, 2003, pp. 271-273.

⁶⁹⁵ Estes acordos não levam a resultados concretos para os aliados, que mantinham interesses demasiado distantes para qualquer sucesso sobre a sorte de sua coligação. Também, as dificuldades em controlar e financiar as *compagnies* mercenárias acabam incluindo o controle mais ou menos acidental dos condados de Atenas e de Neopátria por milícias de origem catalã-occitânica (1312), em benefício dos interesses comerciais de catalães e sicilianos em águas orientais. SABATÉ, Flocel. Catalunya Medieval. **Història de Catalunya**, pp. 321-324.

⁶⁹⁶ Para alguns detalhamentos técnicos e descrição da questão, inclusive com publicação de documentos despachados pelo soberano maiorquino ao papa, *cfr.* BATTELLI, Giulio. Supliche al Papa di Giacomo II, re di Maiorca e di Giacomo II, re di Aragona. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 31/1, Madrid, 2001, pp. 3-32, pp. 8-10.

⁶⁹⁷ ZURITA, Jerónimo. **Anales de la Corona de Aragón**, V, § XCVIII.

⁶⁹⁸ “*In Sardegna i feudi concessi secondo il Mos Italie: il feudatario era tenuto di fornire, proporzionalmente al valore del feudo, sia un servizio armato per tre mesi l'anno –il più frequente–, sia al versamento di un censo. In teoria la successione era possibile soltanto per i discendenti maschi in linea diretta, escludendo quindi donne e i*

insertados agora pelo controle monárquico como instrumento de delegação direta. Assim foram estimuladas algumas estratégias para consolidar a aliança dos súditos catalães aos potentados sardos. Entrementes, o risco de que estes mesmos potentados continuassem a buscar apoio genovês para se contrapor à presença catalã parece ter exigido a permanente vigilância dos expedientes sardos. É por isso fácil acompanhar o envolvimento de alguns dirigentes urbanos, principalmente dos jurados municipais de Barcelona, na manutenção de forças de monitoramento sobre a instável situação na ilha. Durante o breve reinado de Alfons III, esses assuntos exigiriam a total atenção do principado em mais de uma ocasião, como o armamento de galeras para o segurança marítima, a carência de cavalos e outras providências de urgência, tão bem repercutidas nas assembleias de Montblanc em 1333.⁶⁹⁹ Pois bem, a partir da ocupação da Sardenha e da instalação dinástica na Sicília, a situação com Gênova começa a mudar. O risco corsário antigamente empostado pelos ataques pisanos agora são desferidos por seus antigos aliados, que aumentam seu raio de controle obtendo de Pisa (1288) as entradas portuárias sardas em Cagliari e Sassari. Na medida em que os catalães efetivam suas novas praças, a ofensiva genovesa torna-se um problema frontal para os assuntos da Coroa e logo entrariam nas pautas de umas permanentes discussões travadas em cortes. E assim, os armistícios vez a vez assumidos entre italianos e catalães –sucessivamente em 1291, 1355 e 1378– tampouco dariam solução ao problema acumulado na corrida mercantil entre a república genovesa e as cidades reais na Catalunha.

Seja como for, o saldo final da pugna contra os angevinos ainda é espetacularmente favorável ao principado. Mesmo sem a inclusão do reino siciliano à Coroa, a presença de um soberano de linhagem barcelonesa como Frederic consolidara uma enorme vantagem à frente de genoveses e venezianos –para mais de angariar a frontal oposição de Pisa– pelo comércio marítimo ocidental. Agora, além dos entrepostos dos catalães em Messina e Palermo, a adesão de toda Sicília e Sardenha ao espectro de influência do Casal de Barcelona⁷⁰⁰ elevava os seus comerciantes a uma posição de destaque aos olhos dos principais concorrentes pelo protagonismo mercantil

collaterali.” CRABOT, Cécile. I problemi dell’espansione territoriale catalana nel Mediterraneo: conquistare un feudo in Sardegna, un bene o un male? L’esempio dei Sentmenat, Signori di Orosei (sec. XIV). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 33/2, Madrid, 2003, pp. 815-848, nota 2, ademais, consultar *in nota* a bibliografia pertinente sobre o feudalismo sardo.

⁶⁹⁹ Entrementes, o problema não seria atenuado até 1335, quando o rei ordenara armar um contingente numericamente importante para a defesa da ilha (*i.e.* cem cavaleiros armados e duzentos besteiros sob o regimento de Ot de Montcada e Ferrer de Vilafranca), afinal equipados com o estipêndio de catalães rendatários nos territórios sardos –v. nota anterior. Para tanto, também foram revertidos os donativos confirmados em Montblanc num montante de 10.000 libras barcelonesas. Para uma primeira análise desses donativos, sobretudo dos fundos disponíveis nos fundos do *Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona*: *cfr.* MARTÍN, José Luis. Contribución de Barcelona a la defensa de Cerdeña (1333-1335). **Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**. Vol. II, pp. 260-272.

⁷⁰⁰ *Cfr.* GIUNTA, Francesco. La politica mediterranea di Pietro il Cerimonioso. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d’Investigacions Científiques, 1989, pp. 59-60.

aquém e além do Tirreno.⁷⁰¹ Com entrepostos assentados desde a península balcânica até o norte de África –como em Túnis e nos demais territórios tarifários de Aragão–, os catalães ampliavam um controle que ia da definição de rotas à da redistribuição de mercadorias, tanto dentro quanto fora da península ibérica. Todavia, o antagonismo genovês seria o primeiro de intermináveis obstáculos enfrentados pelos reis aragoneses no deslindar da centúria seguinte. Se por um lado havia suficientes vitórias à dinastia e ao encabeçamento de interesses mercantis, por outro restava um problema acumulado pela urgente interponência material da Coroa. As consequências assumidas pelas reformas curiais de Pere *el Gran* permitiu uma “regionalização” das principais capitalidades citadinas levadas ao “*blindar de las infranqueabilidades jurisdiccionales*”.⁷⁰² A própria demanda bélica assumida pelo encargo soberano alavancaria esse quadro, pois, afinal, um tal concurso de dependências faz que se conjurem a um só tempo a presença de vetores acionados pela guerra, pela fiscalidade-jurisdição e pela tramitação das assembleias representativas. Através desse tripé, o vértice resultante é dado pela condição especiosa do estatuto monárquico, que do começo ao fim do século passa de portador para dependente do *interesse da coisa pública*.

Mas é no tocante ao incremento das competências sobre a capacidade judicial que essas mudanças se fazem notar com mais clareza. O controle gradual das funções primordiais do ofício do monarca não são meramente “apropriadas” das mãos deste para o faixo de requisições senhoriais ou locais. Sua transposição é mediada pela estratégia de contenção institucional bastante similar àquela que antigamente estivera a serviço dos condes de Barcelona no oferecimento das Tréguas e da Paz de Deus. O afiançamento da autoridade judiciária às bases políticas do príncipe era já reconhecido e endossado pelo exercício direto que dela faziam os reis catalano-aragoneses ou pela delegação estrita através do seu *vicarius regis*⁷⁰³ ou de seus governadores gerais.⁷⁰⁴ Sem mais, imprime-se a tecitura de um ampliado mosaico de capitalidades:

Quedan, por tanto, perfilado el país, jurisdiccionalmente, como una yuxtaposición de espacios impenetrables, con las consecuentes obstrucciones y falta de colaboración. Se estabiliza el diseño general del marco jurisdiccional, se cierran las antiguas tensiones y se conducen las nuevas hacia batallas más puntuales, formalmente planteadas en términos

⁷⁰¹ DEL TREPPO, Mario. **Els mercaders catalans i l'expansió de la Corona catalano-aragonesa al segle XVI**, pp. 23-25.

⁷⁰² SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 13, 2000-2002, p. 274.

⁷⁰³ SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. **Clío & Crímen**: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 3, 2006, pp. 209-304.

⁷⁰⁴ SABATÉ, Flocel. La governació al Principat de Catalunya i als comtats de Rosselló i Cerdanya. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 12, 1999, pp. 21-62, e dentre a bibliografia citada pelo autor *cfr.* PASCUAL, Lope. Los oficios en la Corte de Pedro III de Aragón (1276-1285). **XI Congreso di Storia della Corona d'Aragona (Palermo-Trapani-Erici, 1982)**, vol. IV, Academia di Scienze, Lettere e Arti, Palermo, 1984.

jurídicos pero con evidentes correlatos territoriales. De hecho, el paso del siglo XIII al XIV está acompañado por numerosas discusiones en torno a la dificultad por precisar, en diversos lugares concretos, el grado del dominio nobiliario. En este contexto, acercarse al ejercicio cotidiano de la jurisdicción, a partir de testimonios como el ofrecido por el veguer de Cervera, muestra la dificultad de la actuación del representante territorial del soberano, reiteradamente contrariado tanto por grandes nobles como también por pequeños barones que alegan una capacidad de jurisccción superior a la reconocida por el rey y que practican no solo una permanente obstrucción a la actuación del oficial regio sino, también, una clara intimidación sobre la población.⁷⁰⁵

Agora, pois, a intromissão nas estritas competências do soberano era pautada pelas constituições gerais aprovadas em 1283, e muito além de um postulado *legal*, os resultados obtidos ali refletiriam um crescimento exponencial das atribuições territoriais que logo se arrogariam ao posto de representantes da titularidade do rei. Assim, é exemplo notável que as figuras do *veguer* ou do *batlle* passem a ser solicitadas pelos comandantes locais, deixando de representar o acesso à justiça ordinária concedida pelo soberano para atuarem em acordo e assistência dos *prohomines* das principais vilas reguengas, na medida em que faz desvirtuar sua competência vertical para respeitar e aplicar os foros designados pelos novos e fortalecidos ordenamentos locais. *Ipsam formam*: a prerrogativa de proteger aqueles que buscavam a guarida do cetro real contra as judicaturas senhoriais tinha de se submeter à falta de alcance de seus vicários contra *richorum hominum, ordinum, ecclesiarum, militum, civium vel hominum villarum* —e mais do que nunca, a contrição contra o amparo ao “homem de outro” é reclamado à reafirmação do senhorio banal⁷⁰⁶—.

Em 1288, quando Alfons II outorga ao patriciado urbano de Barcelona a administração da *cisa* para a ereção das muralhas da cidade e de algumas medidas defensivas, estipula-se a nomeação de *conservatores* e permite-se que esta seja feita pelos próprios jurados municipais sem qualquer intervenção do rei ou controle posterior de seus oficiais. Este privilégio teria a duração de três anos e seria exigido em todo o território condal integrado pela jurisdição direta do rei, detendo daí todos os instrumentos de controle até o montante final da arrecadação.⁷⁰⁷ Tais expedientes seriam empregados novamente pelos reinados de Jaume II e Alfons III,⁷⁰⁸ e seriam

⁷⁰⁵ SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. **Anales de la Universidad de Alicante**, pp. 255-282, e nota 46: ACA, *Cancellaria*, “papeles por incorporar”, Cervera, s/n.

⁷⁰⁶ FREEDMAN, Paul H. **The Origins of Peasant Servitude in Medieval Catalonia**, pp. 121-135.

⁷⁰⁷ No ano seguinte, Alfons II concedera um novo privilégio, desta vez com extensiva arrecadação nas baleares, como medida *pro defensione terre nostre in guerra* contra as ameaças de Castela e França e do príncipe de Salerno. Novamente, observam-se os mesmos procedimentos gerais na gestão dos ingressos. In: **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**. SÁNCHEZ, Manuel. ORTI, Pere. (eds.) Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1997, pp. 1-7 e 9-13.

⁷⁰⁸ Cfr. capítulos outorgados por Jaume II nos anos de 1292 e de 1300, ambas mediante cortes catalãs em Barcelona, e também em 1323, para os donativos que subsidiariam as campanhas sardas. Em 1333, nas Cortes de Montblanc, Alfons III requer donativos para a guerra contra Granada, definidos por “*aranzels*” de taxações indiretas

decisivos na criação da *Diputació* em 1356, já no contexto da guerra contra Castela, permitindo que tal instituição se descolasse da entidade monárquica para assumir algo que se poderia designar de efetiva regularidade e autarquia jurídica. Bem, agora é mais visível que nunca: uma vez sobrepostas às demandas contextuais, essas transformações de caráter institucional não se isolam de umas engrenagens funcionais específicas; somente a partir delas se tornam legíveis algo que a documentação também pode sugerir, isto é, que sob o pretexto dessas arrecadações instavam os permanentes freios impostos pelos estamentos, os quais iam crescentemente contrários à tentativa de implantação de umas novas formas de patrimonialização para o tesouro régio.

Alguns dos investigadores da história econômica da Catalunha medieval⁷⁰⁹ parecem coincidir na insistência dos motivos que promoveriam o despontamento financeiro de cidades mercantis como Barcelona ou Tortosa. Afinal, este seria extraordinário e razoavelmente oportunizado pela empresa mediterrânica. E também, a longa série de incrementos adotadas na paisagem jurisdicional do principado esclarecem o entrosamento desses acontecimentos sobre novas medidas “estruturantes” da vida cidadina, do alargamento de entornos jurisdicionais (a exemplo do que acontece nos *carreratges*) ou mesmo nas dificuldades de gerenciamento de um espaço inchado pelo aumento de sua massa populacional.⁷¹⁰ Há disso uma relação destacável no tocante à restituição dos *malos usos* feudais pós-1283, pois, como inclusive sugere José Luis Martín, a dinamização urbana dessas cidades levariam os senhores feudais a colocar uns obstáculos mais eficientes contra o desligamento compulsivo dos camponeses, endurecendo as condições de remissão e relaxamento dos vínculos de servidão.⁷¹¹ O mesmo já pode ser dito a respeito das insubmissões populares que marcam o mesmo período, como a revolta liderada por Berenguer Oller⁷¹² na cidade de Barcelona, “*lo que podria llevarnos a admitir un malestar campesino y urbano como origen de las normas aprobadas en 1283*”, ou seja, derivadas da pressão creditícia imposta pelos grupos financeiros mais poderosos e pelas crescentes demandas

sobre pesos e medidas (nomeadamente, as *talles*). Todos esses recursos foram controlados –ou seja, recolhidos, contabilizados e distribuídos– pelos conselheiros citadinos de Barcelona. *Ibidem*, pp. 19-61.

⁷⁰⁹ Cfr. a bibliografia apensada in: TODESCHINI, Giacomo. Mercato medievale e razionalità economica moderna. **Reti Medievali**, nº 7, Firenze, 2006/2. EVANGELISTI, Paolo. Mercato e moneta nella costruzione francescana dell’identità politica. Il caso catalano-aragonese. **Reti Medievali**, nº 7, Firenze, 2006/1. Disponível em: <www.retimedievali.it>. SARASA, Esteban. La expansión de los reinos y condados pirenaicos y mediterráneos hasta la unión de Aragón y Cataluña: Guerra y sociedad feudal (1035-1134). In: IRADIEL, Paulino *et alii*. **Historia Medieval de la España Cristiana**. Madrid: Cátedra, 1995, pp. 263-391

⁷¹⁰ SABATÉ, Flocel. Conflictes agraris i guerra civil a la Catalunya baixmedieval. Realitat i ficción historiogràfica. **Miscel·lània Ernest Lluch i Martín**, pp. 395-408.

⁷¹¹ De resto, a concessão de liberdades para os egressos citadinos decorria de uma isenção emitida pelo próprio rei, que nesta altura favorecia largamente a evasão rumo às cidades e às vilas do realengo. MARTÍN, José Luis. Pactismo político y consolidación señorial en Cataluña tras la conquista siciliana. **Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**. Vol. I, pp. 248-249, nota 28, e pp. 250-254.

⁷¹² Bernat Desclot. Llibre del rei en Pere. **Les Quatre Grans Cròniques**, CLXX.

fiscais acordadas de pronto, no todo indiferentes aos resultados deletérios provocados à roda de uma intolerável pressão social.⁷¹³ De qualquer forma, este seria o início da tensão entre os oligarcas urbanos e os setores que lhe eram dependentes, o *poble menut*, até o aparecimento do quadro generalizado de confrontamentos, agravados pelas respectivas solidariedades de bandos na crescente pós-segunda metade do XIV, até um período correspondente no século XV.⁷¹⁴

5.3. *Jurisdições urbanas e crise institucional: obstáculos ao discurso centralizador*

O reinado de Alfons III persevera sob os desdobramentos dos anteriores, e afiança a conexão estreita entre uma orientação mediterrânica e o engrandecimento da causa dinástica barcelonesa para, ao fim e ao cabo, assumir toda a visibilidade de sua *raison d'être* monárquica. Mas fora durante seus dias como lugar-tenente da Coroa que o então infante Alfons se precipitaria à captura da ilha sarda, abrindo um momento no qual começaria a enfronhada guerra contra os genoveses (1329-1336).⁷¹⁵ Entre esses acontecimentos, os nove anos de seu reinado também se notabilizariam pela tentativa malograda de promover uma cruzada contra o reino taifa de Granada⁷¹⁶ e pelas campanhas ao lado dos castelhanos contra os sarracenos benemerins no Estreito de Gibraltar. Aqui, uma aliança com Castela seria concretizada pelas segundas núpcias do rei com a irmã de Alfonso XI, de cujo matrimônio nasceriam os infantes Ferran e Joan.

Em Valência persiste o problema da coexistência dos foros, já que desde Pere *el Gran* os nobres aragoneses exigiam a substituição dos *Furs* ordenados após a conquista do reino pela implantação dos mesmos direitos feudais usados em Aragão.⁷¹⁷ Esta situação exigiria medidas conciliatórias do rei, que encontra resistências parciais no reino valeciano dispostas a rechaçar

⁷¹³ MARTÍN, José Luis. Cartas de Libertad en la Corona de Aragón. **Economia y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**. Vol. I, p. 235, nota 109, *cfr.* cit.: WOLFF, Philippe. L'épisode de Berenguer Oller à Barcelona en 1285. Essai d'interprétation sociale. **Anuário de Estudos Medievais**, nº 5, Madrid, 1968, pp. 207-222.

⁷¹⁴ SABATÉ, Flocel. Orden y desorden: La violencia en la cotidianidad bajomedieval catalana. **Aragón en la Edad Media**, "Homenaje a la profesora Camen Orcástegui Gros", Universidad de Zaragoza, nº14-15, II, 1999, pp. 1389-1408.

⁷¹⁵ O término destas hostilidades seria apenas um interregno, o qual serviria a protelar uns enfretamentos ainda mais sérios, retomados poucos anos depois do frágil armistício perpetrado por Pere III *el Cerimoniós*. *Cfr.* MUTGÉ, Josefina. Alfons el Benigne i el govern municipal de Barcelona: aspectes concrets. **Quaderns d'Història**, pp. 146-154.

⁷¹⁶ BISSON, Thomas N. **The Medieval Crown of Aragon**, p. 101.

⁷¹⁷ GUINOT, Enric. La creació de les senyories en una societat feudal de frontera: el regne de València (segles XIII-XIV). **Revista d'Història Medieval**, nº 8, 1997, pp. 79-108. GUINOT, Enric. Fronteras exteriores e interiores en la creación de un reino medieval: València en el siglo XIII. **Studia Historica**, Historia medieval, "Ejemplar dedicado a: Fronteras y límites interiores", Ediciones Universidad de Salamanca, nº 23, 2006, pp. 127-153.

duramente a extinção daqueles foros.⁷¹⁸ O difícil impasse culminaria em novos enfrentamentos deflagrados entre os nobres aragoneses no intervalo de 1328-1329, então atenuados com a promulgação de uma “jurisdição alfonsina” de matizado cariz senhorial.⁷¹⁹ Entrementes, a pacificação dos súditos valencianos seria novamente deteriorada assim que Alfons desse azo à fragmentação e fosse pelo caminho contrário ao dos estabelecidos nas cortes gerais de 1330, criando um enorme feudo –de Xátiva até Alacant– cedido em benefício do infante Ferran, seu filho com Leonor de Castela, e, assim o acusaria o régio cronista, “*a gran inducció de la dita reina*”.⁷²⁰ O seccionamento dos territórios régios em Valência provocaria seríssimas tensões, assomando-se uma oposição generalizada de nobres e jurados da cidade valenciana, que, uma vez legitimada pela insubmissão do primogênito real, impor-se-ia ao monarca com a revogação das doações de territórios cedidos aos infantes menores –restando, porém, o recém criado marquesado de Tortosa–.⁷²¹ Medidas desta monta ajudariam a desgastar a figura do rei Alfons, lançando umas inevitáveis oposições à sua centralidade soberana. Novamente, a discussão se aglutina em torno de uma concreta titularidade real que, à vista de episódios mui específicos, força o monarca para a contemporização dos diversos vetores institucionais no intuito de manter sua condição próxima a um mínimo de estabilidade política. Não sem propósito, os termos assumidos em 1283 são estrategicamente retomados por uns súditos impenitentes, que não se crêem dispostos a acatar a

⁷¹⁸ ZURITA, Jerónimo. **Anales de la Corona de Aragón**, VII, § IX, p. 159: “*Sobre esto se había diversas veces contendido en los tiempos pasados: y la ciudad de Valencia principalmente lo rehusaba; y se opusieron algunas villas del reino pretendiendo que no debía en él haber sino un fuero y que aquél debía ser el propio y particular de aquel reino; y que debía ser ley general a todos sin excepción de lugares y personas. Hubo sobre esto muy grande contradicción y diferencia entre los perlados y ricos hombres y entre los síndicos de las ciudades y villas del reino, defendiendo los unos el fuero de Valencia y los otros el que estaba ya inducido desde el tiempo de la conquista en los lugares y villas del reino que fueron poblados con nuestro fuero porque se conservasen en la posesión dél; y éstos eran mucha parte por los ricos hombres que eran señores de aquellas villas, que tenían gran lugar en la privanza y consejo del rey. Estuvieron las cosas en tanto rompimiento que se temió no sucediese alguna discordia y guerra civil y viniesen a las armas.*”

⁷¹⁹ MARTÍN, José Luis. Cartas de Libertad en la Corona de Aragón. **Economia y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**. Vol. I, p. 235.

⁷²⁰ As doações das vilas e cidades reais no reino valenciano impingiam um prejuízo sensível para as rendas diretas da Coroa –com perdas imediatas para o infante Pere, que à época dependia das rendas advindas de Albarrací, Oriola e Alacant para a guarnição de sua Casa e de seus privados (**Crònica de Pere el Cerimoniós**, I, 45, p. 33)–. Finalmente, todas estas queixas se viam amparadas na confirmação –feita por Alfons III, em 30 de dezembro de 1327– de um estatuto de Jaume II, o qual garantia a indissolubilidade dos territórios peninsulares da Coroa, limitando qualquer fragmentação mediante concessão senhorial ou instituição de feudos desligados dos domínios reguengos. Este documento se encontra depositado no *Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona* (AHCB), 1G, ms. 10, *Llibre Verd*, f. 141, col. b (30 des. 1327); mencionado por Josefina Mutgé (Alfons el Benigne i el govern municipal de Barcelona: aspectes concrets. **Quaderns d’Història**, Barcelona, p. 149).

⁷²¹ Para assegurar a confirmação da senhoria de Tortosa, o rei Alfons obteve a chancela dos conselheiros municipais e a liberação do então titular episcopal, o seu irmão infante Joan, investido desde 1328 como patriarca de Alexandria. Em sua *Crònica*, o rei Cerimonioso acusa os jurados da cidade de Tortosa de assentirem com a senhoria de En Ferran mediante o estreito favorecimento de privilégios pessoais, i.e. “*per corrupció d’alguns majors e regidors d’aquella que en prengueren dons e serveis*” (**Crònica de Pere el Cerimoniós**, I, 44, pp. 32 ss). Todavia, o marquesado de Tortosa não subsistiria ao seu senhor: após a morte do infante Ferran (1363) sua soberania é dissolvida e seus territórios são reincorporados ao domínios reais.

exigência de uma supremacia monárquica ou qualquer reafirmação desse mesmo estatuto.

Essa percepção contextual reflete uma aderência específica ao alçamento do discurso régio na Catalunha e através dele se assiste o transpasse decisivo dos séculos XIII e XIV. Com efeito, o monarca arroga a si a *plenitudo potestatis* ante a universalidade do principado, o que é feito mediante o apregoamento de sua função política e uma programada divulgação de seus méritos como soberano afecto às liberalidades devidas por sua preeminência estamental. Enquanto soberano ele é o vértice da sociedade, garante da justiça e da paz, e concerta em seu corpo regimental as funções de governo com o fulcro no ideal do interesse público.⁷²² No avançar dessas prerrogativas, o rei Pere III travaria uma das mais acirradas disputas pela afirmação jurisdicional de seu mandato, definidas pelas imposições de *pleno* e *mixto imperio* sobre o raio de subjugação territorial.⁷²³

Ao mesmo tempo, seu discurso precisa pautar-se através da sedimentação de um esteio legal que seja capaz de se remeter aos aportes da dogmática romanista, tal como filtrada por juristas do quilate de um Pere Albert.⁷²⁴ Segue, por outro lado, que a difusão dos *Usatges de Barcelona* seja deslocada de sua primitiva vocação feudal para sediar um marco legalista extensível à realidade do principado; igualmente, a recuperação das constituições de Paz e Trégua atuariam conforme disposições gerais para a universalidade —algo que, com um pouco de pressa, chamar-se-iam *instituições de caráter público*—, fixando os limites e as prerrogativas que o soberano poderia dispor como integradas ao conjunto de suas “regalias”.⁷²⁵ Se dessem os resultados esperados, estas medidas consolidariam um repertório notável para as disposições do jogo político que, ensejando um repertório de justificação à matriz de poder, adentrariam o longo reinado do Cerimonioso. Concretamente, e segundo a plataforma abstraída pelos juristas reais, o interesse do rei (portanto, a *voluntas regis*) é coincidente ao bem comum de toda a sociedade política, ela é emanção mesma do corpo sagrado e expressão do alento de Cristo que autoriza o monarca a arbitrar o justo e enunciar a *Lei*.⁷²⁶

Entretanto, nada disso refundiria por muito tempo no orbe institucional da Coroa de Aragão. Ao se confrontar com os poderes constituídos em suas localidades, a pretensa

⁷²² **Cort General de Montsó: 1382-1384.** Text en català i llatí. SANS, Josep Maria *et alii* (ed.). Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1992, pp. 78-81.

⁷²³ SABATÉ, Flocel. La pena de muerte en la Cataluña bajomedieval. **Clío & Crimen**: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 4, 2007, pp. 119-126.

⁷²⁴ *Cfr.* introdução preparada para a edição das *Commemoracions* in: **El jurista Pere Albert i les Commemoracions**. FERRAN, Elisabet (ed.). Barcelona: Publicacion Institut d’Estudis Catalans, 2007.

⁷²⁵ SÁNCHEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d’Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**, pp. 76-80.

⁷²⁶ PACHECO, Francisco Luis. “Non obstante”. “Ex certa scientia”. “Ex plenitudine potestatis”. Los reyes de la Corona de Aragón y el principio “princeps a legibus solutus est”. **El Dret Comú i Catalunya**. Actes del VII Simposi Internacional (Barcelona, 23-24 de maig de 1997). Barcelona: Fundació Noguera, 1998, pp. 103-115.

verticalidade régia se vê contrita a estabelecer medidas de negociação que viabilizem sua autoridade e sua efetivação jurisdicional. Os índices de desagregação são impositivos e contrários ao destacamento de uma ordem universal para a pretensão régia: antes desta, estão demasiado fincados os óbices de uma pulverização jurisdicional impossível de se solucionar, agravada a sua vez pela ausência de referenciais estáveis e por qualquer garantia sobre o nível de coesão de seu coletivo institucional. Ao passo de toda (in)vocação agregativa, transluz a pálida demarcação de um “*referente superior común en la fidelidad al soberano, la pertenencia a una misma nación y la cohesión entorno a la identidad cristiana*”.⁷²⁷ Aos olhos dos poderes municipais, então os mais próximos da influência pretendida pelo monarca, a expectativa absolutizante é simplesmente rejeitada e considerada uma clara extrapolação do mandato régio segundo seus limites tradicionais.⁷²⁸ A restrição constitucional imposta sobre Pere *el Gran* ampara essa leitura institucional contra a monarquia, e embora o rei Cerimonioso avance relativamente bem depois de submeter os rebeldes aragoneses e ordenar a extinção de sua União, as demandas trazidas por sua estratégica política em breve provariam definitivas correções ao tentar novas medidas de alargar a autarquia política desejada para a Casa Real.

E tantas vezes esboçada, a franca limitação à autoridade monárquica vai se materializar pela falta de numerário ao tesouro real, o que consequentemente leva o rei a capitular ante novas e crescentes interpelações dos súditos reunidos em cortes, e finalmente, graças a uma política inconsequente de alienações do patrimônio territorial da Coroa, assistir-se-ia a transformação da paisagem institucional catalã numa malha desagregada e incontrolável.⁷²⁹ Ora bem, qualquer pretensão de criar uma centralização administrativa razoável seria posta à prova pelas coalizões locais, e os oficiais distrituais régios, tolhidos por essas circunstâncias, se veriam incapazes de contrapor o poder de fato empenhado pelas elites citadinas ao efetivo exercício das funções para as quais eram investidos.⁷³⁰ Não é desnecessário acrescentar que sobre qualquer potencialidade oficiosa, os delegados reais se viam dependentes da direção definida pelas municipalidades. Assim, a busca de uma coesão jurisdicional centralizada, era condicionada pela atenção nominal que se conferia ao poder real, manuseando o estandarte régio à conveniência dos bandos locais e ao oportunismo político de se conseguir uma continuidade jurisdicional pretextuada pela titularidade

⁷²⁷ SABATÉ, Flocel. Orden y desorden: La violencia en la cotidianidad bajomedieval catalana. **Aragón en la Edad Media**, p. 1396.

⁷²⁸ Francesc Eiximenis. Dotzé del Crestià. **Lo Crestià**, DCXLII.

⁷²⁹ Sobre as transformações estruturais dos conjuntos ruais e citadinos etc., *cfr.* ABADAL, Ramon d'. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, pp. 50-57.

⁷³⁰ SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, pp. 636-638.

do rei.⁷³¹

Mais do que nunca, essa titularidade parecia se fazer conseguir ou projetar na emissão de um marco universal de poder, que embora pretendesse a base de uma *plenitudo potestatis*, tomava-o para além da figura do rei. É desde onde se aponta a utilidade associada aos *Usatges* e às constituições catalãs pelo seu potencial de agregar e uniformizar a instituição coletiva, vez que o monarca tivesse de lidar com uma identidade todavia frágil e intratável para se conseguir um perfil homogêneo que conseguisse unificar a problemática trama institucional do principado. Aliada a esses parâmetros formais, a coincidência entre os lastros de capitalidade sócio-econômica aos principais centros regionais, habilitaria-os na forçosa colocação de obstáculos duplamente fundamentados, associando o embargo econômico de suas demandas à interpretação de um ordenamento jurídico dotado de preeminência mandamental. Por isso, a partir da segunda metade da centúria, quando Pere *el Cerimoniós* intentara um prosseguimento ainda mais abismado de sua política de alienações, lhe fora lembrado pelos governadores locais os grandes e imediatos prejuízos desse esvaziamento patrimonial.⁷³² Também, fora neste sentido que o conselho municipal de Barcelona atuara em 1383, freando o anseio de uma concessão jurisdicional do rei a um de seus barões, seguindo a contundente alegação de que “*si u fets, ço que no creem, farieu gran perjudici a vostra regalia, mes que parlant ab vostra reverencia no hi podets tocar segons les constitucions de Catalunya e privilegis e franqueses d’esta Ciutat*”.⁷³³ Notadamente, mais que as constituições catalãs, é mediante a guarida de tais liberdades e privilégios que os governos municipais conseguem do rei como meio de validar a vinculação ao território reguengo. Efetua-se um tipo de continuidade e de pertencimento claramente nominal por sob a tutela soberana, já que a compensação resulta em transferências de titularidades, as mesmas permutadas pelos donativos requisitados pelo monarca para garantir a reposição de seus escasseados tesouros.

Passa-se assim a uma política de integração das capitalidades urbanas, pelo consórcio entre oligarcas e soberano na contenção dos poderes senhoriais, consolidados pelas garantias de soberania obtidas às mencionadas constituições.⁷³⁴ Os instrumentos reunidos na promoção desta política integradora ficariam por conta dos privilégios de inalienabilidade dominial (que tentava, mesmo sem muito efeito prático, conter a pulverização produzida pela mesma política de cessão territorial). Além disso, contara-se com a disseminação dos *carreratges* em que inicialmente se

⁷³¹ SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. *Anales de la Universidad de Alicante*, pp. 42-46.

⁷³² SÁNCHEZ, Manuel. *El naixement de la fiscalitat d’Estat a Catalunya (segles XII-XIV)*, pp. 44-47.

⁷³³ SABATÉ, Flocel. *Catalunya Medieval. Història de Catalunya*, pp. 360-361.

⁷³⁴ SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. *Anales de la Universidad de Alicante*, p. 43.

acordavam as vilas reais, criando verdadeiros conglomerados comunitários: formava-se a partir disso um liame de solidariedade econômica e armada, para mais tarde avançar a novos conjuntos dotados de uma jurisdição capitular, cuja titularidade finalmente era integrada à Coroa pela administração dos oficiais régios (*vegwers*, etc.).⁷³⁵ Entretanto, a natureza do raio jurisdicional monárquico se vira transformada em mera entidade supletora de poder, deixando a soberania local nas mãos das oligarquias municipais. Justamente, não pode trazer estranheza o fato de que uma tal condição de aliciamento imporia às pretensões concretas do rei a preferência em tomar para si jurisdições de natureza meramente senhorial, com gozo de domínio direto, ao invés de reunir um território inscrito sob o regime real uma vez que todos esses obstáculos formais se interpunham e estrangulavam as vias de acesso direto da Coroa a seus súditos.⁷³⁶

Recuperando as impressões tidas sobre o romanismo, há uma adição importante que deve ser feita: com o renascimento dos estudos de direito no ocidente europeu, em especial com o segmento do *ius civile*, desvelava-se esse instituto mais elaborado sobre a concepção de domínio que transcendia muito a figura de *ban*⁷³⁷ a qual se apegavam os primitivos ligames alto-feudais.⁷³⁸ O *dominium* era compreendido entre duas espécies, as de domínio útil e de domínio direto, ambos eram geralmente cedidos por instrumento de enfiteuse e consubstanciavam entre si os possíveis graus de interação com o espaço que se controlava e com a natureza desse controle.⁷³⁹ Esta relação podia ser assim transposta à noção de império –ou de *pleno iuris*– sobre os domínios diretos, e de *mixto imperio* para o caso de constituir-se domínio útil ou indireto, integrando assim uma malha de jurisdições que perfazia, com níveis de atuação diferenciados, as áreas afetadas pelo poder de império do príncipe.⁷⁴⁰ Nestas é que se imprimiam suas prerrogativas de soberania, as chamadas *regalias*, dentre as quais surgem o restrito controle de emissão e regulação das moedas, a proteção de caminhos terrestres e fluviais, concessão de feiras e mercados, ereção de fortalezas e a proteção de mouros e judeus, completando um montante de direitos que permitia ao monarca exigir as correspondentes arrecadação fiscal e cominação criminal, sendo estas justificadas por duas razões:

⁷³⁵ SABATÉ, Flocel. Oligarchies and Social Fractures in the Cities of Late Medieval Catalonia. **Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society**, pp. 16-19.

⁷³⁶ SÁNCHEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**, pp. 126-134.

⁷³⁷ BONNASSIE, Pierre. **Vocabulário basico de la Historia Medieval**. Trad. Manuel Sánchez Martínez. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1983, pp. 30-33.

⁷³⁸ CARLYLE, Alexander J. **Il pensiero politico medievale**. Vol. II. Trad. Sergio Cotta. Bari: Laterza, 1959, pp. 31-42.

⁷³⁹ SABATÉ, Flocel. Conflictes agraris i guerra civil a la Catalunya baixmedieval. Realitat i ficción historiogràfica. **Miscel·lània Ernest Lluch i Martín**, pp. 399-400.

⁷⁴⁰ SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder real a Catalunya al segle XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, pp. 622-632.

a ofensa “pública”, resvalada sobre o corpo coletivo do soberano,⁷⁴¹ e a ofensa “privada”, cuja reposição era buscada segundo a harmonização dos corpos que constituíam a sociedade e pelo *bonum commune* que registrava o valor primordial da *societas christianitas* da qual o monarca era nominalmente seu cabeça e zelador.⁷⁴²

Estas fórmulas tinham uma implicação relativa no âmbito das posições concretas estabelecidas sobre o principado, pois, de certo modo, o reconhecimento do poder de punir era medido pelo domínio efetivo de cada vetor político. Ao se integrar ao conjunto da Coroa aragonesa, a Catalunha persistiria no estatuto de *Principatus*, dentro do qual seu soberano mantém indefinidamente o título de *comites barcinonae*, tal como assistia aos demais territórios catalães fundidos pela dinastia barcelonesa. Esta é a condição que permite aos demais potentados manter sua autonomia nominal frente às pretensões de centralização dos reis aragoneses. Um tanto a propósito, a negativa do visconde de Castellbò –cujo senhorio se inclinava de direito ao primado urgelense– que recusa a convocatória de Jaume II para as cortes de 1302, alegando que a preeminência régia, seja como soberano de Aragão seja como conde de Barcelona, não afetava sua pessoa ou os lastro efetivo de seus domínios.⁷⁴³ Ao recapitular esse clima de contradições, assistiria-se a gradual inflamação das relações régio-nobiliárquicas, que de mais a mais alavancariam seguidas revoltas da nobreza catalã; no século XIII –desde a menoridade de Jaume I (c. 1214) até a crise siciliana com Pere II– como já se pode repetir à exaustão, os principais barões não hesitariam em pôr pesados freios ao rei em nome do alargamento de seus direitos senhoriais. Este avanço permite um efetivo exercício de jurisdição, em que precisamente se identificam a posse da soberania e a capacidade de aplicar sua justiça. Essa indisposição toma forma nas batalhas judiciais forjadas para a discussão de competências sobre o domínio e a manutenção de direitos assimilados *de facto* no âmbito jurídico tradicional. Bem assim, o manuseio de um arcabouço institucional é base fundamental da interlocução jurídico-política desses enfrentamentos, influenciado além disso por uma diferenciação genérica entre os regimes dominiais e os estabelecidos ordenamentos jurídicos da primitiva faixa condal, a *Catalunya vella*, em contraste com os regimes singularizados na região oriental do principado.⁷⁴⁴ Nos primeiros se estipulavam por concessão enfitêutica, praticados mais frequentemente desde os territórios de

⁷⁴¹ KANTOROWICZ, Ernst H. Segretos de Estado. (Un concepto absolutista y sus tardíos orígenes medievales.) Trad. L. Rodríguez Aranda. *Revista de Estudios Políticos*, nº 104, Madrid, 1959, pp. 37-70.

⁷⁴² Francesc Eiximenis. *Regiment de la Cosa Pública*, I: “en la cosa pública havia cap, e aquest és aquell qui ha lo regiment o senyoria” (pp. 41-42).

⁷⁴³ SABATÉ, Flocel. Catalunya Medieval. *Història de Catalunya*, pp. 58-59.

⁷⁴⁴ SABATÉ, Flocel. Las tierras nuevas en los condados del nordeste peninsular. *Studia historica*, Historia medieval “Ejemplar dedicado a Fronteras y límites interiores”, Ediciones Universidad de Salamanca, nº 23, 2005, pp. 139-170.

Lleida, Tortosa e os demais sítios além do vale do Ebro⁷⁴⁵ e, sobretudo, para empreender uma ocupação que se mostrava plena de empecilhos e de um modo semelhante à implantação das castelhanias criadas em Valência no tempo do rei Jaume I.⁷⁴⁶

Na medida em que se foram constituindo os assentos territoriais catalães, entre os períodos de expansão (séculos XII-XIII), tornar-se-ia sensível o tipo de formação dominial aprofundado na chamada Catalunha nova, onde persistia a adoção de fórmulas populacionais predefinidas pelos regimes pactuados mediante cartas de doações,⁷⁴⁷ em contraste ao definido aquém do rio Llobregat, conhecidos naqueles antigos núcleos condaís mais inclinados a reiteração dos estatutos de caráter feudal.⁷⁴⁸ A imposição da remensa, ou a concreta aplicação dos *malus usus*, permaneceriam junto às concessões dominiais vertebradas na exploração campesina da Catalunha Nova e estas bem seguidas dos acordos de *convenientiae* com um cariz subjugador praticados nos regimes senhoriais. A esse respeito, a documentação incorporada por Josep Maria Font Rius detecta precisamente umas tais vinculações, que a um só tempo impingia a outorga vassálica do domínio⁷⁴⁹ –inclusive por sua expectativa militar– aliada de sua tenência e “*con encargo de población*” efetiva.⁷⁵⁰ Estas eram levadas a efeito mediante diversas doações cedidas a cavaleiros ou a coletivos, tais como aquelas sobre os termos da comarca tarraconense –Camp, Conca de Barberà e Priorat– ou de outros termos fronteiriços, como os de Urgell e Noguera.

O reflexo desses arranjos na tessitura social das entidades locais catalãs é ajustado por sua vez ao marco institucional romanista deflagrado pelo discurso monárquico. É ele quem deve propor para diversas ocasiões uma combinação desses mecanismos às figuras institucionais das municipalidades, como o apontam as inserções praticadas em Cervera, e com um destacado

⁷⁴⁵ FONT RIUS, Josep Maria. **Cartas de Población y Franquicia de Cataluña**. Vol. II, pp. 125 ss.

⁷⁴⁶ GUINOT, Enric. El señorío de la Vall de Perputxent (siglos XIII-XIV). **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 4-5, 1986, pp. 99-118.

⁷⁴⁷ FONT RIUS, Josep Maria. **Cartas de Población y Franquicia de Cataluña**. Vol. II. Estúdio, apendice al vol. I. Madrid/Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC, 1983, pp. 104-122.

⁷⁴⁸ BONET, Maria. Las dependencias personales y las prestaciones económicas en la expansion feudal en la Cataluña nueva (siglo XII). **Hispania**, Revista Española de Historia, nº 66, Instituto de Historia, Consejo Superior de Investigación Científica, CSIC, Madrid, 2006, pp. 429-431.

⁷⁴⁹ Estas prestações evoluem, todavia, para um nível mais geral com o aliciamento de outros setores sociais, para além dos estamentos cavaleirescos; assim, tanto estes quanto os *pagesos* eram ligados por juramentos estritos ao vértice senhorial –na letra do *us. 50*, “*omnes homines, tam milites quam rustici, jurent senioribus suis*”–. E, bem o lembra Maria Bonat, esse tipo de vínculo permanece distinto do acordo (*us. 48*) forjado entre a aristocracia e a capitalidade condal, então dotado das solenidades e garantias tradicionalmente feudais: “*Las diferencias del articulado son explicativas del significado de sendos juramentos, mientras que la reivindicación a los vasallos y el campesinado respondía a la dependencia jurisdiccional al señor, la de los sectores aristocráticos se fundaba en la vinculación a la potestad, o el poder condal. Únicamente en este caso el convenio comprometía al ‘honor’, propiedad o feudo, y su disponibilidad quedaba superditada a la fidelidad sagrada a la autoridad*” (BONET, Maria. Las dependencias personales y las prestaciones económicas en la expansion feudal en la Cataluña nueva (siglo XII). **Hispania**, p. 430).

⁷⁵⁰ FONT RIUS, Josep Maria. **Cartas de Población y Franquicia de Cataluña**. Vol. II, pp. 158-160.

exercício judicial em Lleida e Tortosa, entre as primeiras três décadas do século XIV.⁷⁵¹ De algum modo, a implantação dos ofícios outorgados pela delegação do soberano favorece esses incrementos da municipalidade, vez que as designações de *vegwers*, *sotsvegwers*, *batlles* ou *sotsbatlles* não possuem competências específicas na demarcação oficiosa que ocupam.⁷⁵² Uma tal disjunção cede passo para intrusões muito frequentes de uns sobre os outros e finalmente das concatenações locais, que acabam por se lhes impor definitivamente, a ponto do encargo ministrado pelo *veguer* deter seu prestígio e sua autoridade mais em razão da proximidade às oligarquias locais que pela sua titularidade originária ou sua investidura régia.⁷⁵³ Os limites desfiados para o exercício desses diferentes ofícios dependem, portanto, muito mais de acordos estritos firmados no interior de cada capitalidade jurisdicional –tanto quanto do suporte que forjava um esquema institucional particular–, que de uma definição geral ou homogênea planejada pela irradiação congregante do cetro real. Tais arranjos consolidam a pulverização:

Jaume II, en el paso al siglo XIV, adapta el esquema institucional concediendo la plenitud de las competencias jurisdiccionales en estos núcleos emergentes a los respectivos bailes, confirmando experiencias precedentes, como la establecida desde 1279 en Palamós distanciándose así de Gerona [AHCBE, pergs. 1 e 4], y convirtiendo, de este modo, los términos municipales afectados en exentos de la capacidad del correspondiente vaguer, tal como por ejemplo se aplica en Vilagrassa respecto de la veguería de Tárrega [AHCT, pergs., caixa 2, 1305], en Santpedor respecto de Manresa [ACA, canc., reg. 505, fls. 132v-133r], en Valls respecto de Tarragona [AHCV, pergs. 35-36] o en l'Arboç respecto de la veguería de Vilafranca y Penedés. Se coincide así con núcleos reales donde las competencias ya correspondían al baile y con las distintas evoluciones que adoptan capitales como Perpiñán [ACP, AA1, fl. 3r], donde la presión municipal impone escindir las mismas competencias, en la demarcación para el veguer y en la capital para el baile, funcionario más próximo y manipulable. En otros lugares la existencia de una figura subvicarial facilita esta misma evolución al dotar al subveguer territorial de la plenitud de las competencias jurisdiccionales. Se generan así cortes jurisdiccionales distintas, si bien su composición y sus procedimientos son similares [...].⁷⁵⁴

Diante de uma engrenagem assim, a continência à autoridade do rei é limitada não apenas pelas

⁷⁵¹ SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. *Clío & Crímen*: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 3, 2006, p. 211, nota 8, *cfr.* remissão a: TURULL, Max. **La configuració jurídica del municipi baix-medieval**. Règim municipal i fiscalitat a Cervera en 1182-1430. Barcelona: Fundació Noguera, 1990, pp. 385-327.

⁷⁵² Até o século XIII, contava-se também a figura dos *corts*, que passa a ser extinta por decisão concreta do governo real no âmbito de rearticulações de sua burocracia delegada. LADERO, Miguel Angel. El ejercicio del poder real en la Corona de Aragón: instrumentos de gobierno (siglos XIV y XV). *En la España Medieval*, nº 17, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1994, pp. 31-93. SABATÉ, Flocel. El Cort a Catalunya. *Acta historica et archaeologica mediaevalia*, “Homenatge al Dr. Manuel Riu i Riu”, Universitat de Barcelona, nº 22, II, 2001, pp. 351-372.

⁷⁵³ SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. *Clío & Crímen*, p. 212.

⁷⁵⁴ SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. *Clío & Crímen*, p. 212. As siglas indicadas referem-se, respectivamente: *Arxiu Històric Comarcal de la Bisbal d'Empordà* (AHCBE), *Arxiu Històric Comarcal de Tarrega* (AHCT), *Arxiu de la Corona d'Aragó* (ACA), *Arxiu Històric Comarcal de Valls* (AHCV), *Archives Communales de Perpignan* (ACP).

constituições de 1228 e de 1283, mas também pela demarcação assumida por pontuais exigências municipais. E mediante tantos raios distintos de contenção, o melhor demonstrativo dessa desagregação é oferecido desde um genérico e esgarçado controle da impunidade judicial. A atenção efetiva aos quadros de delinquência se torna impraticável, uma vez que basta ao sujeito incriminado abandonar uma jurisdição seguindo para outra, onde a autoridade local não permite nenhuma intrusão externa sob o pretexto tácito de agressão a sua autonomia, e já não importa se se trate desta ser especificamente municipal ou baronial. A severa restrição contida na *constitutio* III das cortes de Pere *el Gran*, constrange qualquer prerrogativa da punção executiva real sobre jurisdição além-reguenga, anulando sua autoridade pela obstaculização de seus representantes “*pro querimoniis, facitis, pignorationibus sive executionibus faciendis aut alia quacumque occasione causa sue officii*”.⁷⁵⁵ Reforçadas estas linhas, instila-se um recuo jurisdicional que acaba por agenciar a desordem civil, o inalcanço criminal e o inadimplemento de acordos comerciais, impondo-se assim o levantamento de alternativas –sumamente regionais– à persecução de uma ordem jurisdicional que o monarca não pode cumprir nem sequer satisfazer por meios próprios.

Isto caracteriza o que, por um lado, o Professor Sabaté recorrentemente denomina “*jurisdicciones infranqueables*”,⁷⁵⁶ ao lembrar que tais práticas apoiam-se muito em uma sociedade regida pela lógica das solidariedades de grupo, quando importa menos a gravidade do delito em vista dos vínculos com quem persegue e com quem protege seus dependentes. A instituição coletiva demarca os espaços de gravidade e de alcance do punível onde a mera vontade coatora, do rei ou do seu vicário, não pode alcançar eficazmente. No sentido de neutralizar esse cenário desalentador, as elites urbanas e locais tentam impor uma forma de mobilização geral capaz de melhor concretizar a adesão de seus interesses jurisdicionais e amarrar os pontos frágeis de seu lastro circunscricional, a partir de alianças entre médias e grandes capitalidades urbanas. Para tanto, é de se recordar a coesão primária mantida entre espaços citadinos e rurais,⁷⁵⁷ coesão indispensável para o alavancamento demográfico de cidades importantes como Tortosa, Vic, Lleida ou Girona; ademais, a evidência constituída entre os núcleos urbanos e seus entornos rurais seria animada pelos deslocamentos intermitentes de coletivos e interesses regionais oligárquicos em busca de maiores punções rendísticas.⁷⁵⁸ Assim é referida em diversas ocasiões, pelos mesmos aportes de Sabaté, o específico contexto de entrosamento dessas capitalidades: lembrando ora o

⁷⁵⁵ Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña, I, p. 143.

⁷⁵⁶ SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. *Anales de la Universidad de Alicante*, pp. 255-282.

⁷⁵⁷ SABATÉ, Flocel. Conflictes agraris i guerra civil a la Catalunya baixmedieval. Realitat i ficció historiogràfica. *Miscel·lània Ernest Lluch i Martín*, pp. 395-408.

⁷⁵⁸ SÁNCHEZ, Manuel. *El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)*, pp. 120-125.

acordo de colaboração existente entre as cidades de Lleida e Cervera, e a poderosa influência que essa coalizão exerceria sobre toda a região oeste do principado;⁷⁵⁹ ora a situação mantida por algumas das vilas a nordeste, que se congregam a Besalú, vez que esta simultaneamente aceita a titularidade superior de Girona “*mentre que els jurats d’aquesta ciutat mantenen un permanent contacte epistolar i sovint cerquen consell amb els homòlegs de Barcelona*”.⁷⁶⁰

O exercício das titularidades distrituais segue escapando das mãos dos delegados ordinários do rei e entra sob o reiterado litígio de poderes locais discordantes. Assim, a abertura à aquisição jurisdicional é conferida, por exemplo, a burgueses dotados de vultosas fortunas, que mediante a aquisição patrimonial de circunscrições pontuais exercem também seus respectivos poderes de *imperium*. O que pode engendrar diferentes complicadores quando este “senhor jurisdicional” também vir a integrar outras capitalidades e a usufruir de suas imunidades, a ponto de clamar a si os efeitos que os privilégios e deveres solidários lhes reservara na condição de cidadão.⁷⁶¹ A multiplicidade de arranjos desta ordem tende justamente a corrigir os defeitos coativos na aplicação judicial em um território fortemente parcializado, valendo-se de quaisquer mecanismos de imposição desde os que vão da intermediação pacífica a um tipo de penetração jurisdicional forçada. Nesta última, por meio da reclamação da *fadiga del dret* atuava o coligamento das hostes citadinas, então autorizadas pela *crida pública* ou *convocatòria* do vicário

⁷⁵⁹ LLOBERT, Josep Maria. Les relacions entre Cervera i Lleida durante el segle XV. *Ilerda*, nº 51, 1994, pp. 33-37 *apud* SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. **Clío & Crímen**, pp. 246-247.

⁷⁶⁰ SABATÉ, Flocel. Catalunya Medieval. **Història de Catalunya**, p. 349.

⁷⁶¹ Um exemplo mais concreto pode ser destacável na disputada empenhada pelo cidadão de Lleida, Salvador Desbosc, que ao deter os direitos domaniais da senhoria de Flix pleiteia em 1366 uma reclamação contra o conde de Prades. A invocação de Desbosc exige o seu direito de atuação judicial infligida a dois *pagesos*, de origem muçulmana, provenientes daquela senhoria e deslocados posteriormente às vizinhanças da Vila de Mora, então diretamente afecta ao controle condal. Ao passo que o conde rechaça qualquer pretensão ordinária em razão de uma integral supremacia envergada por ele sobre seus súditos e requer a devolução dos camponeses, que, àquela altura, se viam retidos na baronia de Flix. A tentativa de empreender o resgate de seus dependentes pela *fadiga de dret*, levam os habitantes de Falset, a capital dos domínios de Prades, a pegar em armas para penetrar o domínio inimigo. Às portas da incursão armada, o senhor de Flix invoca o apoio da cidade de Lleida a contrapor-se contra seus rivais, e é a partir desta ameaça que se instauram uns novos capítulos à negociação judicial entre ambos partidos (processo contido no: *Arxiu Municipal de Lleida*, llibre d’actes, 400, fl. 46v-47v, *apud* SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. **Clío & Crímen**, p. 226).

Segundo o censo recolhido nas cortes de 1378, a baronia de Flix contava 35 *focs* e mais 5 *focs* desde seu entorno, os quais são integrados ao Bispado de Tortosa. Enquanto o condado de Prades respondia ao mesmo censo com uma numeração equivalente a 1.600 *focs* sobre a totalidade de dependentes de sua jurisdição condal. (**Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, IV, “Enumeración de los fuegos poblados...”, pp. 121 e 181. Também, com as devidas correções de Josep Iglésias, substituindo a datação de Bofarull de 1359 para o ano limite de 1381: **Censo de Cataluña ordenado en tiempo del rey Don Pedro el Cerimonioso**. BOFARULL, Prósper de (ed.). Col. de Doc. in. del Archivo General de la Corona de Aragon, vol. XII. Barcelona, 1856.) Ao mesmo período, havia se elevado a cifra de cidadãos que portavam a condição de Salvador Desbosc, formando um grupo que, após a segunda metade do XIV, detinham um total de 4.000 *focs* da população absoluta do principado. É de todo modo expressivo que esse mesmo número excedia de quatro a cinco vezes mais o número de dependentes matidos pelos remanescentes domínios alodiais. (ABADAL, Ramon d’. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, p. 20.)

real —o que, graças a certas distorções, permite retrair o chamado das hostes cidadinas ao dever vassálico junto ao soberano e, em última instância, ao interesse do principado, incorporando a si a justificação do *us. Princeps namque*—. ⁷⁶² O mesmo se dá para o caso das contrições extrajudiciais em perseguição de indivíduos, criminal ou civilmente impunes, que buscavam a insolubilidade de seus débitos refugiando-se nas comarcas dominadas por outras capitalidades. Todas essas medidas refletem uma busca regimental, que apesar da falta de um referente comum, tende a coletar suas expectativas de ordem por meio de um parâmetro mínimo, aceite pelo agenciamento do coletivo institucional assim projetado pelo enunciado jurídico e sua valorização fática.

Neste ambiente pleno de agitações sociais, agravadas sob uma forte concatenação de vetores naturais, é capitular que se delimite com efetividade quais são os emitentes autorizados a suprir a debilidade política dos poderes tradicionais, seja mesmo em detrimento de um discurso monárquico já em vias de exaurimento desde sua reduzida soberania. Ora bem, à medida que essa potência monárquica se vê escanhoada pelos interesses locais, o próprio valor da titularidade jurisdicional —*i.e.* valendo a punção fiscal e judicial desse comando— queda discutível à vista de uns numerosos enfrentamentos sociais. ⁷⁶³ Todavia, mesmo para os concorrentes dessa minguada potestade temporal cabe o interesse de instalar canais de poder aptos a deter os desmandos de um coletivo intransigente ante as possíveis formas de um discurso coerente e centralizador. Assim é que, em termos de contenção e emissão judicial, pertine o acompanhamento das espécies e desdobramentos encanecidos pelas manifestações sociais tipicamente desautorizadas ou mesmo perniciosas. As agressões se proliferam sob duas maneiras, então possíveis de se verificar a partir da documentação comportada pelos arquivos nos quais se apresenta toda a movimentação dos oficiais ordinários. ⁷⁶⁴ O primeiro desses tipos dá-se com aquela forma de agressão coletiva que decorre das divergências entre os barões por jurisdição e extração fiscal, cujos episódios mais tensos são dados num contexto de fragmentação acentuada —nomeadamente, nos primeiros retos da autoridade condal do século XII ⁷⁶⁵— mas que tendem a continuar pelas guerras locais entre os castros senhoriais e que algumas vezes envolvem as pretensões e resistências mantidas pelos soberanos catalães, num intervalo que se estende para além da segunda metade do XIV e por fim atravessa, com notável agravamento, o curto reinado de Joan I (1387-1396). Torna-se relevante

⁷⁶² SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. *Clío & Crimen*, p. 239. Vê-se, embora, o endosso conferido por Fidel Fita a esta coincidência de invocações institucionais: FITA, Fidel. Principado de Cataluña. Razón de este nombre. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, nº 40, Madrid, 1902, pp. 261-269.

⁷⁶³ SABATÉ, Flocel. Orden y desorden: La violencia en la cotidianidad bajomedieval catalana. *Aragón en la Edad Media*, pp. 1389-1408.

⁷⁶⁴ SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. *Clío & Crimen*, *passim*.

⁷⁶⁵ GONZALVO, Gener. Les assemblees de Pau i Treva i l'origen de la Cort General de Catalunya. *Les Corts a Catalunya*, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 71-78.

que estes enfrentamentos repercutam a consequências diretas sobre seus respectivos dependentes, ampliando a disputa privada do vértice baronial até atingir o tónus da generalização social.

Por outro lado, também, desvela-se um outro tipo de conflito, percebido mais sensivelmente pelos resultados que despoletariam as mobilizações urbanas, os quais se seguem à solidariedade dos bandos citadinos segundo uma engrenagem dos vínculos propriamente familiares e clientelares.⁷⁶⁶ Quando bem cooptada pelos grupos que a dirigiam, a solidariedade vicinal nas comarcas acabaria por impor um motor de coerção social importante entre os mecanismos de controle delitual. Além dos limites da municipalidade, esta solidariedade é marcada também pelo vínculo jurisdicional do qual participam certas comunidades que, ao se entrelaçarem em torno de centros determinados, congregam redes estruturais de íntima dependência social e econômica. Os governos municipais assumem assim designações semelhantes à utilizada pelos conselheiros municipais de Cervera, quando indica a preeminência de seu entorno “*a la vila e als lochs de la vegueria*”, e numa disposição identificada mesmo para a consolidação de capitais situadas nas zonas nobiliárias como Balaguer, Agramunt, Castelló d’Empúries, Hostalric, Cardona e Mallof.⁷⁶⁷ Assim, comungando uma tradição que remonta aos costumes da *Lex*, exige-se dela uma atuação política sobre atos de particulares que configurem delito ou violação da ordem coletiva sustentada pela instituição. Tal ação se pode sentir pela intervenção em pelo menos duas espécies delituais.⁷⁶⁸ Aqui, de modo subjacente a estas noções, a concepção de solidariedade coletiva se introjeta ao exercício judicial local, seja quando o viabiliza em prol do *veguer* e do *sotsveguer* régios, seja quando cria obstáculos para a sua atuação concreta, mediante a transgressão e o aviltamento das pretensões do monarca em benefício da ordem

⁷⁶⁶ “*Quan el veguer actua tractant de limitar l’expansió baronial sobre la regió, qui l’empeny no és el monarca sinó el poder municipal. De fet, la vegueria s’ha bastit sobre la regió d’influència de la seu vicarial, atorgant una traducció administrativa a una capitalitat sòcio-econòmica ja existent sobre un radi d’expansió directament proporcional a la puixança del nucli urbà. La relació entre aquest i la regió és mútua, en tant que la pagesia necessita del lloc central com a centre de serveis (credit, mercat, regulació de pesos i mesures, notariat, recurs a autoritats religioses, policials, administratives...) mentre que els grups dirigents de la capital regional aboquen les seves inversions en aquesta àrea circumdant, mitjançant l’adquisició de propietats i drets –com les castlanies–, l’arrendament de drets reials i l’absorció, fins i tot, de capacitats jurisdiccionals, a més dels lligams establerts com a emissors de censals morts i altres fórmules creditícies. La imbricació és completa: els conflictes de bandols a la capital ressonen en la regió i els habitants de la ruralia solen acudir al govern de la capital cercant ajut davant de diferents tensions. Per a la població rural, apropar-se al municipi esdevé atractiu pels seus dos puntals constitutius: la noció de solidaritat entre els veïns i els privilegis locals, plantejament que justifica els afanys per a esdevenir vilatà o ciutadà, a vegades de manera artificiosa i doble, sense abandonar en realitat la residència rural, situada sovint en una jurisdicció diferent.*” SABATÉ, Flocel. *El Veguer de Catalunya. Anàlisi del funcionament de la jurisdicció reial al segle XIV*. **Butlletí de la Societat Catalana d’Estudis Històrics**, nº 6, Barcelona, 1995, p. 154.

⁷⁶⁷ SABATÉ, Flocel. *Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval*. **Anales de la Universidad de Alicante**, pp. 18-19.

⁷⁶⁸ A nomenclatura é problemática, mas a recorrência desses tipos permite que se faça uso dessas duas espécies do direito penal: (i) o *delinquent contumaz*, tocado pela acusação oficial do representante judicial do rei, e por isso indiciado segundo os instrumentos adequados de uma “justiça ordinária”; e (ii) o *flagrante delito*. SABATÉ, Flocel. *El somatén en la Cataluña Medieval*. **Clío & Crímen**, pp. 213-217.

comunitária.

No primeiro caso, tem-se a invocação do *sometent*, expressão de desinência onomatopéica que representa o “grito por socorro”.⁷⁶⁹ Por seu revés, articulam-se verdadeiras forças armadas, e que lembram muito aquilo que os penalistas modernos chamam –não sem algum equívoco, embora– de período das vinganças privadas entre os bandos. De toda sorte, é a pretensão de se garantir a justiça (mais propriamente, a superação das vias contestatórias pela *fadiga del dret*) que escuda a legitimidade dessas mobilizações, aliando assim o argumento de autoridade ao interesse particular de cada coletivo que para tanto é sequestrado do rei ao fim de justificar um raio extensível de jurisdições onde esses grupos se permitem tal poder de interpenetração. Na segunda circunstância, um grupo solidário tenta encobrir um membro seu acusado de ter cometido algum tipo de agressão, ou o próprio bando que tenha desferido ataque a outros como é o caso dos linchamentos esporádicos nas judiarias e nas mourarias de Barcelona, Girona e Tortosa e Tàrraga a partir das crises endêmicas do século XIV.⁷⁷⁰ Aqui se invoca a insatisfação formal demandada pelo poder do *veguer*, que, por sua incorporação à Coroa, acaba sendo arrastado com essas manifestações agressivas dos bandos na invasão de uma outra jurisdição. De onde se remete às formas usuais de resistência, mediante determinados casos em que a comunidade acolhe o indiciado, mantendo-o fora do alcance punitivo régio, senhorial ou mesmo de um bando rival.⁷⁷¹

Também, a organização regional por paróquias podia servir de instrumento para os coletivos armados. A instituição do *sagramental* atua juatamente pela outorga de privilégios para a auto-defesa de pequenos termos geográficos, geralmente camponeses, que se reúnem para “*poder eixir sots emissió de so*”. Em 1258, Jaume I concede um tal privilégio de *somatent* aos camponeses do Baix Llobregat como medida de tolher a rapinagem que assolava suas cercanias.⁷⁷²

⁷⁶⁹ SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. *Clío & Crímen*, p. 219: “*Estos casos, en que por la actuación de los mismos testigos de los hechos ‘se meté so’, reflejan como ‘meter sonido’ – ‘metre so’ – es sinónimo de la llamada de socorro pronunciada en alta voz ante un delito flagrante esperando con ello congrega los convecinos en ayuda de la justicia y el orden.*” Assim mesmo, essas convocatórias poderiam ser empreendidas *contra* os oficiais constituídos para dar-lhes amparo, seja como medida de escapar à própria contrição judicial do vicário real – o que se manifesta nas Cortes de 1321, contra aqueles que “*vindran de aquí avant en alguna ciutat, vila o loc, falsamente, e ab frau posant so*”–, seja como forma de reação popular às imposições arbitrárias emitidas pelos mesmos oficiais ou contra aqueles que ocupam a dirigência da cúpula municipal, os quais acabam sendo os efetivos detentores do poder judicial empostado pelo *veguer* e os demais delegados distrituais (*Idem, ibidem*, pp. 220 ss).

⁷⁷⁰ MUTGÉ, Josefina. L’abastament de blat a la ciutat de Barcelona en temps d’Alfons el Benigne (1327-1336). *Anuario de Estudios Medievales*, pp. 685-691. IRADIEL, Francisco Paulino. La crisis bajomedieval, un tiempo de conflictos. IGLESIA, José Ignacio de la (coord.). *XIV Semana de Estudios Medievales*, Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV. Nájera: Instituto de Estudios de la Rioja, 2004, pp. 13-48.

⁷⁷¹ SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. *Clío & Crímen*, pp. 252 ss.

⁷⁷² “[...] *volumus et mandamus quod omnes predicti rustici sive homines constituti per parrochias Provinciana, Sancti Baudulii, Sancti Iohannis de Pinu, Sancte Marie de Corniliano et Sacti Clementis,...* [etc.] *teneant domibus eorum arma scilicet ballistas vel enses et lanceas ex quibus possuit se deffendere et quod quilibet eorum si dampnificatur, raubator, depredatur ab aliquo fure, raptore vel alio emitat sonum et omnes homines comorantes in*

Entretanto, aos poucos a reunião de sacramentais tornavam mais evidente a oposição do *poble menut* contra a nobreza senhorial ou até mesmo contra os setores patrícios (portanto, intrajurisdicionais), como revelara por fim o *progrom* de 1391 em Barcelona, cuja turba de camponeses promoveria, além da chacina às judiarias, a destruição de títulos escriturais e demais documentos depositados no arquivo do bailio municipal.⁷⁷³ Esta situação tornavam cada vez mais recorrentes as interposições de agravos de protestos (*greuges*) pelos representantes do braço militar, como o fizera Berenguer de Sant Vicenç por diligência de seus pares, os cavaleiros da vegueria de Barcelona e Vallès: “*en la dita vegueria ha un malvat e terrible us, ho ley que appellen sagramental, lo qual es contra Deu, ell Senyor Rey, e contra tota bona costuma, e per lo qual son seguites molts e fats e cruells dampnatges axi com avalots*”.⁷⁷⁴

Bem assim, tais demarcações de satisfação coletiva são exemplares do tipo de desordem urbana que grassava o cotidiano das vilas reais, e de seu contágio sobre outras capitalidades – senhoriais, inclusive– contidas na dinâmica institucional do principado. O caráter corporativo das solidariedades dispunha-se constantemente a aplicar reparações que implicavam um domínio concreto de jurisdições, mesmo que para isso tivessem que sustentar a unidade simbólica do príncipe para a constituição de um espaço de ataque justificado pela delegação do *mixto imperio* e pela presença autorizada dos oficiais da Coroa. Isto traz um problema na identificação dos interesses apresentados. Enquanto estes fossem coincidentes aos do monarca, os grupos urbanos lhes invocavam e lhes davam sustento como bases de sua autoridade universal, quando não, esta lógica era subvertida por outras necessidades, mais locais, no ato de colocação das próprias reclamações. E desde já, resta uma indicação que precisa ser feita: esta forma de utensilagem discursiva respeita uns valores disponibilizados pelo entorno institucional, e este reverbera com o devido teor de compartilhamento sobre os segmentos que o recebem e o internalizam como seu porta-voz legitimador (v. *Diagrama 2*, Prol. II). Mesmo se tratando de um ambiente desagregado com as altas cúpulas dirigentes, como os estamentos presentes nas assembleias de cortes, persiste uma transferência de valores institucionais descendentes dos altos enunciados legais sedimentados pelas constituições, as quais “*després de l’aprovació del sobirà s’instal·len com la màxima*

eisdem parrochiis teneatur exire ad sonum predictum et quod unanimiter adinvicem se deffendant.” AMB (*Arxiu Municipal de Barcelona*), *Diversorum*, XV-2, f. 88 cit. in: CUADRADA, Coral. *Els greuges del Sagramental en les Corts catalanes (segles XIV-XV)*. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, p. 209.

⁷⁷³ FITA, Fidel. Estrago de l’as juderías catalanas en 1391. Relación contemporánea. **Boletín de la Real Academia de la Historia**, XIV-XVII, Madrid, 1840, pp. 432-445 *apud* CUADRADA, Coral. *Els greuges del Sagramental en les Corts catalanes (segles XIV-XV)*. **Les Corts a Catalunya**, p. 211.

⁷⁷⁴ **Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, I/2, p. 443.

expressió jurídica i afecten tots els estaments i, per tant, tot el país".⁷⁷⁵ Todavia, para além de incidir concretamente na sociedade mediante eficácia e efetividade jurídicas, as capitulares constitucionais abrem espaço para a propagação de argumentos dos coletivos locais, situados, se se quiser, numa hierarquia infra-curial. Portanto, bem apuradas essas circunstância, também aqui a leitura de uma circulação de cognitivos institucionais permite detectar os espaços de alocação de discursos capazes de fornecer coesão de grupo e identidade nas decisões compartilhadas através de uma pressão externa que exija tomadas de decisão opostas entre si.

As solidariedades, localizadas num ambiente hostil como este em que se estabeleceram, tinham que ser definidas pela *diferenciação*. É útil por isso recordar agora certas notações da etnologia, onde as culturas locais são definidas por sua aptidão a gerar sistemas de representações identitárias numa paridade contrastiva, diferencial, que faz do outro seu ponto de apoio para se definir o que se é interiormente.⁷⁷⁶ Isso estabelece um decalque nas relações de alteridade contra os bandos concorrentes ou até mesmo aqueles nomeadamente minoritários, alvos certos de uma violência institucional. Tendo sempre em mente os caracteres de um repositório cultural mais ou menos preciso, a identidade mostra seu valor pela comunhão simbólica forjada no núcleo do coletivo. Sem essa dimensão, um discurso unitário não atinge seu pretendido alcance nem seu valor de agregar umas divergências tão enérgicas. A voz proclamada pela preeminência régia queda vazia e sem efeito, mesmo quando seu chamado vem a propósito de convocar o *Princeps namque*, ao falar em nome da cristandade e no "*exalçament de la fe cathòlica e en deffensió del regne e terra del senyor*".⁷⁷⁷ Seu potencial à concretização perde terreno para a dispersão mantida entre os pequenos e médios senhorios e vilas reais, com prioridades e valores inconciliáveis.

Justamente, ante a visão de um espaço social tão impartido por amotinamentos e agressões, a contestação à autoridade impositiva do monarca assume proporções arriscadas. Assim, toda a discussão em torno a medidas de contenção (*medidas exactivas*) são empostadas como meio de pacificação social, de reestabelecimento da paz perturbada, e aparecem reclamadas pelos setores interessados na obtenção desse poder sancionador. Encontram-se, no início do XIV, o soberano e o conde de Urgell em disputa pelo exercício de distribuição da justiça nos territórios contíguos entre Urgell e Barcelona, que, em paralelo com outros enfrentamentos, pugnavam pela primazia

⁷⁷⁵ SABATÉ, Flocel. Catalunya Medieval. **Història de Catalunya**, p. 365.

⁷⁷⁶ Para uma útil percepção conceitual antropológica, *cfr.*: BARTH, Fredrik. Introduction. **Ethnic group and boundaries: the social organization of culture difference**. London: George Allen & Unwin, 1970, pp. 9-38. GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª edição. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

⁷⁷⁷ ACA, *Cancelleria*, varia, reg. 273, s/n, cit. por: SABATÉ, Flocel. Orden y desorden: La violencia en la cotidianidad bajomedieval catalana. **Aragón en la Edad Media**, pp. 1396-1397.

da interferência judicial contra as incursões criminais.⁷⁷⁸ A questão se acentuava mais à medida que se debatia a supremacia da entidade legítima na cominação de penas capitais, o que permitia um delineamento prévio de competências jurisdicionais supraordinárias, tanto pela apelação à autoridade superior, como pela salvaguarda à titularidade de império e plena jurisdição do monarca.⁷⁷⁹ À raiz de toda tensão social, a adscrição de penas de morte são bem valoradas como a ameaça extrema detida pelo direito régio no uso de sua potencialidade punitiva. Ante o desprestígio crescente da sua autoridade, o rei toma reiteradas vezes o condão de responder com medidas que lhe parecem compatíveis aos âmbitos de insubmissão presente em sua demarcação territorial.⁷⁸⁰

Por outro lado, essas desagregações são ainda mais aprofundadas com um clima de instabilidade geral, o qual vem abater o signo de um centro mandamental conciliatório. O demarcador externo –pelas catástrofes naturais, e no caso, os rigores experimentados durante a segunda metade da centúria– arrasta a um novo complicador uma ordem social já arruinada. Há pois uma concorrência de vetores que gera a crise institucional: a peste, cujo surto vai de 1348⁷⁸¹ até quase 1390, leva à convulsão partes da população, seguida pelas guerras, a incluir os inúmeros ataques de inimigos, mouros e cristãos, aos expedientes das naves catalãs, carestia frumentária (*propter maximam caristiam*) devido a queda da produção agrícola,⁷⁸² esvaziamento dos mansos senhoriais com a migração camponesa rumo aos centros urbanos,⁷⁸³ até consequentemente trazer a exaustão das reservas financeiras da Coroa. Esse mosaico dos reveses que oprimiram os territórios do principado fariam ocasião para novas franquias de desordem, influenciando uma população cujo imaginário tendia a interpretar esses eventos como vaticínios do transcendente divino. Secundadas nessa perspectiva, as calamidades viriam a ser interpretadas como o castigo pela tolerância ao “erro dos povos ímpios”, e agravadas pelas pregações que instilavam alguns setores populares a se voltar contra os judeus e tomando suas riquezas em botim.⁷⁸⁴ Embora o rei

⁷⁷⁸ SABATÉ, Flocel. La pena de muerte en la Cataluña bajomedieval. *Clío & Crímen*, p. 137.

⁷⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 139.

⁷⁸⁰ **Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, IV, pp. 221-225.

⁷⁸¹ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, IV, 44-45.

⁷⁸² CÀCERES, Juanjo. **La Participació del Consell Municipal en l'Aprovisionament Cerealer de la Ciutat de Barcelona (1301-1430)**. Tesis Doctoral en Història, Universitat de Barcelona, 2006, pp. 109-118.

⁷⁸³ Em parte, o traslado de grandes contingentes *pagesos* para as cidades do realengo fora estimulada por Pere III mediante uma política de concessão de privilégios citadinos e imunidades criminais, que visava principalmente a recomposição populacional diante do déficit demográfico aberto pelas recentes mortandades. Essa política fora sucessivamente contestada pelo braço militar nas cortes de Perpinyà em 1350 e de Barcelona em 1378 (**Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, IV, pp. 220 ss). *Cfr.* ABADAL, Ramon d'. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, pp. 38-41.

⁷⁸⁴ No mesmo clima de desordem, algumas pregações levavam os amotinados a pilhar os celeiros municipais e tomar à força dos conselheiros, como ocorrera em Barcelona em 1333, após a conclamação do frade carmelita Bernat Puig, levando o povo a pegar em armas “*contra l'autoritat municipal dient que els consellers eren els*

procurasse estabelecer o controle e a tolerância das minorias através de seus delegados, continuavam-se a avançar os ataques a algumas das judiarias (*calls jueus*) situadas nas partes intramuros das grandes cidades reais, e mesmo a comunidades afastadas do espaço urbano.⁷⁸⁵ Neste sentido, pouco efeito surtiram as declaradas sanções, como as que culminariam com execuções públicas em Cervera, Montblanc e Tàrraga.⁷⁸⁶ Em algumas regiões, como na faixa meridional, próxima ao litoral, onde se vivera o permanente medo com a pirataria islâmica, registravam frequentes ataques aos muçulmanos catalães, sobretudo contra os “mouros negros”, levando a episódios violentos como o relatado sobre Tortosa no ano de 1383.⁷⁸⁷ Ainda, os ataques às judiarias de Barcelona, Cervera e Tàrraga, como resposta pelo agravamento da peste no final daquela centúria.⁷⁸⁸ Ao fim essas seguidas instabilidades são conjuradas por uma *hipersensibilidade* social,⁷⁸⁹ e assim o destacamento de cenas de tumulto entre comerciantes e oficiais da *Diputació* se tornam comuns, de igual modo à elevação dos números de homicídios, violações sexuais, agressões a mulheres, principalmente as de tipo doméstica, e recortes de infanticídios seletivos.⁷⁹⁰ Essas colocações cruzadas –múltiplas jurisdições e desagregação institucional– se permutam dentro dum quadro às vezes próximo da anomia (e seria estimulante sugerir: um “estado de exceção” medieval?) que impunha aos enunciados da tradição ranhuras difíceis de se reparar. Nos momentos mais tensos, até os referentes locais perdem sua razão de ser, criando uma justaposição de elementos de pressão que engolfa a massa da população num arremedo de crises sucessivas, da falência econômica generalizada à mingua demográfica, trazendo como resultado umas precipitações coletivas que fraturam as bases de autoridade política disponíveis ao arranjo institucional.

* * *

culpables de la fam que es patia, perquè tenien el blat amagat i no el volien subministrar a la gent”. MUTGÉ, Josefina. L’abastament de blat a la ciutat de Barcelona en temps d’Alfons el Benigne (1327-1336). **Anuario de Estudios Medievales**, pp. 654.

⁷⁸⁵ ROMANO, David. Els jueus en temps de Pere el Cerimoniós (1336-1387). **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d’Investigacions Científiques, 1989, pp. 116-119.

⁷⁸⁶ ABADAL, Ramon d’. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, p. 37.

⁷⁸⁷ SABATÉ, Flocel. Orden y desorden: La violencia en la cotidianidad bajomedieval catalana. **Aragón en la Edad Media**, p. 1397.

⁷⁸⁸ *Idem, ibidem*, pp. 1397 ss.

⁷⁸⁹ A expressão é empregada desde o artigo antológico de Carmen Batlle, sobre a revolta popular que estourara na capital barcelonesa durante as comemorações religiosas do dia de Corpus Christi, no ano de 1370. *Cfr.* BATLLE, Carme. Un exemple de la hipersensibilitat popular (Barcelona, Corpus, 1370). **VIII Congreso de Historia de la Corona de Aragón**, Valencia, 1967, vol. II, València, 1970, pp. 91-101.

⁷⁹⁰ SABATÉ, Flocel. Orden y desorden: La violencia en la cotidianidad bajomedieval catalana. **Aragón en la Edad Media**, pp. 1396-1399.

O resultado alcançado pelos saldos finais do Trezentos se faz notar mediante o plano de debilitamento das vias a um poder centralizado, uma vez que ele é tomado pelas instâncias municipais como medida de uniformização da jurisdição, e bem assim, como integração simbólica ao corpo subscrito pelo monarca. E apesar das invocações teóricas que visavam dar-lhe consistência, a prática revelada pelas negociações nas Cortes Gerais, de onde aparecem as *constituciones de Catalunya* como norma jurídica suprema do principado, denotam a realidade de uma monarquia sitiada pelo alvedrio de seus estamentos. Estes se aparelham de uma plena e efetiva capacidade para corrigir o discurso de exaltação régia. E encontram, por sua vez, um aval lógico nas formulações jurídicas e teológicas que interpretam a *potestas* do soberano como mera *dominatio*,⁷⁹¹ senão mesmo como um obrigado dever de agir por equidade e justiça, fruto de uma específica e pactuada cessão estamental tal como figurada nos modelos políticos divulgados por juristas do patriciado urbano atuantes no interior Coroa de Aragão.⁷⁹² Em um tal sentido, entende-o seguramente Eiximenis: “*Jamés les comunitats no donaren la potestat absolutament a negun sobre sí mateixes sinó ab certs pactes e lleis*”, situação que reconduz o monarca ao seu preciso papel de prossecutor da ordem, dizendo adiante que “*lo príncep no sia senyor de la llei, mas servidor, executor e ministre*”.⁷⁹³ Essas postulações não deixam dúvida sobre a compreensão esperada do encargo régio, nem tampouco sobre o tipo de valoração que é conferida aos argumentos romanistas após o último quarto do século XIV.

Aqui seria possível arriscar uma remissão indireta à máxima extraída do texto justineano, quando este declara que o “*príncipe deve portar todas as leis no escrínio de seu peito*” (*Digesto* 1.5.15: “*princeps debet habere omnia iura in scrinio pectoris suo*”) e, simultaneamente, põe em evidência uma discussão sobre a fonte e a autoridade de toda emissão legislativa, tal como o fora empregado na absorção feita pelas constituições sicilianas do século XIII, a *Liber Augustalis* (I,

⁷⁹¹ SABATÉ, Flocel. La pena de muerte en la Cataluña bajomedieval. *Clío & Crímen*, pp. 136-137.

⁷⁹² Além do nome mais destacado de Francesc Eiximenis, –frade franciscano oriundo de Girona, egresso do ambiente universitário de Toulouse e radicado em Valência–, nota-se uma intensa atividade política, empreendida pelos pregadores das ordens mendicantes medievais, desenvolvidas a partir dos espaços citadinos italianos. O contado de Eiximenis com essas sociedades exerce fundamental influência em sua formação intelectual, dando base a muitas de suas concepções políticas. É desde os grandes centros mercantis que se estimula uma ideologia atrelada ao desenvolvimento do espaço público e a uma concepção muito particular de *civiltà* que acabaria contaminando a discussão jurídico-filosófica dos teóricos em trânsito pelos territórios da Coroa de Aragão. CERVERA, Luis. **Francisco de Eiximenis y su sociedad urbana ideal**. Madrid: Swan Editorial, 1989. EVANGELISTI, Paolo. Credere nel marcato, credere nella *res publica*. La comunità catalano-aragonesa nelle proposte e nell’azione politica di un esponente del francescanesimo mediterraneo: Francesc Eiximenis. *Anuario de Estudios Medievales*, nº 33/1, Madrid, 2003, pp. 69-117. LAMBERTINI, Roberto. Governo ideale e riflessione politica del frati mendicante nella prima metà del Trecento. **Etica e politica: le teorie dei frati mendicante nel due e trecento**. “Atti del XXVI Convegno Internazionale, Assisi 15-17 ottobre 1998”, Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, Spoleto, 1999, pp. 231-277.

⁷⁹³ Francesc Eiximenis. Dotzé del Crestià. **Lo Crestià**, DCXLIV.

37, n. 12) de Friedrich Hohenstauffen.⁷⁹⁴ O mesmo recorrido aparece em Cynus de' Pistoia, que ao acompanhar a noção romanista de um rígido “naturalismo” da ordem jurídica, entendera que embora o *direito* estivesse albergado no peito do soberano, este não tinha poderes de criar nada sobre a natureza, e sua atuação se limitava a interpretar o que esta natureza já sancionara à reverberação da lei, conquanto o “*princeps non potest habere facta pectoris sui*”.⁷⁹⁵ Em segundo lugar, e o que é mais importante, o comentador também acrescenta que, embora o monarca detenha a *intelligas* sobre a lei, cabe-lhe emitir o direito (*loquatur iuris*) segundo o estrito conselho de sua cúria e o parecer de seus juristas.⁷⁹⁶ Neste primeiro plano, é claro, não se trata de identificar essa *cúria* aos reunidos das cortes estamentais, e, sim, ao seletto conjunto de técnicos em direito, sábios e altos dignatários da privança régia. Todavia, esta mesma passagem abriria espaço para as mais contundentes interpretações de parte dos renomados tratadistas medievais, que de Johannes de Saresberia (Salisbury) a Aegidius Romanus, seriam desenvolvidas para definir a intersecção entre o soberano e a origem da lei. Assim, o argumento que persiste e que seria ampliado depois, passa pelo estabelecimento de uma posição para o soberano entre a *autoridade da lei* e o seu *fundamento*. Segue, pois, a engrenagem demonstrada no *Policraticus*: “*Quid lex, et quod princeps, licet sit legis nexibus absolutus, legist amen servus est et aequitatis, geritque personam publicam*”.⁷⁹⁷ É com esta mesma proficiência que, ao concluir uma dualidade entre a *persona privata* e a *privata voluntas* do soberano, Kantorowicz extrai de Salisbury que o “*Príncipe é –à boa moda medieval e, no entanto, em um novo sentido jurídico– precisamente a idéia de Justiça que, em si mesma, está sujeita à Lei e, no entanto, acima da Lei porque é o fim de toda Lei*”.⁷⁹⁸ Esta simultaneidade de papéis garante a posição jurídica do soberano como mero “ministerial” do sacerdócio da lei, e o assevera Eiximenis, ao posto definitivo do *servidor da lei*.

Na Coroa de Aragão essa discussão passava pela cifra encomiasta da potestade régia, ao se agregar um sentido definido mediante o enunciado “*princeps a legibus solutus*”, que concede ao monarca preeminência suficiente para constranger a lei ou invalidá-la.⁷⁹⁹ Com o recuo sofrido pelo encontro de seus opositores, o discurso da supremacia monárquica adquire esta reinterpretação:

⁷⁹⁴ KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 104-105.

⁷⁹⁵ THOMAS, Yan. **Los artificios de las instituciones**. Estudios de derecho romano. Trad. Silvia de Billerbeck et alii. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1999, pp. 40-41.

⁷⁹⁶ “[...] *sed intellegi debet in scrinio pectoris, id est, in curia sua, quae debet egregis abundare Doctoribus per quorum ora loquatur iuris religiosissimus princeps*”. Cynus, C. 6.23.19 *apud* KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval, pp. 105 e 373, nota 194.

⁷⁹⁷ Johannes Saresberia. **Policraticus**, IV

⁷⁹⁸ KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval, p. 77.

⁷⁹⁹ PACHECO, Francisco Luis. “Non obstante”. “Ex certa scientia”. “Ex plenitudine potestatis”. Los reyes de la Corona de Aragón y el principio “princeps a legibus solutus est”. **El Dret Comú i Catalunya**. Actes del VII Simposi Internacional (Barcelona, 23-24 de maig de 1997). Barcelona: Fundació Noguera, 1998, pp. 91-127.

trata-se de uma empostação da titularidade régia secundada pelas providências constitucionais que se forjaram ao lado de seus demais estamentos. O dever de convocar a cúpula dirigente do país assumia uma plena feição validante sobre o direito que era emitido *através* do soberano, e mediante a perfeita comunhão de seus braços, não a partir de uma potência autárquica sediada unicamente no vicariato divino do rei.⁸⁰⁰ Doravante, o discurso compartilhado pela cúria política do soberano é projetado contra si próprio, ao instituir mecanismos capazes de filtrar seus desejos pessoais ao piso de arrastadas negociações.⁸⁰¹ E mais uma vez, Francesc Eiximenis fornece o melhor testemunho desse argumento em seu famoso “*Regiment*” (1379-1383), um argumento compartilhado por seu específico coletivo intitucional:

Llegim que com lo rei de Aragó en Pere [II *el Gran*] digués a un servidor seu que “lla va la llei on vol lo rei”, respòs un savi hom al rei, que era present, e dix: “Hoc, mas no deu ésser rei qui no té la llei e no serve aquella”. E aquesta manera tingueren los príncips passats. Car així estret les servaren personalment, que si mateix o altres per cars que fossen, donaven a tant grans penes si per ventura fessen lo contrari que era maravella a tot hom que ho veïa.⁸⁰²

Diante desse embate de posições sobre a preeminência jurídica do soberano, o reinado de Pere III experimenta uma graduação peculiar ao consumir-se de um modo muito diferente daquele pelo qual havia começado. Os primeiros vinte anos do Cerimonioso seriam nitidamente marcados pela ofensiva monárquica mediante uma política de viés afirmativo, sendo propriamente aquilo que Abadal chamara a “*època eufòrica del rei*”, quando se consolidam algumas vitórias expressivas sobre os recuos institucionais, aqueles mesmos reclamados pelos poderes estamentais desde os pactos impingidos a seu bisavô, Pere *el Gran*. O inicial favorecimento de suas pretensões lhe permitiria prescindir da estratégia tradicional de disputa política, limitando-se a umas seis convocatórias de cortes –além dos oito *parlaments* reunidos com o braço real catalão– e nada mais que três cortes gerais durante todo o período-limite dessa primeira fase, a qual bem se encerra com a culminação da guerra castelhano-aragonesa. Embora os pontais da política estrangeira catalã se acentuem com maior vigor nas assembleias de 1350 e 1356,⁸⁰³ e apenas à medida que a dinâmica

⁸⁰⁰ BISSON, Thomas N. Celebration and Persuasion: Refletions on the Cultural Evolution of Medieval Consultation. **Legislative Studies Quartely**, nº 7/2, Comparative Legislative Research Center, 1982, pp. 181-204.

⁸⁰¹ LALINDE, Jesús. Las cortes y parlamentos en los reinos y tierras del rey de Aragón. **Aragón: historia y cortes de un reino**. (Palacio de la Aljafería, 23 abril-23 junio 1991). Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza, 1991.

⁸⁰² Francesc Eiximenis. **Regiment de la Cosa Pública**, VIII.

⁸⁰³ Neste interregno, o rei convocara dois parlamentos para seus síndicos urbanos, um em 1353-1354 reunidos em Vilafranca del Penedès-Barcelona, e outro em 1355, sediado nas cidades de Lleida-Barcelona. Em seguimento de outros convênios, estes estabeleciam medidas para conter a rebelião sarda e os novos detalhes para o acordo firmado com Veneza, na ofensiva que se pretendia voltar à república de Gênova. CABEZUELO, José Vicente. Diplomacia y guerra en el mediterráneo medieval. La liga véneto-aragonesa contra Génova de 1351. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 36/1, Madrid, 2006, pp. 253-294.

externa –mediterrânica e peninsular– viesse a tomar conta da orientação política de Pere III, a restrita demanda consultiva do rei neste intervalo não o impede de consolidar alianças e sair a umas guerras que em si mesmas não teriam resultados desprezíveis, pois assim se concretizavam as campanhas do Estreito e de Mallorca, ou os enfrentamentos contra Gênova⁸⁰⁴ e as medidas de contenção às revoltas do insubmisso reino da Sardenha.⁸⁰⁵

Apenas para indicar algumas conclusões provisórias, é útil notar uma particular persistência sobre o repertório discursivo que se mantém manejado, o mesmo que é tantas vezes trazido a pleito para a composição jurídica dos acordos curiais e que indica um repositório comum na materialização dessas pretensões. Apesar de não sofrer modificações *pro forma* ele desvela um conteúdo de afirmação que vai se desgarrando de interesses políticos eminentemente régios para sustentar o alinhamento de um discurso tributário de valores diversos, uns mesmos valores que se farão reconhecer pela elaboração amadurecida de Francesc Eiximenis quando este pautar toda a inserção da figura monárquica sob o solidéu da *cosa pública*. Até o final da dinastia, esta posição ganharia prevalência sobre qualquer futura declaração jactanciosa dos reis da Casa de Barcelona. Afinal, basta recordar os numerosos embargos impingidos ao Cerimonioso e a seus dois filhos, que lhe sucederia até 1410. Diante das oposições enfrentadas pelo rei Joan I em 1395, assim se expressam os conselheiros municipais barceloneses ao coincidir o interesse público do principado –neste caso, pela materialização do *somatent*– ao discurso primaz do soberano catalano-aragonês, sede e corpo de todo marco jurídico.⁸⁰⁶ O mesmo é repetido em nome das cortes que o monarca chama a si, insistindo numa justificativa que ecoa os primitivos deveres vassálicos de *consilium*, que no entanto se quedam cada vez sem efeito nas prerrogativas aditadas por seus estamentos, que exigem copiosamente mais do rei em termos de outorga e distribuição do poder supremo de decidir sobre os destinos da Coroa. Assim é que a crença na matriz romanista é também recapitulada segundo essas novas bases institucionais, e realinha o fundamento do “*princeps a legibus solutus*” à diluição dos pactuados curiais. Não se trata de verificar os sentidos no conjunto de proposições meramente abstratas, mas a reposição de sentidos que condições particulares da paisagem institucional imporiam ao atingir um século pleno de tribulações políticas.

⁸⁰⁴ Sobre as tréguas de 1336 negociadas sob mediação papal pelo seu antecessor, *cfr.* documentação depositada no *Arxiu de la Corona d'Aragó* (ACA), C, reg. 556, ff. 14^v-18^r.

⁸⁰⁵ *Cfr. Crònica de Pere el Cerimoniós*, I-III.

⁸⁰⁶ “*Un dels pus honorables e carregoses actes que la ciutat ha sia lo fet de la host vehinal per sometent e lo antiquat ús d'aquella, lo qual no solament ha assegurat als habitants en la dita ciutat e a llurs béns, ans encara a la sustentació del profitós bé de tota la cosa pública de la dita ciutat, la qual per gràcia de Déu és e Deu volent serà senyorejada per lo senyor rey e príncep nostre que és cap, fonament e sustentació de la dita cosa pública*”. *Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona* (AHCB), C-XV-3, fl. 69r, *apud* SABATÉ, Flocel. *El somatén en la Catalunya Medieval*. Clío & Crímen, p. 238, grifo meu.

6. O CONTEXTO RÉGIO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIV

6.1. Do levante unionista às Cortes de Perpinyà de 1356

O início do reinado de Pere III é avultado por sinais de centralismo em torno da titularidade régia. Ao envergar demonstrações de sua força, o soberano lançaria mão de muitos meios, que iam das apologias rituais que lhe valeram o epíteto d'*el Cerimoniós*, até uma política estrita que afrontosamente ignorava os preceitos seguidos por seu pai e por seu avô, Jaume II *el Just*. As seguidas recusas do jovem rei em proceder com um comportamento desejado, deixara hesitações em grande parte de seus súditos quanto a atitude que poderiam esperar de seu reinado. A quebra do protocolo condal, preterindo a coroação pelos aragoneses a despeito de jurar os *Usatges* e as constituições catalãs, fazendo-o apenas depois, e em Lleida e não em Barcelona como seria conveniente à tradição, assinalam o temperamento renitente do rei. Também, estão ligadas as singulares circunstâncias de sua subida ao trono. Nos últimos anos de reinado de Alfons III, quando a disputa entre o futuro rei e sua madrasta castelhana se acirrara mais, foi principalmente o apoio dos ricos-homens de Aragão e a tutela de Pero de Luna, arcebispo de Saragossa, que lhe deram suporte contra as ameaças revanchistas da rainha e de seus meio-irmãos.⁸⁰⁷

Mesmo quando a preferência pelos aragoneses cedera lugar às vantagens financeiras de um alinhamento ao patriciado urbano da Catalunha, esta seguiu o quanto pode de uma firme determinação régia pela supremacia do seu encargo.⁸⁰⁸ A convicção desta potestade estimularia as primeiras projeções de seu reinado, pretendendo seguir as pisadas da expansão mediterrânica e o engrandecimento do Casal de Aragão. Para assegurar essas balizas, calhava a presença de um discurso afinado com os ideias de realza dos monarcas catalães. Assim, a proximidade com os ideários políticos em circulação pelos potentados italianos desde o final do século XIII, fez exercer notável influência sobre a ideologia política então praticada na corte condal.⁸⁰⁹ Além de uma

⁸⁰⁷ *Crònica de Pere el Cerimoniós*, I, §§ 43-50.

⁸⁰⁸ AURELL, Martí. Messianisme royal de la Couronne d'Aragon. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 52^e année, n° 1, EHESS, 1997, pp. 119-155.

⁸⁰⁹ EVANGELISTI, Paolo. Credere nel mercato, credere nella *res publica*. La comunità catalano-aragonesa nelle proposte e nell'azione política di un esponente del francescanesimo mediterraneo: Francesc Eiximenis. *Anuario de Estudios Medievales*, n° 33/1, Madrid, 2003, pp. 69-117. CAWSEY, Susan F. **Reialesa i proaganda.**

inclinação pelo providencialismo histórico na acepção de Pere *el Cerimoniós*, já bastante pendente no *Llibre dels Fets* de Jaume I e perfilada pelas próximas crônicas régias,⁸¹⁰ parece pesar um acréscimo na simbologia política dos soberanos catalães que se faz esboçar pelo recuo messianista assumido desde Jaume II.⁸¹¹ Esse alavancar de repertórios políticos tempera os paramentos ideológicos da linhagem e da continuidade dinástica presentes na linguagem institucional adotada pelos monarcas ante a congregação de seus súditos. A disposição de assumir a sua condição régia à simultânea dignidade sacerdotal engendra a pretensão num ideário reiteradamente assumido por um soberano como Pere III, que tendo se feito coroar por suas próprias mãos,⁸¹² prescreve esse novo costume para suas *Ordinacions*⁸¹³ dos cerimoniais e protocolos da privança real.

Todavia, a aplicação de um projeto desta magnitude dependeria de fontes financeiras regulares, sempre e mais aproximadas dos organismos gestores do tesouro monárquico. Bem assim, e no caudal de uma mentalidade política autoritária, o rei concretizaria novas e pesadas requisições fiscais a seus dependentes dentro de cada um dos territórios da Coroa. Pudera assim levar a efeito algumas campanhas militares no interior da península, e no que concernia ao seu projeto de reintegração do patrimônio dinástico, empreendera a deposição de seu cunhado do então independente reino de Mallorca.⁸¹⁴ Maximize-se, embora, que os pretextos jurídicos que motivariam esta ofensiva são, para mais de sutilezas técnicas, a cominação de uns embargos de natureza feudo-vassálica.⁸¹⁵ Mas a incursão para a conquista da ilha, e depois, dos condados ultra-

L'eloqüència reial i la Corona d'Aragó, c. 1200-1450. Trad. Marta Cedro. València: Publicacions Universitat de València, 2008, pp. 23-33 e 97-107.

⁸¹⁰ PUIGARNAU, Alfons. Iconologia política en la Catalunya medieval. *Anuario de Estudios Medievales*, nº 32/1, Madrid, 2002, pp. 75-89.

⁸¹¹ AURELL, Martí. Messianisme royal de la Couronne d'Aragon. *Annales*, pp. 119-155.

⁸¹² *Crònica de Pere el Cerimoniós*, II, §§ 11-12.

⁸¹³ LAINÉ, Françoise. Des *Leges Palatine* aux *Ordinacions* de Pierre IV. Un modèle dérobé. FOURNÈS, G. (org.). *Constitution, circulation et dépassement de modèles politiques et culturels en péninsule Ibérique*. Collection de la Maison des Pays Ibériques. Bourdeaux: Presses Universitaires de Bourdeaux, 2009, pp. 17-55.

⁸¹⁴ Para o custeio da campanha de invasão e tomada do reino maiorquino, o braço real do principado havia concedido a generosa proferta de 50.000 libras barcelonesas, arcando com o armamento de trinta galeras e o soldo dos combatentes. Prenúncios de uma *Diputació*, fora definida uma comissão de “*prohoms*” para administração dos arrecadados, os quais se originariam de novos regimes fiscais de *imposicions*, ordenadas no Parlamento de Barcelona em 1342. *Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)*, doc. VIII, pp. 71 ss.

⁸¹⁵ Diante do embróglgio criado entre o rei Jaume de Mallorca e o monarca francês, que pretendia estender seu domínio aos senhorios alodiais daquele em Montpellier, o rei Pere III soubera criar um formidável trunfo jurídico, convocando Cortes em Barcelona num momento que seria impossível ao rei maiorquino comparecer. Com isto, se escusava simultaneamente de prestar a ajuda solicitada contra o rei da França e obtinha argumentos para acusar o cunhado, pelo descumprimento deste ao chamado vassálico do *consilium*. Ao relatar o evento, o Cerimonioso expõe, pleno de gáudio, sua própria manobra: “*Mas nós, segons nostres vejares, hi havem pensada e trobada una bona manera, e veus quina. Nós, així como sabets, havem anar a Barcelona per convocar Corts als catalans. Per què anem-nos-en lla e convoquem les dites Corts, e, aquelles convocades, apellem-hi lo dit rei, que al vint-e-cinquè dia de març sia a Barcelona a les dites Corts, car tengut nos hi és de venir, així com qualsevulla baró de la terra. [...] O ell hi serà o no. [...] e, si no hi ve, haurà'ns trencada la convinença, car, així com nós li som tenguts valer, ell nos és tengut tres coses. La primera, d'ésser nostre home feudater [...]. La segona, que ens és tengut valer, així com nós a ell. La terça, que ens és tengut venir personalmente a Corts, com les convoquem en Catalunya. E, en lo dit cas, no li*

pirenaicos que faziam parte do espólio de Jaume de Mallorca, tiveram um custo mais que excessivo para os súditos reguengos.⁸¹⁶ A mobilidade de uma máquina bélica impulsinada para diversas direções, e que se voltava mais uma vez (a partir de 1346) contra Gênova, a principal potência marítima rival dos catalães, não tinha meios efetivos que permitisse a sua continuidade, ao menos não dentro do modelo de arrecadação direta planejado pelo soberano.

É neste ambiente de agravamentos econômicos, e afinal, lembre-se, reflexos bem próximos do *mal any primer*, que o encadeamento autoritário de En Pere III há de encontrar seu primeiro reparo. Decorridos os primeiros dez anos de seu reinado, a questão sucessória chegava a afligir o monarca, que até aquele momento tivera duas filhas de Maria de Navarra, as infantas Constança e Joana, mas nenhum varão que apropriadamente pudesse ser nomeado herdeiro. Esta lacuna punha em fila de pretendentes o seu irmão Jaume, conde d'Urgell, e também a preferência pelos indesejados infantes Ferran e Joan, que por segurança se encontravam exilados em Castela. Temendo um apoio pendente a qualquer um desses dois, o monarca adiantaria uma junta de técnicos em direito, civilistas e canonistas, para elaborar justificativas que legitimasse em disposições testamentárias a nomeação de Na Constança ao trono de Aragão.⁸¹⁷ Evidentemente, ao acender os reclamos legitimistas do conde d'Urgell, esta atitude também abria espaço às inúmeras contestações jurisdicionais dos setores políticos mais desfavorecidos pelas pretensões centralizadoras do rei.⁸¹⁸

Mais que depressa, através deste pretexto, o conde procura o apoio da insatisfeita nobreza aragonesa, que vira neste momento a ocasião apropriada para ressuscitar a antiga liga unionista, a mesma criada desde 1285 contra o arbítrio de Pere *el Gran* e num contexto semelhante ao das reivindicações forais dos grandes senhorios aristocráticos. Como na rebelião de 1271 que apoiara o infante Ferran Sanxis contra o rei Jaume I e o então infante Pere, aparecia novamente as escusas do suporte a um candidato contrário, egresso da própria família real, assim disposto a favorecer distintivamente as exigências senhoriais. Pois mantendo o mesmo espírito de rechaço aos preceitos romanistas, dentro dos quais se portavam os abusos atualmente desferidos pelo monarca, a União fixava seu caráter solidário à preservação de seus usos e pela inscrição destes em suas tradicionais

serem tenguts de valer ni mesclar-nos en guerra per ell ab lo rei de França.” (*Crònica de Pere el Cerimoniós*, III, § 13). Como fora esperado, a ausência de En Jaume, que estava retido na frente de defesa de seus territórios continentais, dera ocasião ao seu julgamento por omissão de seus deveres feudais e o conseqüente pretexto à tomada do patrimônio e da soberania dos monarcas maiorquinos.

⁸¹⁶ SÁNCHEZ, Manuel. Tributos negociados: Las *questie*/subsídios de las villas catalanas en la primera mitad del siglo XIV. *Anuario de Estudios Medievales*, nº 38/1, Madrid, 2008, pp. 85-89.

⁸¹⁷ *Crònica de Pere el Cerimoniós*, IV, § 4.

⁸¹⁸ SARASA, Esteban. El enfrentamiento de Pedro el Cerimonioso con la aristocracia aragonesa: la guerra contra la Unión y sus consecuencias. *Pere el Cerimoniós i la seva època*. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 35-45.

prerrogativas alodiais: “*que nos ajudemos todos ensemble e cada uno por sí e a demandar, a mantener fueros, usos e custumbres e privileios e cartas de donaciones e de camios e franqueças de Aragón*”.⁸¹⁹ A mesma retaliação reaparece no entrevero aberto à época do Cerimonioso. Ou seja, questionava-se mais uma vez a natureza das concessões feitas a indivíduos de suspeita extração social, sendo estes provenientes de famílias da pequena nobreza, consorciadas das enriquecidas oligarquias burguesas. Do mesmo modo, protestava-se diante da intrusão jurisdicional de delegados do soberano e a imposição de novas taxações régias que se iam estabelecendo pouco a pouco como regalias.

Aparentemente menos radicais que seus predecessores, os unionistas aragoneses tramam a olhos vistos, propondo a Pere III que convocasse cortes em Saragossa e uma nova homologação dos privilégios da União, mascarando seus objetivos ao rei e “*pretendent que aquella havien feta a gran honor nostra e de la nostra corona e a conservació de les regalties e drets nostres*”.⁸²⁰ Em Aragão, pactuam com o infante Jaume d’Urgell, e, contrariando os consignados nos capítulos de Barbastre (1137) que elevara a dinastia barcelonesa ao trono régio, afastavam a sucessão feminina e quaisquer direitos que viesse a ter na infanta Constança legitimidades hereditárias.⁸²¹ Agora a exigência para a convocação de cortes podia descansar na acusação feita pelos aragoneses quanto ao dever de consultar seus estamentos para as decisões sobre o estabelecimento sucessorial, tão mais agravada pela falta de convocatória destes, já passados mais de dez anos desde o início do reinado. Em 1346, com exceção de Terol, Daroca, Calataiud e Huesca, as principais vilas do reino viriam a aderir ao juramento da União. Em Valência, a reação espocara desde os núcleos citadinos, combinando a resistência pela falta de recursos imediatos, com seus celeiros desabastecidos e suas colheitas miseráveis, contra o dirigismo opressivo da alta burguesia. E embora com um caráter assumidamente distinto da planejada pelos aragoneses, criara-se uma homóloga *Unió* valeciana em torno dos patriciados do reino e das inflamadas oposições anti-senhoriais dos setores campestres mais afetados pela política daqueles.⁸²² Ao mesmo tempo que

⁸¹⁹ Cit. in: MARTÍN, José Luis. **Historia de la Corona de Aragón**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2002, p. 178.

⁸²⁰ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, IV, § 10.

⁸²¹ Esta mesma situação seria favorecida pelos aragoneses, e já diante de outras circunstâncias políticas em que, por idênticos direitos pelejava um outro Jaume d’Urgell, contra o candidato eleito, Fernán de Trastámara, filho de Eleonor de Aragão e Juan de Castela. Cfr. MARTÍN, José Luis, *op. cit.*, p. 181.

⁸²² “*En 1347-48, un avalot contra l'autoritarisme de Pere el Cerimoniós, acabdillat per la ciutat de València i recolzat per una bona part de les viles i llogarets del regne, és el resultat d'un malestar creixent entre les classes populars i la burgesia, aclaparades durant les dècades anteriors per dificultats econòmiques, conseqüència de les males collites successives, que es van veure agreujades per la forta pressió fiscal de la Corona, necessitada de diners amb què fer front a les seues empreses bèl·liques exteriors. Aquest avalot desembocarà en una guerra civil –la guerra de la Unió, en la qual s'enfrontaran, bàsicament, les forces aristocràtiques, principal aliats del monarca, i el braça popular–, durant la qual es produiran brots de radicalisme revolucionari a la ciutat i d'oposició antisenyorial en*

estes se valiam da influência permanente dos infantes Ferran e Joan dentro dos domínios valencianos, opunham-se contra os governadores régios e se agrupavam a maior parte das vilas e dos lugarejos em nome da causa levantista.

Em resposta a esse quadro, o monarca destituiria o conde d’Urgell da lugar-tenência geral da Coroa, fazendo-o com o pretexto de que este fora aliado do renegado Jaume de Mallorca. Assim, ele fugiria de Aragão e se alojaria no reino valenciano, onde concentrava uma nova ofensiva. Enquanto isso, o Cerimonioso tentara reunir cortes aos aragoneses em Montsó, as quais já não poderiam se consumir em razão de um novo empecilho militar. A esta altura, o expatriado Jaume de Mallorca fora de fato convidado a tomar parte no ataque impulsado pelos insubmissos. A ideia era avançar simultaneamente pelas frentes aliadas do rei, isolando-o militarmente e mingando seus esforços ao interior da Catalunha. Apontando desde os pireneus, Jaume de Mallorca –chamado agora Jaume de Montpeller– ameaça invadir o principado a partir de Rosselló e obriga o soberano e seu conselho régio a escolher em qual das linhas de combate se devia prestar auxílio imediato. Decidindo-se pela integridade do território catalão, o rei avança contra as milícias do infante maiorquino para que então, como refletira depois em sua crônica, pudesse digirir “*tot nostre fet e poríem cobrar Aragó e apagar llur dissensió*”. Neste instante, o rei convocara também as hostes aragonesas para irem ter com ele na fronteira leste; e vez que havia recebido a negativa destes, invocara desde Vilafranca de Penedès o *usatge Princeps namque* e reunindo por *so metent* as milícias populares com “*tothom que portar pogués armes nos seguís a contrastar a gents estranyes*”.⁸²³ Ao fim e ao cabo, a escolha se revelaria acertada, pois, tendo desbaratado os contingentes invasores estacionadas a partir de Conflent, o soberano concentraria uma ofensiva em direção ao reino aragonês. Também, a fidelidade dos catalães neste momento fora ponto decisivo na pacificação dos demais territórios e, justamente, causa de uma longa animosidade destes contra o protagonismo do principado sobre os assuntos régios e o controle da atividade mercantil nos postos avançados do Mediterrâneo.

Em 1347, nas Cortes de Saragossa em que tomavam parte seus irmãos, Jaume d’Urgell e o infante Ferran, o monarca se vê oprimido pela deflagração entre os partidos pró-União e pró-realeza, cedendo a uma confirmação dos privilégios e sinalizando a desistência pela sucessão da infanta Constança, ainda que, como se revelaria um pouco depois, também estas concessões haveriam de se mostrar sem vigência.⁸²⁴ Com efeito, o visconde Bernat de Cabrera, já investido

algunes zones rurals del regne.” RUBIO, Agustín. **Epistolari de la València medieval**. Vol. I. "Biblioteca Sanchis Guarner." Barcelona/València: Publicacions Abadia de Montserrat, 2003, p. 27.

⁸²³ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, IV, § 12.

⁸²⁴ *Ibidem*, IV, §§ 22-30.

como maiordomo do rei, firmaria aliança com o poderoso Lope de Luna, redirecionando assim uma nova linha de apoiantes em favor de En Pere.⁸²⁵ Atrás do futuro conde de Luna se uniriam outros grandes do reino, como Blasco d'Alagón, Tomás Cornell e Joan Ximénez d'Urrea, senhor d'Alcalatén.⁸²⁶ Mas apesar da divisão interna dos nobres de Aragão, a rebelião ganhara corpo em Valência. Mesmo com o recente benefício cedido pelo rei à vila de Xàtiva, elevando sua universidade a cidade e instituindo nela novos foros em troca de fidelidade,⁸²⁷ ela seria a primeira a ser tomada pela liga unionista. Notadamente, a influência do infante Ferran, que agora era nomeado herdeiro em lugar do recém-falecido conde d'Urgell e contava com o apoio do próprio rei castelhano, estimulava a ação rebelde dos setores valencianos. Receoso pelas proporções da sublevação, o rei se precipita até a cidade de Valência. Seguindo desguarnecido e sem os mercenários catalães que haviam partido com ele de Barcelona, abandonando-o em Morvedre pela falta de soldo, o Cerimonioso trazia apenas sua comitiva pessoal –“*e alguns juristes*”–. Uma vez dentro do palácio real, os partidários do infante Ferran e de sua mãe, Leonor de Castela, instigaram o levante popular a assediar o castelo, obrigando o rei sair à *rambla* frontal para que apaziguasse por sua própria voz os clamores da turbamulta.⁸²⁸ Entrementes, agora ele estava retido pelos aliados de seu meio-irmão, que tinha a seu lado milícias castelhanas e alguns dos ricos-homens de Aragão. Durante seu cativo, o rei se vira obrigado a assentir com as demandas pró-unionistas, e a exigências que pretendiam instituir um representante estamental à maneira do *Justicia* aragonês, gozando de idênticos poderes e atribuições, ao mesmo tempo que se intentava fazer de En Ferran o novo governador geral no reino de Valência.⁸²⁹ Por dois meses o rei quedaria prisioneiro dos setores populares articulados aos unionistas, até que, finalmente, e não sem alguma negociação com aqueles, justificada na urgência de fugir ao novo broto de peste, ele pudera escapar com a rainha e nada mais que dez serventes e cavaleiros seus.

Uma vez livre para ir ter com seus aliados, o Cerimonioso envia emissários a partir de

⁸²⁵ Cfr. BISSON, Thomas N. **The Medieval Crown of Aragon: A Short History**. New York: Oxford University Press, Clarendon Paperbacks, 1986, pp. 107-109. SARASA, Esteban. El enfrentamiento de Pedro el Cerimonioso con la aristocracia aragonesa: la guerra contra la Unión y sus consecuencias. **Pere el Cerimoniós i la seva època**, pp. 35 ss.

⁸²⁶ GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media**. Siglos XI-XIV. Trad. María José García Vera. Madrid: Alianza Editorial, 1997, pp. 219-221.

⁸²⁷ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, IV, § 12.

⁸²⁸ Em missiva de 7 de abril de 1348, o rei envia a seu tio um relato dos últimos eventos: “*Axí que en gran multitud de gens, ab armes e ab espases tretes, no guardan de nós ni de la alta dona Elionor reyna de Aragó, muller nostra molt cara, reverència alguna, entraren dins lo nostre [palácio] Real, e aquí trencaren moltes portes de aquell, e, punyén ab espaes màrfegues de lits d'alcunes cambres, cercaven En Francesch Mir, lochtinent del nostre alguazir, axí que si l'i haguessen trobat, que.l agren mort. E tots quants eren ab nós en lo dit Real e encara en la ciutat, foren en gran perill de mort*” (**Epistolari de Pere III**. Vol. I. GUBERN, Ramon (ed.). “Els Nostres Classics” vol. LXXVIII. Barcelona: Editorial Barcino, 1955, doc. IX, pp. 95-97).

⁸²⁹ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, IV, § 43.

Teruel, que fica a algumas léguas de cavalcada da fronteira aragonesa, para se encontrar em seguida com Lope de Luna, ocupado em sitiar a vila unionista de Tarassona. Daí se passa a concentrar a sede das tropas regalistas e o enfrentamento que culminara em Èpila. Em paralelo, a dispersão dos inimigos desde Valência possibilitava acionar novas negociações capazes de neutralizar de momento uma das frentes rebeldes. A fragilidade interna dos partidos aragônês e valenciano, e o oportuno —e suspeitamente encomendado— falecimento do conde Jaume d’Urgell, acabariam por selar a sorte a favor dos contingentes que lutavam por Pere III. À batalha de Èpila, que se travara em agosto de 1348,⁸³⁰ conclui-se a vitória do rei sobre os territórios e consuma o ânimo anti-catalanista dos ricos-homens de Aragão. Também, é a ocasião desejada pelo monarca para manifestar com toda força sua supremacia sobre os derrotados, destituindo os nobres aragoneses de todas as concessões que lhes fora outorgadas em prol da União desde Alfons II em 1288.⁸³¹ Logo que adentra Saragossa, manda enforcar três cidadãos que haviam se revelado defensores dos unionistas. Emite sentenças contras os envolvidos, confiscando-lhes muitos bens, e diante dos antigos líderes da União, destrói o livro de seus privilégios e o sinete que era usado em seu nome, como relata sua missiva de 14 de outubro, quando escreve a seu conselheiro mais próximo, o tio Pere de Ribagorça:

Fem-vos saber que vuy, vers hora de nona, en Cort general de Aragó, foren a nós restituïts los privilegis e.l libre de la Unió e.l segell, e nós, de nostra man, de .vi. en .vi. cartes tallam tot lo libre, e ferim .iiii. colps ab un mall en lo segell e en les bulles dels privilegis, e especejam los privilegis. E totes aquestes coses e altres escriptures de la dita Unió, denant nós e tota la Cort, foren meses públicament e.l foc grand que haguem fet bastir en lo refetor dels Preyçadors, on la dita Cort se tenia; e açò fon feta ab grans plors, ço és, del fum gran que allí era. Per què podetes entendre que la Unió, mercè de Déu, és morta, pus nós e tanta bona gent la havem plorada per la força e destret del dit fum.⁸³²

A demonstração da vitória do soberano é denotada tanto neste relato privado quanto nos episódios marcados pela crônica régia.⁸³³ Nasce deste registro a segunda alcunha de Pere III: *del Punyalel*. Feito provavelmente legendário, narra-se que o punhal que trazia consigo fora o mesmo usado para retalhar o livro da União, criando esta imagem da memória régia que, verdade ou não, ele assumira conscientemente. Recorda-a mais tarde, ao simbolizá-la entre seus atributos na efígie esculpida para seu jacente funerário, depositado afinal no panteão de Poblet.⁸³⁴ Esta dramatização

⁸³⁰ ZURITA, Jerónimo. **Anales de la Corona de Aragon**, VIII, §§ XX-XL.

⁸³¹ Cf. GONZÁLEZ, Luis. **Las Uniones aragonesas y las Cortes del Reino**. (1283-1301). 2 vols. Zaragoza: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1975.

⁸³² **Epistolari de Pere III**, doc. X, p. 100.

⁸³³ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, IV, § 45.

⁸³⁴ BRACONS, Josep. L’escultura al servei de Pere el Cerimoniós. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d’Investigacions Científiques, 1989, p. 211.

é reforçada por outras, planejadas pelo próprio monarca segundo seu especial acuro com uma concepção de autoimagem. Galardoadado em sua posição, o rei faz atender ao solene ritual de abertura que criara para as cortes de Aragão: desde o palácio mouro da Aljaferia, ele marcha a cavalo, exibindo os paramentos de sua dignidade, ladeado por seus súditos que lhe acompanham sem montaria até as portas da catedral de Santa Maria, onde seus reunidos receberam, à guisa de prédica, seu discurso exordial. Assim a vitória tem de ser *gestualizada* para a finalidade simbólica que representa: é com ela que o rei espera sedimentar sua autoridade e a lealdade devida por seus súditos. Confiante nesta superioridade, ele pode enfim dar cabo dos dissidentes no reino levantino.

Neste contexto, era mais fácil reunir uma poderosa milícia e junto de seus principais magnatas aragoneses, marchar contra os insurgentes de Valência. Ali, onde o rei sofrera as mais duras vexações no interior das muralhas da cidade, sua ira recairia cruelmente sobre aqueles que se levantaram contra sua pessoa. A vívida demonstração de força adotada nas execuções deixa dúvidas sobre os limites entre a *violência* e o senso de justiça⁸³⁵ empregado pelo rei, como deixa entrever o testemunho fornecido a partir de sua crônica:

E hac-n'hi alguns qui foren rossegats penjats, e altres solament penjats. Dels quals n'hi hac alguns, així com ho mereixien, als quals fo donat a beure del metall de la campana de la Unió que havien feta [...]. E com aquesta campana repicava, los conservadors de la Unió e tots los altres, que eren diputats als actes d'aquella, se justaven de continent. Per què fo justa cosa que aquells que l'havien feta fer beguessen de la licor d'aquella, com fon fusa. E eren molts e diverses los crims per ells comeses, entre els quals n'hi havia un, que havien fet un ofici de justicier, lo qual per manament dels conservadors, dava morts a alguns de la ciutat [...].⁸³⁶

Essas punições, chamadas a propósito *justícia corporal*, aplicavam-se à demonstração pública da coerção régia, contrastada pela benevolência dada àqueles em quem recaísse remissão. Mas nada disto impediu que o soberano subtraísse o patrimônio dos que fossem considerados traidores, a tanto “*que poguéssem los bens llurs a nostre fisc*”, ou mesmo que se negociasse a preservação da cidade em troca de suprimir alguns de seus privilégios forais. Prosseguira assim a captura de outros importantes envolvidos, como o jurista Joan Sala, apresado em Corbera, e o tecelão Bernat Redó, os quais receberiam também a sentença capital, sofrendo a perda de bens pessoais.

Muito embora se assuma, com termos um tanto exagerados, a avaliação dos saldos finais do enfrentamento entre o rei e os súditos aragoneses e valencianos, a verdade é que algumas

⁸³⁵ Para notações sobre o emprego da violência pública e emissão de gramáticas punitivas, o trabalho de Angus Mackay, que apesar de centrado em períodos seguintes, sobre o movimento *comunero* do século XVI, fornece pistas antropológicas mui pertinentes na percepção desses discursos institucionais. Cfr. MACKAY, Angus. La semiología y los ritos de violencia: sociedad y poder en la corona de Castilla. **En la España Medieval**, nº 11, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1988, pp. 153-155.

⁸³⁶ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, IV, § 60.

prerrogativas estamentais persistiriam sobre o primeiro *tour de force* desbravado pelo soberano desde sua subida ao trono. Em Aragão, conquanto tenha havido uma dissolução dos direitos unionistas de maneira bastante apoteótica, aprovavam-se nas Cortes de Saragossa os privilégios gerais do reino, que integrariam –como eco dos *privilechios reys* de 1283– os denominados *Fueros d’Aragón*, vigindo neles a antiga figura do *Justicia*. Através deste e da garantia de que ele seria obedecido pelos próprios magistrados do rei, os nobres aragoneses viam a concretização de um aparelho funcional permanente no interior de suas cortes.⁸³⁷ O mesmo cabia na confirmação dos *Furs* valencianos. E mesmo que o rei pudesse negar todas as imposições que lhe foram feitas no ano anterior, rejeitando a nomeação de um *Justicia* e, mais importante, a disparatada titulação de En Ferran sobre os assuntos do reino, ainda era necessário preservar a estrutura política que estabilizava o controle régio.⁸³⁸

* * *

Finalmente, e um pouco livre desses embaraços domésticos, o monarca poderia se concentrar no foco expansionista da dinastia. Após o falecimento de sua segunda esposa, a rainha Eleonor, filha de Afonso IV de Portugal, era mister partir em busca de uma nova aliança matrimonial que beneficiasse as pretensões estratégicas da Coroa. Assim, sua escolha naturalmente foi recair no desejado trono siciliano, e em 1350 o rei desposaria outra Eleonor, de quem teria seus filhos varões.⁸³⁹ Com a reaproximação do reino insular, En Pere voltava a medir forças com seus rivais mediterrânicos. Pois, conquanto permanecesse a prioridade de conquistar a hegemonia sobre os domínios do orientais, sobretudo pelos entrepostos mamelucos de Egito e Síria,⁸⁴⁰ ou pelos locais de abastecimento situados nos portos italianos, a abertura de uma nova zona de expansão agradava conjuntamente monarca e comerciantes. Firmados nestas expectativas, os passes seguintes se fazem acomodar ao projeto original da expansão mediterrânica. Ao receber naquele mesmo ano a proposta de acordo bélico com a comuna de Veneza, ele e seus súditos pretendiam assumir uma nova guerra aos genoveses, garantindo com o mesmo golpe a presença catalã na corrida mercantil pelos intermediários do Bósforo.

⁸³⁷ SARASA, Esteban. El enfrentamiento de Pedro el Cerimonioso con la aristocracia aragonesa: la guerra contra la Unión y sus consecuencias. **Pere el Cerimoniós i la seva època**, pp. 42-45.

⁸³⁸ GUINOT, Enric. La creació de les senyories en una societat feudal de frontera: el regne de València (segles XIII-XIV). **Revista d’Història Medieval**, nº 8, 1997, pp. 79-108.

⁸³⁹ *Cfr.* Apêndice, III, *infra*.

⁸⁴⁰ COULON, Damien. **Barcelone et le grand commerce d’Orient au Moyen Âge**. Un siècle de relations avec l’Égypte et la Syrie-Palestine (ca. 1330-ca. 1430). “Bibliothèque de la Casa de Velázquez”, vol. 27. Madrid/Barcelona: Casa de Velázquez /Institut Europeu de la Mediterrània, 2004, pp. 43-86.

De todo modo, se mantinham os obstáculos mais próximos. É preciso lembrar que o reino sardo mantivera-se insubmisso ao longo dos últimos anos, em simultaneidade com os embaraços intestinos da Coroa. Enquanto pelejava contra seus ricos-homens, o rei recebia notícias sobre a desagregação dos seus domínios na ilha. Sucedendo o judicato em lugar do seu irmão, o novo juiz Mariano IV d'Arborea, antigamente educado na corte de Alfons *el Benigne*, assumia agora a liderança da revolta. Lutava assim ao lado dos Doria na batalha de Aidu de Turda e se indispunha contra o governador geral do rei, Guillem de Cervelló. Bem a propósito, a ruptura entre os juizes de Arborea e o rei evoluiria ainda mais após as manobras da liga vênето-catalana, acrescentando assim um obstáculo que as forças da Coroa não conseguiriam solucionar. Ainda em 1350, o rei convocara suas cortes na vila de Perpinyà visando obter novas ajudas na contenção das aristocracias nativas do reino sardo.⁸⁴¹ Esta medida se coadunava bem com as intenções ambíguas da embaixada enviada pelo Cerimonioso quatro anos antes, a fim de tratar novas pazes com Gênova e também buscar nas comunas de Milão, Florença, Pisa, Veneza e Bolonha os apoiantes que lhe antegonizassem.⁸⁴² Por tudo isso, o acordo que propunham os venezianos tinha um plano de ação pontual, dirigido-se à neutralização das ofensivas poente-levante da república genovesa.

Desde a posse efetiva da ilha da Sardenha, genoveses e catalães entram em guerra aberta, já que toca em jogo toda a posição estratégica para o controle das zonas ocidentais, que a república de Gênova vai assumindo em lugar de Pisa desde o final do século XIII. Os embargos mercantis, sobretudo pela intervenção corsária, impelem a burguesia catalã a buscar outros apoios contra a república rival. Razão que leva o rei Pere a uma aliança com Veneza, que por sua vez disputava aos genoveses o controle do Mediterrâneo oriental, na zona marítima do Egeu. O acordo de 1351 feito em Perpinyà, entre o rei e o doge –além da inclusão passiva do imperador bizantino– propunha uma dupla ofensiva “*per la confusió, la destrucció i l'extermi final dels genovesos*”.⁸⁴³ Entrementes, as consequências avançadas por esses preparativos não trariam os saldos almejados. Com os desencontros navais e outros defeitos estratégicos daquelas campanhas, a liga catalano-veneziana seria destroçada pelas sucessivas derrotas em territórios bálcãs e pela infidelidade dos

⁸⁴¹ Outorgavam-se *imposicions* sobre gêneros essenciais, como carne, vinho e tecidos de lã, cuja arrecadação vigiria pelos próximos três anos, tendo-a determinado aquele “regime fiscal” das cortes. Assim, as assembleias de 1352, reunidas em Lleida, são mera extensão dos acertos de Perpinyà. Definia-se desta feita novos instrumentos fiscais para o controle e recaptção dos donativos, instrumentos que se apresentariam de novo durante os pactuados de Cervera, em que se define a criação provisória de uma *Diputació del General (Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)*, docs X-XI, pp. 89-105).

⁸⁴² CABEZUELO, José Vicente. Diplomacia y guerra en el mediterráneo medieval. La liga vênето-aragonesa contra Génova de 1351. *Anuario de Estudios Medievales*, nº 36/1, Madrid, 2006, pp. 259-260, citando o levantamento de Mirella Blason-Berton, “*Un’ambasciata di Pietro IV*” (docs. 1, 3 e 4, p. 239).

⁸⁴³ SETTON, Kenneth M. *Catalan Domination of Athens (1311-1380)*. London: Variorum, 1975, p. 69 [edição revisada a partir da primeira de 1948]. Também, sobre as consequências desdobradas nas zonas do Bósforo, *cfr.* SETTON, Kenneth M. *Los catalanes en Grecia*. Trad. Juan Godo. Barcelona: Aymá, 1975, pp. 31-34.

senhorios sardos que, de mais a mais, se voltavam para apoiar aos genoveses. A derrota catalã alimentaria a vinculação dos *giudicati* da Sardenha aos rivais da Coroa e abriria margem para uma sucessão de conflitos que não se resolveria até 1409, quando o infante Martí *el Jove* tornasse efetiva a supremacia sobre o reino. Enquanto isso, estouraria um novo obstáculo às pretensões do rei Cerimonioso, motivado desta vez pela adormecida “questão murciana” contra o vizinho reino de Castela e com destinações expressas ao alargamento da faixa litorânea sob os domínios régios de Aragão.

Inicialmente, o pacto definia um pagamento feito na maior parte por Veneza (sempre na razão de dois terços), para que se armasse o estol catalão estacionado nas águas do Egeu e do Tirreno e que dali se desse combate às naveas inimigas.⁸⁴⁴ Esta frota deveria ser composta por dezoito galés –permitindo-se aumentar este número, futuramente, de acordo a conveniência das partes em fazê-lo–, mediante o custeio prévio de mil florins florentinos mensais por embarcação. Assim, caberia ao rei de Aragão arcar pelo um terço remanescente, responsabilizando-se, além do mais, com o recrutamento de toda a tripulação e a nomeação de um almirante.⁸⁴⁵ Demarcava-se um ponto comum de encontro das frotas venezianas e catalãs, e este recairia sobre os receptivos portos sicilianos, nomeadamente os situados nas águas de Messina, estrategicamente localizados a meio termo das zonas de trânsito dos dois aliados. O pagamento veneziano seria assim remetido a cada quatro meses aos receptores do rei, dando-se esta transação em Avignon, diante da corte papal. Quanto aos limites de duração do tratado, ambos se comprometiam a manter fidelidades a todos os capítulos por um prazo contado em quatro anos, vigindo de setembro (no dia de São Miguel) de 1352 até o correspondente calendário em 1356. Se ratificados, estes termos engendrariam sucessivos ataques de represália contra a república inimiga.

Tais disposições reverberavam um ano de negociações entre os representantes do *doge* Andrea Dandolo e do rei aragonês, e foram entregues pelos nuncios catalães encarregados de firmar o tratado entre a república e a Coroa. Junto deles seguia também uma série de propostas complementares ditadas por Pere III, o qual acreditava que sua inclusão imediata nos acordos evitaria a precocidade de uma contra-ofensiva genovesa. Nestas, aditava-se a utilidade de que um procurador dos interesses aliados –ou seja, um embaixador veneziano– residisse na corte catalã,

⁸⁴⁴ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, V, § 4: “*E la dita covinença fo feta e fermada en aital manera que el dit comú de Venècia donàs e pagàs a nós certa quantitat de moneda per cascuna de les galees nostres, per pagar lo sou de la xurma e de la panàtica e altres aventatges; així emperò que l’armada nostra primerament feedora, degués anar a les parts de Romania [i.e., Bizâncio] e mesclar-se ab les armades del comú de Venècia e fer la guerra contra genoveses així com acordarien los capitans del senyor rey e del dit comú [comuna].*”

⁸⁴⁵ Sobre as condições do armamento das frotas, *cfr.* MARTÍN, José Luis. *Alianza veneciano-aragonesa contra Genova (1351-1352). Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media*. Vol II. Barcelona: Ed. El Albir, 1983, pp. 277-281.

gozando de prerrogativas para avançar medidas de urgência quando estas fossem necessárias. Também, justificava que o prazo estimado para o apetrechamento das galeras não poderia ser atendido em razão de certos impedimentos materiais, que incapacitava o preste atendimento do que ia solicitado no acordo para a composição de uma armada, pois, com efeito “*quia in maritimis dicti domini regis sunt plurima loca Baronum in quibus idem dominus rex armandi tabulam ponere non potest*”.⁸⁴⁶

Apesar de muitos contratempos e algumas perdas contingenciais,⁸⁴⁷ estes preparativos deslindariam o enfrentamento naval no Bósforo, com a liderança catalano-venezia dos almirantes Ponç de Santa Pau e Panerazio Giustinian, enquanto tinha Paganino Doria no lado genovês. Muito pouco confiáveis neste ponto, os relatos do lado catalão falam de uma vitória parcial da liga.⁸⁴⁸ Todavia, é aceitável supor que os danos causados a todos os envolvidos naquele combate fossem de proporções muito sérias, sobretudo pelo reflexo trazido na movimentação mercantil dependente das três potências mediterrânicas. Em termos estratégicos, o fiasco bélico dos acordos iniciados desde Perpinyà deixaria à vista a falta de seriedade no cumprimento das cláusulas especificadas para a aliança. Em parte disso porque, diante do desastre acometido em águas bizantinas, haveria denotada resistência dos catalães em extravasar o monitoramento das zonas ocidentais, nomeadamente com um *non plus ultra* fincado até Messina. Enquanto isso os venezianos deixariam de cobrir o pagamento das embarcações extras,⁸⁴⁹ por sua vez, solicitadas por Pere III nos aditamentos que então fizera sob confirmação do doge. Apesar de algumas vitórias sobre Gênova –como a batalha de Alghero, sob a armada de Bernat de Cabrera–, o esgarçado compromisso chegaria ao fim dois anos depois, com um rompimento do lado veneziano.⁸⁵⁰ Como logo ficara evidente ao rei aragonês, Veneza e Gênova estabeleciam pazes em junho de 1355.

⁸⁴⁶ SANZ I DE BARUTELL, Joan de. Documentos concernientes a la armada que en 1351 mandó aprestar el rey don Pedro IV de Aragón en contra de genoveses. **Memorial Histórico Español**. Vol. II, Madrid, 1851, pp. 295-299 *apud* MARTÍN, José Luis. Pactismo político y consolidación señorial en Cataluña tras la conquista siciliana. **Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**, p. 253.

⁸⁴⁷ Finalmente, sugeria-se um acréscimo no número das embarcações, prevendo que o cumprimento das dezoito galeras não neutralizariam como esperado a esquadra sob domínio de Gênova. Por isso seria apropriado a construção e o armamento de outras seis novas. Uma vez aceitos, estes aditamentos se reformariam para incluir um segundo acréscimo de embarcações; pois, com efeito, das propostas dezoito, passava-se ao custeio total de trinta naves catalãs, ao passo que Veneza se afiançava em manter outras quarenta, tamanho era o receio de uma vitória da comuna ligure. *Cfr.* CABEZUELO, José Vicente. Diplomacia y guerra en el mediterráneo medieval. La liga véneto-aragonesa contra Génova de 1351. **Anuario de Estudios Medievales**, pp. 272-274.

⁸⁴⁸ *Cfr.* **Crònica de Pere el Cerimoniós**, V, §§ 8-11. Também, o relato feito in: ZURITA, Jeronimo. **Anales de la Corona de Aragon**, VIII, § XLVI.

⁸⁴⁹ Estas seguiriam ainda a encargo das vilas do realengo. Em parlamentos sediados em Vilafranca del Penedès-Barcelona, outorgar-se-iam 70.000 libras para esta finalidade: “*en la qual los demanats e ls pregats que us façen ajuda en la guerra de Còrcega, de Cerdunya e dels jenoveses*”. **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XII, pp. 107 ss.

⁸⁵⁰ Para um comentário de síntese, além de outras bibliografias do mesmo autor, *cfr.* MELONI, Giuseppe. **Mediterraneo e Sardegna nel Basso Medioevo**. Pisa: Consiglio nazionale, Istituto sui Rapporti Italo-iberici, 1988.

Pelo estado em que seguia, a rebelião sarda tinha novos elementos a seu favor. Até então, o afastamento dos genoveses se revelara profícuo aos propósitos pacificadores do monarca: com a recente vitória sobre aqueles, os líderes do reino insular se viam mais facilmente intimidáveis para uma campanha punitiva e Alghero, junto de seu cobiçado porto, finalmente cederia ante as tropas de Cabrera. Porém, a segurança deste lance seria combatida por uma nova viragem estratégica: em outubro de 1353, o juiz Mariano IV retirava seu apoio ao partido catalão para o entregar à comuna ligure e aos milaneses. Justamente, nota-o Giuseppe Meloni, “*quando sembrava che la reazione governativa avesse eliminato la più consistente forza di opposizione alla realizzazione globale del possesso del regno, la componente autoctona, che più affondava le sue radici storico-istituzionali in un glorioso passato di indipendenza e di ‘statualità sovrana’, imboccava una strada che avrebbe offerto esiti differenti da quelli concepiti nei disegni politici catalani*”.⁸⁵¹ Mesmo que seja preferível manter em suspenso o vocal desta “estatalidade”, o aspecto institucional precisado pelo medievalista italiano valoriza o sentido das complexas negociações desbravadas no futuro entre a Coroa e os senhorios sardos. A intenção de impor uma submissão feudatária a estes ignorava em parte um conjunto de prerrogativas que legitimavam as pretensões soberanas dos poderes locais, conjunto que se punha em contraste evidente com a artificiosa outorga pontifical –a *licentia invadendi* de Bonifacius VIII, de 1297– que justificava o domínio catalano-aragonês tanto em Sardenha como em Córsega. A proeminente personagem de Mariano IV tinha suficientes razões para se intitular, à diferença dos demais barões sardos, um verdadeiro soberano em suas terras,⁸⁵² o assento dinástico da linhagem dos Bas-Serra no judicato arborense datava desde meados do século XIII, e viera numa época em que as instituições políticas já se mostravam melhor consolidadas. Assim o fundamento autóctone era constituído por um tipo de soberania mista, que longe dos regimes de monarquia individual oriundos da raiz continental carolíngia, conjugava ali um tipo de sucessão hereditária ao de sistema eletivo, vez que o *iudex sive rex* estava imediatamente preso ao parlamento do judicato e extraía deste o vigor de sua autoridade.⁸⁵³ E com razão, era esta notória incompatibilidade de regimes que se mantinha na base dos dissídios entre vassalo e soberano.

De momento, o impasse das negociações entre o visconde de Cabrera e os embaixadores do juiz prefeririam os motivos formais que levara este último a insurgir-se como uma nova

⁸⁵¹ MELONI, Giuseppe. I precedenti. In: Il Parlamento di Pietro IV d’Aragona (1355). **Acta Curiarum Regni Sardiniae**. Vol. II Cagliari: Consiglio Regionale Della Sardegna, 1993, p. 44.

⁸⁵² FERRER, Maria Teresa. La guerra d’Arborea alla fine del XIV secolo. MELE, Giampaolo (a cura di). **Giudicato d’Arborea e Marchesato di Oristano**: proiezioni mediterranee e aspetti di storia locale, “Atti del Io Convegno Internazionale di Studi (5-8 dic. 1997)”, Oristano, ISTAR, 2000, pp. 542 ss.

⁸⁵³ MANNO, Giuseppe. Libro ottavo. **Storia di Sardegna**. Vol. II. MATTONE, Antonello (a cura di). “Bibliotheca Sarda” 5. Nuoro: Ilisso edizioni, 1996, pp. 40-58 *passim* [1ª edição italiana de 1825-1827].

frente rebelde. Além de impor um bloqueio perigoso entre Cagliari e Sassari, o domínio do judicato de Arborea dirigia seus preciosos contingentes em cereais aos inimigos da Coroa. Diante deste inesperado golpe de pressão o monarca pretendia ele próprio armar uma expedição com resultados mais conclusivos. Para tanto obteria novos donativos do realengo catalão, acordados nos dois parlamentos daquele ano: um primeiro de 100 mil libras, e um outro em agosto, de 50 mil libras.⁸⁵⁴ E assim, os demais territórios da Coroa também ofereceriam sua ajuda para as despesas de partida e regresso da armada real.⁸⁵⁵ Equipando todo *lo passatge* sob comando do rei, e ainda auxiliado por forças venezianas, a travessia revelaria no entanto apenas resultados superficiais.⁸⁵⁶

Em março de 1355, o Cerimonioso presidia na vila de Cagliari a congregação das cortes sardas, composta por seus representantes locais e os estabelecidos senhorios catalães. Uma vez iniciados os cerimoniais da cúria, o primeiro ato do rei foi emitir uma sentença condenatória contra o falecido conde Gherardo Donoratico, considerado traidor ao facilitar a ação das milícias arborenses durante a rebelião.⁸⁵⁷ Evidentemente, esta como outras iniciativas não ajudaram a angariar qualquer simpatia à legitimidade dos representados na cúria, e toda a pretensão de parlamentar *pro totius rei publicae Sardinie* quedava obliterada pela resistência aberta dos principais nobres em consentir de modo efetivo com os pactos assumidos ao final daquelas assembleias. Embora a maioria dos nomes convocados se apresentasse, os mais importantes dentre eles evitariam se fazer comparecer, e quando muito, após as taxativas recriminações do soberano, decidem enviar seus procuradores. Assim, o relutante juiz Mariano designaria seu representante plenipotenciário na pessoa de Raniero de Guadalandi; enquanto os membros da família Doria se mantiveram omissos, mesmo depois da enérgica ameaça do Cerimonioso, manifestando-se em um novo chamado, “*contra vos et bona vestra tanquam contra rebellem et nobis inobedientem prout*

⁸⁵⁴ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XIII, p. 134.

⁸⁵⁵ Consultando os *albarans* do mestre racional, Manuel Sánchez assinalaria ainda uma presença mais expressiva de aragoneses nesta etapa das campanhas mediterrânicas, in: SÁNCHEZ, Manuel. El Reino de Aragón y los conflictos mediterráneos a mediados del siglo XIV (1353-1356). **Aragón en la Edad Media**, “Homenaje a la profesora María Isabel Falcón”, Universidad de Zaragoza, nº 19, 2006, pp. 491-495. Sobre a participação valenciana, consultar a *crònica*, na falta de detalhamentos mais precisos, sobre as colaborações navais e os oferecimentos jungidos nas cortes daquele reino (V, § 35).

⁸⁵⁶ Para um detalhamento logístico da campanha comandada pelo rei, além de um extenso material em documentação e bibliografia relacionada, conquanto seja de matizar os acentuados esquematismos ainda herdados de um estilo de historiografia militar, *cfr*: ORSI, Mario. Estrategia, operaciones y logística en un conflicto mediterráneo. La revuelta del juez de Arborea y la “armada e viatge” de Pedro el Ceremonioso a Cerdeña (1353-1354). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 38/2, Madrid, 2008, pp. 921-968.

⁸⁵⁷ A referida sentença privava os descendentes de suceder aos direitos e títulos do conde, desde então seriam incorporados ao patrimônio régio: “*Constet inquam in tam excepto crimine lese ut premititur magestatis post mortem rei posse inquiri ratione bonorum que a tempore comissi criminis ipso iure indubie sunt comissa et fisco regio acquisita adeo quod non restat nisi super eis declaratio facienda. [...] Et nichilominus quoscumque ipsius comitis criminis heredes et successores in dictis terris et locis causam vel ius quomodolibet pretendentes privamus tam a proprietate quam a possessione eorumdem temporibus sempiternis*”. Il Parlamento di Pietro IV d’Aragona (1355). **Acta Curiarum Regni Sardiniae**, doc. 12 [ACA, *Cancilleria*, procesos, 127/11], pp. 181-182.

ratio exegerit procedemus”.⁸⁵⁸ Entretanto, e a despeito destas reprimendas, quedariam ausentes os representantes de figuras importantes do braço militar, como assinala a omissão da comuna de Pisa,⁸⁵⁹ do nobre sardo Bartolo Catoni ou de Timbadors de Rocabertí, a mulher do juiz d’Arborea. Além dos súditos aragoneses e catalães instalados na ilha, haviam uns tantos aliados do partido régio,⁸⁶⁰ mas estes mesmos se viam incapacitados de chegar até a sede curial em Cagliari, em razão das ameaças que atravessavam os caminhos inimigos; como explicava o titular do senhorio de Monte Pavone e, também, o súdito corso Borrstor de lo Poyo, enviando este último uma missiva datada em 3 de março, na qual justificava a sua ausência e a de outros representantes dos síndicos da vila de Sassari.⁸⁶¹ Também esteve ausente Giovanni d’Arborea, encarcerado pelo irmão Mariano devido a sua declarada posição filocatalã, e posteriormente representado pelo filho menor, quem toma assento nos debates da cúria a partir de 19 de fevereiro.

O formato protocolar dessas assembleias mostra o aspecto híbrido da presença catalã na ilha, pois se por um lado vigiam aspectos processuais já recorrentes das cortes ibéricas,⁸⁶² por outro se modulavam regras institucionalmente compatíveis com as observâncias jurídicas autóctones.⁸⁶³ Bem assim, o explícito desgarramento do reino insular exigia que a realização dessas cortes também implementasse uma afirmação concreta em favor “*dell’immagine giuridica della Corona*”,⁸⁶⁴ a qual seguia bastante diminuída com a expansão de um nítido ânimo anti-catalanista, sobretudo nas zonas a noroeste e centro-oeste, que se encontravam debaixo de influência arbóreo-genovesa. A ideia preparava um mecanismo de fidelização dos representantes locais ao estandarte da Casa de Barcelona, rearranjando tanto quanto possível um mosaico

⁸⁵⁸ *Ibidem*, docs. 28, (rejeição da procuração, *non sit sufficiens*, do representante do arcebispo d’Arborea), 30^{bis} (representantes do clero ausentes), 31 (pela abstenção de Catanetto Doria), 35 (a mesma ordem, destinada a Bartolo Catoni e três cópias ao representante da comuna de Pisa, Cattaneo d’Auria e Gantino de Ceni), 36, 37 (de novo, ao juiz Mariano IV), 38 (ordem endereçada a Matteo Doria para que se apresente pessoalmente ou mediante procurador competente), pp. 204-214.

⁸⁵⁹ Da chancelaria real na Sardenha fora expedida, em 17 de abril, uma comunicação ao conselho comunal pisano, notificando a omissão dos procuradores convocados para aquelas assembleias. Declarava o soberano que tal ausência não lhes permitira, em razão das extensas possessões em território sardo, eximir-se dos compromissos afiançados pelas constituições gerais dadas em cortes. In: Documentazione di supporto. *Ibidem*, doc. 67, [ACA, *Cancilleria*, secretorum, reg. 1293, c. 6], p. 326.

⁸⁶⁰ Entre estes contavam-se os barões feudatários de origem ibérica, e os representantes do realengo sardo, provenientes das principais vilas sob controle régio: Cagliari, Sassari, Alghero e Vila de Iglesias. Nestas, vigiam formas políticas semelhantes ao uso dos conselhos comunais italianos, verdadeira hibridação institucional de formatos jurídicos que recolhiam uma tradição nativa, perpassando as sucessivas dominações de influência toscana, ligure e finalmente catalã. A representação das vilas nos assentos da cúria era concebida pela composição de respectivas *universitates*, assim seguida de outros coletivos municipais de menor expressão política.

⁸⁶¹ Il Parlamento di Pietro IV d’Aragona (1355). *Acta Curiarum Regni Sardiniae*, doc. 50, pp. 229-230.

⁸⁶² Note-se que embora servissem para atender ao modelo das convocatórias de corte, a vulgarização do modelo representativo apareceria sob a nomenclatura já usual no coletivo institucional dos sardos, referindo-as ao título de *parlamentum*. Para detalhar estes elementos formais, v. cap. 7, item 7.2 *infra*.

⁸⁶³ ANATRA, Bruno. I Parlamenti sardi. *Les Corts a Catalunya*, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 318-320.

⁸⁶⁴ MELONI, Giuseppe. Il precedente. In: *Acta Curiarum Regni Sardiniae*, p. 53.

fragmenário a uma linha administrativa planejada a partir da instituição da governadoria geral do reino, desde a década de 1330. Ao mesmo tempo, esta orientação também pretendia estimular um tipo de consolidação estamental, segregando os grupos locais em conjuntos dotados de uma representatividade à maneira continental, embora dando-lhe seus acréscimos. Assim, a representatividade dos braços ganha um novo elemento, ao introduzir além dos conhecidos segmentos baronial, eclesiástico e burguês, um quarto, composto por particulares citadinos dos principais centros urbanos atuando em *nomine proprio*.⁸⁶⁵

Até então, a experiência nativa desconhecia essas assembleias de caráter geral, limitando-se quando muito aos primitivos parlamentos citadinos, sempre coligados às elites burguesas e suas respectivas dinastias judiciais. Isto reflete o quanto do aparecimento de uma novidade desta grandeza era sensível às pretensões em litígio entre o soberano e seus súditos mais rebeldes. Tais diferenças veem-se agora plasmadas nos reunidos de 1355. Como foi diversas vezes subscrito pelos estudiosos que os analisaram,⁸⁶⁶ se por um momento careciam os elementos identificadores (capazes de qualificar tanto os procedimentos notariais como os efeitos jurídicos dali destilados), por outro, parece que a readequação havida nestes reunidos não causou nenhuma eliminação ou diminuição das pretensões normativas de suas constituições.⁸⁶⁷ Essa particularidade, aliada de um contexto de vulnerabilidades, explicita o teor das capitulares daquela cúria. Então, ao mesmo tempo que o rei pretende sobrepor na consolidação daquelas um estreitamento dos vínculos feudo-senhoriais, deixa claro o talante de sua majestade para punir aqueles que virem a recair nos mesmo

⁸⁶⁵ A respeito deste conjunto anômalo em seu poder de representatividade: “*Si trattò, con ogni probabilità, dell’adesione di un gruppo di cittadini che no erano rappresentati nei tre bracci classici; ad essi, forse per Meriti di fedeltà alla Corona, veniva concessa la possibilità di presenziare alle Corti. La loro posizione, diversamente da quanto si riteneva finora, non fu limitata ad una parziale presenza ai lavori e meno ancora relegata alla semplice funzione di sottoscrivere, nelle riunioni conclusive, i documenti discussi dai tre bracci nei lavori preliminari. Esse costituirono infatti, [...] un vero e proprio quarto braccio, o braccio dei Sardi, che esporrà al sovrano le proprie difficili condizioni, formulerà proposte, otterà risposte.*” MELONI, Giuseppe. Il Braccio dei Sardi. In: Il Parlamento di Pietro IV d’Aragona (1355). *Acta Curiarum Regni Sardiniae*, p. 111.

⁸⁶⁶ Assim, Meloni (*ibidem*, p. 70) destaca pelo menos dois trabalhos de relevo na questão: MARONGIU, Antonio. Le “Corts” catalane e la conquista della Sardegna. In: **Saggi di storia giuridica e politica sarda**. Padova: Cedam, 1975, p. 99; TANGHERONI, Marco. I Parlamenti sardi e la società della conquista aragonesa. *Acta Curiarum Regni Sardiniae*, Atti del Seminario di Studi, Cagliari, (28-29 novembre 1984), vol. 1, Istituzioni rappresentative nella Sardegna medioevale e moderna, Consiglio Regionale della Sardegna, Sassari, 1986, p. 245.

⁸⁶⁷ Demonstra-o, por exemplo, a continuidade refletida nos Parlamentos de 1366 em respeito a *constitutio I*, a mesma que limitava a titularidade dos senhórios no reino sardo apenas aos súditos catalano-aragoneses que se estabelecessem como *homens de paratge*, ou seja, “*teneantur suum perpetuum fovere et tenere domicilium*”. Passados mais de onze anos desde as Cortes de Cagliari, e diante a exigência dos síndicos reunidos em Barcelona para que se revogasse aquela restrição, o rei redargue que sobre as “*constitucions fetes en Corts generals del dit regne no és rahonable que ... les revoch sens Cort del dite regne*” (**Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXII, p. 398). Também, *cfr.* SÁNCHEZ, Manuel. Las Cortes de Cataluña en la Guerra de Arborea. **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**, pp. 367-368.

erros do passado.⁸⁶⁸ A grande fragilidade da autoridade do Cerimonioso levava-o a se movimentar desta maneira, adotando por hora e bem mais tarde os planos de uma política circunstancial. O que por outro lado não diminuiria em nada os inevitáveis obstáculos ao objetivo inicial de sua campanha. Veja-se assim que dias antes de iniciar os parlamentos sardos, também recebera em Sanluri (*Seddori*, em idioma sardo) o assentimento de um subjugado e assim mesmo pouco fiável Mariano d'Arborea.⁸⁶⁹ Ainda que se ratificasse um novo acordo de fidelidade entre o juiz e o monarca catalão, e ainda que dado em condições mais favoráveis ao primeiro,⁸⁷⁰ nenhuma das garantias subsistiriam muito tempo depois do regresso do rei para Barcelona. Agora, desobstruídos no flanco oriental após a vitória e as tréguas impostas a Veneza em Porto Longo, já com o apoio de Milão, os genoveses podiam reatar seus anteriores esforços na Sardenha.⁸⁷¹

Instigados por Matteo Doria, alguns judicatos voltam a se indispor contra os catalães.⁸⁷² E antes o receio de um assalto genovês contra o regresso das naves catalãs que trariam o monarca, era preciso garantir um reforço naval adequando, exigindo assim novas ajudas financeiras. Prestemente convocados pelo conde de Ribagorça, o qual respondia pela lugar-tenência geral na ausência do rei, os parlamentos reunidos em Barcelona se valeriam dos remanescentes do resgate em aberto, consignados nos acordados feitos no mês de março na cidade de Lleida.⁸⁷³ Estipulados

⁸⁶⁸ Assim, v.g., o conteúdo da *constitutio II*, que recolhe um preceito primitivo do reino insular: “*Quapropter, sardica natio, convertendo ad cor revertere ad nos, ut naturalem tuum regem et dominum, et tollendo super te iugum nostri dominii, quod suave esse dinoscitur, complosis et erectis ad celum manibus, nos dilige et retine, qui tuum errorem et malitiam potius quam ulcisci, tantam tuorum delictorum misericordiam habuimus, que nulla venia digna eras. Sed nostra misericordia prevaluit dei respectu tuis erroribus et commissis, nec velis ulterius in tantum facinus relabi, imo antequam in simili crimine incidere te contigat, quod absit, morti te potius exponere cupias et ominia bona tua perdere nostri amore; qui nostra clementi misericordia tibi dignati fuimus ignoscere et tibi nationi hucusque immerite indulgere veniam post reatum. [...] Sepissem preterita dant modum et materia futuris, noviter providendi novosque modos inducendi; taliter quod alias in vicium extremum quis nos incidat, imo sibi precavere cognoscat, nec valeat ignorantiam allegare, set noscat, si ulterius in id incidere facinus, se in penam debitam incursum nec venia dignum, set taliter puniendum, quod aliis sit exemplum pavidum atque grande.*” Il Parlamento di Pietro IV d'Aragona (1355). *Acta Curiarum Regni Sardiniae*, doc. 61, cc. 74-75, pp. 287-288.

⁸⁶⁹ *Crònica de Pere el Cerimoniós*, V, §§ 40-42.

⁸⁷⁰ Este acordo é relatado por Pere III em uma missiva de 14 de fevereiro, endereçada ao bispo de Valência. Nela, o rei narra as condições desvantajosas em que tal pacto ocorrera, dado às pressas por temor de que sua doença progredisse e que viesse a morrer naquela altura sem garantias para a presença catalã na ilha. De fato, os seus exércitos caíam sob o contágio da peste e o risco de uma nova contra-ofensiva lígur-milanesa em território insular tornava mais aconselhável que nunca uma satisfação, ainda que temporária, por tais expedientes diplomáticos. Assim é que muito a contragosto o Cerimonioso concedia seu indulto aos rebeldes Mariano IV e Matteo Doria, e a deixava em suas mãos as praças avançadas durante o avanço e lhes ampliavam os domínios até os termos de Gallura. *Cfr.* Documentazione di supporto. In: Il Parlamento di Pietro IV d'Aragona (1355). *Acta Curiarum Regni Sardiniae*, doc. 65 [ACA, *Cancilleria*, secretorum, reg. 1293, c. 2^a], pp. 323-325.

⁸⁷¹ ORSI, Mario. Estrategia, operaciones y logística en un conflicto mediterráneo. La revuelta del juez de Arborea y la “armada e viatge” de Pedro el Ceremonioso a Cerdeña (1353-1354). *Anuario de Estudios Medievales*, pp. 932-934.

⁸⁷² ZURITA, Jerónimo. *Anales de la Corona de Aragon*, VIII, § LXII.

⁸⁷³ Sobre alguns detalhes da aplicação financeira expedida naqueles parlamentos, *cfr.*: SÁNCHEZ, Manuel. El realengo catalán en la financiación de la campaña a Cerdeña de 1356. *Acta historica et archaeologica mediaevalia*, Universitat de Barcelona, n° 25, 2005, pp. 493-513.

em dezessete breves capítulos —na verdade, meras reformulações dos anteriores—, os termos desta nova campanha expressavam as medidas para o contra-ataque aos domínios de Matteo Doria. Tanto a necessidade de recaptação das profertas de março, bem como os ajustes no procedimento de arrecadação, denunciavam os primeiros sinais da relutância por parte das cidades e das vilas reguengas em continuarem sozinhas no suporte dos pesados encargos apresentados por Pere III.⁸⁷⁴ Em Lleida, os síndicos protestavam por “*entenets haver dels altres regnes e terres del senyor rey*”; nomeadamente, a exaustão econômica assinalada desde 1323, era mais uma vez golpeada pela generalizada queda de viveres e por uma exasperante diminuição do quadro demográfico:

E enaprés per molts dies los dits síndichs contínuament hajen pensat e deliberat en los dits affers e, jassia que, esguardats les grans profertes e dons que han feyts al dit senyor rey en temps passat les ciutats, viles e lochs reyls sien tant encarregats que anvides entenen que puxen trobar maneres d'on exiran los diners de què entenen a fer ajuda, majorment com los dits lochs o partida d'aquells són per los dits càrrechs desplobats e majorment cor apenes ha un any passat que han dat al senyor CC *milia* l. [...].⁸⁷⁵

Entretanto, a quase ininterrupta exigência fiscal que tanto os sufocava estava longe de alcançar alguma amenidade. Pois além de não se encontrar dentro do conselho régio nenhuma possibilidade de redenção do entrevero sardo, acrescentar-se-iam em breve outras frentes de batalha muitíssimo mais danosas ao equilíbrio social e institucional dos territórios submetidos ao rei de Aragão.

Mesmo depois da eliminação de Matteo, restava ainda o sobrinho deste, último membro dos Doria no reino insular. Em uma tentativa de reverter o quadro de aliados, En Pere III volta a propor tréguas com Gênova e se aproximar do jovem Brancaleone Doria, investindo-o dentro da Sardenha com a sucessão do antigo patrimônio de sua família, as senhorias de Monteleone e Castelo Doria (ou *Castellgenovese*). Porém, romperia-se logo essa suposta fidelidade do genovês, que diante da primeira oportunidade fazia renovar a proximidade com a linhagem dos juízes d'Arborea.⁸⁷⁶ Quanto à proposta de paz, reiteradamente negada pela comuna genovesa, alcançar-se-ia algum lume, firmando-se em 1360 a suspensão das hostilidades em um pacto com o duque Simone Bocanera. As tréguas, então válidas para os próximos cinco anos, não resolveria os descompassos vigentes no tráfego do Egeu nem solucionaria a insubmissão sarda. Assim mesmo,

⁸⁷⁴ Eram então repetidas e crescentes as oposições das vilas reais, dirigidas contra os transtornos dos últimos capítulos e o ônus fiscal criado com a política externa da Coroa: “*molt carregada e oprimida per grans imposicions e per moltes e grans quantitats de violaris e censals morts que fa, e per grans deutes que deu per raho de les grans profertes e dons qui a vos, Senyor, per la dita ciutat ensemps ab lo General de les ciutats e viles e lochs reyls de Cathalunya o per si matexa en temps passats son stades fetes, e per molts altres carrechs que tot dia ha sostenir en moltes e diverses maneres en tant que la dita ciutat apenes hi pot bastar, no res menys que, per les guerres qui son stades e vuy son [...]*.” Cit. in MARTÍN, José Luis. Las Cortes de Pedro el Cerimonioso. *Pere el Cerimoniós i la seva època*. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, p. 102.

⁸⁷⁵ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XV, pp. 157-158.

⁸⁷⁶ MELONI, Giuseppe. *Mediterraneo e Sardegna nel Basso Medioevo*, p. --.

alentavam os poucos recursos da Coroa que, desde 1356, passava a medir forças com a virulência militar de Pedro *el Cruel*.⁸⁷⁷

Mais do que nunca, toda medida de aliança ou de pacificação era necessariamente pródiga para a política estrangeira em que se enfronhara o rei Cerimonioso. Com este ânimo, clamava novas alianças. Tendo fracassado em sua proposta de acordo ao emirado granadino, esperava um certo apoio dos benemerins que antigamente ajudara a rechaçar.⁸⁷⁸ E, claro, mirava ansioso seus vizinhos cristãos. Servindo-se dos favores diplomáticos da corte papal em Avignon, o monarca esperava obter, ao menos em princípio, alguma neutralidade dentro das complicações bélicas que a guerra entre os reinos de França e de Inglaterra faziam transbordar para o Mediterrâneo. De momento, preocupava a inviolabilidade das frotas marítimas à serviço da Coroa. Enviava-se, por exemplo, embaixadores junto ao rei francês, que buscassem resolver as frequentes depredações das embarcações mercantes catalãs pelos contingentes a serviço daquele soberano, valendo-se então dos conhecidos “direitos de represália”. Como tentativa de solucionar o problema, Pere III acordara com Jean II (1350-1364) minuciosas disposições sobre as marcas respectivas entre um e outro domínio, determinando indenizações aos comerciantes e embarcações prejudicados.⁸⁷⁹ Firmadas em 1351, essas tratativas para o direito de represália se mostrariam úteis quando, anos mais tarde, as hostilidades entre os catalães e os partidários do duque d’Anjou se desdobrassem na forma de assédios navais a partir do Egeu, estando estes últimos aliados da república de Gênova. Por mais desditosas que fossem ou viessem a ser as relações entre os soberanos, as exigências mercantis não podiam recrudescer, uma vez que toda a continuidade militar dependia largamente de seus frutos econômicos. Era também pelo apoio delas que se recebia, no caso catalano-aragonês, a porção mais significativa de todo o abastecimento do consumo interno.⁸⁸⁰ Diante de tudo que se colocava, a gestão das necessidades econômicas não se desligava, segundo a percepção da alta cúpula de corte, de uma adesão ideológica e de uns parâmetros de justificação institucional. Também, parece longe de grandes questionamentos que a intimidade mantida pela mobilização bélica da Coroa e o aperfeiçoamento de seus aparelhos administrativos fora vital à

⁸⁷⁷ Cfr. GARCÍA, Paulino. **El Rey don Pedro el Cruel y su mundo**. Madrid: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 1996.

⁸⁷⁸ SÁNCHEZ, Manuel. Las relaciones de la Corona de Aragón con los Países musulmanes en la época de Pedro el Cerimonioso. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d’Investigacions Científiques, 1989, pp. 77- 97.

⁸⁷⁹ Sobre estes acordos, cfr. o estudo prévio feito in: MUTGÉ, Josefina. La inseguretat en el Mediterrani Occidental. Acord entre el rei catalanoaragonès Pere el Cerimoniós i el francès Joan II de Valois para la solució de les marques existents entre ambdós regnes (1351). FERRER, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament D’Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D’Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 185-204.

⁸⁸⁰ DEL TREPPO, Mario. **Els mercaders catalans i l’expansió de la Corona catalano-aragonesa al segle XVI**. Trad. Jaume Riera i Sans. Barcelona: Curial, 1976, pp. 218-220.

manutenção dos domínios da dinastia.

Ora bem, a pressão dos agentes regionais empurra a monarquia aragonesa ao seguinte painel de dependências. Os espaços privilegiados de tomada de decisão que definem os rumos da atuação estratégica do soberano ascendem desde o modelo conhecido nos reinados de seus predecessores. Se antigamente houvesse uma interação *de facto* a impingir a bilateralidade das relações rei-burguesia, desde este instante, com a alta demanda das cortes a partir da segunda metade da centúria, estas relações adquiririam verdadeira complexidade jurídica. Mire-se o ambiente político catalão. A sutil ordenação entre os preceitos *constitucionais* do principado evoluem junto a uma crescente das negociações políticas afectas das direções estrangeiras. Recebem, além disso, um *aspecto judicial*, que apesar de sua virtualidade primitiva no *us. Iudicum in curia datum*, atualiza em concreto todo o conjunto de atribuições curiais.⁸⁸¹ O repositório institucional da tradição se mantém, mas seu potencial de articulação é grandemente elastecido para dar cabimento aos novos enunciados de uma realidade política emergente.

O marco das Cortes de Perpinyà reflete as transformações que –de 1350 a 1365– tomariam as amarras fundamentais da instituição. Como aduzira o Professor José Luis Martín, naquelas a negociação política mediada pela reparação de agravos era uma *outorga régia*, disponibilizada pelo soberano desde a abertura das reuniões plenárias, “*quod si per ipsum aut quosvis officiales suos contra iusticiam factum fuerat*”. Doravante, isto é, depois que não houvesse dúvidas de sua supremacia ante a mingua das arcas reais, toda prestação de donativo se condicionaria ao atendimento das ditas *greuges*.⁸⁸² As intermináveis frentes inimigas do rei aragonês doravante imporiam quase anualmente as convocatórias de cortes, concretizando pela primeira vez a *constitutio* mantida em letra morta desde os pactos de Pere *el Gran*. Essa grande vulnerabilidade financeira da Coroa é quem institucionaliza o conhecido pragmatismo da política elegida pelos estamentos, nomeadamente aquela superposta pelo *braç reial* catalão.⁸⁸³ São nestas circunstâncias contextuais que se movem os decisionismos encapsulados pelos elementos jurídicos dos firmados em cortes. Apesar do armistício imposto ao juiz de Arborea, continuavam as dispersas ofensivas

⁸⁸¹ PONS I GURI, Josep Maria. Aspectes judicials de la Cort General a l'època medieval. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 142-145.

⁸⁸² MARTÍN, José Luis. La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 146-149, cit.: **Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, I/2, p. 361.

⁸⁸³ No comparativo das fontes fiscais, então disponíveis ao monarca aragonês, essa configuração elimina algumas dúvidas: “entre 1353 y 1355, las ciudades y villas del Principado concedieron al Ceremonioso la suma total de 280.000 l. Parece fuera de duda que esa respetable cantidad está a años luz, tanto del valor de las décimas otorgadas al monarca catalanoaragonés por Clemente VI en 1351 y por Inocencio VI en 1354 para sostener la guerra de Arborea como de los módicos subsidios concedidos al rey de forma particular por algunos eclesiásticos del Principado” (SÁNCHEZ, Manuel. El realengo catalán en la financiación de la campaña a Cerdeña de 1356. **Acta historica et archaeologica mediaevalia**, p. 494).

anti-catalãs conluiadas com as milícias lígures, razão que impelia o monarca a solicitar novos donativos às vilas do braço real. Enquanto celebravam-se umas reuniões na vila real de Perpinyà, em 1356, e contrariamente a todos os protestos feitos pelos estamentos, espocara o conflito bélico com Pedro de Castela, o que faz começar um outro ciclo de requisições, acompanhadas pela adoção dos novos modelos parlamentares na negociação das ajudas destinadas para a conhecida *Guerra de los Dos Pedros*.

6.2. Da luta contra Pedro el Cruel ao envolvimento na Guerra dos Cem Anos

Com o entrosamento das relações entre as monarquias de Castela e de Aragão após as campanhas aliadas contra a invasão benemerim ao Estreito, dar-se-iam episódicos desligamentos desta última em razão da aparente fragilidade política castelhana, à reboque da ascensão do jovem soberano Pedro I. Mesmo em tempos de Alfonso XI se fizeram sentir desapontamentos entre as duas Coroas, sempre às voltas com a insolúvel questão murciana.⁸⁸⁴ Obviamente, o suporte em tropas dado ao infante Ferran estivera por muito tempo na memória do rei Pere, que em sua *crònica* menciona as palavras então ditas pelo castelhano ao tomar conhecimento dos castigos que infligira aos rebeldes unionistas.⁸⁸⁵ Nos anos seguintes, o monarca manteve um mal velado apoio às pretensões do infante, que de tempos em tempos ameaçava alvejar as fronteiras valencianas.⁸⁸⁶ Com a subida de Pedro I essa posição perdia qualquer prudência diplomática e tomava ares de conflito iminente. Em novembro de 1351, esperando obter uma autorização para reformar as muralhas da cidade, o conselho municipal de Valência notifica o soberano aragonês de que existiam evidências certas sobre os preparativos militares de En Ferran. Embora atento às escaramuças de seu meio-irmão, o Cerimonioso mantém-se convicto sobre o fato de que a debilidade do novo rei castelhano não o permitiria elevar-se a um embate direto, pois “*no ha tan grant pau amb los seus sotmeses o ab los moros, ne és tan rich de tresor, que necessari li sia ab alter rey moure guerra*”,⁸⁸⁷ de fato, Pedro I andava suficientemente ocupado naquela altura com os levantes movidos pelos altos barões do reino e pelos *hijos de doña Leonor*. Mesmo assim, o rei

⁸⁸⁴ Sobre a questão, remeter à arbitragem dada pelo rei de Portugal entre Jaume II e Fernando IV no Tratado de Torrellas (1304) in: FERRER, Maria Teresa. Causes i antecedents de la Guerra dels dos Peres. **Boletín de la Sociedad Castellonense de Cultura**, nº 63/4, 1987, pp. 445-446. Também é feita menção ao estabelecido pacto na *crònica* de Pere III (VI, § 14).

⁸⁸⁵ *Crònica de Pere el Cerimoniós*, IV, § 65.

⁸⁸⁶ FERRER, Maria Teresa. La frontera meridional valenciana durant La guerra amb Castella dita dels dos Peres, *op. cit.*, pp. 245 ss.

⁸⁸⁷ *Epistolari de Pere III*, doc. XIII, p. 109, nota 5 (cit. ACA, reg. 1065, f. 167^v).

aragonês se via claramente preocupado em adiar uma luta aberta com o castelhano, para em outubro de 1352 estabelecer com ele os acordos de Tarassona, os quais faziam direta restrição aos ataques de fronteira.⁸⁸⁸

Durante o longo processo de concentração política pelo poderio monárquico na península, foram vários os obstáculos que se interpuseram aos anseios reais por tal controle. Assim, as sublevações constantes de potentados da nobreza, notadamente vindas de grupos linhagísticos próximos ao rei, além das dissensões alimentadas pelos próprios infantes, que por secundogenia ou bastardia eram tacitamente excluídos da sucessão, constituíram elementos de acirramento latente entre os grupos concorrentes pelo favor real.⁸⁸⁹ Em Castela, Alfonso XI, que mesmo casado com Maria de Portugal, jamais abria mão de sua barregã, Leonor de Guzmán –de quem tivera os infantes Enrique, Tello e Fadrique–, criou uma situação de progressiva instabilidade ao beneficiar excessivamente seus filhos naturais em detrimento do infante Don Pedro, o próximo na linha de sucessão.⁸⁹⁰ Do lado catalano-aragonês, já são conhecidas as circunstâncias da inimizade entre Pere III e seus meio-irmãos, quando Alfons *el Benigne* provocara enorme animosidade entre os partidos do reino ao proceder à revogação do estatuto de Daroca para favorecer a sucessão patrimonial de seus filhos com Leonor de Castela.⁸⁹¹ O empenho ostensivo da rainha logo lhe custou a segurança, e fora por temor ao Cerimonioso que tivera de abandonar às pressas as fronteiras aragonesas, para só então encontrar guarida na corte do irmão em 1336.

As interferências recíprocas de um e outro monarca, ambos dotados de um temperamento pouco inclinado a tolerar ingerências estrangeiras, ativava uma disputa antiga entre os reinos ibéricos, que pelejavam pela sua preponderância nas zonas de influência circunvizinhas. Sedento por reintegrar aquilo que entendia ser por direito de conquista o patrimônio original dos reis catalano-aragoneses, En Pere ansiava uma oportunidade de reaver as terras de Múrcia e outras

⁸⁸⁸ ZURITA, Jeronimo. **Anales de la Corona de Aragon**, VIII, § XLIX.

⁸⁸⁹ Por muito tempo, a condição dos bastardos e dos secundogênitos foi pretexto de graves instabilidades no interior das linhagens mais proeminentes no âmbito peninsular. Com a sedimentação do sistema agnático e unilinear no direito sucessorial, a exclusão dos filhos segundos e bastardos, serviu de motor a pretensões divergentes, às vezes fracionadoras, dos grupos arregimentados pela tradição. Assim, a condição jurídica desses indivíduos, particularmente aos bastardos, restava definida pelas alianças estratégicas que se pudessem conquistar. Segundo Gama Barros: “*O fidalgo podia dar fidalguia aos filhos que tivesse de barregã, mas estes filhos não herdavam do pae*” (cit. o *Fuero Viejo*, V.6.1). Isto impõe a necessidade de alternativas à inserção nos quadros de poder da realeza dos seguimentos nobres, o que poderia significar a usurpação e a redimensionalização de seu lastro de influência política através do prestígio pessoal na concertação de importantes alianças em que acabariam por atuar. Cfr. BARROS, Henrique da Gama. **História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV**. Tomo II. 2ª edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945, p. 347.

⁸⁹⁰ Pero López de Ayala. Crónica de Don Pedro Primero. **Las Crónicas de los Reyes de Castilla**, V, § VI.

⁸⁹¹ “*Después le hizo donación el rey de la villa de Alicante y de la val de Elda y de Novelda y de Origüela y Guardamar, que eran del reino de Murcia y de la corona de Aragón y de la ciudad de Albarracín y de sus aldeas. [...] y así hizo después donación el rey al infante don Fernando de las villas de Játiva, Algecira, Morviedro, Morella, Burriana y Castellón*” (ZURITA, Jeronimo. **Anales de la Corona de Aragon**, VII).

faixas litorâneas de grande atração para os interesses mediterrânicos no poente.⁸⁹² Enquanto isso, e já tendo procedido à sistemática eliminação de seus rivais, o rei castelhano tinha as mãos um pouco mais livres quando o fio de pólvora fora aceso para as hostilidades que resultariam na declaração de guerra. “*E la dita guerra començà en aital manera*”, inicia o cronista régio, quando “*foren armades en la ciutat de Barcelona nou galeres per ofecials del rei de França*”.⁸⁹³ Essa armada seguia liderada por Francesc Perellós rumo ao canal La Manche para prestar ofensiva contra os ingleses, quando se detivera a meio caminho para aportar no golfo de Cádiz. Estando Pedro *el Cruel* em Sanlúcar de Barrameda, que, como explicam muitos relatos, ali se encontrava para asssitir a estação de pesca do atum, foi surpreendido pelo estol de Perellós dando combate a duas embarcações genovesas que transportavam carregamentos de trigo e azeite.⁸⁹⁴ Repreendido pelos emissários do Cruel, o impudente almirante catalão ignorara tal chamado para seguir sem maiores embaraços em seu destino rumo à França.⁸⁹⁵ Mesmo diante da notória inimizade entre catalães e genoveses, o rei Pedro não deixaria de se valer da ocasião para apresentar esta e outras antigas diferenças que vinha mantendo em relação a seu vizinho peninsular. Em agosto de 1356 o rei aragonês é notificado no castelo de Perpinyà da missiva enviada pelo castelhano. O tom acusatório dirigido a Pere III é devolvido sem hesitação, numa resposta que adota o estilo tão típico do rei ao remendar suas próprias contrariedades e recriminar o rival por ter ordenado previamente uns ataques contra seus territórios desde Múrcia e Molina, ante as respectivas faixas limítrofes com Valência e Aragão.⁸⁹⁶

Apesar do aparente imediatismo da carta enviada pelo Cerimonioso, o outro ainda se mantivera aberto a uma eventual negociação de viés reparador de parte do monarca catalão. Por mais que ele faça recair em Pedro I a culpa por todo o conflito deflagrado ao longo dos próximos nove anos —“*car era rei ple de gran supèrbia*”—, a posterior articulação feita para o alinhamento anti-Castela denota bem seu interesse pela concretização da guerra. Antes mesmo de responder ao pedido de reaproximação que lhe era oferecido, o rei aragonês fizera um convite ao banido Enrique de Trastamara, em exílio na corte do conde de Toulouse. Em 8 de novembro se firmara entre o rei e conde o chamado Tratado de Pina, em que eram cedidos a Enrique vários senhorios valencianos e aragoneses.⁸⁹⁷ Se o rei o investira tão prodigamente de privilégios e recebera dele homenagem vassálica, estas outorgas cumpriam uma contraparte que, futuramente, se esperava ver

⁸⁹² FERRER, Maria Teresa. Causes i antecedents de la Guerra dels dos Peres. **Boletín de la Sociedad Castellonense de Cultura**, pp. 445-452.

⁸⁹³ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, VI, § 3.

⁸⁹⁴ Pero López de Ayala. Crónica de Don Pedro Primero. **Las Crónicas de los Reyes de Castilla**, VII, § VII.

⁸⁹⁵ GARCÍA, Paulino. **El Rey don Pedro el Cruel y su mundo**, p. 223.

⁸⁹⁶ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, VI, § 4.

⁸⁹⁷ ZURITA, Jeronimo. **Anales de la Corona de Aragon**, IX, § VII.

atendida pelo conde tão-logo juntos vencessem o Cruel.⁸⁹⁸ O recrutamento de novos aliados não teria acabado, e Pere III miraria satisfeito para todos os refugiados castelhanos, e entre eles os dissidentes da Ordem de Santiago, que haviam se rebelado em 1354 contra o rei castelhano.

Entrementes, a ideia de provocar uma guerra naquela altura teria em si mesma pouca ou nenhuma acolhida entre os privados do conselho régio de En Pere. O primeiro a se levantar contra o prosseguimento de um conflito aberto é o infante Pere de Ribagorça,⁸⁹⁹ que primeiro faria insistir na aceitação das vias diplomáticas oferecidas pela mediação papal, e depois, quando se revelara claramente acertada a sua inclinação pela parcimônia e fora preciso buscar tréguas junto a Castela. Da mesma posição era o seu outro tio, o infante Ramon Berenguer, conde d'Empúries, que acabaria por liderar a oposição nobiliárquica catalã que se desgarrava das obrigações militares e das sufocantes requisições financeiras feitas através das cortes, como ficara exposto durante os reunidos de 1358-1359.⁹⁰⁰ A um e a outro, En Pere destinara suas palavras de persuasão, visando para além dos infantes, arrebanhar a adesão dos próprios extratos nobiliários que os seguiam.⁹⁰¹ Os demais braços do principado tinham postura próxima disso, envergando-a com toda rigidez desde as mesmas Cortes de Cervera, poucos meses depois das primeiras retaliações castelhano-aragonesas.⁹⁰² Enquanto os nobres se recusavam a oferecer uma ajuda financeira, os demais estamentos o faziam apenas para *defensar* o principado catalão, conquanto parte desta ajuda tinha óbvias destinações mediterrânicas e intra-peninsulares.⁹⁰³

De todo modo, além de convencer seus aliados internos, o soberano mantinha preocupações mais concretas no plano da ação regional. Temendo as alianças estrangeiras de Castela, como as que de fato se vinham firmando com ingleses e genoveses, o rei aragonês logo buscaria apoios capazes de equalizar as forças beligerantes do reino rival. Procuraria então um acordo com Portugal, reconhecendo no entanto que esta não seria dada sem obstáculos. Durante os

⁸⁹⁸ Em carta a seu tio, infante Ramon Berenguer, conde d'Empúries, o rei descrevia o seu plano nos seguintes termos: “*que.l comte de Trestàmera... car és hom qui.s preá molt de bondat, e nós li fem honors e plaers e molts bons acolliments, e te grans heretats e grans coses en nostre regne, e los quals són de condició que tantost los perdria; e veem que.s té per pagat de nós e ha-ho mostrat, [...] e fa son poder de títar a si e a son voler e a s servey nostre d'altres persones grans e de gran compte del regne de Castella, de les quals nós esperam haver gran profit e gran valença en nostres affers.*” (**Epistolari de Pere III**, doc. XIX, p. 136).

⁸⁹⁹ BEUCHAMP, Alexandra. De l'action à l'écriture: Le *De Regimine Principum* de l'infant Pierre D'Aragon (V. 1357-1358). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 35/1, Madrid, 2005, pp. 264-265.

⁹⁰⁰ MARTÍN, José Luis. Las cortes catalanas de 1358. **Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**, pp. 215-221.

⁹⁰¹ Assim longas missivas foram expedidas pelo próprio punho do Cerimonioso, no intuito de se justificar, convencendo a ambos das necessidades e vantagens de se encaminhar as hostilidades contra Pedro I. *Cfr. Epistolari de Pere III*, docs. XVII-XXI, pp. 123-160.

⁹⁰² **Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, I/2, pp. 470 ss.

⁹⁰³ A falta de um acordo nominal leva o braço militar a propugnar seus capítulos separadamente dos demais estamentos. **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, docs. XVIII (1-2), pp. 191-210 e 211-228.

primeiros anos da guerra, Pedro I de Portugal mostrara a opção por uma política apaziguada no que concernia às forças externas, que invariavelmente exigiam dele um posicionamento de impossível neutralidade. À vista disso, o rei português alternava-se entre o favorecimento aparente dos partidos que então lhe buscavam, sem contudo comprometer-se inteiramente a nenhum, o que explica por certo a continuação desta mesma política pendular no reinado de seu filho. Por isso, enquanto se travavam os enfrentamentos, o rei português tomou assim que pôde a providência de enviar uma embaixada ao Cerimonioso, para oferecer sua intermediação sobre um tratado de paz entre ele e o Cruel. Na ocasião, o rei aragonês aproveitou para se queixar das dez galeras portuguesas que acompanhavam a frota castelhana na ofensiva a Barcelona,⁹⁰⁴ e assinalou que tomaria aquele oferecimento perante seus conselheiros, principalmente entre o conde Enrique Trastamara e o infante Ferran, o qual nesta altura abandonara Castela para se aliar a seu régio meio-irmão. Deste momento, é que se registra a aliança secretamente afiançada entre Portugal e Aragão, aparentemente valiosa para o Cerimonioso, que julgava contar com um dos aliados mais importantes de Castela.⁹⁰⁵ Quanto a Navarra, não se podia esperar muito do comprometimento de Charles II, o qual seguia a única política que sua incômoda condição geográfica lhe permitia, cedendo de momento a momento seus salvo-condutos para a passagem de mercenários gascões através de Roncesvalles. Assim, ele prefere aguardar a definição das posições entre os vizinhos, e apenas quando o acuoamento à Pedro *el Cruel* parece definitivo faz mercê de estreitar suas relações com Aragão, tirando partido da provisória vulnerabilidade das fronteiras castelhanas.⁹⁰⁶

Neste compasso, as medidas de apoio são procuradas com algum sucesso no lado oposto. Havia anos que o rei Pedro iniciara negociações com os Platagenetas, firmando em 1362 um tratado junto ao rei inglês Edward III e seu herdeiro, o Príncipe de Gales.⁹⁰⁷ Internamente, envia expedições aos vizinhos ibéricos para sondar prováveis alianças. Valendo-se do parentesco com o mesmo rei Pedro I de Portugal, fez dirigir naquele mesmo ano uma embaixada a Évora, para que

⁹⁰⁴ O prometido apoio de Portugal foi solicitado em 1359, pelo secretário de Pedro o Cruel, Juan Fernandez de Hinestrosa; assim, a esquadra portuguesa, comandada pelo genovês Lanzarote Pessanha (Pezagno), alcançou a frota castelhana na batalha naval à frente de Barcelona naquele mesmo ano. *Cfr.* Pero López de Ayala. *Crónica de Don Pedro Primero. Las Crónicas de los Reyes de Castilla*, X, § XI. Fernão Lopes. *Crónica de D. Pedro de Portugal*, XXIV.

⁹⁰⁵ Este é o julgamento feito pelo próprio J. Zurita, ao tomar conta do agravo que isto faria ao rei de Castela: “*Estaba el infante don Fernando en la villa de Origüela mediado abril deste año con las huestes del reino de Valencia de caballo y de pie para entrar a talar la vega de Murcia; y vino a él un caballero del rey don Pedro de Portugal, su suegro, con quien el infante comenzó a tratar de confederarse con el rey de Aragón en nueva amistad, aunque su armada venía a juntarse con la del rey de Castilla su sobrino, y le valía en esta guerra.*”

Tuvo orden aquel caballero del rey de Portugal que no viniese al rey hasta que el infante fuese certificado que holgaba el rey su hermano desto; y así se comenzó a tratar secretamente esta liga contra el rey de Castilla, la cual importaba mucho al rey porque de ningún otro príncipe podía el rey de Castilla ser tan ofendido y damnificado como del de Portugal.” ZURITA, Jerónimo. *Anales de la Corona de Aragón*, IV, § XXII.

⁹⁰⁶ LEROY, Béatrice. *La Navarre au Moyen Age*. Paris: Albin Michel, 1984, pp. 137-138.

⁹⁰⁷ Pero López de Ayala. *Crónica de Don Pedro Primero. Las Crónicas de los Reyes de Castilla*, XIV, § I.

se tratassem as mutualidades que se dariam entre ambos os reinos.⁹⁰⁸ Finalmente, o rei atrairia outros antigos rivais do Cerimonioso, cortejando o desterrado Jaume de Mallorca e propondo uma cooperação naval com os genoveses.⁹⁰⁹ Preocupado com alguns destes adiantamentos, o mesmo rei aragonês tentaria, a partir de 1360, uma ponte que reparasse o alcance de Castela junto aos ingleses, propondo o casamento da infanta Joana com o próprio Príncipe de Gales.⁹¹⁰ Fraturado este artifício, estava confirmado em junho de 1362 o apoio anglo-castelhano, e meses depois se fazia uso dos corredores em reino navarro para a passagem das tropas sob o conde de Armagnac.

Os ataques se iniciariam desde o fim do primeiro ano da declaração de guerra. Mas a primeira vitória a causar certa comoção no lado aragonês viria pela tomada de Tarasso, em abril de 1357. Isto motivara En Pere a aceitar a mediação papal, estabelecendo em maio um primeiro acordo de tréguas com vigência de um ano. Estas seriam drasticamente rompidas assim que o infante Ferran atacasse Múrcia pela frente valenciana, chegando a Almúnia e a Haro, mas sem avançar mais pela incapacidade atulhada em se sobrepujar as defesas de Medinaceli.⁹¹¹ Em seguida, o rei castelhano revidaria, armando sua frota naval para atacar Barcelona e rumar com o mesmo propósito até as baleares. Com o tempo as ofensivas de Pedro I mostrariam sua superioridade militar, vindo a tomar marcas vitais na configuração defensiva da Coroa de Aragão. O ápice desses sucessos viria após a inclusão dos mercenários gascões no lado castelhano, assinalando avanços bastante sérios como ao que fora imposto a vila de Catalaiud e todo o caminho para o flanco ocidental do reino aragonês. Cairiam também em mãos castelhanas a cidade de Valência, obrigando o rei a considerar urgentes medidas conciliatórias com seu inimigo.⁹¹² No

⁹⁰⁸ Deste primeiro encontro entre os dignatários do rei de Castela com os de Pedro de Portugal, resultou a promessa futura de consorciarem-se as filhas do primeiro com os infantes portugueses Fernando, primogênito e herdeiro, João e Dinis. Isto, além do ânimo de se oferecer imediata ajuda, por meio de dez galeras armadas e custeadas a fim de servir na guerra contra Aragão. No entanto, a adesão à Castela, era apenas um primeiro gesto, da aparente interferência que o rei português viria dispor no decurso das hostilidades ensejadas no interior da península. Pois de qualquer forma, o tio do monarca castelhano não mantinha nenhuma intenção concreta de enfraquecer as instâncias de poder interno, pelas quais tanto empenhara seu reinado, para se imiscuir em assuntos estrangeiros.

Fernão Lopes, o cronista português dos reis de Avis, remonta a aliança antes havida entre os reis Afonso IV de Portugal e Pere III, contra o rei Alfonso IX de Castela, fazendo-o seguro de justificar a parcimônia tomada agora por Pedro o Cru diante do primeiro pedido de auxílio formalizado por seu sobrinho castelhano, quando fugia da ameaça do conde de Trastámara. Ainda assim, alude o cronista, o monarca lusitano promete também o envio de hostes terrestres – *“porquanto, a Deus graças, elle era abastante de muitas gentes, muito mais que el-rei de Aragão”* –, assinalando a ajuda afinal oferecida quatro vezes, tanto por terra quanto por mar enquanto durara o conflito (*cf.* Fernão Lopes. **Crónica de D. Fernando de Portugal**, XV).

⁹⁰⁹ BISSON, Thomas N. **The Medieval Crown of Aragon**, p. 115.

⁹¹⁰ RUSSELL, Peter. **A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos**. Trad. Maria Ramos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, p. 51 (cit. o registro: ACA, reg. 1174, f. 9^o).

⁹¹¹ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, VI, §§ 20-21.

⁹¹² FOREY, Alan. **The Crown of Aragon**. JONES, Michael (ed.). **The New Cambridge Medieval History**. Vol. VI, c.1300-c.1415. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 600.

entanto, depois de se obter um subsídio de 27.000 l. dos estamentos catalães⁹¹³ e acomodar, em novembro de 1364, um tratado com os franceses que há tempos estivera em andamento –aliás, sob os cuidados de Francesc Perellós junto a Louis d’Anjou–, fora possível reverter o quadro de derrotas ao deslocar as *grands compagnies* para o interior da península.⁹¹⁴ Neste contexto é que se virtualiza os pactos de Montsó, firmados entre En Pere e Enrique de Trastamara, em que o primeiro declara suas expectativas sobre a sexta parte das terras conquistadas pelo conde, e o segundo enuncia suas efetivas pretensões ao trono castelhano. Também é neste momento que as recentes tratativas de paz com Castela, negociadas nos últimos meses pelo visconde Bernat de Cabrera, foram suprimidas do horizonte político do rei aragonês, aceitando finalmente a oposição dos nobres ao influente visconde e passando a impor sua sumária condenação por traição e lesa majestade.⁹¹⁵

São com estas condições que a *avinença* em Avignon entre o rei de Aragão, Charles V de França e o papa Urbanus V selariam um acordo que, em múltiplas instâncias, serviria a sufragar as ofensivas contra o rei de Castela, os mouros de Granada e o ducado da Aquitânia –então, lembremos, desde muito destinado ao domínio dos primogênitos da Inglaterra– além de uma tomada significativa dos territórios do reino navarro.⁹¹⁶ Apesar dos desacertos infligidos pelas negociações das Cortes de Barcelona, das quais surgiriam os donativos que financiariam a parte aragonesa do acordo de Avignon, a campanha conseguira impor uma derrota temporária ao rei castelhano e sua consequente fuga à Galiza, e depois à Gasconha. Sob a proteção do Príncipe, a aliança anglo-castelhana revidaria em 1367, no famigerado enfrentamento de Nájera que desbarata as pretensões de Pere III e do conde Trastamara. Todavia, o retorno deste último, já sob a ruptura com o rei aragonês, permite a colocação dinástica de uma nova linhagem –conquanto, contestada pela sua proveniência ilegítima e bastarda–. Esta mudança no plano regional certamente afetaria os interesses do rei, que não apenas assistiria o frustrante desfecho de seus acordos com o novo monarca castelhano, como também se veria obrigado a aceitar os termos de um apaziguamento escandalosamente desfavorável aos planeamentos que desde o início o pusera em guerra.

Seja como for, a magnitude das consequências advindas dos envolvimento bélicos peninsulares, todos acarretados após a guerra com Castela, recebeu um tratamento superficial ou

⁹¹³ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XX, pp. 263-329.

⁹¹⁴ MINOIS, Georges. **La Guerre de Cent Ans**. Naissance de deux nations. Paris: Perrin, 2008, pp. 192-195.

⁹¹⁵ Cfr. sobre o processo de condenação de Bernat de Cabrera, o cap. 8, item 8.1, *infra*.

⁹¹⁶ MINOIS, Georges, *op. cit.*, p. 193: “Cela permettra en outre de travailler avec l’argent et la bénédiction du pape. Le plan est présenter en mai de 1365 à Avignon, lors d’une grande réunion en l’honneur de l’empereur. C’est l’enthousiasme: on fait d’une pierre quatre coups: on se débarrasse des compagnies, on remplace le roi de Castille, pro-Anglais, par un pro-Français, on redonne de la vigueur à l’idée de croisade. Les trois partenaires principaux partageront les frais: 100 000 florins chacun pour le pape, le roi de la France et le roi d’Aragon.”

equivocado na compreensão dos passes estratégicos esgrimidos pelo rei aragonês. O historiador inglês, Peter Russel, limita as motivações do monarca à questão murciana, e restringe suas decisões políticas ao nível rasteiro de umas poucas intrigas palacianas:

En Pere, [...] sonhou expandir as suas fronteiras para ocidente, em detrimento de Castela, e assim arrancar ao reino central a hegemonia que este detinha sobre a Península. Os acontecimentos viriam, contudo, revelar que o rei aragonês não passava, no fundo, de um carácter fraco que acabou irremediavelmente aprisionado em teias diplomáticas de sua própria urdidura, enquanto, no campo de batalha ou na sala de Conselho Régio, os vizinhos tomavam medidas decisivas. Infelizmente para ele registaram-se também, durante todo o seu reinado, profundas divisões políticas na corte aragonesa e sobretudo no seu círculo mais próximo. Estas divergências foram exploradas por aqueles que ambicionavam conduzir a política aragonesa em obediência aos interesses da França, da Inglaterra ou espiões, agentes e grupos de pressão, prontos a revelar os segredos daquele ao seus opositores.⁹¹⁷

Curiosamente, ele não se detém em semelhantes considerações ao julgar o papel intrincado desempenhado pelos ativos parlamentares do reino inglês, sobretudo quando se tinha em jogo os destinos da guerra levadas contra a França, ou até mesmo nas campanhas que seriam futuramente empreendidas pelo duque de Lancaster em território hispânico. O modelo, tão bem assente desde Edward I, assegurava um espaço de privilégio à “*discussion of affairs of state*” antes mesmo da discussão legislativa, ou da arena de reparações judiciais e requisições financeiras da monarquia.⁹¹⁸ É preciso então estabelecer um paralelo dessas coletividades estamentais, e limitar o protagonismo das ideologias sectárias de um plenipotente *conselho régio*.⁹¹⁹ Pois, de um mesmo modo, e por combinações políticas bem descritas até agora, as assembleias estamentais na Coroa catalano-aragonesa pouco a pouco passariam a deter o crivo supremo das questões de ondem externa afectas aos interesses dos seus representantes.

Com o prosseguimento da guerra, algumas transformações institucionais infiltrariam as dinâmicas de propulsão bélica, financiamento e instrumentalização jurídica dos territórios da Coroa. Ao mesmo tempo, sua participação nos expedientes contra Castela trouxe agudas dificuldades para a monarquia, que agora tinha de lidar com a divergência interna sobre os apoios conferidos ao Trastamara, além da problemática presença de mercenários franceses, gascões e

⁹¹⁷ RUSSELL, Peter. **A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos**, pp. 49-50.

⁹¹⁸ MAITLAND, Frederic W. **Selected historical essays of F.W. Maitland**. CAM, Helen M. (chosen and intr.). Cambridge: Cambridge University Press, 1957, pp. 63-95.

⁹¹⁹ Sobre um comparativo útil das assembleias estamentais na Baixa Idade Média, *cfr.* BISSON, Thomas N. Consultative functions in the king's parlements (1250-1314). **Speculum**. A Journal of Medieval Studies, vol. 44, III, The Medieval Academy of America, Massachussets, 1969, pp. 353-373. BISSON, Thomas N. The Problem of Feudal Monarchy: Aragon, Catalonia, and France. **Speculum**. A Journal of Medieval Studies, vol. 53, III, The Medieval Academy of America, Massachussets, 1978, pp. 460-478.

normandos, cujos soldos aparentemente seriam custeados pela tesouro real, o qual por sua vez tinha de recorrer às cortes e aos levantamentos da *Diputació*. Também, diante da irresolução dos desastres mediterrânicos (pois seguia as insurgências em Sardenha e nenhuma das negociações com os Doria puderam oferecer termos satisfatórios ou duráveis), a parcimônia dos estamentos políticos forçava o rei a consentir imensas cessões jurisdicionais, além de restringir seu potencial de ação às reiteradas medidas consultivas planeadas durante as cortes de 1357-1369.⁹²⁰ A crescente dificuldade de gerir o financiamento das campanhas bélicas do rei expunha toda a fragilidade social, econômica e jurídica arrematadas depois de 1369,⁹²¹ que permitiriam o arranque de organismos desmembrados do corpo administrativo régio e a interferência decisiva de setores sociais sobre os destinos das décadas seguintes.⁹²²

As tensões internas se agravariam. Novas polarizações viriam com a disputa das Sés papais de Avignon e de Roma, que exigia dos líderes da cristandade ocidental seus alinhamentos por uma ou por outra.⁹²³ Pere *el Cerimoniós* insistiria na manutenção de neutralidade, mas, a proximidade natural de Avignon, permitiria-lhe ao menos ganhar alguns direitos fiscais sobre o braço eclesiástico, ao recaptar anualmente para si a *décima eclesiástica* em troca da obediência ao papado francês. Mas mesmo em questões como esta a preponderância da alta cúria era por demais incisiva, influenciando muitas personalidades-chave no conjunto de escolhas algo conturbado da Coroa. Ao declarar oficialmente uma posição neutral, o soberano aragonês encontrava notáveis dificuldades em afirmá-la de modo incontestado. De todos os seus súditos, é o infante herdeiro o primeiro a contrariar as altas determinações paternas com sua alardeadora inclinação pró-

⁹²⁰ MARTÍN, José Luis. La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. **Les Corts a Catalunya**, pp. 146-151.

⁹²¹ “Mientras el monarca castellano podía reunir su ejército sin especiales problemas, Pedro el Ceremonioso tenía que depender siempre del lento goteo del dinero procedente de los subsidios negociados en las asambleas con los grupos privilegiados. Nadie puede dudar de la validez de fondo de tales afirmaciones, fruto de la diferente configuración del poder político en ambas Coronas, y que ello tuviese su reflejo en el desarrollo de los conflictos armados. Pero también parece absurdo pensar que el Ceremonioso tuviese que esperar a que los donativos de las Cortes fuesen efectivamente recaudados para llevar a cabo sus campañas ofensivas o atender a la defensa del territorio. Es evidente que los donativos eran financiados inmediatamente por los procedimientos más diversos, sobre todo, por el recurso a los grandes banqueros, que avanzaban al monarca el dinero que necesitaba a cuenta del subsidio ofrecido por las asambleas. De hecho, una lectura atenta de los capítulos de muchos donativos permite observar que, desde el mismo momento de la oferta del subsidio, ya se preveían las maneras de financiarlo de la manera más rápida posible.” SÁNCHEZ, Manuel. José Luiz Martín, investigador de la Historia de Cataluña. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 36/1, Madrid, 2006, p. 497.

⁹²² SABATÉ, Flocel. Corona de Aragón. In: **La época medieval: administración y gobierno**. Madrid: Istmo, 2003, pp. 341-344.

⁹²³ MILLET, Hélène. Le Grand Schisme d’Occident (1378-1417). “Le Midi et le Grand Schisme d’Occident.” **Cahiers de Fanjeaux**, nº 39, 2004, pp. 21-24. FERNANDES, Fátima Regina. A Monarquia Portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85). FRIGHETTO, Renan. GUIMARÃES, Marcella L. (orgs.). **Instituições, Poderes e Jurisdições**. “I Seminário Argentina-Brasil-Chile de História Antiga e Medieval”. Curitiba: Juruá, 2007, pp. 137-155.

avignonense.⁹²⁴ Igualmente incontrolável seria o posicionamento de alguns importantes prelados da igreja catalã, desde muito fiéis aos pontífices do partido francês. Um deles fora o dominicano Nicolau d'Eimeric: nomeado inquisidor geral sobre os territórios catalano-aragoneses em 1366, ele tivera muitas ocasiões para se indispor contra o rei Cerimonioso, como quando atacava aos lulistas pelo explícito averroísmo de sua teologia, e devendo por isso se exilar na corte de Gregorius IX. Com o impasse cismático, o frade dominicano regressa ao principado como defensor da legitimidade de Clementinus VII, para logo em seguida volver aos ataques contra o lulismo e receber novas repreensões do soberano, que o teria mandado ao cadafalso desta vez não fosse pela proteção do infante Joan, quem o manteria a salvo a despeito de todo o radicalismo de sua teologia. Esse descontrole na imposição de uma política régia coerente reflete apenas a última de uma série de vicissitudes que fustigava o que ainda havia de substancial na autoridade dos reis aragoneses.

Justamente, é com a falta de efetivos políticos da monarquia que evolui em prerrogativas a ambientação institucional das cortes e o alcance jurisdicional da arrecadação gerida pelas generalidades: diante da contínua gestão dos recursos oferecidos pelos estamentos a sufragar a guerra. Fixa-se nessa época um tipo de organismo que, ao evoluir de sua máquina fiscal, autonomiza-se com a delegação das cortes e assume sua existência de fato sobre as exasperantes requisições monárquicas. Embora sua permanência institucional seja oficializada apenas em 1413, sua vigência de fato é uma realidade claramente definível desde a segunda metade da centúria anterior.⁹²⁵ Quando o rei Pere III eleva a constância das convocatórias de cortes a um patamar superior ao do reinado de Jaume II, não é apenas a instrumentalização dos sistemas parlamentares da Coroa que ganham em complexidade, e, sim, todo um inusitado maquinário fiscal desenvolvido ao seu entorno.⁹²⁶ Este se descola da soberania dos delegados régios para compor sua estrutura contábil a par da instrução do mestre racional, afrontando-o algumas vezes no tocante a suas

⁹²⁴ Assim, o apoio dos próximos monarcas marter-se-ia ao papado de Avignon, até mesmo quando a França retirasse-se de seu alinhamento em 1398, deixando o último pontífice presa da sorte. Este último, é um nobre de estirpe aragonesa, Pero Martínez de Luna, quem assume com o título de Benedictus XIII. E que graças aos esforços de Martí I e a adesão popular de São Vicent Ferrer, consegue fugir do palácio papal disfarçado de frade cartuxo, vivendo itinerante pelas terras do rei. Com o suporte limitado a Escócia, condado d'Armagnac, Castela, Navarra e Aragão, o antipapa seria excomungado pelo Concílio de Pisa, em 1409. Apesar disto, sua permanência na Coroa seria estratégica ante a lacuna sucessória do rei Martí, protagonizando “*como noble y como pontífice*” um papel efetivo nos acordos afinados em Caspe, em 1412 (SABATÉ, Flocel. *Catalunya Medieval*. BALCELLS, Albert (org.). **Història de Catalunya**. L'Esfera dels Llibres, 2006, pp. 338-339). Acerca da atividade de combate antipapal desenmpenhada a paritr da nova corte de Peñíscola, *cfr.* **Bulario Aragonés de Benedicto XIII**. Vol. III. La Curia de Peñíscola (1412-1423). CUELLA ESTEBAN, Ovidio (ed.). Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 2005, pp. 8-17.

⁹²⁵ FERRER, Maria Teresa. Les Corts de Catalunya i la creació de la Diputació del General en el Marc de la guerra amb Castella (1359-1369). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 34/2, Madrid, 2004, pp. 875-938.

⁹²⁶ *Cfr.* MENJOT, Denis. SÁNCHEZ, Manuel (dirs.). **Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales**. Madrid: Casa de Velásquez, 2006.

competências fiscais. Os responsáveis pela gestão da *Diputació* ascendiam através de comissariados, eleitos pontualmente no final de cada assembleia para atender à administração do donativo durante o prazo que vigisse cada arrecadação. Estes delegados espelhavam a tripartição estamental, representando em seus funcionários os interesses dos braços em nome dos quais atuavam. Embora tal composição excluísse a presença dos oficiais régios, recordando os instrumentos administrativos das ofertas de 1289, 1292 e 1300, sua precocidade não deve ser situada para períodos anteriores ao âmbito dos conflitos pós-1356.⁹²⁷

Ladeada pelas reformulações de organização fiscal, as medidas concernentes ao armamento, recrutamento e expedição de milícias receberiam seus próprios implementos. A presença de hostes castelhanas nos territórios da Coroa impulsionou a criação de mecanismos de auto-defesa e um recrutamento de expedientes militares a soldo, mediante a contratação de companhias que, a partir das primeiras ofensivas mediterrânicas até a canalização das rebeliões sardas, levaria a um desuso gradual do recrutamento feudal.⁹²⁸ As derrotas infligidas em Nájera em 1367 e o fracasso das defesas organizadas um ano depois, para impedir a passagem de Du Gesclin,⁹²⁹ deixariam mais que evidente a necessidade de se readequar a formação dos próximos contingentes militares à instrumentos de captação financeira dotados de maior agilidade. Bem assim, estas temáticas tomariam algum espaço nas discussões seguintes, mediante as alterações levantadas pelo rei durante as cortes de 1369 e 1371. Mas mesmo estes tópicos abrem espaço à dissensão travada pelo controle dos meios de atuação sobre a administração de um e de outro âmbito. Desta maneira, se o rei detém a prerrogativa de gerir os provenientes de suas regalias, como fora no subsídio acordado para atender ao *Princeps namque*, os limites desta gestão sofriam de um controle indireto, diante da malversação do tesouro e das acusações de fraude contra os

⁹²⁷ FERRER, Maria Teresa, *op. cit.*, pp. 875-880.

⁹²⁸ “Es entonces, en efecto, cuando se produce la transición de un sistema de basado en el servicio debido por feudatarios a otro dominado por el servicio estipendiado, a sueldo. Se trata de una transformación de las estructuras militares común a otros territorios europeos y que, si bien es cierto tiene sus orígenes a fines del siglo XII y durante el XIII, cuando la presencia del servicio militar pagado es ya un hecho, sólo se completa entre fines del Doscientos y mediados del Trescientos, cuando se consolida el servicio contractual con el aumento de escala de la guerra –operaciones militares de mayor duración y más lejanas– y el desarrollo de nuevos medios financieros estatales. Unas transformaciones que afectan tempranamente a Estados feudales como Inglaterra, ya a fines del siglo XII, aunque el arraigo del servicio contractual asoldado ocurre en la primera mitad del XIV, durante las expediciones de la Guerra de los Cien Años. Pero también a Francia y Navarra, ambos a lo largo del siglo XIV, en el marco de las campañas de la citada guerra; y a Portugal en la primera mitad del XV, a raíz de sus campañas norteafricanas. Quedan al margen los casos de Castilla e Italia, por la convivencia de los feudos de bolsa y las soldadas en los ejércitos castellanos durante todo el periodo bajomedieval; y por el temprano recurso a contingentes mercenarios asoldados por parte de los ejércitos de las ciudades y principados transalpinos.” SÁIZ, Jorge. **Guerra y nobleza en la corona de Aragón**. La caballería en los ejércitos del rey (siglos XIV-XV), pp. 53 ss. (cfr. también a bibliografía citada pelo autor).

⁹²⁹ Jean Froissart. Les Chroniques. In: **Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age**, Livre III^e, XVI, pp. 556.

oficiais régios.⁹³⁰ Mas se por um lado as condicionantes criadas para a concessão dos donativos repercutem a uma demanda especiosa da segunda metade do XIV, elas continuam a cavar fundo em busca de um posicionamento institucional consistente. Lembra-o Manuel Sánchez, que “*tanto las limitaciones impuestas a los monarcas catalanoaragoneses en materia fiscal como la intervención de comisiones elegidas por las Cortes en el control de los donativos hundían sus raíces en las reglas de juego definidas, si no antes, ya en 1283*”.⁹³¹ Esta “definição prévia” do acordo institucional serve, claro, ao elastecimento dos mesmos conceitos manejados ao dados mais contingentes. O controle das atribuições da realeza passa por um filtro de identidade política legível por novas condicionantes ideológicas, sempre ao piso da *refomació de la utilitat pública* e, conforme esta, a um outro estatuto de utilidade. O implemento *judicial* das cortes assume idêntico aspecto, em crescente problematização, e que faz da resolução dos reclamos e da emissão normativa dos atos de corte elemento indistinguível entre os demais no repostório da instituição.

6.3. O fet de Sardenya: os esforços contra a aliança sardo-genovesa

De uma ou de outra forma, a insubordinação dos Arborea continuava a representar um problema sem termo para o Cerimonioso. Nenhum de seus anteriores esforços para conquistar a fidelidade de seus magistrados lograra resultados muito positivos nos últimos quarenta anos.⁹³² Desde a criação dos reinos de Córsega e Sardenha pelo papado em fins do XIII, e a posterior cessão em 1324 dos domínios pisanos à Coroa,⁹³³ a autoridade dos monarcas catalães no território sardo sempre foi um ponto frágil e questionável diante a sua incapacidade de exercer um controle efetivo dos submetidos insulares. A dificultosa implantação de um mecanismo econômico auto-suficiente era outro entrave derivado desta insubmissão: o descompasso da relação entre os núcleos citadinos e os campos rurais era refletida nos marcos de controle político desequilibrados. O predomínio catalão nos primeiros é desde logo matizado pelo gerenciamento rural sob posse dos

⁹³⁰ SÁNCHEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**. Trad. Marita Viscarro. Barcelona: Eumo Editorial/Universitat de Girona/ Estudis Universitaris de Vic, 1995, pp.129-134.

⁹³¹ SÁNCHEZ, Manuel. José Luiz Martín, investigador de la Historia de Cataluña. **Anuario de Estudios Medievales**, p. 499.

⁹³² FERRER, Maria Teresa. La guerra d'Arborea alla fine del XIV secolo. MELE, Giampaolo (a cura di). **Giudicato d'Arborea e Marchesato di Oristano: proiezioni mediterranee e aspetti di storia locale**, “Atti del Io Convegno Internazionale di Studi (5-8 dic. 1997)”, Oristano, ISTAR, 2000, pp. 535-620.

⁹³³ Desta cessão, subsiste a enfeudação de Cagliari realizada mediante a homenagem e o juramento da comuna da república de Pisa ao soberano aragonês (**Crònica de Pere el Cerimoniós**, I, § 34). Cfr. SABATÉ, Flocel. La civiltà comunale del medioevo nella historiografia spagnola: affinità e divergenze. **I convegno internazionale di studi. La civiltà comunale italiana nella storiografia internazionale** (Pistoia, 2005). Centro di studi sulla civiltà comunale, Pistoia-Firenze, 2008, pp. 122-127.

senhorios sardos, o que leva ao fosso aberto sobre a administração dos expedientes régios na ilha, incapaz de pacificar tais dissidências e exigir um controle de seu mercado interior.⁹³⁴ Dissidências que eram assumidas tanto maior fosse a tenacidade da oposição aos modelos institucionais catalano-aragoneses. E que, combinado aos quadros de redução demográfica e à crise agrícola, que impõe aos campos sardos um atendimento massivo dos celeiros catalães e valencianos, leva grupos locais a se coligarem contra a exploração destes em apoio aos interesses de Gênova.

O rechaço aos catalães vai se alinhando aos programas de ocupação e fixação administrativa no reino sardo, controlados a vez pelos setores mercantis e nobiliários que obtém licenciamentos do monarca para uma improvável consolidação dos domínios regionais. Entre os setores mercantis, abrem-se benefícios dispendiosos pela retenção de privilégios destinados à comercialização, eliminando por isso a presença de mercadores estrangeiros e dos feudatários dos conselhos citadinos. Por outro lado, a estratégia vindicada com a instalação de senhorias feudais não obtivera resultados muito duradouros, como o mostra o estudo de Cécile Crabot sobre a linhagem dos Sentmenat. Assim que recebe a enfeudação da vila de Orosei, em 1324, o catalão Ramon de Sentmenat comprometera-se a fornecer quatro *cavalls armats* por três meses ao ano.⁹³⁵ Entrementes, o oferecimento desses deveres feudais pelos descendentes de Ramon seriam dificultados pela própria insubordinação de seus dependentes diretos. A condição da linhagem ilustra quão sucessivos seriam os desgastes enfrentados pelos nobres catalães com as agudas reivindicações locais em concurso com as demandas da potestade régia.

Entre tantas questões adjacentes, o destacamento da conquista sarda durante o reinado de Alfons III se ajusta às primeiras condições estruturantes que reverberariam mais tarde a uma dimensão notadamente institucional. O afrouxar-se das fidelidades locais, em princípio alinhadas à Casa de Barcelona para se opor ao controle constante das repúblicas italianas, se tonificaria com o fracasso de impor uma ocupação efetiva dos domínios insulares; sendo esta bem materializada pela rejeição à presença catalã e a qualquer índice de controle regular movido pelos destacamentos régios sobre as elites autóctones da Sardenha. À raiz dessa insubordinação consta também a própria peculiaridade ideológica de um conceito de *nobiltade* tal como afirmado no

⁹³⁴ Neste ponto: MANCONI, Francesco. Les relacions econòmiques i socials de Catalunya amb Sardenya entre l'edat mitjana i l'edat moderna. **Revista de l'Alguer**, pp. 76: “*Les rigoroses mesures reials a favor del fisc i de l’aprovisionament, que tendeixen a expropiar els feudataris del monopoli dels grans per tal d’afavorir la intervenció dels comerciants sardo-catalans com a intermediaris, provoquen resistències tenaces que es manifesten entre d’altres coses amb el contraband dels cereals, que els barons exporten per mitjà de carregadors no autoritzats. Són conegudes les enormes exportacions de grafetes amb menyspreu de les re-petides prohibicions reials, dels poderosos feudataris Carròs, i no només per aquests.*”

⁹³⁵ CRABOT, Cécile. I problemi dell’espansione territoriale catalana nel Mediterraneo: conquistare un feudo in Sardegna, un bene o un male? L’esempio dei Sentmenat, Signori di Orosei (sec. XIV). **Anuario de Estudios Medievales**, pp. 815-848.

ambiente político italiano. O caráter comunal dos discursos reinantes implicava, em certo sentido, uma postura “antinobiliária” dos estatutos cidadãos italianos (particularmente aos *luoghi* da Tuscia e da Toscana).⁹³⁶ A ascensão nobiliárquica da *fama* e do reconhecimento comum era em si mais valiosa que a alentada e antiquíssima tradição dos *milites* de núcleos medievais –e tomemos cuidado ao dizê-lo– notadamente mais “germanizados”.⁹³⁷ Perante a natureza dos vínculos senhoriais e o nobilitamento das linhagens recentes da Itália setentrional⁹³⁸ (os exemplos são numerosos e bastante significativos: Sforza, Doria, Medici, Uberti, etc.), os potentados da Sardenha se viam mais facilmente atrelados aos seus homólogos toscanos e lígures que aos recém-instalados vassalos da Coroa de Aragão. Esta proximidade serviu, é verdade, mais que nunca às circunstâncias e ao pretexto insurrecional dos judicatos autóctones.

Desde que se viam aliados da poderosa Gênova, os sardos criariam inúmeros obstáculos aos interesses catalães na dinâmica enlaçada no Mediterrâneo. Bem a propósito, a disputa desbravada desde a década de 1330 era, para mais de um imperativo bélico, também um reflexo das sérias limitações de abastacimento que se abatiam sobre os dependentes regionais do rei aragonês. Com a guerra contra os genoveses vinha o estrangulamento dos meios de abastecimento, advindo em consequências internas demasiado sensíveis. Agora, a autoridade monárquica via-se testada pela combinação de contingências sociais e econômicas que minava as bases de sua potencialidade jurídica: ante a conhecida precariedade jurisdictional do soberano, resistiam as crises sociais generalizadas, movidas pelo impacto da escassez frumentária e da desordem coletiva estimulada pelos desaires econômicos no principado.⁹³⁹ Desde o assinalado *mal any primer*, as crises frumentárias seriam maiormente agravadas pelos embargos pisano-genoveses ao abastecimento mediterrânico. De todas as cidades reais, a mais afetada era Barcelona, que sempre

⁹³⁶ O aparato jus-dogmático desses estatutos se desdobram, por exemplo, nas acomodações de juristas do século XIII ao tratarem do assunto, preliminares então desde os comentários de Bartolus ao livro XII do *De Dignitatibus* do código justineano. Cfr. DONATI, Claudio. *L'idea di nobiltà in Italia*. Secoli XIV-XVIII. Roma/Bari: Laterza, 1988, pp. 3-6.

⁹³⁷ BRUNNER, Otto. *Storia sociale dell'Europa nel Medioevo*. Trad. Gustavo Corni. Bologna: Il Mulino, 1988, pp. 74-81.

⁹³⁸ Um exemplo bem sensível da questão é oferecido pelos escritos humanistas –com claras referências aos argumentos de Dante Alighieri– em circulação na república florentina na passagem dos séculos XIV-XV; como nota o tratado “*De nobilitate legum et medicine*” de Coluccio Salutati, de 1400, ao definir a condição de um nobre pela sua destacada excelência, subestimando o caráter de *ingenuus* da ancestralidade: “*Unde et inolevit illos appellare nobiles, qui maiorum suorum claritate conspicui sunt; non quidem antiquitate sanguinis, quoniam omnes unico descendimus ab Adam, sed antiqua dominatione familie, que suum nomen, virtute progenitorum, fama, gloria, potentia, dignitatibus, divitiis et clientelis diu famosum potuit conservare*”. Cit. in: DONATI, Claudio, *op. cit.*, p. 9.

⁹³⁹ IRADIEL, Francisco Paulino. La crisis bajomedieval, un tiempo de conflictos. IGLESIA, José Ignacio de la (coord.). *XIV Semana de Estudios Medievales*, Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV. Nájera: Instituto de Estudios de la Rioja, 2004, pp. 13-48. BATLLE, Carme. Un exemple de la hipersensibilitat popular (Barcelona, Corpus, 1370). *VIII Congreso de Historia de la Corona de Aragón*, Valencia, 1967, vol. II, València, 1970, pp. 91-101.

sofrera com as limitações do abastecimento de trigo e agora tinha de lidar com a baixa dos celeiros ilderdenses e tarraconenses, e um exorbitante aumento do preço dos grãos que inviabilizava seriamente as aquisições transacionadas pelos conselheiros municipais.⁹⁴⁰ A pirataria italiana tolhia a via marítima, com a qual estava a mais importante forma de abastecimento alimentar disponível pelos carregamentos de proveniência siciliana, sarda ou maiorquina. Essa limitação, associada às demais, asfixiava perigosamente a rota de suprimentos aos barceloneses, uma vez que a cruzada planejada por Alfons III contribuía no desvio de cereais de Aragão e Valência para o guarnecimento da fronteira granadina.⁹⁴¹

A tentativa de solucionar o problema, apossando-se de um entreposto importante a meio caminho do Egeu, daria início as sucessivas campanhas dos reis aragonesas, que ao perseguirem um objetivo produziam um novo desastre financeiro e institucional. O arrecadamento de intermináveis somas para o custeio militar deixavam a descoberto a exiguidade de todos os concretos rendimentos sob pulsão régia, e os mecanismos alternativos envidados para a resolução de tal déficit, que davam sequência na política de endividamento dos montantes patrimoniais da monarquia.⁹⁴² O crescente destas emissões agravaria as proporções de uma crise institucional resultada desde muito sobre a perda de prerrogativas régias e o hiperfracionamento de sua jurisdição direta. É deste cruzamento que se ascende a uma nova complexidade fiscal, avaliada desde as estruturas de arrecadação municipais até a mutação de uma tipologia documental deste tipo.⁹⁴³ Nos preparativos que incluíam o levantamento de fundos para a conquista sarda, o estudo de Pere Orti destaca os quadros registrados pelo *batlle general* junto aos cálculos do mestre racional. As proporções das alienações empregadas neste intervalo, 1322-1324, soam tímidas se comparadas àquelas levadas a cabo nas campanhas de Pere *el Cerimoniós* pós-1362. A propósito desses resultados e de muitas das suas consequências, há de se encarar seu planejamento, previamente calculado, à diferença de umas solicitações exasperadas na iminência de ataques inimigos aos territórios da Coroa. Neste momento, lembrando os lugares ocupados pelos

⁹⁴⁰ MUTGÉ, Josefina. L'abastament de blat a la ciutat de Barcelona en temps d'Alfons el Benigne (1327-1336). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 31/2, Madrid, 2001, pp. 649-660.

⁹⁴¹ *Idem*, *ibidem*.

⁹⁴² SÁNCHEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**, pp. 114-118.

⁹⁴³ Sobre este particular, o exemplo acompanhado por C. Guilleré nos expedientes do conselho municipal de Girona, com modificações sensível aos vetores sócio-econômicos da centúria: "*la période qui va de 1280 à 1340 est surtout consacrée à l'élan économique; de 1340 à 1380, les principaux facteurs de la crise se mettent en place et c'est par ailleurs la période de gestation du système fiscal; enfin à partir des années 1370-1380, la crise des institutions se noue à travers la question des juridictions dont le rachat nécessite un investissement politique et financier de grande importance. Jamais, jusqu'alors, la question sociale et les structures financières et fiscales n'ont été autant imbriquées.*" GUILLERÉ, Christian. La fiscalité d'une ville catalane à travers la correspondance royale (XIII^e-XV^e siècles): L'exemple géronais. MENJOT, Denis. SÁNCHEZ, Manuel (dirs.). **Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales**. Madrid: Casa de Velásquez, 2006, p. 319.

interessados no seguimento dos empreendimentos mediterrânicos: uma vez mais os números revelam o contraste da proximidade do braço real catalão em razão dos demais estamentos nos reinos de Valência e de Aragão. Do montante total de alienações empenhadas para custear as campanhas do infante N'Alfons, 1.630.632 soldos (58% do total dos arrecadamentos, portanto) procediam de rendas privadas do patrimônio real situadas no principado –enquanto 36,5% é de proveniência valenciana e somente 5,5% oriundas do realengo aragonês.⁹⁴⁴ A partir de 1340, a junta investida pelas cortes de Barcelona se encarregaria de recolher o valor destinado aos donativos reais. Entretanto, pela impossibilidade de efetuar aquela arrecadação ao tempo exigido, os *oficials recaudadors* procederam à emissão de títulos públicos, *i.e.*, obtendo crédito mediante a cessão de rendas vitalícias e perpétuas, à obtenção de *violaris* e *censals*, os quais haviam de ser amortizados tão-logo os devidos ingressos fossem percebidos pela erário régio.

Esta não seria a primeira vez que a monarquia se lançava a formas tão imediatas de captação. Desde Jaume I a busca de recursos pela abertura de rendas era prática conhecida, e depois de Jaume II e Alfons III estas mesmas ascenderiam em definitivo.⁹⁴⁵ Com o tempo esse recurso assumia caráter reiterativo, e o endividamento mediante as cessões das rendas censalistas passava a sufocar não apenas a fazenda régia mas as municipalidades a caminho de um crescente endividamento das coletividades. Neste panorama, incidiam umas alienações que podiam ser cedidas seja através de título de feudo (*feu honorat*), de alodio (*venda en franc alou*) ou de concessão por “carta de graça”, e quanto a sua natureza jurisdicional, podiam especificar prerrogativas usufrutuárias ou até mesmo dominiais, como as de mero e *mixto* império.⁹⁴⁶ A exemplo das alienações deste tipo, surgem as adquiridas em 1323 por Ramon Folc, visconde de Cardona, sobre os castelos *termenados* de Castelladral, Montmajor, Torroella, Coaner, Súria, Viver e Serrateix, ou as detidas pelo Monastério de l’Estany sobre os termos de Muntanyola e Castellterçol.⁹⁴⁷ No fim, a busca da solvência impeliaria o rei a procurar o auxílio financeiro de banqueiros, que em troca do empréstimo desejado aprofundavam ainda mais a dependência, com a imposição de uma verdadeira “*migradesa del patrimoni reial*” para as mãos de particulares. Pere el *Cerimoniós* não apenas se habituara a recorrer aos banqueiros locais como então o fizera com

⁹⁴⁴ ORTI, Pere. Les alienacions del patrimoni reial i el finançament de la conquesta de Sardenya de 1232-1324. **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**, p. 246.

⁹⁴⁵ Sobre a carência de estudos sobre as alienações do patrimônio régio, empreendidas aos finais do século XIII, até a segunda metade do XIV, *cfr. Idem, ibidem*, pp. 239-273.

⁹⁴⁶ PONS I GURI, Josep Maria. La *potestas*, el *merum* i el *mixtum imperium*: estat de la qüestió. **Recull d’estudis d’història jurídica catalana**. Vol. IV. “Textos i Documentos”, nº 38. Barcelona: Fundació Noguera, 2006, pp. 135-142.

⁹⁴⁷ ORTI, Pere. Les alienacions del patrimoni reial i el finançament de la conquesta de Sardenya de 1232-1324. **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**, p. 245, nota 31 (anexo: quadro 2).

prodigalidade assustadora. Ao consultar os *llibres de la taula* dos credores do rei a partir de 1373, Gaspar Feliu concluiu que o procedimento empregado pelos banqueiros, Pere des Caus e seu genro Andreu d'Olivella, era a constituição do crédito efetuado em nome da tesouraria real cujos pagamentos eram dados a termo. Ou então, pela obtenção de dinheiro mediante a venda de *censals* feita em seus próprios nomes, e finalmente, pela entrega de valores cedidos diretamente pela banca daqueles —e claro, sempre à base de juros um tanto extorsivos—. ⁹⁴⁸ Em 1381, a dívida com os banqueiros acumulada pelo rei e por seu primogênito excedia a fabulosa cifra de 300.000 libras, e apesar da criatividade empregada pelo mestre racional ao depurar esse valor à metade, os credores do tesouro real se viram irremediavelmente falidos e teriam de esperar um lento e penoso processo de liquidação patrimonial. ⁹⁴⁹

O acúmulo de compromissos deste tipo e o empobrecimento das vilas e cidades reais, então há décadas as principais financiadores da máquina bélica da Coroa, haviam redundado num óbvio desprestígio da política imperialista de En Pere. Os fracassos concomitantes da guerra contra Castela, cujos efeitos ainda sequelavam os territórios de fronteira, e da custosa manutenção de ofensivas contra os oponentes sardo-genoveses, gerariam um clamor crescente dos estamentos que se punham contrários ao prosseguimento desta última. A incapacidade um tanto humilhante do rei aragonês para conduzir tais projetos com êxito se assomava em entrave generalizado ao *fet de Serdenya*, tanto que é Zurita quem o diz ao recolher uma impressão destes episódios:

comunmente desdeñaban y despreciaban ya aquella conquista, que tanto costava al reyno, que no habia persona principal en el, que no hubiese perdido algun deudo muy cercano en las guerras pasadas. Decian que dejase el rey a Cerdeña para los mismos sardos, pues era una tierra miserable y pestilencial, y la gente della vilisima y vanisima: y que fuese guarida para los corsarios genoveses y poblacion de los desterrados y malhechores. ⁹⁵⁰

⁹⁴⁸ Bem assim, o cálculo do montante final devido pelo rei através de sua tesouraria assomava um débito perverso: “*L’interès normalment aplicat a aquestes operacions era de 6 diners per lliura i mes, o sigui, el 30% anual; en realitat, era bastant més. Veiem-ho: sis diners per lliura i mes són, en quatre mesos, dos sous; per tant, el capital posat realment a disposició del monarca eren 18 sous per lliura, pels quals pagava 2 sous: 1/9 o un 11,11% cada quatre mesos, o sigui, un 33,33% (1/3) l’any. El pitjor no era això, sinó el que succeïa quan el rei no tornava el capital: per cada lliura no restituïda, es tornava a cobrar l’interès per avançat, de manera que a final d’any el rei, pels 18 sous rebuts en devia 20 i n’havia pagat 6 d’interessos; per tant, l’interès real eren 8 sous (6 de pagats d’interessos i 2 que s’havien de tornar per damunt del capital degut), un 44,44%.*” FELIU I MONFORT, Gaspar. Mercaders-banquers barcelonins: l’endeutament de la monarquia i la fallida de la taula de canvi de Pere des Caus i Andreu d’Olivella el 1381. **Quaderns d’Història**, nº 13, Barcelona, 2007, pp. 202-204.

⁹⁴⁹ “*L’increment de la despesa pública, sobretot militar, provocava que sovint les necessitats sobrepassessin les possibilitats dels grans banquers: el 1364, Berenguer Bertran no pogué reunir les 27.500 lliures que s’havien promès al rei com a avançament del fogatge concedit per les Corts i cap banquer ni grup de banquers no el va poder substituir: l’any següent, un grup de canvistes tortosins (Berenguer Bellmunt, Mateu de Camí, Bernat Figuera i Antoni Riera) va reunir 10.000 lliures, emprastades a la Diputació del General per a pagar les tropes que defensaven la frontera entre València i Castella, en condicions segurament molt oneroses.*” *Idem, ibidem*, p. 205.

⁹⁵⁰ ZURITA, Jeronimo. **Anales de la Corona de Aragon**, X, § XII.

Naturalmente, já é de longe sintomático que, com o endurecimento desta oposição, vinha o decréscimo das profertas concedidas ao rei pelos braços nos acordados dos capítulos de cortes. Quando em 1366 se ordenam novas imposições de *violaris* e *censals*, os parlamentos reunidos em Barcelona liberam um subsídio de 20.000 l., integrado em parte pelos remanescentes dos donativos de anos anteriores –1363, 1364, 1365–.⁹⁵¹ Como evidente sinal dos maus tempos, este oferecimento surge debaixo de rígidas condições *sine qua non*, exigindo-se uma participação geral de todos os demais estamentos catalães e reinos da Coroa,⁹⁵² ao mesmo tempo que destacavam os contingentes militares contra a revolta de Arborea e impunham a concessão de novos privilégios sobre a exploração mercantil no reino insular.

Entretanto, com a dificuldade encontrada pelos arrecadadores em concretizar o montante ajustado em Barcelona e o avanço das milícias sob comando de Mariano IV e Brancaleone Doria sobre Sassari, imporiam-se novas providências de urgência. Estando o rei ausente do principado, coubera ao infante Joan, o seu lugar-tenente, o chamado de outros parlamentos com os síndicos do braço real.⁹⁵³ Em julho de 1367 começavam os debates para a reformulação dos donativos firmados no ano anterior, para que se montasse às pressas uma expedição de socorro às guarnições catalãs em situação cada vez mais periclitante diante do inimigo. Mas nenhuma destas razões amoleceriam a firme resistência dos representantes do estamento real, que se contrapunham a qualquer solicitação expressa antes que fossem convocados os demais súditos da Coroa, dividindo entre eles os novos encargos do torneio sardo.⁹⁵⁴ Esta negativa tinha base não apenas no capítulo IX dos firmados no último parlamento, mas também recordavam os pactos de anos anteriores, que garantiam de pleno direito a isenção do realengo em manter sozinho tais despesas para *la guerra de lo senyor rey*. Apenas depois de muitas discussões, e que acabava por incluir medidas de virulenta coerção do infante Joan, os síndicos urbanos concordaram adiantar parte do préstamo anterior, o qual quedaria reduzido a meras 5.500 l., praticamente um quarto do valor estipulado nas profertas de 1366. Diante das evidências, restava encerrado o período de requisições régias

⁹⁵¹ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXII, pp. 393 ss.

⁹⁵² *Ibidem*, p. 399: “[...] senyor, façats fer ab acabament que en la restauraci’o e defensió del dit regne de Serdenya contribusquen e paguen los braços dels prelats e persones ecclesiàstiques e dels richs hòmens e cavallers del dit principat de Cathalunya e encara los regnes d’Aragó, de Valencia e de Mallorques; e que d’ací per tot lo mês de janer prop vinent aço ab acabament e ab veritat hajats fet per, ço és, que y pagaran; e, si vós, senyor, açò no haviets fet fer o los dits braços e regnes no y volran consentir o atorgar de pagar e d’ací per tot lo dit mês de jener, lo present do encontinent sia cas,va e nul.la e haüt per no fet e per no atorgat.”

⁹⁵³ SÁNCHEZ, Manuel. Las Cortes de Cataluña en la Guerra de Arborea. **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**, pp. 368-369.

⁹⁵⁴ **Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, II, pp. 463-466.

destinadas aos singulares do realengo.⁹⁵⁵

Desde março, Pere *el Cerimoniós* estivera presidindo as Cortes de Saragossa⁹⁵⁶ para solicitar de seus súditos aragoneses um outro préstamo: o pagamento dos soldos destinados a Bertrand Du Gesclin e ao fortalecimento das frentes de Tarassona, ameaçadas pela vinda iminente do rei castelhano e do temido Príncipe Negro.⁹⁵⁷ Ao regressar ao principado, o rei poderia convocar afinal as cortes catalãs dando continuidade ao problema sardo, o qual ainda precisava ser gerido junto às necessidades do combate contra Pedro de Castela. As consequências da derrota de Nájera exigia como em poucos momentos até então um novo e dispendioso malabarismo político do rei, que temia com toda razão um avanço das hostes gascãs do Príncipe sobre os territórios da Coroa, o que seria um pouco amenizado somente após as tratativas de paz iniciadas por meio de Sir Hugh Calveley.⁹⁵⁸ Voltando ao problema sardo, o soberano aragonês esperava neutralizar as posições dos insurgentes sobre Oristano, Alghero e Sassari, mas o que se daria logo a seguir demonstrava que mesmo com o envio de uma pequena expedição de ajuda, liderada por Pero de Luna, a superioridade dos revoltosos era suficiente para contrastar uma forte derrota aos catalães.

Em cortes, o principado arcava com os custos de uma nova expedição sarda e diante da inesperada invasão das *compagnies blanches* de Du Gesclin, era preciso guarnecer os limites visados pelas entradas de Cervera. No âmbito desta última questão, proclamar-se-ia de pronto a convocatória do *Princeps namque* e o oferecimento total de 150 mil libras para que se mantivesse uma frente capaz de rechaçar as milícias estrangeiras.⁹⁵⁹ Para o *fet de Sardenya*, os braços real e eclesiástico concediam um préstimo de um décimo daquele valor, enquanto os barões catalães, que a princípio *no darien res* pela contra-ofensiva sarda, assentiam em contribuir para o que recaía oferecido pelos outros dois braços.⁹⁶⁰ No entanto, sob o escudo político da concessão geral definida nos capítulos de corte, em março de 1369, então sob a presidência da rainha Eleonor, apareceriam mais claramente os argumentos definidos sobre *la defensió de la cosa pública del Principat*.⁹⁶¹ Essa linha de ideias, que tantas vezes fora utilizada para negar apoio contra as invasões castelhanas à Valência e à Aragão, mantinha agora o fôlego ativo para as motivações

⁹⁵⁵ SÁNCHEZ, Manuel. Las Cortes de Cataluña en la Guerra de Arborea. **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**, pp. 370-371.

⁹⁵⁶ **Cortes del Reino de Aragón (1357-1451)**, Cortes de Zaragoza de 1367, pp. 61-74.

⁹⁵⁷ ZURITA, Jerónimo. **Anales de la Corona de Aragón**, IX, § LXVIII.

⁹⁵⁸ RUSSELL, P. **A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos**, p. 143.

⁹⁵⁹ SÁNCHEZ, Manuel. La convocatória del *usatge Princeps namque* en 1368 y sus repercusiones en la ciudad de Barcelona. **Quaderns d'Història**, nº 4, Barcelona, 2001, pp. 79-83.

⁹⁶⁰ **Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, III, pp. 15-25.

⁹⁶¹ Este montante proviria a sua vez de outros remanescentes não arrecadados, e de umas novas imposições sobre a gabela de sal, levantamento de *fogatges* e na sua maior parte, da percepção de generalidades (105.000 libras) administradas pelos officios da *Diputació*, *cfr.* **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXIII, pp. 409-410.

institucionais manejadas em cortes. O pretexto subreptício posto nas convocatórias das assembleias era tratado junto à ficção de um vago *profit de la cosa pública*, principalmente quando este fosse expressamente destinado *fora Cathalunya*. Aos arrastados acordos destas cortes ainda se seguiriam outros entraves externos, como os avanços da premeditada aliança com a Casa real inglesa e o desenrolar dos acontecimentos peninsulares, que assistiam agora a uma reviravolta do partido de Enrique Trastamara, o qual estando entronado em definitivo no reino de Castela abria curso a novas implicações sobre a política regional do Cerimonioso. Por outro lado, sucediam os efeitos vindos do Egeu: com a tentativa de aproximação do rei com o genovês Brancalone Doria, o quadro de apoiantes em favor da Coroa parecia abrir algumas vantagens para a insolúvel pacificação do reino rebelde.⁹⁶²

Também, uma nova frente de interesses tinha se aberto a partir de 1377. Enquanto pelejava contra os seus inimigos da Sardenha, o rei pudera colher os frutos de sua união com Leonor da Sicília. Deixando a encargo da rainha a condução dos assuntos sicilianos, que mantinha ativa correspondência com os barões daquele reino, e tal o reporta Francesco Giunta, sempre atenta a “*gli esponenti maggiori della politica siciliana*”.⁹⁶³ É fato que a detença dos problemas sardos posterga uma ação efetiva sobre o futuro da dinastia barcelonesa no trono siciliano, descendente direta de Frederic, o filho menor de Pere *el Gran*. Mas agora, frente a uma nova vacância sucessória pela morte de Frederic III (1355-1377), o Cerimonioso interfere rapidamente, e impede que Maria, a jovem herdeira siciliana e neta sua por linha materna, seja cortejada por outros candidatos. Em 1379, invocando os direitos que lhe davam o testamento de Frederic II,⁹⁶⁴ ele intercepta o estol milanês de Giangaleazzo Visconti e mantém a infanta sob sua custódia, para casá-la em 1384 com seu outro neto, o futuro Martí *el Jove*.⁹⁶⁵ Assim, com a regência do infante Martí, o reino da Sicília permaneceria sob controle direto da Coroa, que juntamente trazia a titularidade dos ducados gregos de Atenas e de Neopátria.⁹⁶⁶ Apesar dos evidentes benefícios destas conquistas, elas fustigavam fundo numerário da Coroa. Bem a propósito, com a impossibilidade financeira de compor uma esquadra e desviar os recursos destinados à Sardenha, a frota liderada pelo infante Martí teria de esperar até 1389 para uma ocupação definitiva do trono siciliano. A partir de 1375, a situação instável da ilha rebelde certamente consumia a maior parte das atenções entre o rei e seus súditos.

⁹⁶² ZURITA, Jeronimo. **Anales de la Corona de Aragon**, X, § XIII.

⁹⁶³ GIUNTA, Francesco. La politica mediterranea di Pietro il Cerimonioso. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, p. 61.

⁹⁶⁴ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, *apèndix*, § 2.

⁹⁶⁵ SABATÉ, Flocel. Catalunya Medieval. **Història de Catalunya**, pp. 329-331.

⁹⁶⁶ SETTON, Kenneth M. **Catalan Domination of Athens (1311-1380)**, pp. --.

Atopar-se-iam mais retrocessos. Mesmo sozinho, o juiz Mariano IV detinha mecanismos de força suficientes para ameaçar uma tomada dos restantes judicatos ainda fiéis ao mando catalano-aragonês, nomeadamente as capitais Cagliari e Alguero.⁹⁶⁷ Com o perigo mais uma vez tão perto, o rei obtivera um oferecimento final acertado pelas Cortes de Tortosa,⁹⁶⁸ no qual se defiria uma expedição comandada pelo cavaleiro inglês Walter Benedict.⁹⁶⁹ Mas diante de um novo fracasso, matizado assim pela inabalável progressão de sardos e genoveses, a pressão contra a sequência da guerra de Arborea parecera atingir seus extremos durante a década de 1370, vindo a refletir na resistência cada mais vez empedernida dos estamentos, doravante reticentes na liberação de mais subsídios. Pois, com efeito, os acordos produzidos de Barcelona (1373) e de Lleida (1375), e por exigência destas últimas com culminância das Cortes Gerais de Montsó (1376), são reveladoras da exaustão fiscal embalada na profunda crise econômica⁹⁷⁰ e social que abatia sem exceções os súditos de Pere III.⁹⁷¹ Agora, a enorme pressão dos estamentos tinha ao menos motivos concretos para impor suas correções ao lastro da potestade régia, trazendo sobre ele exigências cada vez mais pesadas, de maneira a suplantar com a ingente *satisfació de greuges* um novo elemento sobre a constituição institucional nos reunidos da magna cúria. Mas a par da atribuição judicial implementada desde 1358,⁹⁷² também era inquestionável o controle alcançado pelos organismos fiscais da *Diputació* e o alcance que se produzira nos mecanismos de delegação régia. Desde as disputas instrumentalizadas pela cúria movia-se o lento repertório de enunciados, postos em fila assim para dar sedimento ao fundo legal das requisições estamentais feitas junto do coletivo institucional e de sua venerável tradição jurídica no principado catalão.

O saldo final dos últimos trinta anos deixava à mostra a guinada experimentada pelo perfil institucional da Coroa de Aragão. Desde então, para além de possuir um papel fiscal no implemento da máquina beligerante da monarquia, as cortes gerais capturavam a sede de um poder político supremo, capaz de constranger a virtualidade da autoridade soberana e administrar os limites concretos de sua extensão.⁹⁷³ O encapsulamento da tradição jurídica derivada de marcos

⁹⁶⁷ MELONI, Giuseppe. **Mediterraneo e Sardegna nel Basso Medioevo**. Pisa: Consiglio nazionale, Istituto sui Rapporti Italo-iberici, 1988.

⁹⁶⁸ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXIV, p. 409.

⁹⁶⁹ FERRER, Maria Teresa. La guerra d'Arborea alla fine del XIV secolo. **Giudicato d'Arborea e Marchesato di Oristano**, p. 564.

⁹⁷⁰ SÁNCHEZ, Manuel. La Presión Fiscal en un Año Difícil. Cataluña, a mediados de 1374-miados de 1375. **Mayurqa**, n° 27, Revista del Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts, Universitat de les illes Balears, 2001, pp. 85-104.

⁹⁷¹ ABADAL, R de. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, pp. 274-277.

⁹⁷² MARTÍN, José Luis. Las cortes catalanas de 1358. **Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media**, pp. 313-314.

⁹⁷³ SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, n° 13, 2000-2002, pp. 260-272.

comuns, como os *Usatges de Barcelona* e as constituições de Paz e Trégua, engendra um perfeccionamento do discurso institucional que atua não apenas como respaldo teórico mas como legitimação de uma comunidade de pensamento. É esta comunidade quem traz após si os vestígios claros da identidade e da classificação sócio-históricas, donde se entreveem artefatos linguísticos de toda proposição étno-histórica. Com ele as vontades institucionais se colorem e alçam sua concretude no universo político baixo-medieval. Até o final da centúria, este processamento ganharia matizes de uma *nova* ideologia, circulante pelos grandes centros urbanos do Mediterrâneo, e fechando com isso uma perspectiva capaz de remodelar os antigos padrões jurídicos à retórica social de preceitos historicamente contingentes.

7. A ORGANIZAÇÃO E O DISCURSO POLÍTICO NAS CORTES

Si guardats vostres furs et constitucions et vostres privilegis, aquí trobarets quantes donacions et los han fetes e veurets que sots los pus franchs pobles del món.

Pere el Cerimoniós. Curie Generalis Montissoni, 1383.⁹⁷⁴

7.1. A voz do rei e de seus braços: ação e linguagem política

As chamadas *Corts* catalãs, ou mesmo as cortes gerais que reuniam todos os territórios ligados ao soberano catalano-aragonês, congregam um corpo de privilegiados que, oriundos dos três braços ou estamentos, detêm o maciço do poder político daqueles tempos. É fácil reconhecer que esse diminuto grupo social não reflete as aspirações de uma comunidade alheia aos trespasses particulares desta coligação de cúpula. Os dizeres enunciados ali são definidos por uma linguagem marcada como tal, destinada a um público receptor estreito e por isso não pode ser elevada ao sintoma de uma realidade *social* com pretensões à generalidade complexa ou *total*. Mas na medida em que seu momento se institucionaliza e essas cortes tomam consistência, também seus usos e signos interiores ganham a alma de um espaço político particular.⁹⁷⁵ A sua linguagem passa a constituir o limite de uma realidade orgânica, que mesmo quando figurativa ou virtual, não deixa de se sustentar pela lógica interior que faz mover seu coletivo institucional. Ela passa a revestir sua própria complexidade, e cada acontecimento ou debate, discurso ou ato protocolar, alimenta o tônus institucional de significados apregoados pelo dialeto jurídico e político⁹⁷⁶ manejado ante os reunidos de corte. Esta evolução de enunciados é a que está marcada pela singularidade de vocabulários, pelo signo metajurídico que empresta alma ao ser institucional.⁹⁷⁷

⁹⁷⁴ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 80.

⁹⁷⁵ BISSON, Thomas N. Celebration and Persuasion: Refletions on the Cultural Evolution of Medieval Consultation. **Legislative Studies Quartely**, nº 7/2, Comparative Legislative Research Center, 1982, pp. 183-186.

⁹⁷⁶ Semelhante abordagem é feita por A. Boureau, ao colecionar os elementos de uma fala política que se vê costurada sobre uma tradição de pensamento, a qual busca dar bases para a singularidade de um corpo social delimitado por seus planos de atuação. *Cfr.* BOUREAU, Alain. L'adage *Vox populi, Vox dei* et la'invention de la nation anglaise (VIIIe-XIIe siècle). **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 47^e année, nº 4-5, EHESS, 1992, pp. 1071-1089.

⁹⁷⁷ No caso, uma recorrência lembrada por Manuel Sánchez quanto ao repertório terminológico seguido pelas coleções de capítulos de donativos, em que aparecem "*l'evolució mateixa del vocabulari polític des del segle XIII fins als últims anys del Tres-cents; el tipus d'arguments utilitzats en cada cas per justificar i legitimar la petició del subsidi i aconseguí finalment l'acceptació de l'impost*". SÁNCHEZ, Manuel. ORTI, Pere. (eds.) Introducció. **Corts**,

Dito isto, é acertado identificar nos procedimentos das assembleias o seu potencial para representar, através dos sermões reais de abertura, um dos momentos de maior protagonismo e difusão da fala pública e sagrada do monarca. Esses momentos, recorrentes ainda nos cerimoniais privados de corte, permitem que o discurso régio se elabore enquanto tal. E numa dimensão estendida, dão exemplo da própria discursividade da *palavra nova* encenada dentro dos ambientes de enunciação baixo-medievais. Dos reservados debates universitários à *convivenza* urbana, todos se inscrevem naquilo que um tratadista de retórica como Albertano da Brescia definiria como um tipo de regime de loquacidade.⁹⁷⁸ Assim multiplicam-se, sobretudo a partir do século XIII com os escritos de Petrus Lombardus, o aparecimento de novos intérpretes ou de artifícios retóricos e hermenêuticos que motivam a valorização do status de especialista e dos mecanismos técnicos desta nova *ars bene loquendi*, que mesmo tomando de partida os modelos clássicos,⁹⁷⁹ passam a reinventá-la segundo a natureza de um simbolismo medieval bastante próprio.

Desde então, numerosos vértices concorrem para que ele se estabeleça. Cria-se a presença de um *público iniciado*, corpo ativo do coletivo de pensamento, que por um lado é instruído no certame político que preside toda interação discursiva,⁹⁸⁰ e por outro, é domesticado segundo uma minuciosa regulamentação de comportamentos (sobretudo aquela advinda de uma específica *ética cristã*), desenvolvida para orientar os gestos ao reflexo dos sentimentos.⁹⁸¹ Este é um universo em que o aparente tem um valor autêntico –exatamente onde se poderia traçar o limite entre o *ético* e o *estético*–, e é a partir dele que a constelação simbólica da instituição política pode se organizar por meio de rituais e de expressões formulárias, festividades e solenidades reiligiosas, relatos ou

Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384). Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1997, p. VI.

⁹⁷⁸ Albertano da Brescia. **Liber de doctrina dicendi apud** PÉQUIGNOT, Stéphane. Introduction. La parole des rois à la fin du Moyen Âge: les voies d’une enquête. **e-Spania**, nº 4, §1-3, p. 1 (La parole des rois – Pratiques politiques, décembre 2007, mis en ligne le 26 janvier 2008.) Disponível em: <<http://e-spania.revue.org/>>, consultado em 28 de setembro de 2008.

⁹⁷⁹ Para uma valorização de suas estruturas de performance, v. ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente.** Introdução à pesquisa semiológica. Trad. Pérola de Carvalho *et alii*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006, pp. 72-82.

⁹⁸⁰ “De façon plus générale, une approche conjointe des usages contemporains de l’écrit et de l’oralité royale peut s’avérer féconde pour qui souhaite historiciser l’étude de la parole des rois en péninsule Ibérique. En ce sens, même si l’on n’adhere pas nécessairement à l’ensemble de leur méthode et de leurs résultats, les travaux engagés sur la ‘communication politique’ du Moyen Âge, fournissent d’importants éléments de contextualisation pour l’analyse des actes royaux de parole. [...] L’intensification du recours à l’écrit par les pouvoirs politiques s’accompagnerait au contraire, dans le cas mieux connu désormais de certaines communes italiennes du XII^e et surtout du XIII^e siècle, d’une diversification des recours à la rhétorique, d’une redéfinition de la parole grâce au renouveau de l’éloquence politique.” PÉQUIGNOT, Stéphane. Introduction. La parole des rois à la fin du Moyen Âge: les voies d’une enquête. **e-Spania**, § 21, p. 9.

⁹⁸¹ Cfr. Francesc Eiximenis. Terç del Crestià. **Lo Crestià**, CCCLXXII-CMXLVIII.

Também, cfr. ROMAGNOLI, Daniela. Cortesia nella città: un modello complesso. Note sull’etica medievale delle buone maniere. **La città e la corte.** Buone e cattive maniere tra Medioevo ed Età Moderna. Milano: Guerini, 1991, pp. 21-70. PALOMO, Federico. “Disciplina christiana”. Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna. **Cuadernos de Historia Moderna**, nº 18, Universidad Complutense de Madrid, 1997, pp. 191-136.

discursos oficiais. Primeiro o soberano, com sua proposição de abertura, depois os passes feitos e desfeitos pelos enunciados formais dos três braços. Todo o repertório obedece a uma confecção semântica, que a despeito de sua aparelhagem oficiosa, quase oblíqua e dogmática,⁹⁸² dá a textura do embate de forças travado entre o primeiro e os segundos.

Ajustam-se pela recomposição de uma *fala iminente* da figura real o extenso repertório de gestos e de cerimoniais que, unidos, completam a plenitude da *voz*⁹⁸³ liberada pelo soberano ante seus súditos. É a voz que atua na consolidação da sua pessoa como síntese ou vértice da sociedade estamental, garantindo-lhe o posto de representante universal das grandes pretensões do corpo político da cristandade. Reposição dos faustosos cerimoniais palacianos, a inclusão de elementos artísticos, performáticos e musicais, da difusão estética trovadoresca aos avanços polifônicos da *ars nova* disseminada desde os mais destacados ambientes cortesãos, de Paris até a próxima corte papal de Avignon, os centros do ambiente catalano-aragonês assimilavam esses padrões de perfeccionamento ideal.⁹⁸⁴ Dado o porte do empreendimento, é compreensível que o cerimonial – e a *cena* por excelência – seja o primeiro apoio para a detecção da linguagem institucional manifestada nas cortes.⁹⁸⁵ Pois na medida em que os discursos reais tentavam envolver seus ouvintes num jogo de persuasão, abria-se o verdadeiro espaço de preparo à encenação retórica. Frente o primeiro discurso, a *proposició* do rei, se fazia evidente a forte aura de *gravitas* em torno do acontecimento que acabara de começar. Com seu traje solene, de coroa e vestidos púrpuras, o rei tomava a presidência do espetáculo que, aberto em nome de Deus, recebia todas as atenções de um entreato de sagração. Afinal, o rei era o ponto de intervalo, um intermediário entre a sua corte e aquela outra, celestial e perene, comandada por um homólogo *rex Dei*. Toda imagem era meticulosamente projetada, a fala e o gesto eram, mais que superficialidade e aparência, a

⁹⁸² LEGENDRE, Pierre. **Sur la question dogmatique en Occident**. Aspects théoriques. Paris: Fayard, 1999.

⁹⁸³ ZUMTHOR, Paul. **Falando de Idade Média**. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Perspectiva, 2009. E também: ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Trad. Jerusa Pires Ferreira et alii. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 166: “Performance implica competência. Além de um saber-fazer e de um saber-dizer, a performance manifesta um saber-ser no tempo e no espaço. O que quer que, por meios linguísticos, o texto dito ou cantado evoque, a performance lhe impõe um referente global que é da ordem do corpo. É pelo corpo que nós somos tempo e lugar: a voz o proclama, emanção do nosso ser. A escrita também comporta, é verdade, medidas de tempo e espaço: mas seu objetivo último é delas se liberar. A voz aceita beatificamente sua servidão. A partir desse sim primordial, tudo se colore na língua, nada mais nela é neutro, as palavras escorrem, carregadas de intenções, de odores, elas cheiram ao homem e à terra (ou àquilo com que o homem os representa). A poesia não mais se liga às categorias do fazer, mas às do processo: o objeto a ser fabricado não basta mais [...]. É por isso que a performance é também instância de simbolização: de integração de nossa relatividade corporal na harmonia cósmica significada pela voz; de integração da multiplicidade das trocas semânticas na unicidade de uma presença”.

⁹⁸⁴ LLORENS I CISTERÓ, Josep Maria. Entre la cerimònia i la gentilesa (Comentaris històrico-musicals). **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 161-165.

⁹⁸⁵ BISSON, Thomas N. Celebration and Persuasion: Reflections on the Cultural Evolution of Medieval Consultation. **Legislative Studies Quarterly**, n° 7/2, Comparative Legislative Research Center, 1982, pp. 183-186. OLEART, Oriol. Organització i atribucions de la Cort General. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, p. 16.

externalização de emoções bastante tangíveis na semântica ritual dessas cerimônias. Pois, o conteúdo descende da forma, e os sentimentos, da ostentação que lhes reproduz. Era então natural que as exigências sobre a postura daquele indivíduo maior, o *mediator* da comunidade, estivesse investido de suficientes armas oratórias que permitissem toda a transcendência e o assinalado pacto com a presença do divino.

Neste aspecto *el Cerimoniós* tinha cá os seus predicados.

Algumas linhas foram escritas a respeito de sua formação intelectual, e neste sentido é relevante notar sua qualidade de bom rétor, sempre com o domínio de referenciais teológicos e dos exemplos clássicos; até mais que isso, aliando erudição e argúcia, há indicações de que ele sabia modelar seus discursos à exigência das circunstâncias: “*adaptat sempre als oients i al moment actual, quan convenia, abandonava tot enfarfec retòric, per donar a les seves paraules un to viu, precis, contundent*”.⁹⁸⁶ Ele fazia bom uso de uma instrução técnica destinada a criar certos recursos estilísticos, os quais lhe permitia saltar dos grandes temas para o moderado e didático *sermo humilis* (cfr. Agostinho, *De doctrina christiana* II, 41-42), empregando assim a clareza e a firmeza necessárias ao teor de suas requisições, entonando a *perspicuitas*, esse ensinamento que a boa retórica venerava.⁹⁸⁷ Sempre tendo em vista seus discursos oficiais, seria ingenuidade ponderar sobre seu caráter, mas diante de circunstâncias mais ou menos críticas de seu reinado, Pere III mostrou-se inclinado a um senso de prudência razoavelmente pragmático, ou como sugerira Ramon d’Abadal, aberto a mostrar “*la ductibilitat i adaptació a les conveniències i a les possibilitats de cada moment*”.⁹⁸⁸ Pois, esse comportamento “dúctil” ganha contornos largos na sua oratória, e desdobram-se na forma de argumentos elogiosos como aqueles que sabiamente dirigia a seus interlocutores, ou para demonstrar a necessidade inclemente surgida nos anos de crise como nas guerras com Castela ou nas ameaças de invasão ao principado pelas tropas do infante de Mallorca.⁹⁸⁹ Em tudo se fazia depurar um profundo tino para reconhecer o ânimo político ou as pressões institucionais vigentes, tendo sempre à mão a palavra conciliatória que vibrava nos seus pronunciamentos.

É na apoteose real –desde a abertura dos cerimoniais de corte, aos cortejos públicos, ou

⁹⁸⁶ ALBERT, Ricard. GASSIOT, Joan (eds.). Prolèg. **Parlaments a les Corts catalanes**. Barcelona: Barcino, 1928, pp. 10-11 *apud* ABADAL, Ramon d’. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**. Trad. Xavier Fort i Ramon Pinyol. Barcelona: Edicions 62, 1987, p. 158.

⁹⁸⁷ AUERBACH, Erich. *Sermo humilis. Ensaios de literatura ocidental*. Trad. Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Ed. Duas Cidades/Ed. 34, 2007, pp. 50-76. E para um repasse de figuras importantes da função retórica, cfr.: LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de retórica literária**. 3ª edição. Trad. R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1982, pp. 115-159.

⁹⁸⁸ ABADAL, Ramon d’, *op. cit.*, p. 139.

⁹⁸⁹ **Crònica de Pere el Cerimoniós, III-IV. Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXVI, pp. 453 ss.

com as prédicas feitas pelo soberano durante os festejos litúrgicos— que se desdobram as múltiplas estratégicas de evidência mística da pessoa do rei. Assim, a própria criação de espaços públicos ou a figuração dos salões régios conferiam a tudo isso uma dimensão plástica sobre a sua majestade simbólica. As obras suntuárias levadas a cabo no tempo do Cerimonioso afinavam bem essa projeção, visível por exemplo no complexo monumental que reconstruiria o monastério cisterciense de Santa Maria de Poblet, escolhido para albergar os despojos do monarca e de seus ancestrais e se tornar oficialmente o mausoléu dos reis de Aragão.⁹⁹⁰ Também, associava a disposição de salões públicos, em que a empostação da figura régia fosse altivamente colocada para a visão de seus súditos e a visita de delegações estrangeiras. Tanto as dependências palatinas, quanto os momentos solenes entre as cortes, recebem para isso implementos visuais que vão da elevação do trono à disposição da iluminação, encaminhadas a proporcionar o adequado recorte da majestade. Assim, Pere III ordenaria duas reformas expressivas em dois de seus principais castelos, em Valência e em Barcelona, e outras menores, e a partir de 1344 nas dependências rosselhonesas de Perpinyà, além das fortificações na capital sarde de Cagleri, e reparos de várias fortalezas catalães como as de Lleida, Tortosa e Tarragona, projetados para “*fer els castells reials més habitables*”.⁹⁹¹

Em 1342 a cidade de Valência assistiria as obras de remodelação do palácio real, dando continuidade aos acréscimos que vinham desde Jaume II que em seu tempo o adotara como sede de notáveis eventos diplomáticos. Os trabalhos de expansão e embelezamento das dependências palatinas seguiam as linhas das modificações feitas em outra importante edificação régia, o antigo palácio islâmico da Aljaferia, morada dos monarcas em Saragossa. Os indícios apontados pelos estudiosos que recolhem as plantas originais e provas arqueológicas do hoje extinto Reial de Valência, detectam a existência de uma antecâmara, a *casa baixa*, usada para exibição de pequenos comunicados e de sentenças pronunciadas pelo rei, e muitas outras utilizadas como “*scenarios for the manifestation of royal power*”.⁹⁹² Em 1359, iniciar-se-ia a reconstrução da *cambra major* no Palácio Maior de Barcelona, o conhecido *Saló del Tinell*, que ampliava em quatro vezes as dimensões da antiga sala do trono no Palau Major, que até então possuía as

⁹⁹⁰ DOMENECH, Luis. **Poblet**. “El arte en España” vol. 12. Barcelona: Ed. H. de J. Thomas, s/d, p. 12.

⁹⁹¹ RIU, Manuel. L’arquitectura militar i l’urbanisme a l’època de Pere el Cerimoniós, 1336-1387. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d’Investigacions Científiques, 1989, p. 196.

⁹⁹² SERRA, Amadeo. *Cort i Palau del Rey*. The Real Palace of Valencia in the Medieval Ages. **Imago Temporis**. Medium Aevum, nº 1, Lleida, 2007, pp. 125-135: “There were reception rooms where the monarch offered banquets, received the city authorities and foreign ambassadors and displayed his magnificence, then called *Cambra de Paraments* (Chamber of the Hangings), *Cambra dels Timbres* (Chamber of Seals), *Cambra Blanca* (White Chamber) or *pas excellence* ‘palau’, but the reception of less numerous retinues and the meetings of the royal council took place in antechambers and neighbouring rooms to the great hall that linked these areas and the semi-private apartments” (p. 132).

mesmas configurações arquitetônicas do palácio românico do período condal. O projeto de ampliação previa a inclusão de esculturas encomendadas desde 1340 ao mestre francês Aloy de Montbray, que se destinavam a adornar o salão real com a presença de dezesseis estátuas de alabastro, representando os reis e os condes da dinastia de Barcelona.⁹⁹³ Sempre com alusão a sua linhagem, numa das paredes ainda se conservava a épica imagem da conquista maiorquina feita nos tempos de Pere *el Gran*. Muito consciente dos efeitos conseguidos pela suntuosidade da câmara do trono, o rei Cerimonioso punha sobre eles a mensagem que enunciava seu encargo de “*hereu i protagonista de la història*”, tonificando a imagem que confirmava para mais de toda palavra a ideia de sua realeza, “*que volgué que fos en aquesta gran cambra reial on aquest concepte es manifestés d’una manera immediata, en forma corpòria*”.⁹⁹⁴ Em concreto, a ambição em certo aspecto derivada das cortes de França e de Avignon, tendia a criação de um aparato cênico modelar, sustentação mediata da ritualização dos protocolos reais, que além de suas indiretas emissões simbólicas, dirigia-se diretamente aos súditos congregados antes as cortes.

Particularmente, ante os principais dos estamentos dos reinos esses rituais adquirem a conotação do pacto institucional, que se colorem por meio de novos e repetitivos gestuais a ponto de imprimir significados precisos à celebração de cada discurso e posicionamento, para outorgar, tal o observa Péquignot, “*les prises de parole royales constituent alors l’apogée d’un spectacle cérémoniel*”.⁹⁹⁵ Justamente, cada um dos instantes desse espetáculo são continentes da constante tensão que os monarcas catalano-aragoneses enfrentaram ao articular sob a dinastia barcelonesa a conjunção de diferentes sistemas institucionais e o próprio paradoxo inerente ao estatuto real, movido entre pretensões centralizadoras e pactistas. Claro que também concorrem argumentos híbridos, que em simultâneo remetem às concepções régio-sacerdotais e àquelas pristinamente feudais. No entanto, ao contrário da distinção frisada por Ramon d’Abadal, essas separações não são apropriadas para uma identificação da natureza da figura monárquica, nem tampouco revelam indícios de “vacilação” na afirmação de seu estatuto institucional.⁹⁹⁶ Estas pistas dão assim o indicador das possibilidades interpretativas contidas no discurso político do rei, e ao fim e ao cabo, ainda levam para dentro daquilo que far-lhe-á sua oposição –destarte, a interpretação subjugadora

⁹⁹³ BRACONS, Josep. L’escultura al servei de Pere el Cerimoniós, *op. cit.*, pp. 213-215, e nota 14, em que faz remissão a documentação publicada in: RUBIÓ I LLUC, Antoni. **Documents per l’història de la cultura catalana mig-aval**. Vol. I. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 1908, pp. 124-125, doc. CXII.

⁹⁹⁴ VERRIÉ, Frederic-Pau. La política artística de Pere el Cerimoniós, *op. cit.*, p. 181.

⁹⁹⁵ PÉQUIGNOT, Stéphane. Introduction. La parole des rois à la fin du Moyen Âge: les voies d’une enquête. **e-Spania**, nº 4, § 7, p. 4.

⁹⁹⁶ ABADAL, Ramon d’. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, p. 178.

dos poderes urbanos e baroniais—. ⁹⁹⁷ Por isso o aspecto litúrgico dos cerimoniais, a orientação e a predestinação divina à serviço da linhagem real eram necessários na colagem de uns argumentos de justificação e legitimidade do poderio soberano. Disto derivaria toda função investida na pessoa do rei, e claro, tornaria conveniente a inscrição de um ideal de justiça como um favor da superna potestade.

Aos olhos do Cerimonioso a justiça era aquela outorgada pelo príncipe, segundo o condão da clemência divina manifestada pela sua vontade. ⁹⁹⁸ Era a virtude encarnada na própria dinastia, a qual se elevava pela clarevidência que lhe permitia comparar-se ao exemplo máximo dos reis do Antigo Testamento, como o fizera repetidas vezes ao se justapor a Davi logo no proêmio de sua crônica. ⁹⁹⁹ E diante das Cortes de Tarragona de 1370, à sabedoria de Salomão para emitir seus julgamentos e usar de equidade ante as petições que lhe eram feitas; a mesma representação é destacada por Françoise Lainé ao estudar as miniaturas capitulares do livro IV das *Ordinacions*: “*l’on voit l’un d’eux exposer la cause d’un accusé aux mains liées sous le regard attentive du roi siégeant sur son trône, entre ses conseillers laics et ecclésiastiques*”. ¹⁰⁰⁰ O que era fundamentado pelo eco ao trecho do *Proverbium*, 20, 8: “*Rex qui sedet in solio iudicii dissipat omne malum intuitu suo*”. ¹⁰⁰¹ A figura do “rei sentado em seu trono de justiça” atende também a outras projeções, algumas bastante primitivas, que sempre reverberaram um ideal de justiça, coligantes do *trono* aos atributos do cetro, do pomo e da coroa. De um tal modo, conceder e fazer justiça para o rei catalano-aragonês era sobretudo um exercício de misericórdia, de benevolência real; diria-onas mesmas cortes tarraconenses: “*nós havem feita justícia de nós mateix e de nostres oficials, en*

⁹⁹⁷ SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. *Anales de la Universidad de Alicante*, Historia Medieval, nº 13, 2000-2002, pp. 276-282.

⁹⁹⁸ **Parlaments a les Corts Catalanes**. ALBERT, R. GASSIOT, J. (eds.). Barcelona, 1928, pp. 42-43 *apud* CAWSEY, Susan F. **Reialesa i propaganda**. L’eloquência reial i la Corona d’Aragó, c. 1200-1450. Trad. Marta Cedro. València: Publicacions Universitat de València, 2008, p. 152.

⁹⁹⁹ MONTOLIU, Manuel de. **Les Quatre Grans Cròniques**. Barcelona: Editorial Alpha, 1959, p. 117. ALCHALABI, Frédéric. A chronicler king: rewriting history and the quest for image in the catalan chronicle of Peter III (1319-1336/1387). *Imago Temporis*. Medium Aevum, nº 2, Lleida, 2008, pp. 177-182.

¹⁰⁰⁰ “*Le texte n’évoque pas de séances solennelles présidées par le roi, et encore moins l’ordre de séance. Dans la lettrine du chapitre des algutzirs, l’on voit l’un d’eux exposer la cause d’un accusé aux mains liées sous le regard attentive du roi siégeant sur son trône, entre ses conseillers laics et ecclésiastiques. Cette image met en scène une idée du roi juge, sorte de reference au jugement de Salomon; mais le roi est souvent représenté dans une attitude d’attencion et d’implication, et non dans une majesté hiératique. De meme le couronnement de la reine doit-il beaucoup au theme de celui de la Vierge. Les illustrateurs figurent ces scènes de cour selon des conventions et en se démarquant plus ou moins des topoï de l’iconographie religieuse; ce processus de transfert au politique des elements de la sacralité religieuse est par ailleurs banal.*” LAINÉ, Françoise. L’image du roi dans le ms. Espagnol 99 de la BNF (c.1350-1360). *e-Spania*, nº 3, Image du pouvoir, juin 2007, mis en ligne le 2 février 2008, §14. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/document164.html>>, consultado em 28 de setembro de 2008.

¹⁰⁰¹ Proverbium, 28, 6-10: “[...] *multi homines misericordes vocantur virum autem fidelem quis inveniet iustus qui ambulat in simplicitate sua beatos post se filios derelinquet rex qui sedet in solio iudicii dissipat omne malum intuitu suo quis potest dicere mundum est cor meum purus sum a peccato pondus et pondus mensura et mensura utrumque abominabile est apud Deum.*” **Biblia Vulgata Latina**, Biblia Sacra iuxta Vulgatam Clementiam. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1999.

diverses corts e fora corts”.¹⁰⁰² Sua visão tinha bases num lugar-comum da fala pessoal de seus predecessores, pois, de fato a postura do Cerimonioso não era de modo algum isolada, recorrente nos panegíricos reais e nas auto-representações arguidas durante os proclamos públicos da dinastia barcelonesa. O seu tio, o conde de Ribagorça, repetia as mesmas imagens no “*Tractatus de vita, moribus et regimine principum*” então destinadas ao aconselhamento régio de En Pere III.¹⁰⁰³ Tratavam-se pois de umas figuras repetidas pela tradição erudita dos tratados de justificação do poder real, e mais que formulárias daquele repertório, indicavam uma posição firme dos apólogos da plenitude monárquica.

Ainda que não seja o caso de insistir sobre a efetividade do ofício dual rei-sacerdote aplacado pelo soberano, é útil apontar a convicção com que o Cerimonioso o ostentava. Fora com este mesmo ânimo que, logo no início de seu reinado, subvertera uma série de posturas tradicionais esperadas por seus súditos. Indo contra o conselho de seus preceptores, os infantes Pere e Ramon Berenguer, o jovem rei desafiara os catalães e se negara a dar precedência no juramento dos *Usatges* e das contituições do principado enquanto não recebesse a unção e a coroa régia em Aragão. Uma vez chegado à Saragossa, ele se nega a receber das mãos do arcebispo a imposição da coroa, e contende contra este e seus privados aragoneses para fazer valer sua vontade, coroando-se a si mesmo:

E, quan l'arquebisbe véu que nós no ho volíem atorgar, e llargiàs l'ofici tant com pogués, ab gran pruixòvol va'ns pregar que al demenys nos plagués consentir que ens adobàs la corona, com seriem davant l'altar de Sent Salvador denant tot lo poble. E nós llavors veem-nos en tan gran peril [...]; nós, emperò, coneixents lo contrari, fom torbats fortment dins nostre cor [...].

E, tantost, fet lo dit atorgament, nós isquem de la dita sagrestia ab los damunt dits prelat, rics-hòmens, cavallers e d'altres persones honrades qui eren dedins ab nós. E acostam-nos a l'altar per reebre ab devoció nostra coronació. E nós diguem-li que prou bastava e que no ens adobàs ne ens tocàs nostra corona, que nós la'ns adobaríem. E així no li'n donam llicència, de la qual cosa ell fo molt mogut, e no en gosà fer res aparers [...]¹⁰⁰⁴

Mais tarde, quando tiver adotado as *Leges Palatinae* de Jaume III de Mallorca¹⁰⁰⁵ para a redação de suas *Ordinacions* (1344), Pere III faria dispor nos cerimoniais para coração que “*lo rey*

¹⁰⁰² **Parlaments a les Corts Catalanes**, p. 49 *apud* CAWSEY, Susan F. **Reialesa i propaganda**, p. 152

¹⁰⁰³ *Tractatus de vita, moribus et regimine principum*. VALLS, Ferran (ed.). **Estudis Franciscans**, nº 37, Barcelona, 1926, pp. 432-435.

¹⁰⁰⁴ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, II, §§ 11-12.

¹⁰⁰⁵ LAINÉ, Françoise. Des *Leges Palatine* aux *Ordinacions* de Pierre IV. Un modèle dérobé. FOURNÈS, Ghislaine (org.). **Constitution, circulation et dépassement de modèles politiques et culturels en péninsule Ibérique**. Collection de la Maison des Pays Ibériques. Bourdeaux: P. Universitaires de Bourdeaux, 2009, pp. 17-55.

prenga la corona de sobre l'altar e ell matex posles en lo cap senç ajuda d'alcuna persona".¹⁰⁰⁶

Comparado ao texto das *Leges*, é ainda mais reveladora a diferença empregada nas *Ordinacions* quando da composição das miniaturas capitulares, que no livro dos cerimoniais de investidura dos *carmalenchs* representa o rei entre os clérigos, e distanciado dos demais cavaleiros e laicos.¹⁰⁰⁷ Fundem-se ao providencialismo e à precedência hierocrática, a sua aura de sagração divinal. Na miniatura do proêmio, o rei Pere está sentado entre seus ministros, e enquanto traja um manto com as cores da dinastia mantém o gesto impassível e sereno, remetendo ao modelo do Cristo *Pantokrator* em seu trono de justiça.¹⁰⁰⁸ Mais tarde, quando em 1379 redefinir mais uma vez seu testamento e encaminhar instruções funerárias, o rei esboçaria o traço sacerdotal de seus dísticos *"ab insignies reials, això és, ab camisa romana i camís, cinyell, estola i maniple, tunicella i dalmàtica, del modo que es revisten los cardenals quan lo Papa celebra l'ofici divinal"*.¹⁰⁰⁹

Ao retrazar exaustivamente o mesmo argumento providencialista de sua origem e de sua afortunada eleição ao trono real,¹⁰¹⁰ o Cerimonioso conjuga todos os símbolos da dignidade do seu encargo para se justificar ante seus súditos, e concluir no fundamento místico que, por baixo de toda a realidade adversa, confirma a imanência da figura monárquica. Destarte, as cortes se revelam como o lugar por excelência ao assinalamento da autoridade do príncipe e à afirmação de seu cariz sagrado. Desde as primeiras décadas do XIV estas noções tornam-se suficientemente divulgadas.¹⁰¹¹ Os artificios de propaganda de época evidentemente confirmam esse status, e surge uma pletora de teóricos que pululam por todo o ocidente medieval trazendo uma ideologia, sobretudo nos meios universitários, com repercussão considerável.¹⁰¹² Nos territórios da Coroa era um argumento bem aproveitado, e servia a contrabalançar uma situação institucionalmente frágil para os reis catalães do século XIV. A divergência sobre a extensão dessa ideia era comumente

¹⁰⁰⁶ Cit. por: LAINÉ, Françoise. L'image du roi dans le ms. Espagnol 99 de la BNF (c.1350-1360). **e-Spainia**, nº 3, § 21, p. 9 e nota 44.

¹⁰⁰⁷ *Idem, ibidem*, § 22, pp. 9-10.

¹⁰⁰⁸ *Cfr.* Apêndice, IV, (ii).

¹⁰⁰⁹ ARCO, Ricardo del. **Sepulcros de la Casa Real de Aragón**. Madrid, 1945, p. 532 *apud* BRACONS, Josep. L'escultura al servei de Pere el Cerimoniós, *op. cit.*, p. 221.

¹⁰¹⁰ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, I, § 40, III. **Parlaments a les Corts Catalanes**, p. 24 *apud* CAWSEY, Susan F. **Reialesa i propaganda**, p. 137, onde se transcreve o trecho de um discurso de proposição feito pelo rei nas Cortes de Montsó em 1363: *"A nostre senyor Déu ha plagut que nós som vostre rei e vostre príncep, e jassia nós no en siam dignes, emperò aço fêu Ell per sa gràcia e per sa virtut. E sobre aço ens fús dues gràcies: la una, car lo senyor rei nostre pare no nasc primer, ans nasc primer l'infant en Jacme, qui renuncià al regne e es mès en l'ordre de Muntesa e en aquell morí, e, en après, la primogenitura e lo regne pervenc al senyor nostre pare. Nós aitantpoc no nasquem primer, ans nasc primer l'infant n'Amfós; e aquell morí, e la primogenitura e lo regne pervenc a nós."*

¹⁰¹¹ ASCHERI, Mario. **Medioevo del potere**. Le istituzioni laiche ed ecclesiastiche. Bologna: Il Mulino, 2005, pp. 305-323.

¹⁰¹² OBARRIO, Juan Alfredo. El derecho romano como *ratio scripta* en la Corona de Aragón. Un supuesto práctico: la prueba testifical en la posesión inmemorial. **Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña**, nº 6, 2002, pp. 531-533.

abordada nos debates de corte. A própria supremacia desta e seu poder pactual refundido nas constituições descansam na afirmação de que todo o ofício ministrado ali é um acontecimento sagrado, atendido por Deus desde seus exórdios até o fecho dos cerimoniais. O soberano que a preside, o faz em seu papel de intermediário, não apenas de rei, mas de sacerdote e ministerial investido pela corte celeste a guiar as vontades corporativas e o bom serviço para a concórdia cristã. Essa posição neutraliza a sustentação preferida pelo monarca de que ele *institui* o mandamento e de que diferentemente dos estamentos, que *encarnam* por si mesmos o bem público, ele difere do corpo político mediante sua autonomia individual. Este antagonismo permanece no debate institucional, e concede além o transcendente mito que reveste o espaço simbólico das cortes como acontecimento fundamental do poder político na Coroa de Aragão.

É demasiado conhecida a miniatura do final do século XV representando Jaume I presidindo uma assembleia de corte.¹⁰¹³ A silhueta real é colocada num plano mais alto, em um palaquim armado, em cima do qual está sentado no trono. Traja um robe dourado e uma dalmática vermelha, que são as suas cores heráldicas –tendo, à direita e à esquerda, uma pintura do brasão com as quatro barras–. As insígnias reais: enverga a coroa com as flores-de-liz, dístico da Trindade e da mediação ultraterrenal, e apoia na mão direita uma espada profusamente adornada, que na imagética ibérica medieval é o signo perfeito da autoridade real.¹⁰¹⁴ A escolha do rei Jaume para a representação desta cena é mais que um interesse pela precedência que suas cortes ocuparam como as primeiras organicamente estabelecidas na tradição da Coroa de Aragão. Elegê-lo entre os soberanos do panteão real é recorrer à figura mais emblemática da autoridade monárquica catalano-aragonesa, pois ele é o mito maior e o ponto de arranque para a glória de toda a dinastia, tão copiosamente lembrado pelo Cerimonioso.¹⁰¹⁵ É quem confirma, entre outras remissões, a pretensão divinal de seu encargo régio. Assim, finalmente, e num segundo plano, se pode conferir os súditos, reunidos, a deliberar energicamente enquanto o rei os observa *sedet in solio iudicii*.

De uma tal maneira, a presença de caráter demonstrada pelo soberano depende de um envoltório simultaneamente sagrado e beligerante, exibido pela percepção de *guerra justa*¹⁰¹⁶ e

¹⁰¹³ Cfr. Apêndice, III.1, *infra*.

¹⁰¹⁴ RUIZ, Teófilo F. Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 39^e année, vol. 3, EHESS, 1984, pp. 429-453. Sobre alguns dos objetos mencionadas, *cfr.*: CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Trad. Vera da Costa e Silva *et alii*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007. E com aportações úteis a um cotejamento, a discussão dos signos da realeza de Afonso Henriques de Portugal in: MATTOSO, José. **Fragmentos de uma Composição Medieval**. Lisboa: Ed. Estampa, (1987) 1993, pp. 218-229.

¹⁰¹⁵ MONTOLIU, Manuel de. **Les Quatre Grans Cròniques**. Barcelona: Ed. Alpha, 1959, pp. 112-114.

¹⁰¹⁶ Frances Eiximenis. Dotzè del Crestià. **Lo Crestià**, DCLVIII.

pela confirmação de uma vocação guerreira da qual En Jaume se tornara um permanente modelo.¹⁰¹⁷ Assim é que em 1357, ainda nos primeiros instantes da guerra com Castela, o rei Pere III, estimulado a imprimir o ardor da batalha que chegaria, recebe seus súditos aragoneses para as Cortes de Carinyena. Tendo o trono posicionado ante o altar da catedral de Santa Maria, o rei fizera seu sermão “*encareciendo lo mucho que desseaba resistir con todas sus fuerzas y poder al rey de Castilla*”.¹⁰¹⁸ Novamente o fazia desde seu trono, e expelia sacralidade ao assumir as formas do predicante eclesiástico, tomando lugar na tribuna, concluindo a tal maneira que abençoava seus ouvintes como um dignatário da fé. E com efeito, Pere *el Cerimoniós* habituara-se a assumir tal postura em pequenas situações de solenidade pública: “*après moltes d’altres paraules bones que els diguem, invocat lo nom del sant Esperit, beneïm-los e els senyam e els comanam a Déu*”.¹⁰¹⁹

Ora bem, essa figuração régia se completa melhor ao enquadrar o papel de mestre de cerimônias nas assembleias e fortalece eficazmente o liame de inequivocabilidade dos acordos constitucionais. Já assim a invocação da presença de Deus, e o sentido religioso forçado sobre os acontecimentos parlamentares que se situam nas cortes, permitem que se coloque qualquer questão política e jurídica sob o olhar sequiso de uma autoridade superior. O que reveste todo ato oficial de uma devocação substancial, a qual se faz ao encerrar umas provisões definidas pelas profertas destinadas *ad Dei servicium*. Nessas condições é que o rei procura plantar suas condições pela excitação de um discurso institucional específico, o mesmo regido pelo dever *natural* de todos os súditos ao seu senhor e soberano. Entretanto, essa discussão abre a recorrente contradição entre as pretensões do monarca e dos representantes estamentais. Notadamente, enquanto o rei intenta persuadi-los da obrigação que os constrange –*um dever moral e cristão*– de auxiliar o monarca em suas demandas financeiras, permanece para os seus súditos a convicção de que nenhuma legitimidade concreta faria suporte a tais pretensões. E por fim, toda batalha retórica acaba suplantada pela evidência de que as solicitações reais, quando atendidas, não passam de mera *cessão graciosa* de parte dos braços que, completamente livres de exigências formais, situam tais donativos no âmbito pactista.¹⁰²⁰

Tantas vezes às voltas com a contraposição ideológica dos estamentos, Pere *el Cerimoniós* insistia na defesa do principado da Catalunha e nos assuntos públicos a ele pertencentes –*la cosa pública d’aquell*– e que, com o tempo, recebem consistência pela ampliação dos limites

¹⁰¹⁷ CINGOLANI, Stefano Maria. Introducción. **Historia y mito del Rey Jaime I de Aragón**. Trad. Juan Carlos Gentile Vitale. Barcelona: Edhasa, 2008, pp. 17-25.

¹⁰¹⁸ **Cortes del Reino de Aragón (1357-1451)**, Cortes de 1357, p. 21.

¹⁰¹⁹ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, V, § 17.

¹⁰²⁰ SABATÉ, Flocel. Corona de Aragón. **La época medieval**: administración y gobierno, p. 384.

conclamatórios do *us. Princeps namque*.¹⁰²¹ À vista de uma argumentação renitente, a percepção monárquica parecia se inclinar ao chamamento de seus súditos para um tipo de dever que lhes era imposto pela postestade régia junto ao *estament de la terra*, e que acaba por assentir a uma clara indicação de suas convicções centralizantes. Sabemos, por outro lado, que a interpretação de Francesc Eiximenis, frade menorita da Ordem de São Francisco, resgatava um sentido diferente ao falar em nome dos grupos urbanos. Para elencar os termos de um *profit de la cosa pública*, ele agregara toda sorte de vocabulário político para definir o estatuto do governante da república cristã e os deveres deste para com seu autêntico *regiment*. Aqui, o monarca é aceito como servidor da ordem social e provedor da prosperidade –quer seja econômica, moral e espiritual– dos membros do corpo político. Assim, toda postulação pertinente à *utilitas publica* constringe específicas notações sobre as formas de uma ação política e uma doutrina de governo; do mesmo modo, reempregam-se os axiomas teológicos de São Paulo da caridade, da fé e da esperança para redundar em um parâmetro de justiça política –e é sobre esta última que observa P. Evangelisti, tratando-se de “*una giustizia impiegata a tutelare e a perseguire appunto il profito prevalente che è quello della comunità politica*”¹⁰²²–.

Aproveitando a grelha dos modelos de governo tirada da *Política* de Aristóteles –e o extenso labor de recepção e interpretação baixo-medieval a qual fora submetida, que inclui Santo Agostinho, Alberto Magno até São Tomás¹⁰²³–, o visionário minorita ainda se serviria na esteira das correntes filosóficas desenvolvidas por pensadores egressos de sua própria ordem para enfim sintetizar sua teoria do poder.¹⁰²⁴ Sob o influxo de uma tradição tão variada, pelo menos dois aspectos em aparência contraditórios, mas harmonizados sob a ideal de macro e microcosmo,¹⁰²⁵ se fundiram na proposta de Eiximenis: em primeiro plano, a defesa ardorosa dos regimes comunais ao incluí-los no terceiro dos modelos de comunidade política, “*així com se fa hui en*

¹⁰²¹ PACHECO, Francisco Luis. El Usatge “*Princeps Namque*”: las cortes y los juristas. **Initium**. Revista Catalana d’Història del Dret, nº 10, Associació Catalana d’Història del Dret “Jaume de Montjuïc”, Barcelona, 2005, pp. 225-246.

¹⁰²² EVANGELISTI, Paolo. Credere nel mercato, credere nella *res publica*. La comunità catalano-aragonesa nelle proposte e nell’azione politica di un esponente del francescanesimo mediterraneo: Francesc Eiximenis. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 33/1, Madrid, 2003, p. 88.

¹⁰²³ EVANGELISTI, Paolo. Mercato e moneta nella costruzione francescana dell’identità politica. Il caso catalano-aragonesa. **Reti Medievali**, nº 7, Firenze, 2006/1. Disponível em: <www.retimedievali.it>.

¹⁰²⁴ Apesar da filiação franciscana, existira uma notável variedade de correntes interpretativas que, oriundas das fileiras mendicantes, propuseram modelos de governo com argumentos diferenciados entre si ou até mesmo antagônicos. Roberto Lambertini cita os exemplos dos tratadistas –como F. de Mayronis e G. de Ockham– que lidaram sobre o mote da monarquia universal, discutindo a viabilidade ou não de múltiplas potestades e o primado de cada uma delas (LAMBERTINI, Roberto. Governo ideale e riflessione politica del frati mendicante nella prima metà del Trecento. **Ética e política: le teorie dei frati mendicante nel due e trecento**. “Atti del XXVI Convegno Internazionale, Assisi 15-17 ottobre 1998”, Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, Spoleto, 1999, pp. 266-277).

¹⁰²⁵ GIERKE, Otto. **Political theories of the Middle Age**. Trad. Frederic W. Maitland. Boston: Beacon Paperback, 1958, pp. 8-9.

Italia”,¹⁰²⁶ e em segundo, a convicção no ideal monárquico como ordem desejável, conquanto existam certos perigos na visada de um príncipe que se converte em tirano. Ademais, a figura do monarca é útil pelo seu referencial universalizante, mesmo quando o “*tracte social que atorguen al rei, tot i combatent-lo, palesa l’existència, entre ells, d’un complex reconeixedor de la superioritat reial, del qual no poden deseixir-se*”¹⁰²⁷. O encontro de Eiximenis com os ideais comunais italianos é decantado pelo recorrente privilégio que confere ao espaço citadino.¹⁰²⁸ Por sua vez, estes são amparados pelas notações jurídicas da época, segundo as quais a coletividade urbana adquire o estatuto de *universitas* e ganha sua autonomia na inserção de um plano ordenamental supracoletivo.¹⁰²⁹ Essa combinação permite que o franciscano justifique toda pretensão coletiva pela evidência, inegável desde este ponto, de que “*les comunitats són totes franques*” e por isso elegem seus representantes e soberanos segundo a mesma liberdade e “*per amor de si mateixa*”.¹⁰³⁰ O rei ou governante não passa, pois, de um ministro de interesses comunitários e não uma finalidade ou justificação em si mesma. Tanto a divina potestade que o reveste quanto os limites de sua atuação política são designações divinais, dadas para o adequado cumprimento do governo público —e por fim, garantia da salvação universal dos homens—. Seguro nesta ordem de coisas, com a nova aderência do espaço citadino, aparecem seus ideais políticos:

In questo senso le città italiane diventano un modello perché i loro cittadini sono capaci non solo di scegliere chi li deve governare, ma anche di allontanarlo dal potere se il suo comportamento non si addice agli obiettivi collettivi [...]. Questo comportamento, così come il reclamare la celebrazione delle corti o parlamento generale, il rivolgersi ad un governante superiore o l’andare dal Papa sono le quattro soluzioni contro il cattivo governante, per evitare ucciderlo.¹⁰³¹

O primado dos interesses urbanos jamais recrudescer,¹⁰³² e graças à aliança entre o nascente

¹⁰²⁶ Francesc Eiximenis. Terç del Crestià. **Lo Crestià**, DCIII.

¹⁰²⁷ ABADAL, Ramon d’. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, p. 166.

¹⁰²⁸ CERVERA, Luis. **Francisco de Eiximenis y su sociedad urbana ideal**. Madrid: Swan Ed., 1989, p. 142.

¹⁰²⁹ KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 217-225. LAMBERTINI, Roberto. Governo ideale e riflessione politica del frati mendicante nella prima metà del Trecento. **Etica e politica: le teorie dei frati mendicante nel due e trecento**. “Atti del XXVI Convegno Internazionale, Assisi 15-17 ottobre 1998”, Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, Spoleto, 1999, pp. 237-238. ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Trad. Rosa Vilaró Piñol. 7ª reimpressão. Barcelona: Editorial Ariel, 2009, pp. 156-159. ASCHERI, Mario. **Medioevo del potere**, pp. 333-345.

¹⁰³⁰ Francesc Eiximenis. Dotzè del Crestià. **Lo Crestià**, DCVII.

¹⁰³¹ SABATÉ, Flocel. La civiltà comunale del medioevo nella historiografia spagnola: affinità e divergenze. **I convegno internazionale di studi. La civiltà comunale italiana nella storiografia internazionale** (Pistoia, 2005). Centro di studi sulla civiltà comunale, Pistoia-Firenze, 2008, p. 119. Também, *cfr.* Francesc Eiximenis. Dotzè del Crestià. **Lo Crestià**, DCVIII.

¹⁰³² SABATÉ, Flocel. Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña. **Revista d’Història Medieval**, nº 9, Valencia, 1998, pp. 127-149 *passim*.

humanismo cívico e o *enobrecimento*¹⁰³³ dos patriciados locais,¹⁰³⁴ o elemento burguês arranca como o principal protagonista nesse cenário para ser verdadeiramente a “*vida de la cosa pública*.”¹⁰³⁵ Agora a virtude política passa a ser um predicado da *universitas*, e cidades como Barcelona e Valência são louvadas pela excelência de suas terras e pelo valor de seus cidadãos.¹⁰³⁶

Na contraparte, o vértice monárquico é encarado com menos entusiasmo. Conquanto gozasse do favor de Pere III, e posteriormente de seus filhos, vindo a ocupar postos de honra no reinado de Joan I, Eiximenis tinha seu próprio conceito sobre o encargo régio. Para o franciscano, a senhoria real continuava sendo um mecanismo admissível somente com claras limitações à sua soberania e ao seu capital *iure divino*. Num dos títulos mais controversos do *Crestià* (cap. CDLXVI),¹⁰³⁷ Eiximenis vaticinaria o fim dos grandes potentados, pois “*d’aquí avant no hi haurà reis, ne ducs, ne comtes, ne nobles, ne grans senyors, ans d’aquí avant a la fi del món regnarà per tot lo món la justícia popular*”.¹⁰³⁸ Mas apesar do aparente radicalismo dessas locuções, ele tem o senso prático que lembra o de Guillelmus de Ockham (*cfr. Dialogus*, III, tr. 2, l. 3, c. 17), e também admite o imperativo, talvez momentâneo e histórico, de uma *unitas principatus*. E isto não é tudo. Ecoam aqui umas discussões prístinas sobre a natureza das sociedades e seu fundamento primeiro, todas elas reflexo de uma antinomia bastante simples, dada pelas concepções hierocrático-equalitárias da exegese escolástica dos séculos XII-XIII e retomadas pelos mestres franciscanos já em princípios do XIV.¹⁰³⁹ Se bem entendida em seu contexto, a concepção defendida aqui de equidade (ou melhor dito, “*eschatological equality*”) permite entretecer uma aparelhagem política identificada aos princípios da utilidade pública. Pois mesmo com a manutenção de distintas dignidades, a fórmula organicista recebe os novos reparos morais para capacitar um mecanismo de governo, que tanto fosse sediado por grandes pares ou síndicos, quanto fosse hábil a orientar com sabedoria o corpo comunitário.

¹⁰³³ Para um contraste, à guisa de comparação, sobre o caráter comunal das ideologias nobiliárquicas: DONATI, Claudio. *L’idea di nobiltà in Italia*. Secoli XIV-XVIII. Roma/Bari: Laterza, 1988, pp. 3-5 e 15, *passim*.

¹⁰³⁴ LADERO, Miguel Ángel. Las ordenanzas locales. Siglos XIII-XVII. *En la España Medieval*, nº 21, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1998, pp. 293 ss. MARAVALL, José Antonio. *Las Comunidades de Castilla*. Una primera revolución moderna. 2ª edición. Madrid: Revista de Occidente, 1970, pp. --

¹⁰³⁵ Francesc Eiximenis. *Regiment de la Cosa Pública*, XXXIII.

¹⁰³⁶ *Idem, ibidem*, lletra als jurats de la Ciutat de València, pp. 15 ss. Dotzè del Crestià. *Lo Crestià*, XXIV.

¹⁰³⁷ Para detalhar a questão de um milenarismo profético em Eiximenis, com inserção no histórico debate teológico sobre a influências do joaquinismo, *cfr.*: SARANYANA, Josep-Ignasi. El debate sobre la adscripción al joaquinismo de Francesc d’Eiximenis. *Filosofia y Teología en el Mediterráneo Occidental (1263-1490)*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2003, pp. 174-180.

¹⁰³⁸ Cit. in: SABATÉ, Flocel. La civiltà comunale del medioevo nella historiografia spagnola: affinità e divergenze. *I convegno internazionale di studi. La civiltà comunale italiana nella storiografia internazionale* (Pistoia, 2005), p. 120.

¹⁰³⁹ BUC, Philippe. *Principes gentium dominantur eorum*: Princely Power Between Legitimacy and Illegitimacy in Twelfth-Century Exegesis. BISSON, Thomas N. (org.). *Cultures of power: lordship, status, and process in twelfth century Europe*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995, pp. 316-325.

Bem por isso é que, de um modo concreto, a presença dos reunidos em cortes se torna fundamental para assegurar esse organismo de cúpula defendido por Eiximenis. A supremacia legal de seus pactuados aliada à permanente gestão fiscal da *Diputació* leva o franciscano a prodigalizar um notável interesse por seu funcionamento. Então, além de uma descrição alentada sobre os encargos da burocracia régia (caps. DCLXXIX-DCCL), ainda oferece um relato mui preciso sobre as obrigações que vinculam o monarca a tal coletivo institucional presente em cortes (caps. DCLXVIII-DCXXV). Assim, consigna o primeiro dever de que, por si mesmo ou mediante seus oficiais, repare os agravos e reclamos de súditos e vassallos: sobretudo, no examinar das possíveis arbitrariedades do braço nobiliárquico, desferidas injustamente a seus dependentes, provocando uma situação diante da qual o rei deve exigir reparação e promessa de sã observância dos usos “constitucionais” do principado. Todo o mais redundava em sempre agir em proveito do reino e do *bonum commune*, a deliberar com os braços: elaboração de estatutos, solicitação de graças e liberdades, decisões colegiadas em respeito às estratégias de guerra e de defesa dos reinos e das terras da Coroa, ademais, sublinha a regularidade do instrumento de cortes pela promessa de convocatórias trienais, em sua forma acordada no tempo de Jaime II, para atuar tanto em procedimentos “extraordinários”, ou não discutidos pela assembleia (*inopinats*), quanto na definição das políticas de aliança monárquica (como as escolhas matrimoniais dos infantes), ou no empreendimento de conquistas, aliciamento de patrimônio, “*en els quals casos ell demana ajuda la seva gent i els braços deliberen si són tinguts de prestar-la o si se la mereix pel seu capteniment invers ells*”.¹⁰⁴⁰ Por estas prescrições resta inequívoca a trancada situação *pública* do encargo e da propriedade régia, a salientar sua absoluta inalienabilidade, que quer drenar toda vontade subjetiva da potestade por meio de uma específica noção da *plenitude do poder*.

Apesar do idealismo da proposta eiximeniana, ela reflete favoravelmente a pletora de concepções aliadas à base justificadora dos setores urbanos. Tem ainda o privilégio de expressar, num complexo institucional marcadamente mediterrânico, “*categorie linguistiche e codici discorsivi*” utilizados na organização de um concreto discurso e de uma ação política direta.¹⁰⁴¹ Em certo sentido, essa posição é garantida pelo repertório de argumentos *avant-garde* dos teóricos franciscanos¹⁰⁴² e por sua conexão ideológica com as aspirações sociais estreitadas no

¹⁰⁴⁰ ABADAL, Ramon d'. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, p. 279.

¹⁰⁴¹ EVANGELISTI, Paolo. Credere nel marcato, credere nella *res publica*. La comunità catalano-aragonesa nelle proposte e nell'azione política di un esponente del francescanesimo mediterraneo: Francesc Eiximenis. **Anuario de Estudios Medievales**, pp. 73-78. TODESCHINI, Giacomo. Guardiani della soglia. I Frati Minori como garanti del perimetro sociale (XIII secolo). **Reti Medievali**, n° 8, Firenze, 2007. Disponível em: <www.retimedievali.it>.

¹⁰⁴² “*A quanto ci è noto, l'opera del lettore francescano ebbe scarsa diffusione, ma costituisce un valido esempio del fatto che agli autori era aperto un ventaglio di possibilità nell'utilizzo di materiali linguistici ed argomentativi precedentemente elaborati, che si poteva estendere dalla semplice ripresa strumentale alle proprie tesi*

protagonismo ético-cívico do ambiente citadino. É desta relação que aparece o resultado já destacado por Evangelisti: “*grado di osmose tra etica di governo ed etica mercantile*”.¹⁰⁴³ Depois de um longínquo período de alinhamentos, a associação de interesses burgueses acabaria por fundir-se ao núcleo de um bem comum, passado por vez a integrar o próprio *telus* da função primaz da monarquia catalã. Agora, a tangibilidade do poder soberano depende dos bons serviços que ele é capaz de oferecer em proveito da comunidade, de onde este justificadamente arrancaria a *col·ligació legal* de seu principado.¹⁰⁴⁴ É por isso que ao mirar o contexto imediato do qual emerge, a fala institucional de Eiximenis tem débitos suficientes com as circunstâncias políticas da década de 1380. O *Dotzè*, o livro XII de seu tratado inacabado, contém reverberações um tanto explícitas das resoluções emanadas das Cortes de Montsó em 1383, consolidando por fim um posicionamento para o estatuto real: “*en aprovada ordinació d’estaments, en justícia de vida, en defensió de la comunitat*”.

No últimos anos de seu reinado, à beira dum jubileu de cinquenta anos desde sua ascensão ao trono, o rei Cerimonioso está mais próximo de reconhecer o realismo contido nas exortações de seu tio quando expressas no seu *speculum principum*.¹⁰⁴⁵ A propósito de evocar a licitude que motiva a guerra justa, o infante Pere recorre à cláusula *Quod omnes tangit*, interpretada como o consórcio dos súditos aos desejos do rei, em que para além de retificar uma ideologia ibérica do soberano como líder militar, reconhece as contingências à legitimidade do poder real e as dependências deste junto aos seus súditos.¹⁰⁴⁶ Por assim toda razoabilidade política, inclusive aquela que justifica a guerra —e convém lembrar as referências concretas ao enfretamento com

*fino ad una rielaborazione ulteriore, di modo che l’uso stesso produceva un arricchimento del patrimonio [i.e., un patrimonio de argumentos a favor da monarquia universal].” LAMBERTINI, Roberto. Governo ideale e riflessione politica del frati mendicante nella prima metà del Trecento. **Ética e política: le teorie dei frati mendicante nel due e trecento**, pp. 265-266.*

¹⁰⁴³ EVANGELISTI, Paolo, *op. cit.*, p. 75.

¹⁰⁴⁴ Francesc Eiximenis. *Dotzè del Crestià. Lo Crestià*, DCCCXXXIII: “*Sobiranament és necessari al príncep que après que ha ates al regiment damunt dit de la col·ligació natural, qui és un dels fonaments de la cosa públic, que après atena al bon regiment del segon fonament [...], lo qual fonament s’apella col·ligació legal.*

E deus saber així, primerament, que legal col·ligació no és sinó ajustament de diverses persones faents una comunitat, volents viure sots unes mateixes lleis, furs e regidors; [...] mas per raó quants tots són units en voler viure principalment sots unes mateixes lleis, per tal són dits en unitat e lligament legal, així com dit és. [...]

E nota ací que... la col·ligació legal està fundada principalment en los fonaments següents, als quals lo príncep, sib é vol regir, deu molt atendre, ço és: en religiositat de fe, en aprovada ordinació d’estaments, en justícia de vida, en defensió de la comunitat, en disposició de costumes, en temperament de fortunes, en varietat de facultats e de possessions, en treballants ociosos e reposats... dels quals direm per orde davall, si a Déu plau.”

¹⁰⁴⁵ Cfr. Pere de Ribagorça. *Tractatus de vita, moribus et regimine principum* (especialmente o cap. XXIV, no qual determina noções pragmáticas para os assuntos bélicos e discute a necessidade do acordos estamentais).

¹⁰⁴⁶ “*En outre, l’image réitérée, comme nous l’avons vu, du souverain héroïque au service de Dieu atténue son constat de faiblesse du roi d’Aragon. Le sixième argument de sa démonstration sur la guerre juste rappelle en effet combien le pouvoir royal doit placer son action sous le patronage divin et se fier à Dieu plus qu’aux hommes.*” BEUCHAMP, Alexandra. De l’action à l’écriture: Le *De Regimine Principum* de l’infant Pierre D’Aragon (V. 1357-1358). *Anuario de Estudios Medievales*, n° 35/1, Madrid, 2005, pp. 266-269.

Castela—, está sujeita ao condão consiliar de um *povo* que assiste ao monarca. E bem, não há muito que dizer sobre a composição política desse coletivo nem quais grupos o representa. Mas ao fim e ao cabo, o tratado do infante traz consigo essa particularidade: fala em proveito da autoridade do rei, mas reconhece o papel instutucional que lhe é *permitido* diante do complexo contexto histórico dos trezentos. Tão próclive quanto possível aos interesses da Casa Real, o seu discurso também está preso ao conjunto de perguntas e resposta formuladas em seu próprio coletivo de pensamento.

Esse contraste de interpretações era atravessado por uns argumentos consideravelmente semelhantes, assentados pelo mesmo conjunto de termos jurídicos e filosóficos da teoria política adotada pelos grandes expoentes da Coroa. São nestas condições que em paralelo ao pronunciamento de Pere III, ao afirmar sua superioridade hierárquica em atenção da prerrogativa legal *de plenitudo potestatis*,¹⁰⁴⁷ caminha o paradoxo de uma equivalente justificação romanista a postular efeitos contrários. A convicção régia de que seus súditos estavam conectados pelo dever supremo junto ao seu *senhor natural* era assim eclipsada pela via contrária, que defendia a função ministerial do rei ao serviço da corporação civil.¹⁰⁴⁸ Bem por isso a singularidade da proposta e da contemporaneidade eiximeniana estão na racionalização semântica desses termos; ao oferecer tais limitações sobre a potestade monárquica, revela-se um testemunho que serve à síntese dos enunciados e do diálogo institucional, manifestos em portentosos *verba iuris* durante os plenários das assembleias estamentais.

7.2. O cerimonial das cortes e sua tipologia normativa e documental

Para dar cabimento aos acordos mediados em cortes era preciso dispor de um complexo aparato protocolar, sempre com necessária formalidade instrumental. Ao longo de uma centúria e meia, este fora se compondo por rituais específicos, que, fatalmente, acabariam por constituir modelos mais fixos aos cerimoniais e usos tradicionais.¹⁰⁴⁹ O preceito *Iudicum in curia datum* (*us.* 81) fora sublinhado pelos juristas régios ao se eleger o primado das cortes como instância máxima de justiça, cumprindo essa ampla “função judiciária” mediante a proposição de protestos e agravos submetidos à apreciação do rei. Assim, ao lado da forte emanção *iudem atque curia*, desenvolvia-

¹⁰⁴⁷ PACHECO, Francisco Luis. “Non obstante”. “Ex certa scientia”. “Ex plenitudine potestatis”. Los reyes de la Corona de Aragón y el principio “princeps a legibus solutus est”. **El Dret Comú i Catalunya**. Actes del VII Simposi Internacional (Barcelona, 23-24 de maig de 1997). Barcelona: Fundació Noguera, 1998, pp. 91-127.

¹⁰⁴⁸ SABATÉ, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 25/2, Barcelona, 1995, pp. 639-641.

¹⁰⁴⁹ OLEART, Oriol. Organització i atribucions de la Cort General. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 15-17.

se uma extensa aparelhagem que oficiava todos os momentos pontuados nas assembleias. Do procedimento de ingresso aos diplomas expedidos pelos escrivães reais, tudo cedia à trama instrumental que dera vida às negociações empreendidas entre o soberano e seus súditos. Primeiro, o cerimonial de cortes, prenhe do início ao fim com elementos simbólicos de discursividade. Desde a *proposició* real desprendia-se os tons característicos de sua elevação:

L'habitual spectacle religiós d'aquesta sessió de les corts, que de costum tenien lloc després de la missa a l'església, amb el rei que parlava des de la trona o d'enfront de l'altar, creava un adequat ambient sagrat per fer un discurs en estil de sermó. Sobretot és el cerimonial d'aquesta mena d'ocasions el que indica que no eren solament discursos polítics compostos en un estil adient a l'època, sinó que volien revelar al seu públic el rei en un paper sagrat com a representant de Déu a la terra i com a guia espiritual del seu poble.¹⁰⁵⁰

O procedimento paulatinamente empregado por Pere III, e depois, mantido na sua maior parte pelos seus filhos Joan e Martí, era regulado por um protocolo de entrada. Após ser anunciado pelo heraldo, o rei adentrava o salão cerimonial trajando seus paramentos reais, a portar os dísticos tradicionais –coroa, espada, cetro– e depois de caminhar até o alto palanque montado em tais ocasiões, sentava-se solenemente no trono real. Ali encontrava seus súditos ocupando os lugares que lhe eram já definidos, tal como o descrevera Jerónimo de Blancas, o sucessor de Zurita no encargo de cronista régio, sobre o protocolo fixado no século XVI:

Ahora lo que se haze, es señaladamente en Cortes Generales, que en la Iglesia Parroquial de Monzón, en la parte que está en frente del altar mayor, se haze un cahadalso muy grande que tiene muchas gradas, y en lo alto se pone un dosel y debaxo una silla para el Rey y todo está entapizado. Primeramente por las gradas, y en lo alto del solio se sientan los oficiales reales, y en medio de todos ellos el Justicia de Aragón a los pies del Rey, aunque haya vizcanciller. Los de las Cortes se sientan en escaños que están baxo en el suelo de la Iglesia de una parte y otra: unos a lo largo a la mano derecha del Rey, en la parte que dizen del Evangelio, se assientan los eclesiásticos, nobles cavalleros, hidalgos aragoneses y valencianos mezclados entrepuestos. Y así por este orden primero y en el primer banco los prelados y eclesiásticos de ambos reinos; en el segundo, los nobles; en el tercero, los cavalleros hidalgos que cojen. Los otros bancos que están atravesados a la misma mano, sirven para las universidades, como son, ciudades, villas y comunidades de los mismos reinos. A la otra parte, en los bancos o escaños semejantes, que están puestos a la mano izquierda, que llaman de la epístola, se sientan los catalanes. Y quando concurren los prelados y eclesiásticos de todas las provincias, unos enfrente de otros, y los nobles, cavalleros y Hidalgos también. Y las universidades en los escaños atravesados lado a lado, dexando entre unos y otros libre tránsito y paso del altor mayor de la Iglesia al solio.¹⁰⁵¹

¹⁰⁵⁰ CAWSEY, Susan F. **Reialesa i propaganda**. L'eloquència reial i la Corona d'Aragó, c. 1200-1450. Trad. Marta Cedro. València: Publicacions Universitat de València, 2008, p. 174.

¹⁰⁵¹ Jerónimo Blancas y Tomás. **Modo de proceder en Cortes de Aragón**, cap. VIII cit. in: CASTILLÓN, Francisco. El marco de las Cortes de Monzón. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrès d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, p. 125. Com o mesmo autor, *cfr.* descrições posteriores sobre o cerimonial, com uma persistência sensível sobre essa disposição de lugares e das respectivas dignidades.

Seguia-se um novo anúncio: então o rei pronunciava seu sermão no mesmo estilo das prédicas evangélicas, precedido por um mote ou *thema*, que usualmente soíam ser umas sentenças bíblicas de conhecimento recorrente daqueles que o assistiam: ditas primeiro em latim, e depois traduzidas pelo predicante ao vernáculo. Esse primeiro discurso, modelado pelas regras da retórica medieval, altercava entre as ideologias que sustentava a autoridade monárquica e aquelas que cumpriam uma função teórica do poder sacramental da figura do príncipe, ao mesmo tempo que se comprometia com suas originárias obrigações feudais, para finalmente introduzir os verdadeiros motivos da convocação dos braços dos reinos da Coroa. Entreviam-se assim argumentos de várias conotações, desde aqueles que eram mobilizados para resoluções mais concretas trazidas às cortes, até revigorar o evanescente encargo desempenhado pelo soberano aos reclamos deste por *consilium* – como nas definições da política estrangeira dos reinos– e por *auxilium* –onde se revelam nada menos que as demandas financeiras para as famosas *guerras de lo senyor rei*–.

Os aspectos formais eram sempre muito bem observados, pois todo ritual encenado a partir daqui compunha uma etiqueta destinada não apenas pelo soberano que preside, mas pelos eminentes prelados eclesiásticos, síndicos urbanos e grandes senhores feudais presentes. O sermão de abertura era realizado de pé, encenando a performance –a performance “*nécessaire à une parole de pouvoir*”¹⁰⁵²– de uma voz que permanece, conquanto absorvida pelas atas que registram todo o *officium loquendi*.

Aqui surge também o problema linguístico. Durante as cortes “locais”, as convocadas apenas para cada unidade da Coroa, isso era resolvido sem embaraços: o rei falava em aragonês nas cortes de Aragão, e em catalão nas assembleias do principado; replicado a vez pelos representantes de cada um dos braços, como era usado desde os tempos de Jaume I (*cfr.* Cortes de Barcelona de 1228).¹⁰⁵³ Mas diante de convocações gerais como as que se sediaram em Montsó, o regime linguístico era bastante híbrido. Pela primeira vez se definiu que anúncios genéricos e outras demandas oficiosas seriam pronunciadas –e depois, transcritas nas minutas reais– em um latim de estilo claro e corrente. Para os discursos mais longos pronunciados pelo rei, inclusive no sermão de abertura, adotara-se o catalão. Os quais seriam replicados em aragonês e falado-se em nome dos estamentos, mediante fórmulas breves, e sem efeitos concretos, ditas pelo arcebispo de Saragossa¹⁰⁵⁴ ou como se fixaria depois, pelo infante Martí, que possuía grandes herdades em Valência e em Aragão, e por isso oferecia um equilíbrio na representação dos interesses de

¹⁰⁵² PÉQUIGNOT, Stéphane. Introduction. La parole des rois à la fin du Moyen Âge: les voies d’une enquête. *e-Spania*, §19, p. 19.

¹⁰⁵³ Llibre dels Fets. **Les Quatre Grans Cròniques**, XLIX.

¹⁰⁵⁴ ACA, *Cancellaria Reial*, processos de cort, 45, f. 53^v *apud* OLEART, Oriol. Organització i atribucions de la Cort General. **Les Corts a Catalunya**, p. 19.

ambos.¹⁰⁵⁵ Justamente, essa elaboração foi afirmada mediante umas novas contestações de parte daqueles. A antiga preeminência do catalão não era exatamente um ponto satisfatório para aragoneses, motivo que dera entrave a uma arrastada discussão durante as Cortes de Montsó de 1383, definindo o seguinte formato:

[...] cum diligencia examinatis habitisque per dominum regem et aliquos de ipsius consiliariis colloquiis et tractatibus cum illis qui ad dictam curiam venerunt et nunc existunt et etiam inter ipsos, fuit deliberatum per dominum regem quod ipse dominus rex suam propositionem in lingua cathalana faceret seu proferret, et quod dominus infans Martinus, dicti domini regis filius, qui plura et notabilia loca et hereditates regalis prosapia a qua descendit promerente in qualibet provincia noscitur possidere et ex hoc persona comunis racionabiliter potest censi, nomine tocus curie generalis responderet domino regi seu eius propositioni in lingua aragonense sub verbis inferius nichil addito nichilquod remoto insserts.¹⁰⁵⁶

Do primeiro ao último ato que envolve as instituições das cortes, são reconhecidos os instantes principais que animam sua existência, sendo tais: a *convocatória*, a *proposição real*, a *demanda e satisfação dos protestos (greuges)*, a *legislação*, o *donativo* e a “*cloenda*”.¹⁰⁵⁷ Com a recorrência das convocatórias de Pere *el Cerimoniós* foi possível uma maior uniformização do modelo empregado nos cerimoniais; consolidariam-se algumas inovações tanto a respeito da periodicidade, que permaneceria, embora sem muito efeito prático, para cada três anos, quanto sobre o caráter da titularidade exclusiva –*personal*– do soberano para a convocar. No entanto, diante das frequentes demandas beligerantes do rei, seu afastamento permitia que em determinadas condições o chamamento às cortes fosse feito pelo *Lloctinent* da Coroa, ou seja a rainha ou o infante herdeiro, apenas e somente quando o rei estivesse impedido de o fazer;¹⁰⁵⁸ esperando então que tal recurso fosse reconhecido pelos estamentos mediante uma *habilitació* para sua plena validade. Finalmente, como objeto protocolar, as convocatórias eram documentos escritos pela chancelaria régia que determinavam a reunião das assembleias com caráter obrigatório –*us*

¹⁰⁵⁵ Poucos anos mais tarde persistiria semelhante regime, ao falar para as cortes de 1388, Joan I que pronunciava em catalão, tinha o irmão à direita que replicava em aragonês, vicário dos braços reunidos: ACA, *Cancellaria*, processos de cort, nº 10, f. XIV^v-XV^r: “*Infans Martí [em catalão] eiusdem domini Regis fratre stans pedes nomine omnium inibi pro dicta generali cúria confregata respondit in idiomate Aragonensi*” cit. in: CAWSEY, Susan F. **Reialesa i propaganda**, p.185.

¹⁰⁵⁶ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 74.

¹⁰⁵⁷ OLEART, Oriol. Organització i atribucions de la Cort General. **Les Corts a Catalunya**, p. 16.

¹⁰⁵⁸ Assinalado como capítulo nas cortes de 1436-37: “*Quia convocare et celebrare curias generales in Principatu Cathalonie est proprium et appropriatum dignitati regali et ipsi soli Principi, nec locumtenentem admittat prout volunt*”. **Cortes**, XIX *apud* OLEART, Oriol. Organització i atribucions de la Cort General. **Les Corts a Catalunya**, p. 17.

manam—;¹⁰⁵⁹ e uma vez firmados com o selo apropriado passavam a ser distribuídos aos respectivos destinatários, fossem indivíduos ou corporações, que então detivessem o direito a tomar parte nos assentos de cortes. As abstenções deviam ser justificadas e, no caso, substituídas mediante procurações aptas ao exercício do representante, sempre confirmado por juramento. No mesmo documento de convocação era indicado o lugar que sediaría a assembleia, assim escolhido pelo rei, e que tinha de recair sobre as vilas do realengo. Na Catalunha, eram frequentemente as mesmas: Barcelona, Tarragona, Lleida, Tortosa, Montblanc ou Balaguer. Para as Cortes Gerais, se fora estabelecendo a vila de Montsó¹⁰⁶⁰ como destino estratégico para as grandes reuniões dos reinos da Coroa. Eventualmente, exigia-se a transferência de lugar, o que podia ser modificado antes da abertura e portanto durante o período de latência das convocatórias, ou então, durante os atos de cortes em plena atividade: neste caso, a questão era submetida aos braços que *ab voluntat i consentiment* permitiam ou não o deslocamento.¹⁰⁶¹

Apesar de uma nítida colatura feudal, as *curie generalis* assentavam-se no fundamento incontestado de que toda autoridade *legislativa* era uma atribuição potencial do soberano —e desde 1283, “*constitutionem aliquam generalem seu statum facere voluerimus in Catalonia, illam vel illud faciamus de approbacione et consensu prelatorum baronum militum et civium Catalonie*”—¹⁰⁶² É ele quem arroga a titularidade de as convocar e as presidir, transferindo tais dignidades apenas em casos mui excepcionais; como ocorrera em algumas assembleias do reinado do Cerimonioso, sendo substituído por seus infantes, ou pela presença enérgica da rainha Elionor —“*domina regina, si expediens videretur, possent dictas Curias citius convocare*”—, a exemplo de uns donativos concedidos em 1365 nas Cortes de Tortosa, já no grave contexto da invasão castelhana à Calataiud.¹⁰⁶³

Entretanto, a dependência de tais limitações tendiam a exasperar o rei, que aguardava com alguma urgência a resposta para suas solicitações. Mesmo quando se podia contar com a normalidade no transcorrer dos procedimentos, estes ainda eram demasiado arrastados e plenos de obliteramentos formais. Assim é que, neste caso como em muitos outros, a convocatória por

¹⁰⁵⁹ Embora não se tenha a mesma clareza de disposições para as convocações dos *Parlaments*, onde se quedavam reuniões parciais de um ou mais braços, este caráter obrigatório é dissolvido, e a o tom do chamamento assume um sentido de faculdade —*us pregam*—.

¹⁰⁶⁰ A posição privilegiada de Montsó era favorecida, também, por integrar junto a Fraga a zona de litígio entre Catalunha e Aragão. *Cfr.* Cortes de Tamarite de 1375, excerto in: *Actas del proceso de Cortes de Tamarite (febrero-mayo), 1375*. TUÑÓN DE LARA, Manuel (dir.) **Textos y documentos de Historia Antigua, Media y Moderna hasta el siglo XVII**. Tomo XI. Barcelona: Editorial Labor, 1984, pp. 396-398.

¹⁰⁶¹ Ante o perigo representado por um novo surto de peste nas cercanias de Montsó, fora proposta a transferência de lugar primeiro para Tamarit de Llitera (16 de fevereiro) e depois para Fraga (24 de maio) em 1384. (**Cort General de Montsó: 1382-1384**, pp. 178 e 202).

¹⁰⁶² **Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, I/1, p. 145.

¹⁰⁶³ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, pp. 283-286.

Parlamentos (*i.e.* convocação parcial de um ou dois braços) constituía uma alternativa para o rei em termos de celeridade protocolar e de resultados estratégicos. Mas seu uso contínuo era contestado pelos estamentos, que se viam desguarnecidos de suas tradicionais armas institucionais, razão pela qual a persistência das cortes gerais continuava preponderante, enquanto os *parlaments* do rei se mantinham como “*fórmula alternativa o subsidiaria*”.¹⁰⁶⁴

Ao receberem a petição real, seja por novos donativos seja por orientações diplomáticas e militares, os três braços primeiro deliberam separadamente, devidamente munidos de escriturarias e assistentes notariais, e depois procedem ao acordo consensuado mediante seus delegados. Estes são compostos, em número paritário ao de funcionários a serviço real: pelos *habilitadors*, que juntos a seus *advocats* viabilizam as exigências formais das profertas, pelos *promovedors*, que intermediavam o estipulado por cada braço individualmente, e finalmente, atuavam os *porters*, que ao examinar o resultado comum entre os estamentos apresentariam-no ao delegado real destinado a receber uma resposta pela petição de donativo.¹⁰⁶⁵ Todo este numeroso corpo de funcionários atendia também pela emissão dos diplomas correspondentes, ao consignarem todas as atas, os procedimentos registrados e os termos produzidos pelos seus expedientes.¹⁰⁶⁶

¹⁰⁶⁴ As distinções entre um e outro mecanismo de representação atendem a especificações formais minuciosas, que se estendem desde suas tratativas iniciais e suas convocatórias até competências judiciais apropriadas: “*La doctrina, especialmente la catalana, ha diferenciado perfectamente la naturaleza de la Corte y la del Parlamento. La Corte ha sido convocada por el Rey personalmente, se ha constituido con representación de todos los brazos y se han celebrado ‘pro bono communi’.* El Parlamento ha podido ser convocado por el Lugarteniente general e, incluso, por el Gobernador; la representación ha podido ser parcial y, sobre todo, se ha convocado para resolver negocios públicos concretos. Por ello, el catalán Tomás Mieres ha dicho que las ‘cortes’ se celebran ‘propter utilitatem totius Reipublicae’, en tanto los Parlamentos lo hacían ‘propter necessitatem vel utilitatem domini Regis vel Reipublicae’, y el valenciano Matheu Sans ha afirmado que lās Cortes trataban ‘omnes res et negotia totius regni’, en tanto los Parlamentos lo hacían ‘alicuius negotii particularis sive specialis’”. LALINDE, Jesús. Las cortes y parlamentos en los reinos y tierras del rey de Aragón. **Aragón: historia y cortes de un reino**. (Palacio de la Aljafería, 23 abril-23 junio 1991). Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza, 1991, p. 91.

¹⁰⁶⁵ OLEART, Oriol. Organització i atribucions de la Cort General. **Les Corts a Catalunya**, pp. 17-18.

¹⁰⁶⁶ Antes de seguir, algumas observações de caráter documental. Os registros dos atos dos processos curiais compõem uma vasta massa de arquivos que registravam com formalidade seus acontecimentos. Incluem desde os discursos do rei (conquanto alguns pareçam não ter sido incluídos na chancelaria régia, como as proposições de 1367 em Vilafranca-Barcelona e de 1372 em Barcelona; respectivamente in: **Cortes**, II, p. 509, III, p.179), protestos dos braços, as discussões entre eles pelos seus *tractadors*, ou destes ao receberem as comunicações do rei através do protonotário, e finalmente, chegando a agregar uns instrumentos de chamamento, como os que eram enviados aos deputados do *General*, ou até mesmo os relatos de missões e embaixadas estrangeiras nos tempos de guerra.

Sobre a natureza dos assentos notarias, ainda há poucos estudos que se destinaram a cotejar as diferentes redações confeccionadas pelos escrivães. É, pois, útil atentar aos potenciais que uma tal análise pode permitir em se tratado de múltiplas versões testemunhando um mesmo repertório institucional, com parcialidades que sugerem alguma ampliação sobre a unilateralidade oficiosa do texto protonotarial. Assim, Ana Hernández Calleja propõe uma classificação dos processos, segundo o que se pode observar desde 1350 as Cortes de Perpinyà (sobre a catalogação das séries e suas tipologias no ACA e no AHCB, *Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona*, cfr. CONDE, Rafael. HERNÁNDEZ, Ana. RIERA, Sebastià. ROVIRA, Manuel. *Fonts per a l'estudi de les Corts i els Parlaments de Catalunya*. Catàleg dels processos de Corts i Parlaments. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 25-61).

Aplica-se a seguinte tipologia: “– PROCESO DEL PROTONOTARIO del que se conservan ejemplares desde 1350 hasta 1626. Es el que redacta el protonotario o notario real en la Corte. Podría considerarse el acta oficial. –

Na contraparte, esperando uma resposta positiva de seus súditos, o rei lhes concede em troca generosos privilégios e sua instância judiciária, no seu papel de distribuidor supremo da justiça dentro da ordem social baixo-medieval. Assim cada braço comparece com seus *capitols de greuges*, onde normalmente são apresentadas as queixas de privados ou de entidades coletivas contra outros titulares (urbanos, eclesiásticos, baroniais) ou mesmo contra o rei e seus representantes, tanto quanto aqueles diretamente ligados à Casa Real.¹⁰⁶⁷ Uma vez submetidas, tais queixas seriam examinadas pelo próprio soberano ou por seus delegados e juizes –em que se destacava, no caso isolado do reino de Aragão, a figura intermediária do *Justicia*–¹⁰⁶⁸. Todavia, tanto a apresentação dos *grueges*, quanto as especificações para o oferecimento do donativo, dependiam dos debates isolados dos respectivos braços e das mutualidades trocadas por cada um deles, mediante os memorandos levados através de seus *promovedors*, para que as decisões parciais se coligassem e, num plenário, exercessem maior pressão contra as exigências do rei. Incluíam-se nesta etapa a longa série de obstáculos protocolares criados pelos representantes estamentais, na tentativa de assediar o monarca no curso de alguma urgência e de obrigá-lo a ceder mais rapidamente diante de alguns compromissos.

Quanto às resoluções aprovadas, observava-se o comum. Reflexo do ideal eiximeniano de concórdia,¹⁰⁶⁹ a noção de que cada braço devesse consentir de maneira unânime era bastante assumida, dando um caráter propriamente orgânico ao conjunto estamental e dentro do qual cada *dissentiment* (*neminem discrepante*) de um único indivíduo era suficiente para obliterar o curso dos debates internos –mesmo que se mantivessem decisões acordadas por maioria, como nas nomeações de *tractadors* ou moções de *greuges*–.¹⁰⁷⁰ Então, avançadas as negociações, podia-se garantir algumas resoluções concretas formalmente apresentadas em sessão plenária e apreciadas pelo rei, que neste caso se manifestava com favor ou desfavor por meio de seu protonotário para

PROCESO FAMILIAR GENERAL sólo Jaume Riera ha reconocido su existencia aunque no siempre ha podido identificarlo. Es el registro que redactan los escribanos de los brazos recogiendo las actuaciones de los mismos, al principio mimetizando el proceso del protonotario hasta convertirse, después, en una suma de tres redacciones distintas y separadas de los notarios de cada brazo. – PROCESO FAMILIAR DE CADA BRAZO que es el que redacta el escribano de cada brazo recogiendo la información privativa del mismo. Esta forma, que deriva de la etapa final de la anterior, se hace exclusiva a partir de 1515 cuando deja definitivamente de hacerse una redacción conjunta de la información que recogía el notario de cada brazo.” HERNÁNDEZ, Ana. Tipología de los procesos de Cortes. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, p. 63 –também consultar os quadros comparativos sobre o conteúdos dos processos– pp. 67-70.

¹⁰⁶⁷ GAY I ESCODA, Josep Maria. La creació del dret a Corts i el seu control institucional de la seva observança. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 93-94.

¹⁰⁶⁸ Apenas em 1409, nas Cortes de Perpinyà de Martí l’Humà, os catalães consolidariam uma figura homóloga, instituindo seus *jutges de greuges* (SABATÉ, Flocel. Corona de Aragón. **La época medieval: administración y gobierno**, p. 383).

¹⁰⁶⁹ Cfr. Francesc Eiximenis. Dotzè del Crestià. **Lo Crestià**, CCCLXXXVIII.

¹⁰⁷⁰ OLEART, Oriol. Organització i atribucions de la Cort General. **Les Corts a Catalunya**, p. 18.

que os termos desaprovados pudessem ser debatidos ou redefinidos em seguida.¹⁰⁷¹

Na mesma ocasião, as demandas por reparação das infrações constitucionais (sobretudo, pelos conhecidos abusos de oficiais reais) teriam de ser diretamente apresentadas ao monarca, o qual se guardaria de as responder dentro de alguns dias com uma solução adequada. Eram nelas que consistia toda a *satisfacció dels greuges*, o que era formalizado pela criação de uma “comissão mista” de dezoito oficiais e juristas, sendo nove os representantes do rei e nove dos respectivos braços, para que se propusesse um exame e uma solução avalizada dos protestos.¹⁰⁷² Com efeito, a presença desses provedores garantia –assim graças à investidura paritária– alguma legitimidade para os despachos judiciais da cúria, ao mesmo tempo que assegurava o mínimo de agilidade contra os atrasos protocolares às discussões dos donativos. Em termos formais, os protestos poderiam compor, primeiro, um caráter de tipo geral, tendo em vista a universalidade e o alcance de seu espectro, afectos ao *corpus* legal dos reinos ou do principado, que bem assim exigiam outras emissões legislativas e modificações do marco institucional pelos novos capítulos aprovados. Depois, apresentavam-se os protestos corporativos e privados, entendidos assim pela natureza local de seus efeitos, demandando procedimento especial: apresentação em nome do estamento, inclusão no conjunto respectivo de solicitações, com a devida instrução judicial fundamentada nos trâmites do *ius commune*, até a posição de sentença que deveria ser coligida ao registro de sentenças para cada sessão de corte.¹⁰⁷³

Eliminados os grandes impasses formais e estratégicos, de interesses não raras vezes dissidentes entre si, estipulava-se o oferecimento do donativo ou a *proferta*.¹⁰⁷⁴ Para conferir a validade ao acordo, sucederiam novas apresentações formais em sessão geral e a publicação de seus *actes de cort*, devidamente pactuadas por juramento –da parte do rei e seu consentimento, dos oficiais ali designados e, naturalmente, pelos representantes e assistentes de cada um dos braços–. Procedia-se então aos debates para fixar valores, mecanismos de arrecadação, constituição de *censals* e seus períodos de pagamento destinados pelos delegados da *Diputació*.¹⁰⁷⁵ Junto ao

¹⁰⁷¹ GAY I ESCODA, Josep Maria. La creació del dret a Corts i el seu control institucional de la seva observança. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 86-96.

¹⁰⁷² ACA, *Cancelleria Reial*, processos de cort, 45, f. 111-114^v in: OLEART, Oriol. Organització i atribucions de la Cort General. **Les Corts a Catalunya**, p. 20.

¹⁰⁷³ PONS, Josep Maria. Aspectes judicials de la Cort General a l’època medieval. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 142-145.

¹⁰⁷⁴ SÁNCHEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d’Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**. Trad. Marita Viscarro. Barcelona: Eumo Editorial/Universitat de Girona/ Estudis Universitaris de Vic, 1995, p.

¹⁰⁷⁵ “Una vegada exposats els motius de la petició, declarat explicitament el caràcter nos ex debito del subsidi i garantida la integritat de tots els privilegis i llibertats dels atorgants, els capítols recullen les característiques de l’ajuda: la quantitat atorgada, la seva reparació entre els braços (en cãs de tractar-se d’un donatiu general), la forma d’obtenció (impostos directes, indirectes o mitjançant l’emissió de deute públic) i la seva

consentimento dos braços, estipulava-se os termos institucionais da obrigação onde o caráter de *donatio* dessas concessões conferia a natureza graciosa e de absoluta liberalidade da ajuda ofertada pelos estamentos: “*non ex debito set solum ex providencia et liberalitate*”. Alguns historiadores insistem na medida de precaução institucional tomada pelos braços, e com a exigência de que o soberano emitisse *cartes d’indemnitat* para definir qualquer limitação de futuros assentamentos fiscais, redefinidos como imposição periódica, à maneira de antigas arrecadações que se foram passando a permanentes.¹⁰⁷⁶ Justamente, o poder aderente dos preceitos legais definidos em tais assembleias exigia grande cautela sobre qualquer resolução pactuada, o que bem poderia abrir ocasião de novos precedentes legais à disposição dos interesses fiscais do monarca.

À medida que se especializava, acompanhando de perto toda uma ininterrupta evolução da *Diputació del General*, os mecanismos desempenhados pelas cortes perdem em funções judiciárias e avançam em prerrogativas legislativas. Quando muito, cumprem o antigo formato exigido pelas apresentações de protestos e *contrafurs*, mas sempre atrás de uma crescente complexidade de objetivos acerca das matérias legais e de questões extraordinárias, como as ajudas financeiras e militares. No tocante à sua classificação normativa, as assembleias curiais representavam o canal de emissão legislativa tendente a um conceito universalizante desses estatutos. O condão de obrigatoriedade geral representado por eles instituía a *curia principis* que, desde a absorção condal dos reunidos de *Pau i Treva*, obrigava a inserção dos acordos ali produzidos para dentro de uma hierarquia de afecção normativa. Desde as cortes celebradas sob Jaume I, esse formato progride em espécies jurídicas mais estáveis, adquirindo depois de 1283 seu formato orgânico posterior: as constituições seriam unicamente de outorga régia, e também se normalizariam as demais atribuições legislativas e a figuração dos três braços se consolidaria de modo permanente.¹⁰⁷⁷ A fundamentação desta legitimidade impartia-se desde a titularidade régia que aos poucos se ia agregando no supremo conselho dos barões e dos altos dignatários, para concentrar os conhecidos argumentos da autoridade romanista e da base teológica recebida dos cânones pontifícios.¹⁰⁷⁸

vigência, amb l'expressió en determinats casos dels terminis precisos de pagament.” SÁNCHEZ, Manuel. ORTI, Pere. (eds.) *Introducció. Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)*. Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1997, p. VII.

¹⁰⁷⁶ SÁNCHEZ, Manuel. *Las Cortes de Cataluña en la Guerra de Arborea*. FERRER, Maria Teresa *et alii* (eds.). *La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana*. Institució Milà i Fontanals, Departament d'Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 361-393.

¹⁰⁷⁷ GAY I ESCODA, Josep Maria. *La creació del dret a Corts i el seu control institucional de la seva observança. Les Corts a Catalunya*, pp. 86-96.

¹⁰⁷⁸ GONZALVO, Gener. *Les assemblees de Pau i Treva i l'origen de la Cort General de Catalunya. Les Corts a Catalunya*, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 74-78.

Devido aos diferentes suportes jurídicos sua tipologia legislativa se dividira, consolidando-se em três categorias particulares: as constituições, os capítulos e os atos de corte. Embora não se apresentasse uma hierarquia formal entre elas, seu potencial prévio como estabelecimento legal dependia das instâncias envolvidas na concretização de seus acordos. Deste modo os *capítulos* concorriam como iniciativa e consentimento formais dos braços, que eram levados ao monarca em forma de proposição. Como seu destino era pela formulação final de uma nova constituição, não havia muita clareza sobre o que as distingua entre si, mas a partir das primeiras cortes do século XIV essa distinção se impôs em razão de sua definição originária.¹⁰⁷⁹ Enquanto norma superior, as *constituições* catalãs emprestavam uma terminologia oriunda das antigas legislações imperiais romanas, então adotadas nos condados como uma supervivência da tradição carolíngia.¹⁰⁸⁰ Por uma tal natureza, era a lei de prerrogativa do príncipe; cabia assim ao soberano sua propositura ante as cortes, que uma vez a tivesse deliberado e acordado, investia a constituição de validade jurídica mediante um *Acte de cort* junto ao que se poderia definir de conjunto legislativo permanente. A tanto que, para sua posterior derrogação ou modificação, seria preciso consultar novas cortes gerais, e desta forma confirmar diferentes constituições e atos de cortes.

Como a presença da generalidade dos estamentos era importante para consentir o seu caráter universal, as Cortes de Barcelona de 1299 de Jaume II definiram que a ausência contumaz de algum dos braços não invalidaria os regimes acordados nessas condições; ainda permitindo, aos indivíduos de cada braço, nomear síndicos e procuradores em separado para substituir aqueles que fossem os titulares definidos pelas convocatórias (situação que, normalmente, tendia a atrasar o início dos trabalhos pela interminável apresentação de procurações dos novos representantes, à espera de admissão nas assembleias).¹⁰⁸¹ De todo modo, buscado o consentimento geral, postulava-se o regime legal a integrar o conjunto constitucional existente. Procedia-se assim à elaboração do texto dos memoriais definido pela comissão redatora, previamente sancionada pelo rei e pelos braços, que o aprovava com a fórmula romanista “*plau al senyor rei*”. Findos os

¹⁰⁷⁹ EGEA, Joan. GAY I ESCODA, Josep M. Eficàcia de les normes a la tradició jurídica catalana des de la Baixa Edat Mitjana fins al Decret de Nova. **Revista Jurídica de Catalunya**, nº 78/3, 1979, pp. 505-586.

¹⁰⁸⁰ Desaparece a *lex* de seu sentido clássico, conforme dizia a tradição do *ius romanorum*, tomando seu lugar a força vindicada pela *consuetude* na forma de estabelecer vínculos e obrigações por forma de direitos –“*mos autem [iuris est species] longa consuetude de moribus tractatur tantundem*”, *us.* 139–. Contiguamente, aquele direito produzido pelo poder principesco ou imperial, *iuris potestatis*, assume corpo na evocação de *constitutio et edictum* (*constitutio, edicit vocatur* etc.). Neste ponto, anota o Prof. Aquilino Iglesia Ferreirós: “*De esta manera, lo que se comenzó denominando lex pasó a denominarse constitutio [cfr. us. 142]. La situación se hace más compleja: junto a las leyes –Goticae– surgen ahora las leyes del conde de Barcelona que pueden identificarse como constitutiones, pero aparecen también las leyes romanas, que exige su identificación, cosa que se consigue calificándolas de imperiales.*” (IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt*. **Initium**. Revista Catalana d’Història del Dret, nº 6, Associació Catalana d’Història del Dret “Jaume de Montjuïc”, Barcelona, 2001, p. 88.)

¹⁰⁸¹ OLEART, Oriol. Organització i atribucions de la Cort General. **Les Corts a Catalunya**, p. 18

trabalhos, tomava lugar o encerramento oficioso das assembleias pelos cerimoniais, a chamada *sessió de cloenda*, em que o rei fazia seu aceite do oferecido donativo e jurava sobre a defesa daquelas novas leis, após o que ele declarava o término dos convocados e autorizava a partida de seus súditos.¹⁰⁸²

Havia, pois, uma clara distinção, expressa desde as cartas conclamatórias, entre as Cortes Gerais de todos os territórios da Coroa e aquelas outras, definidas separadamente, em cada entidade pertencente do rei catalano-aragonês. Isto é, interpunha-se a decisão régia de realizar a “*curia generalem omnibus regnis et terris suis*”,¹⁰⁸³ em oposição à convocação das bem mais frequentes “*generalem Curiam indixisset... principatus Cathalonie*”. Tratando-se da primeira, é de notar que seus expedientes são dados apenas em condições mui extraordinárias. Acontece uma primeira convocação geral em 1289 dada em Montsó, no âmbito das disputas angevinas, contando porém com pouquíssima representação valenciana,¹⁰⁸⁴ e numa segunda ocasião, no ano 1362, em que seus objetivos se fazem claros: consolidar regimes únicos de arrecadação universal –as *generalitats*– para o espectro dos reinos. Ali, consigna-se que parte desses arrecadados seriam gravados sobre a manufatura e a distribuição dos tecidos de lã, impondo um taxativo “monopólio de mercado” que proíbe a entrada dos tecidos estrangeiros.¹⁰⁸⁵

Assim, situando um semelhante controle para as exportações de produtos alimentícios, dava-se a definição, conquanto temporária, de um grande esquema de controle fiscal que respeitava simultaneamente as distinções locais dos territórios e sublinhava a homogeneização de um sistema genérico de arrecadação. Em razão deste procedimento, adotado num contexto bem distante daquelas assembleias de 1289, suceder-se-iam mais duas reuniões gerais durante o reinado do Cerimonioso, em 1376 e 1383. Para além dos mecanismos de pressão política e econômica que encaminhariam essas cortes, destacavam-se nelas uma diferenciação da produção de seus referentes normativos. Anota-o Meloni, “*fu una costante generale..., quando si registrarono assemblee plenarie con la partecipazione degli stamenti dei tre diversi organismi nazionali costitutivi della Corona d’Aragona; ciascuno di essi conservò, però, proprie caratteristiche dovute a differenti esigenze, pur nell’unione della manifestazione parlamentare*”.¹⁰⁸⁶ Com efeito, apesar do caráter universal, emitiam-se resoluções em separado

¹⁰⁸² **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXII, p. 408.

¹⁰⁸³ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 31.

¹⁰⁸⁴ SABATÉ, Flocel. *Corona de Aragón. La época medieval: administración y gobierno*, p. 283.

¹⁰⁸⁵ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XIX, pp. 229 ss. MARTÍN, José Luis. **Historia de la Corona de Aragón**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2002, pp. 133-134.

¹⁰⁸⁶ MELONI, Giuseppe. *Il Parlamento di Pietro IV d’Aragona (1355). Acta Curiarum Regni Sardiniae*. Vol. II. Cagliari: Consiglio Regionale Della Sardegna, 1993, p. 61.

para cada um dos territórios e seus respectivos braços em respeito ao regime de autonomia de cada um dos reinos; que por sua vez procediam primeiro às negociações em separado e, somente mais tarde, tratavam conjuntamente suas deliberações para a outorga do donativo final, junto de seus procedimentos de arrecadação.

Conquanto independentes, os sistemas representativos dos demais reinos mantinham seus tantos contrastes e suas proximidades de esquemas organizativos. No caso aragonês, observavam-se as ritualizações de uma assembleia marcadamente feudal, inclusive pela superioridade de interesses mantida pelo setor baronial, e pelo eclesiástico que de mais a mais os acompanharia sem tantas oposições, em detrimento da limitada representatividade de segmentos urbanos; nas cortes de Aragão se dá destaque para a instituição do *Justicia*, que atuava como procurador geral dos barões do reino desde o século XII mas que fora paulatinamente suprimido pelos monarcas a partir de Pere *el Catòlic*, e definitivamente reintegrado pelas Cortes de Saragossa de 1285, ao lado do juramento real em reconhecimento dos privilégios unionistas. Mesmo após a definitiva extinção destes por Pere *el Cerimoniós*, a figura do *Justicia* não perdera seu papel cerimonial nas assembleias de cortes.¹⁰⁸⁷

Em Valência, um reino integrado à base de conquista, essas diferenças eram bem assinaladas por uma maior centralidade da figura real que, assim mesmo, dependia das cortes para fixar ou reformular o marco legislativo dos *Furs* valencianos.¹⁰⁸⁸ De resto, os procedimentos para a organização daquelas cortes, seguiam os meios conhecidos pelos catalães, com idênticas usanças na periodicidade, na divisão cerimonial e em suas competências –proposição real, resposta do representante dos braços, deliberação e petição, juramentos e acordos finais–. E diante de semelhantes dependências da fiscalidade real, acabar-se-ia instituindo uma homóloga *Diputació* no reino valenciano.¹⁰⁸⁹ Em Mallorca e no restante das baleares, além da imposição dos *Usatges*, dos foros e dos privilégios mercantis, havia uma dependência da representação catalã, normatizada desde 1365 por uma pragmática de Pere III e mantida ao longo da centúria, até que no século XV lhes fossem outorgados direitos parlamentares próprios.¹⁰⁹⁰ Por fim, um semelhante sistema deliberativo fora estendido ao reino da Sardenha com a sediação de umas cortes a partir de 1355,

¹⁰⁸⁷ HIREL-WOUTS, Sophie. Le Justicia dans quelques chroniques de la Couronne d'Aragon. HEUSCH, Carlos. MARTIN, Georges (dirs.). *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, n° 29, Lyon, ENS Éditions, 2006, pp. 277-300.

¹⁰⁸⁸ MARTÍN, José Luis. Privilegios y cartas de libertad en la Corona de Aragón (1283-1298). *Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la Edad Media*. Vol 1. Barcelona: Ed. El Albir, 1983, pp. 213-219, *passim*.

¹⁰⁸⁹ Sobre suas atribuições e singularidades institucionais, remeto ao trabalho de: FEBRER, Manuel V. El parlamentarismo pactista valenciano y su procedimiento foral de reparación de *agravis i contrafurs*. *Anuario de Estudios Medievales*, n° 34/2, Madrid, 2004, pp. 667-712.

¹⁰⁹⁰ PIÑA I HOMS, Romà. Els antics Consells Generals de les Balears: organització i evolució. *Les Corts a Catalunya*, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 290-295.

denominadas ali pelo termo corrente de *parlamentos* tal como empregado pela tradição política das coroas siciliana e napolitana, o que obrigava de pronto a supressão das distinções formais definidas dentro das terras hispânicas do rei aragonês.¹⁰⁹¹

¹⁰⁹¹ LALINDE, Jesús. Las cortes y parlamentos en los reinos y tierras del rey de Aragón. **Aragón: historia y cortes de un reino**, pp. 90-92. ANATRA, Bruno. I Parlamenti sardi. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 318-320. MELONI, Giuseppe. Il Parlamento di Pietro IV d'Aragona (1355). **Acta Curiarum Regni Sardiniae**.

8. AS ÚLTIMAS CORTES DE PERE EL CERIMONIÓS

8.1. O discurso jurídico e o ligame institucional no principado

Quanto a forma de criar e possuir significados no universo institucional dos medievais, o discurso jurídico assume sobre ele umas funções um tanto particulares, as quais passam a ocupar o papel de seu próprio dialeto político, a vez liberto de sua antiga condição “parasitária” daquilo que alguns preferem ao tratar de um realismo social.¹⁰⁹² E como se insistiu até agora, sua especialidade como categoria histórica fazia pertocar os modelos de pensamento disponíveis para a mensuração de um mundo e de seus atos de vontade, designados ali por uma *ratio* ordenadora (*i.d., omnia rerum classificationem*) que cumpria o encargo de confeccionar seus parâmetros de reserva social e suas respectivas hierarquias de pertencimento. Dito isto, tem-se umas posições bastante alargadas, que permitem vir a estabelecer os significados que se quer dar segundo claros e pontuais intervalos. Deslocamentos novos são descobertos e, talvez, uma nova dobra dentro da qual surge a enunciação.¹⁰⁹³ Ora bem, o que emerge a partir disso é que a tentativa classificatória do discurso dogmático contém em si uma latência, latência adotada no coletivo de pensamento institucional.

Se essa possibilidade libertar um pouco as palavras de seus antigos grilhões, é possível esquecer as pretensões à sistematicidade que ativam o discurso jurídico –o do passado e o de hoje– para ficar apenas com o seu esqueleto histórico-linguístico. Nele aparecem as primeiras contradições, o relativismo inerente de suas formas textuais e algumas de suas principais falhas orgânicas. Ele deixa de ser uma exclusiva malha de significantes feita para *tudo dispor e tudo*

¹⁰⁹² LATOUR, Bruno. Se falássemos um pouco de política? **Política & Sociedade**, Revista de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, nº 4/1, Florianópolis, 2004, pp. 19-20.

¹⁰⁹³ Próximas digressões: “*A linguagem humana, atualizada no ‘discurso’*,” diz Barthes, “*é o teatro permanente de uma prova de força entre parceiros sociais e afetivos*”. E sem ter de entrar num questionamento muito íntimo, que é o dele, entendem-se algumas coisas. Primeiro e mais importante, que este “teatro” do qual fala é a própria base da repetição dos argumentos, sendo, portanto, uma simulação –*une copie*– postulada por modelos de identidade; e neste caso, pelo *modelo escolástico*, em que se chega à ritualização da forma e dos resultados. Segundo, a dimensão obsessiva da repetição. Ao criar uma forma de se organizar, esta repetição “estiliza” (*i.e.* confere estilo) ao próprio conteúdo discursivo, e é dele que se extrai a legibilidade e, depois, o princípio de legitimação. (A obstinação do discurso replica com a infinidade de seus recomeços, em seus momentos de enunciação, repertório e arranjo de falas. O discurso contém, assim, um perfeccionamento do próprio sentido que almeja tocar.) BARTHES, Roland. **Como viver junto**. Simulações romanescas de alguns espaços cotidianos. Cursos e seminários no Collège de France, 1976-1977. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 331.

controlar,¹⁰⁹⁴ e aceita uma posição bem mais modesta diante do conjunto que consegue sintetizar. Então, a unidade “ontológica” desse discurso se pulveriza e anuncia outras possibilidades na representação de uma manifestação social historicizada. Agora esse esqueleto passa a trajar costumes de categorias diferentes, que graças a “enunciados coletivos” se lhe investem um diverso *potencial* de representação,¹⁰⁹⁵ o mesmo que, segundo creio, anda um tanto negligenciado pela crítica linguística.¹⁰⁹⁶ No fim, e isto traz o que ele tem de mais importante, o repertório do nosso discurso institucional passa por ser muito mais amplo que a ligeira *forma sermonis* do significado ou do conceito, para assumir o corpo do signo, precisamente: o “*signo*”.

A maneira mesma de colocar as coisas, de compor uma narrativa coerente, depende agora da elaboração produzida pela fala jurídica. Ela é mais que uma *proforma* do discurso racional, cujo caráter legitimante e estruturador se identifica ao direito medieval. Seu sentido vem antes disso, porque dentro da fala emitida pelo direito há uma inteligibilidade própria ao universo político medieval. A maneira utilizada para se expressar pretensões concretas dentro dessa sociedade depende de se incorrer num plano de nítidas significações jurídicas. Os exemplos são notáveis. Não apenas a canonística produzida pelos decretalistas, mas a própria divagação teológica era construída segundo essa inundação do dialeto institucional do direito.¹⁰⁹⁷ Assim a emissão de enunciados, fosse através de uma retórica finalista, fosse através de um perfil escolástico adotado na ritualização do “dizer eficaz”,¹⁰⁹⁸ permeava os itens fundamentais da expressão social. Bem a propósito, a *crônica* de Pere III está abarrotada de digressões desse tipo. Aparecem-nos também entre os arrazoados que condenaram o rei Jaume III de Mallorca, esgrimindo uma minuciosa reconstrução das bases e dos efeitos jurídicos que confirmam a sua deposição e a legitimidade da ação empreendida pelo rei contra a transgressão de seu vassalo.¹⁰⁹⁹ De igual modo, na conclusiva *damnatio memoriae* de Bernat de Cabrera não se justifica

¹⁰⁹⁴ LEGENDRE, Pierre. **O Amor do Censor**. Ensaio sobre a ordem dogmática. Trad. Aluísio Pereira de Menezes *et alli*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Colégio Freudiano, 1983, pp. 33-36.

¹⁰⁹⁵ Mais uma vez, as observações quanto a fala política levantadas in: BOUREAU, Alain. L’adage *Vox populi, Vox dei* et la’ invention de la nation anglaise (VIIIe-XIIe siècle). **Annales**. Économies, Sociétés, Civilisations, 47^e année, n° 4-5, EHESS, 1992, pp. 1072 ss.

¹⁰⁹⁶ Sobre isso há uma colocação interessante feita por H. White, que localiza o *débâcle* dessa crítica nos entornos de um grupo que ele denomina “*momento absurdista*” da literatura-linguística contemporânea. *Cfr.* WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaio sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correa de França Neto. São Paulo: Ed. USP, 2001, pp. 285-306. Também, ECO, Umberto. *A Estrutura e a Ausência*. **A Estrutura Ausente**. Introdução à pesquisa semiológica. Trad. Pérola de Carvalho *et alii*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006, pp. 343-356.

¹⁰⁹⁷ PRODI, Paolo. **Uma história da Justiça**: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 107-110.

¹⁰⁹⁸ THOMAS, Yan. **Los artificios de las instituciones**. Estudios de derecho romano. Trad. Silvia de Billerbeck *et alii*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1999, p. 9.

¹⁰⁹⁹ **Crônica de Pere el Cerimoniós**, III, §§ 1-3, 10-12 etc.

simplesmente os trâmites de um juízo,¹¹⁰⁰ mas a maneira de verbalizar em profundidade sua aniquilação e desonra ante a comunidade política da qual se desintegrara. A colocação mesma dos lugares protagonizados pelos agentes institucionais reitera a arenga jurídica: primeiro, a posição tomada pelo monarca, eminentemente justiceira, que faz associar o seu vocabulário à sua atribuição oficiosa, firmando em seguida “*le symbole de l’autorité d’un roi juge actif, prompt à chattier, voire vindicatif, qui sait se servir des formes du droit pour transforme ses conquêtes en ‘executions de justice’*”.¹¹⁰¹ Quando o conde Bernat é descrito como aquele que traiu o juramento feudal feito a seu senhor natural, faz-se cair sobre ele o manto de um *signo* capaz de explicar a natureza de sua danação.¹¹⁰² Na nomenclatura expressa do *juízo* toma forma o sentido onde se realiza a voz estigmatizante, eco da classificação, e portanto, o termo que transcende a utilidade legal como categoria de mera tipificação dogmática, para significar *aquilo que se é* dentro de uma determinada ordem de coisas. O recurso mágico da fala jurídica investe sobre uma situação de direito o componente político que lhe dá concretude, criando uma *situação de fato*.

No caso dos expedientes jurídicos das assembleias curiais, essa manobra assume uma horizontalidade muito maior, prolongada pelos recorrentes das atas capitulares e pelos preceitos de *usatici* que calham sob o fundo dos enunciados constitucionais do principado. Ao remir uma pluralidade de sintagmas, o aparato dos discursos políticos nas cortes despertam aquilo que, à raiz de tudo que lhe segue, poderia vir designar uma *função sintética*. Por função sintética, passa-se algo que compõe o vasto e muitas vezes incoerente léxico institucional, sobrepondo numa linguagem destinada primeiro a fixar compatibilidades de sentido (*i.e.*, o que chamei atrás “senso comum institucionalizado”), tornando depois dentro do domínio jurídico o que em princípio se resvalava no metajurídico; em outras palavras, poder-se-ia assegurar que o conhecimento identificado pelo seu discurso organiza e emite comandos capazes de transformar –*criar*, simplesmente– um novo universo de possibilidades dentro deste realismo político. Eis novamente o trunfo da classificação escolástica: enxerga-se a capacidade de esquematizar a existência de dizeres equívocos, fazendo da sua entropia original um reto de argumentos dogmaticamente excelentes, prontos a converter e instaurar a regra. E não só, uma vez que passa a fazer sobre essa grande armação de regramentos o seu limite intelectual, capacitado a dar sedimento ao acordo de coletivos institucionais. Assim todo o debate político pode se desenvolver, assim o recepiente desse acordo aglutina uma determinada gramática, presa por sua vez de um instrumento que é

¹¹⁰⁰ CAWSEY, Susan F. **Reialesa i propaganda**. L’eloquència reial i la Corona d’Aragó, c. 1200-1450. Trad. Marta Cedro. València: Publicacions Universitat de València, 2008, p. 69.

¹¹⁰¹ LAINÉ, Françoise. L’image du roi dans le ms. Espagnol 99 de la BNF (c.1350-1360). **e-Spania**, nº 3, Image du pouvoir, juin 2007, mis en ligne le 2 février 2008, § 26.

¹¹⁰² **Crònica de Pere el Cerimoniós**, VI, § 47.

antes abstrato que concreto: “*Ils ont pour objet, non de faciliter l'action, mais de faire comprendre, de rendre intelligibles les relations qui existent entre les êtres*”.¹¹⁰³ Por isso chega antes de tudo a sua eficácia simbólica, sempre como meio de impregnar o valor ou o termo semântico de seu extenso complexo institucional, então adotado por um preciso *estilo de pensamento*.¹¹⁰⁴ Tendo portanto fixado um catálogo de canais de simbolização, suas cifras acertam os espaços que tais valores devem ocupar. Esta onipresença de valores permite a diversidade, e como já dito, não raras vezes paradoxal, de posicionamentos jurídicos que vigem simultaneamente em uma mesma constelação política.

Uma tal dinâmica parece recobrir os debates travados no interior das assembleias de cortes. Da composição dos agentes institucionais ao alinhamento de determinados argumentos, todos se acomodam numa estrita linguagem institucional. —O que assim mesmo suscita alguns detalhes específicos—. Já não é preciso mencionar que os interesses destacados nestas curias não representam senão os de um grupo reduzido da comunidade política de seu tempo. Ou seja, fala-se em nome dos setores destacados da sociedade trecentista, aqueles mesmos que se sobrepõem aos coletivos de entidades ausentes nesta trama de poderes. Mesmo entre os representantes do chamado braço real, os seus titulares quase sempre pertenciam às fileiras do alto patriciado urbano, os *prohomines* ou cidadãos, que de fato detinham as fortunas monetárias propulsoras do meio mercantil e integravam a *mà major* dos principais núcleos municipais. Mesmo assim, diriam os dignitários das Cortes de 1283, sua atuação guardava-se em “*nomine sui et tocius Universitatis Catalonie*”.¹¹⁰⁵ As revoltas camponesas, tanto mais agravadas pelas intermitências da guerra e da carestia, refletem com precisão o descompasso entre esses planos de circulação do discurso institucional. Ainda que, a despeito de toda pressão e de qualquer retaliação desferida mediante estas relações de força, a presença do discurso institucional daqueles setores aristocráticos conseguira até certo ponto o seu alheamento de contingências sociais muito sérias.

Todavia, esta redução não pode nem deve implicar numa contrição de disponibilidades

¹¹⁰³ DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentation collectives. *L'Année Sociologique*, nº 6, Paris, 1903, p. 42.

¹¹⁰⁴ Novamente, é possível volver a Fleck: “*Nós olhamos com nossos próprios olhos, mas vemos com os olhos do coletivo, nós vemos as formas pelas quais o senso e o parâmetro das transposições permissíveis são criados pelo corpo coletivo. Somos inclinados a completá-los, ambos no senso positivo e negativo, isto é, não vemos que alguns elementos estão ausentes, e somos cegos para adições desnecessárias.*” FLECK, Ludwik. To look, to see, to know [1947]. In: COHEN, R. S. SCHNELLE, T. (eds.) *Cognition and fact*. Dordrecht: Reidel Publishing Company, 1986, p. 137 *apud* PFUETZENREITER, Maria Regina. Epistemologia de Ludwik Fleck como referencial para a pesquisa nas ciências aplicadas. *Episteme*, Porto Alegre, nº 16/1, 2003, p. 128.

¹¹⁰⁵ “[...] *idcirco, flexis genibus et humilitate qua possunt, supplicant prelati Religiosi Barones milites cives et hominas villarum Catalonie, nomine sui et tocius Universitatis Catalonie, vobis Illustrissimo Domino Regis [...], com ea cedant ad vestrum honorem et bonum statum Catalonie generalem.*” *Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña*, I, p. 142.

semânticas. De um tal modo, nem a linguagem manejada desde uma fonte estreita de difusão (social ou politicamente concreta) teria de se encontrar em semelhante pobreza.¹¹⁰⁶ Antes disso, vejo que por meio de seu caráter institucional, a extensão que ela alcança é temporalmente avultada: depende de recorrentes históricos, de um acervo linguageiro constantemente recuperado em suas próprias fontes normativas, e de tudo mais que o torna particularmente complexo para lidar com categorias institucionais que então se veem readequadas pela ambientação política de contextos diferentes. A efetividade dos postulados institucionais depende de sua aderência, e tanto mais, de um favor político que a faça sempre ativada. A realidade horizontalizante dos ordenamentos jurídicos do principado reflete essa elasticidade, e o próprio significado político das cortes denotam tal aspecto.

O monarca segue empregando seus argumentos na luta contra os poderes que lhe resistem. Promulga ainda nesta época suas determinações para a Paz e Trégua, e insiste na supremacia de seu encargo como garante a validar *ex plenitudine potestatis* o teor de seus comandos, fazendo-o através da autoridade representada por seus oficiais. Esta representação, aliás, abre espaço para outras discussões, quando os estamentos questionarem durante os plenários das cortes a posição funcional que eles de fato podiam ocupar, bem como a inviabilidade de imposições concretas de uma coerção bem extensível a toda malha jurisdicional do principado. Neste rol, que não deixava de incluir as muitas consequências advindas das aquisições de dependentes jurisdicionais, a defesa das regalias é reiteradamente extraída das mãos de seu antigo titular:

Amb l'assimilació dels interessos municipals i la invocació del poder reial, el municipi assumeix una posició d'interpret i garant de la capacitat reial, formulant, en realitat, una noció de jurisdicció reial coincident amb els propis interessos i fonamentada en les Constitucions de Catalunya, –amb les constitucions de Pau i Treva–, els usatges de Barcelona i els privilegis locals. El concepte de jurisdicció reial adopta, d'aquesta manera, un sentit propi, fins i tot al marge del mateix monarca, al qual els grans municipis no dubten a recriminar per actuar contra les regalies i la jurisdicció reial. De fet, els governs locals malfien del rei, sobretot cap a la darrereria del segle, acusant-lo d'obstaculitzar tant l'exercici jurisdiccional com l'actuació judicial ordinària, arran del seu afany per obtenir guanys immediats a còpia d'intervencions extraordinàries (canvis de fur, guiatges, redempcions generals i particulars, llicències).¹¹⁰⁷

Já com estes termos, a arguição que favorece a titularidade das regalias passa por auspiciosas reavaliações, arrancada do controle régio para servir a nova base de interesses citadinos. Antes de impor consequências efetivas, os pactos afinados pelas capitulares da cúria detêm aquela

¹¹⁰⁶ CHIFFOLEAU, Jacques. Diretos(s) In: LE GOFF, Jacques. SCHIMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. 1. Trad. do verbete D. Valle Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp. 333-335.

¹¹⁰⁷ SABATÉ, Flocel. El Veguer de Catalunya. Anàlisi del funcionament de la jurisdicció reial al segle XIV. **Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics**, nº 6, Barcelona, 1995, p. 155.

primordial “eficácia simbólica” que agirá de motor à ação política institucionalizada. Já que por um lado, o rei quase sempre cede seu beneplácito a acordos que não pretende ver cumpridos.¹¹⁰⁸ Por outro lado, igualmente conscientes da frouxidão do compromisso do rei, os estamentos seguiam às voltas com outras medidas de coerção para corrigir as arbitrariedades dos desmandos monárquicos, controlando de perto a atuação dos oficiais daquele. Bem por isso, conquanto assistisse a condições de formalidade vazias de efeito, a base legal que os braços iam incorporando através das constituições garantiam o aprofundamento de uma explicação jurídica sobre aquilo que a prática já havia denotado desde largo tempo. Então, quando as cortes de 1377-1378 propuseram a Pere III o levantamento dos delegados régios dispostos por suas jurisdições, esta retificação apenas faria avançar a um controle que já viera servindo para a sua obstrução.¹¹⁰⁹

Bem, mas a tradição institucional que revela as alternativas de um discurso próclive aos estamentos, também permite o elastecimento do repertório textual das primitivas fontes de direito invocadas no principado. A tônica discursiva que ampliaria tais poderes, necessários ao gradual encampamento das delegações régias, acompanharia também o desenvolvimento da própria instituição fiscal, sediada pelo braço real para gerir os donativos concedidos ao soberano. Nestas condições, os certames que asseguravam o pretexto razoável para a outorga das ajudas precisaria ser redescrito segundo parâmetros mais atuais. Fora assim que o *us.* 68, o famigerado *Princeps namque*,¹¹¹⁰ deixara desde o século XII de ecoar o clamor do príncipe aos imediatos da terra para arregimentar, durante este recorte do Trezentos, um poder de convocatória muito mais *flexível*,

¹¹⁰⁸ Assim, lembra Oriol Oleart: “*Una de les dades importants per comprendre’n el funcionament és considerar com una realitat necessària l’incompliment, per part del rei, de les normes constitucionals*”. OLEART, Oriol. *Organització i atribucions de la Cort General. Les Corts a Catalunya*, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, p. 23.

¹¹⁰⁹ Cfr. “*Item, que dins X anys primers vinents los veguers, batles o altres ordinaris vostres de cascuna ciutat, vila o loch reyal del dit principat de Cathalunya, segons que cascun d’ells pertany en sa juredicció e no altres, coneguen e hagen a conexer e fer la inquisició e conexença e tot lo procès e la execució de tots e qualqsevol crims, delictes, excesses e penes, axí comeses que no cayguen en la dita general remissió com d’ací avant cometedores e cometedors per qualsevol universitat o universitats o persona o persones singulars del dit principat de Cathalunya [...]*” **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXVIII, Corts de Barcelona 1378, [18], p. 536.

¹¹¹⁰ Na compilação latina, expressa-se a urgência de socorrer a defesa das terras e da pessoa do príncipe; obrigação impingida *omnes homines*, tanto a nobres e quanto aqueles da terra, em idade e condições de combate: “*Princeps namque si quolibet casu obsessus fuerit, uel ipse idem suos inimicos obsessos tenuerit, uel audierit quemlibet regem uel principem contra se uenire ad [de]bellandum, et terram suam ad succurrendum sibi monuerit, tam per litteras quam per nuncios uel per consuetudines quibus solet admoneri terra, uidelicet per fumos, omnes homines, tam milites quam pedites, qui habeant etatem et posse pugnandi, statim ut [hec] audierint uel uiderint, quam cicius poterint ei succurrant. Et si quis ei fallerit de iuuamine quod in hoc sibi facere poterit, perdere debet in [perpetuum] cuncta que per illum habet; et qui per eum honorem non tenuerit, emendet ei fallimentum et deshonorem quem ei fecerit cum a auere et sacramento manibus propriis iurando, quoniam nema debet fallere ad principem ad tantum opus uel necessitatem*”. Cfr. **Los Usatges de Barcelona**: estudios, comentarios y edición bilingüe del texto. VALLS I TABERNER, Ferran (ed.). Malaga/Barcelona: Universidad de Malaga/Promociones Publicaciones Universitarias, 1984, pp. 90-91.

diante das sutilezas envolvidas no debate de cortes.¹¹¹¹ Após a segunda metade do XIV – precisamente, nos interstícios da guerra com Castela–, o dever militar adscrito pela invocação do *usatge* 68 passara a revestir uma nova justificativa fiscal, sorrateiramente incluída no conjunto das demais regalias, como o eram as solicitações por *maridatge* e *fogatge*, impingidas pela Coroa à generalidade do principado, ao mesmo tempo que mantinha a reserva de uma espécie de arrecadação que se quedava fora do controle direto da *Diputació*. Assim, o rei se apoiava no chamamento das hostes para garantir a penetração de seus delegados nos senhorios baroniais e eclesiásticos;¹¹¹² subvertendo depois esse mesmo pretexto para imprimir uma substituição das hostes por prestação pecuniária, ou mesmo, para a cominação das multas pelas *faltes* sobre aqueles que deixaram de atender a sua convocatória ou abandonaram a campanha antes do previsto.

Os abusos sequências de uma tal aplicação instigam o refreio dos braços, que por exemplo negociam a suspensão deste *usatge* nas cortes de 1371 e de 1373, e novamente em 1376, como condição para o cumprimento da proferta. Nesta última ocasião, um dos capítulos remete aos limites interpretados pelo rei: “*no puscats en alguna manera convocar ne practicar l’usatge ‘Princeps namque’ ne la interpretació d’aquell*”.¹¹¹³ Trata-se, pois, de salientar uma dimensão que extrapola em muito a atribuição fiscal do soberano. O debate traz sobre si a frisa que provocara toda a desnaturalização de um preceito¹¹¹⁴ que, em princípio, guardava um dever bastante diferente da exigência feudal de *auxilium*, e se reestipulava para o exercício da fiscalidade indireta pretendida pelo monarca. Assumindo motivos diferentes dos que caracterizariam as convocatórias de 1344-1347 e de 1359,¹¹¹⁵ En Pere abusaria da prerrogativa até que fizesse gravar-lhe um sentido notoriamente inovador. Aproveitando-se da inquietante frequência dos invasores que atacavam o principado, sobretudo pela presença das *compagnies blanches* do condestável Du Guesclin em travessia pelo *Midi* francês rumo às fileiras de Enrique Trastámara,¹¹¹⁶ o rei aragonês fizera reincidir entre 1369-1374 a figura do “resgate” do *Princeps namque*.¹¹¹⁷ Enquanto alguns

¹¹¹¹ SÁNCHEZ, Manuel. La convocatória del *usatge Princeps namque* en 1368 y sus repercusiones en la ciudad de Barcelona. **Quaderns d’Història**, nº 4, Barcelona, 2001, pp. 79-107.

¹¹¹² Ordenara desta forma Pere III, a despachar claras instruções a seus oficiais: “*en los lochs on juredicció no hajam, cor, jassia que d’altres la juredicció sia, empero de tal natura és lo dit usatge, qui és regalia nostra, que en aquells podem fer aquella força que fem en los altres lochs a nostra juredicció sotsmeses*”. ACA, Cancilleria, reg. 1520, f. 37^v *apud* SÁNCHEZ, Manuel, *op. cit.*, p. 80.

¹¹¹³ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXVII, Corts de Montsó 1376, [56], p. 503.

¹¹¹⁴ Sobre a recorrente hibridação envolvida entre as convocatórias de *somatent* e o *Princeps namque*, *cfr.* SABATÉ, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. **Clío & Crímen**: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 3, 2006, pp. 213-235.

¹¹¹⁵ **Crònica de Pere el Cerimoniós**, III, § 194, VI, § 22, respectivamente.

¹¹¹⁶ Jean Froissart. **Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age**, Livre III^e, XVI, pp. 556.

¹¹¹⁷ Outorgam, então, um donativo de 150.000 libras em 1368-1369; outro de 100.000 l., em 1370-1371, nas Cortes de Tortosa; e novamente, em 1373, um préstamo de 130.000 l. *Cfr.* **Corts, Parlaments i fiscalitat a**

juristas catalães dos séculos XV e XVI aplicariam seu labor classificatório para a verificação das hipóteses que permitiam a invocação do referido *usatge* e os instrumentos que podiam refrear o seu isolamento à competência da potestade real,¹¹¹⁸ aqueles que respondiam contemporaneamente em nome dos braços formulam as capitulares de 1371 com uma posição mais incisiva. Depois de estipular, nas anteriores Cortes de Barcelona, os procedimentos oficiais para a arrecadação do seu resgate, os braços procuravam neutralizar a obrigatoriedade vinculada pelas interpretações dos séculos XII-XIII. Reconhecendo a urgência de tolher a invasão dos mercenários de Du Guesclin, os estamentos replicam taxativamente contra o caráter obrigatório do préstimo:

per ço és necessari ésser feta provisió per vós, senyor, e ajuda per la dita terra de Cathalunya, segons tenor de la dita proposició, ha acordat que per la ajuda dessús dita a defensió de Cathalunya *voluntàriament e no per deute, com lo mudament del dit usatge* “*Princeps namque*” sia voluntari [...].¹¹¹⁹

O debate que litigava sobre os termos interpretativos deste *usatge* datam pelo menos desde 1361, momento da primeira invasão das *compagnies*, e quando já se definira uns primeiros parâmetros, através da junta integrada por jurisconsultos representantes dos braços e do soberano.¹¹²⁰ Desde então, a admissão de posicionamentos alternativos já era em si mesmo um ponto de partida à compaginação de interesses antagônicos. Assim é que elementos importantes para toda a figuração jurídica das convocatórias recairiam dentro de novos questionamentos.¹¹²¹ Uma coisa seria aceitar a virtualidade dos mercenários franceses, que para grande afronta do soberano catalão faziam do vale de Aran seu livre corredor até Castela, outra muito diversa seria a compreensão de que os assuntos da rebelião na Sardenha pudessem ser tratados sob o mesmo pretexto e mediante a concessão de ajudas. Já quanto à *substituição* dos efeitos do *us. 68* adotada pelo soberano, que

Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384), docs. XXIII, XXIV e XXV, pp. 409-412, 423-424 e 439-443. V. MORELLÓ, Jordi. Las villas del Camp de Tarragona ante la presión fiscal de la Corona durante la Baja Edad Media. MENJOT, Denis. SÁNCHEZ, Manuel (dirs.). **Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales**. Madrid: Casa de Velásquez, 2006, pp. 357-376.

¹¹¹⁸ Para um planeamento destas disposições em Jaume de Montjuïc, Jaume de Marquilles ou Tomàs de Mieres, *cfr.* o detalhamento de: PACHECO, Francisco Luis. El Usatge “*Princeps Namque*”: las cortes y los juristas. **Initium**. Revista Catalana d’Història del Dret, nº 10, Associació Catalana d’Història del Dret “Jaume de Montjuïc”, Barcelona, 2005, pp. 225-246.

¹¹¹⁹ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXIV, p. 424.

¹¹²⁰ SÁNCHEZ, Manuel. La convocatòria del *usatge Princeps namque* en 1368 y sus repercusiones en la ciudad de Barcelona. **Quaderns d’Història**, p. 83, nota 13.

¹¹²¹ Dentre eles, seguia a recusa inexorável de aceitar o emprego legal dos fundamentos deste *ussatge*. As delegações da vegueria de Tarragona imporia desta maneira suas recusas em proceder a outros *fogatges*, já em 1385, para a arrecadação pecuniária substitutiva à prestação militar. Novamente, travar-se-iam pugnas entre legistas para se decidir os termos de aceitação destas ajudas, o sobre o quanto era possível esquivar-se delas. In: MORELLÓ, Jordi. Las villas del Camp de Tarragona ante la presión fiscal de la Corona durante la Baja Edad Media. **Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales**, pp. 366-367, v. nota 21, consultando os registros do Real Patrimônio (ACA, RP, reg. 2592, f. 1rº-14rº).

preferia um resgate financeiro em lugar da composição de hostes, era bem justificada pelos imperativos militares que regiam o contexto bélico trecentista, demandando-se melhor o financiamento das milícias com seus *hòmens d'armes* e *servents*.¹¹²² Ignorando-se agora as desastrosas consequências da administração do resgate e da composição de hostes, incapazes de barrar eficazmente a passagem de Du Guesclin, é preciso se limitar aos argumentos obtidos da interpretação do *usatge*, em que algumas notações se evidenciam melhor. Se por um lado seria verdadeira a ineficácia dos arregimentados à base do primitivo direito condal, era tanto mais questionável, segundo o entendimento dos braços, que se aceitasse os termos definidos pelo rei para concretizar sua arrecadação, inclusive por pretender afastá-los da prerrogativa das cortes.

Enquanto preceito de regalia, a instauração de todos os procedimentos destinados para a sua percepção estavam organizados pelas atribuições dos oficiais régios. Como nos atos assinados durante os derradeiros meses de 1368, os *veguers* se incumbiram de realizar o pregão para o enfileiramento dos combatentes, enquanto comissários nomeados em seu nome arrecadariam os pagamentos das composições de soldos/dia, devidas por cada vila ou comarca, cuja percepção se via instruída nos capítulos daquele ano mediante a divisão de *fogatges*. Porém, ainda que sob fiscalização posterior dos braços, a percepção dessas entradas se faziam registrar pelos cadernos do *mestre de ració*.¹¹²³ Do início ao fim, couberam aos delegados do rei gerir todas as etapas do resgate pecuniário do *Princeps namque*, finalmente, admitindo que desta vez eles pudessem adentrar os limites do senhorios laicos e eclesiásticos. Para mais de consignar distinções entre a visada dos mecanismos fiscais utilizados pelos funcionários da Coroa e os preferidos pelos administradores da *Diputació*, a organização e mobilização das milícias sob o *usatge* permanecia uma instituição velada pela prerrogativa do poder monárquico.

Ao sair de umas assembleias gerais dadas 1376 em Montsó, onde, impondo o *Princeps namque*, se acertara os donativos para as milícias de rechaço à iminente invasão do duque d'Anjou. O montante estipulado cobriria a soma de 325.000 libras barcelonesas, e seria recolhido em

¹¹²² E com efeito, En Pere manifestava sua reserva em ver homens armados, e sem qualquer disciplina ou conhecimento de guerra, empenharem-se diante dos experientes mercenários franceses: “*sed, quia convocatio ipsius usatici, prout facti experientia multociens demonstravit, est multum damnosa gentibus dicti Principatus, pro convocatione cuius omnes homines tam equites quam pedites accedere habent nec propter hoc res publica dicti principatus melius deffenditur cum plures qui, pro dicta deffensione, accedunt non sint apti in deffensione nec armati prout decet, immo vastant victualia et depredantur bona subditorum ipsius domini regis.*” (**Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, III, p. 12. Também cit. in: SÁNCHEZ, Manuel, *op. cit.*, p. 85). Aceitando a proposta régia, as milícias custeadas pelas generalidades do principado integrariam os soldos à razão de um combatente por 15 fogos, em acordo aos dados recolhidos dos censos ordenados pela Coroa. *Cfr. Censo de Cataluña ordenado en tiempo del rey Don Pedro el Cerimonioso*. BOFARULL, Pròsper de (ed.). Col. de Doc. in. del Archivo General de la Corona de Aragon, vol. XII. Barcelona, 1856.

¹¹²³ SÁNCHEZ, Manuel. La convocatória del *usatge Princeps namque* en 1368 y sus repercusiones en la ciudad de Barcelona. **Quaderns d'Història**, pp. 86-87.

prestações ao longo dos próximos quatorze meses. Caberia ao principado e ao reino maiorquino a maior parte do donativo, com um valor algo razoável em vista das circunstâncias de 178.000 libras, e cuja definição não chegaria a termo sem antes causar desavença entre o braço real e os demais braços catalães, que esperavam se eximir em detrimento daquele.¹¹²⁴ Malgrado as negativas precedentes, vingara também o oferecimento de um novo, porém diminuto, auxílio para o prosseguimento das campanhas sardas: 50.000 florins¹¹²⁵ vindos na maior parte de Valência e Catalunha, oferta mascarada outra vez pela guisa de defender os reinos e as terras do rei –“*e sens perjudici de furs e privilegis, constitucions, immunitats e libertats lurs, graciosament e no per deute ne que y sien estrets ne obligats, mas de mera e francha liberalitat lur*”–.¹¹²⁶ Nesta altura, não havia na prática mais nenhuma intervenção exclusiva do rei no tocante à extração fiscal, que pelo menos desde as Cortes de Cervera no ano de 1359, se mantirera indissolúvelmente em mãos da *Diputació*, representadas desta vez pelos gerais de cada um dos três territórios.

O acordo afinado pelos estamentos responde, de um lado, ao esgotamento das reservas financeiras dos territórios da Coroa, e particularmente do braço régio catalão, quem até aquele momento (sobretudo, *cfr.* os *parlaments* vindicados entre 1353-1367) patrocinaria a maior parte da aventura mediterrânica dos monarcas catalano-aragoneses. Noutro sentido, enquanto aparato ideológico, o recobrimento de um discurso institucional precisa incorrer em seus recenseamentos jurídicos, nos quais a linguagem política parte e volve aos limites do acordo cognitivo que garante a aceitação dos trâmites pactuados pelas altas assembleias de cúria. A compassada agregação de argumentos, e por sua vez, de precedentes colhidos dos avanços conquistados sobre a monarquia, inibiam desta forma as requisições arbitrárias do rei, revogando ou anulando demandas financeiras que este tinha como uso dirigir a particulares ou a pessoas jurídicas pelas mesmas razões –*lo fet de Sicília e de Cerdenya*–, exigindo para a outorga de novas ajudas que os credores fossem restituídos daquelas demandas feitas anteriormente.¹¹²⁷ Em consequência, a reposição das competências fiscais já em poder das cortes devia deter também todos os mecanismos de ajuda e proferta ao tesouro do rei. Agora que se viam fechados os caminhos indiretos, obstaculizadas as

¹¹²⁴ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXVII, Corts de Montsó 1376, [2], pp. 471-473.

¹¹²⁵ Que convertidas, cobririam aproximadamente 27.000 libras barcelonesas à razão de 1,8 f. : 1 l.

¹¹²⁶ *Idem, ibidem*, pp. 522-523.

¹¹²⁷ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXIX (1), capítulo VI, p. 545: “*que cessen e sien haüdes per revocades e per nul·les e cancel·lades totes les demandes que vós, senyor, haviets particularment fetes als prelats e hòmens de la Esgleya o a les ciutats, viles e lochs reys de Cathalunya per lo fet de Sicília e de Cerdenya o de Cerdenya solament e totes concessions, profertes, obligacions e seguretats que d’açò per ells fossen estades fetes a vós o a altre per vós o a alter per vós [...]; e, si per la dita rahó hi havia penyores fetes o execució alcuna començada, que les penyores sien restituïdes e tot sia tornat al primer estament [...].*”

concessões de *virtualles* ou de novos *censals* e do mesmo modo as alienações sobre o *seu* patrimônio –tornados paulatinamente em “patrimônio público”– o rei era mais do que nunca refém do jogo manejado pela cúria. Estas disposições forneciam os novos contrapontos de que se serviam os braços, os quais tinham, pela condicionante das profertas, plenos poderes de correção dos mandados emitidos unilateralmente pelo rei, dando consistência e vigor a manifestações que confirmariam aquele *marco jurídico* das cortes.

8.2. As Cortes Gerais de Montsó-Fraga de 1382-1384

Na conhecida *cidade das cortes*, encravada numa região de vale entre os rios Cinca e Sosa, davam-se as reuniões plenárias da cúria na catedral de Santa Maria ou, menos eventualmente, no palácio-fortaleza antigamente ocupado pelos templários.¹¹²⁸ Sempre meticoloso, o rei predeterminara os assentos a ser ocupados nas longas bancadas dentro do salão maior do palácio real de Montsó. Esta parcimoniosa atenção dada pelo rei na localização dos lugares parecia atender a uma necessidade de organização e bom andamento dos trabalhos e seria, num sentido, uma maneira de não diluir os blocos Catalunha-Mallorca e Aragão-Valência. Para isso os registros dos processos daquelas assembleias contêm seu *modus sedendi*, à maneira de um esquema integral dos lugares e dos nomes de seus respectivos ocupantes, sempre respeitando a ordem de precedência por dignidades estamentais.¹¹²⁹ Apesar do controle destinado à eficaz ordenação dos debates, seu prosseguimento viria a sofrer algumas interrupções, em sua maior parte de natureza procedimental. Também, intervalam as causas externas, como os riscos epidêmicos. Em duas ocasiões as assembleias precisariam se transladar devido ao surto de peste que assediava a região; partindo em fevereiro para Tamarit de Llitera, e depois à Fraga, já em idos de maio de 1384. Até que, finalmente, o temor pelo broto epidêmico levava a um encerramento prematuro dos acordos, o que faria com que os estamentos propusessem um capítulo geral estipulando uma reconvocação, ou uma *prorrogação*, para o começo de 1385.¹¹³⁰

O contexto que motiva essas convocatórias gerais se situa no nadir do emblemático reinado de Pere III, momento em que a situação institucional alcança um tal nível de definição que já se

¹¹²⁸ CASTILLÓN, Francisco. El marco de las Cortes de Monzón. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 123-128.

¹¹²⁹ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, pp. 75-77.

¹¹³⁰ Entrementes, estas convocatórias não seriam trazidas a termo, primeiro pela enfermidade do rei e, depois, por sua consequente morte. Aguardar-se-ia o ano de 1388, já com o reinado de Joan I –no contexto da invasão do conde de Armagnac–, até a continuação dos acordos iniciados em 1383. *Ibidem*, (capítol primer), p. 221.

permite destacar mudanças claras sobre a posição do estatuto régio do Casal de Barcelona. A panorâmica fiscal alavancara a um tipo de organização permanente, deslocada-se da dependência funcional das cortes¹¹³¹ para funcionar dentro da intrincada dinâmica financeira construída a partir das principais cidades mercantis da Coroa.¹¹³² As determinações estratégicas se concentram externamente na batalha mediterrânica, ao mesmo tempo que é preciso reparar a difícil situação interna provocada pela insubordinação do infante Joan e a oposição de grupos políticos que lhe prestam apoio, sendo então sérios obstáculos para a sustentação da engrenagem expansionista.

Definidos os capítulos dos donativos catalães, En Pere cumpriu o que lhe fora exigido e convocou a maior parte de seus súditos às Cortes Gerais em Montsó,¹¹³³ notadamente, com exceção feita à Sardenha, que naquela altura se tornara a pérola frouxa da Coroa. A primeira convocatória foi levada a termo em julho de 1382, e não havia nenhuma declaração expressa que a justificasse além do mote usual, oferecido “*pro reformatione, utilitate ac bono statu*” e pela coisa pública de seus reinos.¹¹³⁴ A despeito desta formalidade, eram completamente conhecidas as causas da guerra que se empenhava havia anos contra os revoltosos juízes d’Arborea. A morte de Mariano IV não trouxe a pacificação almejada pelo Cerimonioso, e este concluía: “*Ara havem vist clarament que.ls sards no han feta la dita mort per dar-se a nós mas per liurar et dar-se a*

¹¹³¹ Conquanto a precedência da corte ainda fosse buscada como instancia última de reparação. No momento, tanto a penhora do patrimônio privado do rei, como o empilhamento das dívidas não pagas aos banqueiros e as sucessivas bancarrotas que isto causara, criavam ameaças de se levantar estas dívidas mediante *greuges* aos reunidos de Montsó. O caso do processo de falência de Pere des Caus reflete o volume do prejuízo causado pelos empréstimos não pagos, e a exasperação dos que tentavam reclamá-lo aos soberano: “*L’endemà d’aquest pregó, els taulers van nomenar procuradors per a reclamar els crèdits de la taula, vendre els seus béns i arribar a enteses amb els creditors, però també per a personar-se en nom seu a les Corts generals, que s’havien de celebrar a Montsó, on volien presentar el seu cas com a greuge contra el rei*” (FELIU I MONFORT, Gaspar. Mercaders-banquers barcelonins: l’endeutament de la monarquia i la fallida de la taula de canvi de Pere des Caus i Andreu d’Olivella el 1381. **Quaderns d’Història**, nº 13, Barcelona, 2007, p. 208).

¹¹³² SÁNCHEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d’Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**. Trad. Marita Viscarro. Barcelona: Eumo Editorial/Universitat de Girona/ Estudis Universitaris de Vic, 1995, pp. 126-129.

¹¹³³ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXIX (1), Corts de Barcelona, 1379-1380 [VIII], p. 546: “*Item, senyor, com lo dit passatge se deja fer a honor vostra e de vostres sotsmeses e deja ésser de tal esforç e poder que ab aquell, mijançant la ajuda de Deu, lo dit regne torn a vostra mà e senyoria e que d’aquí avant no’n calega vexar vostres gents, e açò, senyor, com sia reintegrament e conservació de vostra corona, degen ajudar los altres regnes e terres vostres, com aquesta proferta sola no y fos bastant, per ço, los dits brases fan la present proferta ab tal condició e forma que vós, senyor, procurets e hajats a fer ab acabament que’ls regnes d’Aragó e de València e de Mallorques donen a vós, senyor, e meten ab veritat en ajuda del dit passatge, ço és, cascuns tals quantitats segons les facultats de cascuns dels dits regnes, que venga a igual segons més e menys a la dita quantitat atorgada a vós, senyor, en la present Cort per lo general de Cathalunya.*”

¹¹³⁴ Por outro lado, a fundamentação legítima da própria convocatória deveria ser levada por tal termo, e não por uma justificativa concreta e particular. Como lembra José Luis Martín, os juristas dos nobres catalães abordariam um precedente, extraído da *constitutio* XVIII das Cortes de 1283 de Pere *el Gran* (**Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña**, I, p. 147), para rechaçar a validade das convocatórias do Cerimonioso às Cortes de 1358 e manter seus ricos-homens e cavaleiros desligados das obrigações para com o rei e as expensas na guerra contra Castela. Entretanto, tais alegados foram facilmente rejeitados e as convocatórias seguiram sem outras detenções. MARTÍN, José Luis. La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, p. 146.

alguna comuna per més esforçar lur rebel·lió”.¹¹³⁵ Ao dizer isso, o rei tinha em mente a República de Gênova e o acirramento criado a partir da aliança selada pelo matrimônio de Brancaleone Doria e Eleonor, a filha do juiz d’Arborea. A demanda por uma repressão continuada houvera exigido demais e o tesouro régio se via perigosamente endividado pelas alienações do patrimônio da Coroa, com o que se imporia a atroz dependência de novos donativos.

Presa desta urgência, o rei Cerimonioso pronunciava seu discurso de abertura com o *thema*: “*Ecce assum quia vocastis me*” (*Primo Regum*, III, IV). Neste chamamento a brilhantava a afirmação dos deveres inerentes do monarca; era ali que se guardava a satisfação das demandas que seus submetidos lhe faziam por graças e liberdades, tanto quanto para julgar o que lhe era de seu alcance e para defender suas terras e suas *heretats*.¹¹³⁶ Esses argumentos iam bem ilustrados com os referentes bíblicos destinados a cada situação, e davam por útil recordação as elevadas liberalidades que cingiam seus vassalos dos favores que os tornavam o *povo mais livre do mundo*. O liame mantido entre o rei e seus dependentes convidava à reciprocidade, ao serviço da causa em que todos se afaçariam como cumprimento de um dever natural de auxílio. Desde então a magnitude da causa e os riscos que pareciam poder afetar a todos os vassalos da Coroa constituía o fundamento principal sustentado pelo soberano: “*et seguiria-se’n fort gran deshonor a nós et dampnatge a tota la terra*”. Tornava-se a *guerra de lo senyor rey* em causa comum, e tal como o fazia crer, em motivo verdadeiro da intervenção régia pela defesa dos seus dependentes.

Como era já usual, se esperava abrir a exposição do motivo sardo e a ocasião para a satisfação dos agravos. Em 21 de junho de 1383 acontece a primeira intervenção formal de Pere III sobre o avanço da rebelião na ilha e cuja gravidade era tanto mais assinalada pela proximidade com Gênova, razão que tornava o quadro talvez mais longe de se solucionar. Mas apesar de todos os motivos dados pelo monarca, a demanda de urgência não seria atendida tão prontamente. E conquanto o rei pretendesse extirpar novos retardamentos e ordene que os reunidos não se interrompam salvo por sua expressa licença, os braços protestam pela continuação universal, revogando-a por entenderem que tal exigência seria demasiado lesiva para seus direitos e constituições.¹¹³⁷ Por outro lado, no mesmo intuito de estimular a agilidade dos processos, também é proposto aos estamentos que, simultaneamente, se delibere sobre a demanda sarda e se satisfaça as interposições de *greuges*.¹¹³⁸ Apesar do aceite, a ansiosa requisição do Cerimonioso teria de ser

¹¹³⁵ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 139.

¹¹³⁶ *Cfr.* Apêndice, I, I.1, *infra*.

¹¹³⁷ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, pp. 85 e 105.

¹¹³⁸ *Ibidem*, pp. 93-94: “Postea, die lune XX^aII^a die iunii [etc...], *dixit quod prout alias audiverunt ipse obtuluit eis iusticiam, et die hesterna exposuit eis necessitatem insule Sardinie et quomodo debet ei celeriter provideri, alia mora providendi posset in dampnum tocius rei publicae redundare. Quare rogabt eos quod responderent sibi,*

protelada pelos seguidos embargos dos braços: com um primeiro senão, feito em nome do eclesiástico e depois outro, pelos demais estamentos, a exigir determinadas garantias de que a representação e as respostas do infante Martí não prejudicassem ou limitassem seus privilégios e constituições gerais.¹¹³⁹ Ainda, um segundo ponto, e que constituiria o mais sério objeto de controvérsia nos debates posteriores, referindo-se a uma denúncia apresentada contra inúmeros delegados reais e contra outros oficiais a serviço do herdeiro, o infante Joan, duque de Girona. Consta em cédula apresentada no dia 27 de junho, em que se enumeram numa extensa lista os delitos e as insubordinações daqueles que hão de ser acusados de extorsão do patrimônio régio¹¹⁴⁰ e de alta traição junto aos principais inimigos da Coroa.¹¹⁴¹ Estas acusações faziam eco a uma apresentação anterior –alegada assim pela cédula– que se fizera remeter aos cuidados de seus secretários, Jaume Desmonells e Francesc Laderosa, contendo as mesmas denúncias e os nomes de seus envolvidos. O pedido de reparação é ingente: ao apurar a veracidade dos levantamentos, exigira-se que, tão-logo punidos, os envolvidos fossem desde já expulsos dos seus postos e sobretudo do conselho régio, como condição de seguimento dos debates e para fazer atender às solicitações apresentadas pelo monarca.

Sem muitas alternativas, En Pere recebe os agravos de seus súditos sob a promessa de atendê-los, e redargue novamente: “*Sed quia negocia Sardinie iam superius per eum proposita celeritatem magnam*”. Enquanto os braços se retiram para deliberar separadamente, chegam, no dia 28 de junho, algumas cartas vindas da parte do representante régio de Logudoro e dos conselheiros da vila de Alghero, relatando o avanço de Eleonor, a esposa do encarcerado Brancaleone Doria, que agindo em nome do filho menor reocupara o judicato de Arborea e agora trazia Sassari à aliança com os genoveses, pondo todo o reino *in magno periculo perdicionis*.¹¹⁴² Com este testemunho trazido para a presença dos estamentos, o rei pudera reforçar a preste necessidade de se ocupar dos assuntos sardos. E para evitar maiores detenções, a sessão do dia 30

nam factum Sardinie non est propter negocia iustice protelandum cum utrumque simul possit fieri et tractari. Et ipse dominus rex assignabit aliquos de suis consiliariis cum quibus predicta poterunt tractari et salubriter concordari.”

¹¹³⁹ *Ibidem*, pp. 99-100.

¹¹⁴⁰ O abuso das prerrogativas destes oficiais consistiria na administração fraudulenta de rendas e jurisdições em poder do rei e do duque de Girona. Tanto em forjar transações sobre seu patrimônio com valores e *albarans* indevidos, aproveitando um favorecimento de confusão patrimonial da jurisdição real e daquela exclusiva do infante herdeiro, o que colaboraria a desviar suas arrecadações e seus vencimentos e causando sérios danos ao já empobrecido extipêndio do tesouro da Coroa.

¹¹⁴¹ O rol dos inimigos é considerável: Pedro *el Cruel*, Enrique de Trastamara, Mariano de Arborea, o duque Charles d’Anjou, os Doria de Gênova, o infante de Mallorca e os setores nobiliárquicos sicilianos que se opuseram ao controle do rei Pere desde a sua imposição direta no reino da Sicília. Na mesma linha, acusam-se alguns dos mesmos delegados pelo desempenho diplomático nas tratativas com os genoveses durante as pazes de 1356-57, e que resultariam dos subornos promovidos por “*grans serveys et subordinacions dels dits jenoveses, axí d’argent, joyes, com de diners*” (**Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 100).

¹¹⁴² *Ibidem*, pp. 106-107.

de junho fora destinada à proposição de donativos para uma nova campanha, em que o rei, preocupado com a interposição de outros protestos, se apressava para atender as denúncias feitas contra os seus delegados e conselheiros. Pois, com efeito, ao reiterar a situação corridos apenas dois dias, solicita uma lista nominal dos acusados; solicitação em todo caso negada cerca de quinze dias depois, reforçando a evidência de que tais detalhamentos já estivessem há muito sob poder da Coroa.¹¹⁴³ A negativa vingava à medida de não divulgar sua apuração, como precaução de que os envolvidos fossem punidos a tempo e antes de poderem fugir ao alcance do monarca.¹¹⁴⁴

Diante da questão, algumas semanas mais tarde, e já tendo convocado a presença de Jaume Desmonell, o rei faz proceder à divulgação dos oficiais considerados culpados de corrupção e traição, despojando-os por instrumento de suspensão de seus cargos, prerrogativas e imunidades. No entanto longe de trazer satisfação, a celeridade do rei soa atentatória aos *precedentes* da corte. E uma semana mais tarde, os juristas da cúria desenterrariam a indicação de que haveria em Saragossa cópias da documentação dos processos contra o infante de Mallorca, usados desta maneira para fundamentar a alegação formal sobre o procedimento devido naquele caso. A medida desferida pelo monarca era anulável —e na verdade, como pareciam sugerir os doutos da cúria, nula de pleno efeito— por se tratar de uma atribuição pertinente à instância de cortes e de um ato dado não através da prescrição unilateral do rei. Os representantes dos braços traziam a si a prerrogativa de inquirir positivamente sobre os cargos dos oficiais e conselheiros reais, segundo observado em processos anteriores. Os precedentes impunham que suspensões desta ordem fossem expedidas por nada menos que *acte de cort*:

E per tal que la dita suspensió haja major fermetat et sia complidament exeguida axí com se deu fer, supplica tota la cort que la dita declaració fos et sia feta per vós, senyor, en les dites corts generals et per acte de corte a tolre tota impugnació et a induir irrevocable fermetat de aquella segons se pertany.¹¹⁴⁵

Desde então, solicitavam-se inquisições sobre o que já fora feito e mais sobre outras providências

¹¹⁴³ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 118: “*Diu sobre aço la dita cort, ab hùmil et deguda reverència de la vostra senyoria, que contengut fo et és en la dita Cedula que dits crims o de partida d’aquells alguns anys eren passats foren o eren estades preses informacions, axí en la ciutat de Barchinona, de manament de vós, senyor, com en la ciutat de Çaragoça et en altres lochs, e que fos vostra mercê haver les dites informacions ja reebudes et manar-ne reebre altres novelles. On la dita cort, perseveran en allò mateix, diu, ab la reverència que dessus, que la dita nominació et especificació no és ops fer a present tro a tant que les dites informacions ja reebudes sien per vós, senyor, haüdes...*”.

¹¹⁴⁴ Consta na chancelaria municipal de Barcelona (AHCB, CC, XVI, 16a, ff. 17-18), uma extensa missiva de 30 de julho destinada ao infante Joan, pondo-o a par das acusações movidas contra seus oficiais e do seguinte processo que passara a correr em Montsó. Intentando aplacar a animosidade do príncipe, a letra aconselhava-o a “*girar los ulls intel·lectuals envers aquests affers*”. A considerar que muitas das denúncias fossem do conhecimento do herdeiro, inclusive no que tocavam às acusações de alta traição, era esperado que a situação não fosse lhe trazer qualquer ou particular motivo de satisfação (cit. in: **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 118-121, nota 5).

¹¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 128.

que caberiam cumprir no levantamento dos oficiais suspeitos. E por maneira a validar aquelas medidas, era solicitado que o rei fizesse “*de manar de nou*” os mesmos instrumentos, mas com o devido fundamento institucional reservado ao marco jurídico das cortes.

Evidentemente afrontado, En Pere se compromete a avaliar o caso, ao mesmo tempo que parece ignorar deliberadamente a invocação de supremacia atulhada pelos três estamentos. A resposta destes é imediata e previsível, condicionando o avanço das negociações do donativo à prontidão régia para reparar seus agravos. Decorridos cinco dias, os processos de corte registrariam a tensão presente nos debates, retomados a partir de um memorando bastante reticente despachado ao monarca. Descontente, ele se nega a aceitar aquela resposta vinda dos braços, retornando mais tarde com um novo lembrete até, finalmente, emitir uma resposta consistente ante o que lhe havia sido requerido. Nesta resposta se dispõe a avaliar exaustivamente seus arquivos de chancelaria em busca das entradas sobre o infante de Mallorca e quaisquer outros determinantes daquela situação, baseando tais precedentes; mas se nega de antemão a revogar seu mandamento anterior pela suspensão dos ditos oficiais para o reintegrar como ato de corte, o que declara estando mui convicto de sua autoridade para fazer “*per nostre jurisdiccional et reyal poder*”.¹¹⁴⁶ Ademais, justifica-se por sua decisão, invocando a licitude do procedimento de apuração das denúncias e da efetividade das punições que faria infligir aos condenados, bem como a extensão de seu poder punitivo ao lançar uma “coerção total” –o que quer que isto pudesse significar naquela altura– sobre aqueles que acolhessem esses mesmos oficiais banidos.

A declaração dos braços apareceria no dia 22 de setembro, provocada por uma cédula real, contendo desdobramentos interessantes. Ao insistir na competência judicial da cúria para refazer a suspensão como ato de corte, não se nega a invocação do rei por sua autoridade *de plenitudo potestatis*, e esta passa a ser, antes disso, incorporada dentro dos fundamentos requisitados à execução daquela medida. O argumento, aparentemente conciliatório, recoloca as palavras do rei em um novo plano de intelecção, ou seja, para aquele inferido no modo “*com entén la dita cort*”. Bem por isso, todo o esforço de persuasão caminha para neutralizar a oposição entre o desejo individual do soberano e a extensão jurídica dos três braços reunidos, o qual, a despeito de sugerir que “*sia salvat tot dret et regalia de la vostra reyal senyoria*”, faz capturar aquele à manipulação e à concórdia de seus súditos.¹¹⁴⁷ A autoridade envergada pelo coletivo estamental (*i.e.*, ao recepiente de seu senso comum institucionalizado) pretendia mais que tudo ser a encarnação imediata do poder irradiado pelo rei, em que se resvalaria toda “exibição de justiça”, tal qual podia

¹¹⁴⁶ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, pp. 131-133.

¹¹⁴⁷ *Ibidem*, pp.135-136.

ser manejada pelo cetro monárquico sob a estrita confirmação estamental: eis em tudo isso uma notificação habilidosa da correção institucional dos braços. Para certificar essas posições, então, circunscrevem-se as reservas que lhes cabem, mantendo-se bons zeladores da honra e do estado universal da Coroa.¹¹⁴⁸ Por meio deste zelo os braços propunham a criação de um conselho de justiça eleito por si mesmos, que atuaria junto ao soberano na decisão e nos encargos judiciais afins.¹¹⁴⁹ Basicamente, eles desafiavam uma das únicas prerrogativas ainda reservadas pelas regalias, sobreviventes aos séculos de desenvolvimento institucional das assembleias de cortes.¹¹⁵⁰

Agora, o rei se resigna a protelar aquele debate, estando apenas vencido pelas condições de momento, para ouvir com toda prudência os pareceres vindos dos juristas da corte em busca de um consenso menos desgastante. Retoma dez dias depois a mitigada questão da rebelião na Sardenha e, impaciente, volta a exigir que se delibere sobre o subsídio final. Mas seus empedernidos súditos manteriam o jogo de pressão por vários dias, recaptulando de vez a vez a expressa satisfação sobre as petições anteriores.¹¹⁵¹ Diante destes novos obstáculos Pere *el Cerimoniós* faz sua recusa, pondo em questão a legitimidade dessas pretensões e vendo nelas as explícitas “*disceptació et dubte*” de que seus alegados tivessem alguma sustentação razoável, já que esses procedimentos, tal como apresentados pelos braços, afetariam a maneira mesma de impor a competência régia. Em sua posição de soberano e distribuidor da justiça, ele se dispõe a atender todas as requisições, gerais ou particulares, que lhe hajam sido feitas em razão de seu encargo, mas reputa como coisa inaceitável assentir aos termos que lhe estavam propostos sem entrever aí uma grave lesão de suas atribuições originárias. E isto ainda não é tudo. A polêmica inflamaria mais com a determinação, feita através da mesma cédula, por uma medida que segundo esperado pelo rei eliminaria as delongas mediante um prazo fixo, peremptório e irrevogável, para a apresentação formal de todos

¹¹⁴⁸ Seguiriam ainda os demandados para que as comissões que se destinassem a apurar as queixas contra os funcionários do rei fossem compostas por membros representantes dos braços, uma vez que os delitos destes contagiavam interesses gerais, afectos ao patrimônio da Coroa e à coisa pública das terras e reinos do rei. A requisição expressava em seu capítulo quinto: “*e com diu la vostra senyoria en la fi del dit Vè capítol, que si la dita cort volrà nomenar o denotar les dites persones et lurs crims, vós, senyor, farets enquerir contra aquelles et dels crims que la cort expressarà et si culpables seran punir aquelles et cetera, diu la dita cort, ab la reverència que dessús, axí com ja altres vegades ha dit, que ells no.n són estats ne són denunciadors ne acusadors, mas tant solament vers zeladors de la honor et bé de vostra reyal corona et de la cosa pública de vostres regnes et terres, perquè no cové a ells fer la dita nominació et denominació per co que si afeta la dita inquisició et punició.*” **Cort General de Montsó: 1382-1384**, pp. 136-137.

¹¹⁴⁹ “E entenent vós, senyor, en la dita justícia, la dita cort elegirà de present alcunes persones qui ab vós, senyor, parlaran de la dita justícia ordonadora e d’altres affers tocants honor et bé de la vostra reyal corona e Bon estament de la cosa pública.” *Ibidem*, p. 141.

¹¹⁵⁰ BISSON, Thomas N. Consultative functions in the king’s parlements (1250-1314). **Speculum**. A Journal of Medieval Studies, vol. 44, III, The Medieval Academy of America, Massachussets, 1969, pp. 353-373.

¹¹⁵¹ Assim se manifestariam as cédulas emitidas nos dias 2 e 9 de outubro, reclamando a morosidade real em que “*la dita justícia se.s dilatada e.s dilata*”. Este retardamento consistia na hesitação de Pere III em aquiescer às condições abusivas impostas para a reparação de *greuges*. **Cort General de Montsó: 1382-1384**, pp. 139-141.

os protestos até a data fatal de 15 de janeiro.¹¹⁵² Assim, em seu novo chamamento de 19 de dezembro, o soberano retifica o prazo para a averbação de agravos, os quais se haviam de apresentar ao seus protonotário e, simultaneamente, a instrução que dava requerer dos mesmos representantes uma nomeação de *tractadors* para a fixação dos donativos.

Porém, a resposta formulada contra os questionamentos do rei evita enfrentar os embaraços legais, e se concentra nas condições de fato exigidas para que ele administre a justiça a seus súditos, convindo que “*sens aquelles la justícia... oferta a la dita cort no pot haver bon compliment ne degut estament [...], e per ço et per altres raons, salva la dita reverència, no y és necessària ne.s deu fer altra disceptació o declaració*”.¹¹⁵³ Oportunamente, protesta-se contra a rigorosa limitação do prazo requisitado para o rol dos agravos, arguindo-se pelo melhor que aquela contrição de tempo (*prefinició de temps*) ia junto de uma privação dos direitos definidos para a produção formal de todos os protestos; para inibir este mandado do rei, os braços replicavam na forma de *dissentiment*, paralisando ainda mais o curso dos debates. Aproveitando outro argumento formal, fazem lembrança ao rei de que o motivo legal daquelas cortes residia sobretudo na satisfação das demandas agravadas por seus súditos e “*no per fet de Cerdènyà*”.¹¹⁵⁴ O que, complementarmente, redonda na costumeira afirmação de que as cortes não reconheciam qualquer obrigação de contribuir com os subsídios para suas campanhas na ilha sarda. Afirmação que dá parecer diverso daquele que um dia fora encetado nos parlamentos de 1366 e aceito pelos síndicos do braço real catalão, quando a ruptura das tréguas feitas com Mariano IV levou o rei a chamar o estamento burguês “*pro habendo succursu defensione insule Sardinie*”.¹¹⁵⁵ Entretanto, é evidente que a novidade da atual situação repete uma estratégia conhecida dos debatentes ali envolvidos – ainda que também fosse verdadeira a carência econômica e o empobrecimento palpável das vilas reais, motivo bruto da pouca prodigalidade dos setores citadinos–.¹¹⁵⁶ Todos os argumentos bem se encaminham para afastar as exigências formais do monarca e forçá-lo a ceder cada vez mais com privilégios, tanto os reiterados quanto com os novos, que se iam materializando nos capítulos ao encerramento dos debates processuais. Todavia, ainda convinha sustentar uma numerosa massa de fundamentações legais que escudariam enunciados políticos muito mais contundentes, assim subrepticamente esgrimidos pelas requisições dos estamentos.

Esses desvios obrigam o soberano a manter o foco no problema principal, qual sendo o da

¹¹⁵² **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 142.

¹¹⁵³ *Ibidem*, p. 147.

¹¹⁵⁴ *Ibidem*, pp. 148-150.

¹¹⁵⁵ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXII, p. 393.

¹¹⁵⁶ Se analisado em linhas gerais, os donativos obtidos pela Coroa minguaram decididamente mais desde os derradeiros anos da guerra contra Castela. De 144 mil l. (1359), 130 mil l. (1363), 120 mil e 65 mil l. (1364), e no ano mais difícil 325 mil l. (1365), para se reduzir aos valores absolutos de 70 mil l. (1373), 105 mil florins (1375), etc.

controversa *legalidade* da proposta vinda dos braços.¹¹⁵⁷ O replicado pelo rei haveria de insistir, e por diversas vezes, na falta absoluta de razoabilidade e fundamentação institucional da petição que faziam empenhar. Ademais, expressava-se a duvidosa motivação que os levaria à tentativa de interpelar os oficiais régios e exercer sobre eles um controle tão estreito das suas atribuições ordinárias.¹¹⁵⁸ Contra tudo isso, e na busca de reforçar uns limites sobre o que competiria a cada um dos envolvidos, o Cerimonioso ataca a falsa instância de auto-limitação declarada pelos braços ao falar de suas próprias atribuições, e que ao esclarecerem que seu poder não passava de mera requisição pela justiça estavam na verdade a redifinir os meios de atuação desta, reserva ineludível do comando régio.¹¹⁵⁹ Também, voltava a questionar os impedimentos mencionados para não se proceder aos donativos ao mesmo tempo que se poderia tratar a satisfação de agravos, e de fato: o rei não detecta nenhum precedente jurídico e costumeiro que imponha esperar a sua atuação judicial. Assim, tanto a falta de contra-razões quanto a pertinência de prejuízos concretos, pareciam mitigar, segundo o julgamento régio, as conclusões dos braços. Bem por isso não existia motivo para se tolher a *prefinició de temps* ajustada dentro de um prazo-limite, pois o ajuntamento de todas as suas petições e protestos caberiam perfeitamente no lapso proposto pelo rei.

Continuando em sua resposta, no capítulo terceiro da mesma cédula e destinada às justificações do acordo de libertação feito com Brancalone Doria, o soberano volta a se eximir das queixas pronunciadas acerca de seu corpo judicial, negando o fato de que o pouco número e a inépcia de seus oficiais, tanto quanto a suposta morosidade em que se produziam suas decisões fossem a causa responsável pelo retardamento dos acordos na corte. Irritado, o rei recusa esses posicionamentos, feitos mais como um meio de obstaculizar os acordos que de exigir justas reparações, e denuncia a pouca substância daqueles alegados –“*d'on s'és seguit empatxament sens fruyt*”¹¹⁶⁰ e na verdade, assim concluía, aqueles protestos escondiam as intrigas feitas por

¹¹⁵⁷ Em paralelo às problemáticas discussões travadas pela criação de um conselho de justiça, corria também a definição do estado de Brancalone Doria. O rei pretendia conceder-lhe um salvo-conduto (*guiatge*) para sua liberação e posterior regresso à Gênova, e esperava convencer a corte das viabilidades de um lance desta natureza. En Pere acreditava que seria impossível mantê-lo encarcerado por muito tempo onde estava, na Torre do *Castell Nou* de Barcelona, e planejava obter vantagens em uma negociação direta envolvendo a custódia do filho de Doria, o menor Federico de Arborea. Insensíveis a estas posições, a corte lhe aconselha a reter o genovês sem ver nisto prejuízo do referido *guiatge*; conquanto o acordo planejado pelo rei seria forçosamente um novo equívoco, evidenciado pelas más fontes ouvidas sobre a situação dos insurgentes no reino sardo. **Cort General de Montsó: 1382-1384**, pp. 142-145, 148-149, 155-157.

¹¹⁵⁸ SABATÉ, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 13, 2000-2002, pp. 255-282.

¹¹⁵⁹ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 153, grifo meu: “*E jassia la dita cort per ventura no pusca ésser dita part quant és al perseguiment d'aquells qui porien ésser trobats culpables o agreviats per les coses per la dita cort demanada [...] la qual supplicació et requesta és estada et és axí esforçada que no és solament supplicació, instància o requesta, ans és semblant a difinició, com per part de la dita cort al dit senyor sia estada demanada e.s deman axí absolutament com a cosa que ja fos estada justificada et aprovada per aquell a qui.s pertany.*”

¹¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 157.

determinadas individualidades imiscuídas entre os altos conselhos, que almejavam a obtenção de vantagens privadas sob o pretexto de defender os interesses da causa comum.

Chegado o dia 15 de janeiro de 1384, o mesmo apazado para a nomeação e a proposição formal de agravos, é feito expedir pelo protonotário um memorando com a respectiva ordem de apresentação.¹¹⁶¹ Entretanto, e ainda mediante um novo requerimento régio, a corte apresentava seu *dissentiment*, trazendo em seguida uma extensa cédula que redarguia os pontos avalizados pelo rei. Nesta última, a fim de esclarecer a honesta finalidade daquilo que intentam protestar, os braços reapresentam toda a coletividade de interesses reunidos sob um único suporte concreto. Ou seja, não há divergências nem queixas individuais, senão a materialização de um ideal justiceiro assente pelo bem comum: “*majorment car no.s deman cosa apta ne convinent de apropiar a si ne a son interès propri et singular, mas a honor, diüturnitat et profit de tota la cosa pública*”. O argumento ainda há de se completar pela adição de um elemento de força; pois, ao definir a superioridade daquela *res publica*, os braços repersonalizam o estatuto régio à maneira de um coletivo político, dotando-o com uma *persona* equivalente: “*la qual és et consesteix en vós, senyor, qui sots cap et príncep et en la dita cort representant tots vostres vassalls et sotsmeses qui són membres de la dita cosa pública*”.¹¹⁶² A ficção corporativa dos dois corpos, propagada de diferentes maneiras entre as monarquias reinantes da Inglaterra e da França,¹¹⁶³ é alinhada na Coroa de Aragão a essas demarcações estamentais. O trunfo retórico trazido com essas ideias estaria em fazer impor e corrigir a pretensão de En Pere na consolidação de um atributo pessoal de soberania, que ao ser plasmado ao corpo político das generalidades elimina toda intenção de agir em nome próprio e de resguardar os atributos da potestade régia. Uma vez que não houvessem contrapartidários naquilo em que consistiriam os congregados das cortes, também não poderia existir diferentes partes na alta competência de inquirir em juízo algo que o monarca acreditava ser faculdade inerente à sua titulação. A unicidade das instâncias reflete, pois, a unicidade dos acordos, da própria *voluntas* presa ao *estament de la terra*. Em nome deste acordo é que os

¹¹⁶¹ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 159: “*Deinde, videlicet die veneris XV^a ianuarii, anno predicto a nativitate Domini MCCCLXXXIII^o, convocata voce preconis solito more per villam Montissoni dicta curia generali mandato dicti domini regis et etiam congregata coram ipso domino rege intus ecclesiam monasterii fratrum minorum eiusdem ville, suo régio celebri sedente in solio idem dominus rex dixit et exposuit inibi oráculo vive vocis, scilicet quod sicut superius patet ipse fecit assignacionem dicte curie generali ad offerendum gravamina, si qua offerre vellent, etad hoc ipse prefixit certum tempus, scilicet usque ad XV^{am} diem presentis mensis ianuarii peremptorie, que XV^a dies est hec presens, et deputavit certam personam et nominavit in posse cuius ipsa gravamina darentur seu offerrentur, puta locumtenentem sui prothonotarii. Et propter hoc etiam ipse dominus rex nunc venerat ad ipsam curiam pro accipiendis gravamina supradicta et quod in hiis et aliis predictis fecit quod debuit quare stetit et perseveravit in eisdem.*”

¹¹⁶² *Ibidem*, pp. 160-161.

¹¹⁶³ KANTOROWICZ, Ernst H. *Pro patria mori* in Medieval Political Thought. **American Historical Review**, nº 56, New York, 1951, pp. 472-492.

súditos, depois de uma cuidadosa torsão das mesmas premissas de exaltação do poderio real, –e estendendo a mesma metáfora feita antes por ele– esperam oferecer ao entendimento do soberano um “*fruyt loable et profitós*”.

Mantendo a linha anterior de oposições formais, e neste caso, virtualmente inacreditáveis diante da bulhosa insurgência Arborea, os braços reiteram a negativa pela designação de tratadores. Nesta situação como em outras, a presença destes oficiais só se faria apropriada mediante demanda ou subvenção para assuntos de guerra, ou mesmo para outras circunstâncias que de resto, diriam, *não se aplicavam ao pretexto daquelas cortes*. Negando toda a realidade alarmante da situação sarda, com todos os demonstrativos e clamores de *magnam periculum sicut in mora*, pronunciados pelos memorandos de En Pere, os estamentos podiam se manter intransigentes enquanto ele não aceitasse um recrudescimento de suas negativas. É com esta convicção que levavam avante o argumento de que em um tal caso os procedimentos reclamados para a nomeação de tratadores, e outros, a fim de acertar donativos, seriam inúteis e dispensáveis.¹¹⁶⁴ Tanto mais: diante das insistências do vice-chanceler real, a corte negava-se a proceder *ad offerendum gravamina* sob o pretexto mui conveniente de ainda se guardar em dissenso para um pronunciamento unânime.¹¹⁶⁵ O Cerimonioso rebate estas ideias para fundamentar os pontos em seu favor, sempre a fim de evitar estender uma discussão que, segundo lhe parece, dilatara-se muito além do seu desejado. Procura indispor-se contra a concepção organicista empenhada pelos estamentos, ao sublinhar as distinções essências entre sua pessoa e o coletivo das cortes e limitar a este a representatividade direta da coisa pública. Da mesma maneira, seu interesse e suas volições não se contaminam com aqueles materializados pelos braços; é certo que o rei não se furtaria a definir com precisão as divisas existentes entre eles, e claramente faz bradar que o interesse da “*terra és d'altra qualitat et natura que aquell del dit senyor*”, sobre o que acrescenta, “*lla on lo dit senyor ni haja algun*”.¹¹⁶⁶ Bem por isso, recusa-se mais uma vez a elastecer novas prerrogativas ao controle dos braços, e persevera em não conceder os reparos exigidos através de um conselho feito essencialmente de delegados que se lhes subordinassem. No mais, presume de sua parte que a falta de solitudes implica a inexistência de protestos, com o que, ou eles deveriam ser prestemente apresentados, ou então o rei se desimpediria de os esperar indefinidamente, já que outros afazeres reclamavam sua atenção fora daquelas cortes. Alentava ainda que a insistência pela *prefinició de temps* não contrariava umas determinações utilizadas antigamente, em outras assembleias, quando se fizera imperativo dar a fixação de prazos para

¹¹⁶⁴ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 162.

¹¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 165.

¹¹⁶⁶ *Ibidem*, cédula de 20 de gener, 1384, p. 167.

controle de retardamentos ou novos e desnecessários expedientes.¹¹⁶⁷ Eram também insuficientes as contradições dadas para não se investirem tratadores: de seguro, estes deviam ser indicados para a tramitação judicial que a corte esperava vê-lo atender. Com esta manobra, o rei seguia o mesmo tom empregado pelos seus súditos, aceitando a situação aparente com todas as formalidades a ela aderentes, na esperança de firmar um acordo sem sacrificar demais o conjunto de suas primeiras pretensões. Assim o rei não está simplesmente a ceder diante do jogo proposto pelos estamentos, passando a participar ativamente das alternativas fixadas por um arcabouço jurídico que é ditado pelo próprio discurso institucional das cortes. Ao se empenhar na luta contrária com o manejo de termos equivalentes, a argumentação do soberano faz testar o coeficiente dos enunciados institucionais com o de suas próprias forças políticas. Entretanto, sua renitência haveria de descobrir um limite.

Agora as discussões de Montsó chegam a seu ponto agudo. Com a resposta expedida no dia 1º de fevereiro, os braços articulam seu movimento de pressão definitivo: primeiro, responsabilizam o rei de todos os atrasos inflingidos desde agosto do ano anterior, vindos por meio de suas denegações judiciais; segundo, revidam o argumento colocado sobre a antinomia feita entre a pessoa do monarca e de todos os partícipes da comunidade política. Esta réplica parece abandonar certa sutileza retórica ao confrontar linearmente as principais reservas de uma autoridade pretendida por Pere III em sua fala anterior. O arrebatamento desvelado nessas posições acaba por recharacterizar a condição régia, *i.e.*, sua natureza e extensão, e a própria dimensão legislativa afiançada pela personalidade mística de sua soberania. Decididamente, passa a dignidade do rei a ser amalgamada ao *corpo* social dos seus governados, fundindo através dela todo um coletivo de vontades:

la dita cort no pot ne deu, salva la dita reverencia, ésser vista ne dita part ne res que força o natura haja de part com vós, senyor, e *tota la vostra cosa pública siats un ésser e una cosa en tant que l'interès vostre e de la dita cort és vist ésser un mateix cors míxtich*, no divers en qualitat ne en natura, lo regiment de la qual cosa pública principalment és propri de vós, senyor, com a príncep e cap dels sotsmeses vostres a qui cové exhortar e excitar aquell axí com a membres seus qui li deuen dar operació de tota bona obra principal e conservativa del dit regiment.¹¹⁶⁸

¹¹⁶⁷ A isto os braços haveriam de reagir com indubitável vigor, negando a contrição e a exigência para nomear tratadores: “*E lo passament del temps o el presumir que la cort no haja greuges, parlant ab la dita reverència, no és rahó al-legadora, com la notorietat dels greuges de la terra sia tan evident e permanent que aytal presumpció ne aytanpoch rahó de deputació de no sospitoses pogra ésser feta. [...] E tractadors alguns, salva la dita reverència, no apparen necessaris al present a la justícia esdevenidora, ne per açò cal la cort en res retardar, com aquella principalment deja de vós, senyor, procehir e posar-la en degut estament*” (**Cort General de Montsó: 1382-1384**, cédula de 11 de febrer, 1384, p. 176).

¹¹⁶⁸ *Ibidem*, cédula de 1º de febrer, 1384, p. 174, grifo meu.

Doravante, aplicando o reconhecimento analógico dos conceitos organicistas,¹¹⁶⁹ os juristas da cúria reutilizam os mesmos motetos da ideologia régia: o ministerial, sacerdócio da lei, e a aura da sacralidade de que ela estaria envolvida, então, entre nítidos rasgos de *pontificalismo*.¹¹⁷⁰ Com um fundo de estratagemas bastante semelhante com aquele que possibilitara a primeira transfiguração, (a do aparato eclesiástico à ereção da monarquia mística em seu fundamento racional),¹¹⁷¹ as mesmas bases são multiplicadas para permitir esse tipo de existência aos argumentos corporativos da corte. Do mesmo modo que os efetivos jurisdicionais da Coroa iam sendo sequestrados ao controle direto do monarca, tornava-se também a totalidade do *regiment* uma função enunciativa, presente na classificação institucional de específicos setores sociais. Ora bem, é com assentida liberalidade que eles reestipulam a linha de justificações do rei para tonificar os seus preceitos legitimizantes. Por isso, apropriadamente, a exemplo do que acontecera na monarquia inglesa, Frederic W. Maitland lembra de uma “usurpação” de funções, extraídas da originária potestade do rei para emprestar conteúdo à soberania da coisa pública.¹¹⁷² Desde então, já podendo acompanhar as alegações sustentadas ao logo dos processos da cúria, a oposição feita ao rei é antes de tudo um recurso de neutralização. Ao valer-se do potencial de síntese da fala jurídica, as discrepâncias políticas sofrem de uma colisão, a princípio artificial, porque presas abstratas do enunciado, e depois fática, por ganhar repercussão num mundo social bastante abalado por seus efeitos.

A partir de agora e sempre, o complexo de instituições encontra seu ponto neutral neste *cors míxtich*, no qual pende a representação de um “poder de indistinta natureza e qualidade” sobre aquele que é abordado pela reserva monárquica. O *corpo* é a ativação máxima da concórdia entre a cabeça e seus membros. E mesmo diante de uma diversidade de indivíduos, todos se afinam à harmonia desejada por uma ordem superior. Todos, inclusive o rei, que se declara *plural* pela distinção de sua alta dignidade, são coagidos pelo finalismo do ente divinal. Realinham-se então umas categorias já existentes no vocabulário político, que passa a vicariar o papel de novos agentes. Assim o plural majestático¹¹⁷³ antigamente empregado pelo rei – “*que nós dit rei En Pere*

¹¹⁶⁹ Cfr. Cap. 1, item 1.3 *supra*.

¹¹⁷⁰ “El ‘pontificalismo’ real, pues, parece descansar en la creencia legalmente establecida de que el gobierno es un *mysterium administrado* sólo por el alto sacerdote real y sus indiscutibles funcionarios, y que todas las acciones realizadas en nombre de esos “secretos de Estado” son válidas ipso facto o ex opere operato, prescindiendo incluso del valor personal del rey y de sus seguidores.” KANTOROWICZ, Ernst H. Segretos de Estado. (Un concepto absolutista y sus tardíos orígenes medievales.) Trad. L. Rodríguez Aranda. **Revista de Estudios Políticos**, nº 104, Madrid, 1959, p. 45.

¹¹⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 38.

¹¹⁷² MAITLAND, Frederic W. Moral Personality and Legal Personality. In: **Selected Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1936, pp. 230 ss.

¹¹⁷³ Assim, numa missiva de 1347 endereçada a sua filha, a infanta Constança, faz corrigi-la –ou corrigir aqueles que escreviam em seu nome– para que empregue o tratamento adequado a sua real pessoa: “*E car nos escrivis per vostra letra metén-vos en plural, vos fem saber que no és sens reprehensió; et axí de huy avant corregits-ho, car*

d'Aragó”¹¹⁷⁴ – enuncia um sentido diverso da pluralidade dos membros, então outorgada pelos futuros apólogos do frade Eiximenis. Aqui a teoria organicista é animada de novos recursos metafóricos, e se expande para consagrar sua validade sobre um elemento maior, o qual se hibrida ao “*fundament de vostre sceptre reyal*”. A bem da verdade, a ideia já está muito bem traçada desde o “*Regiment de la Cosa Pública*”, o qual é, lembremos, um texto coêvo destas Cortes de 1383:

Semblantment, pots veure que si la un membre sofrir mal, los altres se’n complanyen, car si percuts a nengú en lo cap o en qualque altre membre se vulla, tantost lo braç s’hi para e li fa escut, e la boca crida ajuda e dóna senyal de dolor. E si a vegades, per ventura, un membre nafra a l’altre e li fa mal, lo membre ferit o nafrat no demana venjança, ans tot lo cós està trist e es complany del mal que ele membre nafrat haurà pres.¹¹⁷⁵

Ainda que longe de empregar esta perfectibilidade ao regime orgânico da sociedade, os escritos um pouco anteriores de Luca da Penne propugnavam a mesma fusão intelectual entre o rei e sua república: “*ite princeps caput reipublicae, et respublica eius corpus*”.¹¹⁷⁶ Mas longe do que parece, a coincidência das suas *personae* subjuga a cabeça, ou pelo menos mantém-na atada, ao referendo dos demais membros do corpo. O ideal aceite do *múltiplo no um* coordena os efeitos dele, e permite falar na uniconcórdia do regimento, na existência de um patrimônio, de uma figura e de uma Coroa. E se em determinadas circunstâncias a metáfora corporativa se inclanara ao monopólio do arbítrio régio, agora este é dobrado pelas demandas dos demais membros.¹¹⁷⁷

Não é mister repetir mais uma vez que, nesta *ordo naturalis*, o soberano adquirira o estatuto privilegiado, cuja destinação ele e seus estamentos discutem para instituir um termo definitivo. Conquanto se admita em cortes a presunção de que a decisão do príncipe atue pelo

axí.s cové que filla deu scriure a pare com pus homilment por, ordenan en singular [...]; e no posan-vos en plural com a nós scriurets” (Epistolari de Pere III, VI, 30 juny 1347, p. 89).

¹¹⁷⁴ Crònica de Pere el Cerimoniós, Pròleg, §4.

¹¹⁷⁵ Francesc Eiximenis. *Regiment de la Cosa Pública*, II, p. 43.

¹¹⁷⁶ Luca da Penne. *Commentaria in tres libros Codicis Justiniani imperatoris*, sobre C., II, 58, 7: n. 8 ss. (Lyon, 1582) *apud* KANTOROWICZ, Ernst H. Segretos de Estado (Un concepto absolutista y sus tardíos orígenes medievales). *Revista de Estudios Políticos*, p. 56.

¹¹⁷⁷ Embora a designação de um *corpo místico* aponte um emprego anterior, tal qual reiterada pelos teólogos da patrística no século IX e extraída dos mistérios da eucaristia à ordenação entre Cristo e a Igreja, nota-se um novo tratamento que a permitira passar a uma passagem importante de concepções, “*où l’adjectif mysticus commence à passer du significant au signifié, de l’Eucharistie à l’Église, empruntant pour ce passage la forme adverbiale, en laquelle se condense et s’unifie un instant sa double signification*” (LUBAC, H. *Corpus Mysticum*. L’Eucharistie et l’Église au Moyen Âge. Serie *Théologie* 3. Paris: Éd. Aubier-Montaigne, 1948, pp. 116-117). Essa duplicidade primeiro permite que a *Ecclesia* ascendesse em dignidade e em capacidade, todas em torno de um *supercorpo*, e depois, permite que modelos de corporações dela decorrentes aplicassem sua hierarquia organicista (KANTOROWICZ, Ernst H., *op. cit.*, pp. 43-48). Com o trespasse de posições, o reino admitido como conjunto coerente e autônomo institui um patrimônio universal cujo referente habita na pessoa mística do monarca. Mas essa superioridade da prerrogativa régia deve ceder a um assinalado regime de liberalidade, a qual condiciona toda a *princeps voluntas* ao firme esteio legal definido *cum consensu curiae generalis*. O pluriverso institucional, o patrimônio físico que paira sob a potestade real existe em sua disponibilidade não como faculdade, mas como obrigação de imputar a equidade.

princípio da equidade e da utilidade pública (*“Praesumitur sempre Princeps ex iusta causa, et publicae utilitatis intuitu quid facere”*),¹¹⁷⁸ a intervenção promovida pelos braços demonstra outros níveis de razoabilidade entre os debates judiciais das suas assembleias. O duradouro slogan da *exhibició de justícia* é então recaptulado por dificuldades menos abstratas: pois, diante de uns intermináveis expedientes fiscais, o rei negociara não apenas a punção de novas formas rendísticas, mas também os limites da sua supremacia. Concorrendo em paralelo tanto as disposições em benefício de particulares –que iam estrangulando cada vez mais o lastro de efetividade dos delegados ordinários–, quanto ao mesmo argumento de primazia da justiça e defesa da ordem pública. Com efeito, causara um paradoxo embaraçoso *“la facilidad con que el soberano, falto de recursos, recurre a todo tipo de remisiones, cambios de fuero, licencias y dispensas”*, abrindo a questão que *“permite dudar de que se guíe por un verdadero interés en promover la justicia”*.¹¹⁷⁹ Convergindo-se todas essas degradações é que se apresenta uma descrença bastante clara sobre a concreta capacidade de que o rei atue por meio de seus comandados, segundo um exercício da ordem e do princípio estipulado pela utilidade comum.¹¹⁸⁰ Esta combinação de questões estimula a tomada feita pelos estamentos, com uma intervenção que tendia a esquadriñar maiores e mais significativos limites sobre o efetivo aparelho de governo monárquico. Neste sentido é que a vitória assinalada nestas Cortes de Montsó definem um novo formato de controle, o qual visava poderes plenos de indiciar desde os representantes ordinários aos altos funcionários de câmara da Casa Real.

A considerar os efeitos disto, a renitência de Pere *el Cerimoniós* soa compreensível.

Haviam se passado mais de nove meses desde as notícias dos emissários sardos, quando o soberano finalmente se vira obrigado a negociar dentro dos termos que vinham sendo propostos por seus súditos desde aquela época. Ademais de uma insistência sem sucesso, e repondo a fórmula corporativa pela desigualdade de interesses e titulação dos seus membros,¹¹⁸¹ o rei acaba

¹¹⁷⁸ Ramonio, I., Const. 5, 4, n. 5, p. 547 *apud* PACHECO, Francisco Luis. “Non obstante”. “Ex certa scientia”. “Ex plenitudine potestatis”. Los reyes de la Corona de Aragón y el principio “princeps a legibus solutus est”. **El Dret Comú i Catalunya**. Actes del VII Simposi Internacional (Barcelona, 23-24 de maig de 1997). Barcelona: Fundació Noguera, 1998, p. 127, ref. nota 104.

¹¹⁷⁹ SABATÉ, Flocel. La pena de muerte en la Cataluña bajomedieval. **Clío & Crímen**: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 4, 2007, pp. 137-138.

¹¹⁸⁰ SABATÉ, Flocel. La pena de muerte en la Cataluña bajomedieval. **Clío & Crímen**, p. 138: “*Esta sospecha se acentúa, sobre todo entre los municipios coetáneos, a medida que el monarca va acentuando su recurso a emitir remisiones generales, con las que, a cambio de un donativo económico global, absuelve las posibles faltas cometidas en alguno de los conflictos que supuesta o efectivamente hayan roto la paz urbana, práctica a la que también recurre el gobernador bajo la misma invocación de estar preocupado por el orden en la jurisdicción regia, a veces pactando incluso los emolumentos que se repartirán el rey y su alto representante.*”

¹¹⁸¹ Um lance pouco persuasivo nesta altura, que rechaça a natureza da concordância definida pela ideologia estamental. O rei lembraria que *“no solament en lo cors mixtich”*, fracionado em si mesmo por divergências um tanto insuperáveis, *“ans encara en lo cors qui viu en unitat de spirit, lo cap et los membres per diverses operacions et en*

por entregar os pontos e remete seus mandados à reconsideração dos capítulos de corte. Então, aparecem as racionalizações à conclusão feita pelo rei de que, embora o poder de imputar a justiça seja seu atributo, *ele* decidira atender ao suplicado pela corte na ordenação dos apurados sobre seus conselheiros e oficiais –porém, *quid pro quo*, sempre e quando a corte se prontifique a eleger tratadores, competentes para a representação de todos os certames tidos por necessários–. Dispõe os seguintes termos para as tratativas de acordo: (i) reordenar as suspensões, feitas a seu mandado, mediante instrumento de *acte de cort*, dotoando-o de “*efficàcia et valgue en aquella manera*”; (ii) autorizar a criação de um corpo de investigadores (*general enquesta*) com plenos poderes para apurar a atividade dos funcionários régios, ainda que, sublinha, o resultado destas apurações não possam –*de pleno efeito*– punir imediatamente aqueles reputados culpados, devendo tais resultados ser apresentados ao controle direto do rei; (iii) em conformidade com os alegados pelos braços, nomear técnicos e jurisconsultos para avaliar os procedimentos empregados no processo do infante de Mallorca; (iv) que se elejam os mencionados tratadores para a negociação dos agravos e das providências afins ao certame dos donativos.¹¹⁸² E em uma última cédula fora determinado um novo prazo, a se expirar em quatro dias, para a emissão de todos os agravos.¹¹⁸³

O tom da declaração volvida pelos estamentos é igualmente conclusivo –“*açò tot demunt dit és lo final enteniment de la dita cort*”–, com a qual se esquivavam de prestar novos prolongamentos. Nesta, especificavam-se as condições esperadas na nomeação dos comissários, acertando os detalhes para a investidura e as principais atribuições de seu encargo; sobrepondo-se aí competências para alcançar todos os conselheiros, oficiais, domésticos e comissários que integravam o conjunto dos funcionários do rei, do infante Joan e dos demais membros da Casa real. Para tanto, deviam ser concedidas todas as facilitações ao exercício de seu ofício, dando-lhe livre acesso a províncias e jurisdições reguengas. Finalmente, ainda que com novos obstáculos, os estamentos assentiam na designação de tratadores para negociar junto ao monarca. Todavia, estes não teriam permissão para concluir acordos, possuindo apenas uma função consultiva sobre os

altra manera són diferents de qualitat e propietat et són dotats de prerrogatives diverses et a vaguades contràries per natura et art”; e também, que a tensão desta desigualdade, uma vez posta fora de um ordenamento capaz de hierarquizá-la e contê-la, redundaria em turbação da cabeça e de todos os membros. Assim, “*se conclou que en lo cors míxtich [...] lo lur interès ésser different et a vagades contrari com pusque ésser que una cosa matexa és subjectiva et dampnosa a la cosa pública en quant membres, et profitosa, honorable et de gran preheminència al senyor con a cap*” (**Cort General de Montsó: 1382-1384**, cédula de 1º de abril, 1384, *sequitur prima cedula*, pp. 185-186). Evidentemente, a infinita recusa levantada pelo rei cuidava menos de convencer seus interlocutores e mais de garantir um prolongamento desta discordância ao futuro, eximindo a oportunidade de criar aqui novos precedentes que fundamentariam em definitivo a ideologia defendida pelos estamentos.

¹¹⁸² *Ibidem*, cédula de 1º de abril, 1384, *sequitur secunda cedula*, pp. 188-189.

¹¹⁸³ No mesmo dia é encaminhada declaração de protesto quanto ao prazo propugnado pelo rei, “*pro sui iuris conservacione non consentiebat ullatenus ratificacioni assignacionis de qua in prima ex cedulis*”. *Ibidem*, p. 190.

termos que viriam a ser propostos por En Pere.¹¹⁸⁴ A medida visava impor mais um ponto potencialmente espinhoso nas mediações. Segundo pretendiam, a delegação destes tratadores negociaria os trâmites afinados à satisfação dos agravos, mas apenas depois de terem confirmados as mesmas disposições propostas para a investidura da comissão. Somente após o esgotamento destes dois pontos é que seriam discutidas as condições para um donativo geral que viesse atender as forçosas necessidades do rei.

Na tentativa de eliminar os requerimentos e finalizar o debate, o rei expediria, à guisa de conclusão, o parecer de 29 de abril de 1384:

Primerament, [...] lo dit senyor ha elegits certs jutges ab assentiment et concòrdia de la cort, la qual cosa és impertinent et carragosa al dit senyor, com les dites paraules sien vistes sonar la dita cort haver alguna participació en la elecció dessus dita. Enaprés, [...] los jutges o comissaris pusquen et degen, per si, davallar a enquestes specials contra singulars persones, la qual cosa nos és faedora sens consciència et special manament del senyor rey sabent les raons per les quals a special enquesta sia davellador. Ítem, hi és contingut que el dit senyor, necessàriament, haja elegir escrivans et instigadors de les dites enquestes d'aquells que li nomenaran los qui són en la present cort de cascun regne o província, *la qual cosa seria retrenyiment de son reyal poder*, com lo dit senyor a son liberal arbitre puscha et deja elegir, et la dita cort elecció acceptar pus les persones eletes sien convinents als dits actes, e lla on no u fossen, la dita cort supplicant deja dir al dit senyor les causes de la insuficiència dels elets. Més avant hi és contingut que alguns dels dits comissaris vinguen lla on lo dit senyor serà per començar les generals enquestes, la qual cosa és impertinent, com los dits comissaris sien elets per inquirir en certes províncies, et en la cort del senyor rey, lo dit senyor, que ja d'altres vegades hi ha fet enquerir, farà inquirir per justes persones et amants Déu. Enaprés, hi és contingut que, acabades les particulats enquestes, lo dit senyor, de et ab consell dels dits comissaris, faça justícia sobre aquelles, les quals paraules són vistes significar que lo dit senyor, necessàriament, en lo dit juhí haja seguir lo voler dels dits comissaris, *la qual cosa seria donar lo reyal poder a altres et lunyar-lo al dit senyor*. E en summa, tot lo dit capitol, donant forma et manera al dit senyor com procehirà en lo exercici de la justícia faedora en virtut de les enquestes generals et especials, és cosa impertinent a la cort et lo callar fóra estat ben estant.¹¹⁸⁵

O judicioso argumento empostado pelo rei visa denunciar medidas que lhe soavam a uma explícita usurpação de sua prerrogativa justiceira. Com efeito, elas pretendiam tolher, por meio do controle direto de seus oficiais, o exercício jurisdicional da Coroa. Estas medidas, sabemo-lo bem, concordam com os avançados discursos citadinos que propunham a reparação da fragmentação jurisdicional em prol de uma estrita supervisão dos mecanismos de representação da autoridade real, atando a uniformização territorial, sobretudo no principado da Catalunha, em mãos das

¹¹⁸⁴ *Ibidem*, pp. 194-195.

¹¹⁸⁵ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, pp. 198-199.

grandes oligarquias urbanas e baroniais.¹¹⁸⁶ Aparentemente contrariado, En Pere insistia em negar tão amplas competências a um corpo de comissários que atulhariam a liberdade funcional de seus delegados ordinários e mesmo a de altos dignatários e privados do rei. Equivalente negativa seria dada à sugestão de que os pareceres finais desses comissários viessem a imprimir formas decisivas ao arbítrio do monarca, produzindo sobre estes efeitos que se poderiam denominar de caráter vinculativo, passando a extirpar *ad referendum* a outorga superior da potestade monárquica.

Entretanto, o posicionamento do soberano não foi capaz de subsistir em sua maior parte, e mesmo tendo retesado suas alegações como “*procehints de dret et inconvenibles*”, a necessidade de donativos o levava a uma conclusiva capitulação sobre o que lhe era exigido. Desta forma a reestipulação definida pela retórica jurídica dos estamentos assentaria novos parâmetros sobre o já tão bem monitorado conjunto de atribuições monárquicas. Bem assim, os acordos finais consignavam essa limitação. Pelo estipulado no capítulo II dos *Capítols Generals de la Cort*, determinava-se a admissão de inquisidores nomeados pelos braços em cada um dos reinos da Coroa, a serem investidos com plenos poderes para indiciar os delegados régios, tanto nas chamadas *enquestes* gerais como nas especiais.¹¹⁸⁷ Estes inquisidores ou comissários prestariam homenagem ao rei e fariam os devidos juramentos para o exercício de seu ofício, o qual incluía o levantamento minucioso de suspeitas de improbidade, com relatórios que seriam mantidos secretos até sua “publicação judicial” trazida às generalidades das cortes, onde novos acompanhamentos e a sentença real definiriam os procedimentos corretivos adequados.¹¹⁸⁸ No tocante ao deslinde dos resultados, venceria a lenta agregação das aparências que confirmavam o avanço estamental sobre a plenitude do discurso real.¹¹⁸⁹ E ao predicarem em nome da corte que “*parlant ab humil reverència, ella no ha entès ne entén en restrenyiment de vostre reyal poder*”,¹¹⁹⁰ os súditos de Pere III impunham um acordo tácito sobre a natureza de toda potestade a serviço do *regiment* nas terras da Coroa de Aragão.

¹¹⁸⁶ SABATÉ, Flocel. *Oligarchies and Social Fractures in the Cities of Late Medieval Catalonia*. ASENJO-GONZÁLEZ, María (ed.). *Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society*. Studies in European Urban History. Turnhout: Brepols, 2009, pp. 1-15.

¹¹⁸⁷ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, cédula de 2 de juny 1384, pp. 207-208. “*E complides les dites generals enquestes et encara les particulars, lo dit senyor, en arbitrar contra quals serà procehidor a especial enquesta, segons los mèrits de les generals, et qui serà condemnador et en què, observador, segons los mèrits de les especials, demanarà de consell los dits comissaris qui en la cort et per les províncies hauran enquest et sos consellers o aquells d’aquells qui ben vist li serà no sospitosos raonablement a la cort, e volrà saber sobre les dites coses lo enteniment et opinió d’aquells. E en les coses dessus dites, en quant són diversificants de la supplicació de aquelles feta per la cort, res no entén mudar com aço sia sa final intenció.*”

¹¹⁸⁸ *Ibidem*, *Capítols Generals*, pp. 221-222, grifo meu.

¹¹⁸⁹ Definia-se assim, por exemplo, o capítulo VIII dos atos de corte, onde os comissários instruídos para a investigação dos oficiais régios detinham plenos poderes para proceder contra aqueles durante a ausência do rei nos reunidos de corte, inclusive pelo suporte do corpo de oficiais ordinários (*cfr.* **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXX, capítol general VIII, p. 575).

¹¹⁹⁰ **Cort General de Montsó: 1382-1384**, Fraga, cédula de 2 de juny, 1384, p. 206.

Fazendo observar o modelo usado nas Cortes de 1376 –*i.e.*, pulsão mediante a taxação de carne e cereais, e produtos de outros gêneros, entre comércio de tecidos crus e tingidos¹¹⁹¹–, o estipulado para o donativo geral concedido pelos territórios cobriria um valor que totalizava os 60.000 florins aragoneses, cuja destinação era evidentemente dada à aparelhagem da peleja contra o avanço dos Arborea.¹¹⁹² Em termos de política institucional, esta concessão admitia o amadurecimento de novas implicações. Ao determinar este novo suporte para as campanhas estrangeiras do monarca, os braços já contavam de longe com um controle efetivo da *Diputació*, fazendo-a exercer poderes claramente alógenos desde aqueles com que contava do momento de sua instituição, ainda na época anterior à guerra com Castela. Recordando os privilégios outorgados desde 1300 por Jaume II nas Cortes de Barcelona, a administração dos expedientes fiscais evoluiria para um enrobustecimento patente de uma nova máquina tributária que se alheara ao corpo de funcionários régios do *mestre racional*. Em posse de um mecanismo desta eficiência, os estamentos –e, assinalemos mais uma vez, o *braç reial*– portavam as vantagens necessárias para solapar as objeções à soberania da Coroa e incluir dentro dela seus “preceitos constitucionais”; nestas condições, o capítulo VI das assembleias de 1383-1384 determinava, tal como fora feito em outras ocasiões, que o rei se eximiria de ordenar novas convocatórias, gerais ou parciais, enquanto vigisse o prorrogamento daquelas ou não fossem saldados os préstimos daqueles últimos donativos, uma imposição capaz de declarar que qualquer tentativa em contrário redundaria em nulidade de efeitos, *ipso iure et facto*.

Nos capítulos particulares destinados ao principado da Catalunha, a crescente do controle ministrado pelo braço se acentua um pouco melhor. Mantendo uma orientação refratária à intervenção dos oficiais régios, os catalães impõem que estes cumpram de três em três anos a chamada *purga de taula*,¹¹⁹³ a qual refere a um “controle corregedor” de suas emissões judiciais e investiga responsabilidades pelos danos efetuados em nome desses encargos.¹¹⁹⁴ Também,

¹¹⁹¹ Para um detalhamento dos procedimentos ordenados para a pulsão dos fiscos mencionados, devidamente omitidos nos acordados finais destas cortes, v. os seguintes capítulos de 1376 in: **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384)**, doc. XXVII, capítol general VIII, [9-9.2.21.4.20], pp. 476-483.

¹¹⁹² No último dos capítulos gerais, o cap. XVI, fora proposto um prazo para a percepção dos préstimos, que de dois em dois meses, recobriria em três parcelas, respectivamente, pagamentos dados em setembro, novembro e janeiro do ano seguinte. Contra o que o rei impõe sua discordância, corrigindo-o para duas parcelas iguais, com uma primeira devida já para agosto, e a segunda para outubro (**Cort General de Montsó: 1382-1384**, Capítols Generals, XVI, p. 229). No entanto, tomando em conta que estas negociações se encerravam em pleno mês de julho, era praticamente impossível dar execução aos requerimentos do rei, e uma vez mais, este teria de buscar o socorro dos banqueiros de Barcelona.

¹¹⁹³ Para uma síntese da evolução institucional da *purga de taula* acerca dos oficiais régios, *cfr.* SÁNCHEZ-LAURO, Sixto. Aproximación a la visita como instrumento de control público. Su aplicación a los oficiales reales en Cataluña, 24 páginas (*no prelo*).

¹¹⁹⁴ Em seu capítulo I: “... *los officials reys e ducals se dejen mudar de lurs officis e tenir taula AL menys de tres en tres anys en les ciutats, viles, lochs o castells e lochs on hauran regits e tenguts los dits officis e en lo*

tolhendo o que viriam a considerar novas e seguidas irregularidades daqueles, exigem que o rei proíba o acúmulo de duas ou mais funções exercidas por um único oficial; como de fato ocorria àquela altura, a disponibilidade de cargos e prebendas monetárias possibilitava benefícios indiretos, ilícitos de algum modo, que eram repartidos entre o monarca e seus delegados. Da mesma maneira, e sempre naquela disposição de se obter graças reais em troca do pagamento de donativos, requer-se as seguintes isenções: das penas pecuniárias, impostas com o capítulo XXIX das Cortes de Barcelona (1379); do direito de convocar as hostes, durante o período de prorrogação daquelas cortes; e ainda, a remissão de penas civis e criminais para aqueles que buscassem a acolhida dos domínios do rei.¹¹⁹⁵ Disto tudo resta um montante inegável: embora a concessão de graças seja uma liberalidade real, o resultado negociado pelos braços vai se inclinando para uma específica orientação jurisdicional.

Finadas as Cortes de Montsó em 1384, e com a morte do duque d'Anjou em outubro daquele mesmo ano, estaria eliminado o perigo reivindicatório sobre os fenecidos direitos do infante Jaume de Mallorca. Por outro lado, persistiriam impasses igualmente sérios. Internamente, a Coroa estava mais do que nunca individuada. Em 1386, entre julho e novembro eram registradas novas vendas de bens patrimoniais particulares do rei *pro restorationes regni Sardiniae*.¹¹⁹⁶ Assim, entre outras formas de débito, a emissão descontrolada de títulos censalistas elevava as dívidas do rei a empréstimos de particulares, as quais sobrepunham, pelo cálculo de 1382 dos registros do *mestre racional*, um valor que Pierre Vilar arriscava chegar até a cifra impagável de 288.000 libras.¹¹⁹⁷ De um mesmo modo, as linhas de apoio político do rei não desfrutavam melhores condições. A exemplo da episódica rebelião do conde d'Empúries, os principais súditos aliados do monarca se enfileiravam na oposição aberta entre o séquito da rainha Sibil·la e o herdeiro En Joan, cujas predileções deste por Juan I de Castela e todo o eixo França-Avignon ainda vinham irritar profundamente seu pai.¹¹⁹⁸ Por mais que as perdas um tanto estratégicas dos

trienni proppassat aço no sia estat fet” (Cort General de Montsó: 1382-1384, capitula particularia oblata pro parte Cathalonie principatus, I, p. 230).

¹¹⁹⁵ Disto, segue-se sempre ao paralelismo firmado pelas políticas empregadas desde Jaume I, destinadas à atração de camponeses aos domínios de realengo. Cfr. cap. 3, item 3.2, e cap. 5, item 5.3 *supra*.

¹¹⁹⁶ ACA, regs. 1004-1005.

¹¹⁹⁷ VILAR, Pierre. Le déclin catalan Du bas Moyen-Âge. Hypothèses sur sa chronologie. **Estúdios de Historia Moderna**, Universitat de Barcelona, nº 6, 1956-1959, pp. 3-68 *apud* [sem especificar página] ABADAL, Ramon d'. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, p. 285.

¹¹⁹⁸ Em missiva ao rei Juan de Castela, o infante se exime de oferecer seu apoio militar para conter a iminente ofensiva do duque de Lancaster, expressando nestes termos os embaraços domésticos que o tolhiam naquela altura: “*E nos plazeria muyto, ademas, que vos pudiessemos fazer tal acorro e ayuda e tan prestamente que fuesse honra vuestra e nuestra, mas por esta diuision que el senyor Rey nuestro padre ha con nos a tractamiento de falsas personas, segund creyemos que ya sabedes, no es bien en nuestra mano lo que tenemos en voluntad e querriamos cumplir en vuestros afferes*” (ACA, reg. 1674, f. 109^v cit. in: RUSSELL, Peter. **A intervenção inglesa na Península**

ducados de Atenas e Neopátria¹¹⁹⁹ fossem compensadas pelo vitorioso controle da Sicília, as demandas pelo *fet de Cerdanya* mantinham aberta a sangria dos recursos financeiros sobre o tesouro régio, a qual Francesco Giunta evocara com acerto, como sendo a verdadeira “*ferita mai rimarginata nella realtà politica della corona*”.¹²⁰⁰ A formação dos contingentes destinados a neutralizar a rebelião não os deixariam partir antes de 1387, quando também o acordo de 1390, firmado entre o então rei Joan I e Brancalione Doria, permitiria uma nova e temporária reabilitação dos territórios sardos aos domínios da Coroa. Em troca disto se restaurariam os antigos privilégios do judicato de Arborea, concedidos em feudo para sua primitiva linhagem e na pessoa do segundo filho de Doria, quem assumia com o título de Mariano V. Apesar disso, uma vez liberto, o genovês tornaria a se insurgir contra a presença catalã no reino sardo e lideraria as campanhas que, entre 1391-1392, fariam regredir os acordos de quatro anos antes. Embora a posição sobre a prosseguimento da guerra e pela manutenção dos sítios sardos não gozasse de nenhuma unanimidade entre os súditos catalães, a falta de estabilidade naquelas áreas do Mediterrâneo refletiam em sérios obstáculos corsários ao fluxo mercantil do principado, razão que mantinha os principais centros burgueses em plena mobilização pela guerra.

A par disto o poder dos estamentos, evoluía à larga de umas fundamentais prerrogativas monárquicas. Vinda a lacuna sucessória de Martí *el Humà*, que provocou o interregno dinástico que em 1412 culmina no *compromisso de Casp*, o protagonismo dos síndicos de Barcelona se mostrara fundamental em favor do candidato Trastámara. Por esta ativa participação nos assuntos da Coroa, é que avançam a linha entrevista desde as Cortes de 1383 para impor novas garantias sobre a nomeação de oficiais régios. Não contentes com as prerrogativas de fiscalização destes, os estamentos pretendem, mediante instrumento de cortes em 1413 e 1419, respectivamente, controlar a investidura dos membros da Audiência e do Conselho Real.¹²⁰¹ Este alto poder de penetração nos comandos do estatuto régio continuava a se justificar no prolongamento de argumentos produzidos naquelas décadas pós-1370, que se tonificavam cada vez mais pela defesa do *bem comum* e dos *interesses da terra* representados pelos participantes das cortes, conquanto esta mesma representatividade atendesse à direção de uma diminuta fração do corpo político, encabeçada pelos altos grupos dirigentes do braço militar e dos síndicos urbanos. Estes influenciavam e remarcavam a própria noção do regime monárquico, tal como a absorveria nos

Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos. Trad. Maria Ramos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, p. 465, nota 74).

¹¹⁹⁹ Cfr. SETTON, Kenneth M. **Catalan Domination of Athens (1311-1380)**. London: Variorum, 1975.

¹²⁰⁰ GIUNTA, Francesco. La política mediterránea de Pietro il Cerimonioso. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 60 ss.

¹²⁰¹ SABATÉ, Flocel. Catalunya Medieval. BALCELLS, Albert (org.). **Història de Catalunya**. L'Esfera dels Llibres, 2006, p. 386.

meados do século XV um rei como Alfons *el Magnànim*,¹²⁰² quando se dava a infiltração daqueles valores na própria legitimação da capacidade monárquica e ao ideal de bom governante exigido ao comando da sociedade política.

¹²⁰² Cfr. EVANGELISTI, Paolo. Credere nel mercato, credere nella *res publica*. La comunità catalano-aragonese nelle proposte e nell'azione politica di un esponente del francescanesimo mediterraneo: Francesc Eiximenis. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 33/1, Madrid, 2003, pp. 75 ss.

CONCLUSÃO

Teste David cum Sibylla

Nas páginas finais do seu texto mais antológico, Don Ramon d'Abadal argumenta que faltara às *Corts* um sentido ideológico e político geral no contexto trecentista do principado, dentro do qual se guiasse os reclamos estamentais para a consolidação de seu corpo concreto, que ao mesmo tempo viesse ter unidade e estabilidade jurídica:

Les Corts no tenen aspiracions ideològico-polítiques de sentit general, actuen mogudes pels interessos parcials, no sempre concordants, de les oligarquies feudals, eclesiàstiques i ciutadanes que les formen, corresponents, fins a un cert punt, al que avui dia representen els anomenats grups de pressió. No se'n pot esperar, d'elles, ni de la seva concreció permanent, la Diputació, una obra creadora d'alè positiu; més aviat encarnen l'esperit – sempre tan català– d'oposició.¹²⁰³

Essas considerações implicam em negativas claras: primeiro, sobre o caráter auto-representativo das cortes para sustentar *em lugar* do rei um extenso equilíbrio de poder; segundo, sobre a própria continuidade institucional que as cortes detinham, para custodiar as pretensões colocadas sobre esse espaço de soberania arrancado à titularidade monárquica; terceiro, que qualquer possibilidade visada na conformação de um mecanismo (proto-)estatal vira-se minada pela derrubada do ente soberano por excelência. Com essas conclusões, arremata-se para uma *contra-marcha* histórica, que por suas consequências explicita a desvantagem constitucional imposta aos territórios da Coroa de Aragão e fazer frente aos demais estados-nações em seu pleno nascimento.

Mesmo que não seja o caso de colher vantagens ou desvantagens, nem de impingir os mesmos motetos do condicionalismo estatista sobre o caso catalano-aragonês, é preciso notar o que resta sobre a avaliação posta ao instrumento político das assembleias de corte. Aqui, a falta de um “sentido geral” precisa ser a primeira a receber matizações. Negando-se tratar dela como se fosse para testar sua *estabilidade* (seja através de sua continuidade ou duração, seja por sua natureza jurídica em sentido moderno), sobram então uns limites de reiteração na fala institucional do coletivo que as representa. Dentro dele, tento colocar ao menos uma linearidade: qual seja, a da orientação tomada pelo estamento régio e desdobrada aos demais. Os indícios deste acordo recaem na própria organização municipal dos grandes centros políticos catalães e toma, a partir de suas

¹²⁰³ ABADAL, Ramon d'. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**. Trad. Xavier Fort i Ramon Pinyol. Barcelona: Edicions 62, 1987, p. 287.

variadas titulaturas consiliares, uma ideologia que concretiza os preceitos destacados nas reuniões do principado. Notadamente, esta linearidade é a mesma sentida para a constituição de um discurso jurídico, no interior do qual reaparece a contrafação de forças políticas e a emissão de um pensamento institucional mais claro e definido. Pois, com a abertura de um repertório de legibilidade, sempre egresso da *tradição*, alia-se toda a (re)estipulação de signos desse coletivo político-jurídico do século XIV. Deste, esvai-se a crescente do poder político que se vê concretizado pelos estamentos e guiados a sua vez para o controle dos repertórios de classificação, identidade e analogia do coletivo de pensamento.

Esta elevação alcança lugar de honra nas fissuras de uma ordem social fragilizada. E bem assim, o primado do poder estamental detém seu espaço no trinômio da decadência que tanto define —e “equaliza”¹²⁰⁴— a chamada *crise baixo-medieval*: epidemia, fome e guerra. Mesmo ela não sendo uma particularidade exclusiva do caso catalano-aragonês,¹²⁰⁵ encontra-se ali as radicalidades que combinam a crise sócio-econômica ao remanejamento dos estatutos políticos, que permite a ascensão dos grupos estamentais¹²⁰⁶ e a contrição das altas pretensões monárquicas. Mas se por um lado elas inserem o panorama institucional de toda a razão de ser da soberania política, esta última também redonda no problema já dado pelo teleologismo de algumas linhagens historiográficas. Por outro, a dimensão desses fenômenos extrapola as variáveis liminarmente causais do projeto constitutivo das cortes. Por isso tudo a estabilidade de sentido que deve existir no seu esquema político, o qual apenas passa a ganhar substância ao ser buscado no modelo *institucional* de sua persistência política; em que, para tanto, a “ilusão” de uma linearidade entre seus marcos jurídicos é ponto fundamental.

Ao aliciar uma tradição jurídica superposta pelo repertório de marcos comuns —o visigótico *Liber Iudiciorum*, as *Constitucions de Pau i Treva* e os *Usatges de Barcelona*— reverbera o discurso institucional catalão desde sua *forma sermonis*. A simultaneidade de ordenamentos jurídicos do período condal, e a aspersão de seus conteúdos por um semelhante corpo de *usualia*, garantiam a intelecção desses ordenamentos como concepção de uma paisagem institucional.

¹²⁰⁴ IRADIEL, Paulino. La crisis bajomedieval, un tiempo de conflictos. IGLESIA, José Ignacio de la (coord.). **XIV Semana de Estudios Medievales**, Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV. Nájera: Instituto de Estudios de la Rioja, 2004, p. 14.

¹²⁰⁵ Por dos exemplos constrativos, *cfr.*: VALDEÓN, Julio. Reflexiones sobre la crisis bajomedieval en Castilla. **En la España Medieval**, nº 4, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1984, pp. 1049-1060. E sobre o principado da Catalunha, um artigo bem mais recente in: FELIU, Gaspar. La crisis catalana de la Baja Edad Media: estado de la cuestión. **Hispania**, vol. 64, nº 217, Madrid, 2004, pp. 435-466.

¹²⁰⁶ A propósito da ascensão econômica desses segmentos durante os nominados “períodos decadentistas” dos séculos XIV-XV, e os reparos cronológicos destas implicações, *cfr.* COULON, Damien. **Barcelone et le grand commerce d’Orient au Moyen Âge**. Un siècle de relations avec l’Égypte et la Syrie-Palestine (ca. 1330-ca. 1430). “Bibliothèque de la Casa de Velázquez”, vol. 27. Madrid/Barcelona: Casa de Velázquez /Institut Europeu de la Mediterrània, 2004, pp. 53--.

Desprende-se daí um autêntico universo de figurações políticas que, tomadas pela interpelação dos acordos e das cessões jurisdicionais das primeiras assembleias de Paz e Trégua, fixariam mais tarde os estabelecidos nas cortes do principado. A modelação desses valores passa pela atualização de estatutos gerais e pela tentativa de agregar a fragmentada malha jurisdicional que extravasa ao controle régio desde os pactos de 1283. Por outro lado, o vetor ideológico da construção comunitária conta com seus índices de linguagem, em um idioma político manejado ao teor das circunstâncias que movem as cifras do enunciado histórico.

Dá-se alçada ao nexos unificador da *coisa pública*: ideia desenvolvida mediante a concepção à italiana de *civiltà comunale*, e que contamina o repertório jurídico-teológico de pensadores políticos em trânsito pelas terras catalãs e pelos demais domínios da Coroa de Aragão. A partir dessa ideia é que, ao encontrar a necessária acomodação nos esquemas do coletivo de pensamento, toma forma um conjunto específico de representações. Os limites destinados ao delineamento do ser político, a maneira mesma de compatibilizar realidades inalienáveis ao alcance fático do direito, guarda aqui a plena capacidade sintética da fala jurídica. Assim, ela deve ser mais que o *proforma* de seu fundamento racional, cujo aspecto validante se encerra no esquema do direito medieval. Pois, ao demonstrar seus conteúdos, o enunciado jurídico revela os limites de inteligibilidade disponíveis pelo acordo institucional e, antes de professar um nível efetivo de normatividade, ele confere tanto sua “eficácia simbólica” quanto sua gramática sintética, ambas sedimentadas no cerne de concretos debates políticos. A continuidade razoável dessa gramática permite a compreensão de articulações divergentes, até mesmo paradoxais, por reter uma linguagem integral, capaz de significar posições específicas a partir de uma mesma matriz de representações. Tal construto fora adotado pelos juristas medievais, que dentro de uma mesma recolha de sistematizações lidam tanto as pretensões do rei quanto a de seus braços, numa proposição contrária a de seus efetivos interesses.

É a partir desses atributos que surge o elenco de postulações políticas, gravadas contra a afirmação de primazia régia de Pere *el Cerimoniós*. O final de seu reinado destaca o acirramento dessas posições, permitindo entrever a realidade de uma monarquia carente de expedientes fiscais e gradualmente acuada pelas requisições jurisdicionais de seus súditos.¹²⁰⁷ Estes se alinham ao mesmo repertório institucional frequentado pelo discurso régio, e o ressignificam a ponto de interpretar a sua *potestas* sob a estreita figuração da *dominatio* de um dado poder político. Agora o

¹²⁰⁷ “*E si los grans serveys et soccorriments fets en temps passat a vostres predecessors, e après, senyor, a vós molt més que a ells, per vostres sotmeses, ab gran et fort liberal voler eren considerats, et encara la bona et sana intenció [...] palantat ab humil reverencia, que la dita cort haja flach voler envers lo vostre servey, ans l’a haut, ha et haurà fort fervent per sag ran naturalesa, et conèixer-ho ha la vostra senyoria sis a mercè és provehir en les coses per la dita cort supplicades.*” **Cort General de Montsó: 1382-1384**, p. 206.

soberano atende ao papel de simples *ministerial* da lei, deixando de possuí-la *in pectore suo* para sediar o acordo afinado junto a seus estamentos. Descendem-se o fundamento e a autoridade da lei contidos no corpo político (*cors mixtich*) do rei para se constrangerem em definitivo ao certame constitucional das assembleias de cortes. Ao fim e ao cabo, o diálogo político e a semântica institucional refletem o teor das variáveis históricas impingidas à titularidade monárquica dos reis catalães do Trezentos. Com essa combinação se interpõe o seguinte argumento, que atua em simultâneo na valorização de um direito histórico e no potencial representativo de seu discurso, um e outro desatoados do presentismo historiográfico que ritualiza suas categorias explicativas sob a panaceia jus-teológica do estado moderno.¹²⁰⁸ Com o avançar de um repertório institucional, a vez tão integrado com os posicionamentos dos juristas das cortes, a potestade legislativa do rei queda afetada pelas conveniências que o levava a ser manejado.

De posse desses esquemas, o intercurso jurídico dos estamentos permite encampar as motivações sectárias de uma trajetória histórica precisa. Justamente, a progressiva história das cortes é tanto o resultado dessa combinação de forças como é também a transformação radical de suas atribuições *originárias*.¹²⁰⁹ Da primeira incorporação feita para incluir funções judiciais –em concreto, as que se notam nas assembleias catalãs de 1358¹²¹⁰–, até sua exigência *sine qua non* em 1383, abre-se uma travessia que consolida um novo modelo institucional. Fala-se de precedentes, de *estil de Corts* e de toda uma gama de elementos que se veem recuperados apenas para ratificar o certamente ideológico, do qual emana o controle jurídico que repercutiria no mandato real e na forma de seu estatuto. Esse modelo faz com que aquilo a que os súditos de Pere III chamavam *exhibició de justícia* passe a se condicionar a toda satisfação de agravos apresentados nas cortes. A obrigatoriedade em conceder esta prestação evolui para impregnar a potestade monárquica, atuando como *autêntico* dever na relação junto de seus dependentes naturais. Inaugura-se com ela uma percepção de lugares e atribuições que acabam sendo aceitos pelo próprio titular régio. Nos reunidos de Montsó, esta noção serve ao fundamento da proposição inaugural de Pere III, e dentro dela se veriam virtualizadas as principais reclamações travadas nos debates de cúria. Assim, os estamentos assinalariam pela inclusão ritual de uma *exibición da justiça*, o destino latente da forma institucional das cortes.

Mais tarde, a supremacia das competências legislativas e judiciais dos egressos da magna

¹²⁰⁸ Para uma exposição crítica desses caminhos, novamente *cfr.*: GONTIER, Thierry. Corps mystique et société politique chez Eric Voegelin. *Noesis*, n° 12, 2007. Disponível: <<http://noesis.revues.org/index1313.html>>.

¹²⁰⁹ PONS I GURI, Josep Maria. Aspectes judicials de la Cort General a l'època medieval. *Les Corts a Catalunya*, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 142-145.

¹²¹⁰ MARTÍN, José Luis. Las cortes catalanas de 1358. *Economía y sociedad en los reinos hispanicos de la Edad Media*. 2 vols. Barcelona: Ed. El Albir, 1983, pp. 312-319.

cúria, fariam repisar os próximos debates entre o rei e seus braços. Passam por eles a longa discussão que ajusta os limites sobre o caráter da *utilitas publica* e do controle do patrimônio monárquico. Assim, ao ouvir de seus súditos que o favor alcançado pelas tratativas das cortes eram meramente sua graça e sua liberalidade, Pere III tem de se dobrar àquilo que eles lhe estipulam, segundo o *proveito da terra e dos bons assuntos* pertinentes à Coroa. Uma e outra condição sempre avançando em requisições que se mostrariam abertamente intrusivas ao lastro das prerrogativas remanescentes da autoridade real. No reconhecimento desses avanços, Martí l'Humà, filho de Pere III, diz ante seus braços nas Cortes de Perpinyà em 1406, lembrando-lhes as desusadas *llibertats i franqueses* alcançadas diante o título real: “*Car Nós trobam que tots los pobles del món o la major part són subjugates a les tatxacions de llurs senyors e al donatius de llus beneplàcit, exceptats vosaltres, que sots francs d'aquestes tatxacions*”.¹²¹¹ Esse recuo exercido contra as prerrogativas do trono abre vez para o *pactismo* institucional, cuja feição exibira a natureza do regime político, sendo mais uma contingência das condicionantes daquele contexto histórico e bem menos um sinal da liberalidade emanada do favor monárquico. Assim toda cessão legislativa e todo ato judicial supremo devem passar pelo crivo incontestado de seus reunidos, que não apenas granjeiam a legitimidade final dos acordos, por constituição ou ato de corte, mas acabam por tomar também a *potestas* do príncipe.

Após o câmbio dinástico que traria a linhagem Trastámara ao poder, Ferran de Antequera logo sentiria, segundo uma familiaridade trazida com a monarquia castelhana, o evidente contraste com o universo institucional da Coroa de Aragão.¹²¹² Mesmo com o arranque da nova linhagem, o segmento de um século e meio de práticas negociadas encerrariam a monarquia ao esquema institucional forjado naquele momento. Este quadro permite que, em pleno século XV, um jurista como Tomàs de Mieres argumente sobre a origem da lei, “*procedit lex ex voluntate Principis secus in constitutionibus curiarum Cathalonie: ut supra [...] quia Principis in hac patria non potest facere generalem constitutionem sine consensus generalis curie*”.¹²¹³ No coletivo de pensamento catalão restavam os sedimentos de um alinhamento institucional, transcendência dos acordos e do recuo ao estatuto da monarquia.

¹²¹¹ ABADAL, Ramon d'. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**, p. 184.

¹²¹² “*Ferdinand I died in 1416, too soon to have carried out his purposes, not soon to have changed the course of his acquired lands. A rich Castilian prince who became a poor count-king, he reigned conscious of this unfortunate irony that lay at the root of future problems. He is said to have complained that Catalonia, compared with Castile, was not a monarchy but as agency (procuratio)*.” BISSON, Thomas N. **The Medieval Crown of Aragon: A Short History**. New York: Oxford University Press, Clarendon Paperbacks, 1986, p. 139.

¹²¹³ Tomàs de Mieres. **Apparatus**, I, Collatio 6, XXXII, 6 *apud* OBARRIO, Juan Alfredo. El derecho romano como *ratio scripta* en la Corona de Aragón. Un supuesto práctico: la prueba testifical en la posesión inmemorial. **Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña**, nº 6, 2002, p. 537.

BIBLIOGRAFIA

I. Fontes documentais

Actas del processo de Cortes de Tamarite (febrero-mayo), 1375. TUÑÓN DE LARA, Manuel (dir.) **Textos y documentos de Historia Antigua, Media y Moderna hasta el siglo XVII**. Tomo XI. Barcelona: Editorial Labor, 1984, pp. 396-398.

Biblia Vulgata Latina, Biblia Sacra iuxta Vulgatam Clementiam. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1999.

Bulario Aragonés de Benedicto XIII. Vol. III. La Curia de Peñíscola (1412-1423). CUELLA ESTEBAN, Ovidio (ed.). Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 2005.

Censo de Cataluña ordenado en tiempo del rey Don Pedro el Cerimonioso. BOFARULL I MASCARO, Pròsper de (ed.). Col. de Doc. in. del Archivo General de la Corona de Aragon, vol. XII. Barcelona, 1856.

Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña. Vols. I, II, III, IV. Madrid: Real Academia de la Historia, 1896-1901.

Cortes del Reino de Aragón (1357-1451). SESMA MUÑOZ, Angel. SARASA SÁNCHEZ, Esteban (eds.). Extractos y fragmentos de procesos desaparecidos. Valencia: Ed. Anubar, 1976.

Cort General de Montsó: 1382-1384. Text en català i llatí. SANS I TRAVÉ, Josep Maria *et alii* (ed.). Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1992.

Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384). SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. ORTI GOST, Pere. (eds.) Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1997.

Crònica de Pere el Cerimoniós. SOLDEVILA, Ferran (ed.). Barcelona: Ed. 62/Ed. Orbis, 1984.

El jurista Pere Albert i les Commemoracions. Vol. II. FERRAN I PLANAS, Elisabet (ed.). Tesi Doctoral en Història, Universitat de Barcelona, 2005.

Epistolari de Pere III. Vol. I. GUBERN, Ramon (ed.). “Els Nostres Classics” vol. LXXVIII. Barcelona: Editorial Barcino, 1955.

Fernão Lopes. **Crónica de D. Fernando de Portugal**. ARNAUT, Salvador Dias (ed.). Porto: Livraria Civilização, 1989.

Francesc Eiximenis. **Regiment de la Cosa Pública**. MOLINS DE REI, Daniel (ed.). “Els Nostres Classics” vol. XIII. Barcelona: Editorial Barcino, 1927.

Francesc Eiximenis. Dotzè del Crestià. **Lo Crestià**. Barcelona: Edicions 62-La Caixa, 1983.

Jean Froissart. Les Chroniques. In: **Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age**. POGNON, Edmond (ed.). Paris: Gallimard, 1952.

John of Salisbury (Johannes Saresberia). **Policraticus**. NEDERMAN, Cary J. (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

La Creación del Derecho: Antología de Textos. IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino (ed.). 3ª edición. Madrid: Marcial Pons, 1996.

Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII). GONZALVO I BOU, Gener (ed.). Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1994.

Los Usatges de Barcelona: estudios, comentarios y edición bilingüe del texto. VALLS I TABERNER, Ferran (ed.). Malaga/Barcelona: Universidad de Malaga/Promociones Publicaciones Universitarias, 1984.

Parlamento di Pietro IV d'Aragona (1355), II. **Acta Curiarum Regni Sardiniae**. Vol. II MELONI, Giuseppe (a cura di). Cagliari: Consiglio Regionale Della Sardegna, 1993.

Pere de Ribagorça. Tractatus de vita, moribus et regimine principum. VALLS I TABERNER, Ferran (ed.). **Estudis Franciscans**, nº 37, Barcelona, 1926, pp. 432-450.

Pero López de Ayala. **Las Crónicas de los Reyes de Castilla**. ROSELL, Cayetano (ed.). Madrid: Real Academia Española, 1953.

Petrus Abaelardus. **Opera Theologica**. VI Sententie Librum Sententiarum. LUSCUMBE, D. E. *et alii* (eds.). Corpus Christ. Continuatio Mediaevalis. Turnhout: Brepols, 2007.

San Isidoro de Sevilla. **Etimologías**. Vol. 1. Edición bilingüe. DÍAZ Y DÍAZ, Manuel (ed.). Trad. José Oroz Reta. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

São Tomás de Aquino. **Suma Teológica**. Vols. IV e VI. Trad. Pe. Gabriel C. Galache *et alii*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Usatici Barchinone. Edición del *ms. lat. Z-I-3* del Real Monasterio de El Escorial. IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. **Cataluña Medieval**. Vol II. Barcelona: Associació Catalana d'Història del Dret "Jaume de Montjuïc", 2008.

Zurita, Jeronimo. **Anales de la Corona de Aragon**, 1610. CANELLAS LÓPEZ, Ángel (ed.). Zaragoza: Institución "Fernando el Católico". Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), 2003. Disponível em: <<http://www.dpz.es/ifc2/publi/fichapublic.asp?recid=2473>>.

II. Referências bibliográficas

ABADAL I DE VINYALS, Ramon d'. **Pere el Cerimoniós i els inicis de la decadència política de Catalunya**. Trad. Xavier Fort i Ramon Pinyol. Barcelona: Edicions 62, 1987. [Publicado originalmente in: MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (dir.). **Historia de España**, vol. XIV. Madrid: Espasa-Calpe, 1966.]

ABADAL I DE VINYALS, Ramon d'. **Dels visigots als catalans**. 2 vols. La formació de la Catalunya Independent: La Hispania Visigòtica i la Catalunya Carolingia. Barcelona: Edicions 62, 1969.

AGAMBEN, Giorgio. **O Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AINAUD DE LASARTE, Joan. L'època del Cerimoniós. Balanç d'un regnat. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 1-11.

ALCHALABI, Frédéric. A chronicler king: rewriting history and the quest for image in the catalan chronicle of Peter III (1319-1336/1387). **Imago Temporis**. *Medieum Aevum*, nº 2, Lleida, 2008, pp. 177-189.

ANATRA, Bruno. I Parlamenti sardi. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 318-320.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, John. **Cognitive psychology and its implications**. New York: W. H. Freeman and Company, 1985.

ASCHERI, Mario. Un ordine giuridico medievale per la realtà odierna. **Rivista trimestrale di diritto e procedura civile**, nº 50, Ed. Giuffrè, 1996, pp. 965-973.

ASCHERI, Mario. **Istituzione medievale**. Una introduzione. Bolgna: Il Mulino, 1999.

ASCHERI, Mario. **Medioevo del potere**. Le istituzioni laiche ed ecclesiastiche. Bologna: Il Mulino, 2005.

ARNAU I RAVENTÓS, Lúdia. Estanislao Reynals i Rabasa: la reacció catalã al projecte de codi civil de 1851. La qüestió de la llibertat de testar. **Revista de Dret Històric Català**, Societat Catalana d'Estudis Jurídics, nº 3, 2004, pp. 79-232.

AUERBACH, Erich. **Ensaio de literatura ocidental**. Trad. Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Ed. Duas Cidades/Ed. 34, 2007.

AURELL I CARDONA, Jaume. El desarrollo de la historiografía del mediterráneo medieval a lo largo del siglo XX: el análisis de un espacio político, comercial y cultural. **Revista d'Història Medieval**, nº 10, 1999, pp. 269-280.

AURELL I CARDONA, Jaume. El Nuevo Medievalismo y la Interpretación de los Textos Históricos. **Hispania**, vol. 66, nº 224, septiembre-diciembre. Madrid, 2006, pp. 809-832.

AURELL I CARDONA, Jaume. **A Escrita da História**. Dos positivismos aos pós-modernismos. Trad. José Higuera e João r. Costa e Silva. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2010.

AURELL I CARDONA, Martí. Messianisme royal de la Couronne d’Aragon. **Annales**. Histoire, Sciences Sociales, 52^e année, n° 1, EHESS, 1997, pp. 119-155.

BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BALAGUER, Víctor. **Historia de Cataluña y de la Corona de Aragon**. Barcelona: Libreria de Salvador Manero, 1860.

BARROS, Henrique da Gama. **História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV**. Tomo II. 2^a edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945.

BARTH, Fredrik. **Ethnic group and boundaries**: the social organization of culture difference. London: George Allen & Unwin, 1970.

BARTH, Fredrik. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. VERMEULEN, Hans. GOVERS, Cora (orgs.). **Antropologia da Etnicidade**. Trad. Rogério Puga. Lisboa: Fim de século, 1994, pp. 19-44.

BARTHES, Roland. **Como viver junto**. Simulações romanescas de alguns espaços cotidianos. Cursos e seminários no Collège de France, 1976-1977. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHÉLEMY, Dominique. La mutation féodale a-t-elle eu lieu? (note critique). **Annales**. Économies, Sociétés, Civilisations, 47^e année, n° 3, EHESS, 1992, pp. 767-776.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

BASTADAS I PARERA, Joan. **Sobre la problemàtica dels Usatges de Barcelona**. “Discurs llegit el dia 10 de març de 1977 en l’Acte de Recepció Pública”, Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 1977.

BATLLE I GALLART, Carme. Un exemple de la hipersensibilitat popular (Barcelona, Corpus, 1370). **VIII Congreso de Historia de la Corona de Aragón**, Valencia, 1967, vol. II, València, 1970, pp. 91-101.

BATTELLI, Giulio. Supliche al Papa di Giacomo II, re di Maiorca e di Giacomo II, re di Aragona. **Anuario de Estudios Medievales**, n° 31/1, Madrid, 2001, pp. 3-32.

BEUCHAMP, Alexandra. De l’action à l’écriture: Le *De Regimine Principum* de l’infant Pierre D’Aragon (V. 1357-1358). **Anuario de Estudios Medievales**, n° 35/1, Madrid, 2005, pp. 233-270.

BELLIDO, José. De la Glosa a la Publicidad. Notas para una lectura de Pierre Legendre. **Isegoría**. Revista de Filosofía Moral y Política, n° 39, julio-diciembre, 2008, pp. 289-310.

BENACH, Ernest. Sant Jordi, mirall d’un país. **El Periódico de Catalunya**, dijous, 23 de abril de 2009. Disponível em: <www.elperiodico.cat> consulta em 7 de setembro de 2009.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras Escolhidas**, vol. 1. Trad. e org.

Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERTRAN I ROIGÉ, Prim. Les respostes de la baixa noblesa catalana al reclam de Pere el Cerimoniós per anar a Sardenya (1354). FERRER I MALLOL, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament D'Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005.

BHABHA, Homi K. **Nation and narration**. New York: Routledge, 1990.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Ed. UFMG, (1998) 2007.

BISSON, Thomas N. Consultative functions in the king's parlements (1250-1314). **Speculum**. A Journal of Medieval Studies, vol. 44, III, The Medieval Academy of America, Massachussets, 1969, pp. 353-373.

BISSON, Thomas N. The Problem of Feudal Monarchy: Aragon, Catalonia, and France. **Speculum**. A Journal of Medieval Studies, vol. 53, III, The Medieval Academy of America, Massachussets, 1978, pp. 460-478.

BISSON, Thomas N. Celebration and Persuasion: Refletions on the Cultural Evolution of Medieval Consultation. **Legislative Studies Quarterly**, nº 7/2, Comparative Legislative Research Center, 1982, pp. 181-204.

BISSON, Thomas N. L'Essor de la Catalogne: identité, pouvoir et ideologie dans une société du XII^e siècle. **Annales**. Économies, Sociétés, Civilisations. 39^e année, nº 3, 1984. pp. 454-479. [Na tradução para o inglês: The Rise of Catalonia: identity, power and ideology in a twelfth-century society. **Medieval France and her Pyrenean Neighbours**, Studies in Early Institutional History. London: Hambledon, 1989, pp. 179 ss.].

BISSON, Thomas N. Ramon de Caldes (c.1135-1199): Dean of Barcelona and King's Minister. In: PENNINGTON K. SOMERVILLE, R. (eds.) **Law, Church and Society**. Essays in Honor of Stephan Kuttner, Philadelphia, 1977, pp. 281-292.

BISSON, Thomas N. **The Medieval Crown of Aragon: A Short History**. New York: Oxford University Press, Clarendon Paperbacks, 1986.

BISSON, Thomas N. (org.). **Cultures of power: lordship, status, and process in twelfth century Europe**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995.

BLOCH, Marc. **Los Reyes Taumaturgos**. Estudio sobre el carácter sobrenatural atribuido al poder real, particularmente en Francia e Inglaterra. Trad. Marcos Lara e Juan Carlos Rodríguez Aguilar. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Trad. Liz Silva. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Trad. João Ferreira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.

BONNASSIE, Pierre. **La Catalogne du milieu du X^e a la fin du XI^e siècle**. Vol. II. Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse, 1976.

BONNASSIE, Pierre. **Vocabulário basico de la Historia Medieval**. Trad. Manuel Sánchez Martínez. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1983.

BONNASSIE, Pierre. D'une servitude à l'autre: Les paysans du royaume 987-1031. IOGNA-PRAT, Dominique. DELORT, Robert (dir.). **La France de l'an Mil**. Paris: Seuil, 1990, pp. 125-141.

BONET I DONATO, Maria. Las dependencias personales y las prestaciones económicas en la expansion feudal en la Cataluña nueva (siglo XII). **Hispania**, Revista Española de Historia, nº 66, Instituto de Historia, Consejo Superior de Investigación Científica, CSIC, Madrid, 2006, pp. 425-482.

BOUREAU, Alain. L'adage *Vox populi, Vox dei* et la'invention de la nation anglaise (VIIIe-XIIe siècle). **Annales**. Économies, Sociétés, Civilisations, 47^e année, nº 4-5, EHESS, 1992, pp. 1071-1089.

BOUREAU, Alain. Droit naturel et abstraction judiciaire. Hypothèses sur la nature du droit médiéval. **Annales**, Histoire, Science Sociale, 57^e année, nº 6, EHESS, 2006, pp. 1463-1488.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Paris: Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 7^a edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Ed. USP, 2008.

BRACONS I CLAPÉS, Josep. L'escultura al servei de Pere el Cerimoniós. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 209-243.

BROCA I DE MONTAGUT, Guillem Maria de. Introducció: Usatges de Barcelona. **Anuari de l'Institut d'Estudis Catalans**, Barcelona, 1913-1914, pp. 357-389. Disponible em: <<http://publicacions.iec.cat/repository/>>.

BROCA I DE MONTAGUT, Guillem Maria de. **Historia del Derecho de Cataluña**, especialmente del Civil, y Exposición de las Instituciones del Derecho civil del mismo territorio en relación con el Código civil de España y la Jurisprudencia. Vol. I. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1985 [1^a edição 1918].

BRUNNER, Otto. **Land und Herrschaft**. Grundfragen der territorialen Verfassungsgeschichte Südostdeutschlands im Mittelalter. Wien: Rudolf M. Rohrer Verlag, 1943.

BRUNNER, Otto. **Storia sociale dell'Europa nel Medioevo**. Trad. Gustavo Corni. Bologna: Il Mulino, 1988.

BUC, Philippe. *Principes gentium dominantur eorum*: Princely Power Between Legitimacy and Illegitimacy in Twelfth-Century Exegesis. BISSON, Thomas N. (org.). **Cultures of power**: lordship, status, and process in twelfth century Europe. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995, pp. 310-328.

BURDEAU, Georges. **O Estado**. Trad. Maria Ermantina de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CABEZUELO Y PLIEGO, José Vicente. Diplomacia y guerra en el mediterráneo medieval. La liga véneta-aragonesa contra Génova de 1351. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 36/1, Madrid, 2006, pp. 253-294.

CÀCERES I NEVOT, Juanjo. **La Participació del Consell Municipal en l'Aprovisionament Cerealer de la Ciutat de Barcelona (1301-1430)**. Tesi Doctoral en Història, Universitat de Barcelona, 2006.

CAETANO, Marcello. **História do Direito Português**. Fontes-Direito Público (1140-1495). 2ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1985.

CALASSO, Francesco. Studi sul commento ai “tres libri” di Luca da Penne: la nascita e i metodi dell’opera. **Revista de Storia del Diritto Italiano**, nº 5, Milano, 1932, pp. 395-458.

CALASSO, Francesco. **Gli ordinamenti giuridici del rinascimento medievale**. 2.ª edizione. Milano: Ed. Giuffrè, 1949.

CALASSO, Francesco. **Introduzione al diritto comune**. Saggio I: Tradizione e critica metodologica. Milano: Ed. Griuffrè, 1951.

CALASSO, Francesco. **Medio evo del diritto**. Le fonti. Vol. I. Milano: Ed. Giuffrè, 1954.

CALLON, Michel. LASCOURMES, Pierre. BARTHE, Yanick. **Agir dans un monde incertain**. Essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, 2001.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 4ª edição. Coimbra: Almedina, 2000.

CAPITANI, Ovidio. Introduzione all’edizione italiana. In: BRUNNER, Otto. **Storia sociale dell’Europa nel Medioevo**. Trad. Gustavo Corni. Bologna: Il Mulino, 1988.

CARVALE, Mario. **Alle origini del sistema giuridico europeo**: Ius commune, droit commun, common law nella dottrina giuridica della prima età moderna. Bologna: Monduzzi, 2005.

CARLYLE, Alexander J. **Il pensiero politico medievale**. Vol. II. Trad. Sergio Cotta. Bari: Laterza, 1959.

CARPINTERO, Francisco. En torno al metodo de los juristas medievales. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 52, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1982, pp. 617-647.

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia das Formas Simbólicas**. Vols. I e II. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2000/2001.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem**. Introdução a uma filosofia da cultura humana. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTELLS, Manuel de. O Poder da Identidade. In: **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. Vol. II. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLÓN CORTADA, Francisco. El marco de las Cortes de Monzón. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 123-128.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. 3ª edição. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do Labirinto**. Vol. I. Trad. Carmen Sylvia Guedes. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras dos Pensável**. As encruzilhadas do Labirinto. Vol. VI. Trad. Adriana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Seminários de 1986-1987: A Criação Humana I. Trad. Eliane Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CATEURA BENNASER, Pablo. La administración de justicia en la ciudad de Mallorca en la época de Pedro el Cerimonioso. **En la España Medieval**, Universidad Complutense de Madrid, vol. 6, 1985, pp. 1301-1319.

CAWSEY, Susan F. **Reialesa i propaganda**. L'eloquència reial i la Corona d'Aragó, c. 1200-1450. Trad. Marta Cedro. València: Publicacions Universitat de València, 2008.

CERVERA VERA, Luis. **Francisco de Eiximenis y su sociedad urbana ideal**. Madrid: Swan Editorial, 1989.

CHABOD, Federico. **Storia dell'Idea d'Europa**. Bari: Laterza, 1961.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Trad. Vera da Costa e Silva *et alii*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

CHIFFOLEAU, Jacques. Diretos(s) In: LE GOFF, Jacques. SCHIMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 volumes. Trad. do verbete por Daniel Valle Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CHIFFOLEAU, Jacques. THÉRY, Julien. Introduction. "Les justices d'Église dans le Midi (XI^e-XV^e siècle)." **Cahiers de Fanjeaux**, nº 42, 2007, pp. 7-18.

CINGOLANI, Stefano Maria. "Seguir les vestigies dels antecessors". Llinatge, reialesa i historiografia a Catalunya desde Ramon Berenguer IV a Pere II (1131-1285). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 36/1, Madrid, 2006, pp. 201-240.

CINGOLANI, Stefano Maria. **Historia y mito del Rey Jaime I de Aragón**. Trad. Juan Carlos Gentile Vitale. Barcelona: Edhasa, 2008.

CLARAMUNT, Salvador. Els Estudis Generals i la transmissió del saber. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 151-160.

CLAVERO SALVADOR, Bartolomé. La historia del derecho ante la historia social. **Historia, instituciones, documentos**, Universidad de Sevilla, nº 1, 1974, pp. 239-262.

CLAVERO SALVADOR, Bartolomé. Historia y antropología. Por una epistemología del derecho moderno. SALVADOR CODERCH, Pablo. CERDÁ RUIZ-FUNES, Joaquín (coords.). **I Seminário de Historia del Derecho y Derecho Privado: nuevas técnicas de investigación** (1982), Barcelona, 1985, pp. 9-35.

CLAVERO SALVADOR, Bartolomé. **Tantas personas como Estados**. Por una antropología política de la historia europea. Madrid: Tecnos, 1987.

CLAVERO SALVADOR, Bartolomé. Entrevista dirigida por António Manuel Hespanha. **Penélope**, Revista de História e Ciências Sociais, nº 1. Lisboa: Quetzal, 1988, pp. 95-110.

CLAVERO SALVADOR, Bartolomé. Catuluña como persona, una prosopopeya jurídica. IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. SÁNCHEZ-LAURO, Sixto (orgs.). **Centralismo y autonomismo en los siglos XVI-XVII**. “Homenaje al profesor Jesús Lalinde Abadía.” Barcelona: Edicions Universitat de Barcelona, 1989, pp. 101-120.

CONDE, Rafael. HERNÁNDEZ, Ana. RIERA, Sebastià. ROVIRA, Manuel. Fonts per a l'estudi de les Corts i els Parlaments de Catalunya. Catàleg dels processos de Corts i Parlaments. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 25-61.

CONTE, Emanuele. Droit médiévale. Un débat historiographique italien. **Annales**. Histoire, Science Sociale, 57^e année, nº 6, EHESS, 2002, pp. 1593-1613.

CORRAO, Pietro. Costruzione di un corpo di fonti per la storia politica siciliana del tardo medioevo: le *Cartas Reales* dell'Archivio della Corona d'Aragona. **Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo**, nº 105, Roma, 2003, pp. 267-303.

CORREDERA GUTIÉRREZ, Eduardo. **Los condes soberanos de Urgel y los premonstratenses**. Barcelona: Balmes, 1964.

CORTESE, Ennio. Nostalgie di romanità: leggi e legislatori nell'alto Medioevo barbarico. **Ideologie e pratiche del reimpiego nell'alto Medioevo** (“Settimane del Centro Italiano di Studi sull'alto Medioevo”). Spoleto, Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, 1999, pp. 485-510.

CORTESE, Ennio. **Le grandi linee della storia giuridica medievale**. Roma: Il Cigno Galileo Galilei, 2000.

COSTA, Pietro. **Civitas: Storia della Cittadinanza in Europa**. Vol. I: dalla Civiltà Comunale al Settecento. Roma: Laterza, 1999.

COSTA, Pietro. ZOLO, Danilo (orgs.). **Estado de Direito**. História, teoria, crítica. Trad. Carlos Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COSTA, Pietro. Diritti. In: FIORAVANTI, Maurizio. **Lo Stato Moderno in Europa**. Istituzioni e Diritto. 7^a edizione. Roma: Laterza, 2007, pp. 38-41.

COSTA, Pietro. **La conoscenza del passato: dilemmi e strumenti della storiografia**. [**O conhecimento do passado: dilemas e instrumentos da historiografia**. Trad. Ricardo Marcelo Fonseca.] Curitiba: Juruá, 2007.

COULON, Damien. **Barcelone et le grand commerce d'Orient au Moyen Âge**. Un siècle de relations avec l'Égypte et la Syrie-Palestine (ca. 1330-ca. 1430). “Bibliothèque de la Casa de

- Velázquez”, vol. 27. Madrid/Barcelona: Casa de Velázquez /Institut Europeu de la Mediterrània, 2004.
- CRABOT, Cécile. Noblesse urbaine et féodalité: les citoyens catalano-aragonais feudataires en Sardaigne (1324-1420). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 32/2, Madrid, 2002, pp. 809-843.
- CRABOT, Cécile. I problemi dell’espansione territoriale catalana nel Mediterrâneo: conquistare un feudo in Sardegna, un bene o un male? L’esempio dei Sentmenat, Signori di Orosei (sec. XIV). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 33/2, Madrid, 2003, pp. 815-848.
- CREIXELL, Joan. FERRÉ, Xavier. Revista *La España Regional*. Un exemple de la historiografia romàntica. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 97-103.
- CRESCENZI, Victor. Diritto comune: analisi di un concetto, struttura di un’esperienza. **El Dret Comú i Catalunya**. Actes del VIII Simposi Internacional (Barcelona, 29-30 de maig de 1998). Barcelona: Fundació Noguera, 1999.
- CRESCENZI, Victor. Su Capograssi: Capograssi e Calasso, un confronto. **Ritorno al diritto**, nº 7, Milano, Franco Angeli ed., 2008.
- CROCE, Benedetto. **Teoria e storia della storiografia**. Bari: Laterza, 1966.
- CUADRADA, Coral. Els greuges del Sagramental en les Corts catalanes (segles XIV-XV). **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 208-216.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- DAILEADER, Philip. Catalonia and the Midi: sixty years of medieval urban history (1946-2006). **Imago Temporis**. Medium Aevum, nº 1, Lleida, 2007, pp. 31-58.
- DEL TREPPO, Mario. **Els mercaders catalans i l’expansió de la Corona catalano-aragonesa al segle XVI**. Trad. Jaume Riera i Sans. Barcelona: Curial, 1976.
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 3^a edição. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- DOMENECH I MONTANER, Luis. **Poblet**. “El arte en España” vol. 12. Barcelona: Ed. H. de J. Thomas, s/d.
- DONATI, Claudio. **L’idea di nobiltà in Italia**. Secoli XIV-XVIII. Roma/Bari: Laterza, 1988.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. Dos Annales à Nova História. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: Edusc, 2003.
- DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Ed. USP, 2007.
- DUBY, Georges. **La Société chevaleresque**. Hommes et structures au Moyen Age. Paris: Flammarion, 1979.
- DUBY, Georges. O Prazer do Historiador. CHANU, Pierre *et alii*. **Ensaio de Ego-História**. Trad. Ana Cristina Cunha. Lisboa: Ed. 70, 1989, pp. 109-137.

DURAN I DUELT, Daniel. De l'autonomia a la integració: la participació siciliana en el comerç oriental als segles XIV i XV. FERRER I MALLOL, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament D'Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 65-99.

DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentation collectives. **L'Année Sociologique**, nº 6, Paris, 1903 [Édition revue et corrigée le 25 septembre 2002 avec la coopération de M. Jean Lassègue du Laboratoire LaTTICE-CNR. Cette édition électronique a été réalisée par Jean-Marie Tremblay], pp. 3-72. [Edição brasileira: Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. Trad. Luiz João Gaio e J. Guinsburg. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2001, pp. 398-455.]

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª edição. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria**: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ECO, Umberto. **Obra aberta**. Trad. Giovanni Cutulo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.

ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**. Introdução à pesquisa semiológica. Trad. Pérola de Carvalho *et alii*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006.

EGEA I FERNANDEZ, Joan. GAY I ESCODA, Josep M. Eficàcia de les normes a la tradició jurídica catalana des de la Baixa Edat Mitjana fins al. Decret de Nova. **Revista Jurídica de Catalunya**, nº 78/3, 1979, pp. 505-586.

EL PAÍS. "El bloque progresista intentó salvar la financiación fijada en el Estatuto". Madrid, domingo, 18 de abril de 2010, pp. 16-17.

EVANGELISTI, Paolo. Credere nel marcato, credere nella *res publica*. La comunità catalano-aragonesa nelle proposte e nell'azione politica di un esponente del francescanesimo mediterraneo: Francesc Eiximenis. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 33/1, Madrid, 2003, pp. 69-117.

EVANGELISTI, Paolo. Mercato e moneta nella costruzione francescana dell'identità politica. Il caso catalano-aragonese. **Reti Medievali**, nº 7, Firenze, 2006/1. Disponível em: <www.retimedievali.it>.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Peles Negras, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FALCON PEREZ, Maria Isabel. Las ciudades medievales aragoneas. **En la España Medieval**, nº 6, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1985, pp. 1159-1200.

FEBRER ROMANGUERA, Manuel V. El parlamentarismo pactista valenciano y su procedimiento foral de reparación de *agravis i contrafurs*. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 34/2, Madrid, 2004, pp. 667-712.

FEENSTRA, Robert. **Le droit savant au Moyen Age et sa vulgarisation**. London: Variorum, 1986.

FELIU I MONFORT, Gaspar. La crisis catalana de la Baja Edad Media: estado de la cuestión. **Hispania**, vol. 64, nº 217, Madrid, 2004, pp. 435-466.

FELIU I MONFORT, Gaspar. Mercaders-banquers barcelonins: l'endeutament de la monarquia i la fallida de la taula de canvi de Pere des Caus i Andreu d'Olivella el 1381. **Quaderns d'Història**, nº 13, Barcelona, 2007, pp. 197-210.

FERNANDES, Fátima Regina. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, nº 25, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 2005, pp. 155-176.

FERNANDES, Fátima Regina. A Monarquia Portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85). FRIGHETTO, Renan. GUIMARÃES, Marcella Lopes (orgs.). **Instituições, Poderes e Jurisdições**. I Seminário Argentina-Brasil-Chile de História Antiga e Medieval. Curitiba: Juruá, 2007, pp. 137-155.

FERNÁNDEZ VILADRICH, Jesús. PELÁEZ, Manuel J. Prólogo. In: VALLS I TABERNER, Ferran. **Los Usatges de Barcelona**: estudios, comentarios y edición bilingüe del texto. Málaga-Barcelona: Universidad de Malaga/Promociones Publicaciones Universitarias, 1984, pp. V-XXXVI.

FERRAN I PLANAS, Elisabet. **El jurista Pere Albert i les Commemoracions**. 2 vols. Tesi Doctoral en Història, Universitat de Barcelona, 2005.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa. La frontera meridional valenciana durant La guerra amb Castella dita dels Dos Peres. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 245-357.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa. Causes i antecedents de la Guerra dels dos Peres. **Boletín de la Sociedade Castellonense de Cultura**, nº 63/4, 1987, pp. 445-508.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa. La guerra d'Arborea alla fine del XIV secolo. MELE, Giampaolo (a cura di). **Giudicato d'Arborea e Marchesato di Oristano**: proiezioni mediterranee e aspetti di storia locale, "Atti del Io Convegno Internazionale di Studi (5-8 dic. 1997)", Oristano, ISTAR, 2000, pp. 535-620.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa. Jurisdicció i control de la navegació a la ribera i mar de Barcelona. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 12, 1999, pp. 113-133.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa. Fruita seca i fruita assecada, una especialitat de l'àrea econòmica catalana-valenciana-balear. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 31/2, Madrid, 2001, pp. 883-943.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa. Les Corts de Catalunya i la creació de la Diputació del General en el Marc de la guerra amb Castella (1359-1369). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 34/2, Madrid, 2004, pp. 875-938.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Trad. César Augusto Mortari. São Paulo: UNESP, 2007.

FICKER, Juilus. **Sobre los Usatges de Barcelona y sus afinidades con las Exceptiones Legum Romanorum**. Trad. J. Rovira Ermengol. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1926 [edição alemã de 1886].

FIORAVANTI, Maurizio. Stato e costituzione. In: **Lo Stato Moderno in Europa**. Istituzioni e Diritto. 7ª edizione. Roma: Laterza, 2007, pp. 3-36.

FITA I COLOMER, Fidel. Principado de Cataluña. Razón de este nombre. **Boletín de la Real Academia de la Historia**, nº 40, Madrid, 1902, pp. 261-269.

FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**. Trad. Fred Bradley. Chicago: University of Chicago Press, 1979. [Edição espanhola: **La génesis y el desarrollo de un hecho científico**. Madrid: Alianza Editorial, 1986]. [Edição original alemã: **Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache: Einführung on die Lehre vom Denkstil und Denkkollektiv**. Switzerland: Benno Schwabe, 1935.]

FONT RIUS, Josep Maria. En torno a la aplicación del derecho visigodo durante la Reconquista: La tutela alto-medieval catalana. **Revista Portuguesa de História**, nº 5, Coimbra, 1951, pp. 361-378.

FONT RIUS, Josep Maria. **Cartas de Población y Franquicia de Cataluña**. Vol. II. Estúdio, apendice al vol. I. Madrid/Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC, 1983.

FONT RIUS, Josep Maria. **Estudis sobre els Drets i Institucions locals en la Catalunya Medieval**. Barcelona: Edicions Universitat Barcelona, 1985.

FONT RIUS, Josep Maria. Don Ramon de Abadal y la Historia del Derecho. **Historia, instituciones, documentos**, Universidad de Sevilla, nº 14, 1987, pp. 7-12.

FOREY, Alan. The Crown of Aragon. JONES, Michael (ed.). **The New Cambridge Medieval History**. Vol. VI, c.1300-c.1415. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FREEDMAN, Paul H. Military and Peasant Servitude in Catalonia: Twelfth and Thirteenth Centuries. **Hispanic American Historical Review**, nº 65/1, Duke University Press, 1985, pp. 91-110.

FREEDMAN, Paul H. **The Origins of Peasant Servitude in Medieval Catalonia**. Cambridge Iberian and Latin American Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

FREEDMAN, Paul H. SPIEGEL, Gabrielle M. Medievalisms Old and New: The Rediscovery of Alterity in North American Medieval Studies. **American Historical Review**, nº 103, 1998, pp. 677-704.

FRANTZEN, Allen J. **Speaking two Languages. Traditional Disciplines and Contemporary Theory in Medieval Studies**. Albany, NY: SUNY Press, 1991.

- FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Vol. 18 (1930-1936). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. [**Gesammelte Werke**, 1940-1952.]
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. 8ª edição. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª edição, 2ª reimpressão. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado *et alii*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
- FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Trad. Fátima Martins Pereira. Lisboa: Ed. 70, 1987.
- GALLINARI, Luciano. Una società senza cavalleria? Il Giudicato di Arborea e la Corona di Aragona tra XIV e XV secolo. **Anuario de Estudios Medievales**, nº33/2, Madrid, 2003, pp. 849-879.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª edição. Trad. Heloísa Pezza Cintrão *et alii*. São Paulo: Ed. USP, 2008.
- GARCÍA-GALLO, Alfonso. Historia, Derecho e Historia del Derecho. Consideraciones en torno a la Escuela de Hinojosa. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 23, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1953, pp. 5-36.
- GARCÍA-GALLO, Alfonso. La historiografía jurídica contemporánea. Observaciones en torno a la “Deutsche Rechtsgeschichte” de Planitz. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 76, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1958, pp. 5-34.
- GARCÍA LÓPEZ, Yolanda. La tradición del Liber Iudiciorum: una revisión. **De la Antigüedad al Medioevo**, siglos IV-VIII. III Congresso de Estudios Medievales, Fundación Sánchez-Albornoz, 1993, pp. 383-415.
- GARCÍA TORAÑO, Paulino. **El Rey don Pedro el Cruel y su mundo**. Madrid: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 1996.
- GARDNER, Patrick. **Teorias da história**. Trad. Vitor Matos e Sá. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2004.
- GAUVARD, Claude. Violência. In: LE GOFF, Jacques. SCHIMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 volumes. Trad. do verbete por Daniel Valle Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp. 605-613.
- GAY I ESCODA, Josep Maria. La creació del dret a Corts i el seu control institucional de la seva observança. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d’Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 86-96.
- GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media**. Siglos XI-XIV. Trad. María José García Vera. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- GERGEN, Thomas. The Peace of God and its legal practice in the Eleventh Century. **Cuadernos de Historia del Derecho**, nº 9, Universidad Complutense de Madrid, 2002, pp. 11-27.
- GIERKE, Otto. **Political theories of the Middle Age**. Trad. Frederic W. Maitland. Boston: Beacon Paperback, 1958.

- GILBERT, Rafael. **Elementos formativos del derecho en Europa**: germanico, romano, canonico. Madrid: Manuel Horta, 1982.
- GILBERT, Rafael. La historia del derecho como historia de los libros jurídicos. SALVADOR CODERCH, Pablo. CERDÁ RUIZ-FUNES, Joaquín (coords.). **I Seminário de Historia del Derecho y Derecho Privado**: nuevas técnicas de investigación (1982), Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona-Bellaterra, 1985, pp. 61-92.
- GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Trad. A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. 4ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- GIUNTA, Francesco. La politica mediterranea di Pietro il Cerimonioso. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 59-76.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª edição. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GONTIER, Thierry. Corps mystique et société politique chez Eric Voegelin. **Noesis**, nº12, 2007. Disponível: <<http://noesis.revues.org/index1313.html>>.
- GONZÁLEZ ANTÓN, Luis. **Las Uniones aragonesas y las Cortes del Reino**. (1283-1301). 2 vols. Zaragoza: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1975.
- GONZÁLEZ ALONSO, Benjamin. Algunas consideraciones sobre la historia del derecho español. **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, Università degli Studi di Firenze, nº 10, Ed. Giuffrè, 1981, pp. 361-382.
- GONZALVO I BOU, Gener. Les assemblees de Pau i Treva i l'origen de la Cort General de Catalunya. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 71-78.
- GONZALVO I BOU, Gener. La Pau i Treva a Catalunya. In: **Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)**. Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1994.
- GOUREVITCH, Aaron J. **Les categories de la culture médiévale**. Trad. Hélène Courtin et Nina Godneff. Paris: Gallimard, 1983.
- GOURON, André. Sur la compilation des Usages de Barcelone au douzième siècle. **El Dret Comú i Catalunya**. Actes del VIII Simposi Internacional (Barcelona, 29-30 de maig de 1998). Barcelona: Fundació Noguera, 1999, pp. 219-236.
- GOYARD-FABRE, Simone. **Os fundamentos da ordem jurídica**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GREIMAS, Algirdas Julius. COURTÈS, Joseph. (org.) **Semiotics and Language**: An Analytical Dictionary. Bloomington: Indiana University Press, 1982.
- GROSSI, Paolo. Unità giuridica europea: un medioevo prossimo futuro. **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, Università degli Studi di Firenze, nº 31, Ed. Giuffrè, 2003, pp. 39-60.
- GROSSI, Paolo. **L'ordine giuridico medievale**. 12ª edizione. Roma/Bari: Laterza, 2006.
- GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2ª edição. Trad. Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

- GROSSI, Paolo. *Usi Civici: una storia vivente. Usicivici*, Archivio Scialoja-Bolla, Annali di studi sulla proprietà collettiva, n° 1, Ed. Griffrè, 2008.
- GUILLERÉ, Christian. La fiscalité d'une ville catalane à travers la correspondance royale (XIII^e-XV^e siècles): L'exemple géronais. MENJOT, Denis. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (dirs.). **Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales**. Madrid: Casa de Velásquez, 2006, pp. 317-333.
- GUINOT RODRÍGUEZ, Enric. El señorío de la Vall de Perputxent (siglos XIII-XIV). **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, n° 4-5, 1986, pp. 99-118.
- GUINOT RODRÍGUEZ, Enric. La creació de les senyories en una societat feudal de frontera: el regne de València (segles XIII-XIV). **Revista d'Història Medieval**, n° 8, 1997, pp. 79-108.
- GUINOT RODRÍGUEZ, Enric. Fronteras exteriores e interiores en la creación de un reino medieval: València en el siglo XIII. **Studia Historica**, Historia medieval, "Ejemplar dedicado a: Fronteras y límites interiores", Ediciones Universidad de Salamanca, n° 24, 2006, pp. 127-153.
- GUINOT RODRÍGUEZ, Enric. The expansion of a European feudal monarchy during the 13th Century: the Catalan-Aragonese Crown and the consequences of the conquest of the kingdoms of Majorca and Valencia. **Catalan Historical Review**, Institut d'Estudis Catalans, n° 2, Barcelona, 2009, pp. 33-47.
- HERNÁNDEZ CALLEJA, Ana. Tipología de los procesos de Cortes. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 62-70.
- HESPAÑA, António Manuel. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um Milénio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005 (reimpressão 2009).
- HESPAÑA, António Manuel. **Imbecilias**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. Curso ministrado na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <www.fdu.br/docentes_docs/ma/...>.
- HESPAÑA, António Manuel. **Hércules Confundido**. Sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português. Curitiba: Juruá, 2009.
- HIREL-WOUTS, Sophie. Le Justicia dans quelques chroniques de la Couronne d'Aragon. HEUSCH, Carlos. MARTIN, Georges (dirs.). **Cahiers d'études hispaniques médiévales**, n° 29, Lyon, ENS Éditions, 2006, pp. 277-300.
- HIREL-WOUTS, Sophie. Recherches sur l'historiographie de la couronne d'Aragon. "Les origines du royaume d'Aragon dans l'historiographie de l'Est péninsulaire (1369-1499)". **e-Spania**, n° 2, Chronica regum castellae, décembre 2006, mis en ligne le 31 mars 2008. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/document268.html>>, consulta 28 de setembro de 2008.
- IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. El Derecho Municipal, Derecho Señorial, Derecho Régio. **Historia, instituciones, documentos**, Universidad de Sevilla, n° 4, 1977, pp. 115-198.
- IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. El cartulario de Sant Cugat del Vallés: del "Liber Iudiciorum" al "Corpus Iuris Civiles". SALVADOR CODERCH, Pablo. CERDÁ RUIZ-FUNES, Joaquín (coords.). **I Seminário de História del Derecho y Derecho Privado: nuevas técnicas de investigación** (1982), Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona-Bellaterra, 1985.

IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. La recepción del derecho común: estado de la cuestión e hipótesis de trabajo. **El Dret Comú i Catalunya**, Actes del II Simposi Internacional (Barcelona, 31 de maig-1 juny de 1991). Barcelona: Fundació Noguera, 1992.

IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. Ley y costumbre en la Cataluña altomedieval. **El Dret Comú i Catalunya**, Actes del V Simposi Internacional. Barcelona: Fundació Noguera, 1996.

IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *Ius commune*: un interrogante y un adiós. **El Dret Comú i Catalunya**, Actes del VIII Simposi Internacional (Barcelona, 29-30 de maig de 1998). Barcelona: Fundació Noguera, 1999.

IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. *De Usaticis Quomodo Inventi Fuerunt*. **Initium**. Revista Catalana d'Història del Dret, nº 6, Associació Catalana d'Història del Dret "Jaume de Montjuïc", Barcelona, 2001, pp. 25-212.

IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. Las Cortes de Barcelona de 1412-1413 y la recompilación del Derecho Catalán: trabajos preparatorios. **Historia, instituciones, documentos**, Universidad de Sevilla, nº 30, 2003, pp. 213-256.

IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. Carta del Director; Comentarios a unos cuadros sinópticos de los *Usatici Barcinone*; Ramon d'Abadal i de Venyals, *L'Abat Oliba, bisbe de Vic*, i la seva època. **Initium**. Revista Catalana d'Història del Dret, nº 13, Associació Catalana d'Història del Dret "Jaume de Montjuïc", Barcelona, 2008, pp. V-XXX e 55-191 e 917-957.

IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. **Cataluña Medieval**. 2 vols. Barcelona: Associació Catalana d'Història del Dret "Jaume de Montjuïc", 2008.

IGLESIAS, Juan. Defensa de los estudios romanísticos. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 50, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1980, pp. 353-359.

IRADIEL MURRUGARREN, Francisco Paulino. La crisis bajomedieval, un tiempo de conflictos. IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.). **XIV Semana de Estudios Medievales**, Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV. Nájera: Instituto de Estudios de la Rioja, 2004, pp. 13-48.

KAGAY, Donald J. Introduction. In: **The Usatges of Barcelona: The Fundamental Law of Catalonia**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Pro patria mori* in Medieval Political Thought. **American Historical Review**, nº 56, New York, 1951, pp. 472-492.

KANTOROWICZ, Ernst H. Segretos de Estado. (Un concepto absolutista y sus tardíos orígenes medievales.) Trad. L. Rodríguez Aranda. **Revista de Estudios Políticos**, nº 104, Madrid, 1959, pp. 37-70 [Original inglês: **The Harvard Theological Review**, nº 48, 1955, pp. 65-91].

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. [1ª edição em inglês de 1957.]

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- KOSTO, Adam J. **Making agreements in medieval Catalonia** – Power, order, and the written word. 1000-1200. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- KRYNEN, Jacques. Entre science juridique et dirigisme: le glas médiéval de la coutume. **Cahiers de Recherches Médiévales**, nº 7, 2000. Disponível em: <<http://crm.revues.org/>>
- KUHN, Thomas S. **O caminho desde A Estrutura**: ensaios filosóficos, 1970-1993. Trad. Cesar Mortari. São Paulo: UNESP, 2006.
- LADERO QUESADA, Miguel Angel. El ejercicio del poder real en la Corona de Aragón: instrumentos de gobierno (siglos XIV y XV). **En la España Medieval**, nº 17, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1994, pp. 31-93.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel. Las ordenanzas locales. Siglos XIII-XVII. **En la España Medieval**, nº 21, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1998, pp. 293-337.
- LAINÉ, Françoise. L'image du roi dans le ms. Espagnol 99 de la BNF (c.1350-1360). **e-Spania**, nº 3, Image du pouvoir, juin 2007, mis en ligne le 2 février 2008. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/document164.html>>, consultado em 28 de setembro de 2008.
- LAINÉ, Françoise. Des *Leges Palatine* aux *Ordinacions* de Pierre IV. Un modèle dérobé. FOURNÈS, Ghislaine (org.). **Constitution, circulation et dépassement de modèles politiques et culturels en péninsule Ibérique**. Collection de la Maison des Pays Ibériques. Bourdeaux: Presses Universitaires de Bourdeaux, 2009, pp. 17-55.
- LALINDE ABADÍA, Jesús. Las instituciones catalanas en el siglo XIV (panorama historiográfico). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 7, Madrid, 1970-71, pp. 623-32.
- LALINDE ABADÍA, Jesús. **Iniciación Histórica al Derecho Español**. Barcelona: Ed. Ariel, 1989.
- LALINDE ABADÍA, Jesús. España y la Monarquía Universal (en torno al concepto de “Estado moderno”). **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, Università degli Studi di Firenze, nº 5, Ed. Giuffrè, 1986, pp. 109-166.
- LALINDE ABADÍA, Jesús. Las Asembleas políticas estamentales de la Europa latina. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 261-269.
- LALINDE ABADÍA, Jesús. Las cortes y parlamentos en los reinos y tierras del rey de Aragón. **Aragón: historia y cortes de un reino**. (Palacio de la Aljafería, 23 abril-23 junio 1991). Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza, 1991.
- LAMBERTINI, Roberto. Governo ideale e riflessione politica del frati mendicante nella prima metà del Trecento. In: **Etica e politica: le teorie dei frati mendicante nel due e trecento**. “Atti del XXVI Convegno Internazionale, Assisi 15-17 ottobre 1998”, Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, Spoleto, 1999, pp. 231-277.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. **A Esperança de Pandora**. Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru: Ed. Universidade do Sagrado Coração, 2001.

- LATOUR, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Trad. Sandra Moreira. Bauru: Ed. Universidade do Sagrado Coração, 2002.
- LATOUR, Bruno. Se fálássemos um pouco de política? **Política & Sociedade**, Revista de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, nº 4/1, Florianópolis, 2004, pp. 11-40.
- LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de retórica literária**. 3ª edição. Trad. R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1982.
- LE GOFF, Jacques. Histoire Medievale et Histoire du Droit: um dialogue difficile. GROSSI, Paolo (org.). **Storia sociale e dimensioni giuridica**: strumenti d'indagine e ipotesi di lavoro. (Atti dell'Incontro di Studio. Firenze, 26/27 aprile 1985). Milano: Ed. Giuffrè, 1986, pp. 23-63.
- LE GOFF, Jacques. O desejo pela história. In: CHANU, Pierre *et. alii*. **Ensaio de Ego-História**. Trad. de Ana Cristina Cunha. Lisboa: Ed. 70, 1989, pp. 171-235.
- LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Trad. António José Pinto Ribeiro. Lisboa: Ed. 70, 1990, pp. 215-236.
- LE GOFF, Jacques (org.). **A nova história**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LEBRUN, Gérard. **A filosofia e sua história**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura *et alii*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- LEGENDRE, Pierre. **La Pénétration du droit romain dans le droit canonique classique, de Gratien à Innocent IV (1140-1254)**. Paris: Thèse, 1964.
- LEGENDRE, Pierre. **O Amor do Censor**. Ensaio sobre a ordem dogmática. Trad. Aluísio Pereira de Menezes *et alli*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Colégio Freudiano, 1983. [Original francês: **L'Amour du Censeur**. Paris: Seuil, 1974.]
- LEGENDRE, Pierre. **De la Société comme Texte**. Linéaments d'une anthropologie dogmatique. Paris: Fayard, 2001.
- LEGENDRE, Pierre. **Sur la question dogmatique en Occident**. Aspects théoriques. Paris: Fayard, 1999.
- LEIRIS, Michel. **A idade viril**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- LEIRIS, Michel. **A África fantasma**. Trad. André P. Pacheco. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- LEROY, Béatrice. **La Navarre au Moyen Age**. Paris: Albin Michel, 1984.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **De perto e de longe**. Claude Lévi-Strauss, Didier Eribon. Trad. Léa Mello e Julieta Leite. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997 (2006).

LLOMBART HUESCA, Maria. Mytos y construcción identitaria en el exilio: Un ejemplo: los catalanes en Francia (1939-1959). PETRICH, Perla. PREMAT, Julio. LLOMBART HUESCA, Maria (orgs.). **Les sujets contemporains et leurs mythes en Espagne et en Amérique latine**. Alacant, Université Paris 8, Universitat d'Alacant, "Grup d'Estudis transversals: literatura i altres arts en les cultures mediterrànies". Paris: Université de Paris 8, Vincenne-Saint-Denis, pp. 1-14. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/>>

LLORENS I CISTERÓ, Josep Maria. Entre la cerimònia i la gentilesa (Comentaris històrico-musicals). **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 161-176.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **As palavras e a Lei**: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno. São Paulo: Ed. 34/Edesp FGV, 2004.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Trad. Wanda N. C. Brant e Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUBAC, Henri. **Corpus Mysticum**. L'Eucharistie et l'Eglise au Moyen Âge. Serie *Théologie* 3. Paris: Éd. Aubier-Montaigne, 1948.

LYOTARD, Jean-François. **La Condition Postmoderne**. Rapport sur le savoir. Paris: Minuit, 1979.

MACKAY, Angus. La semiología y los ritos de violencia: sociedad y poder en la corona de Castilla. **En la España Medieval**, nº 11, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1988, pp. 153-165.

MADDEN, Marie Regina. **Political Theory and Law in Medieval Spain**. New Jersey: The Lawbook Exchange, 2005.

MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos? E o ser histórico, como fica? **Anais do XIX Encontro Regional de História**, "Poder, Violência e Exclusão", ANPUH/SP, Universidade de São Paulo, 2008.

MAITLAND, Frederic W. Moral Personality and Legal Personality. In: **Selected Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1936.

MAITLAND, Frederic W. **Selected historical essays of F.W. Maitland**. CAM, Helen M. (chosen and intr.). Cambridge: Cambridge University Press, 1957.

MALBERG, Carré. **Teoria general del Estado**. México: Facultad de Derecho, UNAM/ Fondo de Cultura Económica, 2001.

MANCONI, Francesco. Les relacions econòmiques i socials de Catalunya amb Sardenya entre l'edat mitjana i l'edat moderna. **Revista de l'Alguer**. "Periòdic de Cultura dels Països Catalans", nº 1, desembre, 1990, pp. 73-95.

MANN, Thomas. **A Montanha Mágica**. Trad. Herbert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MANNO, Giuseppe. Libro ottavo. **Storia di Sardegna**. Vol. II. MATTONE, Antonello (a cura di). "Bibliotheca Sarda" 5. Nuoro: Ilisso edizioni, 1996 [edição original italiana de 1825-1827].

- MARAVALL I CASESNOVES, José Antonio. **Los fundamentos del Derecho y del Estado**. Madrid: Editorial Revista del Derecho Privado, 1958.
- MARAVALL I CASESNOVES, José Antonio. **Las Comunidades de Castilla**. Una primera revolución moderna. 2ª edición. Madrid: Revista de Occidente, 1970.
- MARAVALL I CASESNOVES, José Antonio. **Estado Moderno y Mentalidad Social**. Madrid: Alianza, 1986.
- MARTÍ I SENTANES, Esther. El síndic municipal a Corts a la Corona d'Aragó, durant el regnat d'Alfons el Magnànim: el cas de Lleida. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 34/2, Madrid, 2004, pp. 831-873.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Oficio de cartógrafo**. Travessias latinoamericanas de la comunicación en la cultura. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- MARTÍN I FÀBREGA, M. Rosa. Marques i represàlies a la Corona d'Aragó a l'etapa final del regnat de Pere el Cerimoniós (1373-1386). **Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics**, nº 14, Barcelona, 2003, pp. 179-188.
- MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. **Economía y sociedad en los reinos hispanicos de la Edad Media**. 2 vols. Barcelona: Ed. El Albir, 1983.
- MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. Las Cortes de Pedro el Cerimonioso. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 99-111.
- MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. La actividad de las Cortes Catalanas en el siglo XIV. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 146-151.
- MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. **Historia de la Corona de Aragón**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2002.
- MATTOSO, José. **Ricos-homens, infanções e cavaleiros**: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
- MATTOSO, José. **Fragmentos de uma Composição Medieval**. Lisboa: Ed. Estampa, (1987) 1993.
- MAUSS, Marcel. HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2005 [1ª edição francesa: **Essai sur la nature et la fonction du sacrifice**, 1899].
- MELONI, Giuseppe. **Mediterraneo e Sardegna nel Basso Medioevo**. Pisa: Consiglio nazionale, Istituto sui Rapporti Italo-iberici, 1988.
- MELONI, Maria Giuseppina. Ufficiali della Corona d'Aragona in Corsica (secoli XIV-XV). FERRER I MALLOL, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament D'Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 167-184.
- MILLET, Hélène. Le Grand Schisme d'Occident (1378-1417). "Le Midi et le Grand Schisme d'Occident." **Cahiers de Fanjeaux**, nº 39, 2004, pp. 21-37.
- MINOIS, Georges. **La Guerre de Cent Ans**. Naissance de deux nations. Paris: Perrin, 2008.

- MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. **La España Medieval: sociedades, estados, culturas**. Madrid: Istmo, 1979.
- MOLINÉ BRASÉS, Ernest. Introducció. In: **Los costums marítimes de Barcelona universalment conegudes per Llibre del Consolat del Mar**. Barcelona: Estampa d'Henrich y C^a, 1914, pp. VII-XXII.
- MONTAGUT I ESTRANGUÉS, Tomàs de. **El Mestre Racional a la Corona d'Aragó (1283-1419)**. Vol. I. Barcelona: Fundació Noguera, 1987.
- MONTOLIU, Manuel de. **Les Quatre Grans Cròniques**. Barcelona: Editorial Alpha, 1959.
- MONATANOS FERRÍN, Emma. La herencia de Francesco Calasso: actualidad de una perspectiva innovadora. Consideraciones para un perfil de historia de la historiografía europea. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 77, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 2007, pp. 469-479.
- MOR, Carlo Guido. En torno a la formación del texto de los "Usatici Barchinonae". **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 27-28, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1957-1958, pp. 413-459.
- MORELLÓ BAGET, Jordi. Mallorca i la seva dependència financera del Principat (segles XIV-XV): estudi dels censalistes catalanes. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 33/1, Madrid, 2003, pp. 119-169.
- MORELLÓ BAGET, Jordi. Las villas del Camp de Tarragona ante la presión fiscal de la Corona durante la Baja Edad Media. MENJOT, Denis. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (dirs.). **Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales**. Madrid: Casa de Velásquez, 2006, pp. 357-376.
- MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. **Hispania**, Cuadernos de Historia, nº 3, Madrid, Instituto Jerónimo Zurita, 1969.
- MUSIL, Robert. **O homem sem qualidades**. Trad. Lya Luft e Carlos Abbenseth. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- MUTGÉ I VIVES, Josefina. L'abastament de blat a la ciutat de Barcelona en temps d'Alfons el Benigne (1327-1336). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 31/2, Madrid, 2001, pp. 649-691.
- MUTGÉ I VIVES, Josefina. Alfons el Benigne i el govern municipal de Barcelona: aspectes concrets. **Quaderns d'Història**, Barcelona, nº 4, 2001, pp. 146-154.
- MUTGÉ I VIVES, Josefina. La inseguretat en el Mediterrani Occidental. Acord entre el rei catalanoaragonès Pere el Cerimoniós i el francès Joan II de Valois para la solució de les marques existents entre ambdós regnes (1351). FERRER I MALLOL, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament D'Estudis Medievales. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 185-204.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos: ou, Como se filosofa com o martelo**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NIETO, Alejandro. **Estudios históricos sobre Administración y Derecho Administrativo**. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 1986.

O'CALLAGHAN, Joseph F. Sobre la promulgación del Especulo y del Fuero Real. **Cuadernos de Historia de España**, “Estúdios en Homenaje a Don Claudio Sánchez Albornoz en sus 90 años”, Instituto de Historia de España, Buenos Aires, 1985, pp. 167-179.

OBARRIO MORENO, Juan Alfredo. El derecho romano como *ratio scripta* en la Corona de Aragón. Un supuesto práctico: la prueba testifical en la posesión inmemorial. **Anuario da Facultade de Dereito da Universidade da Coruña**, nº 6, 2002, pp. 531-552.

OLEART I PIQUET, Oriol. Organització i atribucions de la Cort General. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 15-24.

OLDENBOURG, Zoé. **Massacre at Montségur**. A History of the Albigensian Crusade. Trad. Peter Green. London: Phoenix Giant, 1998 [edição francesa de 1959].

OLIVA, Anna Maria. Il consiglio regio nel regno di Sardegna. Prime ricerche. FERRER I MALLOL, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament D'Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 205-238.

ORSI LÁZARO, Mario. Estrategia, operaciones y logística en un conflicto mediterráneo. La revuelta del juez de Arborea y la “armada e viatge” de Pedro el Ceremonioso a Cerdeña (1353-1354). **Anuario de Estudios Medievales**, nº 38/2, Madrid, 2008, pp. 921-968.

ORTI GOST, Pere. La primera articulació del estado feudal en Catalunya a través de un impuesto: el bovaje (ss. XII-XIII). **Hispania**, vol. 61/3, nº 209, Madrid, 2001, pp. 967-998.

ORTI GOST, Pere. Les alienacions del patrimoni reial i el finançament de la conquesta de Sardenya de 1232-1324. FERRER I MALLOL, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**. Institució Milà i Fontanals, Departament D'Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 239-273.

ORTI GOST, Pere. La distribución de la carga fiscal entre las ciudades y villas de realengo en la Cataluña del siglo XIV. MENJOT, Denis. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (dirs.). **Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales**. Madrid: Casa de Velásquez, 2006, pp. 275-316.

OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom *et alii* (orgs.) **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Trad. Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PACHECO CAVALLERO, Francisco Luis. Derecho valenciano, derecho catalán y recepción del derecho común: reflexiones en torno a la institución de las servidumbres. **Historia, instituciones, documentos**, nº 22, Universidad de Sevilla, 1995, pp. 371-430.

PACHECO CAVALLERO, Francisco Luis. “Non obstante”. “Ex certa scientia”. “Ex plenitudine potestatis”. Los reyes de la Corona de Aragón y el principio “princeps a legibus solutus est”. **El Dret Comú i Catalunya**. Actes del VII Simposi Internacional (Barcelona, 23-24 de maig de 1997). Barcelona: Fundació Noguera, 1998, pp. 91-127.

PACHECO CAVALLERO, Francisco Luis. El Usatge “*Princeps Namque*”: las cortes y los juristas. **Initium**. Revista Catalana d'Història del Dret, nº 10, Associació Catalana d'Història del Dret “Jaume de Montjuïc”, Barcelona, 2005, pp. 225-246.

PALOMO, Federico. "Disciplina christiana". Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna. **Cuadernos de Historia Moderna**, nº 18, Universidad Complutense de Madrid, 1997, pp. 191-136.

PASCUAL MARTINEZ, Lope. Los oficios en la Corte de Pedro III de Aragón (1276-1285). **XI Congresso di Storia della Corona d'Aragona (Palermo-Trapani-Erici, 1982)**, vol. IV, Academia di Scienze, Lettere e Arti, Palermo, 1984.

PÉPIN, Jean. Sant'Agostino e la patristica occidentale. CHÂTELET, François. **La Filosofia Medievale**. Dal I al XV secolo. 2ª edizione. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 2006, pp. 47-62.

PÉQUIGNOT, Stéphane. Pouvoir royal et sociétés dans la couronne d'Aragon. Un essai de lectura historiographique (1900-2006). **En la España Medieval**, nº 30, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 2007, pp. 381-482.

PÉQUIGNOT, Stéphane. Introduction. La parole des rois à la fin du Moyen Âge : les voies d'une enquête. **e-Spania**, nº 4, La parole des rois – Pratiques politiques, décembre 2007, mis en ligne le 26 janvier 2008. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/document1233.html>>, consultado em 28 de setembro de 2008.

PÉREZ MARTIN, Antonio. Los colegios de doctores de Bolonia y su relación con España. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 48, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1978, pp. 5-90.

PFUETZENREITER, Maria Regina. Epistemologia de Ludwik Fleck como referencial para a pesquisa nas ciências aplicadas. **Episteme**, Porto Alegre, nº 16/1, 2003, pp. 111-135.

PIÑA I HOMS, Romà. Els antics Consells Generals de les Balears: organització i evolució. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 290-295.

POCOCK, John G. A. Virtudes, Direitos e Maneiras. Um Modelo para Historiadores do Pensamento Político. In: **Linguagens do ideário político**. Org. Sergio Miceli. Trad. Fábio Fernandes. São Paulo: Ed. USP, 2003. [Original inglês: **Virtue, Commerce, and History**. Cambridge: Cambridge Press University, 1995, pp. 37-50.]

PONS I GURI, Josep Maria. Aspectes judicials de la Cort General a l'època medieval. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 142-145.

PONS I GURI, Josep Maria. **Recull d'estudis d'història jurídica catalana**. Vol. IV. "Textos i Documentos", nº 38. Barcelona: Fundació Noguera, 2006.

POPPER, Karl R. **A Lógica da Investigação Científica**. [Textos de Karl R. Popper, ed. abreviada.] Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

POPPER, Karl R. **Conhecimento Objetivo**. Trad. Milton Amado, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994.

PRODI, Paolo. **Il sacramento del potere**. Il giuramento politico nella storia costituzionale dell'Occidente. Bologna: Il Mulino, 1992.

- PRODI, Paolo. **Uma história da Justiça**: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PUIGARNAU, Alfons. Iconologia política en la Cataluña medieval. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 32/1, Madrid, 2002, pp. 75-89.
- PUYOL MONTERO, José María. Un balance de 25 años de historiografía histórico-jurídica en España (1973-1998). **Cuadernos de Historia del Derecho**, nº 5, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 2002, pp. 283-409.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain Françoise *et alii*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. 5ª edição. Trad. Hilton Japiassu. Petrópolis: Vozes, 2008.
- RIU I RIU, Manuel. L'arquitectura militar i l'urbanisme a l'època de Pere el Cerimoniós, 1336-1387. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 193-202.
- ROMAGNOLI, Daniela. Cortesia nella città: un modello complesso. Note sull'etica medievale delle buone maniere. **La città e la corte**. Buone e cattive maniere tra Medioevo ed Età Moderna. Milano: Guerini, 1991, pp. 21-70.
- ROMANO, David. Els jueus en temps de Pere el Cerimoniós (1336-1387). **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 113-131.
- ROMANO, Santi. **O ordenamento jurídico**: a construção da justiça administrativa. Trad. Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.
- RUBIO VELA, Agustín. **Epistolari de la València medieval**. Vol. I. "Biblioteca Sanchis Guarner." Barcelona/València: Publicacions Abadia de Montserrat, 2003.
- RUIZ, Teofilo F. Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 39^e année, vol. 3, EHESS, 1984, pp. 429-453.
- RUNCIMAN, Steven. **Visperas Sicilianas**. Una historia del mundo mediterráneo a finales del siglo XIII. Trad. Alicia Bleiberg. Madrid: Alianza, 1970.
- RUSSELL, Peter. **A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos**. Trad. Maria Ramos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000. [1ª edição inglesa de 1950.]
- SABATÉ I CURULL, Flocel. El Veguer de Catalunya. Anàlisi del funcionament de la jurisdicció reial al segle XIV. **Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics**, nº 6, Barcelona, 1995, pp. 147-159.
- SABATÉ I CURULL, Flocel. Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 25/2, Barcelona, 1995, pp. 617-646.
- SABATÉ I CURULL, Flocel. Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña. **Revista d'Història Medieval**, nº 9, Valencia, 1998, pp. 127-149.

SABATÉ I CURULL, Flocel. Orden y desorden: La violencia en la cotidianidad bajomedieval catalana. **Aragón en la Edad Media**, “Homenaje a la professora Camen Orcástegui Gros”, Universidad de Zaragoza, nº 14-15, II, 1999, pp. 1389-1408.

SABATÉ I CURULL, Flocel. La governació al Principat de Catalunya i als comtats de Rosselló i Cerdanya. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 12, 1999, pp. 21-62.

SABATÉ I CURULL, Flocel. Municipio y monarquía en la Cataluña bajomedieval. **Anales de la Universidad de Alicante**, Historia Medieval, nº 13, 2000-2002, pp. 255-282.

SABATÉ I CURULL, Flocel. El Cort a Catalunya. **Acta historica et archaeologica mediaevalia**, “Homenatge al Dr. Manuel Riu i Riu”, Universitat de Barcelona, nº 22, II, 2001, pp. 351-372.

SABATÉ I CURULL, Flocel. Corona de Aragón. In: PORRAS ARBOLEDAS, Pedro Andrés. RAMÍREZ VAQUERO, Eloisa. SABATÉ I CURULL, Flocel. **La época medieval**: administración y gobierno. Madrid: Istmo, 2003.

SABATÉ, I CURULL, Flocel. Las tierras nuevas en los condados del nordeste peninsular. **Studia historica**, Historia medieval “Ejemplar dedicado a Fronteras y límites interiores”, nº 23. Ediciones Universidad de Salamanca, 2005, pp. 139-170.

SABATÉ I CURULL, Flocel. Catalunya Medieval. In: BALCELLS, Albert (org.). **Història de Catalunya**. L'Esfera dels Llibres, 2006.

SABATÉ I CURULL, Flocel. El somatén en la Cataluña Medieval. **Clío & Crímen**: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 3, 2006, pp. 209-304.

SABATÉ I CURULL, Flocel. **La feudalización de la sociedad catalana**. Trad. Mais Carnicé. Granada: Universidad de Granada, 2007.

SABATÉ I CURULL, Flocel. La pena de muerte en la Cataluña bajomedieval. **Clío & Crímen**: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, nº 4, 2007, pp. 117-276.

SABATÉ I CURULL, Flocel. Frontera peninsular e identidad (siglos IX-XII). In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban (coord.). **Las Cinco Villas aragonesas en la Europa de los siglos XII y XIII**: de la frontera natural a las fronteras políticas y socioeconómicas (foralidad y municipalidad). Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2007, pp. 47-94.

SABATÉ I CURULL, Flocel. Conflictes agraris i guerra civil a la Catalunya baixmedieval. Realitat i ficció historiogràfica. **Miscel·lània Ernest Lluch i Martín**. Vol. II. Barcelona: Fundació Ernest Lluch, 2007, pp. 395-408.

SABATÉ I CURULL, Flocel. La civiltà comunale del medioevo nella historiografia spagnola: affinità e divergenze. **I convegno internazionale di studi. La civiltà comunale italiana nella storiografia internazionale** (Pistoia, 2005). Centro di studi sulla civiltà comunale, Pistoia-Firenze, 2008, pp. 117-162.

SABATÉ I CURULL, Flocel. Oligarchies and Social Fractures in the Cities of Late Medieval Catalonia. ASENJO-GONZÁLEZ, María (ed.). **Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society**. Studies in European Urban History. Turnhout: Brepols, 2009, pp. 1-27.

SABATÉ I CURULL, Flocel. FARRÉ, Joan (dirs.). **El temps i l'espai i del feudalisme**. Lleida: Pagès editors, 2004.

SADY, Wojciech. Ludwik Fleck: Thought collectives and Thought styles. **Poznan Studies in the Philosophy of the Sciences and the Humanities**, 2001, vol. 74, pp. 197-205. Disponible em: <<http://fleck.umcs.lublin.pl/teksty.sady.introduction.htm>>.

SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SÁIZ SERRANO, Jorge. **Guerra y nobleza en la corona de Aragón**. La caballería en los ejércitos del rey (siglos XIV-XV). Tesis doctoral dirigida por Dr. Antoni Furió Diego. Universitat de València, 2003.

SÁNCHEZ, Galo. Sobre el Ordenamiento de Alcalá (1348) y sus fuentes. **Revista de Derecho Privado**, nº 10, Madrid, 1922, pp. 353-368.

SÁNCHEZ, Galo. Para la historia de la redacción del antiguo derecho territorial castellano. **Anuario de Historia del Derecho Español**, nº 5, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, CSIC, Madrid, 1929, pp. 260-328.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. Las relaciones de la Corona de Aragón con los Países musulmanes en la época de Pedro el Cerimonioso. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 77- 97.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. GASSIOT PINTORI, Silvia. La *Cort General* de Barcelona (1340) y la contribución catalana a la guerra del Estrecho. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 222-240.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. **El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)**. Trad. Marita Viscarro. Barcelona: Eumo Editorial/Universitat de Girona/ Estudis Universitaris de Vic, 1995.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. La Presión Fiscal en un Año Difícil. Cataluña, a mediados de 1374-miados de 1375. **Mayurqa**, nº 27, Revista del Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts, Universitat de les illes Balears, 2001, pp. 85-104.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. La convocatòria del *usatge Princeps namque* en 1368 y sus repercusiones en la ciudad de Barcelona. **Quaderns d'Història**, nº 4, Barcelona, 2001, pp. 79-107.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. Las Cortes de Cataluña en la Guerra de Arborea. FERRER I MALLOL, Maria Teresa *et alii* (eds.). **La Corona Catalanoaragonesa i el seu Entorn Mediterrani a la Baixa Edat Mitjana**, Institució Milà i Fontanals, Departament d'Estudis Medievals. Barcelona: Consell Superior D'Investigacions Científiques, CSIC, 2005, pp. 361-393.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. El realengo catalán en la financiación de la campaña a Cerdeña de 1356. **Acta historica et archaeologica mediaevalia**, Universitat de Barcelona, nº 25, 2005, pp. 493-513.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. José Luiz Martín, investigador de la Historia de Cataluña. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 36/1, Madrid, 2006, pp. 491-505.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. El Reino de Aragón y los conflictos mediterráneos a mediados del siglo XIV (1353-1356). **Aragón en la Edad Media**, “Homenaje a la profesora María Isabel Falcón”, Universidad de Zaragoza, nº 19, 2006, pp. 485-500.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. La Corona en los orígenes del endeudamiento censal de los municipios catalanes (1343-1344). MENJOT, Denis. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (dirs.). **Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales**. Madrid: Casa de Velásquez, 2006, pp. 239-273.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. Tributos negociados: Las *questie*/subsídios de las villas catalanas en la primera mitad del siglo XIV. **Anuario de Estudios Medievales**, nº 38/1, Madrid, 2008, pp. 65-99.

SÁNCHEZ-LAURO, Sixto. Aproximación a la visita como instrumento de control público. Su aplicación a los oficiales reales en Cataluña. 24 páginas (*no prelo*).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

SARANYANA, Josep-Ignasi. **Filosofía y Teología en el Mediterráneo Occidental (1263-1490)**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2003.

SARACH I MARÉS, Josep Maria. La Pesta Negra i els orígens del problema remença. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 13-34.

SARASA SÁNCHEZ, Esteban. El enfrentamiento de Pedro el Cerimonioso con la aristocracia aragonesa: la guerra contra la Unión y sus consecuencias. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 35-45.

SARASA SÁNCHEZ, Esteban. La expansión de los reinos y condados pirenaicos y mediterráneos hasta la unión de Aragón y Cataluña: Guerra y sociedad feudal (1035-1134). In: IRADIEL, Paulino *et alii*. **Historia Medieval de la España Cristiana**. Madrid: Cátedra, 1995, pp. 263-391.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFGM, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo Presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2005.

SAYOUS, André E. Note sur l'origine de la lettre de change et les débuts de son emploi à Barcelone (XIV^e siècle). **Revue Historique de Droit Français et Etranger et International**, nº 43, París, 1934, pp. 155-198.

SCHAUB, Jean-Frédéric. Le temps et l'État: vers un nouveau régime historiographique de l'Ancien Régime français. **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, Università degli Studi di Firenze, nº 25, Ed. Giuffrè, 1996, pp. 127-181.

SCHMITT, Carl. **Political Theology**. Four chapters on the concept of sovereignty. Trad. George Schwab. Chicago: University of Chicago Press, 2005 [original alemão: **Politische Theologie**. Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität, 1922].

SERRA DESFILIS, Amadeo. *Cort i Palau del Rey*. The Real Palace of Valencia in the Medieval Ages. **Imago Temporis**. Medium Aevum, nº 1, Lleida, 2007, pp. 121-148.

SERRES, Michel. **Hermes, uma filosofia das ciências**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

- SETTON, Kenneth M. **Catalan Domination of Athens 1311–1380**. London: Variorum, 1975 [edição revisada a partir da primeira de 1948].
- SETTON, Kenneth M. **Los catalanes en Grecia**. Trad. Juan Godo. Barcelona: Aymá, 1975.
- SIMON I TARRÉS, Antoni. Catalunya Moderna. In: BALCELLS, Albert (org.). **Història de Catalunya**. L'Esfera dels Llibres, 2006.
- SMITH, Damian J. James I and God: Legitimacy, protection and consolation in the *Llibre dels Fets*. **Imago Temporis**. Medium Aevum, nº 1, Lleida, 2007, pp. 105-119.
- SOLDEVILA, Ferran. VALLS I TABERNER, Ferran. **Història de Catalunya**. Vol. II. Barcelona: Publicacions de l'Editorial Pedagògica Associació Protectora de l'Ensenyança Catalana, 1923.
- STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**. Trad. Max Altman. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- STENGERS, Isabelle. Para além da Grande Separação, tornamo-nos civilizados? SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004, pp. 131-149.
- STRAYER, Joseph Reese. **As origens medievais do Estado Moderno**. Trad. Carlos da Veiga. Lisboa: Gradiva, 1969.
- UDINA I ABELLÓ, Antoni. Pere el Cerimoniós i les ciutats catalanes a través dels Parlaments. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 217-221.
- UDINA I MARTORELL, Frederic. El Archivo de la Corona de Aragon y sus fondos sobre Cortes. **En la España Medieval**, nº 2, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1982, pp. 681-694.
- UDINA I MARTORELL, Frederic (org.). **Guía histórica y descriptiva de la Corona de Aragón**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1986.
- UDINA I MARTORELL, Frederic. Importància i influència de la Cort General i la Diputació del General a Catalunya. **Les Corts a Catalunya**, Actes del Congrés d'Història Institucional. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1991, pp. 129-141.
- ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Trad. Rosa Vilaró Piñol. 7ª reimpressió. Barcelona: Editorial Ariel, 2009 [1ª edição inglesa 1964].
- TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia** – e outros ensaios. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- TASIS, Rafael. **Pere III el Cerimoniós**. Resum del regnat. “Col·lecció Popular Barcino”, volum CCXIII. Barcelona: Barcino, 1968.
- THOMAS, Yan. **Los artificios de las instituciones**. Estudios de derecho romano. Trad. Silvia de Billerbeck *et alii*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1999.
- TODESCHINI, Giacomo. Guardiani della soglia. I Frati Minori como garanti del perímetro sociale (XIII secolo). **Reti Medievali**, nº 8, Firenze, 2007. Disponível em: <www.retimedievali.it>.
- TODESCHINI, Giacomo. Mercato medievale e razionalità economica moderna. **Reti Medievali**, nº 7, Firenze, 2006/2. Disponível em: <www.retimedievali.it>.

TOSTES, Rogerio R. Por uma outra integração: modernidade e territorialidade cultural na América Latina. MENEZES, Wagner (org.). **Estudos de Direito Internacional**, vol. 14 (6º Congresso Brasileiro de Direito Internacional). Curitiba: Juruá, 2008, pp. 319-327.

TOSTES, Rogerio R. Territórios imaginários: a institucionalização do discurso intelectual na construção identitária catalã. **Anais do I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder e I GeoSimpósio**, Curitiba, 2009.

TOSTES, Rogerio R. Apontamentos sobre o direito medieval catalão: autonomia e pluralismo jurídicos na tradição histórica catalã (XII-XIV). **Revista Pensar**, nº 14/1, Fortaleza, 2009.

TOSTES, Rogerio R. Da categorização do Estado de Direito à crise do Estado-Providência. MENEZES, Wagner (org.) **Estudos de Direito Internacional**, vol. XVII (7º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 2009, São Paulo). Curitiba: Juruá, 2009, pp. 454-465.

TOSTES, Rogerio R. Da fragmentação dos dizeres à aniquilação dos saberes, a erudição sem nome. **Cadernos de Clio**, nº 1, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010, pp. 54-63.

TURNER, Terence. Anthropology and Multiculturalism: What Is Anthropology that Multiculturalism Should Be Mindful of It? **Multiculturalism. A Critical Reader**, Blackwell, Oxford/Cambridge, UK/USA, 1994, pp. 406-425.

VALDEÓN BARUQUE, Julio. Reflexiones sobre la crisis bajomedieval en Castilla. **En la España Medieval**, nº 4, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1984, pp. 1049-1060.

VALDEÓN BARUQUE, Julio. La incidencia de la guerra de los Cien Años en la Península Ibérica. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 47-57.

VALLS I TABERNER, Ferran, SOLDEVILA, Ferran. **Història de Catalunya**. Vol. II. Barcelona: Publicacions de l'Editorial Pedagògica Associació Proctetora de l'Ensenyança, 1923.

VATTIMO, Gianni. **A Tentação do Realismo**. Trad. Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Lacerda Editores/Instituto Italiano di Cultura, 2001.

VERRIÉ, Frederic-Pau. La política artística de Pere el Cerimoniós. **Pere el Cerimoniós i la seva època**. Barcelona: Consell Superior d'Investigacions Científiques, 1989, pp. 177-192.

VILAR, Pierre. Les archives économiques de Barcelone. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 5^e année, vol. 2, EHESS, 1950, pp. 213-222.

VILAR, Pierre. **Cataluña en la España moderna**. Investigaciones sobre los fundamentos económicos de las estructuras nacionales. 3 vols. 3^a edição. Trad. Joaquim Sempere. Barcelona: Ed. Crítica-Grijalbo, 1987.

VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. LE GOFF, Jacques (org.). **A nova história**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 85-127

WATSON, Alan. **The Evolution of Law**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1985.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaio sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correa de França Neto. São Paulo: Ed. USP, 2001.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. 2ª edição. São Paulo: Ed. USP, 2008.

WIEVIORKA, Michel. Le multiculturalisme est-il la réponse? **The Tocqueville Review/La Revue Tocqueville**, Paris, nº 19/1, 1998, pp. 233-260.

ZIMMERMANN, Michel. Aux origines de Catalogne. Géographie politique et affirmation nationale. **Le Moyen Age**, vol. 89, nº 1, Paris-Bruxelles, 1983, pp. 5-40.

ZUMTHOR, Paul. Prefácio à edição francesa. In: **Correspondência de Abelardo e Heloísa**. Trad. Lúcia Santana Martins. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 1-27.

ZUMTHOR, Paul. **Escritura e Nomadismo**. Entrevistas e ensaios. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Sonia Queiroz. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ZUMTHOR, Paul. **Falando de Idade Média**. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Trad. Jerusa Pires Ferreira *et alii*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

APÊNDICES

I. Extratos de documentação curial

I.1. Cortes Catalãs de Barcelona de 1379-80

I.2. Cortes de Monstó-Fraga de 1383-1384

(A) [Proposição do rei Pere el Cerimoniós na sessão de abertura, 12 de junho de 1383.]

(B) [Cédula apresentada pelos braços, em 5 de setembro de 1383, Montsó]

(C) [Uma primeira de duas cédulas, apresentadas pelos braços, em 11 de fevereiro de 1384, Montsó]

II. Duas miniaturas

II.1. Miniatura contida no incunábulo de 1495: “Constitucions i altres drets de Catalunya”

II.2. “Ordinacions fetes per lo senyor en pere terz rey d'aragó sobre lo regiment de tots los officials de la sua cort”

I. Extratos de documentação curial

—A seleção destes extratos serve à ilustração de um repertório de registros curiais. O alongamento de alguns enunciados reticulam o manejo constante de pactuados sobre o fundo constitucional desses debates, abrindo um extenso catálogo de formulações para o manejo dos legistas curiais em respeito à tradição jurídica que pertencera aos domínios individuados ou à totalidade da Coroa—.

I.1. Cortes Catalãs de Barcelona de 1379-80

[Capítulo do braço militar outorgado em negociação com Pere III para a obtenção da parte destinada ao donativo de 150.000 l. concedido pelo demais braços eclesiástico e real]¹²¹⁴

Hec est Concordia facta per brachium baronum et militum ac hominium de paratiko principatus Cathalonie super mutuo CL^m l. facto domino regi per generali Cathalonie pro facto Sardinie.

In Dei nomine. Universis sit notum quod nos, Petrus et cetera.

Quoniam inter nos, ex una parte, et vos, brachium baronum, militum ac hominium de paratiko principatus Cathalonie in Curiis generalibus quas nunc cathalanis in civitate Barchinone celebramus congregatum, ex altera, conventum est quod vos consentiretis quod in ipso principatu certa vectigalia de quibus concordastis cum brachiis prelatorum et personarum ecclesiasticarum ac universitatum, civitatum et villarum regiarum eiusdem principatus, in dictis Curiis congregatis, ponantur et leventur et usque ad quantitatem centum quinquaginta millia l. b.; et quod nos, per viam venditionis seu alterius cuiusvis contractus nominatim vel innominatim qui huic negotio magis proprie possit aptari, faciamus vobis dicto brachio certas provisiones, concessiones et privilegia in certis que nobis obtulistis capitulis declarata nosque ad ipsa capitula certas responsiones et provisiones fecimus ut in fine eorum cuiuslibet continetur, quorum capitulorum cum dictis nostris responsionibus et provisionibus tenor sequitur in hiis verbis:

Molt alt e molt excel·lent príncep e senyor:

¹²¹⁴ **Corts, Parlaments i fiscalitat a Catalunya: els capítols del donatiu (1288-1384).** SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel. ORTI GOST, Pere. (eds.) Barcelona: Departament de Justícia de la Generalitat de Catalunya, 1997, pp. 561-562, doc. XXIX (2).

Com per la vostra excel·lència en lo començament de la Cort general que per vós de present se celebra als cathalans en la ciutat de Barcelona hajats demanada als vostres sotsmeses del principat de Cathalunya hajuda per reparar e cobrar ço que per lo jutge d'Arborea iníquament vos és estat atemptat e occupat en lo regne vostre de Cerdanya en dampnatge e offensa de vós, senyor, e lo braç, senyor, dels barons, nobles e cavallers de Catalunya ja en lo començament de la dita Cort, vós, senyor, en aquella present, respouem a la vostra senyoria que en les dites coses ne per la dita raó no us dariem res, are, senyor, lo dit braç vos respon finalment, ço és, que, estan e perseveran en la dita resposta en o per les dites rahons, no us darien res ne us farien ajuda com, parlan ab humil reverència de la vostra senyoria, a açò per rahó de libertats, privilegis e immunitats del dit braç no sien obligats ne tenguts, però, senyor, com ells vejen e sàpien que vós, senyor, havets fort a cor los dits affers e venets e alienates del vostre patrimoni e dels vostres drets, per ço que pугats menar a fi vostre bon propòsit sobre les dites coses, lo braç dessús dit és aparellat e-s offers que, si vós, senyor, los volets atorgar los capitols devall scrits, ells per via de compra o per altre contracte nominat o innominat, qui pus pròpiament pusque ésser aplicat a açò, consintran e de present consenten, fet per vós, emperò, lo dit atorgament e venda o contracte, que en lo principat de Catalunya sien posats e meses, levats e exigits vectigals per la forma devall escrita, dels quals isquen, compresa e entesa en aquells la quantitat de la resta del do de Muntçó, cent cinquanta m l. b. e, si no u fahien, consintran que sia enadit als dits vectigals o encara que-n sien meses de novells tro que la dita quantitat ne pusca ésser exegida e haüda, exceptat, emperò, que en la sal no sia ne puxa ésser mès vectigal algú ne per lo dit suppliment puxen ésser meses impositons en pa, en vi ne en carn ne en civada de la terra ne fogatges. Entén encara més lo dit braç e ab aytal condició, forma e manera consent als dits vectigals que sien levats, cullits, administrats e despeses per lo diputat del dit braç ensemps ab los altres deputats dels altres braces en aquella forma que-ls altres o faran. **Lo senyor rey accepta la oferta ab referiment de gràcies e atorga los capitols axí com en la resposta de cascú devall se conté.**

1.2. Cortes de Monstó-Fraga de 1383-1384

(A) [Proposição do rei Pere el Cerimoniós na sessão de abertura, 12 de junho de 1383.]

Et idcirco, dicta die veneris XII^a iunii, anno predicto a nativitate Domini M^oCCC^oLXXX^o tercio, dictus illustrissimus et excellentissimus princeps et dominus Petrus, Dei gratia rex Aragonum,

Valencie, Maioricarum, Sardinie et Corsice comesque Barchinone, Rossilionis et Ceritanie, intus castrum Montissoni scilicet in palacio seu aula maiori eiusdem castri, suo regio celebri sedens in solio, attendens presentem curiam seu eius celebracionem usque ad hodiernam diem fuisse legitime prorogatam ut ex actis superius clare patet, advenientibus et consedentibus coram eius regia maiestatis prelati, personis ecclesiasticis, baronibus seu nobilibus, militibus et sindicis universitatum civitatum et villarum regaliū provinciarum ad dictam generalem curiam vocatarum superius nominates et aliis etiam quam non vocatis, suam elegantem proposicionem per verba pulcherrima composicioneque ornatus perspicui decora in lingua seu ydiomate ut pretangitur cathalano, sumpto pro themate *Ecce assum quia vocatis me*, fecit et explicuit valde quipped ornatè provide ac diserte exprimendo ac recitando in effectu verba contenta in quadam cedula quam inde antea ordinauerat et composuerat queque fuit tradita michi, notario huius processus, et cuius series sic se habet:

«Ecce assum quia vocatis me» Primo Regum, III^o capitulo.

A tot poble és legut et pot demanar a son príncep et senyot la sua presència per tres coses:

La primeira, per gràcies et libertats.

La segona, per demanar justícia et egualtats.

La terça, per defendre lurs lochs et heretats.

Dehim, primerament, que a tot poble és legut et pot demanar a son príncep o senyor gràcies et libertats, e que axí u puxen fer havem-ne eximpli *III^o Regum, XII^o capitulo*, on se lig que mort lo rey Salamó los XII trips de Israel se ajustaren en Sichem per tal que coronassen Roboam, fill de Salamó, en rey qui regnas après d'ell, e demanaren-li gràcies et privilegis dients: «Ton pare Salamó, con vivia, posà grans questes et càrrechs sobre nosaltres qui aquells no podem suportar, perquè plàcie't que.ls nos vulles minvar». El rey respòs-lus ço que li plach. E per ço com no és de nostra material sinó lo demanar, de la gràcia que li demanaren la resposta lexi. Appar donchs que al poble és legut et pot demanar gràcies et libertats a son príncep et senyor.

Dehim, segonament, que a tot poble és legut et pot demanar a son príncep et senyor justícia et egualtats, et axí u legim *Hester, VII^o capitulo*, on diu que Aaman, qui era príncep et cap de la cavalleria del rey Assuer et del consell et havia gran enveja als juheus, volent-se venjar d'ells tractà ab falses letres segellades ab lo anell del rey qui regnava sobre CXXVII províncies, les quals

letres tramès per totes les terres del dit rey, que en un dia et en una ora morissen tots los juheus del regne, imposant-los crim de lesa majestat. E sabents açò, los juheus ajustaren-se et vingueren a Mardocheu, qui era oncle de la reyna Hester, et recomptaren-li la cruel justícia que Aaman havia dictada contra ells. E Mardocheu dix-ho a la reyna, la qual era juhia et se naboda, e la reya pregà lo rey que pregués la verga, car ladonchs era costum que negú no gosava parlar ab lo rey si donchs per ell no li era signat ab la verga, e ladonchs la reyna féu clams al rey de Aaman, qui havia tractada tan cruel justícia contra los juheus, e lo rey féu justícia als juheus de Aman, qui.l penjà en una alta forca. Appar donchs que a tot poble és legut et pot demanar a son príncep et senyor justícia et egualtats.

Dehim, terçament, que a tot poble és legut requerir et demanar llur senyor que.ls defena lus lochs et heretats segons que.s lig *primo Regum, VIIIº capitulo*, que.ls fills de Israel demanaren a Samuel que.ls donàs rey qui.ls defensàs et anàs primer en la batalla en lur defensió e dixeren-li: «Tu est veyl et los fills teus après de tu no seguiran les tues carreres en què tu est anat vers nosaltres, perquè vulles constituir et ordenar sobre nós que hajam rey per tal que.ns faça justícia et gràcies, car axí com totes les nascions del món han rey axí volem nosaltres haver rey». E a Samuel desplagueren aquestes paraules del poble et posà's en oració, e Nostre Senyor Déu respòs et dix-li: «fe la voluntat del poble». Appar donchs que al poble és legut et pot demanar a son senyor que.ls defena lurs lochs et heretats.

Applicants aquestes paraules a nostre propòsit, nós podem dir que.ls rey(s) d'Aragó e.ls comtes de Barchinona són estats als lurs sotmeses larchs et liberals et en lurs juhís justs et eguals et a lurs enamichs cavallers e triumphals.

A provar açò que sia ver, et primerament la primera, ço és, que fossen a lurs sotmeses larchs et liberals. Si guardats vostres furs et constitucions et vostres privilegis, aquí trobarets quantes donacions [et] los han fetes e veurets que sots los pus franchs pobles del món.

Que sien estats en lurs juhís justs et eguals. Guardats los preceses per ells fets et en aquells trobarets que són estats més misericordiosas et rigoroses, no guardat profit llur propri.

Que sien estats a lurs enamichs en defensió de lurs sotmeses ardits cavallers et triumphals. Guardats les cròniques et los privilegis per ells en la població de cascun lochs atorgats, e trobarets que no solament foren contents de defendre lus sotmeses, mas encara conqueriren molt de lurs

enamichs et vehins, et trobarets que de la montanya del Juno, que és sobre Osca, tro a Oriola et de Tamerit del Camp de Terragona tro a Teraçona tot ho han conquest et guanyat de infeels.

Perquè nós, volents seguir lurs petjades, havem volgut semblar en cascuna de les dites coses nostres predecessors, car si guardats vostres furs, constitucions et privilegis, aquí trobarets que us some stats larch et liberal de nostre poder.

Si guardats més avant nostres juhís, com són justs et eguals en los processess qui se'n són fets, trobarets que som stats misericordiós et rigorós.

Axí mateix, si havem mesa nostra persona per vostra defensió en les guerres et fets d'armes que haüts havem, acò sabets vosaltres, et per consegüent aquí no volem plus dir.

E axí com per vosaltres nos sia estat supplicat et instat que vinguéssim a tenir la present cort, som aquí venguts. E concluhints, podem tornar les paraules començades: *«Ecce assum quia vocastis me»* qui volen dir: «Veus-me aquí, car me havets appellat», perquè digats-nos què volets, car apparellats som oir-vos benignantment et fer tot ço que puxam a servey de Déu et a profit et bon estament de la terra.

(B) [Cédula apresentada pelos braços, em 5 de setembro de 1383, Montsó]

Et dicta curia obtulit ipsi domino regi quondam cedula scriptam que fuit inibi lecta publice et est tenoris sequentis:

Molt alt et molt excel·lent senyor:

A la cédula per part vostra, senyor, legida en la cort en vostra presència dimecres a XXVI del mes d'agost proppassat, diu la dita cort, parlant ab vostra reverència, que està en veritat que la dita aprisa fou reebuda en la ciutat de Çaragoça sobre la entrada de l'infant de Mallorca que féu dins vostra senyoria , et si diligentment se cercha, trobar-se ha. En la qual aprisa va molt a la honor vostra, senyor, et de la corona per saber la veritat del dit fet, perquè, senyor, plàcia a la vostra senyoria de fer totes aquelles compulsions, aytant forts com fer se pusquen, de haver dita aprisa, car testimonis hi ha dignes de fe que la veeren et la tingueren en la ciutat de Barchinona en poder de la senyora reyna, a qui Déus do sacta glòria, mare del senyor duch.

E com lo dijous après següent se publicàs sentència en nom et persona vostra, senyor, de fer inquisició contra tots consellers, officials et domèstichs vostres et del senyor duch et de la senyora duquessa allí nomenats e, per raó de la dita inquisició faedora, que fossen sospeses de lurs officis, administracions, consells, beneficis, cases et cohabitacions, supplica humilment a vós, senyor, la dita cort que la dita suspensió sia pratichada et exequida de tot entrament et estada faedora per los dits sospeses dins les cases et habitacions de vós, senyor, et dels dits senyors duch et duquessa et de tota presència de vós, senyor, et de aquells, com, senyor, pus franchament, liberal et quitia se farà la dita inquisició et els testimonis reebedors deposaran. E axí se han les paraules, cases et habitacions expressament.

E per tal que la dita suspensió haja major fermetat et sia complidament exeguida axí com se deu fer, supplica tota la cort que la dita declaració fos et sia feta per vós, senyor, en les dites corts generals et per acte de cort a tolre tota impugnació et a induir irrevocable fermetat de aquella segons se pertany.

Assignant, senyor, si vostra mercè sera, certes persones de cascuna província, regnes et terres vostres, bones et leyls et tements Déu et vostra senyoria, a les dites inquisicions faedores, com los fets de què s'ha enquerir toquen les dites pronvíncies et regnes.

E com, senyor, en la casa et consell vostre et del dit senyor duch sien altres persones ultra les contingudes en la dita vostra sentència et suspensió, segons fama pública merexents les dites suspensió et inquisició, que us plàcia, senyor, de manar de nou et fer pendre aprisa et continuar les qui ja són preses et començades contra aquells, per ço que, si justícia ho requerrà, les dites suspensió et inquisició hagen loch e.s facen contra ells, salvats en per totstemps furs, privilegis, constitucions et altres libertats atorgats als vostres Regnes, Principat et terres et cascun de aquells, axó que per la present cèdula no sia a aquells per res derogat.

Les dites coses, molt gran senyor, totes et sengles, axí com dessus són posades, convenen ésser fetes et complides segons justícia et exigència dels dits affers per la vostra reyal senyoria, e de aquelles tota da dita cort general, ab humil et deguda reverència, per utilitat, valor et honor de la vostra reyal corona et cosa pública, instantment, supplica a la vostra magnificència, la qual Nostre Senyor Déus, per sa mercè, mantenga en sanitat et en vida longament et exalce bonaventuradament et li do victòria de tots sos enemichs, amén.

(C) [Uma primeira de duas cédulas, apresentadas pelos braços, em 11 de fevereiro de 1384, Montsó, in fls. 87-89]

Postmodum vero, die iovis XI^a febraioi, anno, predicto a nativitate Domini M^oCCC^oLXXX^o quarto, convocata more solito voce preconis in villa Montissoni et etiam in ecclesia predicta monasterii fratrum minorum dicte ville congregata coram dicto domino rege suo celebri regio sedente in solio dicta curia generali, dominus infans Martinus, nomine tocius ipsius curie generalis, obtulit duas cedulas papireas scriptas que fuerunt ibi alta voce lecte de mandato dicti regis per me, Bartholomeum de Avellaneda, regentem scribaniam ipsius domini regis scriptoremque huius processus, et quarum tenoris sunt hii qui sequuntur:

Molt alt et molt excel·lent senyor:

Si fos vostre mercè no.s deurien fer ne dar tantes disputes e cèdules sobre ço que, per honor de la vostra reyal corona e bé vostre, de vostre patrimony et de la cosa pública de vostres regnes et terres, és estat per la cort instantment supplicat, mas que de fet plagués a vostra senyoria de fer et complir la justícia per vós, senyor, proferta e començada. Emperò, pus a vós, senyor, ha plagut haver dada la present cèdula, responen a aquella la dita cort ab humil reverència diu que, posat que instar e fer la dita justícia e per aquella les V coses demanades sia interès de la cosa pública per lor bé e bon estament de la terra, ja per açò la dita cort no pot ne deu, salva la dita reverència, ésser vista ne dita part ne res que força o natura haja de part com vós, senyor, e tota la vostra cosa pública siats un ésser e una cosa en tant que l'interès vostre e de la dita cort és vist ésser un mateix cors míxtich, no divers en qualitat ne en natura, lo regiment de la qual cosa pública principalmente és propri de vós, senyor, com a príncep e cap dels sotsmeses vostres a qui cove de exhortar e excitar aquell axí com a membres seus qui li deuen dar operació de tota bona obra, assenyaladament de la justícia qui és obra principal e conservativa del dit regiment. E com lo dit bon estament sia tot un e toch encara pus principalmente la vostra reyal corona e la honor e longa stabilitat de aquella e la reintegració e salvació de vostre patrimoni, que, principalment, són e.s conserven en lo bon estament de la terra, extirpades injustícies, contumèlies et oppressions, més que dels vostres sotsmeses, dels quals pròpiament és secundari e menys principal interès, perquè lo interès vostre, senyor, e de la cort, com sia tot un e a una matexa fin, no pot o deu haver en si diversa consideració ne, per consegüent, por o deu ésser dita part la dita cort, salva la reverencia dessus dita. E sib é en les dites V coses ve interès o greuges, si hi són, dels dits

sospeses e sospenedors, açò no deu venir en alcuna disceptació de atorgar o de negar aquelles, com lo dit greuge o interès a ells venga o vendria de la suspensió per vós, senyor, feta o faedora, en què de dret ells no són estats o serien oyadors ne appel·ladors ne defensions donados, per tal lur interès, si hi és, no.s deu al present en açò considerar, del dit regiment que per Nostre Senyor Déus vos és comanat, siats, senyor, tengut, en los cases supplicats e semblants, de fer e acabar la dita justícia per venir a certitud et trobament de les persones delinquents e suspensió d'aquelles, los quals, enaprés, deuen ésser appel·lats en la següent inquisició, on se poden defender. Diu encara, parlant ab la reverencia que dessús, que.l consell, supplicació o incitació de tota vostra cosa pública no deuen ésser dits ne vists ésser dubtoses atesa la essència e unitat al·legada del consellant, majorment pensat l'acte e lo fet sobre que.s dóna lo consell, axí com és la material prejaent, ne entén la dita cort, parlant ab la dita reverencia, que en les dites coses haja entrevengut ne entrevenga tal dubte que sobre aquelles sia necessari rahonament e menys declaració, segons per ella dessús és estat dit e a vostra senyoria moltes ceus explicat. Supplica, per tal, la dita cort a vós, senyor, segons ja moltes vegades ha supplicat, que sia vostra mercè fer e complir les dites V coses.

Al segon capítol de la dita cèdula diu, ab la reverencia que dessús, la dita cort que està en veritat, senyor, que aquells qui us supplicaren de appel·lar la present cort ho faeren principalment per la dita justícia, la qual primerament fo offerida per vós, senyor, en la proposició que faés a la cort e après per la dita cort instada e supplicada contínuament, e per reparació dels greuges grans que són en vostres regnes e terres. E si a la magnificència de vós, senyor, hagués plagut manar e fer continuar e acabar en vostres consellers, domèstichs e officials e del senyor duch la aprisa per scrits e de paraula proferta per vós, senyor, e començada e feta en alguns, e complir les dites V coses preparatòries e molt necessàries a la reparació dels dits greuges e justícia esdevenidora, fóra-se'n seguit gran fruyt e expedició, principalment de vostres affers e de vostra cosa pública. E ladonchs, fóra cas de offerir los greuges a tots los braces e a altres singulars, los quals són molts, segons que per evidència del fet és a tothom manifest senyaladament per les rahons en la primera cèdula contengudes, de què.s seguex que.ls de la dita cort anants bonament no han pogut ne poden procehir a proposar e demanar reparació de lurs greuges ne offerir aquells, segons que altra veu és estat al·legat. E parlant ab la dita reverència, la al·legació generalment dita de haver greuges no és rahó introductiva de fer-hi certa assignació, majorment estant la dita al·legació en sa generalitat e no davallant a alcuna especialitat, la qual requer acte de jactació, e per ço e en altra manera, la cort persevera en son dissentiment e supplica segons dessús ha per altres cèdules al·legat, dissentit e

supplicat. E lo passament del temps o el presumir que la cort no haja greuges, parlant ab la dita reverència, no és rahó al·legadora, com la notoriatat dels greuges de la terra sia tan evident e permanent que aytal presumpció ne aytanpoch rahó de deputació de no sospitoses pogra ésser feta, salva la dita reverència, tro que los sospitoses se sàpien e sien trobats en la manera supplicada, la qual cosa haguera haüt compliment gran tempos ha si fos estada mercè de vós, senyor, sens gran tarda o destrich, la qual no és venguda per la cort, parlant ab reverencia, ans se'n dol la dita cort e li és molt desplaent, com a la terra se'n seguesquen messions e dampnatiges, e a vós, senyor, no.n resulta profit. E tractadors alguns, salva la dita reverència, no apparen necessaris al present a la justícia esdevenidora, ne per açò cal la cort en res retardar, com aquella principalment deja de vós, senyor, procehir e posar-la en degut estament.

Al terç capítol de la dita resposta tocant lo fet de micer Brancha, dia la dita cort que, axí con ha dit, lo consell per ella dar és fort clar e cert e les subtilitats apposades sobre significació de paraules, parlant ab humil reverència, no demostren en res lo contrari, perquè la dita cort, ixent-se de aquest fet, diu que, pus los perills, evidents dampnatges e perdició del dit regne de Cerdanya qui probablement e versemblant se poran seguir per la partida del dit micer Brancha ha al·legades e explicades a vós, senyor, la cort entén ésser del tot escusada si algun sinister, ço que Déus no vulla, pervenia per la dita sua anada. E si per la dita convinença feta per lo dit micer Brancha los perills cessen, en açò plàcia avertir vostra senyoria e triar-ne lo mellor. Emperò, parlant ab la reverència que dessús, la evidència dels fets passats del micer Brancha e ço que moltes veus per los oficials vostres e altres del dit Regne vos és estat notificat ne fan creure a la cort versemblant lo contrari. A açò que largament és dit per vós, senyor, sentir-vos de les injustícies, dampnatges e extorcions indèbites fetes en vostres regnes e terres e perills esdevenguts a pocha honor e sens profit vostre, e encerrar per culpa, causa o fet de quines o quals persones són fetes e evenguts, e ladonchs, pus certament sabrets si tots o quals de vostres consellers e oficials deuen ésser lohants o blas mats, e sera dels bons gran glòria e honor, e dels mals, confusió e vergonya, e.n poran ésser punits per vostra misericordiosa justícia, e sabrets, senyor, clarament que los vostres vassalls e pobles e los de la cort per ells trameses, no per sinister, suasió o oy particular de algú, mas per ver zel de innata naturalesa, desijants en los mals passats e persones aquells faents e consellants ésser provehit degudament de justícia e que a aquells o semblants sia en esdevenidor preclusa via per vós, senyor, a qui.s pertany com a rey molt catòlic e senyor natural, e lo qual Déus tot poderós ha dotat de alta saviesa e de bons e molts leyls vassalls, qui.s dolen dels mals presents e.s temen dels esdevenidors si per vós, senyor, no y fos feta la provisió que.s pertany.

II. Duas miniaturas

II.1. Miniatura contida no incunábulo de 1495: “Constitucions i altres drets de Catalunya”



—Original das compilações, depositado na Biblioteca Nacional da Catalunya—

II.2. “Ordinacions fetes per lo senyor en pere terz rey d'aragó sobre lo regiment de tots los officials de la sua cort”



–Bibliothèque Nationale de France BNF, ms. espagnol 99, f. 1–